GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Ofício SEDESE/SUBPG-SGFRH-DCF nº. 10/2025

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025.

Exmo. Senhor.
Durval Ângelo Andrade
Conselheiro Presidente
Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte - MG

Assunto: Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE - Exercício 2024.

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1480.01.0001733/2025-24].

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente,

Com nossos cordiais cumprimentos, informamos que a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, referente ao Exercício de 2024, foi concluída e encontra-se à disposição dessa Corte, em cumprimento à Decisão Normativa nº 01/2025 e à Instrução Normativa nº 14/2011.

Oportunamente, colocamo-nos à disposição para quaisquer informações que se façam necessárias.

Atenciosamente,

Alessandra Diniz Portela Silveira
Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

Identificação Civil do Dirigente Máximo

Nome: Alessandra Diniz Portela Silveira

Número do CPF: [redacted]

Endereço residencial: [redacted]

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Diniz Portela Silveira**, **Secretário(a) de Estado**, em 28/03/2025, às 13:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **108598918** e o código CRC **DBEB5354**.

Rodovia Papa João Paulo II, 4143 - Edifício Minas, 14º Andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte - CEP 31630-900

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 14:45:56 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Diretoria de Contabilidade e Finanças

ROL DE RESPONSÁVEIS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE 2024

Nome do órgão ou entidade: **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE**

Unidade orçamentária: **1481**

Em atendimento ao art. 3º da Decisão Normativa TCE/MG n° 01/2025 de 11 de fevereiro de 2025, informo os dados do dirigente máximo:

Nome	Elizabeth Jucá e Mello Jacometti
CPF	[redacted]
Cargo ou função	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social
Atribuições e responsabilidades	**§ 1º, do artigo 93, da Constituição Estadual, de 21 de setembro de 1989:** *"§ 1º – Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições conferidas em lei:* *I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas;* *II – referendar ato e decreto do Governador;* *III – expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;* *IV – apresentar ao Governador do Estado relatório anual de sua gestão, que será publicado no órgão oficial do Estado;* *V – comparecer à Assembleia Legislava, nos casos e para os fins indicados nesta Constituição;* *VI – praticar os atos permanentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado.*" **Art. 5º do Decreto Estadual nº 38.342, de 14 de outubro de 1996:**, o qual aprova o regulamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, criado pela Lei Estadual nº12.227, de 2 de julho de 1996: "*Art. 5° Compete à Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente –*

	SETASCAD, responsável pela coordenação da Política Estadual de Assistência Social, gerir o FEAS, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, com as alterações da Lei Complementar nº 36, de 18 de janeiro de 1995, sendo suas atribuições:* *I - tomar providências para a elaboração da proposta orçamentária anual do FEAS;* *II - providenciar a inclusão de recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;* *III - elaborar o plano de aplicação dos recursos do Fundo para apreciação do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e deliberação do grupo coordenador;* *IV - organizar o cronograma financeiro da receita e despesa do fundo e acompanhar a sua execução;* *V - acompanhar a aplicação, pelo agente financeiro, das disponibilidades transitórias de caixa do Fundo;* *VI - tomar as providências necessárias para a liberação dos recursos correspondentes aos pleitos aprovados;* *VII - emir relatórios específicos quando forem solicitados pelo grupo coordenador, Secretaria de Estado da Fazenda, Tribunal de Contas do Estado e Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.* *Parágrafo único - O ordenador de despesas do Fundo é o /titular da SETASCAD, permitida a delegação."* Obs.: a SETASCAD foi sucedida pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, que após reforma administrativa, Lei 23.304 de 30 de maio de 2019 passou a ser Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE
Competências delegadas	Não se aplica
Período de gestão	02/01/2019 até 06/06/2024
Atos de nomeação e exoneração	Nomeação publicada no "Diário Oficial de Minas Gerais" em 01/01/2019 Exoneração publicada no "Diário Oficial de Minas Gerais" em 06/06/2024
Endereço residencial	[redacted]
Endereço eletrônico	gabinetesec@social.mg.gov.br [redacted] elizabeth.juca@social.mg.gov.br

Nome	Alessandra Diniz Portela Silveira
CPF	[redacted]
Cargo ou função	Secretária de Estado de Desenvolvimento Social
Atribuições e responsabilidades	**§ 1º, do artigo 93, da Constituição Estadual, de 21 de setembro de 1989:** *"§ 1º – Compete ao Secretário de Estado, além de outras atribuições conferidas em lei:* *I – exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos de sua Secretaria e das entidades da administração indireta a ela vinculadas;* *II – referendar ato e decreto do Governador;* *III – expedir instruções para a execução de lei, decreto e regulamento;* *IV – apresentar ao Governador do Estado relatório anual de sua gestão, que será publicado no órgão oficial do Estado;* *V – comparecer à Assembleia Legislava, nos casos e para os fins indicados nesta Constituição;* *VI – praticar os atos permanentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Governador do Estado.*" **Art. 5º do Decreto Estadual nº 38.342, de 14 de outubro de 1996:**, o qual aprova o regulamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS, criado pela Lei Estadual nº12.227, de 2 de julho de 1996: "*Art. 5° Compete à Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente – SETASCAD*, responsável pela coordenação da Política Estadual de Assistência Social, gerir o FEAS, de acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar nº 27, de 18 de janeiro de 1993, com as alterações da Lei Complementar nº 36, de 18 de janeiro de 1995, sendo suas atribuições:* *I - tomar providências para a elaboração da proposta orçamentária anual do FEAS;* *II - providenciar a inclusão de recursos de qualquer fonte no orçamento do Fundo, antes de sua aplicação;* *III - elaborar o plano de aplicação dos recursos do Fundo para apreciação do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS e deliberação do grupo coordenador;* *IV - organizar o cronograma financeiro da receita e despesa do fundo e acompanhar a sua execução;*

	V - acompanhar a aplicação, pelo agente financeiro, das disponibilidades transitórias de caixa do Fundo; *VI - tomar as providências necessárias para a liberação dos recursos correspondentes aos pleitos aprovados;* *VII - emir relatórios específicos quando forem solicitados pelo grupo coordenador, Secretaria de Estado da Fazenda, Tribunal de Contas do Estado e Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS.* *Parágrafo único - O ordenador de despesas do Fundo é o /titular da SETASCAD, permitida a delegação."* Obs.: a SETASCAD foi sucedida pela Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social - SEDESE, que após reforma administrativa, Lei 23.304 de 30 de maio de 2019 passou a ser Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE
Competências delegadas	Não se aplica
Período de gestão	10/06/2024 até os dias atuais
Atos de nomeação e exoneração	Nomeação publicada no "Diário Oficial de Minas Gerais" em 08/06/2024
Endereço residencial	[redacted]
Endereço eletrônico	gabinetesec@social.mg.gov.br

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.

Anna Cristina Rodrigues Avila - Diretora de Recursos Humanos - Masp: 1.367.724-0

Cyntia Botelho Valle - Superintendente de Gestão, Finanças e Recursos Humanos - Masp: 669.531-6

Documento assinado eletronicamente por **Anna Cristina Rodrigues Avila Costa**, **Diretora**, em 20/03/2025, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Cyntia Botelho Valle**, **Superintendente**, em 20/03/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **108599141** e o código CRC **AF271772**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001733/2025-24 SEI nº 108599141

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.21 09:34:56 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

RELATÓRIO DE GESTÃO

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

2024

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 4

ASSESSORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR 10

Apresentação..... 10

Ação 4196 - Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de segurança alimentar e nutricional sustentável 18

Ação 4197- Apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG) 37

Ação 2033 - Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais - SISAN. 41

NÚCLEO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO 48

Relatório de Gestão - Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2024 - Sedese 48

Ação 2035 – Apoio e coordenação de políticas intersetoriais de desenvolvimento social no contexto do programa percursos gerais: Trajetória para Autonomia 48

Ação 2036- Desenvolvimento de estudos, pesquisas, ferramentas de monitoramento e avaliação em desenvolvimento social e de prevenção e resposta a situações de calamidade pública e desastre. 50

Ação 2037- Fomento à inovação e aprimoramento de projetos de desenvolvimento social. 54

Ação 4204- Apoio técnico aos municípios para promoção do desenvolvimento regional. 56

SUBSECRETATIA DE ESPORTES..... 59

4163 - Promoção dos jogos do Interior de Minas 61

4165- Projetos Viabilizados pela lei estadual de incentivo ao esporte 62

4166 - Promoção do esporte educacional como instrumento de desenvolvimento social 65

4167- Apoio à gestão esportiva 67

4168 - Promoção dos jogos escolares de Minas Gerais 67

4169 – Bolsa Atleta e Bolsa Técnico 74

4170 – Apoio à realização de ações esportivas 75

4514 - Promoção do esporte de participação e rendimento coo instrumento de desenvolvimento social 75

SUBSECRETARIA INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA 81

Ação 4157 – Fomento à Inclusão Produtiva de Mulheres..... 81

Ação 4153 - Assessoramento das Unidades de Atendimento do Trabalhador 85

Ação 4154 - Fomento para Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva 90

Ação 4412 - Acesso ao Trabalho e à Renda 93

Ação 4158 - Qualificação Profissional..... 96

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA DOS DIREITOS DAS MULHERES 99

Ação 4414 - Enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres..... 99

Ação 4415 - Promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres..... 118

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA DE HABITAÇÃO 137

Ação 4185 – Apoio à produção e à aquisição de unidades habitacionais..... 137

SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS 143

Ação: 4178 - Manutenção e Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos 143

Ação: 4171 - Implementação e manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos 145

Ação: 4173 – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA .. 147

Ação 4177 – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM 149

Ação 4176 – Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH..... 150

Ação 4174 - Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos..... 152

Ação 4181 - Operacionalização dos serviços de tradução e interpretação de Libras..... 153

Ação: 4182 - Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos..... 156

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS..... 158

Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados. 158

Relação dos decretos de abertura de crédito adicionais 159

Informações relativas a execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos 160

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis 161

INTRODUÇÃO

Este relatório tem como objetivo atender às disposições estabelecidas pela Decisão Normativa nº 01/2025 emitido pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que regula a forma, o conteúdo e o prazo de envio da Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado. A referida normativa também define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais constituídos para julgamento pelo Tribunal.

Em cumprimento a essa determinação, o presente relatório foi elaborado para apresentar a execução física e orçamentária/financeira da ação sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese, contexto da Unidade Orçamentária 1481.

A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), conforme o Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, é regida por este decreto e pela legislação aplicável, incluindo a Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, que define a base legal para sua criação e suas competências. O Art. 1º do decreto reafirma que a Sedese está sujeita a essas normas legais. O Art. 2º detalha as competências da Sedese, detalhando as principais áreas de atuação e os objetivos estratégicos da Secretaria. Já o Art. 3º descreve a estrutura organizacional da Secretaria, listando as unidades e órgãos que a compõem.

Dessa forma, apresenta-se abaixo visão geral da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a estrutura organizacional e legislação aplicável:

Art. 2º – A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese, conforme o Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, tem como competência formular, planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Estado.

Suas principais competências incluem:

> I – à coordenação da política de assistência social e sua regionalização, inclusive no que tange às medidas socioeducativas em meio aberto;
>
> II – ao fomento das políticas públicas de inclusão produtiva, trabalho, emprego e renda;

III – à promoção de políticas de enfrentamento à pobreza no campo;

IV – à proteção, à defesa e à reparação dos direitos humanos de públicos específicos, entre os quais lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – população LGBTQIA+, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, mulheres, migrantes, idosos, pessoas ameaçadas de morte, população em situação de rua e outros grupos historicamente discriminados;

V – à educação em direitos humanos;

VI – à proteção de vítimas e pessoas ameaçadas;

VII – à promoção de ações afirmativas e ao enfrentamento da discriminação racial contra a população negra, indígena, quilombola e de comunidades tradicionais;

VIII – ao enfrentamento da violência e à promoção da autonomia das mulheres;

IX – ao enfrentamento da violência e à inclusão social e produtiva da população jovem;

X – à ampliação da participação popular e ao fortalecimento de instrumentos de democracia direta e participativa;

XI – às políticas transversais de governo relativas à igualdade entre mulheres e homens e ao combate às violências, aos preconceitos de origem, raça, cor, sexo e idade e a qualquer outra forma de discriminação;

XII – à promoção do esporte, da atividade física e do lazer;

XIII – à formulação e à promoção de planos, programas e projetos que compõem a política de habitação;

XIV – à elaboração, à execução e à coordenação da política de atendimento às medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, visando a proporcionar ao adolescente em cumprimento dessas medidas meios efetivos para sua ressocialização;

XV – às ações voltadas para o desenvolvimento socioeconômico do Norte e Nordeste do Estado, notadamente às que visem à redução de desigualdades sociais e ao enfrentamento da pobreza;

XVI – à representação do governo no Comitê Regional de Articulação dos Órgãos e Entidades Federais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene e nos demais agentes de fomento da região;

XVII – à articulação e à integração dos órgãos e das entidades da Administração Pública para garantir a formulação, a implementação e o monitoramento da política estadual de segurança alimentar e nutricional, tendo como instrumento de gestão o Plano de Segurança Alimentar;

XVIII – ao monitoramento, à mediação e à resolução de conflitos sociais, em apoio à Secretaria de Estado de Casa Civil – SCC

Art. 3º – A Sedese tem a seguinte estrutura orgânica:

I – Gabinete;

II – Controladoria Setorial;

III – Assessoria Jurídica;

IV – Assessoria de Comunicação Social;

V – Assessoria Estratégica;

VI – Assessoria de Relações Institucionais;

VII – Assessoria de Segurança Alimentar;

VIII – Núcleo Estratégico de Integração, Regionalização e Inovação:

a) Diretoria de Coordenação Regional;

b) Diretorias Regionais de Desenvolvimento Social, com quantitativo de vinte e duas, conforme o Anexo;

c) Escritório de Projetos e Inovação;

d) Escritório de Dados;

IX – Núcleo Estratégico de Articulação Institucional e Apoio aos Órgãos Colegiados;

X – Subsecretaria de Planejamento e Gestão:

a) Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos:

1 – Diretoria de Celebração de Convênios e Parcerias;

2 – Diretoria de Gestão de Termos e Contratos;

3 – Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias;

4 – Diretoria de Prestação de Contas;

b) Superintendência de Gestão, Finanças e Recursos Humanos:

1 – Diretoria de Contabilidade e Finanças;

2 – Diretoria de Recursos Humanos;

3 – Diretoria de Logística e Aquisições;

4 – Diretoria de Gestão Documental, Informação e Tecnologia;

c) Assessoria de Planejamento, Modernização e Dados;

d) Assessoria de Projetos;

XI – Subsecretaria de Assistência Social:

a) Superintendência de Proteção Social Básica:

1 – Diretoria de Serviços e Benefícios Socioassistenciais;

2 – Diretoria de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e Programas Socioassistenciais;

b) Superintendência de Proteção Social Especial:

1 – Diretoria de Proteção Social de Média Complexidade;

2 – Diretoria de Proteção Social de Alta Complexidade;

3 – Centros de Referência Especializados de Assistência Social Regionais – Creas Regionais;

c) Superintendência de Gestão do Sistema Único de Assistência Social –, Vigilância e Capacitação:

1 – Diretoria de Vigilância Socioassistencial;

2 – Diretoria de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social;

3 – Diretoria de Gestão e Regulação do Sistema Único de Assistência Social;

d) Superintendência de Gestão do Fundo Estadual de Assistência Social:

1 – Diretoria de Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social;

2 – Diretoria de Gestão do Cofinanciamento do Sistema Único de Assistência Social;

XII – Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda:

a) Superintendência de Educação Profissionalizante:

1 – Diretoria de Articulação e Planejamento da Educação Profissional;

2 – Diretoria de Implementação e Monitoramento da Educação Profissional;

b) Superintendência de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária:

1 – Diretoria de Monitoramento e Articulação de Oportunidades de Trabalho;

2 – Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador;

3 – Diretoria de Geração de Renda e Economia Popular Solidária;

XIII – Subsecretaria de Direitos Humanos:

a) Superintendência de Promoção, Proteção e Participação Social:

1 – Diretoria de Políticas de Promoção à Cidadania e Educação em Direitos Humanos;

2 – Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos;

3 – Diretoria de Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos;

4 – Diretoria de Monitoramento e Avaliação em Direitos Humanos;

5 – Diretoria de Projetos e Políticas de Direitos Difusos e Coletivos;

b) Superintendência de Políticas Temáticas Transversais:

1 – Diretoria Estadual de Políticas para Igualdade Racial e Povos Tradicionais;

2 – Diretoria Estadual de Políticas de Diversidade;

3 – Diretoria Estadual de Políticas para Crianças e Adolescentes;

4 – Diretoria Estadual de Políticas para as Juventudes;

5 – Diretoria Estadual de Políticas para a População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis;

6 – Diretoria Estadual de Políticas de Migração e de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Trabalho Escravo;

7 – Diretoria Estadual de Políticas para a Pessoa Idosa;

8 – Diretoria Estadual de Políticas para Pessoas com Deficiência;

XIV – Subsecretaria de Esportes:

a) Coordenação Estratégica de Políticas Esportivas;

b) Superintendência de Programas Esportivos:

1 – Diretoria de Incentivo ao Esporte de Participação e Rendimento;

2 – Diretoria de Incentivo ao Desporto Educacional;

c) Superintendência de Fomento e Incentivo ao Esporte:

1 – Diretoria de Gestão da Lei de Incentivo ao Esporte;

2 – Diretoria de Fomento e Pesquisa de Políticas Esportivas;

XV – Subsecretaria de Política de Habitação;

XVI – Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres.

§ 1º – O Núcleo Estratégico de Articulação Institucional e Apoio aos Órgãos Colegiados previsto no inciso IX corresponde ao terceiro nível hierárquico.

§ 2º – O Núcleo Estratégico de Integração, Regionalização e Inovação previsto no inciso VIII corresponde ao terceiro nível hierárquico e as unidades a ele subordinadas são estruturas de quarto nível hierárquico.

Art. 4º – Integram a área de competência da Sedese:

I – por subordinação administrativa:

a) a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais – CEPCT-MG;

b) o Comitê Estadual de Atenção ao Migrante, Refugiado e Apátrida, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo – Comitrate–MG;

c) o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – Ceahvis;

d) o Comitê Estadual para a Prevenção da Tortura e de Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes – CEPT-MG;

e) o Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica – Comiterc;

f) o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual para a População em Situação de Rua;

g) o Conselho Estadual da Economia Popular Solidária – Ceeps;

h) o Conselho Estadual da Mulher – CEM;

i) o Conselho Estadual da Juventude – Cejuve;

j) o Conselho Estadual da Pessoa Idosa – CEI;

k) o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Conped;

l) o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos – Conedh;

m) o Conselho Estadual de Direitos Difusos – Cedif;

n) o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – Conepir;

o) o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda – Ceter;

p) o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – Cedca;

q) o Conselho Gestor do Programa de Proteção a Criança e Adolescente Ameaçados de Morte de Minas Gerais;

r) o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos de Minas Gerais;

s) o Conselho Deliberativo do Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Testemunhas Ameaçadas;

t) o Conselho Estadual de Assistência Social – Ceas;

u) a Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Caisans-MG;

v) o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea-MG;

II – por vinculação:

a) o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene;

b) a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais – Utramig.

ASSESSORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Apresentação

A Assessoria de Segurança Alimentar, setor vinculado ao Gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais se organiza e se estrutura de acordo com o Art. 11, do Decreto Estadual 48.660, de 28 de julho de 2023. A Assessoria de Segurança Alimentar tem como competência promover, apoiar, fomentar, integrar e desenvolver ações e projetos de promoção à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Estado que garantam o acesso à alimentação adequada e saudável à população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional, assegurando a soberania alimentar e o direito à alimentação adequada e saudável, em consonância

com as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Pesans) e do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Plesans) vigente.

A formulação e articulação da Política voltada a temática da Segurança Alimentar e Nutricional encontra-se norteada pelas legislações Lei Federal 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com vistas a assegurar o Direito Humano à Alimentação adequada institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e dá outras providências; o Decreto Federal 7.272, de 25 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei 11.346 e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a Emenda Constitucional 64, de 4 de fevereiro de 2010 que Altera o art. 6º da Constituição Federal de 1988 e introduz a alimentação como direito social. Quanto ao Estado de Minas Gerais a Lei Estadual 22.806, de 29 de dezembro de 2017, dispõe sobre a Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Pesans-MG) e organiza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) no âmbito do Estado; o Decreto Estadual 47.937, de 30 de abril de 2020, altera o Decreto Estadual 47.502, de 2 de outubro de 2018, que regulamenta a Lei Estadual 22.806.

Importante informar que até julho de 2023 a Assessoria de Segurança Alimentar possuía status de Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional, dentro da Superintendência de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional. Registra-se também que a Política de Segurança Alimentar e Nutricional dentro da Sedese, também é desenvolvida pela Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerai (CAISANS-MG) e pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG). Os recursos para a cobertura das despesas de pessoal e os respectivos encargos sociais, pertinentes à remuneração servidores ativos, bem como para os projetos e ações desenvolvidas e executadas pelos setores responsáveis pela Política de SAN encontravam-se alocados Ação 2035 e 4011.

A Assessoria de Segurança Alimentar apresenta este Relatório de Gestão das Ações supracitadas em cumprimento às seguintes normas: Instrução Normativa nº 14/2011 visando ao cumprimento das determinações contidas na Decisão Normativa nº 01/2025, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que "*Dispõe sobre a forma, o conteúdo e o prazo de envio da Prestação de Contas Anual de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, e define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais constituídos, para fins de julgamento pelo Tribunal*", solicitamos elaboração de Relatório sobre a execução física e

orçamentária/financeira relativas ao exercício de 2024 da ação sob responsabilidade da Assessoria de Segurança Alimentar - ASA, no âmbito da Unidade Orçamentária 1481 – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

Conforme a Lei nº 24.677, de 16 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2024-2027, o PPAG 2024-2027 organiza a ação governamental e suas políticas públicas em programas e ações, classificadas como projetos estratégicos e demais projetos e atividades, de acordo com as áreas temáticas, os objetivos estratégicos e as diretrizes estratégicas oriundas do processo de elaboração do PMDI.

Nesse contexto, foi criado o Programa 074 – Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para Todos os Povos do Território Mineiro, cujo objetivo é **desenvolver, assessorar e apoiar políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)** por meio do **fomento e fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN, da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e do incentivo à participação social no Estado de Minas Gerai**s. O programa visa mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional nos municípios mineiros, considerando a **intersetorialidade da temática de SAN, a soberania alimentar, o Direito Humano à Alimentação Adequada e o respeito à territorialidade, regionalidade, cultura alimentar e autonomia municipal.**

O programa abarca as seguintes ações:

- **Ação 2033 – Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais (SISAN MG)**: sob gestão e responsabilidade do secretário executivo da CAISAN-MG.

- **Ação 4197 – Apoio à Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável voltada às ações desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CONSEA-MG): sob gestão e responsabilidade do CONSEA-MG**, tendo como gestor o servidor Ronaldo Cardoso.

- **Ação 4196 – Apoio, Fomento e Articulação de Ações, Projetos e Programas Relativos à Temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**: sob responsabilidade e gestão da servidora Joana Almeida dos Reis Caldeira Brant.

Além disso, outro programa que inclui uma ação orçamentária sob responsabilidade da servidora Joana Almeida dos Reis Caldeira Brant é o **Programa 083 – Políticas de Promoção ao Desenvolvimento Social no Contexto Rural – Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia,** que abarca **a Ação 4416 – Raízes de Minas**, sendo essa voltada ao desenvolvimento de atividades e projetos relacionados à temática.

Salientamos que a ação orçamentária **4364 – Alimentação Complementar na Primeira Infância** não existia durante a vigência de 2024, tendo sido implementada apenas com a **Lei nº 25.123, de 2024**, que dispõe sobre a **revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 para o exercício de 2025**. Dessa forma, não houve execução orçamentária ou física dessa ação ao longo do ano de 2024.

Para fins de julgamento e referência aos documentos e informações que comporão o **Relatório de Gestão**, o qual dispõe sobre o encerramento do exercício e as atividades relativas ao exercício orçamentário-financeiro de 2024, reforçamos que tal ação integra o escopo deste relatório.

Ressaltamos ainda que o **Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG)** foi presidido, no período, por **Simone de Faria Narciso Shiki**, eleita e empossada em 1º de março de 2023, sendo assessorado pelo **Secretário Executivo Ronaldo Cardoso**. Já a **Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CAISAN-MG)** esteve sob a presidência da Secretária de Estado **Elizabeth Jucá e Mello Jacometti,** com assessoria do **Secretário Executivo Walney Martins.**

Metodologia

A avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA, a verificação da legalidade dos atos de gestão orçamentária e financeira, desta Assessoria foram realizadas tendo por base relatórios elaborados por cada área que compõe a **execução Física e Financeira das Ações Orçamentárias 4196 e 4416.**

Dada a extensão de dados, informações e providências que permeiam a gestão anual do exercício orçamentário/financeiro, esta Assessoria procurou trabalhar na dimensão julgada suficiente à sua compreensão e convicção, valendo-se do método de amostragem, da execução física e financeira. As informações lançadas neste Relatório têm por base a data-corte de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024, ressalvadas as exceções previstas no texto.

O Sistema Eletrônico de Informações – SEI foi implantado como ferramenta oficial de processamento eletrônico de documentos, processos e expedientes administrativos no âmbito das unidades administrativas da SEDESE, sendo de utilização obrigatória pelos servidores. O uso do SEI contempla a produção, a tramitação interna e externa de documentos administrativos entre as diversas áreas da SEDESE e entre essas e os usuários externos com os quais se relacionam. Foi aberto o Processo SEI 1480.01.0001512/2025-74, Memorando.SEDESE/SUBPG.nº 28/2025, a fim de que cada

uma das áreas (Assessoria/CAISANS-MG/CONSEA-MG) pudessem neles inserir informações e documentos relacionados à gestão das Ações Orçamentárias 2033,4196,4197 e 4364.

O Processo SEI nº 1480.01.0001512/2025-74 compila, assim, os documentos necessários à prestação de contas do exercício de 2024 da Ação Orçamentária 4196 referente a Assessoria de Segurança Alimentar e da Ação Orçamentária 4197 referente ao CONSEA-MG e e da Ação Orçamentária 2033 referente a CAISANS-MG, extraídos de cada um dos setores as informações julgadas necessárias. Assim, tem-se que os documentos originais preparados pelas áreas Consea-MG e Caisans e Assessoria fazem parte deste processo e são identificados pelos números dos respectivos Memorando: Memorando.SEDESE/CONSEA.nº 17/2025 (108273067) e Memorando.SEDESE/GAB-CAISANS.nº 32/2025 (109447925).

De acordo com o Memorando.SEDESE/SUBPG.nº 28/2025 (108043489) o item 3, do ANEXO III, da Decisão Normativa Nº 01/2025 o Relatório de Gestão das Ações deverá ser apresentado até o dia 19 de março de 2025, visando à consolidação das informações de toda a Secretaria de Estado para construção do Relatório de Gestão Final que irá compor a Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE) - exercício 2024:

> Conforme item 3 do ANEXO III da Decisão Normativa Nº 01/2025, temos que o Relatório de Gestão deverá conter no mínimo as seguintes informações:
>
> a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:
>
> . (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;
>
> . (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e
>
> . (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;
>
> b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da

> Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Em face do referido comando, todos os arquivos correlatos à matéria foram produzidos na plataforma do SEI e inseridos, no Processo 1480.01.0001512/2025-74.

A metodologia utilizada pela Equipe da Assessoria de Segurança Alimentar, para apresentar as **informações concernentes as Ações 4196 e 4416** transcorre pelo escopo de atuação do Estado apresentado na descrição do Programa e da Ação; pelas respectivas metas físicas e orçamentárias, pelas proposições de diretrizes orçamentarias dentro da programação física e financeira da ação; na sequência, especifica-se quais os recursos que irão financiar cada ação e as respectivas despesas; a programação e a execução do planejamento governamental executado no ano de 2024; e a análise da execução e situação da ação.

As informações utilizadas neste Relatório estão contidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan) que é um instrumento utilizado, obrigatoriamente, por todos os órgãos e Poderes do Estado. Foi criado pelo Estado para apoiar o planejamento, o monitoramento, a execução, a avaliação e a revisão das ações contidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG); capaz de organizar e integrar todas as informações em uma rede de gerenciamento que objetiva ser transparente (art. 6º da Lei 21.968, de 14 de janeiro de 2016).

Nesse contexto, as informações contidas no SIGPlan estabelecem um processo contínuo de informações municiadas pelos gestores de cada Ação, propiciando uma visão global do planejamento, do orçamento e da execução; fornecendo informações essenciais aos atores responsáveis pela condução estratégica do governo, ao mesmo tempo que torna transparente os dados à sociedade civil. Segundo o Manual de Monitoramento do PPAG:

> A base de dados do módulo de monitoramento do SIGPlan contém informações qualitativas e quantitativas sobre a programação e a execução física e orçamentária de todos os programas e ações que compõem o PPAG, sendo composta de dados provenientes de diversas fontes, entre as quais se destacam:
>
> - Dados qualitativos e quantitativos sobre a execução e a regionalização física e orçamentária fornecidos pelos gestores dos programas e ações, bem como pelas unidades de planejamento e orçamento; INTRODUÇÃO SIGPLAN SCPO 5
> - Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI;

- Dados do Sistema Orçamentário – SISOR;
- Dados do Sistema Eletrônico de Administração de Pessoal do Estado de Minas Gerais – SISAP. MINAS GERAIS, 2019.

Fluxo do processo de construção do Relatório:

Ø CAISANS-MG - Organizar as informações detalhadas acerca da programação, da execução e da regionalização física e orçamentária da ação no exercício, já apresentados no SIGPlan. Encaminhar aos representantes da Assessoria referente as ações já realizadas em sua respectiva Ação Orçamentária.

Ø CONSEA-MG - Organizar as informações detalhadas acerca da programação, da execução e da regionalização física e orçamentária da ação no exercício, já apresentados no SIGPlan. Encaminhar aos representantes da Assessoria referente as ações já realizadas em sua respectiva Ação Orçamentária.

Ø A Assessoria - Organizar as informações detalhadas acerca da programação, da execução e da regionalização física e orçamentária da ação 4196 e 4416 no exercício, já apresentados no SIGPlan. Copilar os dados da ação 4197 e 2033 e encaminhar para a Equipe da Superintendência de Gestão, Finanças e Recursos Humanos - SGFRH para que possa disponibilizar o documento aos TCE.

Informações das ações 4196 e 4416

Avaliação do cumprimento e da execução das metas previstas no Plano Plurianual

As interações existentes entre as políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, SAN, são de grande amplitude por se constituírem para além da garantia do acesso ao alimento. Envolvem desde a quantidade suficiente, a qualidade nutricional, a inocuidade, a garantia de produção de alimentos em nível familiar, a garantia do comércio, o respeito à cultura local, entre outros processos. E é nesse sentido, que a Política Estadual de SAN tem como objetivo desenvolver ações e implementar políticas públicas de natureza estratégica, e na medida em que orienta ações em várias áreas de atuação do Estado, ela requer mecanismos e instrumentos permanentes para assegurar sua consecução.

O planejamento Estadual utiliza instrumentos normatizados e consolidados pela Constituição Federal e Estadual, para o Planejamento da Administração Pública Estadual de curto, médio e longo prazo, do setor público. Os instrumentos utilizados são: o Plano Plurianual, chamado pela Constituição Mineira de Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG)[1]; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)[2]; a Lei de Orçamento Anual (LOA)[3] e o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)[4].

O Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2024-2027 foi revisto para o exercício de 2024 pela Lei nº 24.677, de 2024, que dispõe sobre a revisão do PPAG 2024-2027 para o exercício de 2024.

O Programa 074 - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para Todos os Povos do Território Mineiro inclui a Ação 4196 – Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
Além disso, o Programa 083 - Políticas de Promoção ao Desenvolvimento Social no Contexto Rural – Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia contempla a Ação 4416 – Raízes de Minas.
Ambos os programas e suas respectivas ações estão representados no Volume I - Anexo I - Programas e Ações por Área Temática.
A Lei nº 24.677, de 2024, também estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2024.

Apresentação da visão geral da unidade jurisdicionada, estrutura organizacional e legislação aplicável

A Tabela 01 apresenta dados gerais do Programa como: atributos qualitativos, informações que possibilitam compreender o motivo social pelo qual o programa foi criado, descrevendo o que pretendente enfrentar e de que modo pretende enfrentar.

Tabela 01 – Informações referente ao Programa 067

Programa 074 - Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para Todos os Povos do Território Mineiro	
UNIDADE RESPONSAVEL:	1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
OBJETIVO DO PROGRAMA:	Desenvolver, assessorar e apoiar políticas públicas de segurança alimentar e nutricional por meio do fomento e fortalecimento dos equipamentos públicos de SAN, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e da participação social no estado de Minas Gerais, a fim de mitigar a fome e a vulnerabilidade alimentar e nutricional nos municípios mineiros, considerando a intersetorialidade da temática de SAN, a soberania alimentar, o direito humano à alimentação adequada e o respeito à territorialidade, regionalidade, cultura alimentar e autonomia municipal.
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL	
1- ERRADICAÇÃO DA POBREZA 2- FOMEZEROEAGRICULTURASUSTENTÁVEL	
OBJETIVOS ESTRATEGICOS	

DESENVOLVIMENTO SOCIAL
- REDUZIR A VULNERABILIDADE SOCIAL PROMOVENDO O ACESSO A DIREITOS E A TRAJETÓRIA PARA AUTONOMIA
DIRETRIZES ESTRATEGICAS
• APRIMORAR A PROTEÇÃO SOCIAL OFERTADA PELO ESTADO, POR MEIO DE AÇÕES INOVADORAS QUE ENVOLVAM A ASSISTÊNCIA SOCIAL, A PROMOÇÃO DE DIREITOS, O EMPREENDEDORISMO, O ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO, O AUMENTO DA EMPREGABILIDADE E A GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES, PARA QUE OS CIDADÃOS TRANSITEM DE UMA SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA A AUTONOMIA SOCIAL. • DESENVOLVER, ARTICULAR E FOMENTAR INICIATIVAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELOS MUNICÍPIOS E CONSÓRCIOS DE ACORDO COM AS DEMANDAS E ESPECIFICIDADES REGIONAIS. • PRIORIZAR A CONCEPÇÃO E A EXECUÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO APLICADAS ÀS REGIÕES DE MAIOR VULNERABILIDADE SOCIAL. • PROMOVER INICIATIVAS EM COLABORAÇÃO COM ORGANIZAÇÕES PRIVADAS, ENTES PÚBLICOS DE DIFERENTES NÍVEIS FEDERATIVOS E COM A SOCIEDADE, VISANDO A TRAJETÓRIA PARA A AUTONOMIA.

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA

UO: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (01481)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Dez % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Dez % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Dez (A/B)	Farol
Programa: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL PARA TODOS OS POVOS DO TERRITÓRIO MINEIRO (0074)						
DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG (2033)	172,34	😐	0,32	☹	538,56	😐
APOIO, FOMENTO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS À TEMÁTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (4196)	97,62	🙂	141,56	😐	0,69	☹
APOIO À POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL VOLTADA ÀS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL - CONSEA/MG (4197)	103,70	🙂	37,81	☹	2,74	😐

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

Ação 4196 - Apoio, fomento e articulação de ações, projetos e programas relativos à temática de segurança alimentar e nutricional sustentável

A. Apresentação da visão geral da Ação

A Tabela 02 possibilita apresentar os atributos qualitativos, informações que possibilitam compreender o motivo social pelo qual a ação foi criada, descrevendo o que pretendente promover e de que modo pretende.

Tabela 02 – Informações referente a Ação 4196

AÇÃO: 4196 - APOIO, FOMENTO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS À TEMÁTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL

UNIDADE RESPONSAVEL:	1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FINALIDADE:	PROMOVER A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR MEIO DE ARTICULAÇÃO, APOIO E FOMENTO DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES QUE VISEM O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RURAL, PERIURBANA E URBANA, O FORTALECIMENTO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN, A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO AO ALIMENTO EM QUALIDADE E QUANTIDADE ADEQUADA, A SENSIBILIZAÇÃO DO CONSUMO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS, COM RESPEITO À CULTURA ALIMENTAR, À AGROBIODIVERSIDADE, À SOBERANIA ALIMENTAR E AOS AGROSSISTEMAS, A EXEMPLO DE: BANCOS DE SEMENTES CRIOULAS, BANCO DE ALIMENTOS, HORTAS COMUNITÁRIAS, COZINHAS COMUNITÁRIAS, EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL, APOIO À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E À PESQUISA E DIAGNÓSTICOS DE SANS.
PRODUTO: ATIVIDADE APOIADA	
UNIDADE DE MEDIDA: MUNICÍPIOS MINEIROS E SOCIEDADE CIVIL	
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: As atividades apoiadas contabilizadas no produto referem- se aos fomentos aos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e atividades de assessoria aos municípios de Minas Gerais na construção dos projetos e plano de trabalho para participar dos Editais.	
PUBLICO-ALVO: Municípios	
LEGISLAÇÕES: LEI ESTADUAL 22.806; DECRETO ESTADUAL 47.502 - Decreto Nº 48660, de 28 de julho de 2023	

Fonte: PPAG 2024 - Volume I Anexo I - Programas e Ações por área temática

B. Descrição de execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza de despesa;

A Programação Física e Financeira permite observar a programação para se alcançar o objetivo da *Ação* envolvendo as operações físicas e financeiras de forma subdividida pelos territórios de Desenvolvimento ou de forma geral. As metas físicas relacionam-se à ***quantidade de produto*** (bem, serviço ou transferência financeira) a ser entregue à sociedade ou à própria administração pública. Já

as ***metas orçamentárias*** trata-se do valor anual a ser gasto em cada ação, englobando as despesas de custeio.

Tabela 03 – Metas Físicas e Financeira constantes no PPAG da Ação 4196, ano de referência 2024

Ação: APOIO, FOMENTO E ARTICULAÇÃO DE AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS À TEMÁTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (4196)

Produto: **ATIVIDADE APOIADA** Unid. de Medida: **UNIDADE**

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	710.389,00	710.389,00	0,00	0,00	710.389,00	0,00	0,00
1.71.1	0,00	149.908,34	0,00	0,00	149.908,34	0,00	0,00
3.10.1	273.103,00	205.360,20	0,00	0,00	205.360,20	0,00	0,00
3.10.7	86.347,00	86.347,00	0,00	0,00	86.347,00	0,00	0,00
3.71.1	0,00	731.322,43	241.351,40	241.351,40	489.971,03	33,00	33,00
3.71.7	0,00	14.391,34	0,00	0,00	14.391,34	0,00	0,00
4.10.1	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.10.4	0,00	2.250.000,00	2.175.788,65	2.175.788,65	74.211,35	96,70	96,70
4.10.8	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.71.1	0,00	1.409.523,17	1.220.695,55	1.220.695,55	188.827,62	86,60	86,60
TOTAL	**2.569.839,00**	**5.557.241,48**	**3.637.835,60**	**3.637.835,60**	**1.919.405,88**	**65,46**	**65,46**

Dados atualizados até Dez/2024 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
97,62	☺	141,56	😐	0,69	☹

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C)
Físico	42	45	42	41	97,62	91,11	97,62
Financeiro	2.569.839,00	5.557.241,48	2.569.839,00	3.637.835,60	141,56	65,46	141,56

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

(ii) os indicadores de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027;

Detalhamento da Implementação:

Edital SEDESE 005-2024 - Banco de Alimentos

Em 2024, foi lançado o Edital SEDESE Nº 05/2024, com o objetivo de habilitar até 20 equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, por meio do repasse de R$ 60.000,00 para cada unidade. O edital convocou os interessados a apresentarem propostas de modernização e

aprimoramento dos Bancos de Alimentos, permitindo que os municípios acessassem recursos estaduais para investimento em infraestrutura e equipamentos.

A implementação do edital ocorreu mediante o envio das propostas pelos municípios através do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), seguido pela análise e julgamento por uma Comissão Julgadora designada pela SEDESE. As propostas aprovadas foram formalizadas por meio de convênios, garantindo o repasse financeiro e contribuindo para o fortalecimento dos Bancos de Alimentos municipais na promoção da segurança alimentar e nutricional.

No dia 2 de julho de 2024, foi publicado o resultado do Edital de Credenciamento, habilitando os seguintes municípios: Belo Horizonte, Bugre, Caratinga, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Gonzaga, Governador Valadares, Guaranésia, Inhapim, Ipaba, José Raydan, Mesquita, Peçanha, Piedade de Caratinga, Pingo d'Água, Raul Soares, Ribeirão das Neves, São Domingos das Dores e Vermelho Novo.

Após o período de vedações eleitorais, foram avaliados os planos de trabalho inseridos no SIGCON, e os seguintes municípios cumpriram todos os requisitos: Belo Horizonte, Bugre, Caratinga, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Gonzaga, Governador Valadares, Inhapim, Ipaba, José Raydan, Mesquita, Peçanha, Piedade de Caratinga, Pingo d'Água, Raul Soares, Ribeirão das Neves, São Domingos das Dores e Vermelho Novo. O município de Guaranésia não recebeu o recurso devido a irregularidades no CAGEC.

Processo	Município
1480.01.0005151/2024-85	Belo Horizonte
1480.01.0004993/2024-83	Bugre
1480.01.0005143/2024-10	Caratinga
1480.01.0005117/2024-33	Engenheiro Caldas
1480.01.0005093/2024-02	Entre Folhas
1480.01.0005161/2024-09	Gonzaga
1480.01.0005135/2024-32	Governador Valadares
1480.01.0005139/2024-21	Guaranésia
1480.01.0005154/2024-04	Inhapim
1480.01.0005108/2024-82	Ipaba
1480.01.0005109/2024-55	Jose Raydan
1480.01.0005140/2024-91	Mesquita
1480.01.0005106/2024-39	Peçanha
1480.01.0005098/2024-61	Piedade de Caratinga
1480.01.0005112/2024-71	Pingo D'agua

1480.01.0005100/2024-07	Raul Soares
1480.01.0005145/2024-53	Ribeirão da Neves
1480.01.0005127/2024-54	Santa Maria do Suaçuí
1480.01.0005148/2024-69	São Domingo das Dores
1480.01.0005137/2024-75	Vermelho Novo

Emendas Parlamentares da Comissão de Participação Popular

Em 2024, a Comissão de Participação Popular destinou recursos de emendas parlamentares para a celebração de convênios com 18 municípios para aquisição de veículos furgões destinados aos Bancos de Alimentos. Os municípios contemplados foram: Raul Soares, São José do Jacuri, São Sebastião do Anta, Pingo D' água, Ipaba, Santana do Paraíso, Peçanha, Entre Folhas, Simonésia, Serro, Senador Modestino Gonçalves, Ribeirão das Neves, Coluna, Iapu, Pompéu, São Domingos das Dores, Chalé e Bocaiuva

Cada município receberá R$ 125.000,00, totalizando um investimento de R$ 2.250.000,00 para a aquisição dos veículos.

Os principais beneficiários do projeto são os municípios e suas respectivas populações em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, que passam a contar com um serviço aprimorado de arrecadação e distribuição de alimentos saudáveis. O projeto fortalece a política municipal de segurança alimentar, reduzindo o desperdício de alimentos e promovendo uma alimentação mais adequada e saudável, alinhada com os direitos fundamentais.

Processo SEI	**Município**
1480.01.0003880/2024-64	Raul Soares
1480.01.0004295/2024-14	São José do Jacuri
1480.01.0004316/2024-29	São Sebastião do Anta
1480.01.0004323/2024-34	Pingo Dágua
1480.01.0004350/2024-81	Ipaba
1480.01.0004621/2024-39	Santana do Paraíso
1480.01.0004766/2024-04	Peçanha
1480.01.0004791/2024-08	Entre Folhas
1480.01.0004833/2024-38	Simonesia
1480.01.0004834/2024-11	Serro
1480.01.0004835/2024-81	Senador Modestino Gonçalves
1480.01.0004837/2024-27	Ribeirão das Neves
1480.01.0004838/2024-97	Coluna

1480.01.0004839/2024-70	Iapu
1480.01.0004840/2024-43	Pompéu
1480.01.0004842/2024-86	São Domingos das Dores
1480.01.0004845/2024-05	Chalé
1480.01.0004883/2024-46	Bocaiuva

Projeto Cozinhas Comunitárias

No Edital de 2024, cada cozinha comunitária contemplada recebeu um repasse de R$ 60.000,00. Os municípios habilitados para apresentar a documentação necessária à formalização do convênio foram: Belo Horizonte, Alfenas, Campo Belo, Buritis, Elói Mendes, Formoso, Vespasiano e Guaranésia.

Durante o período estipulado pelo edital para a apresentação da documentação complementar, o município de Vespasiano não conseguiu concluir o cadastro. Os municípios de Belo Horizonte, Campo Belo, Buritis, Elói Mendes e Formoso receberam os recursos entre os dias 2 e 6 de julho. Já os municípios de Alfenas e Guaranésia não puderam receber os repasses devido a irregularidades no CAGEC, mesmo após o fim das vedações eleitorais.

Processo SEI	**Município**
1480.01.0003898/2024-63/ 1480.01.0003905/2024-68	Campo Belo
1480.01.0003895/2024-47	Buritis
1480.01.0003888/2024-42/ 1480.01.0003916/2024-62	Elói Mendes
1480.01.0003909/2024-57	Formoso
1480.01.0003912/2024-73/ 1480.01.0003913/2024-46	Belo Horizonte
1480.01.0003918/2024-08	Vespasiano
1480.01.0003911/2024-03	Guaranésia
1480.01.0003823/2024-51	Alfenas

Parceria com o IDENE - Projeto Leite para a Primeira Infância

O Projeto Leite para a Primeira Infância se configura como uma concessão de benefício temporário voltado à suplementação alimentar de crianças entre 2 e 6 anos de idade. A ação intersetorial estabelecida pelo Instituto e a Sedese visa mitigar as vulnerabilidades sociais e alimentares por meio da distribuição gratuita de leite bovino para crianças de 02 a 06 anos de idade que se encontram em situação de vulnerabilidade social. O objetivo é garantir o acesso ao alimento leite, essencial ao desenvolvimento físico, cognitivo e social dessas crianças; possibilitando inclusão social e a redução das desigualdades, beneficiando especialmente famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com foco em mães solo.

A proposta, estabelece a aquisição de leite bovino de agricultores familiares e sua respectiva distribuição para beneficiários em vulnerabilidade nos municípios da área de atuação deste Instituto, com recorte específico para a 1ª infância, dentro da Ação Orçamentária 4320 - Distribuição de Leite Adquirido da Agricultura Familiar, para Beneficiários em Insegurança Alimentar só se faz possível pela suplementação orçamentária que será realizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG ao Idene, com a devida autorização do Comitê de Orçamento e Finanças (COFIN), para o ano de 2024 e a no valor de R$ 9.910.080,00 (nove milhões, novecentos e dez mil e oitenta reais).

Dentro do Programa 124 - Promoção do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais inserido na estrutura de governança deste Instituto, tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da região por meio da implantação de ações que visem sanar vulnerabilidades sociais, promover a geração de renda, incrementar a produtividade agrícola e o desenvolvimento da agricultura familiar e estabelecer parcerias para fortalecer as vocações regionais. O Programa apresenta em seu escopo quatro ações orçamentárias, que são: Ação 4346 - Distribuição de Leite Adquirido a Agricultura Familiar, para Beneficiários Em Insegurança Alimentar; Ação: 4323 - Apoio às Feiras Livres para Ampliar a Geração de Renda e Desenvolvimento Econômico Local; Ação: 4325 - Promoção do Desenvolvimento Socioeconômico do Norte e Nordeste de Minas Gerais; Ação: 4516 - Apoio à Mecanização da Produção Agrícola.

Ao longo de 2024, foram tratadas as questões burocráticas necessárias para a sua execução, garantindo a viabilização da iniciativa e seu impacto positivo na segurança alimentar e nutricional das crianças atendidas.

Referência 2420.01.0001252/2024-08:

- ✓ Resolução Conjunta SEDESE/IDENE Nº 01/2024 - Ata
- ✓ 1ª REUNIÃO DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA LEITE PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

Indicadores de Desempenho:

- ✓ Equipamentos Públicos fomentados - Convênios efetivados

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

Não se aplica.

C. Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso;

Importa informar que referente ao ano de 2024, foram pactuadas metas entre Assessoria Estratégica (AEST) da SEDESE-MG e Assessoria de Segurança Alimentar (ASA), como demonstra a Tabela 04.

Tabela 04 – Produtos pactuados Assessoria Estratégica SEDESE-MG e ASA

METAS 2024			
Pactuado com a Assessoria Estratégica da SEDESE-MG	**Meta Física**		**Observações**
	Programada AEST	Executada	
Banco de Alimentos Conveniados	20	19	Belo Horizonte, Bugre, Caratinga, Engenheiro Caldas, Entre Folhas, Gonzaga, Governador Valadares, Inhapim, Ipaba, José Raydan, Mesquita, Peçanha, Piedade de Caratinga, Pingo d'Água, Raul Soares, Ribeirão das Neves, São Domingos das Dores e Vermelho Novo.
Banco de Alimentos – Emenda da CPP	18	18	Raul Soares, São José do Jacuri, São Sebastião do Anta, Pingo D' água, Ipaba, Santana do Paraíso, Peçanha, Entre Folhas, Simonésia, Serro, Senador Modestino Gonçalves, Ribeirão das Neves, Coluna, Iapu, Pompéu, São Domingos das Dores, Chalé e Bocaiuva
Cozinhas Comunitárias Conveniadas	10	5	Belo Horizonte, Campo Belo, Buritis, Elói Mendes, Formoso.

Elaborada pela Assessoria de Segurança Alimentar

META FÍSICA - AÇÃO 4011						
TERRITÓRIO	Meta (2021)		Meta (20202)		Meta (2023)	
	Meta Pactuada	Executada	Meta Pactuada	Executada	Meta Pactuada	Executada
Estadual	1	622	17	0	519	532
Total	1	622	17	0	519	532

Elaborada pela Assessoria de Segurança Alimentar

Comparativo entre a Meta Financeira dos anos 2021, 2022 e 2023 da Meta programada no PPAG e executada, dos respectivos anos.

Tabela 09 – Meta Financeira dos anos 2021, 2022 e 2023

META FINANCEIRA - AÇÃO 4011						
TERRITÓRIO	Meta (2021)		Meta (20202)		Meta (2023)	
	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Executada	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Executada	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Executada
Estadual	R$901.000,00	R$478.611,22	R$1.141.000,00	R$858.476,52	R$3.500.000,00,	R$1.688.827,94
Total	R$901.000,00	R$478.611,22	R$1.141.000,00	R$858.476,52	R$3.500.000,00,	R$1.688.827,94

Elaborada: pela Assessoria de Segurança Alimentar

G. Esclarecimentos descritivos acerca da movimentação e da composição dos elementos contidos nos demonstrativos previstos nos itens 4 a 17, a seguir, com informações análogas àquelas exigidas para a elaboração de Notas Explicativas às DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, notadamente quanto a exposição de motivo a respeito de variações significativas de contas/saldos de um exercício para o outro, do detalhamento da composição das contas mais relevantes (como créditos por danos ao patrimônio), dos critérios utilizados para o cálculo e registro das depreciações e amortizações, da metodologia utilizada para mensurar as provisões, ativos e passivos contingentes, dentre outras julgadas relevantes.

A análise da execução apresenta o desempenho da ação a partir da comparação entre as metas programadas e realizadas do período monitorado. As Tabelas 10 e 11 permitem observar o crédito inicial, o crédito autorizado, o que foi empenhado e liquidado no período de janeiro a dezembro possibilitando analisar o desempenho da Ação.

Tabela 10 – Análise da Execução da Ação

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	710.389,00	710.389,00	0,00	0,00	710.389,00	0,00	0,00
1.71.1	0,00	149.908,34	0,00	0,00	149.908,34	0,00	0,00
3.10.1	273.103,00	205.360,20	0,00	0,00	205.360,20	0,00	0,00
3.10.7	86.347,00	86.347,00	0,00	0,00	86.347,00	0,00	0,00
3.71.1	0,00	731.322,43	241.351,40	241.351,40	489.971,03	33,00	33,00
3.71.7	0,00	14.391,34	0,00	0,00	14.391,34	0,00	0,00
4.10.1	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.10.4	0,00	2.250.000,00	2.175.788,65	2.175.788,65	74.211,35	96,70	96,70
4.10.8	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.71.1	0,00	1.409.523,17	1.220.695,55	1.220.695,55	188.827,62	86,60	86,60
TOTAL	**2.569.839,00**	**5.557.241,48**	**3.637.835,60**	**3.637.835,60**	**1.919.405,88**	**65,46**	**65,46**

Dados atualizados até Dez/2024 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

Tabela 11 – Status da Execução da Ação no ano de 2024

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
97,62	☺	141,56	😐	0,69	☹

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

O desempenho físico da ação reflete a execução dos fomentos aos equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional, evidenciada pela publicação dos **Editais de Modernização** (**Edital SEDESE 005/2024** e **Edital SEDESE 003/2024**) e pelo cumprimento da **emenda da Comissão de Participação Popular (Indicação nº 150033)**.

O percentual de **97,62% da meta física planejada** foi alcançado, ficando ligeiramente abaixo dos 100% devido a **irregularidades no Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais (CAGEC)** de alguns municípios. Especificamente, **Guaranésia**, que concorreu com **um equipamento no Edital de Banco de Alimentos e um no Edital de Cozinhas Comunitárias**, e **Alfenas**, que havia sido habilitado no Edital de Cozinhas Comunitárias com **quatro equipamentos**, não puderam ser contemplados.

O Status subestimado refere-se dimensões orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 141% perante a meta programada. Quanto a este processo justifica-se a execução orçamentária subestimada decorrente dos recursos suplementados pela Comissão de Participação Popular (CPP).

Importa informar que para a elaboração das informações estabelecidas acima foram utilizados dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN e do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, do Governo do Estado de Minas Gerais.

Cumpre esclarecer que a contagem da meta física para a Ação 4196 foi feita segundo a metodologia do SIGPLAN, em que os valores lançados mensalmente não se somam a totalização anual, sendo automaticamente alimentada pelo maior valor mensal executado durante o exercício.

Ação 4416

A Tabela 12 possibilita apresentar os atributos qualitativos, informações que possibilitam compreender o motivo social pelo qual a ação foi criada, descrevendo o que pretendente promover e de que modo pretende.

Tabela 12 – Informações referente a Ação 4416

AÇÃO:4416-RAÍZESDEMINAS	
UNIDADE RESPONSAVEL:	1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
FINALIDADE:	Dentre as ações desenvolvidas pelo Programa Percursos Gerais está o Projeto Raízes de Minas, que tem como objetivo garantir que os(as) agricultores(as) familiares, pequenos produtores e comunidades tradicionais, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social presentes no território atendido pelo Percursos Gerais, tenham garantido o Direito Humano à Alimentação Adequada e à Segurança Alimentar e Nutricional, por meio do apoio ao desenvolvimento da produção agrícola familiar de modo sustentável, da melhoria da qualidade da alimentação das famílias e do entorno, além de auxiliar no processo de escoamento da produção para os mercados institucionais e demais. Outro objetivo do projeto é o apoio aos municípios na construção e estruturação da política municipal de segurança alimentar e nutricional. O projeto desenvolve ações integradas para atingir este objetivo, dentre elas: a distribuição de kits de irrigação aos(as) agricultores familiares e/ou pequenos(as) produtores, o fomento à produção, preferencialmente à produção agroecológica e de sementes crioulas, e o fortalecimento da política municipal de segurança alimentar e nutricional por meio de capacitações dos municípios para adesão ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.
PRODUTO: TOTAL DE MUNICÍPIOS APOIADOS	
UNIDADE DE MEDIDA: MUNICÍPIO	
PUBLICO-ALVO: MUNICÍPIOS, AGRICULTORES FAMILIARES RURAIS E URBANOS, FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL E INSEGURANÇA ALIMENTAR, PROGRAMAS, PROJETOS, AÇÕES E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SAN FOMENTADOS	
LEGISLAÇÕES: LEI ESTADUAL 22.806; DECRETO ESTADUAL 47.502, Decreto Nº 48660, de 28 de julho de 2023	

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

A. Descrição de execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza de despesa;

A Programação Física e Financeira por Territórios de Desenvolvimento permite observar a programação para se alcançar o objetivo da *Ação* envolvendo as operações físicas e financeiras, subdivididas pelos territórios de Desenvolvimento. As metas físicas relacionam-se à ***quantidade de produto*** (bem, serviço ou transferência financeira) a ser entregue à sociedade ou à própria administração pública. Já as ***metas orçamentárias*** trata-se do valor anual a ser gasto em cada ação, englobando as despesas de custeio.

Importa informar que a Meta Física e Financeira Programada e Executada da Ação 4416 refere-se ao Projeto Raízes de Minas que faz parte do *Programa Estratégico Percursos Gerais: Trajetória para a Autonomia* e que a previsão orçamentária registrada na LOA de 2024 foi de R$ 3.492.440,00 (Três milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e quarenta reais).

Tabela 13 – Metas Físicas e Financeira constantes no PPAG da Ação 4416, ano de referência 2024

NÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta PPAG - Crédito inicial (A)	Meta reprogramada - Crédito autorizado (B)	Programado Jan/Dez (C)	Realizado Jan/Dez (D)	Realizado Jan/Dez / meta PPAG - % (D/A)	Realizado Jan/Dez / meta reprogramada - % (D/B)	Realizado Jan/Dez / Prog. Jan/Dez - % (D/C)
Físico	52	29	52	2	3,85	6,90	3,85
Financeiro	3.492.440,00	4.521.586,66	3.492.440,00	194.537,08	5,57	4,30	5,57

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

(i) os indicadores de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027;

- · **Suplementação de recursos à SEAPA no valor de R$1. 558.000.00** para a aquisição dos kits de irrigação restantes, destinados a 20 famílias de cada município contemplado.
- · **Acompanhamento do processo licitatório conduzido pela SEAPA**, por meio de reuniões periódicas, assegurando a regularidade e o andamento da compra dos kits de irrigação.
- · **Realização dos procedimentos para aquisição dos Kits de Apoio à Produção**, conduzidos pela Assessoria de Segurança Alimentar em conjunto com a Subsecretaria de Planejamento e Gestão, incluindo a licitação e aquisição dos insumos produtivos.

- · Realização do processo licitatório para a aquisição dos Kits de Apoio à Produção, conduzido pela Subsecretaria de Planejamento e Gestão, e homologação da contratação, no montante de R$193.950,10 (cento e noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais e dez centavos). Processo nº 1480.01.0003252/2024-45/1480.01.0016545/2024-34.
- · **Elaboração dos documentos e articulação para a contratação da Emater**, responsável pela distribuição dos kits às famílias, pela realização de oficinas técnicas de capacitação e pela aplicação de diagnósticos amostrais de perfil de entrada e saída das famílias, com o objetivo de avaliar os impactos do projeto.

(ii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

O Projeto Raízes de Minas não é uma iniciativa isolada, mas parte integrante do Programa Percursos Gerais, atuando de forma integrada e sinérgica com suas demais ações intersetoriais. Seu objetivo é fortalecer a produção agrícola familiar sustentável, garantindo o acesso a alimentos de qualidade e promovendo a segurança alimentar e nutricional de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, busca possibilitar a geração de renda a partir da comercialização do excedente da produção.

O ano de 2024 marcou o redesenho metodológico do Percursos Gerais, que avançou para o 2º ciclo de execução, ampliando sua atuação para 56 novos municípios. Esse ciclo traz aprimoramentos na seleção dos municípios beneficiados, que passaram a ser definidos com base nos seguintes critérios:

- Municípios não contemplados no primeiro ciclo;
- Classificação como rural segundo a tipologia do IBGE;
- Localização na área de abrangência da Sudene;
- Índices de vulnerabilidade climática extrema, muito alta ou alta;
- Percentual de famílias em situação de privação acima da média estadual, conforme o Cadastro Único e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM);
- Inserção nas regionais da Sedese de Almenara, Araçuaí, Montes Claros e Salinas.

O público-alvo do Raízes de Minas e do Percursos Gerais é o mesmo: famílias rurais em situação de pobreza e extrema pobreza. A trajetória dessas famílias no programa se inicia no Projeto Aproximação SUAS, que mapeia suas necessidades e vocações dentro da assistência social básica. A partir desse

diagnóstico, são encaminhadas para iniciativas de inclusão produtiva, como o Raízes de Minas. Os beneficiários do Raízes de Minas são agricultores familiares ou pequenos produtores rurais inscritos no CadÚnico e acompanhados pela rede de assistência social local. São famílias com vocação produtiva, acesso a um pequeno pedaço de terra (próprio ou cedido) e disponibilidade de água para o cultivo. Além do critério socioeconômico (renda per capita dentro dos limites de programas sociais), também foi considerada a capacidade produtiva e o interesse na agricultura de subsistência – como famílias que já mantêm ou desejam implantar hortas, pomares ou lavouras de pequena escala para consumo próprio.

No 2º ciclo do programa, a identificação e validação das famílias beneficiárias foram realizadas pelas equipes locais durante as etapas iniciais do Percursos Gerais, por meio do Projeto Aproximação SUAS, que realizou busca ativa e diagnósticos. Dessa forma, a seleção seguiu critérios técnicos e sociais objetivos, priorizando aqueles que mais necessitam e têm condições de utilizar os kits de produção de forma eficiente.

Em 2024, as ações do Projeto Raízes de Minas avançaram significativamente nos aspectos administrativos e operacionais, garantindo a estrutura necessária para a execução plena da iniciativa. Durante esse período, foram realizadas etapas fundamentais, como a aquisição dos kits de irrigação e de apoio à produção, a formalização do termo de cooperação técnica entre a SEDESE e a SEAPA e a contratação da Emater para a assistência técnica. No entanto, **devido às restrições eleitorais, a entrega direta dos kits aos beneficiários não pôde ser realizada no período vedado, sendo programada para ocorrer assim que permitido, garantindo o cumprimento da legislação e a continuidade das ações planejadas.**

B. Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso;

Importa informar que referente ao ano de 2024, foram pactuadas metas entre Assessoria Estratégica (AEST) da SEDESE-MG e a Assessoria de Segurança Alimentar (ASA), como demonstra a Tabela 14.

Tabela 14 – Produtos pactuados Assessoria Estratégica SEDESE-MG e ASA

METAS 2024			
Pactuado com a Assessoria Estratégica da SEDESE-MG	**Meta Física**		**Observações**
	Programada AEST	Executada	
Projeto Raízes de Minas - Kit Irrigação	1360	240	Ao longo de 2024, a SEAPA, realizou a entrega dos kits de irrigação para os **12 municípios** participantes do 1º ciclo do Programa Percursos Gerais, com a distribuição de 20 kits para cada município. Essa ação garantiu o atendimento às famílias dessas localidades e permitiu o cumprimento da meta de distribuição nos 73 municípios contemplados, **totalizando 240 kits.** Além disso, com o recurso de R$ 1.558.000,00, a SEAPA conseguiu adquirir um volume maior de kits de irrigação, o que permitirá ampliar o atendimento às famílias beneficiárias. Inicialmente, o planejamento previa a distribuição de 20 kits por município em 2024 e outros 20 em 2025. No entanto, com essa otimização na aquisição, será possível atender diretamente as 40 famílias elegíveis do Programa Percursos Gerais já em 2025, sem a necessidade de uma nova suplementação orçamentária para a SEAPA. Dessa forma, foi realizada a compra dos kits destinados aos 56 municípios do 2º ciclo do programa, **totalizando 2.240 kits.** No entanto, devido às vedações eleitorais e ao calendário unificado do programa, a entrega desses kits aos municípios e famílias será realizada em 2025, garantindo o cumprimento da legislação e a adequada implementação da ação. .
Projeto Raízes de Minas – Kit Apoio a produção	1820	0	A meta pactuada para 2024 previa, em parceria com a Emater, a distribuição de 20 kits de apoio à produção para cada um dos 35 municípios do 1º ciclo do Programa Percursos Gerais e dos 56 municípios do 2º ciclo, totalizando **1.820 kits**. No entanto, devido a mudanças no processo de aquisição, a entrega dos kits não pôde ser realizada dentro do ano. Até 2023, a responsabilidade pela compra dos kits era da Emater, mas, a partir de 2024, a SEDESE assumiu a condução

			do processo licitatório. Esse novo fluxo demandou a liberação orçamentária do recurso e a realização de todas as etapas burocráticas necessárias para a abertura da licitação, resultando na compra de apenas **692 kits até o final de dezembro de 2024.** Além dos desafios operacionais, a execução das entregas precisou ser ajustada ao calendário do programa e às vedações eleitorais, que impediram a distribuição direta aos beneficiários no período determinado. Assim, a entrega dos 692 kits adquiridos está prevista para 2025. Para garantir o atendimento integral da meta pactuada, será necessário um novo pleito orçamentário e a realização de um novo processo licitatório para aquisição dos kits restantes

Elaborada pela Assessoria de Segurança Alimentar

C. Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os, por procedência, bem como os grupos de despesa em que foram aplicados.

Tabela 15 – Metas Físicas e Financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza de despesa, da Ação 4416.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	908.440,00	904.293,34	0,00	0,00	904.293,34	0,00	0,00
3.71.1	0,00	1.033.293,32	194.537,08	194.537,08	838.756,24	18,83	18,83
4.10.1	2.584.000,00	2.584.000,00	0,00	0,00	2.584.000,00	0,00	0,00
TOTAL	**3.492.440,00**	**4.521.586,66**	**194.537,08**	**194.537,08**	**4.327.049,58**	**4,30**	**4,30**

Dados atualizados até Dez/2024 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

D. Relação dos decretos de abertura de créditos adicionais, contendo o número do decreto e de seu registro no Siafi, data e valor;

O detalhamento quanto ao número do Decreto e de seu registro no Siafi, data e valor, foram solicitadas à *Assessoria de Planejamento, Modernização e Dados,* conforme informações na Tabela 16.

Tabela 16 – Decretos de abertura de créditos adicionais

Ano de Exercício	Ação Orçamentária	Valor Suplementação	Fonte	Grupo de despesa	Nº documento	Data Registro	Decreto Alteração Orçamentária
2024	4416	4.146,66	71.1	3	20	26/01/2024	1
2024	4416	1.092.000,00	71.1	3	4216	30/07/2024	74
2024	4416	- 67.000,00	71.1	3	7124	27/11/2024	173
2024	4416	4.146,66	71.1	3	8712	30/12/2024	199

E. Informações relativas à execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos;

É importante esclarecer que, no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) para o quadriênio 2024-2027, foi criada a Ação 4416. Nos anos anteriores, as ações e programas da Assessoria de Segurança Alimentar eram executados dentro da Ação 4011 – Apoio, Articulação e Execução de Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional, já apontado nas tabelas 08 e 09, dentro do detalhamento da ação orçamentária 4196.

F. Esclarecimentos descritivos acerca da movimentação e da composição dos elementos contidos nos demonstrativos previstos nos itens 4 a 17, a seguir, com informações análogas àquelas exigidas para a elaboração de Notas Explicativas às DCASP - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, notadamente quanto a exposição de motivo a respeito de variações significativas de contas/saldos de um exercício para o outro, do detalhamento da composição das contas mais relevantes (como créditos por danos ao patrimônio), dos critérios utilizados para o cálculo e registro das depreciações e amortizações, da metodologia utilizada para mensurar as provisões, ativos e passivos contingentes, dentre outras julgadas relevantes.

A análise da execução apresenta o desempenho da Ação a partir da comparação entre as metas programadas e realizadas do período monitorado. As Tabelas 17 e 18 permitem observar o crédito inicial, o crédito autorizado, o que foi empenhado e liquidado no período de janeiro a dezembro possibilitando analisar o desempenho da Ação.

Tabela 17 – Análise da Execução da Ação

Ação: RAIZES DE MINAS (4416)
Função: 14 - DIREITOS DA CIDADANIA
Subfunção: 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO

Grupo de despesa	Classificação C	GD	M	IPG	F	IPU	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Realizada	Saldo de Crédito
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3**	**3**					**908.440,00**	**1.937.586,66**	**194.537,08**	**194.537,08**	**1.743.049,58**
			90	1	10	1	908.440,00	904.293,34	0,00	0,00	904.293,34
			90	1	71	1	0,00	1.033.293,32	194.537,08	194.537,08	838.756,24
INVESTIMENTOS	**4**	**4**					**2.584.000,00**	**2.584.000,00**	**0,00**	**0,00**	**2.584.000,00**
			90	1	10	1	2.584.000,00	2.584.000,00	0,00	0,00	2.584.000,00
TOTAL							**3.492.440,00**	**4.521.586,66**	**194.537,08**	**194.537,08**	**4.327.049,58**

Dados atualizados até 31/12/2024 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

Tabela 18 – Status da Execução da Ação no ano de 2024

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	FAROL
3,85	☹	5,57	☹	0,69	☹

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

O status subestimado da ação decorre do planejamento e organização metodológica necessários para sua execução, além das restrições impostas pelas vedações eleitorais, que impediram a entrega dos kits aos beneficiários e a utilização integral do orçamento previsto para 2024.

A meta física foi parcialmente cumprida com a entrega dos kits de irrigação aos 12 municípios do 1º ciclo do Programa Percursos Gerais, por meio da parceria com a SEAPA, totalizando 240 kits entregues aos municípios. Além disso, foi concluída a aquisição de 692 kits de apoio à produção, em parceria com a EMATER, com entrega prevista para 2025. Também foram realizadas todas as etapas necessárias para a contratação da Emater, responsável pela distribuição dos kits e pela realização das oficinas de capacitação técnica.

O status crítico da ação refere-se à sua dimensão orçamentária, uma vez que a execução financeira ficou abaixo de 70% da meta programada. Esse cenário se deve ao novo fluxo de aquisição dos kits,

que passou a ser conduzido pela SEDESE, exigindo adequações administrativas e orçamentárias que impactaram o ritmo da execução e as vedações eleitorais.

Informações Adicionais

Cabe apresentar informações detalhadas do projeto intersetorial que integra o *Programa Estratégico Percursos Gerais: Trajetória para a Autonomia, Raízes de Minas, que apresenta ações intersetoriais para diminuir as vulnerabilidades e gerar autonomia às famílias atendidas*.

No ano de 2024, iniciou-se o atendimento por meio da cooperação técnica entre a Sedese e a SEAPA, 12 municípios com a ação **Raízes de Minas – Kits de irrigação, onde** ao todo serão entregues 240 kits, nos respectivos municípios: Alvarenga, Araponga, Fervedouro, Nacip Raydan, Nova Belém, Orizânia, Pedra Bonita, São José da Safira, São José do Jacuri, São Sebastião do Maranhão, Senhora do Porto, Sericita.

A ação **Raízes de Minas – apoio à produção**, implementada por meio da cooperação técnica pretendia atender 35 municípios do 1º ciclo, a ser entregue 700 kits, nos respectivos municípios, sendo: Angelândia, Aricanduva, Pintópolis, Pai Pedro, Cristália, Verdelândia, São João da Ponte, Santo Antônio do Retiro, Bonito de Minas, São João das Missões, Rubelita, Cachoeira de Pajeú, Curral de Dentro, Josenópolis, Ninheira, Fruta de Leite, Montezuma, Padre Carvalho, Santa Cruz de Salinas, Padre Paraíso, Setubinha, Bertópolis, Fronteira dos Vales, Crisólita, Caraí, Catuji, Santa Helena de Minas, Novo Oriente de Minas, Ladainha, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas, Água Boa, Frei Gaspar, Ataléia, Itaipé.

Para além dos municípios a serem atendidos no 1º ciclo em cada uma das ações acima, as duas ações, kit irrigação e kit de apoio a produção, **também previa a entrega nos 56 municípios definidos como municípios elegíveis para o 2º ciclo do programa percursos gerai**s, sendo: Águas Vermelhas, Berilo, Berizal, Botumirim, Campo Azul, Capitão Enéas, Catuti, Chapada Gaúcha, Claro dos Poções, Coração de Jesus, Coronel Murta, Divisópolis, Engenheiro Navarro, Francisco Badaró, Francisco Dumont, Gameleiras, Glaucilândia, Guaraciama, Ibiá, Icaraí de Minas, Indaiabira, Itacambira, Itinga, Jacinto, Jaíba, Japonvar, Jenipapo de Minas, Jequitaí, Jordânia, José Gonçalves de Minas, Juramento, Lagoa dos Patos, Leme do Prado, Luislândia, Mamonas, Matias Cardoso, Mato Verde, Minas Novas, Mirabela, Montalvânia, Novorizonte, Patis, Ponto Chique, Porteirinha, Riacho dos Machados, Rio Pardo de Minas, Santa Fé de Minas, Santa Maria do Salto, São João da Lagoa, São João do Pacuí, São João do Paraíso, São Romão, Serranópolis de Minas, Ubaí, Urucuia, Vargem Grande do Rio Pardo.

No programa Raízes de Minas o acompanhamento e monitoramento é realizado por meio do preenchimento de planilhas de gestão e monitoramento; realização de reuniões com os gestores da Sedese; revisões e inclusões de novas ações; articulações institucionais, consultas jurídicas, acompanhamento dos processos no Sei referentes ao Raízes de Minas, elaboração de documentos e materiais, entre outras.

Importa informar que para a elaboração das informações estabelecidas acima foram utilizados dados do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN e do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, do Governo do Estado de Minas Gerais.

Ação 4197- Apoio às ações desenvolvidas pelo Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA-MG)

Tabela 19 – Informações referente a Ação 4197

Ação 4197 - APOIO A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL	
UNIDADE RESPONSAVEL:	1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL **Classificação Orçamentária – 1481 04 128 074 4197 0001**
FINALIDADE:	Esta ação consiste em articular, propor, deliberar e monitorar ações integradas e/ou intersetoriais para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Sans) em Minas Gerais, por meio do apoio financeiro e logístico, público e privado, e do funcionamento das estruturas colegiadas e/ou representativas da política a nível estadual e regional. O escopo desta ação orçamentária consiste no apoio financeiro e logístico ao funcionamento e à implementação de ações das estruturas colegiadas e representativas da Política Estadual de SANS, como o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG), a Assessoria de Segurança Alimentar da SEDESE (ASA) e a Secretaria Executiva da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Caisans-MG). As referidas estruturas buscam propor intervenções que promovam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), à nutrição, a implementação, ao acompanhamento e ao controle social da política pública de SANS no Estado, bem como a articulação de diversas instituições em prol desse objetivo. Dentre essas ações, está contida a realização das Plenárias Ordinárias e Extraordinárias, Encontros de Formação Territorial, a Conferência Estadual, Banquetaço, Representação Institucional em eventos diversos, Reuniões presenciais das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – Crsans, Reunião presencial do Grupo de Trabalho do Regimento Interno, Reunião Presencial da Comissão Permanente das Crsans e Grupo de Trabalho da Processo de Seleção do Biênio 2025/2026.
PRODUTO: EVENTO REALIZADO	
UNIDADE DE MEDIDA: EVENTO	
PUBLICO-ALVO: ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CIDADÃOS	

LEGISLAÇÕES: LEI ESTADUAL 22.806; DECRETO ESTADUAL 47.502 - Decreto Nº 48660, de 28 de julho de 2023

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan

As informações a seguir foram extraídas do **Memorando.SEDESE/GAB-ASA.nº 40/2025 (108228537),** referente ao relatório físico e financeiro relativo ao exercício de 2024, vinculado à ação orçamentária 4197, em consonância com a referida Instrução Normativa nº 14/2011 que visa ao cumprimento das determinações contidas na Decisão Normativa TCE Nº 01/2025, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Relatório de Gestão

Apresentação da visão geral da unidade jurisdicionada, estrutura organizacional e legislação aplicável.

No exercício de 2024, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional estava vinculado ao Programa 74 – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Tem como objetivos coordenar a estratégia de redução das vulnerabilidades dos indivíduos e famílias, por meio do gerenciamento de políticas públicas intersetoriais focalizadas em municípios e regiões de menor desenvolvimento social do estado.

Este programa, em 2024, possuía várias ações orçamentárias, dentre elas, a ação 4197.

a) Descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA, incluindo informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

1. O cumprimento das metas físicas e financeiras, detalhadas por classificação funcional, estrutura programática e natureza da despesa;
2. Os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027;
3. Esclarecimentos, se aplicáveis, sobre eventuais dificuldades no cumprimento dos objetivos propostos e as providências adotadas para superá-las.

Tabela 20 - Descrição dos valores empenhando e liquidados da ação 4197, segundo a fonte orçamentária

Ação Orçamentária 4197 Crédito Autorizado 2024 (LOA + Créditos)	Valor Empenhado	Valor Liquidado
FONTE: 71.1 R$ 339.357,04	R$ 201.143,84	R$ 179.727,97
FONTE: 10.4 R$ 250.000,00	R$ 196.183,68	R$ 196.183,68
FONTE: 10.8 R$ 100.000,00	R$ 45.810,52	R$ 16.105,52

Funcionamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Atividades regimentais realizadas em 2024 (entregas):

Plenárias ordinárias:

- 05-06/03/2024 - 1ª plenária ordinária (presencial);
- 04-05/06/2024 – 2ª plenária ordinária (presencial);
- 03-04/09/2024 – 3ª plenária ordinária (presencial);
- 26-27/11/2024 – 4ª plenária ordinária (presencial);
- 20/12/2024 – 1ª plenária extraordinária (virtual).

Encontros de Formação Territorial:

- 09/07/2024 – Crsans Norte (presencial);
- 20/07/2024 – Crsans Vertentes (presencial);
- 23/07/2024 – Crsans Noroeste (presencial);
- 24/07/2024 – Crsans Metropolitana (presencial);
- 30/07/2024 – Crsans Vale do Aço (presencial);
- 01/08/2024 – Crsans Oeste (presencial);
- 06/08/2024 – Crsans Alto Jequitinhonha (presencial);
- 08/08/2024 – Crsans Mata (presencial);
- 09/08/2024 – Crsans Central (presencial);
- 12/08/2024 – Crsans Triângulo Norte (presencial);
- 13/08/2024 – Crsans Triângulo Sul (presencial);
- 14/08/2024 – Crsans Mucuri (presencial);
- 20/08/2024 – Crsans Rio Doce (presencial);
- 22/08/2024 – Crsans Caparaó (presencial);
- 22/08/2024 – Crsans Baixo e Médio Jequitinhonha (presencial);
- 27/08/2024 – Crsans Sudoeste (presencial);
- 29/08/2024 – Crsans Sul (presencial).

Outras atividades não regimentais:

- Audiência Pública de lançamento da Frente Parlamentar da Agroecologia, Agricultura Familiar, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.
- Audiência do FEM – Fundo de Erradicação da Miséria.
- Audiência do PPAG para apresentar proposta de Curso de Formação e reunião presencial das Crsans semestral.
- Fortalecimento do SISAN: o Consea-MG emitiu aproximadamente 70 pareceres de adesão dos municípios. Apoiou vários municípios com orientações em média à 10 municípios por mês. Contribuiu para ajudar carteira de municípios interessados com orientações.
- Encontro Presencial das Crsans: Tivemos uma reunião muito representativa das Crsans para dialogar sobre alterações no Regimento Interno e planejar as Plenárias Eletivas das Crsans para janeiro/fevereiro de 2025.

Reuniões do GT - Comissão de Seleção para composição do Consea-MG biênio 2025/2026.

- Ambas atividades foram realizadas virtualmente.
- Tivemos 40 instituições inscritas, sendo 29 nos 17 territórios e 11 nas vagas estaduais.

CP – PCTS: Organizou a Audiência no dia 06/06 para debater os 10 anos da Lei Estadual 21.147/2014 e apontar a Omissão do Governo de Minas Gerais frente às demandas dos PCTS.

GT – Regimento Interno: O GT teve reunião presencial em Belo Horizonte para dialogar nos dias 07 e 08/08 em Belo Horizonte. O GT apresentou suas considerações na 3ª plenária e na Reunião da CP-Crsans. Realizou outra reunião virtual para finalizar análise e aprimoramento da proposta de alteração para apresentar na 4ª plenária para aprovação do no Regimento Interno.

Evento Banquetaço: Consea-MG conseguiu mobilizar vários parceiros. Foi organizada campanha de arrecadação de recursos para custeio das despesas do evento: alimentos, aluguel de equipamentos, insumos, etc. Foram servidas aproximadamente 1.000 refeições e ainda sobrou alimentos que foram doados.

Participação em vários eventos:

- G20 Social – Rio de Janeiro;
- PNAE – CAE's do Sudeste em Belo Horizonte;
- I Encontro de Nutricionistas do PNAE da Rede Federal nos dias 9 a 11/10 em Palmas no Estado do Tocantins na sede Universidade Federal de – UFTO;
- Lançamento da Cartilha sobre a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada na Escola de Enfermagem na UFMG no dia 15/10.

- Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais e de Matrizes Africanas, com o tema Sabores e Saberes – Comida de Verdade: Patrimônio do Povo, que ocorrerá no dia 29 de novembro, das 8h às 13h, na Comunidade Bom Pastor, Rua Efren Fernando Fontes, n º 65, Bairro Santos Dumont- Aracaju-Sergipe.

Encontros Presenciais das CRSANS:

- Mata: Foi dia 14/11 em Rio Pomba;
- Alto Jequitinhonha: Foi dia 19/11 em Diamantina;
- Sul, Sudoeste e Oeste: Foi dia 21/11 em Piumhi;
- Vertentes: Será dia 29/11 em Barbacena.

b) Relatório circunstanciado, contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, em conformidade com:

- Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que trata do Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor;
- Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além do impacto das atividades dessas entidades na implementação das ações governamentais.

Na ação 4197 não se aplica, uma vez que, não fizemos descentralização de para as entidades do terceiro setor, pois toda a execução orçamentária foi direta pelo Consea-MG.

Ação 2033 - Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais - SISAN.

Tabela 21 – Informações referente a Ação 2033

AÇÃO: 2033 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG	
UNIDADE RESPONSAVEL:	1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL **Classificação Orçamentária – 1481.14306.074.2033.0001**
FINALIDADE:	DESENVOLVER INSTRUMENTOS E INDICADORES DE GESTÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA E DO PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (PLESANS), ORGANIZAR E POTENCIALIZAR O SISAN NO AMBITO ESTADUAL E MUNICIPAL, PROMOVER A ARTICULAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS ÓRGÃOS E AS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MINAS GERAIS (CONSEA-MG), COM O OBJETIVO DE ASSEGURAR O DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO MINEIRA.
PRODUTO: AÇÕES DE FOMENTO À SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL REALIZADAS	

UNIDADE DE MEDIDA: AÇÃO
ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO: As atividades apoiadas contabilizadas no produto referem- se aos processos de adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutriconal, a elaboração do VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais e atividades de assessoria aos municípios de Minas Gerais na adesão e implementação de suas políticas municiáis.
PUBLICO-ALVO: Municípios
LEGISLAÇÕES: LEI ESTADUAL 22.806; DECRETO ESTADUAL 47.502 - Decreto Nº 48660, de 28 de julho de 2023

Fonte: PPAG 2024 - Volume I Anexo I - Programas e Ações por área temática

As informações a seguir foram extraídas do **Memorando.SEDESE/GAB-CAISANS.nº 32/2025 (109447925),** referente ao relatório físico e financeiro relativo ao exercício de 2024, vinculado à ação orçamentária 2033, em consonância com a referida Instrução Normativa nº 14/2011 que visa ao cumprimento das determinações contidas na Decisão Normativa TCE Nº 01/2025, emanada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

RELATÓRIO FÍSICO E FINANCEIRO RELATIVO AO EXERCÍCIO 2024 - AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2033

Relatório de Gestão

Apresentação da visão geral da unidade jurisdicionada, estrutura organizacional e legislação aplicável.

No exercício de 2024, a Secretaria Executiva da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - Caisans/MG estava vinculada ao Programa 74 – POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Tem como objetivos coordenar a estratégia de desenvolvimento do Sistema do Segurança Alimentar e Nutricional no estado de Minas Gerais – SISAN/MG, por meio do acompanhamento de políticas públicas intersetoriais e apoio na organização, aos municípios do estado, com vistas à adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN.

Este programa, em 2024, possuía várias ações orçamentárias, dentre elas, a ação 2033.

a) Descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA, incluindo informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(i) O cumprimento das metas físicas e financeiras, detalhadas por classificação funcional, estrutura programática e natureza da despesa;

(ii) Os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027;

(iii) Esclarecimentos, se aplicáveis, sobre eventuais dificuldades no cumprimento dos objetivos propostos e as providências adotadas para superá-las

Ação: 2033 - Desenvolvimento do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional em Minas Gerais - SISAN MG

Tabela 22 - Orçamento, segundo o pagamento de pessoal e encargos, ação 2033, ano de 2024

Pessoal e Encargos	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Realizada	Saldo de Crédito
Fonte 90.10.1	507.925,00	71.722,62	0,00	0,00	71.722,62
Fonte 90.71.1	0,00	84.654,34	0,00	0,00	84.654,34
Fonte 91.10.1	244.845,00	244.845,00	0,00	0,00	244.845,00
Fonte 91.71.1	0,00	81.615,00	0,00	0,00	81.615,00

Tabela 23 - Orçamento, segundo outras despesas, ação 2033, ano de 2024

Outras despesas correntes	Crédito Inicial	Crédito Autorizado	Despesa Empenhada	Despesa Realizada	Saldo de Crédito
Fonte 90.10.1	25.426,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fonte 90.10.7	43.173,00	43.173,00	0,00	0,00	43.173,00
Fonte 90.71.1	244.845,00	50.852,00	2.606,51	2.606,51	48.245,49
Fonte 90.71.7	0,00	14.391,00	0,00	0,00	14.391,00

Cabe destacar que a recondução da equipe da Secretaria Executiva da Caisans-MG ocorreu em março de 2024, com a composição de 01 servidor, sendo priorizadas as competências de elaboração do VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais e o acompanhamento aos municípios do estado de Minas Gerais, na orientação da parte documental, organização e preparação de pareceres técnicos para a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e implementação da política municipal de SAN.

Funcionamento da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

Atividades regimentais realizadas em 2024 (entregas):

Adesões municipais ao SISAN – Resoluções Diário Oficial da União publicadas pela Caisan Nacional:

- Resolução nº 02, de 08 de março de 2024 – 18 municípios aderidos (Açucena, Angelândia, Bocaiuva, Capelinha, Caraí, Carmópolis de Minas, Catuji, Entre Folhas, Frei Lagonegro, Fruta

de Leite, Josenólis, Novo Cruzeiro, Olhos Dágua, Ouro Verde de Minas, Paracatu, Pompeu, São Domingos das Dores, Três Marias);

- Resolução nº 03, de 08 de abril de 2024 – 2 municípios publicados (Jaíba, São João da Ponte);
- Resolução nº 04, de 07 de maio de 2024 – 4 municípios aderidos (Gameleiras, Guaraciama, Japonvar, Ladainha);
- Resolução nº 05, de 10 de maio de 2024 – 2 municípios aderidos (Diamantina, Joaíma);
- Resolução nº 06, de 29 de maio de 2024 – 6 municípios aderidos (Biquinha, Brumadinho, Carbonita, Gonzaga, Raul Soares, Veredinha);
- Resolução nº 07, de 21 de junho de 2024 – 3 municípios aderidos (Água Boa, Almenara, Santana do Riacho);
- Resolução nº 08, de 03 de julho de 2024 – 11 municípios aderidos (Abaeté, Frei Gaspar, Itacarambi, Mirabela, Ponto Chique, Rubim, São Gonçalo do Rio Preto, São João del Rei, São Romão, Setubinha, Uberlândia);
- Resolução nº 09, de 20 de agosto de 2024 – 16 municípios aderidos (Bandeira, Engenheiro Navarro, Glaucilândia, Guaxupé, Igarapé, Lontra, Luilândia, Novo Oriente de Minas, Porteirinha, Salinas, Santa Rita de Minas, São João do Oriente, São João do Paraíso, Senador Modestino Gonçalves, Três Corações, Ubá);
- Resolução nº 10, de 30 de setembro de 2024 – 7 municípios aderidos (Cachoeira de Pajeú, Carangola, Comercinho, Guaraciaba, Indaiabira, Santo Antônio do Itambé, Urucânia);
- Resolução nº 12, de 19 de novembro de 2024 – 7 municípios aderidos (Chapada do Norte, Coronel Murta, Itaipé, Itaobim, Jordânia, Rio Vermelho, São José do Jacuri);
- Resolução n13, de 13 de dezembro de 2024 – 2 municípios aderidos (Passos, São João das Missões).

Encontros e fóruns de articulação, capacitação e apresentação de procedimentos para a adesão municipal ao SISAN (virtuais):

No decorrer do exercício 2024, foram realizadas reuniões e encontros virtuais, com objetivo de orientar municípios interessados em promover sua adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, sanar dúvidas, corrigir e/ou alterar processos erroneamente iniciados.

Os contatos foram realizados utilizando telefone (ligações e mensagens via whatsapp), e-mails, vídeo conferências e vídeo chamadas. Também foram realizadas atividades de orientação, apresentação de modelos de documentos e solução de dúvidas em conjunto às Diretorias Regionais da Sedese e Diretorias Regionais da Emater, parceiros e apoiadores na organização da política de segurança alimentar, no âmbito municipal.

Planejamento, organização, elaboração e construção do VI Plano Estadual de SANS – VI Plesans

O VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – VI Plesans, cuja elaboração é prevista na Lei Estadual de 22.806, de 29 de dezembro de 2017, resulta de um processo de pactuação intersetorial, organizado, planejado e coordenado pela Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CAISANS-MG) em algumas etapas, não lineares: Estudo Preliminar; Diagnóstico; Plano de Ações; Reuniões com os gestores das ações orçamentárias, assessorias estratégicas e de comunicação, Acompanhamento quinzenal pelo GT de Monitoramento do Consea-MG; Aprovação do Plano na Plenária Ordinária do Consea-MG; Publicação da Resolução Conjunta.

Estudo Preliminar das propostas advindas da 8ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais e das Ações Orçamentárias que apresentam correlação direta com a temática da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - contém informações das ações orçamentárias vigentes, integrantes do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e das propostas advindas da 8ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Contém informações institucionais e a relação existente entre a temática da Segurança Alimentar e Nutricional com os temas advindos da conferência.

Diagnóstico de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais - contém informações sobre a Segurança Alimentar e Nutricional no território mineiro, para atender as demandas da 8ª Conferência Estadual de SANS-MG, apresentando dados relativos à pobreza, condições socioeconômicas, acesso ao saneamento, emprego, trabalho e renda, produção, comércio e consumo de alimentos, saúde, nutrição, meio ambiente e sustentabilidade.

Plano de Ação de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais - contém informações sobre as ações orçamentárias vigentes que trabalham diretamente com as propostas advindas da 8ª Conferência Estadual de SANS-MG, apresentando desafios, objetivos, metas e plano de ação de forma a trabalhar a intersetorialidade.

O VI Plesans foi apresentado e devidamente aprovado, conforme previsto na Lei 22.806/2017, ao Consea MG em plenária virtual ocorrida em 20 de dezembro de 2024. Sua publicação virtual está planejada para ocorrer em março de 2025.

Reunião do Pleno Secretarial da Caisans - MG

No dia 08 de outubro de 2024 ocorreu, na Sala Cláudio Manoel no Palácio Tiradentes, Cidade Administrativa de MInas Gerais, a 1ª Reunião do Pleno Colegiado da Caisans-MG, com vistas a apresentar o andamento da construção do VI Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (VI Plesans) e à promoção de um diálogo aberto sobre as diretrizes e prioridades para nortear as futuras ações da Caisans/MG.

Com a coordenação do Secretário Adjunto da SEDESE, Sr. Ricardo Assis, estiveram presentes o Secretário de Estado de Educação, Sr. Igor de Alvarenga Oliveira Icassati Rojas; Sr. Leonardo Monteiro Rodrigues, Secretário de Estado Adjunto da SEMAD; Sr. Ricardo Peres Demicheli, Subsecretário da SEAPA; Milton Flávio Nunes, Gerente Técnico como representante da Diretoria Executiva da Emater-MG e Cinthya Leite Madureira de Oliveira, Gerente Unidade Regional da Emater de Belo Horizonte; servidores representantes das secretarias de estado no Grupo de Apoio da Caisans, Hernandez Souza Soares (SEDE), Afonso Rodrigues Mariano Júnior (SEPLAG), Daniela Souzalima Campos e Ângela Ferreira Vieira (SES), Tatiane Guimarães Perri Maciel (SEE), Silvestre Dias (SEF), José Jorge Pereira (SEMAD), Letícia Araújo Gualter Silva (SEAPA), Raul Machado e Marta Cristina Beber de Souza (EMATER).

Como convidados, Gabriela Pedroso Castelo Branco (Asscom/SEDE), Edilene Marília Viana Ferreira, (Assessora Chefe de comunicação/SEPLAG) e Vanilza de Jesus Azevedo Almeida, (gestora/SEE).

Esteve também presente equipe da Assessoria de Segurança Alimentar, Assessora Chefe Joana Almeida dos Reis Caldeira Brant e assessores técnicos Nardielle Antunes Coelho e Rita de Cássia Vieira Duarte, além do Secretário Executivo da Caisans, Walney Souza Martins.

A reunião contou com a cobertura e acompanhamento da Assessoria de Comunicação – SEDESE

Relatório Físico e Financeiro das ações constantes no V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerias, para o Conselho realizar o monitoramento.

A Secretaria Executiva da Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CAISANS-MG), em conformidade com a Lei nº 22.806/2017, encaminhou ao Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (Consea-MG) o Relatório de Análise da Execução Física e Financeira das Ações que compõem o V Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. O documento apresentado na Plenária Ordinária contemplava dados referentes à execução orçamentária no período de janeiro a dezembro de 2023 e de janeiro a abril de 2024.

Em atendimento à deliberação do Consea-MG, os próximos relatórios incorporarão a metodologia desenvolvida pelo Grupo de Trabalho de Monitoramento, composto por conselheiros e conselheiras do Conselho. Nesse sentido, a CAISANS-MG aguarda as informações necessárias para consolidar e entregar o próximo documento, conforme previsto.

Outras atividades não regimentais:

- Reuniões de apresentação e divulgação da Estratégia Alimenta Cidades – Ministério de Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome - MDS – Caisan Nacional – municípios envolvidos: Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia;
- Participação e apresentação do planejamento e elaboração do VI Plesans nas plenárias presenciais do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais – Consea/MG;

b) Relatório circunstanciado, contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, em conformidade com:

- Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que trata do Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor;
- Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam a qualificação de entidades sem fins lucrativos como Organização Social e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), além do impacto das atividades dessas entidades na implementação das ações governamentais.

Na ação 2033 não se aplica.

3. CONCLUSÃO

Foram considerados os normativos internos, externos recomendados pela Assessoria Jurídicas no exercício de 2024 para a execução das Ações 4196 e 4416, assim como para as ações 4197 e 2033, tanto quanto, as legislações vigentes relacionadas a Política de Segurança Alimentar e Nutricional como as decisões e orientações advindas do Gabinete e da Superintendente de Gestão, Finanças e Recursos Humanos.

Destacamos que não houve detalhamento de todos as atividades, processos e procedimentos realizados no ano de referência, dos setores responsáveis pelas respectivas Ações, apenas as metas pactuadas e constantes no PPAG 2024 e que este foram apresentados de forma pontual.

Ante o exposto, esta Assessoria submete à apreciação do Superintendente de Gestão, Finanças e Recursos Humano, se colocando à disposição para quaisquer informações adicionais e readequação necessária.

NÚCLEO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Relatório de Gestão - Prestação de Contas Anual referente ao exercício de 2024 - Sedese

Ação	Descrição
2035	APOIO E COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS INTERSETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA PERCURSOS GERAIS: TRAJETÓRIA PARA AUTONOMIA
2036	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS, PESQUISAS, FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE PREVENÇÃO E RESPOSTA À SITUAÇÕES DE CALAMIDADE PÚBLICA E DESASTRE
2037	FOMENTO A INOVAÇÃO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
4204	APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS PARA PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ANEXO III ART. 5º, II, DA DECISÃO NORMATIVA Nº 03/2023 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS ANUAIS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

Ação 2035 – Apoio e coordenação de políticas intersetoriais de desenvolvimento social no contexto do programa percursos gerais: Trajetória para Autonomia

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

. (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

. (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

. (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

A ação 2035 corresponde ao apoio e coordenação de políticas intersetoriais de desenvolvimento social no contexto do programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia. Essa ação está sob responsabilidade do Escritório de Projetos e Inovação, que compõe a estrutura do Núcleo Estratégico de Integração, Regionalização e Inovação, vinculado ao Gabinete da Sedese.

As despesas da ação são vinculadas a diárias, passagens rodoviárias, deslocamento urbano, coffee break e contratação de estagiários. Tais despesas permitem que sejam realizadas atividades estratégicas nos territórios atendidos no âmbito do Percursos Gerais, benchmarking em outros estados que possuem políticas estratégicas de enfrentamento da pobreza, participação em eventos em parceria com outros órgãos que também coordenam ações nos mesmos territórios e que convergem com o objetivo do programa, e a realização de atividades rotineiras vinculadas à gestão do programa estratégico.

O programa Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia é aderente à Lei que institui o Plano Estadual de Enfrentamento a Pobreza no Campo (Lei nº 23.203/18). Assim sendo, se faz necessário que o Governo de Minas Gerais coordene as ações e atividades relacionadas ao programa para garantir o que está previsto na legislação vigente.

Classificação orçamentária: 1481 04 122 04 122 083 2 035 0001

ANÁLISE DA EXECUÇÃO											
	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	129	129	129	129	129	129	100,00	100,00	100,00	100,00	☺
Orçamentário	76.103,00	123.141,80	76.103,00	76.103,00	33.124,47	33.124,47	43,53	26,90	43,53	43,53	☹

A meta física da ação 2035 em 2024 corresponde ao atendimento de 129 municípios, sendo 73 do 1º ciclo e 56 do 2º ciclo.

Ao longo de 2024, foram realizadas as seguintes atividades que permitiram o cumprimento da meta física:

- Viagens de planejamento para execução do 2º ciclo do Programa
- Viagem para cerimônia solene do Lançamento do 2º ciclo
- Assinaturas de 56 acordos de cooperação do 2º ciclo
- Implementação de 56 comitês municipais como parte da estratégia de governança do 2º ciclo

- Estruturação de materiais orientativos para as gestões municipais e áreas finalísticas que integram o Programa em seu 2º ciclo
- Elaboração do Caderno de Indicadores em interlocução com o Escritório de Dados e áreas que integram o 2º ciclo
- Implementação da Coordenação de Execução e Monitoramento como parte da estratégia de governança do 2º ciclo
- Parceria com o Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) para análise e aprimoramento das atividades e ações do programa
- Elaboração de proposta de expansão do Programa para o contexto urbano (3º ciclo)
- Acompanhamento de ações em conclusão nos municípios do 1º ciclo

Em relação ao viés orçamentário, vale destacar três pontos que impactaram a diferença entre o planejado e executado:

- Inicialmente foi-se considerado que a gestão do programa, através da ação 2035, arcaria com as despesas de viagens dos representantes das áreas finalísticas que integram o programa, entretanto, ao longo do ano, o gabinete da Sedese reajustou essa diretriz para que cada subsecretaria arcasse com tais despesas. Sendo assim, a execução dos itens vinculados às viagens foi substancialmente menor do que o planejado;
- Tendo em vista que 2024 foi um ano eleitoral, foi necessário suspender algumas atividades durante o período determinado pela legislação eleitoral, o que impactou no cronograma de viagens;
- O contrato de estágio sofreu uma suspensão durante alguns meses, o que acarretou na não execução de despesas planejadas para este fim.

Apesar dos pontos citados, foi possível cumprir a meta física sem prejuízos para o cronograma do programa. Ademais, vale dizer que a partir da experiência em 2024, as previsões orçamentárias de 2025 foram ajustadas.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Não se aplica

Ação 2036- Desenvolvimento de estudos, pesquisas, ferramentas de monitoramento e avaliação em desenvolvimento social e de prevenção e resposta a situações de calamidade pública e desastre.

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

. (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

. (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

. (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

A Ação 2036 corresponde ao desenvolvimento de indicadores, metas, ferramentas de monitoramento e relatórios acerca da situação de pobreza do estado de Minas Gerais, e da condução de políticas sociais desenvolvidas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE/MG).

Esta ação é vinculada ao Escritório de Dados, que tem como finalidade "contribuir na elaboração, análise e revisão de projetos para aprimoramento de ações e modelagem de soluções inovadoras com foco na melhoria das entregas estratégicas da secretaria aos beneficiários da política de desenvolvimento social, com base nas especificidades locais, regionais e demandas setoriais da Secretaria".

Esta ação orçamentária inclui despesas com diárias e passagens, para permitir a participação da equipe em eventos, seminários e workshops que tratam das temáticas relativas ao Desenvolvimento Social e enfrentamento da pobreza, além de incluir recursos para pagamento de pessoal.

Classificação orçamentária: 1481 04 122 084 2 036 0001

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	12	13	12	12	12	12	100,00	92,31	100,00	100,00	☺
Orçamentário	327.522,00	25.600,00	327.522,00	327.522,00	7.011,32	7.011,32	2,14	27,39	2,14	2,14	☹

A meta física da ação 2036 corresponde ao desenvolvimento de estudos/pesquisas para subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas de Desenvolvimento Social. No caso, foram previstos para o ano de 2024 a realização de 12 estudos/pesquisas.

Como resultado, o Escritório de Dados reformulou o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM Minas), indicador que busca mensurar a pobreza no estado de Minas Gerais para além da abordagem estritamente monetária, considerando também aspectos como saneamento básico, trabalho, educação e qualidade de vida. Foi construído um painel de dados do IPM Minas para que os servidores do estado e público possam consultar as informações e os resultados serão também divulgados em artigo no Caderno de Estudos do SAGICAD, do Ministério de Desenvolvimento Social. O artigo, apesar de redigido em 2024, tem previsão de publicação em 2025. O IPM Minas foi também apresentado no XI Seminário da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, em Belém.

Sobre as formas de uso do IPM Minas na SEDESE, o índice é utilizado em diagnósticos para o programa Percursos Gerais e será empregado nas avaliações futuras do programa. Além disso, é adotado na focalização de projetos habitacionais e como um dos critérios de priorização de municípios para atendimento na campanha SOS Águas.

O IPM Minas também se encontra presente nos diagnósticos construídos pelo Escritório de Dados. Em 2024, o Escritório de Dados elaborou os diagnósticos dos 56 municípios do segundo ciclo do Programa Percursos Gerais, focando em dados de vulnerabilidade social e infraestrutura municipal. Também foi elaborado o diagnóstico do plano que orientará futuramente a destinação dos recursos do Fundo de Erradicação da Miséria (FEM). Apesar do plano se encontrar ainda em processo de construção, já foram enviados ao conselho gestor os dados para compor a seção de diagnóstico.

No âmbito do programa Percursos Gerais, o Escritório de Dados elaborou um caderno de indicadores para o monitoramento das entregas a serem realizadas no segundo ciclo, de maneira conjunta com todas as áreas finalísticas da SEDESE que possuem projetos no escopo do Programa.

Para auxiliar a gestão estadual do Sistema Único de Assistência Social, o Escritório de Dados elaborou um painel de dados para visualização dinâmica dos dados de infraestrutura da rede socioassistencial nos municípios, da composição das gestões municipais e de repasses de recursos.

São vários os paineis de dados construídos pelo Escritório de Dados para auxiliar a tomada de decisões de maneira mais rápida e assertiva no âmbito da SEDESE. Muitos dos paineis possuem o objetivo de acompanhamento das entregas dos programas e projetos desenvolvidos, contudo o Escritório de Dados também constroi paineis analíticos para o estudo e dimensionamento das diversas situações de vulnerabilidades presentes nos territórios. Como paineis de caráter analítico sobre os problemas sociais, destacam-se o painel do IPM Minas e o painel de dados de violência contra crianças e adolescentes, com dados concedidos pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

São vários os dados levantados pelo Escritório de Dados para subsídio das ações da SEDESE. Muitos são resultado de consultas e extrações da base de dados do CadÚnico ou outras bases públicas. No entanto, por vezes é solicitado ao Escritório um estudo temático mais extensivo e aprofundado. Quando chegam tais demandas, são realizados estudos com o detalhamento adequado, no intuito de atender às demandas informacionais das unidades da melhor maneira possível.

Nesse sentido, cabe pontuar que o Escritório de Dados realizou, ao longo de 2024, um estudo sobre o perfil dos imigrantes internacionais cadastrados no CadÚnico e o diagnóstico da situação de adensamento demográfico da comunidade Izidora, em Belo Horizonte, através do levantamento dos setores censitários da comunidade por ferramentas de geoprocessamento. Desde dezembro de 2024, o Escritório tem desenvolvido um novo estudo, sobre o perfil das mulheres eleitas em Minas Gerais nas últimas eleições municipais, em parceria com a Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres.

Um grande projeto que vem sendo desenvolvido pelo Escritório de Dados desde 2022 é o Mapeia Minas, que consiste em um projeto de mapa interativo que reúne informações de fontes diversas para identificar as áreas com maior risco de desastres no estado de Minas Gerais, acompanhar as previsões meteorológicas que incidem sobre elas e conhecer as pessoas que habitam as localidades, sobretudo no que tange à sua situação de pobreza e mobilidade. Em 2023 foi desenvolvida uma primeira versão da ferramenta do Mapeia Minas, porém ela apresentava limitações de incorporação de dados novos e de visualização, além da continuidade da plataforma ter sido comprometida após os recursos doados pela AWS para a execução do projeto terem esgotado. Em 2024, o Escritório de Dados reiniciou as conversas com a AWS para a construção de uma versão aperfeiçoada da plataforma.

Após várias reuniões, chegou-se a um desenho da arquitetura de tratamento dos dados da nova versão do Mapeia Minas. Com isso, a AWS apresentará um novo protótipo, enquanto prova de conceito, para a SEDESE. O protótipo será de um único município, para demonstração das funcionalidades da nova plataforma. A depender do desempenho do protótipo e os custos associados à implementação em escala estadual da nova plataforma, o projeto será ou não continuado pela SEDESE a partir de 2025, apesar da sua grande importância para o mapeamento e prevenção de desastres no estado de Minas Gerais.

Além das metas físicas pactuadas de realização de estudos e relatórios, o Escritório de Dados também realizou reuniões da Comunidade de Dados da SEDESE-MG e Comunidade de Dados

expandida (Minas de Dados), que têm o intuito de refinar as atividades de armazenamento, compartilhamento, tratamento e integração dos dados produzidos e acessados pela SEDESE e recebidos de outras pastas. Com base nas discussões empreendidas nos encontros, está sendo produzido um Documento com Diretrizes para Governança de Dados na Secretaria.

No âmbito da Comunidade de Dados da SEDESE-MG, foi realizada também uma pesquisa sobre os processos de governança de dados na Secretaria e redigido um artigo acadêmico sobre a experiência do órgão na temática. O artigo – com foco em como os procedimentos das melhores práticas de governança de dados foram pactuadas, disseminadas, organizadas e avaliadas na Secretaria –, chegou a ser aceito em um evento acadêmico internacional, do Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP). A apresentação do Escritório no evento, mesmo que aprovada pela organização, não se mostrou viável. O Escritório de Dados pretende prosseguir com a pesquisa realizada e submeter o artigo a novos eventos.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Não se aplica

Ação 2037- Fomento à inovação e aprimoramento de projetos de desenvolvimento social.

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

. (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

. (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

. (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas

A ação 2037 corresponde ao fomento à inovação e aprimoramento de projetos de desenvolvimento social. Essa ação está sob responsabilidade do Escritório de Projetos e Inovação, que compõe a estrutura do Núcleo Estratégico de Integração, Regionalização e Inovação, vinculado ao Gabinete da Sedese.

As despesas da ação são vinculadas a diárias, passagens rodoviárias e de avião, deslocamento urbano, contratação de estagiários e locação de posto MGS. Tais despesas permitem que sejam realizadas atividades que fomentem práticas de inovação no âmbito da Sedese, especialmente em interseção com o programa estratégico "Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia". As atividades

Classificação orçamentária: 1481 04 122 04 122 084 2 037 0001

A meta física da ação 2037 em 2024 corresponde a elaboração de 5 relatórios.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	5	5	5	5	5	5	100,00	100,00	100,00	100,00	☺
Orçamentário	942.133,00	727.190,04	942.133,00	760.581,00	246.566,80	246.566,80	26,17	33,91	26,17	32,42	☹

Ao longo de 2024, foram realizadas as seguintes atividades que permitiram o cumprimento da meta física:

- Produção do relatório de análise e refinamento do projeto “Moradas Gerais”
- Produção de relatório de análise e refinamento do projeto “Cheque Habitacional”
- Produção de relatório de criação de projeto de Lideranças Femininas no contexto rural
- Produção de relatório de criação da proposta de Casas de Sementes Crioulas
- Produção de relatório para criação do Plano de Trabalho do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social
- Participação no evento de inovação Smart Gov Nacional
- Participação no evento de inovação CONSAD
- Participação no evento de inovação da ENAP
- Participação no evento de inovação PMI Minas
- Participação no evento de inovação ConVetor

Em relação ao viés orçamentário, destaca-se a diferença entre o planejado e executado devido às estimativas de despesas em contrato de locação de posto MGS e de estagiários. Vale dizer que durante alguns meses o contrato de estágio ficou suspenso, impactando nos gastos mensais. Entretanto, a

diferença orçamentária não impactou negativamente nas metas alcançadas. Ademais, vale dizer que a partir da experiência em 2024, as previsões orçamentárias de 2025 foram ajustadas.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Não se aplica

Ação 4204- Apoio técnico aos municípios para promoção do desenvolvimento regional.

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

. (i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

. (ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

. (iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

A Ação 4204 consiste na oferta de Apoio Técnico, na modalidade presencial e à distância, pelas Diretorias Regionais da Sedese a municípios prioritários para desenvolvimento social em sua abrangência de forma qualificada e permanente. Essas ações são planejadas conforme legislações e diretrizes do SUAS e executadas de forma regionalizada, a fim de atender as especificidades de cada região. A oferta de Apoio Técnico consiste em fornecer orientações técnicas para gestores e técnicos municipais sobre ações, normativas e políticas públicas, visando contribuir para o aprimoramento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, visando o desenvolvimento efetivo das políticas de desenvolvimento social.

Classificação Orçamentária: 1481 04 128 067 4204 0001

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	263	299	263	263	273	273	103,80	91,30	103,80	103,80
Orçamentário	11.805.799,00	8.294.177,91	11.805.799,00	879.626,00	2.198.326,33	4.115.373,49	34,86	49,62	34,86	249,92

A meta física da ação 4204 corresponde ao número de municípios atendidos por meio da oferta de apoio técnico promovida pelas 22 Diretorias Regionais da Sedese com o objetivo de conhecer a realidade local da assistência social, ouvir as demandas, orientar gestores e técnicos sobre legislações e procedimentos do SUAS; construir um conjunto de estratégias que visem a promoção do aprimoramento da gestão, serviços e projetos municipais ao longo do ano.

As etapas da estratégia de Apoio Técnico do PPAG consistem em:

1) Definir os municípios meta: a partir de critérios e indicadores socioassistenciais são escolhidos os municípios prioritários para desenvolvimento social, os quais serão acompanhados de forma sistematizada e individualizada ao longo do ano;

2) Realizar 1º ação de apoio técnico: o primeiro contato entre Sedese e município meta do ppag visa identificar os principais desafios e potencialidades do município, perfil socioterritorial e características da gestão municipal, equipamentos e serviços. para a 1ª ação de apoio técnico pode ser utilizada a estratégia de visita técnica, apoio técnico individualizado na sede da sedese ou apoio técnico individualizado por videoconferência;

3) Definir as estratégias de apoio técnico: a partir dos desafios/potencialidades identificadas no 1º apoio técnico, é traçado um plano de ação conjunto entre a equipe da Diretoria Regional Sedese e o município, com uma série de ações a serem desenvolvidas ao longo do ano, visando o aprimoramento das políticas de desenvolvimento social municipais;

4) Elaborar relatório de apoio técnico da meta do ppag: o relatório descreve o perfil municipal, desafios/potencialidades identificados, aspectos que serão acompanhados pela sedese e a contribuição efetiva/objetiva que se espera alcançar para a promoção do desenvolvimento social do município;

5) Realizar acompanhamento contínuo do município: à medida que as ações pactuadas são desenvolvidas, por meio do apoio e orientação da Sedese, e que o município implementa novas ações, aprimora, estrutura e desenvolve sua gestão/serviços/projetos, a equipe da Sedese acompanha a evolução das metas/encaminhamentos pactuados com o município;

Entrega final: a entrega final da ação de capacitação/apoio técnico aos municípios ocorre quando há uma contribuição efetiva/objetiva da Sedese para a promoção do desenvolvimento social do município em relação aos desafios/potencialidades previamente identificados.

Para 2024, **foi programado o atendimento a 263** municípios e alcançou-se, ao final do exercício, **273 municípios atendidos** com a metodologia descrita acima, o que corresponde a 103,8% da meta física estabelecida.

A execução orçamentária correspondeu a 49,62% do crédito autorizado, ficando pendente despesas cujo processo de contratação/compra não pode ser realizado dentro do exercício financeiro de 2024. A meta orçamentária da ação 4204 diz respeito às despesas com manutenção dos imóveis onde as equipes das Diretorias Regionais estão alocadas e à logística de deslocamento das equipes da Sedese até os municípios de sua abrangência para cumprimento das visitas técnicas. As despesas referem-se à locação de bens imóveis, serviço de abastecimento de água, de fornecimento de energia elétrica, condomínio, IPTU, abastecimento de veículos, locação de veículos, contratação de estagiários, contratação da MGS, serviço de telecomunicação, rede IP, informática, reprografia, diárias de viagem e passagens rodoviárias, aquisição de materiais de consumo, limpeza e higienização, entre outras.

No que tange ao desempenho da gestão no exercício de 2024, conforme dados obtidos por meio da Pesquisa de Satisfação 2024 sobre o trabalho realizado pela Sedese Regional, que contou com 717 respostas de 580 municípios, 91,6% dos respondentes estão satisfeitos com o trabalho ofertado pela Diretoria Regional Sedese. Além disso, 96,7% dos participantes da Pesquisa afirmaram que o município é sempre atendido quando busca o apoio da DRS e 84,4% afirmaram que o apoio ofertado pela Sedese Regional contribui muito para as ações desenvolvidas pelo município.

Importante esclarecer que apesar da meta física realizada na Ação 4204 ser 263 municípios, 843 municípios mineiros receberam apoio técnico das Diretorias Regionais Sedese em 2024, com diversas estratégias e temas conforme demandas e especificidades regionais e abrangendo todas as 7 áreas temáticas da Sedese, quais sejam: Assistência Social, Direitos Humanos, Esportes, Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda, Políticas para Mulheres, Segurança Alimentar e Nutricional, Políticas de Habitação. Contudo, essas Ações de Apoio Técnico se diferem do Apoio Técnico da meta do PPAG por seguirem metodologia padrão de acompanhamento, ao passo em que a meta do PPAG se compõe de metodologia sistemática e contínua ao longo do ano. Por fim, as 22 DRS atuaram no apoio à execução das Ações e Políticas Públicas de todas as subsecretarias da Sedese.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Não se aplica

SUBSECRETATIA DE ESPORTES

Descrição da execução do programa 0069 previsto na LOA

O relatório de desenvolvimento humano nacional 2017 - movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) reafirma os benefícios da prática de atividades físicas e esportivas à saúde, à sociabilidade, à cognição, à produtividade e à qualidade de vida como um todo. Sobretudo, o relatório defende a relação entre as práticas realizadas no tempo livre, em contextos de lazer, para traçar as relações e o desenvolvimento humano. Isto porque segundo o relatório: "entende-se que o caráter de liberdade, central ao conceito de desenvolvimento humano, se exprime de forma mais efetiva nas práticas realizadas no tempo livre do que nas demais, além de serem entendidas como parte dos direitos sociais de todo e qualquer cidadão". Além disso o relatório pressupõe que as atividades físicas esportivas têm o potencial de enriquecer a vida e ampliar a liberdade de escolha de cada pessoa. Por fim destaca-se que o texto propõe o estabelecimento da prática esportiva como promotora de boa saúde e a criação de escolas mais ativas. Para isso é preciso construir desde as bases um novo sistema nacional de esporte. Tal sistema precisa ser acessível para todos desde a infância às idades mais avançadas. Ele precisa incluir a formação (vivência, fundamentação e aprendizagem) e a excelência. Precisa ser visto sob as perspectivas do lazer, da saudável competição e de manutenção e recuperação físicas. A necessidade de atuação do Estado se torna ainda mais evidente quando é analisada a

distribuição de recursos via leis de incentivo, que é uma das principais fontes de recursos para o esporte dentro das finanças estaduais. Como a decisão de alocação de recursos cabe às empresas, públicos mais vulneráveis recebem pouco ou nenhum recurso financeiro (fonte: incentivo.esporte.mg.gov.br). De 2014 até julho de 2019, 54,17% do valor captado via lei de incentivo estadual de esporte foi direcionado aos municípios do território metropolitano (considerada a divisão em 17 territórios de desenvolvimento). 4 territórios concentram 83,15% dos recursos captados nesse mesmo período, quais sejam: metropolitano, vale do aço, triângulo norte e sul. Para minimizar essa distorção, é essencial que o estado fomente a prática esportiva para públicos em situação de maior vulnerabilidade social com parcerias e captação de recursos públicos e privados, bem como direcionamento e focalização dos recursos disponíveis em seu orçamento, induzindo a oferta de atividades físicas para a população e ofertando qualificação e assessoramento técnico voltado para os gestores municipais e de entidades sem finalidade lucrativa. Nesse contexto, o esporte de rendimento aparece também como uma ferramenta que possibilita a mudança de uma situação de vulnerabilidade social para a autonomia, devendo o estado, dessa forma, além de oportunizar o acesso à prática, possibilitar, direta ou indiretamente, a continuidade da carreira esportiva àqueles que apresentam aptidão para o desenvolvimento no desporto. Outro campo relevante para análise é o da saúde. Conforme dados da pesquisa nacional de saúde de 2013, a incidência de doenças crônicas tem se mantido em níveis elevados em minas gerais nos últimos anos, o que justifica a urgência de ações que visem seu controle e prevenção. O avanço das doenças silenciosas resultou em uma revisão do próprio conceito de saúde, sendo ressaltado por parte das instituições de saúde pública governamentais e não governamentais a importância da promoção e prevenção da saúde através de hábitos mais saudáveis ao longo da vida. Ademais, a prática esportiva é diretamente relacionada com aspectos ligados à qualidade de vida da população, tais quais redução de estresse e ansiedade, melhora no sono, melhora da autoestima e fortalecimento da saúde mental. Todos esses fatores estão ligados também com a promoção de uma vida mais saudável. De acordo com o diagnóstico nacional do esporte, promovido pelo ministério do esporte junto com instituições federais de ensino superior, 45,9% dos brasileiros não praticaram nenhuma atividade física ou esporte em 2013 (diagnóstico nacional do esporte, do ministério do esporte 2013; relatório nacional de desenvolvimento humano do brasil - 2017, movimento é vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas, PNUD). Diante do exposto, o programa visa o fomento à prática de atividades físicas pelos cidadãos mineiros, por meio de ações que promovam o esporte de participação, educacional, rendimento e formação.

Abaixo as fontes de financiamento do programa:

As fontes são distribuídas entre as ações:

1. 4163 - PROMOÇÃO DOS JOGOS DO INTERIOR DE MINAS
2. 4164 - PROJETOS VIABILIZADOS PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE
3. 4166 - PROMOÇÃO DO ESPORTE EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
4. 4167 - APOIO À GESTÃO ESPORTIVA
5. 4168 - PROMOÇÃO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS
6. 4169 - BOLSA ATLETA E BOLSA TÉCNICO
7. 4170 - APOIO À REALIZAÇÃO DE AÇÕES ESPORTIVAS
8. 4514 - PROMOÇÃO DO ESPORTE DE PARTICIPAÇÃO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

(i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa

4163 - Promoção dos jogos do Interior de Minas

Objetivo dessa ação é potencializar o esporte e o paradesporto de participação em Minas Gerais, para homens e mulheres, com a finalidade de contribuir para a interação social, promoção da saúde e bem-estar, bem como exaltar a prática esportiva como meio de formação do cidadão. Tem como objetivos principais: fomentar a prática do esporte de participação entre os municípios mineiros, promover a integração esportiva e o intercambio técnico entre os municípios mineiros, a fim de contribuir para o desenvolvimento do esporte, potencializar a economia, cultura e turismo em todas as regiões do estado, possibilitando a geração de emprego e renda bem como a oferta de bens e serviços, direta ou indiretamente, e possibilitar o surgimento de novos talentos no cenário desportivo e paradesportivo.

O Programa Jogos do Interior de Minas (JIMI) tem como objetivo potencializar o esporte e o paradesporto em Minas Gerais, promovendo a interação social, a saúde e o bem-estar, além de exaltar a prática esportiva como meio de formação do cidadão. O programa tem como principais objetivos fomentar a prática esportiva de participação entre os municípios mineiros, promover a integração esportiva e o intercâmbio técnico entre as localidades, contribuir para o desenvolvimento do esporte,

além de incentivar a economia, cultura e turismo, gerando emprego, renda e a oferta de bens e serviços.

O programa se subdivide desde 2022 em dois eventos distintos:

JIMI Paradesporto (JIMIP), que visa fomentar a prática do paradesporto, promover a inclusão social e contribuir para o desenvolvimento integral de pessoas com deficiência.

JIMI Convencional, que em 2024 foi realizado na modalidade de futsal e tem como objetivo principal a promoção do esporte de participação, com a intenção de fortalecer o cenário esportivo de Minas Gerais.

Em 2024, a ação contemplou a realização de ambos os eventos, superando as metas físicas inicialmente programadas.

Meta Física (JIMIP - Paradesporto): A meta física originalmente programada para o JIMIP (JIMI Paradesporto) era de 270 participantes, focada nas competições voltadas para atletas com deficiência. No entanto, em 2024, houve um aumento expressivo no número de inscrições, alcançando 519 participantes, o que demonstra o crescimento significativo no interesse e adesão das comunidades às competições, refletindo o sucesso da ação de inclusão social e promoção do paradesporto.

Meta Física (JIMI Futsal): Inicialmente não havia previsão de recursos para o JIMI Futsal, dessa forma, não houve previsão de meta física. Contudo, graças ao apoio de recursos oriundos da Loteria Estadual o evento teve a participação de 1.618 pessoas.

Meta Financeira: Para o ano de 2024, foi previsto apenas o orçamento para a execução do JIMIP (JIMI Paradesporto). Portanto, os recursos financeiros foram exclusivamente alocados para a realização do evento paradesportivo, com a execução de competições voltadas para os atletas com deficiência. Já o JIMI Futsal foi viabilizado por recursos provenientes das Loteria Estadual, ampliando o escopo de execução do programa e, consequentemente, o número de participantes.

Abaixo a análise físico-orçamentária da ação:

4165- Projetos Viabilizados pela lei estadual de incentivo ao esporte

Objetivo dessa ação visa fomentar a prática e o desenvolvimento do esporte, proporcionando a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população, a integração e a inclusão social, a formação de valores, o aperfeiçoamento de atletas e o fomento à pesquisa. Estimular a realização de projetos esportivos, captados junto a empresas contribuintes de ICMS mediante dedução fiscal ou mediante

apoio direto pela SEDESE a projetos com dificuldade de captação, nos termos da Lei 20.824/2013 ou da Lei 16.318/2006. O programa de fomento ao esporte em Minas Gerais criado pela Lei nº 20.824/2013 e regulamentado pelo Decreto nº 46.308/2013, que possibilita que o governo de Minas Gerais reserve parte de sua arrecadação com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para que empresas contribuintes do ICMS, estabelecidos no estado e enquadrados no regime de recolhimento débito e crédito, apoiem projetos esportivos. uma parte dos recursos captados (10%) é direcionado à SEDESE e é utilizado para incentivar projetos com maior dificuldade de captação, nos termos do art. 27 da Lei estadual nº 20.824/2013 na modalidade captação de recursos, a captação/inscrição dos projetos destes é feita por meio de editais de seleção lançados pela SEDESE no mínimo uma vez por ano. Podem ser executores de projetos: organizações da sociedade civil, prefeituras municipais e entidades da administração pública indireta. Já a captação de recursos é feita diretamente pelas entidades e prefeituras com projetos aprovados, mas a SEDESE busca alternativas para viabilizar esta captação (que ocorre mediante renúncia fiscal de ICMS pelo estado). Os projetos são divulgados no site da Lei de Incentivo e no Observatório para acesso de empresas interessadas. A lei estadual de incentivo ao esporte (Lei 16.318/2006) é um mecanismo que visa estimular a realização de projetos desportivos no estado aprovados pela SEDESE, ao viabilizar a concessão de desconto para pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa.

Abaixo a análise físico-orçamentária da ação referente a captação dos 10% depositados pelas empresas para projetos com baixa captação:

Abaixo a análise físico-orçamentária da ação referente aos projetos que captaram recursos diretamente com a empresa apoiadora:

REGIÕES	**2024**			
Estadual	**Prevista**		**Realizado**	
	Físicas	**Financeira**	**Físicas**	**Financeira**
	0	6.560.954,00	82	70.200,00
Região Intermediária de Barbacena	1.000	-	310	479.931,24
Região Intermediária de Belo Horizonte	8.780	-	13.349	12.772.732,35
Região Intermediária de Divinópolis	1.000	-	1.741	1.738.834,48
Região Intermediária de Ipatinga	2.500	-	2.186	3.960.765,07
Região Intermediária de Juíz de Fora	1.100	-	863	1.212.750,64

Região Intermediária de Montes Claros	20	-	90	250.000,00
Região Intermediária de Patos de Minas	0	-	150	191.247,35
Região Intermediária de Pouso Alegre	2.000	-	895	1.151.605,09
Região Intermediária de Teófilo Otoni	350	-	200	350.000,00
Região Intermediária de Uberaba	350	-	276	969.376,16
Região Intermediária de Uberlândia	2.700	-	1.454	1.752.694,12
Região Intermediária de Varginha	200	-	1.150	741.169,69
TOTAL	**20.000**	**6.560.954,00**	**22.746**	**25.641.306,18**

Projetos da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	**Meta 1:** número de pessoas atendidas nos projetos esportivos aprovados, captados e executados a cada ano na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, nas diversas manifestações esportivas			
2024	**Prevista**		**Realizado**	
	Físicas	**Financeira**	**Físicas**	**Financeira**
	20.000	*	22.746	25.641.306,18

Projetos da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	**Meta 2:** número de projetos deliberados ao longo do ano na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte, nas diversas manifestações esportivas			
2024	**Prevista**		**Realizado**	
	Físicas	**Financeira**	**Físicas**	**Financeira**
	250	*		

Projetos da Lei Estadual de Incentivo ao Esporte	**Meta 3:** projetos Lei Estadual de Incentivo ao Esporte executados e com ciclo de vida finalizados (envolve a autorização de início de execução, o monitoramento e a análise da prestação de contas)			
2024	**Prevista**		**Realizado**	
	Físicas	**Financeira**	**Físicas**	**Financeira**
	45	*		

* Previsto R$ 26.526.613,60 de isenção fiscal

Projetos de maior dificuldade de captação de recurso	**Meta 4:** número de projetos deliberados ao longo do ano na Lei Estadual de Incentivo ao Esporte.			
2024	**Prevista**		**Realizado**	
	Físicas	**Financeira**	**Físicas**	**Financeira**
	15	3.900.000,00	0	0

Referente aos projetos captados diretamente com as empresas apoiadoras tivemos 20 projetos captados e iniciados em julho, para atendimento a 6.463 pessoas em 15 municípios. Quanto à previsão de arrecadação via fonte 59, ocorreram dificuldades de celebração devido as vedações de eleição municipal, por recomendação do jurídico, não foi possível celebrar os convênios e parcerias, com a fonte 59, o que gerou um o baixo número, foi possível realizar a celebração apenas de dois instrumentos com dificuldade de captação via edital, que somam um montante de R$577.806,38 e com atendimento a 850 pessoas em 2 municípios.

4166 - Promoção do esporte educacional como instrumento de desenvolvimento social

Incentivar o desenvolvimento de atividades físicas e esportivas diversificadas, em especial para crianças e adolescentes, de regiões socialmente vulneráveis, buscando promover a emancipação, a liberdade e o protagonismo, por meio de práticas que colocam o sujeito como foco da intervenção com vistas ao enfrentamento das desigualdades sociais da atualidade. As ações são focalizadas inicialmente nas regionais Sedese, no intuito de beneficiar, prioritariamente, todas as regionais do programa Percursos Gerais, com projeção de aumento da capilaridade nos anos seguintes. Para essa focalização, são desenvolvidos editais para execução de ações esportivas bem como fomento à maior participação de municípios em todas as ações da Subsecretaria de Esportes.

A ação orçamentária tem como principal atividade a implementação, gestão e supervisão de núcleos esportivos implementados para a execução do programa Geração Esporte.

Desta forma, considerando os R$ 4.643.050,97 (quatro milhões, seiscentos e quarenta e três mil cinquenta reais e noventa e sete centavos) executados nesta ação, houve um desempenho de 52,67% da meta orçamentária e 90,94% da meta física, considerando as 6.402 pessoas atendidas pela ação em 2024.

Para 2024, a área técnica da Subsecretaria de Esporte tinha a expectativa de celebrar novos 26 núcleos esportivos do programa Geração Esporte, conforme programação no planejamento do orçamento Base Zero.

A área técnica não lançou novos editais de seleção no período de 2023 e 2024, utilizou-se o cadastro de excedentes oriundo das inscrições municipais no certame anterior, ainda vigente, o Edital de nº 013/2022.

Considerando a disponibilidade de inscrições excedentes, em 2024 houve a convocação de 17 municípios adicionais, deste montante, apenas 12 municípios lograram êxito no envio da documentação pertinente, e relativa à celebração de convênios de saída.

Neste mesmo exercício, a Subsecretaria de Esportes também autorizou a continuidade da celebração de convênios com municípios mineiros que haviam sido convocados em 2023. Dessa forma, considerando a demanda residual do ano anterior, ainda houve o dispêndio orçamentário, com orçamento do ano corrente, para garantir o custeio das despesas destes convênios. Ao todo, eram 07 convênios, totalizando R$ 1.605.585,66.

Ao todo, em 2024 18 novos convênios de saída foram celebrados, quantitativo relativamente menor quando comparado à meta de 26 novos convênios previstos.

Ademais, em 2024 a Subsecretaria de Esportes desempenhou vistorias nos núcleos (supervisão in loco) com o intuito de averiguar a execução das atividades dos núcleos esportivos. A vistoria abrangeu 06 (seis) núcleos, sendo eles, Nacip Raydan, Pedra do Anta, Virgolândia, Jaíba, Montezuma e Capitão Enéas. Averiguou-se então, a execução das atividades, como também, as condições de infraestrutura dos núcleos a fim de certificar o desempenho do Programa nestes núcleos selecionados.

Em suma registra-se as seguintes entregas nesta ação:

Acompanhamento do desenvolvimento das atividades de monitoramento dos 78 núcleos esportivos do Geração Esporte dos anos de 2021, 2022, 2023 e 2024.

Pagamento e manutenção do termo de parceria de nº 054/2023, conforme previsão do cronograma de desembolsos do instrumento.

Contabilização de novos 52 municípios, com núcleos em atividades em 2024, e monitorados pela Sedese com o suporte da Oscip parceira, com média de atendimento de 6.402 educandos ativos e frequentes ao todo.

Abaixo a análise físico-orçamentária da ação:

No tocante ao item (ii) registra-se que inexiste indicador específico ao monitoramento do PPAG vigente, o que, consequentemente, impossibilita a apuração e avaliação deste tópico.

Já em relação ao item (iii), as medidas adotadas para contornar os desafios enfrentados na execução da ação orçamentária, destaca-se que a equipe técnica promoveu aproximação e interlocução juntos aos municípios mineiros convocados com o intuito de maximizar as possibilidades de êxito na celebração dos convênios. Ainda assim, existiu número residual de municípios que não

lograram êxito na formalização, o que é razoável, na medida em que a demanda precede de esforço do ente municipal.

No tocante à meta física não foi possível assegurar o atingimento de 100% dos atendimentos aos beneficiários em virtude do período eleitoral. Diversos municípios ficaram impedidos de procederem com as contratações e, consequentemente, não conseguiram implementar os núcleos do Geração Esporte.

Para além disso, houve redução do número de convênios celebrados, tendo em vista o esgotamento do cadastro de reserva do edital, as consequentes desclassificações relacionadas ao CAGEC irregular e ausência de documentos da celebração.

4167- Apoio à gestão esportiva

A ação tem por objetivo produzir, organizar e disseminar informações e conhecimentos esportivos, visando promover a modernização da gestão esportiva. Organização e disseminação da informação e do conhecimento esportivo a dirigentes e agentes de entidades esportivas e órgãos municipais, aos gestores e beneficiários da política pública esportiva estadual, empresas do esporte, potenciais apoiadores de projetos e a sociedade em geral; por meio de ações no âmbito do observatório do esporte, tais como a promoção de qualificações, desenvolvimento de pesquisas, manutenção de ferramentas eletrônicas e instrumentos de apoio à gestão esportiva. Insta salientar que o orçamento dessa dessa ação é todo voltado para despesas como pagamento de pessoal, estagiários, funcionários MGS, despesas de água, luz e energias de prédios do Governo sob a responsabilidade da SUBESP de fiscalizar e gerir. Contudo a meta física refere-se ao alcance de beneficiados no programa ICMS esportivo.

4168 - Promoção dos jogos escolares de Minas Gerais

O desenvolvimento do esporte educacional é promovido mediante à realização dos "Jogos Escolares de Minas Gerais - JEMG", política pública executada e gerida pela Subsecretaria de Esportes (Subesp), tratando-se da mais tradicional competição esportiva do estado no âmbito escolar, sendo executado em três etapas (Microrregional, Regional e Estadual) com a disputa de modalidades esportivas coletivas, individuais e para estudantes-atletas com deficiência, masculinos e femininos, em diversos municípios do estado. Além disso, os campeões estaduais representam o estado nos

Jogos da Juventude, promovido pelo Comitê Olímpico do Brasil, nas Paralimpíadas Escolares, promovida pelo Comitê Paralímpico Brasileiro e nos Jogos Escolares Brasileiros, promovido pela Confederação Brasileira do Desporto Escolar. A política pública JEMG, objeto desta ação, é realizada em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, que atua de forma capilarizada por meio das Superintendências Regionais de Ensino, oferecendo suporte para a execução dos jogos e ações de fomento nas escolas.

A ação orçamentária tem como principal atividade a gestão e supervisão dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG. Desta forma, considerando os R$ 16.087.387,21 (dezesseis milhões, oitenta e sete mil trezentos e oitenta e sete reais e vinte e um centavos), executados na unidade orçamentária 1481, conforme demonstrado acima, houve um desempenho de 155,22% da meta orçamentária e 140,97% da meta física, considerando os 49.338 estudantes-atletas, vinculados às redes pública e particulares de Minas Gerais, e que participaram efetivamente da política pública em 2024.

Em 2024, a competição aconteceu em 52 cidades sede diferentes entre 1° de abril a 26 de maio em sua etapa microrregional, e a etapa regional em 06 cidades sede entre 10 de julho a 16 de julho de 2024. A etapa Estadual, por fim, foi dividida em para a mesma cidade-sede: Governador Valadares, a qual executou as modalidades paralímpicas entre os dias 15 e 21 de julho de 2024, e as modalidades convencionais entre os dias 05 e 11 de agosto.

Para além disso, considerando que o JEMG se consagra enquanto seletiva para a definição de equipes e estudantes atletas aptos a representarem o Estado de Minas Gerais nas competições nacionais listadas acima, no exercício de 2024 as delegações mineiras alcançaram os seguintes resultados nestas competições:

Jogos da Juventude 2024 - Realizado pelo Comitê Olímpico do Brasil: 24 medalhas conquistadas por Minas Gerais, sendo 05 de ouro, 07 de prata e 12 de bronze.

Jogos Escolares Brasileiros - Realizado pela Confederação Brasileira de Desporto Escolar: 65 medalhas conquistadas por Minas Gerais, sendo 11 de ouro, 27 de prata e 27 de bronze.

Paralimpíadas Escolares - Realizada pelo Comitê Paralímpico Brasileiro: 209 medalhas ao todo, sendo 89 de ouro, 65 de prata e 55 de bronze.

Em resumo, pelo demonstrativo da relação entre receitas programadas e despesas executadas no período é importante salientar que houve a necessidade emergencial de proceder com aporte de valor, considerando as despesas adicionais anteriormente não previstas, oriundas da execução física do JEMG.

Para garantir a execução física da política pública a Subesp mobiliza a construção, monitoramento e gestão de 02 (dois) instrumentos jurídicos, quais sejam, o contrato administrativo de inexigibilidade e o termo de parceria, executado em parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).

Em síntese, os instrumentos jurídicos objetivam:

Termo de parceria para a gestão dos jogos, celebrado junto à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público vencedora de Edital de Chamamento Público. Tal instrumento tem como objetivo descentralizar a função de execução técnica e gestão dos jogos, no que diz respeito às negociações de sediamento das 3 (três) etapas, gestão das inscrições, aquisição de material esportivo, premiação, uniformes e contratações necessárias para toda logística de realização da competição e participação da delegação mineira nas etapas nacionais dos jogos estudantis.

Contrato para a prestação de serviços de arbitragem esportiva educacional para as modalidades coletivas, individuais e paradesportivas, que tem como objetivo garantir a qualidade da política pública, no que diz respeito ao caráter esportivo das competições, e garantir o alinhamento dos jogos à dimensão do desporto educacional.

Além disso, para a execução do JEMG, a Subesp e seus parceiros também precisam mobilizar outros procedimentos e ações de cunho técnico, a exemplo do sediamento, fase esta em que os municípios mineiros participam ativamente com o intuito de recepcionaram as etapas físicas do evento.

O processo de seleção de municípios sede é demasiadamente complexo, sobretudo para a fase Estadual convencional, uma vez que esta etapa concentra o maior número de modalidades esportivas, tanto coletivas, quanto individuais. Ao todo, pode-se considerar a disponibilização e execução simultânea de cerca de 15 modalidades só nesta etapa.

Para se tornar apto a recepcionar as disputas e jogos em seu território, o município sede precisa dispor de infraestrutura esportiva e de recursos humanos e materiais nas especificações e quantitativos definidos no projeto de sediamento divulgado.

Historicamente, as equipes técnicas da Subsecretaria de Esportes enfrentam grandes dificuldades em promover contato, aproximação e o estabelecimento de parceria junto aos municípios sede para a realização das etapas Regional e Estadual do JEMG, considerando os custos operacionais e logísticos associados.

Em 2024 o município sede definido informou não ter condições de honrar com as obrigações e encargos previstos para viabilizar a execução de ambas as etapas estaduais.

Em suma, identificou-se clara insuficiência do ente municipal na provisão dos implementos esportivos para a execução das modalidades coletivas, paradesportivas e individuais, bem como as contratações de recursos humanos (profissionais e ambulâncias para o atendimento médico) para atendimento estudantes atletas e público em geral in loco.

Pelo detalhamento das informações, identificou-se que o município dispunha apenas dos locais de competição em condições de utilização. Os implementos e equipamentos esportivos não foram disponibilizados.

Em atenção a este cenário, a equipe técnica da Subsecretaria de Esportes estruturou planos de ação com vistas a viabilizar estes implementos e equipamentos diversos sem onerar a Administração Pública com despesas não previstas.

Nesse cenário, o curto prazo entre a comunicação do cenário de impossibilidade de cumprimento do projeto de sediamento pelo município e a execução da 1ª fase da Estadual inviabilizaram o delineamento de estratégias que não onerassem a Administração Pública. Vale destacar que neste período de construção de planos de ação para contornar este cenário, houve diversas tratativas com os principais atores da política pública para a discussão de alterativas viáveis, mas sem sucesso.

Desse modo, devido à especificidade dos materiais, implementos, equipamentos esportivos e contratações diversas previstas, a Subsecretaria de Esportes, em caráter excepcional, autorizou que a Oscip executora mobilizasse os esforços necessários para empreender processo de contratação e locação de equipamentos em caráter emergencial para a execução da 1ª data (15/07-21/07).

Nos termos do Regulamento de Compras e Contratações (RCC) aprovado e vigente, a Subesp orientou a Oscip a observar todos os trâmites previstos neste documento. Em relação aos implementos, recursos humanos e materiais, previstos em projeto de sediamento, relativos à execução da 2ª data da etapa Estadual (apenas modalidades convencionais), recomendou-se a instrução de processo, também nos moldes previstos no RCC.

A área técnica compreendeu que existia tempo hábil para a instrução processual, considerando que a 2ª etapa ocorreria entre os dias 05/08 e 11/08, não se enquadrando na modalidade de dispensa por emergência/urgência naquele momento. Em especial, frente ao contexto de excepcionalidade, a Oscip executora foi orientada sobre os procedimentos, bem como também sobre a juntada da

documentação comprobatória nos moldes da legislação afeta. Tal decisão pelo custeio das despesas vai termo de parceria se pautou na defesa do interesse público e na garantia de continuidade da execução da política pública.

Nestas fases, o JEMG reúne milhares de estudantes atletas que visualizam na prática esportiva perspectiva de aprendizado, divertimento, socialização e crescimento profissional futuro. Para as modalidades coletivas, que comumente também são disputadas nas fases Microrregional e Regional, grande quantitativo de estudantes atletas se classificaram para disputar a fase Estadual convencional, demonstrando trajetória de esforço e dedicação nas competições. Portanto, era inviável que as etapas fossem adiadas ou canceladas.

A elaboração do Cronograma de Execução do JEMG pelas áreas técnicas da Subsecretaria de Esportes, Secretaria de Estado de Educação e Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais se amolda aos cronogramas e datas já divulgadas pelas entidades e órgãos responsáveis pelas fases nacionais aqui citadas.

Portanto, adiamentos e cancelamentos, impactam diretamente na possibilidade de participação de Minas Gerais nas fases nacionais. Oportuno dizer que, para além da execução física do JEMG, a participação nas fases nacionais também constitui entrega no termo de parceria.

A divisão das etapas do JEMG também influenciou diretamente na execução orçamentária da ação 4168 em 2024. Normalmente, a etapa Estadual convencional e PcD são executadas em um mesmo município sede e no mesmo período estipulado. No entanto, em 2024 esse planejamento foi alterado, considerando a demanda do público-alvo pela execução das duas etapas em períodos separados. O desmembramento da execução enseja no aumento de custos relacionados à coordenação técnica nos locais de jogos, despesas estas comumente previstas no termo de parceria vigente.

Outro fator desafiador, sobre o prisma financeiro, que alterou de forma significativa o planejamento orçamentário do JEMG em 2023 e 2024, consistiu na nova obrigação assumida pelos estados da federação em relação ao custeio do translado das delegações de estudantes atletas para participarem do Jeb’s.

Em seu planejamento, a CBDE sempre garantiu o custeio das passagens aéreas com vistas a prever o translado das delegações de todos os Estados da federação. Portanto, aos Estados sempre coube a responsabilidade de realizarem as seletivas em seus territórios, bem como definirem a composição das delegações para o processo de inscrição na fase nacional.

Outrossim, no planejamento e concepção do termo de parceria em 2022, não se previu receita específica para o custeio de passagens para a participação no JEB's, uma vez que a responsabilidade sempre foi da entidade organizadora. Por questões de natureza orçamentária e financeira, a CBDE informou não ser possível garantir o custeio das despesas com deslocamento das delegações estaduais para todos os Estados da federação.

Neste contexto de indefinição e incertezas, a Subesp deliberou pelo custeio integral destas despesas com o translado em 2023. À época, existiam economias gerada no âmbito do termo de parceria, e, portanto, não haveria grandes impactos nas demais ações previstas no instrumento.

Porém, em 2024, o contexto de incertezas quanto ao custeio das despesas com o translado aéreo das delegações se manteve. Apesar das intensas tratativas dos Estados com a entidade organizadora e o Ministério do Esporte (ME), não houve definição sobre o custeio parcial ou integral dos custos aos Estados.

O Ministério do Esporte solicitou que cada unidade federativa encaminhasse detalhamento destes custos, de acordo com a realidade individualizada destas, para posterior análise de viabilidade do custeio das despesas. No entanto, não houve devolutiva a respeito. Em atenção a este cenário, considerando o montante de economias gerado no âmbito do instrumento e a vinculação para com o objeto, e considerando ainda a existência de interesse público nesta ação, procedeu-se que com a autorização do custeio desta despesa pelo instrumento.

A decisão vislumbrou garantir a efetiva participação dos estudantes atletas mineiros, do módulo I (12 a 14 anos), na competição nacional.

Vale destacar que é imprescindível garantir o custeio destas despesas com certa antecedência ao período de execução da competição, sobretudo porque os valores de mercado tendem a variar a depender do período da compra. Portanto, a decisão também se pautou na garantia do princípio da economicidade no usufruto dos recursos públicos. As despesas foram custeadas com as economias do instrumento.

No entanto, considerando o planejamento inicial e concepção do termo de parceria, não houve a inclusão dessa despesa quando do momento da celebração. Ao se utilizar os recursos economizados no termo naquele momento, houve comprometimento significativo das possibilidades de manejamento do recurso em outras despesas futuras e emergenciais.

Em se tratando do contrato administrativo para prestação de serviços técnicos especializados de arbitragem esportiva educacional no âmbito do JEMG, em consideração ao crescimento do número

de inscritos e participantes nas competições em relação à memória de cálculo, contendo o número de jogos e etapas, previstos inicialmente a área técnica da Subesp procedeu com a tramitação de termo aditivo de valor com o intuito de cobrir orçamentariamente este crescimento das despesas, que representou cerca de 7%.

Importante destacar que o formato de execução do JEMG, de forma capilarizada e regionalizada, constitui na necessidade de abertura e gestão de períodos de inscrição e gerenciamento de atletas simultâneos que coincidem com os períodos de execução de semanas ou etapas anteriores, o que torna mais complexa a previsão do volume de inscritos e participantes com exatidão.

Fato é que o custeio dessas despesas não estava contemplado no escopo do planejamento financeiro destes instrumentos, o que justifica a apuração da meta orçamentária com classificação subestimada, tendo em vista que o planejamento orçamentário inicialmente previsto não abarcou a totalidade de despesas executadas para o JEMG.

No total, as despesas extras totalizaram o montante de R$ 2.729.111,52. Adicionalmente, com o intuito de garantir a manutenção do termo de parceria já em janeiro de 2025, a área técnica solicitou o empenho prévio do valor de R$ 3.594.745,20, conforme previsão do cronograma de desembolsos da parceria, considerando a disponibilidade de orçamento em 2024.

No tocante ao item (ii) registra-se que inexiste indicador específico ao monitoramento do PPAG vigente, o que, consequentemente, impossibilita a apuração e avaliação deste tópico.

Já em relação ao item (iii), as medidas adotadas para contornar a necessidade de custeio de despesas adicionais, inerentes à execução do JEMG, englobaram a articulação com as unidades administrativas responsáveis pela gestão orçamentária da Sedese com o intuito de viabilizar aportes de recursos adicionais e remanejamento entre fontes de recursos para garantir a cobertura das despesas integralmente.

A disponibilidade orçamentária se deve ao passivo de recursos alocados de exercícios anteriores, oriundos do excesso de arrecadação, na fonte específica utilizada para o financiamento do JEMG, a Fonte 38.1.

Com relação à meta física, é possível identificar a superação considerável da adesão em relação ao número planejado. O planejamento ainda reflete o contexto da pandemia global de Covid-19 que inviabilizou a realização de eventos e a prática esportiva por pelo menos 02 anos. Neste cenário, o JEMG, em seu formato presencial e tradicional foi cancelado em 2020 e 2021 e a Subesp adotou a sua reformulação para o formato online garantindo a sua continuidade.

Com a alteração do formato em 2020 e 2021, a retomada inicial da execução nos moldes tradicionais em 2022, o planejamento da meta física de atendimento foi conservador. No entanto, os anos de 2023 e 2024 demonstraram que a execução física do JEMG, não só retomou a patamares históricos de atendimento, mas também representou tendência de crescimento para além do esperado. Exemplo disso foi a constatação de que 842 municípios se inscreveram no JEMG em 2024.

Frente a este cenário, as áreas técnicas estudarão e revisarão as metas futuras já pactuadas, com o objetivo de adequá-las à nova realidade de crescimento do JEMG.

4169 – Bolsa Atleta e Bolsa Técnico

Apoiar financeiramente atletas e técnicos do desporto e Paradesporto de rendimento prioritariamente em modalidades Olímpicas, paralímpicas e, subsidiariamente, em modalidades não Olímpicas e não paralímpicas.

O Programa Bolsa Atleta e Bolsa Técnico têm como objetivo apoiar financeiramente atletas e técnicos do Estado de Minas Gerais, visando contribuir para o desenvolvimento do esporte, tanto para atletas olímpicos quanto paralímpicos. O programa é regido pela Lei 20.782/2013, pelo Decreto 46.306/2013 e pela Resolução 12/2023. A execução do programa é realizada por meio do pagamento de parcelas bimestrais aos atletas e técnicos selecionados pelos editais anuais, com um total de seis parcelas durante o ano.

As bolsas são custeadas por recursos de Fonte 10 (para o Desporto Olímpico) e Fonte 38 (para o Desporto Paralímpico). O programa contemplou em 2024 a execução do pagamento das parcelas do Edital 04/2023 e o empenho da primeira parcela do Edital 07/2024.

Causa da Não Conclusão da Meta Física: O principal motivo para a não conclusão do número total de termos de compromisso foi o não cumprimento do prazo para envio da documentação por parte de alguns atletas e técnicos selecionados. Essa falha no envio dos documentos exigidos impediu a formalização de todos os termos de compromisso, resultando em uma meta física de 199 formalizações, abaixo da meta prevista de 203.

Providências Adotadas: Para garantir o cumprimento da meta e evitar que isso ocorra novamente, a equipe responsável pelo programa intensificou o controle de prazos e acompanhamento dos selecionados, além de reforçar a comunicação e orientação sobre os documentos necessários. Medidas corretivas foram adotadas para melhorar o processo de inscrição e documentação dos contemplados, de modo a evitar novos contratempos nas edições subsequentes.

Outras Informações Relevantes: No ano de 2024, o programa contemplou um total de 191 atletas e técnicos pelo Edital 04/2023 e 199 atletas e técnicos pelo Edital 07/2024. Embora não tenha

sido possível formalizar todos os termos de compromisso, os contemplados receberam as bolsas conforme os prazos estabelecidos, o que garantiu a continuidade do apoio financeiro a esses atletas e técnicos.

4170 – Apoio à realização de ações esportivas

Realização de projetos esportivos, doação de materiais e equipamentos esportivos, celebração de convênios/termos de parcerias e outros termos congêneres voltados para ações que potencializam projetos esportivos desenvolvidos pela secretaria, pela sociedade civil e pela comunidade esportiva. O orçamento dessa ação provem maioritariamente de indicações de emendas parlamentares. Alguns instrumentos de celebrados com objeto de obra de equipamentos esportivos podem ser oriundos do repasse realizado pelo Ministério Público.

4514 - Promoção do esporte de participação e rendimento coo instrumento de desenvolvimento social

Induzir a oferta de atividades físicas, esportivas e recreativas para o público com mais de 60 anos e para pessoa com deficiência e ofertar qualificação e assessoramento técnico voltado para os professores e gestores dos núcleos esportivos municipais conveniados. Fomentar a prática esportiva e paradesportiva para públicos em situação de maior vulnerabilidade social, minimizando as distorções na oportunidade de acesso às atividades físicas e esportivas, com parcerias e captação de recursos externos, bem como direcionamento e focalização dos recursos disponíveis em seu orçamento. Nessa ação são executados os projetos: Jogos dos Povos Indígenas de Minas Gerais – JPIMG, Melhor Geração e o Núcleo de Fomento ao Paradesporto – NFP.

Os Jogos dos Povos Indígenas de Minas Gerais (JPIMG) são um evento cultural e esportivo que reúne comunidades indígenas de diversas etnias do estado, com o objetivo de fortalecer a identidade cultural e promover a cidadania indígena por meio da prática esportiva e cultural. Realizado desde 2012, o evento tem se mostrado essencial para a valorização das tradições esportivas e culturais das aldeias, além de promover o intercâmbio entre diferentes etnias e incentivar o respeito à diversidade cultural.

Meta Física: A meta inicial para a participação no evento em 2024 era de 1.000 indígenas. No entanto, essa meta foi superada, com a participação de cerca de 1.300 indígenas, representando 14 etnias e 16 municípios de Minas Gerais. Esse aumento no número de participantes demonstra o sucesso crescente do evento e o fortalecimento da participação das comunidades indígenas.

Meta Financeira: O evento foi financiado por recursos provenientes de Emenda Parlamentar e pelo TDCO, com a parceria da Secretaria de Educação. As despesas foram alocadas de acordo com o planejamento do evento, garantindo a execução conforme o previsto. Em 2024, o JPIMG contou com a participação de 14 etnias indígenas e 16 municípios de Minas Gerais, reunindo aproximadamente 1.300 participantes. Este evento é considerado um dos maiores e mais importantes encontros esportivos e culturais para os povos tradicionais do estado, com um impacto crescente a cada edição. O programa é financiado por Emenda Parlamentar e pelo TDCO, em parceria com a Secretaria de Educação.

O programa "Melhor Geração" tem como objetivo estimular a prática de atividades físicas pela população idosa, com foco prioritário nas pessoas em situação de vulnerabilidade social por meio do programa ‘Percursos Gerais’. O programa busca melhorar a qualidade de vida dos beneficiários nos aspectos físicos e sociais, combatendo o sedentarismo e incentivando um estilo de vida ativo.

A execução do programa consiste na implementação de núcleos de atividade física em municípios de Minas Gerais, oferecendo atividades para pessoas com 60 anos ou mais, com a exigência de no mínimo duas aulas semanais, cada uma com 50 minutos de duração.

Os recursos financeiros para o programa provêm do Fundo Estadual do Idoso (FEI), e os núcleos são implantados por meio de convênios entre o governo estadual e os municípios. O Programa Núcleos de Fomento ao Paradesporto (NFP) visa induzir a oferta de atividades físicas, esportivas e recreativas para pessoas com deficiência, bem como oferecer qualificação e assessoramento técnico para professores e gestores dos núcleos esportivos municipais conveniados. O programa foca na promoção da inclusão e autonomia das pessoas com deficiência, além de identificar e apoiar o surgimento de talentos no paradesporto.

Em 2024, o programa continuou com a prorrogação de convênios firmados em anos anteriores, atendendo a 782 pessoas com deficiência, conforme os Editais Sedese nº 11/2022 e nº 03/2023. O programa também passou por vistorias em oito núcleos esportivos, para garantir a execução das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas, sendo eles, Apae de Timóteo, Associação Educacional de Desenvolvimento Esportivo Cultural - AEDEC Brasil, Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer - FUTEL, Associação Paraolímpica Patense – APP, Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba, Centro Integrado de Desenvolvimento do Esporte Paralímpico - CIDEP e Federação Mineira Desportiva de Surdos. No entanto, a formalização

de novos convênios pelo Edital nº 04/2024 não ocorreu devido a restrições eleitorais e pendências documentais das instituições.

O Programa Núcleos de Fomento ao Paradesporto (NFP) visa induzir a oferta de atividades físicas, esportivas e recreativas para pessoas com deficiência, bem como oferecer qualificação e assessoramento técnico para professores e gestores dos núcleos esportivos municipais conveniados. O programa foca na promoção da inclusão e autonomia das pessoas com deficiência, além de identificar e apoiar o surgimento de talentos no paradesporto.

Em 2024, o programa continuou com a prorrogação de convênios firmados em anos anteriores, atendendo a 782 pessoas com deficiência, conforme os Editais Sedese nº 11/2022 e nº 03/2023. O programa também passou por vistorias em oito núcleos esportivos, para garantir a execução das atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas, sendo eles, Apae de Timóteo, Associação Educacional de Desenvolvimento Esportivo Cultural - AEDEC Brasil, Associação dos Paraplégicos de Uberlândia, Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer - FUTEL, Associação Paraolímpica Patense – APP, Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba, Centro Integrado de Desenvolvimento do Esporte Paralímpico - CIDEP e Federação Mineira Desportiva de Surdos. No entanto, a formalização de novos convênios pelo Edital nº 04/2024 não ocorreu devido a restrições eleitorais e pendências documentais das instituições.

Meta Física: A meta física do programa foi impactada pelas restrições impostas pela legislação eleitoral. De acordo com a legislação, há uma vedação para repasses financeiros superiores a 50% do valor executado no exercício anterior. Isso significou que, embora o programa tenha realizado vistorias e mantido os convênios existentes, não foi possível formalizar novos convênios nem realizar novos repasses financeiros significativos em 2024, em respeito às limitações estabelecidas pela legislação eleitoral. Essas restrições impediram o cumprimento de metas físicas para novos atendimentos em 2024, com a execução das metas previstas sendo postergada para 2025.

Meta Financeira: A execução financeira do programa em 2024 também foi limitada pela legislação eleitoral, que veda o aumento significativo nos repasses financeiros (acima de 50% do valor executado no exercício anterior). Assim, apesar de existirem recursos previstos para a formalização de novos convênios, somente 7 dos 16 instrumentos financeiros previstos no Edital Sedese nº 04/2023 foram pagos, com os outros 9 instrumentos tendo seus pagamentos adiados para o exercício de 2025.

Causas que inviabilizaram o Cumprimento Pleno dos Objetivos Propostos e Providências Adotadas

Causas: A principal causa que inviabilizou o cumprimento pleno dos objetivos propostos foi a legislação eleitoral, que impôs restrições significativas nos repasses financeiros, vedando aumentos superiores a 50% em relação ao orçamento executado no exercício anterior. Essas limitações resultaram na impossibilidade de formalizar novos convênios e repassar recursos adicionais em 2024, afetando diretamente à execução das metas previstas. Além disso, a demora na resolução de pendências documentais pelas instituições também contribuiu para o adiamento da formalização dos convênios e da execução das atividades do programa.

Providências Adotadas: A principal providência adotada foi o respeito à legislação eleitoral, com a execução financeira sendo ajustada para não ultrapassar o limite de 50% de acréscimo em relação ao exercício anterior. Para garantir a continuidade do programa, foram mantidos os convênios em execução e realizadas vistorias nos núcleos já estabelecidos. Quanto aos convênios que não puderam ser formalizados, a resolução das pendências documentais e a superação das restrições eleitorais permitirão a formalização e execução dessas atividades no exercício de 2025.

ii) Indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027

1. **Percentual de atletas beneficiados com o bolsa atleta com melhora de desempenho**

Indicador calculado por meio dos atletas que recebem bolsa-atleta que obtiveram melhoria de desempenho de suas marcas-colocações-rankings em relação aos números do ano anterior/ total de atletas contemplados na ação do bolsa-atleta pleitearam novamente o benefício* 100
Percentual atingido em 2024: 87,01%

2. **Percentual de municípios mineiros beneficiados por ações da subsecretaria de esportes**

Indicador calculado por meio do número de municípios beneficiados por no mínimo uma ação da subsecretaria de esportes no ano anterior / total de municípios mineiros *100

3. **Percentual de municípios mineiros com baixo IDH-M atendidos por ações da subsecretaria de esportes**

Indicador calculado por meio do número de municípios com IDH-M baixo beneficiados por no mínimo uma ação da subsecretaria de esportes no ano anterior / total de municípios mineiros com IDH-M baixo *100

Percentual atingido em 2024: 72,60%

4. **Percentual de municípios mineiros com conselho municipal de esporte ativo**

Indicador calculado por meio do número de municípios com conselho municipal de esportes ativo, dividido pelo número total de municípios mineiros (853)

Percentual atingido em 2024: 64,48%

5. **Taxa de interiorização do programa**

Indicador calculado por meio da somatória da despesa realizada do programa em todas as regiões de planejamento exceto a região intermediária de belo horizonte no ano anterior / despesa total realizada de fomento do esporte, da atividade física e do lazer no ano anterior x100

Percentual atingido em 2024: 71,63%

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas

Algumas ações não atingiram 100% de execução sendo elas:

4164: Referente aos projetos captados diretamente com as empresas apoiadoras tivemos 20 projetos captados e iniciados em julho, para atendimento a 6.463 pessoas em 15 municípios. Quanto à previsão de arrecadação via fonte 59, ocorreram dificuldades de celebração devido as vedações de eleição municipal, por recomendação do jurídico, não foi possível celebrar os convênios e parcerias, com a fonte 59, o que gerou um o baixo número, foi possível realizar a celebração apenas de dois instrumentos com dificuldade de captação via edital, que somam um montante de R$577.806,38 e com atendimento a 850 pessoas em 2 municípios.

4166: As medidas adotadas para contornar os desafios enfrentados na execução da ação orçamentária, destaca-se que a equipe técnica promoveu aproximação e interlocução juntos aos municípios mineiros convocados com o intuito de maximizar as possibilidades de êxito na celebração dos convênios. Ainda assim, existiu número residual de municípios que não lograram êxito na formalização, o que é razoável, na medida em que a demanda precede de esforço do ente municipal.

No tocante à meta física não foi possível assegurar o atingimento de 100% dos atendimentos aos beneficiários em virtude do período eleitoral. Diversos municípios ficaram impedidos de procederem com as contratações e, consequentemente, não conseguiram implementar os núcleos do Geração Esporte.

Para além disso, houve redução do número de convênios celebrados, tendo em vista o esgotamento do cadastro de reserva do edital, as consequentes desclassificações relacionadas ao CAGEC irregular e ausência de documentos da celebração.

4169: O principal motivo para a não conclusão do número total de termos de compromisso foi o não cumprimento do prazo para envio da documentação por parte de alguns atletas e técnicos selecionados. Essa falha no envio dos documentos exigidos impediu a formalização de todos os termos de compromisso, resultando em uma meta física de 199 formalizações, abaixo da meta prevista de 203.

Providências Adotadas: Para garantir o cumprimento da meta e evitar que isso ocorra novamente, a equipe responsável pelo programa intensificou o controle de prazos e acompanhamento dos selecionados, além de reforçar a comunicação e orientação sobre os documentos necessários. Medidas corretivas foram adotadas para melhorar o processo de inscrição e documentação dos contemplados, de modo a evitar novos contratempos nas edições subsequentes.

4514: A principal causa que inviabilizou o cumprimento pleno dos objetivos propostos foi a legislação eleitoral, que impôs restrições significativas nos repasses financeiros, vedando aumentos superiores a 50% em relação ao orçamento executado no exercício anterior. Essas limitações resultaram na impossibilidade de formalizar novos convênios e repassar recursos adicionais em 2024, afetando diretamente à execução das metas previstas. Além disso, a demora na resolução de pendências documentais pelas instituições também contribuiu para o adiamento da formalização dos convênios e da execução das atividades do programa. Outra causa, é a inadimplência de dois municípios e a falta de interesse de outros dois em celebrar o convênio impediram o cumprimento total das metas físicas planejadas. Esses fatores resultaram na redução do número de núcleos e beneficiários inicialmente previstos.

Providências Adotadas: A principal providência adotada foi o respeito à legislação eleitoral, com a execução financeira sendo ajustada para não ultrapassar o limite de 50% de acréscimo em relação ao exercício anterior. Para garantir a continuidade do programa, foram mantidos os convênios em execução e realizadas vistorias nos núcleos já estabelecidos. Quanto aos convênios que não puderam ser formalizados, a resolução das pendências documentais e a superação das restrições eleitorais permitirão a formalização e execução dessas atividades no exercício de 2025. Para a inadimplência, realizou-se uma reestruturação do programa, com a adoção de um edital de chamamento público

para novos convênios. Essa medida visa ampliar a adesão de municípios ao programa e garantir a execução das metas, com novas oportunidades de celebração de convênios em 2025.

Conclusão da execução do programa 0069

Conclui-se que o programa 0069 teve uma boa execução financeira em 2024, tendo liquidado 78,69% do crédito autorizado para o cumprimento das ações e 68,95% efetivamente pago. As metas físicas em sua maioria tiveram uma boa execução, inclusive superando o quantitativo previsto. Alguns projetos da SUBESP não atingiram a execução total devido as vedações eleitorais do ano.

SUBSECRETARIA INCLUSÃO PRODUTIVA, TRABALHO, EMPREGO E RENDA

Ação 4157 – Fomento à Inclusão Produtiva de Mulheres

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão:

A ação de Fomento à Inclusão Produtiva de Mulheres – Código Orçamentário: 4157 – tem por finalidade fomentar a inclusão produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social no mundo do trabalho, de modo que sejam capazes de gerar sua própria renda, visando à redução da violência doméstica e do número de famílias e mulheres de baixa renda (renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo nos parâmetros do CadÚnico).

Para execução dessa ação orçamentária está o projeto Trajeto Moda, que tem como objeto a oferta de assessoramento técnico e de cursos de qualificação profissional na área de corte e costura, moda e empreendedorismo para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, a partir da criação de células produtivas que funcionarão como espaços de confecção de peças criadas por meio do ofício aprendido. Como problema a ser mitigado pelo projeto está a falta de oportunidades no tocante à inclusão produtiva e geração de renda, intensificando o contexto de vulnerabilidades no qual as mulheres estão inseridas, como dependência financeira do agressor ou chefe de família, falta de acesso à alimentação digna, falta de estrutura para arcar os custos com filhos e moradia.

A partir das qualificações e assessoramento técnico ofertados, o Trajeto Moda tem como objetivo proporcionar às mulheres atendidas oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, aumento da autoestima, empoderamento, independência financeira e rompimento dos ciclos de vulnerabilidade, promovendo assim, a transformação pessoal e profissional das mesmas.

O projeto é composto pelas seguintes etapas:

– Etapa preparatória: articulação com prefeituras participantes; estruturação dos espaços destinados às qualificações e células produtivas; compra de máquinas de costura; mobilização e seleção das beneficiárias.

– Etapa 1: oferta de capacitações específicas voltadas ao desenvolvimento de habilidades no ofício da costura, cidadania e inteligência emocional com duração de 3 meses.

– Etapa 2: oferta de Oficina de Criação de Negócio (Lean Canvas) voltada à conceitos iniciais sobre modelo de negócios com duração de 2 dias.

– Etapa 3: oferta de qualificações específicas - Confecção de produtos por segmento do mercado da moda; autogestão, empreendedorismo, liderança, cooperativismo e associativismo; atualização de mercado sobre economia circular e upcycle; planejamento e desenvolvimento sustentável de coleção; educação financeira e negociação em linha de crédito; precificação de produtos e políticas de remuneração; orientação profissional para formalização como MEI; noções básicas de montagem e manutenção de máquinas.

– Etapa 4: oferta de assessoramento técnico às beneficiárias e células produtivas estruturadas para confecção de produtos e comercialização dos mesmos.

Por meio dos recursos disponibilizados à ação, que atualmente é vinculada à Diretoria de Monitoramento e Articulação de Oportunidades de Trabalho (DMAOT) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), o referido projeto vem sendo executado desde 2023 e atualmente está confirmado em 92 municípios de Minas Gerais com previsão de atendimento de até 1.341 mulheres.

(i) cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa:

Em atenção à situação orçamentária no exercício de 2024, a ação teve execução de 93,10% em relação ao crédito autorizado (R$ 10.418.759,68), correspondendo ao valor de R$ 9.700.260,34.

Como execução frente ao crédito autorizado:

Aquisição	Descrição do objeto	Valor empenhado
Pregão para aquisição de máquinas de costura	Aquisição de 779 máquinas para 47 municípios	R$ 1.354.799,98

Contratação do SENAI para oferta de curso de qualificação profissional e assessoramento técnico	Oferta de qualificação profissional e assessoramento técnico para o público feminino em situação de vulnerabilidade social em 58 municípios de Minas Gerais.	R$ 8.000.000,00
Contratação de estagiário	Serviço de estágio	R$ 16.346,15
Serviço gráfico	Contratação de serviço gráfico para material de divulgação do projeto	R$ 1.980,00
Diárias e despesas com transporte urbano	Viagens para visitas de acompanhamento do projeto nos municípios	R$ 12.446,90
Despesas MGS	Apoio administrativo, encargos trabalhistas,	R$ 314.687,31

Em atenção à situação física no exercício de 2024, a ação teve execução de 114,67% em relação à meta programa de 450 pessoas atendidas, correspondendo ao atendimento de 516 mulheres beneficiadas pelo projeto.

	Meta Programada / Crédito Inicial	**Meta Reprogramada / Crédito Autorizado**	**Meta Programada / Crédito inicial Jan/Dez**	**Realizado Jan/Dez**	**% de Execução**
Físico	450	549	450	516	114,67
Orçamentário	R$ 333.109,00	R$ 10.418.759,68	R$ 333.109,00	R$ 9.700.260,34	93,10

A meta física refere-se à execução do contrato com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e do Termo de Fomento com a organização da sociedade civil Instituto Cultural Boa Esperança (ICBE), que tiveram seus recursos empenhados no exercício de 2023. Ambos

instrumentos estabelecem a execução das etapas do projeto com a oferta de qualificação profissional e assessoramento técnico.

O contrato celebrado com SENAC prevê a oferta da Etapa 1 (qualificação no ofício da costura e inteligência emocional) em 28 municípios - Alvorada de Minas, Bocaiúva, Bom Jesus do Amparo; Brasília de Minas, Cássia, Central de Minas, Corinto, Curral de Dentro, Curvelo, Divinópolis, Divisópolis, Espinosa, Januária, Mathias Lobato, Miradouro, Ouro Branco, Paraguaçu, Patos de Minas, Pedra Azul, Pirapora, Prados, Santa Bárbara, Santa Fé de Minas, Santa Rita do Itueto, São Francisco, Setubinha, Três Marias, Uberaba.

No exercício de 2024 foram atendidas 85 mulheres nos municípios de Bocaiúva, Curral de Dentro, Miradouro, Santa Rita do Itueto, Divinópolis e Ouro Branco.

O Termo de Fomento celebrado com o Instituto Cultural Boa Esperança (ICBE) estabelece a oferta das Etapas 3 e 4 do projeto em 34 municípios - Almenara, Ataléia, Belo Horizonte, Bonito de Minas, Buritizeiro, Capitão Enéas, Caraí, Carlos Chagas, Catuji, Coluna, Couto de Magalhães de Minas, Crisólita, Diamantina, Felisburgo, Francisco Sá, Frei Gaspar, Frei Lagonegro, Governador Valadares, Guaraciama, Igarapé, Joaíma, Mata Verde, Monte Azul, Muriaé, Novo Cruzeiro, Ouro Verde de Minas, Pedras de Maria da Cruz, Ribeirão das Neves, Rio Vermelho, Rubelita, Salinas, Serro, Taiobeiras, Varzelândia.

Como execução registrada em 2024 foram atendidas 431 mulheres a partir da Etapa 1 (qualificação no ofício da costura e inteligência emocional) e Etapa 3 (oferta de qualificações específicas) nas 34 localidades supracitadas.

(ii) indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027:

O indicador institucional estabelecido no âmbito da ação o quantitativo de mulheres em atendimento a partir da execução das etapas do projeto. N n

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas:

Não se aplica.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços

para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais:

Conforme demonstrado no item a-(i), há um Termo de Colaboração celebrado com a organização da sociedade civil Instituto Cultural Boa Esperança (ICBE), que teve seu recurso empenhado em dezembro de 2023 e cujo instrumento possui vigência até fevereiro/2026. Nesse sentido, considerando que o mesmo ainda encontra-se em fase de execução, não há relatório com parecer conclusivo do dirigente máximo.

Ação 4153 - Assessoramento das Unidades de Atendimento do Trabalhador

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão:

A ação de Assessoramento das Unidades de Atendimento do Trabalhador - Código Orçamentário: 4153 tem, por finalidade, promover o assessoramento das unidades de atendimento ao trabalhador no estado, de forma regionalizada, com o objetivo de fornecer suporte técnico especializado na implementação das diretrizes do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no âmbito do Sistema Nacional de Emprego (SINE), prestando assessoria às suas unidades de atendimento, por meio de treinamento, monitoramento e manutenção das parcerias com os municípios, relacionamento com empregadores, e a promoção de eventos no âmbito da política de trabalho. Faz parte do escopo a ampliação do conhecimento institucional sobre o mercado de trabalho em Minas Gerais, o fomento à participação de diversos atores na consecução dos serviços prestados à sociedade, a participação e controle social a partir das deliberações do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda (CETER-MG), e além disso, o suporte técnico necessário à execução das atividades relacionadas ao atendimento ao trabalhador e à política de trabalho e emprego, fornecendo recursos materiais e humanos para o alcance desse fim.

Classificação Orçamentária: 1481.11.334.066.4153.0001

Esta ação, apoiada a partir da assessoria técnica especializada, visa acompanhar, coordenar e articular as diretrizes do Ministério Trabalho e Emprego (MTE) relativas ao Sistema Nacional de Emprego (SINE); realizar a manutenção das parcerias com os municípios conveniados; apoiar parcerias

com a iniciativa privada; auxiliar o treinamento e a capacitação dos atendentes do SINE; analisar o mercado de trabalho estadual, buscando oportunidades de promoção e melhorias relativas às políticas públicas de trabalho, emprego e renda; apoiar ações de ampliação de oportunidade de emprego aos públicos específicos, sobretudo aos que se encontram em situação de vulnerabilidade social; executar o suporte técnico necessário ao atendimento ao trabalhador, orientando coordenadores e atendentes quanto às temáticas necessárias à realização das atividades; acompanhar contratos relacionados às ações da política de trabalho e emprego.

Por meio dos recursos disponibilizados à ação, que atualmente é vinculada à Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador (DGAT) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), é realizado o amparo profissional necessário ao adequado funcionamento das Unidades do SINE em Minas Gerais. Essas Unidades estão presentes em 123 municípios do Estado, com 133 postos de atendimento, cujas ações de assessoramento contínuo são realizadas pela Diretoria, tais como: treinamentos, reciclagens, suporte técnico, monitoramento e acompanhamento das unidades, atendimento as demandas de Fale Conosco, disponibilização de diversas ferramentas gerenciais para monitoramento contínuo dos atendimentos aos trabalhadores, dentre outras ações.

(i) cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa:

Apresentação da execução consolidada:

Detalhamento das despesas por natureza:

Grupo de despesa Elemento -Item	Classificação								Valor orçado/ detalhado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	(C/A) %	Análise vertical (B)%	Análise vertical (C)%
	C	GD	M	ED	IT	IAG	F	IPU						
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	**3**	**1**							**3.448.145,00**	**3.622.189,25**	**3.622.189,25**	**105,05**	**60,25%**	**64,82%**
Gratificacao de natal			90	11	22	0	10	1	0	336,64	336,64	0	0,01%	0,01%
Vantagem pessoal			90	11	19	0	10	1	0	5.061,18	5.061,18	0	0,08%	0,09%
Gratificacao de cargo			90	11	17	0	10	1	0	13.438,32	13.438,32	0	0,22%	0,24%

em comissao														
Abono de ferias			90	11	21	0	10	1	0	23.431,36	23.431,36	0	0,39%	0,42%
Gratificacao de desempenho de produtividade individual e institucional			90	11	46	0	10	1	0	52.989,51	52.989,51	0	0,88%	0,95%
Adicional por tempo de servico			90	11	3	0	10	1	0	56.207,04	56.207,04	0	0,93%	1,01%
Vencimentos			90	11	1	0	10	1	2.532.472,00	244.789,64	244.789,64	9,67	4,07%	4,38%
Inss - folha			90	13	4	0	10	1	0	16.555,45	16.555,45	0	0,28%	0,30%
Subsidio - servidores da educacao efetivos			90	11	50	0	71	1	0	8.616,63	8.616,63	0	0,14%	0,15%
Vantagem pessoal			90	11	19	0	71	1	0	22.256,63	22.256,63	0	0,37%	0,40%
Abono de ferias			90	11	21	0	71	1	0	40.979,74	40.979,74	0	0,68%	0,73%
Gratificacao de cargo em comissao			90	11	17	0	71	1	0	70.916,76	70.916,76	0	1,18%	1,27%
Gratificacao de natal			90	11	22	0	71	1	0	198.873,61	198.873,61	0	3,31%	3,56%
Gratificacao de desempenho de produtividade individual e institucional			90	11	46	0	71	1	0	282.841,08	282.841,08	0	4,71%	5,06%
Adicional por tempo de servico			90	11	3	0	71	1	0	301.391,56	301.391,56	0	5,01%	5,39%
Vencimentos			90	11	1	0	71	1	0	1.293.989,11	1.293.989,11	0	21,53%	23,16%
Inss - folha			90	13	4	0	71	1	0	96.344,75	96.344,75	0	1,60%	1,72%
Obrigacao patronal - pessoal ativo - despesas com assistencia a saude			91	13	21	0	10	1	37.543,00	4.797,19	4.797,19	12,78	0,08%	0,09%
Obrigacao patronal suplementar - pessoal ativo			91	13	26	0	10	1	0	58.717,50	58.717,50	0	0,98%	1,05%
Obrigacao patronal - pessoal ativo			91	13	5	0	10	1	878.130,00	70.417,05	70.417,05	8,02	1,17%	1,26%
Obrigacao patronal - pessoal ativo - despesas com assistencia a saude			91	13	21	0	71	1	0	27.861,68	27.861,68	0	0,46%	0,50%

Obrigacao patronal suplementar - pessoal ativo			91	13	26	0	71	1	0	327.132,20	327.132,20	0	5,44%	5,85%
Obrigacao patronal - pessoal ativo			91	13	5	0	71	1	0	404.244,62	404.244,62	0	6,72%	7,23%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	**3**	**3**							**2.402.043,00**	**2.389.277,73**	**1.965.805,83**	**81,84**	**39,75%**	**35,18%**
Diárias - civil			90	14	1	0	10	1	7.155,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Despesas com transporte urbano, pedágio e estacionamento - pessoa física			90	33	2	0	10	1	2.100,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Passagens - pessoa jurídica			90	33	4	0	10	1	12.600,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Locação de serviços de apoio administrativo realizados pela mgs			90	37	4	0	10	1	1.371.768,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Despesas com o pagamento de encargos trabalhistas à mgs			90	37	5	0	10	1	146.750,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Contratação de estagiários			90	39	52	0	10	1	91.933,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Serviços de informática executados pela prodemge			90	40	3	0	10	1	8.485,00	0	0	0	0,00%	0,00%
Auxilio-alimentacao - pecunia			90	46	1	0	10	7	505.127,00	51.675,00	51.675,00	10,23	0,86%	0,92%
Auxilio-transporte - pecunia			90	49	1	0	10	7	56.125,00	2.562,00	2.562,00	4,56	0,04%	0,05%
Servicos de pesquisas			90	39	56	0	10	8	200.000,00	200.000,00	0	0	3,33%	0,00%
Diarias - civil			90	14	1	0	71	1	0	6.086,32	6.086,32	0	0,10%	0,11%
Despesas com transporte urbano, pedagio e estacionamento pessoa fisica			90	33	2	0	71	1	0	267,81	267,81	0	0,00%	0,00%
Passagens - pessoa fisica			90	33	1	0	71	1	0	623,49	623,49	0	0,01%	0,01%
Passagens - pessoa juridica			90	33	4	0	71	1	0	3.950,71	3.950,71	0	0,07%	0,07%

Despesas com o pagamento de encargos trabalhistas a mgs			90	37	5	0	71	1	0	180.231,04	157.975,31	0	3,00%	2,83%
Locacao de servicos de apoio administrativo realizados pela mgs			90	37	4	0	71	1	0	1.337.749,30	1.184.941,51	0	22,25%	21,21%
Contratacao de estagiarios			90	39	52	0	71	1	0	69.366,25	22.958,89	0	1,15%	0,41%
Servico de informatica executado pela prodemge			90	40	3	0	71	1	0	8.302,31	6.301,29	0	0,14%	0,11%
Auxilio-alimentacao - pecunia			90	46	1	0	71	7	0	501.300,00	501.300,00	0	8,34%	8,97%
Auxilio-transporte - pecunia			90	49	1	0	71	7	0	27.163,50	27.163,50	0	0,45%	0,49%
TOTAL									**5.850.188,00**	**6.011.466,98**	**5.587.995,08**	**95,52**	**100,00%**	**100,00%**

(ii) indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027:

Com relação aos dados orçamentários, a execução da ação foi de 102,76% do valor previsto na LOA, que para o exercício de 2024 foi na ordem de R$ 5.850.188,00, considerando as despesas com folha de pessoal e tributos correlatos.

***(*iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas:**

Não se aplica.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais:

Não se aplica.

OUTRAS AÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES DESENVOLVIDAS PELA DGAT:

No âmbito da ação 4153, foi possível o desempenho de diversas ações, além daquelas pactuadas por metas e especificadas no PPAG, conforme detalhamentos a seguir:

• Implantação de 7 (sete) unidades do projeto Ponte Digital ao longo do ano de 2024, com a publicação em Diário Oficial dos Acordos de Cooperação Técnica para os seguintes municípios: Além Paraíba, Caxambu, Limeira do Oeste, Olhos D' Água, Perdizes, Ribeirão das Neves e Santa Bárbara;

• Painel de Desempenho do SINE, com atualização mensal, objetivando disponibilizar para todos os gestores as informações acerca do desempenho das unidades do SINE em Minas Gerais.

• Gestão da execução orçamentária e financeira dos recursos do FET e do Tesouro Estadual pelo Programa Trabalho e Emprego;

• Gestão e acompanhamento da execução física e financeira dos contratos continuados e dos novos contratos do FET;

• Ações realizadas regularmente para assessorar as Unidades SINE quanto à gestão de estrutura e patrimônio;

• Gestão dos Acordos de Cooperação Técnica para manutenção das Unidades SINE por meio de parcerias com os municípios, com um total de 52 acordos publicados em 2024.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA DIRETORIA DE MONITORAMENTO E ARTICULAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE TRABALHO (DMAOT):

• Manutenção e atualização do Observatório do Trabalho do Estado de Minas Gerais, em parceria com o DIEESE e Fundação João Pinheiro que objetiva a produção e disseminação de informações relevantes referentes ao mundo do trabalho;

• Realização das Reuniões Mensais Ordinárias do CETER, e aprovação dos PAS referentes ao SINE, da Educação Profissional e Assessoramento Estatístico, tendo sido 11 reuniões ordinárias em 2024.

Ação 4154 - Fomento para Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva

Descrição: FOMENTAR A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA E PROMOVER A INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO, VISANDO PROPORCIONAR A MELHORIA DA ORGANIZAÇÃO DOS SEUS NEGÓCIOS E A PROMOÇÃO DA GERAÇÃO DE RENDA DAS PESSOAS.

Classificação Orçamentária 1481.11.334.066.4154.0001

I - Relatório Sobre a Gestão e Execução orçamentária, financeira e patrimonial

a. Descrição da execução do programa de trabalho por meio do cumprimento das metas físicas e financeiras, por função, subfunção, programa, projeto, subprojeto, atividade, subatividade e operações especiais, evidenciando a implementação da ação governamental, com esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos

A Ação **4154 – Fomento para Economia Popular Solidária e Promoção da Inclusão Produtiva** integra o **Programa 066 – POLÍTICAS DE TRABALHO E EMPREGO** e tem como principal contribuição a **redução das vulnerabilidades da população de Minas Gerais no aspecto renda**, promovendo sua **inclusão produtiva** por meio do emprego formal, do empreendedorismo e da economia popular solidária. Tem como finalidade principal, fomentar a economia popular solidária e promover a inclusão produtiva no Estado, visando à melhoria da organização dos negócios e à geração de renda das pessoas atendidas.

Destacam-se, dentro desse escopo, a redução das vulnerabilidades da população de Minas Gerais no aspecto renda.

Dentro desse escopo, foi realizado a contratação de prestação de serviço para a realização da feira estadual e da conferência estadual de economia popular solidária.

A convocação, para a essa contratação, foi realizada por meio de publicação de aviso no veículo de imprensa oficial "Jornal Minas Gerais" (evento SEI- 102085974), sendo o pregão eletrônico devidamente disponibilizado no sítio eletrônico www.compras.mg.gov.br.

Dentro do prazo de publicidade do edital não foi recebido pedido de esclarecimento nem impugnação via Portal de Compras MG. Em 06/12/2024, às 09:30 horas, foi iniciada a sessão do Pregão Eletrônico n° 1481264 000054/2024 (evento SEI 101948782), cujo objeto é a Contratação da prestação de serviços de Organização, Execução de Eventos e Atividades Correlatas ou Inerentes, para atender a Feira Estadual da Economia Popular Solidária e da Conferência Estadual de Economia Popular Solidária, onde foi apreciado as propostas para sessão de lances dos lotes, onde foi observado que houve o cadastramento de 08 (oito) propostas, conforme evento SEI (103362521).

No dia 9 de dezembro de 2024, após constatadas as regularidades dos atos procedimentais, a autoridade competente, concluiu o procedimento para aquisição de prestação de serviços de Organização, Execução de Eventos, para atender a Feira e Conferência.

A entidade vencedora do pregão foi a **Foco Serviços e Locação es LTDA**, que, firmou o CONTRATO Nº 9445779/2024, de prestação de serviços, em 11/12/2024, com Declaração de Disponibilidade Orçamentária, conforme descrito abaixo:

- Fonte 10.4 - R$1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) - proveniente de recursos das emendas CPP 149986 - R$ 1.200.000,00 e CPP 152347 - R$ 90.000,00 e;

- Fonte 10.8 - R$100.000,00 (cem mil reais) - recurso da emenda impositiva 140548

Em 26/12/2024 foram realizados os empenhos (nº 56/2024 e nº 60/2024), visando cobrir as despesas do contrato.

A Feira e Conferência estão programadas para acontecer entre 11 e 15 de abril de 2025 no MinasCentro e, estamos em constante contato com a equipe contratada e, público beneficiado, visando a execução do Contrato.

b. Descrição das medidas adotadas com vistas a sanear eventuais disfunções estruturais ou conjunturais que prejudicaram ou inviabilizaram a execução das ações programadas.

Não se aplica

c. Informações sobre a execução dos programas e ações do governo, sob a responsabilidade do órgão, com identificação de ação governamental estratégica no PPAG 2020-2023, abrangendo a execução física e financeira das ações realizadas, bem como os indicadores institucionais de desempenho, se for o caso.

Não se aplica.

d) Outras informações consideradas relevantes pelo Órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.
Não se aplica.

e) Demonstração da execução física e financeira de projetos, subprojetos, atividades e subatividades objetos de financiamento nacional e internacional, especificando as partes envolvidas, detalhando os valores totais previstos e os valores realizados no exercício e até o exercício, bem como as contrapartidas oferecidas e os motivos que inviabilizaram a plena conclusão de etapa ou da totalidade da ação proposta, indicando as providências adotadas, quando aplicável.

A ação teve como crédito autorizado o valor de R$2.193.265,00, e executado R$1.075.672,58, correspondente a gastos descentralizados da folha de pagamento de servidores, estagiários e terceirizados alocados na área, cujo empenho e liquidação ocorreu em 2024.

f) Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso.

Não se aplica.

Ação 4412 - Acesso ao Trabalho e à Renda

Descrição: Potencializar a capacidade de geração de renda dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para a redução no número de famílias e indivíduos de baixa renda (renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo nos parâmetros do Cadúnico).

Classificação Orçamentária: 1481.11.334.083.4412.0001

a) descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

A Ação 4412 do Programa 083 - Percursos Gerais promove a inclusão produtiva, ampliando o acesso ao trabalho e à geração de renda por meio do fomento ao trabalho por conta própria e à produção em grupos autogestionários e autossustentáveis.

Destacam-se, dentro desse escopo, as Ações de Inclusão Socioprodutiva, que são operacionalizadas como projeto *Trajeto Renda*, parte do Programa *Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia.* Atualmente essas ações estão em seu segundo ciclo de execução, sempre integradas à carteira estratégica da SEDESE, e com fontes de recurso que variaram ao longo das fases de seu primeiro ciclo (fases 1 a 4, em que mudam os municípios alcançados), e nesse ciclo o recurso vêm da Fonte 71.1. As execuções em geral se dividem entre Trajeto Renda – assessoramento e Trajeto Renda - qualificação.

Programadas para início em 2025, essas ações tiveram seus atos preparatórios desenvolvidos ao longo de 2024. Dessa forma, registra-se o seguinte histórico:

Durante o primeiro semestre de 2024, foram feitas as melhorias no desenho do projeto, e avaliados mapas de preço junto com outros documentos necessários para o Chamamento Público referente a execução das atividades de *Assessoramento.* Com liberação de recurso proposto para execução do novo ciclo em 56 municípios por 21 meses, no valor de R$ 6.979.300,00, cuja natureza de despesa era 39.99, em 11/10/2024 foi publicizado o Edital Sedese n.º 09/2024. As OSCs interessadas tiveram até 10/11/2024 para enviar os documentos necessários, conforme edital.

Em 11/11/2024 foi realizada a sessão de abertura das pastas, e a partir desse momento a Comissão de Seleção, instituída pela Resolução SEDESE nº 91/2024, iniciou a análise das propostas. O administrador público homologou o resultado final em Ato de Homologação, e dessa forma a OSC Associação Aprender Produzir Juntos (APJ), foi selecionada e habilitada para cumprir o objeto dessas ações, firmando o Termo de Colaboração n.º 1481001158/2024 com a Secretaria no valor de R$ 6.979.290,99. Esse valor foi empenhado através do documento n.º 55/2024, U.E. 1480096, repassado à OSC apenas em 2025.

Logo, não houve a realização de nenhum atendimento físico, pois o início das ações estava programado para janeiro de 2025, e não foi possível efetivar o pagamento no exercício financeiro de 2024, referente ao Termo de Colaboração firmado com a APJ, tendo em vista as vedações de ano eleitoral.

No ano de 2024, ainda no contexto das Ações de Inclusão Socioprodutiva do Programa Percursos Gerais, cabe destacar que foi concluída a execução das etapas remanescentes da

Fase 4 do primeiro ciclo, conduzida pela empresa MegaQuality Brasil através de contrato em anos anteriores.

Assim, esclarece-se que a Fase 4 teve início em 2023, no âmbito do contrato n.º 9371064/2022, e foi gerida na ação 4434. Essas ações beneficiaram um total de 3.668 indivíduos em situação de pobreza e extrema pobreza, abrangendo as regiões atendidas pelas Diretorias Regionais da SEDESE em Almenara, Araçuaí, Curvelo, Governador Valadares, Metropolitana, Muriaé, São João del-Rei e Timóteo. Até o término do contrato, em fevereiro de 2024, não foram registrados novos atendimentos, o que culminou no total supracitado. No entanto, houve a execução financeira de R$ 1.007.860,00 por meio de restos a pagar.

(ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

O desempenho crítico/subestimado registrado no período de 2024 ocorreu devido às ações de inclusão socioprodutiva do Novo Ciclo do Percursos Gerais, que tiveram o citado Termo de Colaboração n.º 1481001158/2024 formalizado com a Associação Aprender Produzir Juntos (APJ) no mês de dezembro. No entanto, conforme esclarecido, o início da execução física dessas ações somente poderia ocorrer em janeiro de 2025.

Consequentemente, a execução orçamentária foi superior ao inicialmente planejado para esse período, uma vez que o valor do termo de colaboração foi empenhado, conforme o estabelecido, mas com a previsão de repasse e utilização apenas no ano de 2025. Esse empenho levou a uma execução orçamentária mais alta do que a prevista para o período monitorado, mas foi essencial para permitir continuidade das ações.

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

Não se aplica.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

N/A.

Reitera-se que ao longo de 2024 não houve execução do novo ciclo do projeto Trajeto Renda, apenas seus atos preparatórios. Tanto a disponibilização dos recursos financeiros quanto as vedações em ano eleitoral implicaram na execução física apenas em 2025.

AÇÕES 4158

Visando ao cumprimento das determinações contidas na Instrução Normativa nº 14/2011 e Decisão Normativa nº 01/2025, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, as quais dispõem sobre a forma, o conteúdo e o prazo de envio da Prestação de Contas Anual de 2024, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, e definem as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis terão os respectivos processos de contas anuais constituídos para fins de julgamento pelo Tribunal, elaboramos abaixo relatório referente à execução física e orçamentária/financeira no exercício de 2024 das Ações sob responsabilidade da Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (SUBIPTER), conforme detalhamento apresentado no Memorando 23 (108037361).

PROGRAMA 067- REDE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ação 4158 - Qualificação Profissional

Descrição: Potencializar a empregabilidade dos cidadãos, com foco naqueles em situação de vulnerabilidade social, visando contribuir para a autonomia dos indivíduos e geração de oportunidade de trabalho, emprego e renda.

Classificação Orçamentária: 1481.11.363.067.4158.0001

- **AÇÕES EXECUTADAS VINCULADAS À META FÍSICA DO PPAG**

A ação 4158 tem como público-alvo "agentes públicos dos municípios mineiros", sendo estabelecida para 2024 a meta física de atendimento de 150 pessoas. Tal meta se refere ao Programa Qualifica-se e é voltada para a certificação de multiplicadores de ações de desenvolvimento de competências profissionais e sociais pela SEDESE. O detalhamento do programa, bem como as informações de execução são descritas a seguir.

Programa Qualifica-se: O programa de fomento de ações de competência social e profissional tem como objetivo qualificar os cidadãos, bem como, capacitar os agentes públicos municipais que estejam a frente de políticas públicas de trabalho, emprego, renda, assistência social e ações de qualificação profissional e social (CRAS, CREAS, SINE, etc.), no desenvolvimento de temas relacionados ao mundo do trabalho, habilidades socioemocionais, relacionamento interpessoal, empreendedorismo, direitos e deveres do trabalhador. Estas ações são realizadas por meio de palestras, oficinas, workshops e/ou minicursos, destinados ao público geral, prioritariamente jovens em situação de vulnerabilidade, que buscam a inserção e/ou recolocação no mercado de trabalho. As despesas necessárias para execução do programa Qualifica-se se referem aos gastos com diárias e

passagens para deslocamentos dos servidores da SEDESE envolvidos nas atividades formativas. A cessão de espaços e disponibilização de lanches é feita por meio de parcerias e apoios institucionais para realização das capacitações.

No ano de 2024 foram certificados 137 multiplicadores. A execução física abaixo da meta se justifica pelas limitações decorrentes do período eleitoral, que impossibilitaram a realização dos eventos de formação no segundo semestre de 2024. Sendo assim, foram realizadas somente as turmas para as regionais Metropolitana (112 certificados) e Governador Valadares (25 certificados).

- **DEMAIS AÇÕES EXECUTADAS COM RECURSOS DA AÇÃO 4158**

Termos de Fomento e Convênios de Saída: Por meio de Emendas Parlamentares, a Sedese tem celebrado parcerias com prefeituras e Organizações da Sociedade Civil para a oferta de cursos de qualificação profissional visando o atendimento nos territórios. A gestão dos Termos de Fomento e Convênios de Saída está sob a responsabilidade da Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias/Subpg, com o suporte técnico da Diretoria de Implementação e Monitoramento da Educação Profissional.

Termos de Fomento e Convênio com execução em 2024				
Nº do Termo	**Valor do Repasse**	**Meta Física Prevista**	**Status**	**Município da execução**
1481002305/2023	R$ 250.500,00	360	Em Execução	Alvinópolis
1481.002124/2023	R$90.990,00	720	Em Execução	Belo Horizonte
1481.001887/2023	R$95.843,00	115	Em Execução	Belo Horizonte
1481.002134/2023	R$180.000,00	70	Em Execução	Belo Horizonte
1481.002121/2023	R$90.000,00	70	Em Execução	Belo Horizonte
1481002258/2023	R$ 505.280,80	870	Em Execução	Boa Esperança
1481002116/2023	R$ 753.922,00	1300	Em Execução	Botumirim
1481002314/2023	R$ 1.129.093,33	2200	Em Execução	Buritizeiro
1481.001782/2023	R$ 100.000,00	40	Concluído	Coronel Fabriciano
1481002117/2023	R$ 504.396,04	860	Em Execução	Fortuna de Minas
1481002018/2023	R$ 100.000,00	160	Em Execução	Francisco Sá

1481002329/2023	R$ 753.750,00	1100	Em Execução	Gouveia
1481.002084/2023	R$90.000,00	25	Em Execução	João Monlevade
1481.001769/2023	R$149.623,66	30	Em Execução	Juatuba
1481.002144/2023	R$300.000,00	342	Em Execução	Machado
1481.001723/2023	R$625.603,39	500	Em Execução	Montes Claros
1481002301/2023	R$ 1.000.850,47	1705	Em Execução	Pedro Leopoldo
1481002243/2023	R$ 500.000,00	905	Em Execução	Pompéu
1481.000683/2024	R$809.973,01	1540	Em Execução	Prudente de Morais
1481002309/2023	R$ 742.154,17	1380	Em Execução	Resende Costa
1481.002159/2023	R$200.000,00	110	Em Execução	Ribeirão das Neves

- **Projeto Vias de Inclusão**: Tem por objetivo a inserção produtiva de pessoas em situação de rua por meio da oferta de qualificação profissional e inclusão em vagas de trabalho e empreendimentos de economia solidária. Para sua execução, foi efetuado processo licitatório na modalidade pregão eletrônico (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1481264 000068/2021). Como resultado, foi firmado o Contrato nº 9317670, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a empresa DBX OFFICE MANAGEMENT EIRELI para o atendimento de 120 pessoas nos municípios de Betim e Contagem, ao custo total de R$205.054,84 (duzentos e cinco mil, cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Entre 2023-2024 foram ofertadas 06 turmas no município de Betim e 05 turmas no município de Contagem, tendo sido disponibilizadas 120 vagas. Concluíram a formação cerca de 86 pessoas em situação de rua. O projeto está em fase de finalização, com previsão de término em abril de 2025.

- Cursos de Qualificação Profissional PSG - Acordo de Cooperação Técnica com o Senac Minas para oferta de cursos de qualificação profissional no âmbito do Programa Senac Gratuidade. O PSG tem por objetivo garantir o acesso à educação profissional de qualidade para pessoas cuja renda familiar mensal per capita não ultrapasse dois salários-mínimos. Foram certificados, em 2024, 297 vagas em 10 municípios de Minas Gerais.

- **Minas Forma Cultura e Turismo -** Contrato de Prestação de Serviços nº 009406710/2023 celebrado com o Senac, visando a oferta de 8.100 vagas de curso de qualificação profissional no valor de R$ 9.999.440,00, em 101 municípios do Estado de Minas Gerais, para o atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. O contrato foi publicado em 26/12/2023 e no ano de 2024 foram executadas 84 turmas em 28 municípios, disponibilizando um total de 1.980 vagas.

- **NOVAS AÇÕES**

Em setembro de 2024 foram suplementados R$ 13.150.247,15 na ação 4158 para realização de novas contratações para execução dos projetos de qualificação profissional sob responsabilidade da SEDESE. Os procedimentos de compras foram realizados e culminaram na formalização dos contratos descritos abaixo assinados no mês de dezembro/2025.

Programa	**Contrato**	**Valor do Contrato**	**Qtd. De Municípios**	**Vagas**
Comunidade Empreendedora (FOCO SOLUÇÕES)	9447470/2024	R$ 1.450.000,00	6	1.140
Minas Forma – Indústria (SENAI)	9447414/2024	R$ 8.708.072,36	36	2.238
Percursos Gerais (SENAR)	9447402/2024	R$ 1.954.161,91.	82	2.430

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA DOS DIREITOS DAS MULHERES

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2024 RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO

PROGRAMA 086 - POLÍTICA DOS DIREITOS DAS MULHERES

Ação 4414 - Enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres

a) Apresentação da visão geral da unidade jurisdicionada, estrutura organizacional e legislação aplicável.

Estrutura Organizacional

A Lei nº 24313, de 28 de abril de 2023, estabeleceu a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, dispondo nos artigos 24 e 25 sobre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Tem-se, no art. 25, a estrutura básica da Sedese, constando no inciso X, a Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres (Subpdm).

A regulamentação da Lei, por meio do Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, traz as competências da Subpdm:

> Art. 80 – A **Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres** tem como competências articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, desenvolvidas no Estado, com atribuições de:
>
> XI – formular, coordenar e articular a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero, ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à promoção e ampliação de sua autonomia econômica, política, cultural e social, considerando a diversidade e especificidades presentes no Estado;
>
> XI – articular e executar as ações de implementação, potencialização e monitoramento das políticas, programas, projetos e serviços relacionados aos direitos das mulheres, de maneira transversal;
>
> XI – apoiar ações de fortalecimento do processo de participação social, política, democrática e paritária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão;
>
> XI – promover o diálogo e a articulação de redes, no intuito de favorecer a atuação conjunta e sinérgica do poder público com a sociedade civil, em parceria com a Assessoria de Relações Institucionais e com o Núcleo Estratégico de Articulação Institucional e Apoio aos Órgãos Colegiados;
>
> XI – promover ações de cooperação regional e municipal, com o objetivo de descentralizar as políticas para as mulheres;
>
> XI – promover campanhas institucionais e ações educativas sobre os direitos das mulheres;
>
> XI – prestar apoio técnico e administrativo ao CEM;
>
> XI – coordenar as atividades do Centro Estadual Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna;
>
> XI – acompanhar e analisar informações, dados, estudos, diagnósticos e pesquisas, a fim de subsidiar a formulação de políticas para as mulheres, na perspectiva da intersetorialidade e considerando a diversidade desse público;
>
> XI – Articular e apoiar programas, projetos e ações voltados ao reconhecimento, promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres do campo;
>
> XI – apoiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão na celebração, no monitoramento, na fiscalização e na prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres na sua área de competência.

A partir de então, as Políticas para as Mulheres passam a ser coordenadas formalmente por uma subsecretaria própria, aumentando o *status* político da pauta. No entanto, verifica-se que, ao contrário da maioria das outras subsecretarias vinculadas à Sedese, a Lei nº 24313 não previu estruturas formais subordinadas à Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres, como superintendências e diretorias.

Marcos Legais

Além do decreto de competências da Sedese, há diversas normativas que servem de referência para o planejamento, a implementação, a execução e a avaliação de políticas públicas para mulheres, dentre as quais destacam-se:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979); Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994); Artigo 5º da Constituição Federal de 1988;
- Decreto nº 7.037/2009 - Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH- 3; Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha;

Lei Estadual nº 22.256/2016 – institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no estado; Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais;

- Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as mulheres, 2011;
- Declaração e Plataforma de Ação da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher - Plataforma de Pequim;
- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011;
- Diretrizes e ações nacionais para mulheres do campo e da floresta - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011;
- Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Governo Federal, 2006;

- Lei Estadual n 23.634/2020 - estabelece diretrizes para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no estado por meio da atuação das equipes de saúde da família;
- Referencias Técnicas para atuação profissional nos centros de referencia de atendimento às mulheres em situação de violência, Cerna, 2020.

b) Descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do Governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(iii) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

(iii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

No Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027, a ação 4414 - Enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres está contemplada no Programa 086 - Políticas dos Direitos das Mulheres.

A finalidade desta ação é promover a igualdade de gênero, por meio do enfrentamento à violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres.

Importante assinalar que o produto da ação em comento são atendimentos realizados, sendo considerado na contabilização do produto, a oferta de atendimento psicossocial e orientação jurídica às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, no âmbito do Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Cerna e das casas de acolhimento/abrigamento.

No exercício 2024, houve 1.732 atendimentos psicossociais/orientações jurídicas/monitoramento social ofertados às mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar pelo Cerna em 56 municípios, correspondendo a 86,60 % do programado, gerando o status satisfatório no desempenho físico da ação.

Vale destacar que 536 mulheres foram referenciadas no serviço do Cerna no ano de 2024.

Com relação a execução orçamentária, vale dizer que essa ação engloba as despesas com colaboradores e colaboradoras MGS que atuam no atendimento psicossocial e orientação jurídica, ofertados pelo Cerna, nas unidades de Belo Horizonte e Contagem; despesas com energia elétrica,

água e esgoto e taxa de resíduos sólidos da Osc Casa Tina Martins, a qual oferta acolhimento e abrigamento para mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar; diárias, transporte urbano, passagens aérea e rodoviária para as viagens; além de outras despesas continuadas.

O desempenho orçamento nessa ação alcançou 84,32%, gerando o status satisfatório. Desta forma, o índice de eficiência entre desempenho físico x orçamentário na ação ficou em 1,03 %, alcançando o status satisfatório na ação.

Vale destacar que, 38 atendimentos psicossociais/orientações jurídicas/monitoramento social não foram lançados no monitoramento, já que 2 foram para o município de São Paulo, 8 para o município do Espírito Santo e os demais contabilizados após o fechamento do monitoramento.

c) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Conforme citado anteriormente, o Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, traz as atribuições da Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres – Subpdm, dentre as quais destacamos:

> Art. 80 – A **Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres** tem como competências articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, desenvolvidas no Estado, com atribuições de:
> I – formular, coordenar e articular a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero, ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à promoção e ampliação de sua autonomia econômica, política, cultural e social, considerando a diversidade e especificidades presentes no Estado;
> II – articular e executar as ações de implementação, potencialização e monitoramento das políticas, programas, projetos e serviços relacionados aos direitos das mulheres, de maneira transversal;
> (...)
> V – promover ações de cooperação regional e municipal, com o objetivo de descentralizar as políticas para as mulheres;

(...)
XI – apoiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão na celebração, no monitoramento, na fiscalização e na prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres na sua área de competência.

No ano de 2024, devido as vedações do período eleitoral, não foi celebrada nenhuma parceria com Organizações da Sociedade Civil – Osc's.

Contudo, vale ressaltar que, em 2023, foram celebradas 5 (cinco) parcerias, além das 2 (duas) que já estavam vigentes. As parcerias foram celebradas na ação Ação 4316 - Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade de Gênero - Programa 046 - Políticas de Direitos Humanos, já que anterior ao citado Decreto, a Política para Mulheres estava sob gestão da Superintendência de Participação e Diálogos Sociais (Spds), vinculada à Subsecretaria de Direitos Humanos (Subdh).

Segue a relação dos Termos de Fomento celebrados, com os respectivos objetos:

Nº DO TERMO DE FOMENTO	OSC	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR		PESSOAS BENEFICIADAS	PUBLICAÇÃO			VIGÊNCIA
				CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA		DIA	MÊS	ANO	
1481001715/2023	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens	ERECHIM	Execução de projeto de informação, formação e capacitação técnica no campo dos Direitos Humanos voltado para mulheres de comunidades atingidas por barragens ou mineração, localizadas nos municípios de Virgem da Lapa, Coronel Murta, Jacinto, Almenara, Jequitinhonha, Francisco Badaró, Chapada do Norte, Araçuaí e Itinga por meio da disponibilização de cursos gratuitos de formação e oficinas prático teóricas. Para tal, este Termo de Fomento irá permitir a aquisição de um veículo 5	183.906,23	R$ 18.750	70 mulheres	19	12	2023	19/12/2023 à 10/06/2025

			lugares e contratação de serviços necessário a realização das atividade.							
1481000764/2023	Associação Paula Elizabete	MONTES CLAROS	Formalização de parceria para desenvolvimento de um projeto de economia circular, a partir da execução de um programa de empreendedorismo e gestão a ser realizado junto ao grupo de mulheres/mães empreendedoras do Centro Paula Elizabete, no município de Montes Claros, com prioridade de confecção de artesanato, que integrará o desenvolvimento econômico ao bom uso de recursos naturais. A proposta, chamada "Menos resíduo, Mais renda", busca prioritariamente auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade na produção de artesanato com sustentabilidade. Neste sentido, o objetivo é realizar duas oficinas presenciais, sendo uma turma com 20 mulheres da comunidade atendida no entorno da Associação Paula Elizabete (região que contempla 7 bairros carentes) e realizar curso de corte, costura e crochê com fios de malhas, no aproveitamento de	R$ 100.000,00		20 Adultas(os) e famílias	15	7	2023	15/07/2023 à 05/08/2024 Encerrado

			resíduos têxteis, doados mensalmente pelo Instituto Malwee, a fim de oportunizar para essas mulheres uma perspectiva de geração de emprego e renda, como forma de auxílio no custeio e renda de suas famílias, consequentemente, garantindo o direito de crianças e adolescentes já atendidas pela Associação, que fazem parte do núcleo familiar das beneficiárias, bem como, colaborar para o desenvolvimento da comunidade local, na qual essas mulheres estão inseridas. O foco será a capacitação dessas mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, por meio da economia circular, desenvolvendo produtos atrativos comercialmente e economicamente sustentáveis, através do aproveitamento de resíduos têxteis.							
1481000875/2023	Nucap Núcleo de Capacitação para a Paz	VARGINHA	Execução de ações ambientais e sociais integradas para construir relações produtivas sustentáveis entre pessoas e meio ambiente no município de Varginha/MG, ocorre no NUCAP (Núcleo de Capacitação para Paz) em parceria com a DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher. O projeto envolve três atividades simultâneas: 1) compostagem orgânica; 2) viveiro de mudas nativas; 3)	R$ 99.331,40		20 Famílias e indivíduos inseridos no serviço	29	12	2023	29/12/2023 à 10/03/2026

			horta orgânica comunitária. Cada uma dessas três atividades será executada com objetivo de desenvolver serviços que gerem valor, produtos, serviços, renda e, sobretudo, impacto socioambiental.							
1481001550/2021	Associação Casa Tina	BELO HORIZONTE	Execução de projeto de acolhimento e abrigamento emergencial de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, ofertados pela Associação Tina Martins, por meio da aquisição de serviços, mediante cumprimento do plano de trabalho e demais condicionantes estabelecidas no instrumento de parceria.	R$ 100.000,00	530,04	400 mulheres	29	12	2021	29/12/2021 à 19/05/2024 Encerrado

1481002111/2023	Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros	MONTES CLAROS	Execução de ações de qualificação profissional voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social. São mulheres em situação precária de emprego ou desempregadas, em sua maioria inscritas no CAD-Único, que vivem em situação de vulnerabilidade nas periferias da maior cidade do Norte de Minas. As agricultoras familiares que serão envolvidas residem nos municípios de Montes Claros, Japonvar, Luislândia e Pedras de Maria da Cruz. Dentre as mulheres do campo, estão mulheres agricultoras familiares e mulheres quilombolas que fazem da costura uma oportunidade para terem autonomia na costura das roupas para suas famílias, além de uma oportunidade para ampliação da renda. Já os cursos de cabeleireira e manicure serão realizados somente na periferia da cidade, atendendo demanda das mulheres, em sua maioria jovem, que desejam autonomia no seu auto-cuidado, como forma também de ampliar a sua auto-estima. O uso de secador de cabelo, cadeira para salão Cabeleireiro e manicure, esmalte, escovas e afins, possibilita a formação de cabelereiras e manicures; enquanto o uso de agulhas, linhas e malhas de tecido aprimora a formação de costureiras; e por sua vez conchas,	R$ 145.000		60 mulheres	27	12	2023	27/12/2023 à 27/07/2025

			aventais, luvas e toucas, aperfeiçoam as ações de boas práticas na cozinha. A garantia de oportunidades que visem aprimorar os conhecimentos, irão contribuir no processo de capacitação profissional, além de autonomia e melhora da autoestima dessas mulheres.							

1481002332/2023	Associação de Prevenção do Câncer na Mulher - ASPRECAM	BELO HORIZONTE	Execução do segmento assistencial e de qualificação profissional do projeto de incentivo à Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama, em Nova Lima, município na área de abrangência da Diretoria Regional de Desenvolvimento Social de Metropolitana, assegurando que mulheres diagnosticadas com câncer de mama e em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica recebam todo o suporte necessário para assegurar a esta mulher qualidade de vida em todas as etapas de sua jornada, do diagnóstico ao pós-tratamento e nisso se inclui a questão da requalificação profissional e retorno ao mercado de trabalho. Os profissionais das equipes de Estratégia Saúde da Família, de 27 Unidades Básicas de Saúde, receberão capacitação para a Busca Ativa de casos suspeitos o positivos de câncer de mama, na comunidade onde atuam e voluntárias, líderes comunitários, psicólogos e assistentes sociais serão capacitados para o acompanhamento das mulheres diagnosticadas com câncer de mama, orientando sobre as etapas do tratamento, tirando dúvidas e esclarecendo sobre seus direitos, além do encaminhamento para a solução dos problemas socioeconômicos detectados. No segmento	R$ 90.000,00		700 mulheres	28	12	2023	28/12/2023 à 22/09/2024 Encerrado

			em análise, os agentes comunitários de saúde serão capacitados para a Busca Ativa de casos suspeitos e de alto risco, nas comunidades atendidas pelo SUS. Eles preencherão um formulário eletrônico em tablet com dados epidemiológicos e com informações sobre as mulheres das comunidades atendidas, no município. Os dados serão elaborados especialmente para estudo e colocados em aplicativo para plataforma android em tabletes, composto dos seguintes campos: identificação da programa; e identificação da entrevistada; qualidade de vida: apoio familiar (família estruturada, se sofre algum tipo de violência familiar, se é responsável pela renda familiar, etc), escolaridade, situação no mercado de trabalho (empregada, autônoma ou dona de casa), renda familiar; identificação de fatores de risco; conhecimentos atuais sobre o câncer de mama; prática educativa; avaliação da prática educativa; avaliação da entrevista e possíveis encaminhamentos para outros serviços, em especial a assistência social do município. As mulheres serão cadastradas e devidamente conscientizadas sobre o autocuidado (hábitos saudáveis de vida (físico, mental e espiritual), principais exames para diagnóstico precoce e							

			monitoradas por um sistema de informação eletrônico (prontuário) desenvolvido especialmente para este projeto, gerando um banco de dados. Os treinamentos serão ministrados em um sistema híbrido presencial e a distância por meio de uma rede física constituída dos seguintes elementos: A conexão do Sistema Multimídia e a plataforma AVA formam uma rede física, chamada Rede Mamamiga Tech. Os cursos serão formatados em módulos: os agentes de saúde terão: 4h de treinamento assíncrono e 8 h de síncrono; voluntárias(as) 3h assíncronas e 8 h síncronas. O conteúdo para agentes comunitários abrange teste de conhecimento no início e após treinamento, como realizar a anamnese da mulher, diretrizes de autocuidado, etapas do autoexame, fatores de riscos, protocolo de busca ativa, grau de vulnerabilidade social e econômica das famílias visitadas. Espera-se que, pelo menos, 750 mulheres, na faixa etária de maior risco, passem pela avaliação realizada pelos agentes comunitários. Curso para o voluntariado visará capacitar voluntárias para o acompanhamento das mulheres em início de tratamento, passando informações e observando possíveis problemas que possam prejudicar a							

			execução do tratamento. Elas realizarão visitas domiciliares, mensais, para troca de informações, observação do grau de vulnerabilidade das pacientes e de suas famílias e auxílio à paciente no preenchimento do diário de bordo, ferramenta essencial para o conhecimento do dia a dia desta mulher, durante seu tratamento, que auxilia a voluntária a conhecer as principais vulnerabilidades desta paciente e auxilia, também, o médico responsável, na melhor condução do tratamento. Capacitação para assistentes sociais, gestores de outras Organizações que trabalham com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência e líderes comunitários tem como objetivo mobilizar a comunidade na formação de uma rede de multiplicação de conhecimento sobre autocuidado e principais impactos do câncer de mama na qualidade de vida das mulheres afetadas, garantia dos direitos da paciente oncológica, criação de uma rede de apoio e inclusão destas mulheres em programas de requalificação profissional e no mercado de trabalho. Os treinamentos realizados estarão disponíveis na plataforma para treinamento de novos agentes comunitários, assistentes sociais e voluntárias que entrarem para substituir outros já							

			capacitados, devido à rotatividade de profissionais na rede SUS e demais setores envolvidos no programa, no município; evitando-se, com isso, a desqualificação da região já capacitada. O monitoramento dos profissionais e demais participantes treinados será realizado quinzenalmente por meio de vídeo conferências, visitas de campo, testes e da produtividade levantada pelo sistema de informação. Espera-se, baseados em dados epidemiológicos, por volta de 140 mulheres com diagnóstico positivo, que receberão todo o apoio necessário oferecido pelas voluntárias. Aquelas identificadas com risco de violência, alto grau de vulnerabilidade econômica ou excluídas do mercado de trabalho serão encaminhadas para o serviço social do município, para a garantia de direitos e inclusão nos programas de desenvolvimento de renda, existentes no município. As mídias sociais atuarão de maneira ativa na mobilizações sociais no município, para participação em eventos de conscientização deste público sobre temas relevantes que impactam a vida da mulher diagnosticada com a doença, como perda da renda familiar, abandono do companheiro, acolhimento								

			familiar e inserção no mercado de trabalho pós-tratamento, além das informações relacionadas à sua jornada pelo tratamento, ao autocuidado e busca de qualidade de vida. Ações educativas, utilizando o Modelo Didático Mamamiga, serão realizadas para melhor aprendizagem do autoexame das mamas. Desta forma, conseguiremos impactar toda a população do município e oportunizar discussões importantes sobre estes temas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e empoderados sobre seus deveres e direitos. Com o sistema de informação, os gestores terão como acompanhar cada paciente, desde a Atenção Básica até a Atenção Terciária, o que não acontece nesse momento, levantando dados epidemiológicos e socioeconômicos, quantitativos e qualitativos do município. Estes dados poderão servir de base para a criação futura de políticas públicas do município, que promovam maior proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade social/econômica ou vítimas de violência doméstica. Com a formação do Voluntariado no município, as pacientes serão acolhidas, suas famílias apoiadas e a carga emocional, decorrente do adoecimento, dividida, formando uma rede de							

			assistência a essas mulheres. Assim o projeto atua no sistema do SUS, contribuindo para um melhor fluxo de atendimento das mulheres em tratamento e na Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitando melhor acompanhamento das questões de ordem social e econômica que permeiam esta jornada.							
1481001591/2021	APJ Aprender Produzir Juntos	Teófilo Otoni	Execução de um projeto, de rede solidárias voltadas aos trabalhadores rurais para ampliar conhecimento sobre direitos, acesso à justiça, com foco na superação das vulnerabilidades sociais no meio rural; onde enseja-se a contratação de serviços, para formação na temática de direitos humanos, e oficinas para trabalhadoras conforme previsão no Plano de Trabalho.	R$ 100.000,00		160 trabalhadores rurais	29	12	2021	29/12/2021 à 01/12/2024 Encerrado

Conforme pode ser verificado na tabela acima, a partir do estabelecido nos Planos de Trabalho dos Termos de Fomento vigentes em 2024 foram beneficiadas: 70 mulheres em cursos técnicos de formação em Direitos Humanos; 20 mulheres e famílias diretamente beneficiadas em ações de empreendedorismo e gestão, além das crianças e adolescentes, que fazem parte do núcleo familiar das beneficiárias, bem como a comunidade local, na qual essas mulheres estão inseridas; 20 famílias e indivíduos em ações ambientais e sociais integradas para construir relações produtivas sustentáveis entre pessoas e meio ambiente; 400 mulheres em unidade de acolhimento e abrigamento emergencial de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar; 60 mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre as quais agricultoras familiares, mulheres quilombolas e jovens, em ações de qualificação profissional voltadas para mulheres; em torno de 700 mulheres beneficiadas em cursos de qualificação profissional, bem como, atendidas no projeto de incentivo à Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama; e cerca de 160 trabalhadoras rurais, beneficiadas em ações voltadas para ampliar conhecimento sobre direitos, acesso à justiça, com foco na superação das vulnerabilidades sociais no meio rural.

d) Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso

Para além dos atendimentos realizados pelo Cerna, é importante registrar as demais entregas da Política dos Direitos das Mulheres, no ano de 2024:

- Realização de orientações sobre o Protocolo Fale Agora, voltado à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual nos espaços de lazer, turismo, comércios e serviços em Minas Gerais, alcançando 678 pessoas em 91 municípios.
- Disponibilização de 27.708 pacotes de absorventes higiênicos à meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social no estado, abrangendo 326 municípios.
- Cada pacote contém 16 unidades de absorventes higiênicos.
- Realização da Campanha Carnaval da Liberdade.
- Realização da Campanha Mês Internacional da Mulher.
- Realização da Campanha Agosto Lilás.
- Realização da Campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher

Ação 4415 - Promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres

Estrutura Organizacional

A Lei nº 24313, de 28 de abril de 2023, estabeleceu a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, dispondo nos artigos 24 e 25 sobre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese). Tem-se, no art. 25, a estrutura básica da Sedese, constando no inciso X, a Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres (Subpdm).

A regulamentação da Lei, por meio do Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, traz as competências da Subpdm:

> Art. 80 – A **Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres** tem como competências articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, desenvolvidas no Estado, com atribuições de:
>
> I – formular, coordenar e articular a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero, ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à promoção e ampliação de sua autonomia econômica, política, cultural e social, considerando a diversidade e especificidades presentes no Estado;
>
> II – articular e executar as ações de implementação, potencialização e monitoramento das políticas, programas, projetos e serviços relacionados aos direitos das mulheres, de maneira transversal;
>
> III – apoiar ações de fortalecimento do processo de participação social, política, democrática e paritária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão;
>
> IV – promover o diálogo e a articulação de redes, no intuito de favorecer a atuação conjunta e sinérgica do poder público com a sociedade civil, em parceria com a Assessoria de Relações Institucionais e com o Núcleo Estratégico de Articulação Institucional e Apoio aos Órgãos Colegiados;
>
> V – promover ações de cooperação regional e municipal, com o objetivo de descentralizar as políticas para as mulheres;
>
> VI – promover campanhas institucionais e ações educativas sobre os direitos das mulheres;
>
> VII – prestar apoio técnico e administrativo ao CEM;
>
> VIII – coordenar as atividades do Centro Estadual Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres – Cerna;
>
> IX – acompanhar e analisar informações, dados, estudos, diagnósticos e pesquisas, a fim de subsidiar a formulação de políticas para as mulheres, na perspectiva da intersetorialidade e considerando a diversidade desse público;
>
> X – articular e apoiar programas, projetos e ações voltados ao reconhecimento, promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres do campo;

> XI – apoiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão na celebração, no monitoramento, na fiscalização e na prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres na sua área de competência.

A partir de então, as Políticas para as Mulheres passam a ser coordenadas formalmente por uma subsecretaria própria, aumentando o *status* político da pauta. No entanto, verifica-se que, ao contrário da maioria das outras subsecretarias vinculadas à Sedese, a Lei nº 24313 não previu estruturas formais subordinadas à Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres, como superintendências e diretorias.

Marcos Legais

Além do decreto de competências da Sedese, há diversas normativas que servem de referência para o planejamento, a implementação, a execução e a avaliação de políticas públicas para mulheres, dentre as quais destacam-se:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (1979); Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher (1994); Artigo 5º da Constituição Federal de 1988;
- Decreto nº 7.037/2009 - Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH- 3; Lei Federal nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha;

  Lei Estadual nº 22.256/2016 – institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no estado; Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais;
- Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as mulheres, 2011;
- Declaração e Plataforma de Ação da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher - Plataforma de Pequim;
- Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra Mulheres - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011;
- Diretrizes e ações nacionais para mulheres do campo e da floresta - Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres/Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, 2011;

- Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Governo Federal, 2006;
- Lei Estadual n 23.634/2020 - estabelece diretrizes para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher no estado por meio da atuação das equipes de saúde da família;
- Referencias Técnicas para atuação profissional nos centros de referencia de atendimento às mulheres em situação de violência, Cerna, 2020.

b) Descrição da execução do programa de trabalho previsto na LOA e informações sobre os programas e ações do Governo sob responsabilidade do órgão, evidenciando:

(iii) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

(iii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

No Plano Plurianual de Ação Governamental 2024-2027, a ação 4415 - Promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres está contemplada no Programa 086 - Políticas dos Direitos das Mulheres.

A finalidade desta ação é promover, defender e garantir os direitos das mulheres e a igualdade de gênero, a dignidade e a saúde menstrual, bem como ofertar ações de inclusão produtiva, geração de trabalho, emprego e renda.

Importante assinalar que o produto da ação em comento é município beneficiado, sendo considerado como produto os municípios beneficiados com ações de promoção dos direitos das mulheres e de qualificação profissional.

No exercício de 2024 foram desenvolvidas as seguintes atividades com os municípios:

- Oferta de orientação técnica (apoio técnico, capacitação, orientação) pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência - Cerna à 69 municípios, com 452 profissionais da rede de atendimento às mulheres em situação de violência beneficiados.
- Realização de capacitações de Redes de Enfrentamento à Violência contra Mulheres em 32 municípios, beneficiando 238 pessoas.

- Oferta de apoio técnico às Diretorias Regionais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese: Curvelo, Diamantina, Metropolitana, Paracatu, Patos de Minas, Salinas e Teófilo Otoni, com a participação de 311 pessoas de 76 municípios.

No total foram 283 municípios beneficiados com as atividades, sendo que o mesmo município pode ter recebido mais de uma atividade ou a mesma atividade em momentos diferentes, alcançando 66,28% do programado, gerando o status crítico na ação.

Com relação a execução orçamentária, vale dizer que essa ação engloba as despesas com colaboradores e colaboradoras MGS; diárias, transporte urbano, passagens aérea e rodoviária para as viagens da equipe; Política Dignidade Menstrual, além de outras despesas continuadas.

O desempenho orçamento nessa ação alcançou 36,63%, gerando o status crítico. Desta forma, o índice de eficiência entre desempenho físico x orçamentário na ação ficou em 1,81 %, alcançando o status subestimado na ação.

O status subestimado se deu, sobretudo, em razão da não execução de despesas com equipe MGS, que atuaria no desenvolvimento das ações do ônibus lilás, o que também afetou a meta física já que, a equipe contratada atuaria nas agendas de capacitação das Redes de Enfrentamento à Violência contra Mulheres junto às Regionais Sedese.

Ademais, as agendas de apoio técnico aos municípios, realizadas pelo Centro Risoleta Neves de Atendimento às Mulheres em situação de Violência – Cerna, ocorrem sob demanda, o que também afetou a meta física pré-estabelecida.

Vale destacar também, que a despesa destinada para a Política do Dignidade Menstrual não foi 100% realizada devido a problemas com o Portal de Compras.

c) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Conforme citado anteriormente, o Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023, traz as atribuições da Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres – Subpdm, dentre as quais destacamos:

> Art. 80 – A **Subsecretaria de Política dos Direitos das Mulheres** tem como competências articular, elaborar e coordenar as ações de promoção, defesa e garantia dos direitos das mulheres, desenvolvidas no Estado, com atribuições de:
> I – formular, coordenar e articular a implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades de gênero, ao enfrentamento da violência contra as mulheres, à promoção e ampliação de sua autonomia econômica, política, cultural e social, considerando a diversidade e especificidades presentes no Estado;
> II – articular e executar as ações de implementação, potencialização e monitoramento das políticas, programas, projetos e serviços relacionados aos direitos das mulheres, de maneira transversal;
> (...)
> V – promover ações de cooperação regional e municipal, com o objetivo de descentralizar as políticas para as mulheres;
> (...)
> XI – apoiar a Subsecretaria de Planejamento e Gestão na celebração, no monitoramento, na fiscalização e na prestação de contas de convênios, parcerias, contratos e instrumentos congêneres na sua área de competência.

No ano de 2024, devido as vedações do período eleitoral não foi celebrada nenhuma parceria com Organizações da Sociedade Civil – Osc's.

Contudo, vale ressaltar que, em 2023, foram celebradas 5 (cinco) parcerias, além das 2 (duas) que já estavam vigentes. As parcerias foram celebradas na ação Ação 4316 - Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade de Gênero - Programa 046 - Políticas de Direitos Humanos, já que anterior ao citado Decreto, a Política para Mulheres estava sob gestão da Superintendência de Participação e Diálogos Sociais (Spds), vinculada à Subsecretaria de Direitos Humanos (Subdh).

Segue a relação dos Termos de Fomento celebrados, com os respectivos objetos:

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Nº DO TERMO DE FOMENTO	OSC	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR		PESSOAS BENEFICIADAS	PUBLICAÇÃO			VIGÊNCIA
				CONCEDENTE	CONTRAPARTIDA		DIA	MÊS	ANO	
148100 1715/2023	Associação Nacional dos Atingidos por Barragens	ERECHIM	Execução de projeto de informação, formação e capacitação técnica no campo dos Direitos Humanos voltado para mulheres de comunidades atingidas por barragens ou mineração, localizadas nos municípios de Virgem da Lapa, Coronel Murta, Jacinto, Almenara, Jequitinhonha, Francisco Badaró, Chapada do Norte, Araçuaí e Itinga por meio da disponibilização de cursos gratuitos de formação e oficinas prático teóricas. Para tal, este Termo de Fomento irá permitir a aquisição de um veículo 5 lugares e contratação de serviços necessário a realização das atividades.	183.906,23	R$ 18.750	70 mulheres	19	12	2023	19/12/2023 à 10/06/2025

1481000764/2023	Associação Paula Elizabete	MONTES CLAROS	Formalização de parceria para desenvolvimento de um projeto de economia circular, a partir da execução de um programa de empreendedorismo e gestão a ser realizado junto ao grupo de mulheres/mães empreendedoras do Centro Paula Elizabete, no município de Montes Claros, com prioridade de confecção de artesanato, que integrará o desenvolvimento econômico ao bom uso de recursos naturais. A proposta, chamada "Menos resíduo, Mais renda", busca prioritariamente auxiliar mulheres em situação de vulnerabilidade na produção de artesanato com sustentabilidade. Neste sentido, o objetivo é realizar duas oficinas presenciais, sendo uma turma com 20 mulheres da comunidade atendida no entorno da Associação Paula Elizabete (região que contempla 7 bairros carentes) e realizar curso de corte, costura e crochê com fios de malhas, no aproveitamento de resíduos têxteis, doados mensalmente pelo Instituto Malwee, a fim de oportunizar para essas mulheres uma perspectiva de geração de emprego e renda, como forma de auxílio no custeio e renda de suas famílias, consequentemente, garantindo o direito de crianças e adolescentes já atendidas pela Associação, que fazem parte do núcleo familiar das beneficiárias, bem como, colaborar para o desenvolvimento da	R$ 100.000,00		20 Adultas(os) e famílias	15	7	2023	15/07/2023 à 05/08/2024 Encerrado

			comunidade local, na qual essas mulheres estão inseridas. O foco será a capacitação dessas mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social, por meio da economia circular, desenvolvendo produtos atrativos comercialmente e economicamente sustentáveis, através do aproveitamento de resíduos têxteis.							
1481000875/2023	Nucap Núcleo de Capacitação para a Paz	VARGINHA	Execução de ações ambientais e sociais integradas para construir relações produtivas sustentáveis entre pessoas e meio ambiente no município de Varginha/MG, ocorre no NUCAP (Núcleo de Capacitação para Paz) em parceria com a DEAM - Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher. O projeto envolve três atividades simultâneas: 1) compostagem orgânica; 2) viveiro de mudas nativas; 3) horta orgânica comunitária.	R$ 99.331,40		20 Famílias e indivíduos inseridos no serviço	29	12	2023	29/12/2023 à 10/03/2026

			Cada uma dessas três atividades será executada com objetivo de desenvolver serviços que gerem valor, produtos, serviços, renda e, sobretudo, impacto socioambiental.							
1481001550/2021	Associação Casa Tina	BELO HORIZONTE	Execução de projeto de acolhimento e abrigamento emergencial de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar, ofertados pela Associação Tina Martins, por meio da aquisição de serviços, mediante cumprimento do plano de trabalho e demais condicionantes estabelecidas no instrumento de parceria.	R$ 100.000,00	530,04	400 mulheres	29	12	2021	29/12/2021 à 19/05/2024 Encerrado

1481002111/2023	Cáritas Arquidiocesana de Montes Claros	MONTES CLAROS	Execução de ações de qualificação profissional voltadas para mulheres em situação de vulnerabilidade social. São mulheres em situação precária de emprego ou desempregadas, em sua maioria inscritas no CAD-Único, que vivem em situação de vulnerabilidade nas periferias da maior cidade do Norte de Minas. As agricultoras familiares que serão envolvidas residem nos municípios de Montes Claros, Japonvar, Luislândia e Pedras de Maria da Cruz. Dentre as mulheres do campo, estão mulheres agricultoras familiares e mulheres quilombolas que fazem da costura uma oportunidade para terem autonomia na costura das roupas para suas famílias, além de uma oportunidade para ampliação da renda. Já os cursos de cabeleireira e manicure serão realizados somente na periferia da cidade, atendendo demanda das mulheres, em sua maioria jovem, que desejam autonomia no seu auto-cuidado, como forma também de ampliar a sua auto-estima. O uso de secador de cabelo, cadeira para salão Cabeleireiro e manicure, esmalte, escovas e afins, possibilita a formação de cabelereiras e manicures; enquanto o uso de agulhas, linhas e malhas de tecido aprimora a formação de costureiras; e por sua vez conchas, aventais, luvas e toucas, aperfeiçoam as ações	R$ 145.000		60 mulheres	27	12	2023	27/12/2023 à 27/07/2025

			de boas práticas na cozinha. A garantia de oportunidades que visem aprimorar os conhecimentos, irão contribuir no processo de capacitação profissional, além de autonomia e melhora da autoestima dessas mulheres.							

1481002332/2023	Associação de Prevenção do Câncer na Mulher - ASPRECAM	BELO HORIZONTE	Execução do segmento assistencial e de qualificação profissional do projeto de incentivo à Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama, em Nova Lima, município na área de abrangência da Diretoria Regional de Desenvolvimento Social de Metropolitana, assegurando que mulheres diagnosticadas com câncer de mama e em situação de vulnerabilidade social e/ou econômica recebam todo o suporte necessário para assegurar a esta mulher qualidade de vida em todas as etapas de sua jornada, do diagnóstico ao pós-tratamento e nisso se inclui a questão da requalificação profissional e retorno ao mercado de trabalho. Os profissionais das equipes de Estratégia Saúde da Família, de 27 Unidades Básicas de Saúde, receberão capacitação para a Busca Ativa de casos suspeitos o positivos de câncer de mama, na comunidade onde atuam e voluntárias, líderes comunitários, psicólogos e assistentes sociais serão capacitados para o acompanhamento das mulheres diagnosticadas com câncer de mama, orientando sobre as etapas do tratamento, tirando dúvidas e esclarecendo sobre seus direitos, além do encaminhamento para a solução dos problemas socioeconômicos detectados. No segmento em análise, os agentes comunitários de	R$ 90.000,00		700 mulheres	28	12	2023	28/12/2023 à 22/09/2024 Encerrado

			saúde serão capacitados para a Busca Ativa de casos suspeitos e de alto risco, nas comunidades atendidas pelo SUS. Eles preencherão um formulário eletrônico em tablet com dados epidemiológicos e com informações sobre as mulheres das comunidades atendidas, no município. Os dados serão elaborados especialmente para estudo e colocados em aplicativo para plataforma android em tabletes, composto dos seguintes campos: identificação da programa; e identificação da entrevistada; qualidade de vida: apoio familiar (família estruturada, se sofre algum tipo de violência familiar, se é responsável pela renda familiar, etc), escolaridade, situação no mercado de trabalho (empregada, autônoma ou dona de casa), renda familiar; identificação de fatores de risco; conhecimentos atuais sobre o câncer de mama; prática educativa; avaliação da prática educativa; avaliação da entrevista e possíveis encaminhamentos para outros serviços, em especial a assistência social do município. As mulheres serão cadastradas e devidamente conscientizadas sobre o autocuidado (hábitos saudáveis de vida (físico, mental e espiritual), principais exames para diagnóstico precoce e monitoradas por um sistema de informação eletrônico (prontuário)							

			desenvolvido especialmente para este projeto, gerando um banco de dados. Os treinamentos serão ministrados em um sistema híbrido presencial e a distância por meio de uma rede física constituída dos seguintes elementos: A conexão do Sistema Multimídia e a plataforma AVA formam uma rede física, chamada Rede Mamamiga Tech. Os cursos serão formatados em módulos: os agentes de saúde terão: 4h de treinamento assíncrono e 8 h de síncrono; voluntárias(as) 3h assíncronas e 8 h síncronas. O conteúdo para agentes comunitários abrange teste de conhecimento no início e após treinamento, como realizar a anamnese da mulher, diretrizes de autocuidado, etapas do autoexame, fatores de riscos, protocolo de busca ativa, grau de vulnerabilidade social e econômica das famílias visitadas. Espera-se que, pelo menos, 750 mulheres, na faixa etária de maior risco, passem pela avaliação realizada pelos agentes comunitários. Curso para o voluntariado visará capacitar voluntárias para o acompanhamento das mulheres em início de tratamento, passando informações e observando possíveis problemas que possam prejudicar a execução do tratamento. Elas realizarão visitas domiciliares, mensais, para troca de informações, observação do grau de vulnerabilidade das pacientes							

			e de suas famílias e auxílio à paciente no preenchimento do diário de bordo, ferramenta essencial para o conhecimento do dia a dia desta mulher, durante seu tratamento, que auxilia a voluntária a conhecer as principais vulnerabilidades desta paciente e auxilia, também, o médico responsável, na melhor condução do tratamento. Capacitação para assistentes sociais, gestores de outras Organizações que trabalham com mulheres em situação de vulnerabilidade e violência e líderes comunitários tem como objetivo mobilizar a comunidade na formação de uma rede de multiplicação de conhecimento sobre autocuidado e principais impactos do câncer de mama na qualidade de vida das mulheres afetadas, garantia dos direitos da paciente oncológica, criação de uma rede de apoio e inclusão destas mulheres em programas de requalificação profissional e no mercado de trabalho. Os treinamentos realizados estarão disponíveis na plataforma para treinamento de novos agentes comunitários, assistentes sociais e voluntárias que entrarem para substituir outros já capacitados, devido à rotatividade de profissionais na rede SUS e demais setores envolvidos no programa, no município; evitando-se, com isso, a desqualificação da região já capacitada. O monitoramento dos							

			profissionais e demais participantes treinados será realizado quinzenalmente por meio de vídeo conferências, visitas de campo, testes e da produtividade levantada pelo sistema de informação. Espera-se, baseados em dados epidemiológicos, por volta de 140 mulheres com diagnóstico positivo, que receberão todo o apoio necessário oferecido pelas voluntárias. Aquelas identificadas com risco de violência, alto grau de vulnerabilidade econômica ou excluídas do mercado de trabalho serão encaminhadas para o serviço social do município, para a garantia de direitos e inclusão nos programas de desenvolvimento de renda, existentes no município. As mídias sociais atuarão de maneira ativa na mobilizações sociais no município, para participação em eventos de conscientização deste público sobre temas relevantes que impactam a vida da mulher diagnosticada com a doença, como perda da renda familiar, abandono do companheiro, acolhimento familiar e inserção no mercado de trabalho pós-tratamento, além das informações relacionadas à sua jornada pelo tratamento, ao autocuidado e busca de qualidade de vida. Ações educativas, utilizando o Modelo Didático Mamamiga, serão realizadas para melhor aprendizagem do autoexame das mamas. Desta forma, conseguiremos impactar toda							

			a população do município e oportunizar discussões importantes sobre estes temas, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e empoderados sobre seus deveres e direitos. Com o sistema de informação, os gestores terão como acompanhar cada paciente, desde a Atenção Básica até a Atenção Terciária, o que não acontece nesse momento, levantando dados epidemiológicos e socioeconômicos, quantitativos e qualitativos do município. Estes dados poderão servir de base para a criação futura de políticas públicas do município, que promovam maior proteção de mulheres em situação de vulnerabilidade social/econômica ou vítimas de violência doméstica. Com a formação do Voluntariado no município, as pacientes serão acolhidas, suas famílias apoiadas e a carga emocional, decorrente do adoecimento, dividida, formando uma rede de assistência a essas mulheres. Assim o projeto atua no sistema do SUS, contribuindo para um melhor fluxo de atendimento das mulheres em tratamento e na Secretaria Municipal de Assistência Social, possibilitando melhor acompanhamento das questões de ordem social e econômica que permeiam esta jornada.							

148100 1591/2 021	APJ Aprender Produzir Juntos	Teófilo Otoni	Execução de um projeto, de rede solidárias voltadas aos trabalhadores rurais para ampliar conhecimento sobre direitos, acesso à justiça, com foco na superação das vulnerabilidades sociais no meio rural; onde enseja-se a contratação de serviços, para formação na temática de direitos humanos, e oficinas para trabalhadoras conforme previsão no Plano de Trabalho.	R$ 100.0 00,00		160 trabalhador es rurais	2 9	1 2	20 21	29/12/202 1 à 01/12/202 4 Encerrado

Conforme pode ser verificado na tabela acima, a partir do estabelecido nos Planos de Trabalho dos Termos de Fomento vigentes em 2024 foram beneficiadas: 70 mulheres em cursos técnicos de formação em Direitos Humanos; 20 mulheres e famílias diretamente beneficiadas em ações de empreendedorismo e gestão, além das crianças e adolescentes, que fazem parte do núcleo familiar das beneficiárias, bem como a comunidade local, na qual essas mulheres estão inseridas; 20 famílias e indivíduos em ações ambientais e sociais integradas para construir relações produtivas sustentáveis entre pessoas e meio ambiente; 400 mulheres em unidade de acolhimento e abrigamento emergencial de mulheres em situação de violência doméstica e intrafamiliar; 60 mulheres em situação de vulnerabilidade social, entre as quais agricultoras familiares, mulheres quilombolas e jovens, em ações de qualificação profissional voltadas para mulheres; em torno de 700 mulheres beneficiadas em cursos de qualificação profissional, bem como, atendidas no projeto de incentivo à Prevenção e Diagnóstico Precoce do Câncer de Mama; e cerca de 160 trabalhadoras rurais, beneficiadas em ações voltadas para ampliar conhecimento sobre direitos, acesso à justiça, com foco na superação das vulnerabilidades sociais no meio rural.

d) Outras informações consideradas relevantes pelo órgão para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício, em face do planejamento organizacional e do alcance dos resultados, utilizando-se de indicadores consoante as ações e metas estabelecidas, se for o caso

Para além dos atendimentos realizados pelo Cerna, é importante registrar as demais entregas da Política dos Direitos das Mulheres, no ano de 2024:

- Realização de orientações sobre o Protocolo Fale Agora, voltado à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual nos espaços de lazer, turismo, comércios e serviços em Minas Gerais, alcançando 678 pessoas em 91 municípios.
- Disponibilização de 27.708 pacotes de absorventes higiênicos à meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social no estado, abrangendo 326 municípios.
- Cada pacote contém 16 unidades de absorventes higiênicos.
- Realização da Campanha Carnaval da Liberdade.
- Realização da Campanha Mês Internacional da Mulher.
- Realização da Campanha Agosto Lilás.
- Realização da Campanha dos 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher.

SUBSECRETARIA DE POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Ação 4185 – Apoio à produção e à aquisição de unidades habitacionais

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO								
FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
0,00	CRÍTICO	☹	0,11	CRÍTICO	☹	0,00	CRÍTICO	☹

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO											
	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	251	0	251	251	0	0	0,00	-	0,00	0,00	☹
Orçamentário	125.905.993,00	17.105.798,80	125.905.993,00	125.332.125,00	134.294,63	134.294,63	0,11	0,79	0,11	0,11	☹

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

a). Descrição da Execução do Programa de Trabalho

O Auxílio Porta de Entrada (Apê) é um programa destinado a conceder subsídios no valor de R$ 20.000,00 para famílias em situação de vulnerabilidade social, visando à aquisição de moradias. O público-alvo compreende famílias com renda mensal de até três salários mínimos e que comprometem mais de 30% dessa renda com despesas de aluguel, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional em Minas Gerais.

O ano de 2024 marca a fase piloto do programa, abrangendo nove municípios selecionados para a implementação inicial. Ressalta-se que o modelo, inédito no Estado, foi estruturado de forma a permitir sua articulação com outras esferas governamentais, garantindo maior efetividade e alcance social.

I. Execução Financeira e Física

No exercício de 2024, os recursos financeiros previstos para a execução do programa foram parcialmente repassados aos municípios conveniados, totalizando um investimento de R$ 3.678.800,00, com potencial para atender 185 famílias. Valores repassados em 2024,

Abaixo, segue o detalhamento por município:

Município	Processo SEI	Data da Ordem Bancária	Valor Repassado (R$)	Famílias Planejadas
Bocaiuva	1480.01.0010234/2023-05	22/03/2024	336.600,00	17
Diamantina	1480.01.0011224/2023-47	22/03/2024	1.990.000,00	100
Guanhães	1480.01.0011088/2023-33	22/03/2024	1.054.700,00	53
Perdigão	1480.01.0008038/2023-30	22/03/2024	198.000,00	10
Patápolis	1480.01.0008040/2023-73	10/05/2024	99.500,00	5

Total Repassado em 2024: R$ 3.678.800,00

Os demais municípios que integram o Projeto Piloto Auxílio Porta de Entrada, tiveram o repasse de recurso no ano de 2023, com previsão de execução nos anos subsequentes.

Município	Processo SEI	Data da Ordem Bancária	Valor Repassado (R$)	Famílias Planejadas
Itaúna	1480.01.0008041/2023-46	2023	948.000,00	50
Nova Serrana	1480.01.0008042/2023-19	2023	2.985.000,00	150
Piumhi	1480.01.0008039/2023-03	2023	696.500,00	35

Salinas*	1480.01.0011280/2023-87	Convênio Reincidido	-	30 (convênio encerrado)

No entanto, é importante destacar que, até o encerramento do exercício de 2024, nenhuma família foi efetivamente beneficiada com a concessão da carta de crédito. Embora os recursos tenham sido repassados aos municípios, os valores ainda não chegaram aos beneficiários finais.

Os municípios encontram-se em diferentes estágios de execução: alguns estão em fase de licitação, outros com obras em andamento, e alguns ainda estão estruturando a documentação necessária para a operacionalização do programa. Essa situação reflete diretamente no não cumprimento da meta física prevista para 2024.

II. Indicadores Institucionais de Desempenho (PPAG 2024-2027)

O programa está alinhado aos objetivos estabelecidos no PPAG 2024-2027, contribuindo para a meta de redução do déficit habitacional. Especificamente:

- Indicador: Número de famílias atendidas com subsídio habitacional.
- Meta Quadrienal: Atendimento de 1.000 famílias até 2027.

Embora os recursos já tenham sido descentralizados, não houve, até o momento, impacto direto na redução do déficit habitacional, em virtude da não efetivação das cartas de crédito.

III. Fatores que Impactaram a Execução

Diversos fatores contribuíram para o cenário atual:

- Vedação Eleitoral (2024): Impediu a realização de atos administrativos e financeiros em determinados períodos, gerando atrasos no cronograma municipal.
- Natureza Piloto do Programa: Por se tratar de um projeto inédito em Minas Gerais, houve necessidade de adaptação dos municípios, que enfrentaram dificuldades técnicas e administrativas para implementar os procedimentos exigidos.
- Desistência do Município de Salinas: Em dezembro de 2024, Salinas solicitou a rescisão do convênio firmado, encerrando sua participação no programa.

Em resposta, a Subsecretaria promoveu capacitações, suporte técnico contínuo e flexibilizações dentro dos limites legais, de modo a assegurar a continuidade e efetiva execução nos exercícios subsequentes.

b). Relatório Circunstanciado – Execução Descentralizada

Não houve, no exercício de 2024, descentralização da execução do Auxílio Porta de Entrada para entidades do terceiro setor qualificadas como Organização Social (OS) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Toda a execução do programa foi realizada por meio de convênios firmados diretamente entre o Estado e os municípios.

1481	**SEDESE**	**SUBPHAB**	**4184 - APOIO AOS MUNICÍPIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL E NA ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PLHIS)**

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
146,07	SUBESTIMADO	😐	32,40	CRÍTICO	☹	4,51	SUBESTIMADO	😐

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	267	390	267	267	390	390	146,07	100,00	146,07	146,07	😐
Orçamentário	279.562,00	394.930,34	279.562,00	120.804,00	39.143,33	168.866,47	60,40	42,76	60,40	32,40	☹

LEGENDA

Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

No que se refere ao apoio técnico aos municípios na implementação da política habitacional e na elaboração e revisão de planos locais de interesse social (PLHIS) foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento e elaboração do Guia de Políticas Públicas para Habitação, intitulado “Fomento à Habitação de Interesse Social dos Municípios: o que uma administração municipal pode fazer e como fazer.”

- O Guia Técnico foi amplamente divulgado e encaminhado a todos os Municípios e Diretorias Regionais da Sedese e se tornou uma referência, uma vez que se encontra disponível no site da Sedese.
- Realização de 19 Encontros Técnicos de Política de Habitação de Interesse Social nas Diretorias Regionais da Sedese, tendo sido impactados positivamente 355 municípios mineiros.
- Prestação de serviços de apoio técnico aos municípios solicitantes, por meio de reuniões, respostas aos e-mails encaminhados, atendimento telefônico e atendimento pelo WhatsApp. Durante esses atendimentos foram reforçados conceitos, esclarecidas dúvidas e incentivada a composição de Conselhos e Fundos Municipais de Habitação de Interesse Social, bem como a elaboração de Planos Locais de Habitação de Interesse Social.
- Desenvolvimento de parceria estratégica junto ao Consórcio Intermunicipal do Médio Rio Piracicaba (CONSMEPI) para a produção de políticas de habitação de interesse social nos municípios associados. A estratégia envolveu a capacitação e o apoio técnico. Também foi possível estabelecer uma parceria com a Caixa Econômica Federal, que proferiu palestra e levou esclarecimentos aos municípios.
- Acompanhamento técnico da elaboração do Plano Metropolitano de Habitação de Interesse Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte.
- Acompanhamento e suporte nas discussões técnicas do Programa Percursos Gerais no que concerne as ações do Moradas Gerais.

Os gastos realizados com as ações do Núcleo de Apoio Técnico aos Municípios ficaram restritos a diárias e transporte de dois a três técnicos da SUBHAB para fazer as apresentações, palestras e desenvolver as atividades de capacitação.

Não foi possível a realização dos Encontros Técnicos em 3 Diretorias Regionais em decorrência do calendário eleitoral e da possibilidade de serem realizados em 2025.

1481	**SEDESE**	**SUBPHAB**	**4388 - REFORMA E MELHORIAS DE UNIDADES HABITACIONAIS**

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO								
FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
0,00	CRÍTICO	☹	0,00	CRÍTICO	☹	-	CRÍTICO	☹

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO											
	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	56	56	56	56	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	☹
Orçamentário	1.063.547,00	95.021.405,80	1.063.547,00	1.001.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	☹

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

(i) o cumprimento das metas físicas e financeiras por meio da classificação funcional, por estrutura programática e por natureza da despesa;

Não houve o cumprimento das metas físicas e financeiras previstos para 2025 até o momento, em função da tramitação do processo licitatório.

(ii) os indicadores institucionais de desempenho da implementação da ação governamental identificada no PPAG 2024-2027; e

(iii) esclarecimentos, se for o caso, das causas que inviabilizaram o pleno cumprimento dos objetivos propostos com a indicação das providências adotadas;

O cumprimento dos objetivos propostos depende da conclusão do processo licitatório para contratação dos objetos pretendidos (serviços de adequações habitacionais e módulos sanitários). Tendo em vista a necessidade de anulação da etapa de lance das propostas de um dos processos (1480.01.0013532/2024-02), em razão de incongruência entre o Edital e o Portal de Compras, e a revisão da forma de execução dos módulos sanitários, foi necessária a abertura de novos processos relacionados com a devida atualização dos prazos.

b) relatório circunstanciado contendo parecer conclusivo do dirigente máximo sobre a execução dos serviços descentralizados às entidades do terceiro setor, conforme o disposto na Lei Estadual nº 23.081, de 10/08/2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências; e nos Decretos Estaduais nº 47.553 e 47.554, ambos de 07/12/2018, que regulamentam, respectivamente, a qualificação de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social e a instituição do contrato de gestão e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público e a instituição do termo de parceria, informando o impacto das atividades executadas por meio dessas entidades do terceiro setor na implementação das ações governamentais;

Não se aplica.

SUBSECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

Ação: 4178 - Manutenção e Apoio aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos

Descrição: Essa ação tem como escopo o suporte às instâncias participativas garantindo o seu funcionamento por meio de infraestrutura, assessoramento, capacitação, apoio técnico, administrativo e financiamento das atividades dos conselhos, comitês e comissões vinculados à pauta de direitos humanos. Os conselhos, comitês e comissões são os mecanismos para a participação, o diálogo e o controle social do estado, constituindo-se como os principais instrumentos para a governança e o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos, especialmente em relação às liberdades e à democracia. A governança por meio dos órgãos colegiados de direitos humanos torna efetivo o diálogo e a atuação conjunta entre a sociedade civil e a administração pública no âmbito do poder executivo. Para se observar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação e a evolução histórica da temática, se planejará, se realizará, se estimulará e se divulgará estudos para aferir se todas as pessoas estão tendo igualdade de oportunidade de exercer sua cidadania e de participar dos conselhos que mais lhes interessam e se todas as pessoas estão se sentindo incluídas nas políticas de direitos humanos e em suas instâncias de governança; de forma direta ou em cooperação com terceiros.

A ação objetiva garantir a manutenção e financiamento das atividades de órgãos colegiados vinculados à pauta de direitos humanos, com vistas a fortalecer sua atuação e possibilitar o apoio aos conselhos municipais de direitos, bem como ações de capacitação e formação de conselheiros estaduais e municipais de direitos. Bem como, fomentar ações relacionadas a elaboração, monitoramento e controle de políticas públicas de direitos humanos.

Público Alvo: Conselhos, comitês e comissões vinculados à pauta de direitos humanos.

Classificação Orçamentária: 1481.14.422.070.4178.0001

Programa: 0070 - Políticas de Direitos Humanos
Período: Encerrado - Momento: SPGF
Ação: 4178 - Manutenção e Apoio Aos Órgãos Colegiados de Direitos Humanos
UO Ação: 01481 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Produto: Órgão Colegiado Mantido Unid. de Medida: Órgão
Link: Link para Programação/Execução regionalizada da Ação (última validação)

Desempenho da ação | Informações de Validação

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
1.10.1	1.877.190,00	735.097,00	266.204,79	266.204,79	468.892,21	36,21	36,21
1.71.1	0,00	3.186.362,78	2.713.849,07	2.713.849,07	472.513,71	85,17	85,17
3.10.1	183.600,00	119.346,40	0,00	0,00	119.346,40	0,00	0,00
3.10.7	410.146,00	410.146,00	3.225,00	3.225,00	406.921,00	0,79	0,79
3.71.1	0,00	174.507,20	85.578,97	85.578,97	88.928,23	49,04	49,04
3.71.7	0,00	654.201,00	519.279,00	519.279,00	134.922,00	79,38	79,38
TOTAL	2.470.936,00	5.279.660,38	3.588.136,83	3.588.136,83	1.691.523,55	67,96	67,96

Dados atualizados até 17/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
81,25	SATISFATÓRIO	☺	46,61	CRÍTICO	☹	1,74	SUBESTIMADO	😐

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	16	16	16	16	13	13	81,25	81,25	81,25	81,25	☺
Orçamentário	2.470.936,00	5.279.660,38	2.470.936,00	183.600,00	85.578,97	3.588.136,83	145,21	67,96	145,21	46,61	☹

Instâncias de participação em regular funcionamento em 2024:

1 - Comissão estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de minas gerais - Cepct-mg;

2 - Comitê estadual de gestão do atendimento humanizado às vítimas de violência sexual - Ceahvis;

3 -Comitê gestor estadual de políticas de erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica - Comiterc;

4 - Conselho estadual da juventude - Cejuve;

5 - Conselho estadual da pessoa idosa - Cei;
6 - Conselho estadual de defesa dos direitos da pessoa com deficiência - Conped;
7 - Conselho estadual de defesa dos direitos humanos - Conedh;
8 - Conselho estadual de direitos difusos - Cedif;
9 - Conselho estadual de promoção da igualdade racial - Conepir;
10 - Conselho estadual dos direitos da criança e do adolescente - Cedca (por via judicial);
11 - Conselho gestor do programa de proteção à criança e adolescente ameaçados de morte de minas gerais;
12 - Conselho deliberativo do programa de proteção aos defensores dos direitos humanos de minas gerais;
13 - Conselho deliberativo do programa de proteção, auxílio e assistência a testemunhas ameaçadas;
14 - Comitê estadual intersetorial de políticas públicas para a primeira infância.

A baixa execução orçamentária deve-se ao remanejamento para despesas para a pauta de direitos humanos, a realização de reuniões virtuais ao longo do exercício financeiro, não dispondo de recursos para realização de reuniões presenciais e pela inconstância de órgãos colegiados em regular funcionamento ao longo do ano de 2024.

No exercício de 2024 houve a alteração normativa de alguns órgãos colegiados, de forma a ativar de forma regular todos os espaços de controle social previsto na legislação.

Ação: 4171 - Implementação e manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos

Descrição: A ação tem como objetivo a implementação e a manutenção dos centros de referência em direitos humanos (CRDH), equipamentos públicos que visam oferecer ações de promoção dos direitos humanos e realizar atendimentos multidisciplinares de proteção, bem como a articulação da rede local para enfrentar as violações de direitos humanos. Esses Centros são executados por meio de parceria entre instituições da sociedade civil e a Sedese. São considerados importantes mecanismos locais e territoriais que buscam diminuir a incidência de violações e violências que afetam grupos sistematicamente vulnerabilizados e, ao mesmo tempo, reduzir a subnotificação desses dados.

Público Alvo: População do estado de Minas Gerais.
Classificação Orçamentária: 1481.14.422.70.4.171.0001

Painel de Controle da Ação

Programa:	**0070 - Políticas de Direitos Humanos**
Período:	Encerrado - Momento: SPGF
Ação:	**4171 - Implementação e Manutenção dos Centros de Referência Em Direitos Humanos**
UO Ação:	**01481 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**
Produto:	**Serviço Implantado e Mantido** Unid. de Medida: **Serviço**
Link:	Link para Programação/Execução regionalizada da Ação (última validação)

Desempenho da ação | Informações de Validação

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.1	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.71.1	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	100,00	100,00
TOTAL	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**	**0,00**	**100,00**	**100,00**

Dados atualizados até 18/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
80,00	SATISFATÓRIO	☺	100,00	SATISFATÓRIO	☺	0,80	SATISFATÓRIO	☺

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	5	5	5	5	4	4	80,00	80,00	80,00	80,00	☺
Orçamentário	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00	100,00	100,00	100,00	100,00	☺

A ação é executada por meio de termos de colaboração, atualmente em vigor, cujos objetos são referentes à manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos. Nesse sentido, relaciona-se abaixo os termos, bem como suas respectivas atividades no ano de 2024, a saber:

1. Centro de Referência em Direitos Humanos da região da Mata (Termo de colaboração nº 1481002555/2022);

    Nº Atendimentos: 500

    Nº Ações de promoção: 23

2. Centro de Referência em Direitos Humanos da região Sul (Termo de colaboração nº 1481002554/2022)

Nº Atendimentos: 115

Nº Ações de promoção: 48

3. Centro de Referência em Direitos Humanos da região Mucuri (Termo de colaboração nº 1481002557/2022);

Nº Atendimentos: 180

Nº Ações de promoção: 33

4. Centro de Referência em Direitos Humanos da região Norte (Termo de colaboração nº 1481002559/2022);

Nº Atendimentos: 194

Nº Ações de promoção: 17

Houve desempenho da ação conforme planejado, atendendo de forma satisfatória.

Ação: 4173 – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA

Produto: **PESSOA PROTEGIDA /** Unid. De Medida: **PESSOA**

Descrição: A ação 4173 Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA possui como finalidade proteger testemunha, vítima ou réu colaborador e seus núcleos familiares em função de exposição à coação ou grave ameaça causadas pela colaboração com investigação criminal ou processo penal.

Cabe esclarecer que o programa trabalha com solicitações de órgãos denominados portas de entrada e com demanda espontânea para atendimento. Assim, depende da quantidade de solicitações de inclusão recebidas, da configuração de critérios de inclusão e da voluntariedade de pessoas incluídas.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.3	0,00	77.799,46	77.799,46	77.799,46	0,00	100,00	100,00
3.24.1	1.550.000,00	1.550.000,00	275.000,00	275.000,00	1.275.000,00	17,74	17,74
TOTAL	**1.550.000,00**	**1.627.799,46**	**352.799,46**	**352.799,46**	**1.275.000,00**	**21,67**	**21,67**

Dados atualizados até 26/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
155,00	SUBESTIMADO	😐	22,76	CRÍTICO	☹	6,81	SUBESTIMADO	😐

*** O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.**

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	20	31	20	20	31	31	155,00	100,00	155,00	155,00	😐
Orçamentário	1.550.000,00	1.627.799,46	1.550.000,00	1.550.000,00	352.799,46	352.799,46	22,76	21,67	22,76	22,76	☹

A baixa execução orçamentária de 22,76% ocorre devido a uma antecipação de repasse previsto para 2024, efetuado em dezembro de 2023, por este motivo, a previsão orçamentária prevista para 2024 não foi executada na sua integralidade. A ação contempla financiamento nacional, por meio do convênio de entrada n°04/2019, com detalhes na tabela abaixo:

Convênio	Concedente	Informações	Início de Vigência	Término de Vigência	Valor Concedente	Valor Convenente	Rendimentos	Valor Total	VALOR EXECUTADO (EMPENHADO) DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2024
004/2019	Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania	Objeto: Manutenção do Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Estado de Minas Gerais	27/12/2019	30/04/2025	R$2.200.000,00	R$8.411.160,26	R$571.539,26	R$11.182.699,52	R$10.611.160,25

Ação 4177 – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçadas de Morte – PPCAAM

Produto: **PESSOA PROTEGIDA /** Unid. De Medida: **PESSOA**

Descrição: A ação 4177 – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM possui como finalidade proteger criança ou adolescente ameaçados de morte, ou até 21 se egresso do sistema socioeducativo, acompanhados ou não de seu núcleo familiar.

Cabe esclarecer que o programa trabalha com solicitações de órgãos denominados portas de entrada e com demanda espontânea para atendimento. Assim, depende da quantidade de solicitações de inclusão recebidas, da configuração de critérios de inclusão e da voluntariedade de pessoas incluídas.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.3	0,00	1.256.837,92	1.256.837,92	1.256.837,92	0,00	100,00	100,00
3.24.1	2.673.715,00	2.675.767,55	2.002.052,55	2.002.052,55	673.715,00	74,82	74,82
3.71.3	0,00	3.696.962,17	3.696.962,17	3.696.962,17	0,00	100,00	100,00
4.24.1	26.285,00	84.936,37	58.651,37	58.651,37	26.285,00	69,05	69,05
4.71.3	0,00	139.909,67	139.909,67	139.909,67	0,00	100,00	100,00
TOTAL	**2.700.000,00**	**7.854.413,68**	**7.154.413,68**	**7.154.413,68**	**700.000,00**	**91,09**	**91,09**

Dados atualizados até 26/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
83,33	SATISFATÓRIO	☺	264,98	SUBESTIMADO	😐	0,31	CRÍTICO	☹

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	30	30	30	30	25	25	83,33	83,33	83,33	83,33	☺
Orçamentário	2.700.000,00	7.854.413,68	2.700.000,00	2.700.000,00	7.154.413,68	7.154.413,68	264,98	91,09	264,98	264,98	😐

A distorção registrada na execução orçamentária ocorre por conta de uma execução superior à meta prevista devido a celebração de novo termo de convênio em junho de 2025. O novo termo pactuou novos repasses que não estavam previstos na LOA para dar continuidade a execução do programa com o aumento na aquisição de bens de capital para atendimento aos protegidos.

A ação contempla financiamento nacional, por meio dos convênios de entrada n°01/2021, encerrado em maio de 2024 e 04/2024, celebrado em junho de 2024, com detalhes na tabela abaixo:

Convênio	Concedente	Informações	Início de Vigência	Término de Vigência	Valor Concedente	Valor Convenente	Rendimentos	Valor Total	VALOR EXECUTADO (EMPENHADO) DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2024
01/2021	Ministério dos Direito Humanos e da Cidadania	Objeto: Manutenção do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM	30/06/2021	30/05/2024	R$3.466.622,67	R$9.530.899,95	R$0,00	R$12.997.522,64	R$12.997.522,64
04/2024	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Objeto: Manutenção do Programa de Proteção à Criança e Adolescente Ameaçado de Morte - PPCAAM	01/06/2024	31/07/2027	R$6.000.000,00	R$11.510.615,50	R$0,00	R$17.510.615,50	R$5.836.871,84

Ação 4176 – Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH

Produto: **PESSOA PROTEGIDA /** Unid. De Medida: **PESSOA**

Descrição: A ação 4176 - Programa de Proteção a Programa de Proteção Aos Defensores de Direitos Humanos – PPDDH possui como finalidade proteger defensores e defensoras de direitos humanos ameaçadas em função de sua atuação em defesa de direitos humanos.

A ação é executada por meio de celebração de convênio de entrada com o governo federal e instrumento de saída de recursos com entidade executora.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
3.10.3	0,00	2.043.666,60	2.043.665,60	2.043.665,60	1,00	100,00	100,00
3.24.1	2.000.000,00	2.019.254,82	1.219.254,82	1.219.254,82	800.000,00	60,38	60,38
4.10.3	0,00	262.811,12	262.811,12	262.811,12	0,00	100,00	100,00
TOTAL	**2.000.000,00**	**4.325.732,54**	**3.525.731,54**	**3.525.731,54**	**800.001,00**	**81,51**	**81,51**

Dados atualizados até 26/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
140,00	SUBESTIMADO	😐	176,29	SUBESTIMADO	😐	0,79	SATISFATÓRIO	☺

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	75	104	75	75	105	105	140,00	100,96	140,00	140,00	😐
Orçamentário	2.000.000,00	4.325.732,54	2.000.000,00	2.000.000,00	3.525.731,54	3.525.731,54	176,29	81,51	176,29	176,29	😐

A distorção registrada na execução orçamentária ocorre por conta de uma execução superior à meta prevista devido a celebração de novo termo de convênio em outubro de 2025. O novo termo pactuou novos repasses que não estavam previstos na LOA para dar continuidade a execução do programa com o aumento na aquisição de bens de capital para atendimento aos protegidos e ampliação da equipe técnica do programa.

A ação contempla financiamento nacional, por meio dos convênios de entrada n°01/2021, encerrado em maio de 2024 e 04/2024, celebrado em junho de 2024, com detalhes na tabela abaixo:

Convênio	Concedente	Informações	Início de Vigência	Termino de Vigência	Valor Concedente	Valor Convenente	Rendimentos	Valor Total	VALOR EXECUTADO (EMPENHADO) DESDE O INÍCIO DA VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2024
904604/2020	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Objeto: Manutenção do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais	30/11/2020	30/09/2024	R$3.500.000,00	R$2.470.499,00	R$0,00	R$5.470.498,98	R$5.470.498,98
013/2024	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania	Objeto: Manutenção do Programa Estadual de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais	01/10/2024	30/09/2027	R$6.000.000,00	R$8.318.069,26	R$0,00	R$14.318.069,26	R$3.000.000,00

Ação 4174 - Promoção, Proteção e Reparação de Direitos Humanos

Produto: **AÇÃO REALIZADA /** Unid. De Medida: **UNIDADE**

Descrição: A ação 4174 possui a finalidade garantir a participação social, o acesso, a promoção e proteção aos direitos humanos, bem como atuar na prevenção e reparação de violações.

As ações para implantação e manutenção do memorial de direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, previstas para o ano de 2024, ocorreram dentro dos prazos estabelecidos entre janeiro de dezembro do mesmo ano.

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Realizado (D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Realizado / crédito autorizado - % (D/B)
3.1.1	102.000,00	350.642,40	248.642,40	248.642,40	102.000,00	70,91	70,91
3.10.3	0,00	2.040,82	1.900,00	1.900,00	140,82	93,10	93,10
3.10.4	0,00	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00
3.10.8	350.000,00	270.000,00	114.090,00	114.090,00	155.910,00	42,26	42,26
3.24.1	960.294,00	2.010.102,60	1.049.808,60	1.049.808,60	960.294,00	52,23	52,23
3.71.1	0,00	10.650,80	5.325,40	5.325,40	5.325,40	50,00	50,00
4.10.8	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.15.1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.24.1	210.624,00	2.003.831,19	1.793.207,19	1.793.207,19	210.624,00	89,49	89,49
TOTAL	**2.622.918,00**	**4.957.267,81**	**3.212.973,59**	**3.212.973,59**	**1.744.294,22**	**64,81**	**64,81**

Dados atualizados até 26/03/2025 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
100,00	SATISFATÓRIO	☺	122,50	SATISFATÓRIO	☺	0,82	SATISFATÓRIO	☺

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	1	1	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	☺
Orçamentário	2.622.918,00	4.957.267,81	2.622.918,00	2.622.918,00	3.212.973,59	3.212.973,59	122,50	64,81	122,50	122,50	☺

Ação 4181 - Operacionalização dos serviços de tradução e interpretação de Libras

Descrição: A visa a promover a inclusão social das pessoas surdas e com deficiência auditiva por meio da Central de Interpretação de Libras. Esta Ação reflete as atribuições organizacionais da Subsecretaria de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, à qual compete propor políticas e diretrizes que orientem a promoção, proteção e garantia dos direitos fundamentais das pessoas, executando ou apoiando projetos, programas e ações de direitos humanos, consoante o disposto no art. 55 do Decreto nº 48.660, de 28 de julho de 2023. Destacamos, assim, que cabe à SUBDH "planejar, coordenar e desenvolver ações de promoção, proteção e reparação de direitos humanos, inclusive de públicos específicos (Art. 55, IV, do Decreto nº 48.660/2023), entre os quais, as pessoas com deficiência.

Neste contexto, a Ação 4181 alinha-se às iniciativas desenvolvidas pela Subsecretaria de Direitos Humanos, por intermédio da Diretoria Estadual de Políticas para Pessoas com Deficiência, à qual se direciona o papel de "articular e promover ações que contribuam para a efetivação dos direitos da

pessoa com deficiência, visando à ampliação da acessibilidade e à igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança", "promover ações intersetoriais, em articulação com órgãos e entidades do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e organizações da sociedade civil, para execução e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltadas para execução das políticas públicas para as pessoas com deficiência" e "promover, estimular, acompanhar e zelar pelo cumprimento da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência" (Art. 70, II, V e VI, do Decreto nº 48.660/2023), entre outras atribuições. Não obstante, insta salientar que a Lei nº 13.799, de 21 de dezembro de 2000, estabelece que a política estadual dos direitos da pessoa com deficiência tem, entre outros objetivos, "a facilitação do acesso a bens e serviços coletivos, com sua adequação à pessoa com deficiência (...)" (Art. 2º, IV).

Em suma, as Centrais de Intepretação de Libras (CILs) representam um importante mecanismo para a promoção da acessibilidade e da inclusão social e para a garantia dos direitos fundamentais das pessoas surdas, em conformidade às determinações da Constituição Federal de 1988, da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146/2015), da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Estado brasileiro, e à legislação correlata. Ressaltamos que o art. 26 do Decreto Federal nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei Federal nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), determina que cabe ao Poder Público "garantir às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o seu efetivo e amplo atendimento, por meio do uso e da difusão da Libras e da tradução e da interpretação de Libras - Língua Portuguesa". O mesmo Decreto estabelece que o Poder Público deverá buscar a implementação de medidas para assegurar às pessoas surdas ou com deficiência auditiva o efetivo e amplo atendimento, cabendo destacar aquelas voltadas à utilização de "intérpretes contratados especificamente para essa função ou central de intermediação de comunicação que garanta a oferta de atendimento presencial ou remoto, com intermediação por meio de recursos de videoconferência on-line e webchat, à pessoa surda ou com deficiência auditiva" (Art. 26, § 2º, do Decreto Federal nº 5.626/2005).

De 2013 a 2020, os serviços vinculados às Centrais de Libras foram executados no âmbito dos Contratos nº 17184 (Anos: 2013-2014 - Contratada: Instituto de Libras Ltda); nº 9041581 (Anos: 2014-2017 - Contratada: Instituto de Libras Ltda); e nº 9196660 (Anos: 2018-2020 - Contratada: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos). Desde 2021, o atendimento da população é viabilizado por meio do Contrato nº 9317727/2021, celebrado entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a Associação dos Surdos de Minas Gerais, que tem por objeto "a contratação de serviços de prestação de serviços de pessoa jurídica especializada em prestação de serviços de interpretação da língua brasileira de sinais - libras, para atendimento das necessidades das centrais de libras – CILs das localidades de Belo Horizonte, Uberlândia e Juiz de Fora – MG". O instrumento apresenta prazo de vigência até 23/12/2025, conforme o 3º Termo Aditivo publicado no Diário Oficial Eletrônico Minas Gerais (Edição de 24/12/2024, p. 37).

O Exercício 2024 foi marcado pela realização de esforços administrativos voltados a assegurar a continuidade da prestação dos serviços à população e a conclusão da celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) junto aos Municípios de Juiz de Fora e de Uberlândia, a fim de viabilizar a prestação dos serviços vinculados ao Contrato nº 9317727/2021 nas referidas localidades e respectiva reativação das duas unidades previstas no interior do estado. Tais unidades somariam-se

ao atual funcionamento da Central de Interpretação de Libras no município de Belo Horizonte, que está sob gestão desta Sedese.

Em agosto de 2024, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social do Município de Uberlândia formalizou a disponibilização dos bens ora cedidos pelo Governo de Minas para recolhimento e correspondente interesse na rescisão dos instrumentos de cessão, findando a motivação para o prosseguimento dos trâmites relacionados à celebração de ACT. Já a celebração de parceria com o Município de Juiz de Fora foi concluída com êxito em dezembro de 2024, conforme a publicação de Extrato no Jornal Minas Gerais, edição extra, de 30/12/2024.

O quadro abaixo retrata a execução da Ação 4181 - OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS, com base nas informações do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPLAN):

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
100,00	SATISFATÓRIO	☺	33,05	CRÍTICO	☹	3,03	SUBESTIMADO	😐

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	1	1	1	1	1	1	100,00	100,00	100,00	100,00	☺
Orçamentário	440.270,00	302.745,60	440.270,00	440.270,00	145.514,50	145.514,50	33,05	48,06	33,05	33,05	☹

LEGENDA

Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

O quadro informa o desempenho satisfatório da execução física e, por outro lado, o desempenho crítico da execução orçamentária da Ação 4181. O nível reduzido da execução orçamentária no ano de 2024 deve-se ao contexto de funcionamento de apenas uma unidade, a Central de Interpretação de Libras de Belo Horizonte, em que pese o Contrato nº 9317727/2021 destinar-se a viabilizar o funcionamento de até três unidades. Conforme o Cronograma de reativação apresentado pela Prefeitura de Juiz de Fora, em face da implementação do Acordo de Cooperação Técnica nº

177/2024, vislumbra-se a inauguração da Central de Libras em abril de 2025, o que resultará na ampliação do atendimento da população surda e com deficiência auditiva no estado de Minas Gerais, além de trazer significativas melhorias ao cumprimento da meta física e financeira da Ação 4181 para o Exercício 2025.

Diante do exposto, ressaltamos que a Central de Interpretação de Libras é uma política pública que vem sendo aprimorada desde a sua implantação, no ano de 2013, e representa um relevante mecanismo direcionado ao exercício dos direitos fundamentais e à promoção do acesso a serviços pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, visando à sua inclusão social e cidadania, em conformidade aos ditames da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Ação: 4182 - Manutenção de Equipamentos e Políticas de Direitos Humanos

Descrição: Essa ação tem como foi criado com o objetivo de separar as despesas relativas a manutenção física da Casa de Direitos Humanos e Memorial de Direitos Humanos, bem como as diárias e despesas com viagens que subsidiam os funcionamento dos equipamentos administrativos que comportam os conselhos, comitês e comissões vinculados à pauta de direitos humanos, garantindo o seu funcionamento por meio de infraestrutura e financiamento das atividades dos conselhos, comitês e comissões vinculados à pauta de direitos humanos. Os conselhos, comitês e comissões são os mecanismos para a participação, o diálogo e o controle social do estado, constituindo-se como os principais instrumentos para a governança e o fortalecimento das políticas públicas de direitos humanos, especialmente em relação às liberdades e à democracia. A governança por meio dos órgãos colegiados de direitos humanos torna efetivo o diálogo e a atuação conjunta entre a sociedade civil e a administração pública no âmbito do poder executivo. Para se observar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação e a evolução histórica da temática, se planejará, se realizará, se estimulará e se divulgará estudos para aferir se todas as pessoas estão tendo igualdade de oportunidade de exercer sua cidadania e de participar dos conselhos que mais lhes interessam e se todas as pessoas estão se sentindo incluídas nas políticas de direitos humanos e em suas instâncias de governança; de forma direta ou em cooperação com terceiros.

A ação objetiva garantir a manutenção e financiamento das atividades de órgãos colegiados vinculados à pauta de direitos humanos, com vistas a fortalecer sua atuação e possibilitar o apoio aos conselhos municipais de direitos, bem como ações de pagamento de despesas de diárias e viagens, além das despesas de consumo da conselheiros estaduais e municipais de direitos. Bem como, fomentar ações relacionadas a elaboração, monitoramento e controle de políticas públicas de direitos humanos.

Público Alvo: Conselhos, comitês, comissões e servidores vinculados à pauta de direitos humanos.

Classificação Orçamentária: 1481.14.422.070.4182.0001

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO								
FÍSICO			ORÇAMENTÁRIO			FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO		
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Dez % (A)	STATUS	FAROL	DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Dez % (B)	STATUS	FAROL	ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Dez (A/B)	STATUS	FAROL
100,00	SATISFATÓRIO	☺	82,80	SATISFATÓRIO	☺	1,21	SATISFATÓRIO	☺

* O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e o orçamentário. O desempenho físico e o orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas, a programação e a execução das despesas de pessoal e auxílio. Para as ações que não possuem a divisão entre o tipo de despesa (Outras Despesas e Pessoal e Auxílios), o desempenho orçamentário é calculado considerando a despesa programada total e a despesa realizada total da ação até o período analisado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada uma faixa razoável de variação. Acima ou abaixo desta faixa considera-se que há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

ANÁLISE DA EXECUÇÃO											
	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Dez (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Dez (E)	Realizado Jan/Dez (F)	F/A (%)	F/B (%)	F/C (%)	E/D (%)	FAROL (E/D)
Físico	3	3	3	3	3	3	100,00	100,00	100,00	100,00	☺
Orçamentário	17.449.896,00	15.182.365,55	17.449.896,00	2.100.999,00	1.739.578,62	10.437.530,82	59,81	68,75	59,81	82,80	☺

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

A ação é executada por meio de termos de colaboração, atualmente em vigor, cujos objetos são referentes à manutenção dos Centros de Referência em Direitos Humanos. Nesse sentido, relaciona-se abaixo os termos, bem como suas respectivas atividades no ano de 2024, a saber:

1) ALUGUEL (INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO MG);

2) COMPANHIA DE SANEAMENTO DE MINAS GERAIS COPASA MG;

3) CEMIG DISTRIBUICAO S.A.;

4) COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEMGE;

5) SERVIÇO DE TELEFONIA (CLARO S.A. e OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL);

6) MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A;

7) MANUTENÇÃO DE ELEVADORES;

8) MATERIAIS DE CONSUMO (LIMPEZA, HIGIENE, PAPELARIA);

9) DIARIAS DE VIAGENS/PASSAGENS.

As execuções físicas e orçamentárias foram realizadas com desempenho satisfatório devido ao acompanhamento da execução das despesas. Realização de reuniões virtuais ao longo do exercício financeiro, não dispondo de recursos para realização de reuniões presenciais e pela inconstância de órgãos colegiados em regular funcionamento ao longo do ano de 2024.

No exercício de 2023, por meio do Decreto Estadual nº 48.660/2023 houve a alteração normativa de SEDESE que passou a competência o gerenciamento dos serviços de protocolo, mensageria, comunicação, reprografia, zeladoria, vigilância, limpeza, copa e manutenção de equipamentos e instalações das unidades da Sedese situadas fora da Cidade Administrativa de Minas Gerais para a Subsecretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, de forma que a maior parte das despesas, são executadas na área meio, cabendo a Subsecretaria de Direitos Humanos apenas acompanhar a efetiva realização, ou não, de tais serviços e despesas. *(Dec. 48.660/2023, art. 25, VI)*

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Demonstração da composição dos recursos do órgão, tendo como fonte os recursos ordinários, os vinculados e os diretamente arrecadados, evidenciando-os por procedência, bem como os grupos de despesas em que foram aplicados.

ÓRGÃO: 1480 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
FONTE	**PROCEDÊNCIA**	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**	**INVESTIMENTOS**	**TOTAL**
CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS INDIVIDUAIS	1	0,00	248.642,40	1.459.391,05	**1.708.033,45**
CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	1	0,00	4.582.628,24	1.851.858,56	**6.434.486,80**
OUTROS RECURSOS VINCULADOS	1	0,00	646.218,64	0,00	**646.218,64**

RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ERRADICACAO DA MISERIA	1	21.074.894,80	44.601.514,88	3.082.531,97	**68.758.941,65**
	3	0,00	3.696.962,17	139.909,67	**3.836.871,84**
	7	0,00	4.683.520,88	0,00	**4.683.520,88**
RECURSOS ORDINARIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	1	0,00	1.110.722,31	15.240.746,83	**16.351.469,14**
RECURSOS ORDINARIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	1	42.340.122,27	3.030.742,95	477.881,95	**45.848.747,17**
	3	0,00	3.380.202,98	262.811,12	**3.643.014,10**
	4	0,00	1.463.183,68	2.585.644,65	**4.048.828,33**
	7	0,00	7.081.165,63	0,00	**7.081.165,63**
	8	0,00	754.407,76	1.291.804,41	**2.046.212,17**
TRANSFERENCIAS DA UNIAO VINCULADAS AO ESPORTE	1	0,00	25.514.381,77	1.750.000,00	**27.264.381,77**
TOTAL		**63.415.017,07**	**100.794.294,29**	**28.142.580,21**	**192.351.891,57**

Relação dos decretos de abertura de crédito adicionais

Item informado no **Anexo I.**

Informações relativas a execução de Despesa de Exercícios Anteriores, sua composição e evolução nos últimos dois anos.

A execução de Despesa de Exercícios Anteriores - DEA na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE no ano de 2024 deu-se no Elemento de Despesa 92, nos seguintes itens de despesas:

- 01 - Pessoal;
- 02 - Outras Despesas.

Entre os anos de 2023 e 2024 foram contabilizados 49 (quarenta e nove) pagamentos de DEA, num total de R$ 28.322,95 (vinte e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e noventa e cinco centavos).

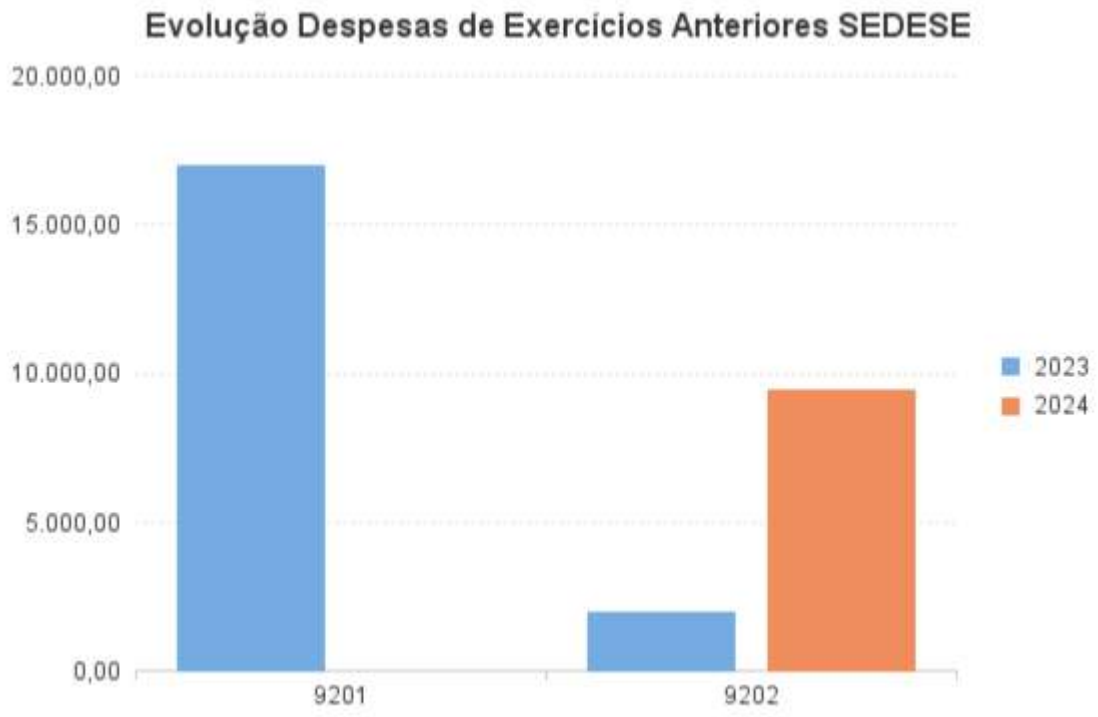
No exercício de 2023 foram registrados 5 (cinco) pagamentos de Despesa de Exercícios Anteriores, que totalizaram o valor de R$ 18.913,75 (dezoito mil, novecentos e treze reais e setenta e cinco centavos), sendo que:

- No elemento 9201 registrou-se 2 (dois) pagamentos no valor de R$ 16.965,41;
- No elemento 9202 houve o registro de 3 (três) pagamentos, que totalizaram o valor de R$ 1.947,84.

Já no ano de 2024, não houve pagamentos de DEA no elemento item de despesa 9201 (pessoal), enquanto para o elemento item de despesa 9202 (outras despesas) houve um aumento no quantitativo dos pagamentos, bem como no valor total pago, tendo em vista que foram registrados 44 (quarenta e quatro) pagamentos que totalizaram o valor de R$ 9.409,20 (nove mil, quatrocentos e nove reais e vinte centavos).

DEA	2024		2023	
Elemento Item	**9201**	**9202**	**9201**	**9202**
Valor Total Pago	0,00	9.409,20	16.965,41	1.947,84
Quantidade de Registros	0	44	2	3

Abaixo segue o gráfico demonstrando a execução de Despesa de Exercícios Anteriores - DEA nos anos de 2023 e 2024.



Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

1. Demonstrações Contábeis

Conforme disposto no MCASP (2022), as demonstrações contábeis representam de forma estruturada a situação patrimonial, financeira e do desempenho da entidade. Portanto, elas devem possibilitar que o agente público possa obter informações que vão auxiliar nas tomadas de decisões e prestações de contas referente aos recursos confiados ao órgão.

Deste modo, os resultados gerais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE do exercício de 2024 serão apresentados através dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial.

2. Balanço Orçamentário

No Balanço Orçamentário são apresentadas as receitas e despesas orçamentárias. Nesse demonstrativo é possível que o usuário da informação contábil possa identificar as ações institucionais estabelecidas pelos instrumentos de planejamento e gestão. Sendo assim, esse demonstrativo tem o intuito de registrar os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

Para as receitas, estas estão divididas em duas grandes categorias econômicas: Corrente e de Capital. As Receitas Correntes aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e, em geral, aumentam o Patrimônio Líquido; estão entre elas: receitas de impostos, taxas, contribuições de melhorias, entre outras. Em contrapartida, as receitas de capital são decorrentes da realização de recursos financeiros, como operações de crédito, alienações de bens, amortizações de empréstimos.

Conforme o MCASP (2022), o balanço orçamentário deve especificar "a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. "

No que tange as Despesas, esses recursos também podem ser divididos pela categoria econômica de Correntes e de Capital. A despesa pública percorre os estágios da fixação, empenho, liquidação e pagamento. No balanço orçamentário estão discriminadas a previsão inicial e a atualizada, as receitas realizadas e o saldo final do exercício do orçamento não utilizado ou empenhado.

O total de receita arrecadada em 2024 foi de R$ 29.713.321,70, distribuídas entre:

- Receita Patrimonial - R$ 72.921,69,
- Transferências Correntes - R$ 28.601.190,32,
- Outras Receitas Correntes - R$ 130.197,21, e
- Transferências de Capital - R$ 909.012,48.

Podemos visualizar que os valores das Transferências Correntes correspondem a 96,26% da receita arrecadada.

Comparativamente ao ano de 2023, as receitas totais tiveram uma redução em torno de 18,88%, conforme demonstrado abaixo:

Receita Orçamentária	Valor Arrecadado (R$)	
	2024	2023
Receita Corrente	28.804.309,22	30.695.913,05
Receita de Capital	909.012,48	84.936,37
Receita Intra-orçamentária	0,00	5.848.566,61
Total	**29.713.321,70**	**36.629.416,03**

Essa diminuição pode ser detalhada considerando que para o exercício de 2024 não houve arrecadação de receitas intra-orçamentárias, sendo:

- Receita Intra-orçamentária em 2023: R$ 5.848.566,61

- Receita Intra-orçamentária em 2024: R$ 0,00

As Receitas de Capital em 2024 tiveram um aumento em torno de 970,23% em comparação ao exercício anterior. O crédito orçamentário inicial da SEDESE foi de R$ 327.478.873,00 para o ano de 2024, e, no decorrer do exercício, ocorreram alterações orçamentárias que implicaram em um acréscimo ao orçamento no montante final de R$ 51.551.341,90.

Ao final do exercício de 2024, a autorização de despesa foi de R$ 379.030.214,90, sendo R$ 327.478.873,00 autorizado pela Lei Orçamentária e o restante autorizado no decorrer do exercício financeiro através de decretos, conforme tabela abaixo:

Grupo Despesa	Valor Crédito Inicial	Valor Suplementação	Valor Anulação Crédito	Valor Crédito Autorizado
1- Pessoal e Encargos Sociais	66.010.883,00	63.032.861,21	44.915.183,02	84.128.511,19
3-Outras Despesas correntes	99.849.858,00	206.939.932,70	64.466.437,31	243.323.353,99
4- Investimentos	161.618.182,00	155.148.545,87	264.188.377,55	52.578.350,32
Total	**327.478.873,00**	**425.121.339,78**	**373.569.997,88**	**379.030.214,90**

O total de despesa empenhada em 2024 foi de R$ 192.351.891,57, incluindo as despesas intra-orçamentárias que perfazem o valor de R$ 13.150.268,74.

Grupo Despesa - Descrição	Fonte Recurso	Fonte Recurso - Descrição	Calor Despesa Empenhada
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10	RECURSOS ORDINARIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	42.340.122,27
	71	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ERRADICACAO DA MISERIA	21.074.894,80
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS INDIVIDUAIS	248.642,40
	10	RECURSOS ORDINARIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	15.709.703,00
	15	RECURSOS ORDINARIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	1.110.722,31
	24	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	4.582.628,24
	38	TRANSFERENCIAS DA UNIAO VINCULADOS AO ESPORTE	25.514.381,77
	59	OUTROS RECURSOS VINCULADOS	646.218,64
	71	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ERRADICACAO DA MISERIA	52.981.997,93
INVESTIMENTOS	1	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EMENDAS INDIVIDUAIS	1.459.391,05
	10	RECURSOS ORDINARIOS - RECURSOS NAO VINCULADOS DE IMPOSTOS	4.618.142,13
	15	RECURSOS ORDINARIOS - OUTROS RECURSOS NAO VINCULADOS	15.240.746,83
	24	CONVENIOS COM A UNIAO E SUAS ENTIDADES - EXCETO EMENDAS INDIVIDUAIS E DE BANCADA	1.851.858,56
	38	TRANSFERENCIAS DA UNIAO VINCULADOS AO ESPORTE	1.750.000,00
	71	RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE ERRADICACAO DA MISERIA	3.222.441,64
TOTAL			**192.352.791,57**

Do montante total da despesa empenhada no exercício, 84,13%, foram liquidadas.

A diferença entre o que foi empenhado e o que foi liquidado dentro do exercício de 2024 compõe o valor de Restos a Pagar Não Processado inscrito no ano seguinte, que apresentou um total R$ 30.531.625,29, conforme discriminado a seguir:

Grupo Despesa - Descrição	Valor Despesa Empenhada	Valor Despesa Liquidada	Valor Inscrito Não Processado
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.415.017,07	63.391.197,95	23.819,12
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.794.294,29	73.171.527,04	27.622.767,25
INVESTIMENTOS	28.142.580,21	25.257.541,29	2.885.038,92
TOTAL	**192.351.891,57**	**161.820.266,28**	**30.531.625,29**

Quanto às despesas correntes, incluindo as intra-orçamentárias, de Pessoal e Encargos Sociais, tivemos um aumento de R$ 543.372,56 em relação ao ano anterior, que pode ser verificado no quadro a seguir, distribuído por fonte:

Fonte 2024	Despesa Empenhada 2024	Fonte 2023	Despesa Empenhada 2023
10	42.340.122,27	10	10.909.721,16
71	21.074.894,80	71	51.804.973,87
95	0,00	95	154.949,48
Total	**63.415.017,07**	**Total**	**62.869.644,51**

Detalhando a execução de outras despesas correntes tivemos uma redução comparando 2024 e 2023, conforme planilha abaixo:

Fonte 2024	Despesa Empenhada 2024	Fonte 2023	Despesa Empenhada 2023
1	248.642,40	1	1.391.387,88
10	15.709.703,00	10	49.201.230,04
15	1.110.722,31	15	9.408.042,63
24	4.582.628,24	24	5.241.636,67
38	25.514.381,77	38	21.836.129,78
59	646.218,64	59	2.989.584,02
60	0,00	60	17.155.326,58
71	52.981.997,93	71	25.801.328,92
95	0,00	95	66.575,60
Total	**100.794.294,29**	**Total**	**133.091.242,12**

Referente as despesas empenhadas em 2024, destacamos a fonte 38 (transferências da união vinculadas ao esporte) com o valor de R$ 25.514.381,77 onde, desse total, o valor de R$ 4.585.828,92 refere-se a natureza de despesa 3.3.40.41 - contribuições.

Ressaltamos que no ano de 2024 não houve despesa empenhada para a fontes 60 (recursos diretamente arrecadados) e para a fonte 95 (recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais).

Abaixo destacamos o relatório de despesas empenhadas comparativas 2024 e 2023:

Grupo Despesa - Código	Elemento Item Despesa - Código	Elemento Item Despesa - Descrição	Valor Despesa Empenhada 2024	Valor Despesa Empenhada 2023
1	401	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	79.055,71	127.058,49
1	403	OBRIGACAO PATRONAL - CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO - INSS	24.343,83	26.682,27
1	404	OBRIGACAO PATRONAL - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO - ASSIST. A SAUDE	854,83	1.208,72
1	701	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	14.880,77	9.758,49
3	810	SALARIO FAMILIA	1.364,88	1.317,00
1	1101	VENCIMENTOS	30.582.344,15	28.786.599,89
1	1102	DESIGNADOS DO MAGISTERIO	2.975,31	0,00
1	1103	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	5.739.519,52	5.838.764,52
1	1107	GRATIFICACAO DE INCENTIVO A DOCENCIA	770,33	0,00
1	1117	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	2.220.218,51	2.479.990,06
1	1118	GRATIFICACAO POR PLANTAO	3.081,93	0,00
1	1119	VANTAGEM PESSOAL	320.409,32	291.792,02
1	1121	ABONO DE FERIAS	1.191.110,79	1.125.941,92
1	1122	GRATIFICACAO DE NATAL	3.575.651,41	3.326.567,91
1	1133	GRATIFICACAO DE INCENTIVO A EFICIENTIZACAO DOS SERVICOS - GIEFS	3.184,38	0,00
1	1144	ABONO DE PERMANENCIA	939,34	0,00
1	1145	VANTAGEM TEMPORARIA INCORPORAVEL	460,83	1.875,24
1	1146	GRATIFICACAO DE DESEMPENHO DE PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL	3.784.813,19	4.476.275,91
1	1147	GRATIFICACAO DE ESCOLARIDADE DESEMPENHO E PROD INDIVID E INSTITUCIONAL	2.051,11	0,00
1	1150	SUBSIDIO - SERVIDORES DA EDUCACAO EFETIVOS	42.453,94	62.397,82
1	1152	SUBSIDIO - SERVIDORES DA EDUCACAO DE EXTENSAO CARGA HORARIA	4.465,75	0,00
1	1304	INSS - FOLHA	2.952.163,56	2.449.500,83
1	1305	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	6.429.733,33	6.871.939,70
3	1314	OBRIGACAO PATRONAL - ENCARGOS POR PAGAMENTO EM ATRASO	552,93	0,00
3	1317	INSS - DEMAIS DESPESAS	656,96	1.610,00
1	1321	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTENCIA A SAUDE	549.613,01	526.008,77

1	1326	OBRIGACAO PATRONAL SUPLEMENTAR - PESSOAL ATIVO	5.588.151,21	5.894.674,55
3	1401	DIARIAS - CIVIL	894.624,89	565.898,53
1	1605	FERIAS-PREMIO	207.112,86	261.024,00
3	3001	ARTIGOS PARA CONFECCAO E VESTUARIO	0,00	2.617.460,60
3	3002	ARTIGOS PARA ESPORTE	74.212,24	1.250.010,00
3	3003	UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	325,94	0,00
3	3005	MATERIAL PARA ESCRITORIO	0,00	839,25
3	3016	MATERIAL DE INFORMATICA	29.190,30	16.689,75
3	3017	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	25.982,22	6.352,83
3	3019	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	625,80	851,77
3	3020	MATERIAL ELETRICO	139,32	744,00
3	3022	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	105.503,87	799,72
3	3024	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	19.545,00	0,00
3	3025	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	0,00	45,00
3	3026	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	65.006,21	74.077,88
3	3029	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	88.567,65	0,00
3	3101	PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORACOES E MEDALHAS	0,00	14.281,88
3	3301	PASSAGENS - PESSOA FISICA	62.132,71	53.376,58
3	3302	DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO, PEDAGIO E ESTACIONAMETO PESSOA FISICA	48.331,40	34.415,25
3	3304	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	340.266,98	339.345,01
3	3305	SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS, FRETAMENTO E LOCACAO PES JURID	0,00	15.000,00
3	3604	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	480.897,31	285.056,76
3	3610	EVENTUAL DE GABINETE	105,00	90,00
3	3611	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	69.366,80	92.152,02
3	3612	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	200,00	901,99
3	3703	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA REALIZADOS PELA MGS	332.838,23	347.175,82
3	3704	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	7.076.122,79	7.090.127,73
3	3705	DESPESAS COM O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS A MGS	1.218.130,62	1.187.657,16
3	3903	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	12.600,00	12.940,99
3	3904	CONFECCAO EM GERAL	21.000,00	0,00
3	3912	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	163.685,77	130.579,27
3	3913	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	100.614,26	61.318,75
3	3915	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	12.000,00	38.300,77
3	3917	LOCACAO DE VEICULOS	399.209,35	329.498,89
3	3918	REPAROS DE VEICULOS	5.945,98	3.458,31
3	3919	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.002,20	33.082,71
3	3920	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	556.069,06	517.966,92
3	3921	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	23.135,00	5.940,58
3	3922	REPAROS DE BENS IMOVEIS	5.325,40	143.115,23
3	3923	RECEPCOES, HOSPEDAGENS, HOMENAGENS E FESTIVIDADES	0,00	5.180,00
3	3924	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	2.139,98	700,00
3	3926	ENCARGOS FINANCEIROS	2.284,60	67.981,46
3	3930	MULTAS DE TRANSITO	234,78	234,78
3	3931	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	50.280,00	29.078,99

3	3937	TAXA DE CONDOMINIO	314.973,03	124.947,20
3	3941	ANUIDADES	0,00	408,98
3	3943	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	69.931,04	54.558,82
3	3946	TERMO DE PARCERIA COM ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBL	9.976.383,61	5.434.000,00
3	3949	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PARA O CIDADAO	18.615.295,45	12.848.816,40
3	3952	CONTRATACAO DE ESTAGIARIOS	819.339,75	595.029,46
3	3955	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	3.427.612,50	982.340,00
3	3956	SERVICOS DE PESQUISAS	200.000,00	0,00
3	3961	SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA	0,00	5.530,00
3	3978	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO	35.023,30	32.407,91
3	3987	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	43.412,14	32.065,98
3	3988	MULTA POR ATO INFRACIONAL	0,00	20.418,96
3	3999	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	7.950.951,71	5.720.570,85
3	4002	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	25.189,45	3.088,00
3	4003	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	232.774,97	225.883,56
3	4004	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	22.417,58	34.213,00
3	4005	REDE IP MULTISSERVICOS	86.330,56	76.300,00
4	4006	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	79.968,00	105.680,40
3	4101	CONTRIBUICOES	6.397.777,92	16.871.386,85
4	4201	AUXILIOS	20.715.916,94	80.073.599,68
3	4301	SUBVENCOES SOCIAIS	21.237.459,79	57.754.263,47
3	4601	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	11.303.866,71	11.141.147,24
3	4703	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	8.132,42	7.022,32
3	4707	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	7.063,95	7.557,35
3	4801	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.981.750,00	1.767.500,00
3	4901	AUXILIO-TRANSPORTE - PECUNIA	459.579,00	547.177,80
4	5204	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	1.354.799,98	252.000,00
4	5207	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	427.545,95	1.046.132,80
4	5208	EQUIPAMENTOS DE SOM, VIDEO, FOTOGRAFICO E CINEMATOGRAFICO	0,00	4.000,00
4	5210	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	73,00	380,00
4	5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	223.581,70	33.800,00
4	5213	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	1.620.590,60	342.290,00
4	5217	VEICULOS	0,00	375.000,00
4	5225	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	21.933,80	0,00
4	5226	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	0,00	706,35
4	5299	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	0,00	6.210,00
4	8502	CONTRATO DE GESTAO COM SERVICO SOCIAL AUTONOMO - SSA	445.572,00	0,00
3	8502	CONTRATO DE GESTAO COM SERVICO SOCIAL AUTONOMO - SSA	3.839.911,03	0,00
3	9108	OUTRAS DECISOES JUDICIAIS - DEPOSITO EM CONTA CORRENTE OU A DISPOSICAO	6.000,00	5.000,00
1	9201	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	24.933,13	72.060,72
3	9202	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	10.326,66	1.947,84
1	9301	AJUDA DE CUSTO	0,00	9.401,74
3	9306	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	1.386.989,13	2.701.338,25
4	9306	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	3.252.598,24	0,00

3	9399	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	38.586,16	720.667,70
3	9401	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	64,21	0,00
1	9601	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	69.660,81	230.120,94
			192.351.891,57	**278.200.685,86**

Destacamos no grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais, o empenho no valor de R$ 5.588.151,21, no elemento item 1326, identificado como Obrigação Patronal Suplementar – Pessoal Ativo, que refere-se a despesas com contribuições patronais suplementares de pessoal ativo civil necessárias à cobertura de eventuais déficits financeiros do RPPS, sendo R$ 3.591.584,04 para a fonte 10 e R$ 1.996.567,17 para fonte 71, destinados ao Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais na unidade executora 1480006 - SEDESE/DRH.

Destacamos ainda o pagamento de férias prêmio - elemento item de despesa 1605, no valor de R$ 207.112,86 em 2024.

No grupo 3 - Outras Despesas Correntes, o elemento item 3705 - despesas com o pagamento de encargos trabalhistas a MGS, foi criado com a finalidade de separar as despesas, uma vez que anteriormente eram lançadas no elemento item 3704 (locação de serviços de apoio administrativo realizados pela MGS). Em 2024, o montante foi de R$ 1.218.130,62, sendo o valor de R$ 283.502,21 empenhado na fonte 10 e o valor de R$ 934.628,41, empenhado na fonte 71.

No ano de 2024, foi empenhado o valor de R$ 9.976.383,61, no elemento item 3946 - Termo de Parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sendo o valor de R$ 9.722.117,34 a fim de acobertar despesas com Jogos Escolares - JEMG em 2024, a favor da Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais, CNPJ 04.070.420/0001-0 (Empenho nº 07) - Processo SEI nº 1480.01.0008678/2022-19; e o valor de R$ 254.266,27 para apoio à realização da política de promoção ao direito de acesso ao esporte educacional e paradesportivo em Minas Gerais, a favor da Associação Mineira do Paradesporto – CNPJ nº 29.335.005/0001-57, de acordo com o Termo de Parceria nº 054/2023 - Processo SEI nº 1480.01.0008877/2022-78 (Empenhos nº 316 e 317). As despesas no elemento item 3946 foram empenhadas na unidade executora 1480049 - SEDESE/SUBESP.

O elemento item 3949 - cursos de formação e capacitação para o cidadão, apresenta o valor de R$ 18.615.295,45, sendo:

- R$ 1.954.161,91 alusivo ao empenho nº 26 na unidade executora 1480091 - SEDESE/EDUC. PROFISSIONAL - registrado para cursos de qualificação profissional em diversas áreas, modalidade presencial, para atender ao Projeto: Trajeto Renda - Processo SEI nº 1480.01.0011025/2024-82;

- R$ 1.450.000,00 referente ao empenho nº 27 na unidade executora 1480091 - SEDESE/EDUC. PROFISSIONAL – abertura de empenho serviços de ministração de curso de capacitação e treinamento de pessoal em área operacional - Processo SEI nº 1480.01.0016565/2024-76;
- R$ 8.708.072,36 alusivo ao empenho nº 28 na unidade executora 1480091 - SEDESE/EDUC. PROFISSIONAL - para cobrir despesas com o SENAI - Processo SEI nº 1480.01.0012859/2024-34; e
- R$ 6.503.061,18 alusivo ao empenho 58 da unidade executora 1480096 - SEDESE/GERAÇÃO DE RENDA - serviços de ministração de curso de capacitação e treinamento de pessoal em área operacional - Processo SEI 1 480.01.0010153/2024-55.

Na contratação de outros serviços pessoa jurídica - elemento item 3999, destacamos a contração das empresas abaixo:

Unidade Executora	Número Empenho	CNPJ_CPF	Razão Social Credor	Valor Despesa Empenhada
1480049	212	04.070.420/0001-03	FEDERACAO DE ESPORTES ESTUDANTIS DE MINAS GERAIS	2.930.225,65
	276	04.070.420/0001-03	FEDERACAO DE ESPORTES ESTUDANTIS DE MINAS GERAIS	2.910.425,45
	295	04.070.420/0001-03	FEDERACAO DE ESPORTES ESTUDANTIS DE MINAS GERAIS	467.847,29
1480062	17	16.593.824/0001-52	ASSOCIACAO DOS SURDOS DE MINAS GERAIS - ASMG	145.514,50
1480096	57	03.773.700/0001-07	SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - DEPARTAMENTO REGIONAL DE MINAS	1.382.912,00
				7.950.951,71

Entre os maiores montantes, destaca-se a Federação de Esportes Estudantis de Minas Gerais, contratada para serviços de arbitragem esportiva em modalidade coletiva e individual para jogos escolares, nos termos do contrato nº 9417594 - Processo SEI 1480.01.0002600/2024-92.

Para o grupo de despesa 4 - Investimentos, temos o valor de R$ 28.142.580,21 empenhados, conforme discriminado abaixo:

Ano de Exercício	Elemento Item Despesa - Código	Elemento Item Despesa - Descrição	Fonte	Valor Despesa Empenhada
2024	4006	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	10	79.968,00
2024	4201	AUXILIOS	10	3.785.389,98
2024	4201	AUXILIOS	15	13.761.270,37
2024	4201	AUXILIOS	24	58.651,37
2024	4201	AUXILIOS	38	1.750.000,00
2024	4201	AUXILIOS	71	1.360.605,22

2024	5204	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	71	1.354.799,98
2024	5207	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	10	427.545,95
2024	5210	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	10	73,00
2024	5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	10	33.411,72
2024	5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	15	150.639,34
2024	5212	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	71	39.530,64
2024	5213	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	10	291.753,48
2024	5213	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	15	1.328.837,12
2024	5225	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	71	21.933,80
2024	8502	CONTRATO DE GESTAO COM SERVICO SOCIAL AUTONOMO - SSA	71	445.572,00
2024	9306	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	1	1.459.391,05
2024	9306	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	24	1.793.207,19
				28.142.580,21

Quanto às despesas de capital, o total executado foi de R$ 20.715.916,94 definido no elemento item 4201 – Auxílios. Nesse elemento, o valor de R$ 3.785.389,98 são celebrações com Prefeituras e entidades, com recursos de emendas parlamentares (fonte 10).

As despesas intra-orçamentárias são aquelas realizadas entre os próprios órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, que compõe o montante de R$ 13.150.268,74, sendo R$ 12.559.014,82 referente a pessoal e encargos sociais e R$ 591.253,92 alusivo a outras despesas correntes, ambas na modalidade 91.

Grupo Despesa - Código	Fonte Recurso - Código	Elemento Item Despesa - Código	Elemento Item Despesa - Descrição	Valor Despesa Empenhada
1	10	404	OBRIGACAO PATRONAL - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO - ASSIST. A SAUDE	854,83
1	10	1305	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	4.205.294,06
1	10	1321	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTENCIA A SAUDE	361.639,45
1	10	1326	OBRIGACAO PATRONAL SUPLEMENTAR - PESSOAL ATIVO	3.591.584,04
1	71	1305	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	2.215.101,71

1	71	1321	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTENCIA A SAUDE	187.973,56
1	71	1326	OBRIGACAO PATRONAL SUPLEMENTAR - PESSOAL ATIVO	1.996.567,17
3	71	3920	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	393.056,79
3	71	3920	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	15.508,87
3	71	3937	TAXA DE CONDOMINIO	3.000,00
3	71	3937	TAXA DE CONDOMINIO	179.688,26
				13.150.268,74

Quanto a execução do Restos a Pagar Não Processado, verifica-se que foi inscrito em 31/12 do exercício anterior R$ 19.479.628,15 e R$ 5.168.317,14 inscrito em exercícios anteriores, sendo pagos R$ 5.404.805,66 e cancelados R$ 7.949.686,74, totalizando R$ 11.293.452,89 no montante final.

Citando a execução de Restos a Pagar Processado, verifica-se que foi inscrito em 31/12 do exercício anterior R$ 70.012.391,80 e R$ 1.483.342,30 inscrito em exercícios anteriores, sendo pagos R$ 69.100.074,34 e cancelados R$ 17.484,51, totalizando R$ 2.378.175,25 no montante final.

Dos saldos das despesas intra-orçamentárias inscritas em Restos a Pagar houve R$ 1.176.663,29 inscritos em Não Processados e R$ 244,42 inscritos em Processados, conforme balanço orçamentário.

No que diz respeito as despesas empenhadas no ano de 2024, ressaltamos o valor de R$ 4.285.483,03, alusivo ao elemento item de despesa 8502 - Contrato de Gestão com Serviço Social Autônomo - SSA, registrados na unidade executora 1480001 - SEDESE/GABINETE, na fonte 71, sendo:

- o valor de R$ 445.572,00, registrado através do empenho nº 32 (grupo de despesa 4 - investimentos)
- o valor de R$ 3.839.911,03, registrado através do empenho nº 31 (grupo de despesa 3 - outras despesas correntes).

O valor empenhado no item 8502 refere-se as despesas relativas ao Contrato de Gestão nº 01/2024, celebrado entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE e o Serviço Voluntário de Assistência Social Servas - SSA-SERVAS - CNPJ nº 17.385.840/0001-12 - Processo SEI nº 1480.01.0000120/2024-25, cujo objeto é promover ações complementares às políticas públicas de desenvolvimento social, com vistas à diminuição da desigualdade, à erradicação da pobreza e da fome e à melhoria da qualidade de vida da população, por meio de programas, projetos e ações de inclusão social e atendimento à população.

O presente contrato de gestão tem com vigência 48 (quarenta e oito) meses, a conta de 01/03/2024.

3. Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro são apresentados todos os ingressos e dispêndios ocorridos, sejam orçamentários ou extraorçamentários, bem como o saldo inicial e final do caixa.

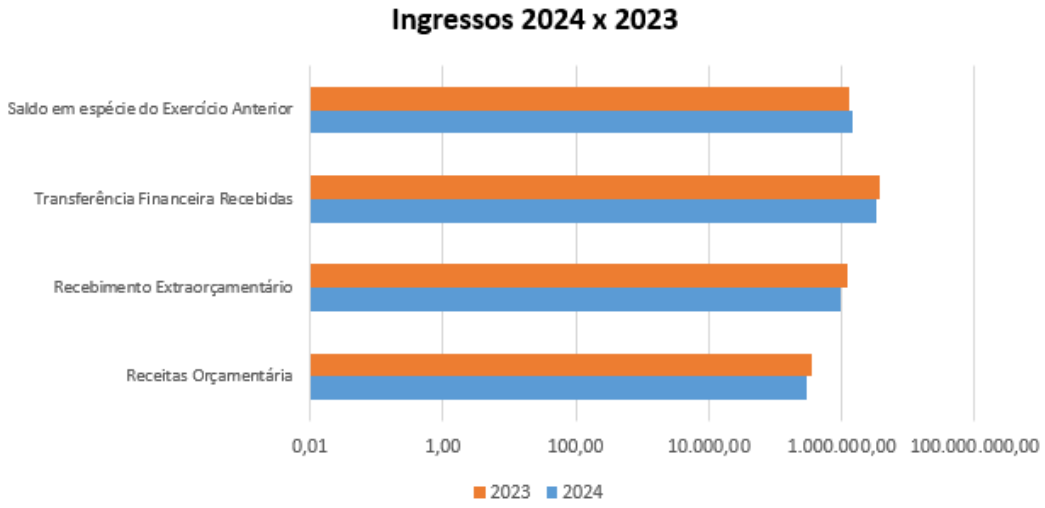
Tal demonstração contábil evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público apresentando a receita orçamentária realizada e as despesas orçamentárias executadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte, de acordo com o MCASP (2022).

Abaixo segue o balanço financeiro do exercício de 2024 comparado ao ano de 2023:

Ingressos		
Descrição	**2024**	**2023**
Receita Orçamentária	**29.713.321,70**	**36.629.416,03**
Recebimento Extra-orçamentário	**96.091.407,89**	**123.130.718,26**
Transferência Financeira Recebidas	**334.998.257,26**	**378.144.284,43**
Saldo em espécie do Exercício Anterior	**147.192.695,09**	**127.652.704,24**
Total	**607.995.681,94**	**665.557.122,96**
Dispêndios		
Descrição	**2024**	**2023**
Despesa Orçamentária	**192.351.891,57**	**278.200.685,86**
Despesa Orçamentária	179.201.622,83	264.500.393,46
Despesa Intra-Orçamentária	13.150.268,74	13.700.292,40
Pagamentos Extra-orçamentários	**114.977.982,62**	**78.883.591,71**
Transferência Financeira Concedidas	**167.340.884,56**	**161.280.150,30**
Saldo em espécie para Exercício Seguinte	**133.324.923,19**	**147.192.695,09**
Total	**607.995.681,94**	**665.557.122,96**

- Ingressos

Conforme o gráfico abaixo, é possível verificar comparativamente os ingressos nos últimos exercícios.



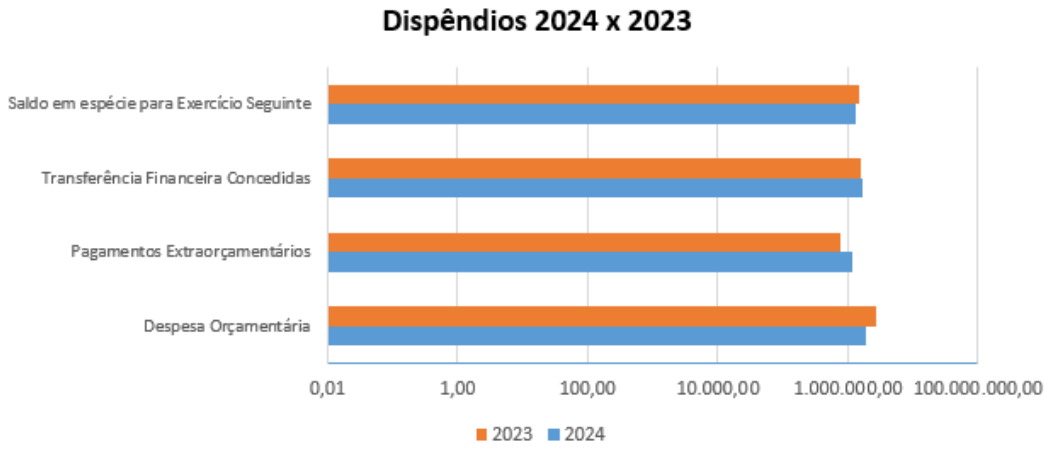
De acordo com o gráfico acima é possível notar uma redução no recebimento de recursos em 2024 quando comparando à 2023, no que se refere a transferências financeiras recebidas.

Conforme o MCASP, os recebimentos extra-orçamentários constituem os ingressos não previstos no orçamento, como: ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, dentre outros e inscrição de restos a pagar.

Diante disso, em 2024 o montante de R$ 96.091.407,89 referente ao recebimento extra-orçamentário compreende a inscrição de Restos a Pagar Processados, inscrição de Restos a Pagar Não Processados e de Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

- Dispêndios

Conforme gráfico abaixo, é possível verificar comparativamente os dispêndios nos últimos exercícios.



Analisando o gráfico, é possível observar uma redução na despesa orçamentária, que totalizou em 2024 o valor de R$ 192.351.891,57.

O MCASP esclarece que os pagamentos extra-orçamentários consistem em pagamentos que não precisam ser submetidos ao processo de execução orçamentária como: relativos a obrigações que representaram ingressos extra-orçamentários (exemplo: devolução de depósitos); e restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

Nesse sentido, conforme apontado no balanço financeiro, os pagamentos extra-orçamentários em 2024 totalizaram R$ 114.977.982,62, e em especial foram executados R$ 167.340.884,56 de depósitos restituíveis e valores vinculados.

No tocante às receitas e despesas orçamentárias do exercício em análise, totalizaram R$ 29.713.321,70 e R$ 192.351.891,57, respectivamente, ocasionando um déficit de R$ 162.638.569,87 e por fim, em 2024, verificou-se um resultado financeiro para o exercício de R$ 13.867.771,90.

Descrição	**2024**
Saldo em espécie para Exercício Seguinte	133.324.923,19
(-) Saldo em espécie do Exercício Anterior	147.192.695,09
Resultado Financeiro do Exercício	**-13.867.771,90**

4. Balanço Patrimonial

A Administração Pública mediante todos os instrumentos de planejamento (PMDI, PPAG, LDO e LOA) devem traçar as melhores ações para aplicação dos recursos, no intuito de atender as necessidades da população. O papel do Balanço Patrimonial é de evidenciar, qualitativamente e

quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio das contas representativas do patrimônio líquido.

As entidades públicas que aplicam integralmente a contabilidade pública, ou seja, estão sujeitas à Lei 4.320/64, estão também sujeitas à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) e com isso, tem o objetivo de manter um maior controle sobre patrimônio público através de sistemas orçamentários, financeiros e patrimonial/contábil.

O Balanço Patrimonial deve atender aos princípios e as normas contábeis voltadas para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos e passivos e de suas variações patrimoniais. Em conjunto com a Demonstração das Variações Patrimoniais representam os principais instrumentos para refletir tais aspectos no processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Segue abaixo, em resumo, o Balanço Patrimonial do exercício de 2024 e respectivamente, o Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes e o Quadro das Contas de Compensação exigidos pela Lei nº 4.320/64 e pela Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012.

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CIRCULANTE	**295.360.039,62**	**385.976.302,18**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	133.324.923,19	147.192.695,09
DEMAIS CREDITO E VALORES A CURTO PRAZO	159.753.462,68	233.088.668,74
ESTOQUE	2.281.653,75	5.694.938,35
NÃO CIRCULANTE	**155.119.709,31**	**153.713.417,33**
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	108.251,68	108.251,68
IMOBILIZADO	154.268.426,42	152.899.839,25
INTANGÍVEL	743.031,21	705.326,40
ATIVO	**450.479.748,93**	**539.689.719,51**
PASSIVO	**31/12/2024**	**31/12/2023**
CIRCULANTE	**12.930.769,64**	**72.555.674,93**
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.863,32	9.739,86
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.667.724,33	39.666.749,99
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	3.255.181,99	32.879.185,08
NÃO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
PATRIMÔNIO LIQUIDO	**437.548.979,29**	**467.134.044,58**
DEMAIS RESERVAS	1.230.233,45	1.230.233,45
RESULTADOS ACUMULADOS	436.318.745,84	465.903.811,13
PASSIVO TOTAL	**450.479.748,93**	**539.689.719,51**

Fonte: Armazém de Informações SIAFI

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ATIVO	**2024**	**2023**
FINANCEIRO	181.856.097,11	268.276.202,61
PERMANENTE	268.623.651,82	271.413.516,90
TOTAL DO ATIVO	**450.479.748,93**	**539.689.719,51**
PASSIVO	**2024**	**2023**
FINANCEIRO	53.738.299,86	96.759.908,21
PERMANENTE	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	**53.738.299,86**	**96.759.908,21**
SALDO PATRIMONIAL	**396.741.449,07**	**442.929.811,30**

Fonte: Armazém de Informações SIAFI

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**2024**	**2023**
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	17.389,94	17.389,94
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	15.574.857,65	29.279.962,84
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	2.030.500,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	**15.592.247,59**	**31.327.852,78**
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	**2024**	**2023**
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	1.539.198.001,28	1.519.532.259,91
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	230.529.806,39	214.883.417,27
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	**1.769.727.807,67**	**1.734.415.677,18**

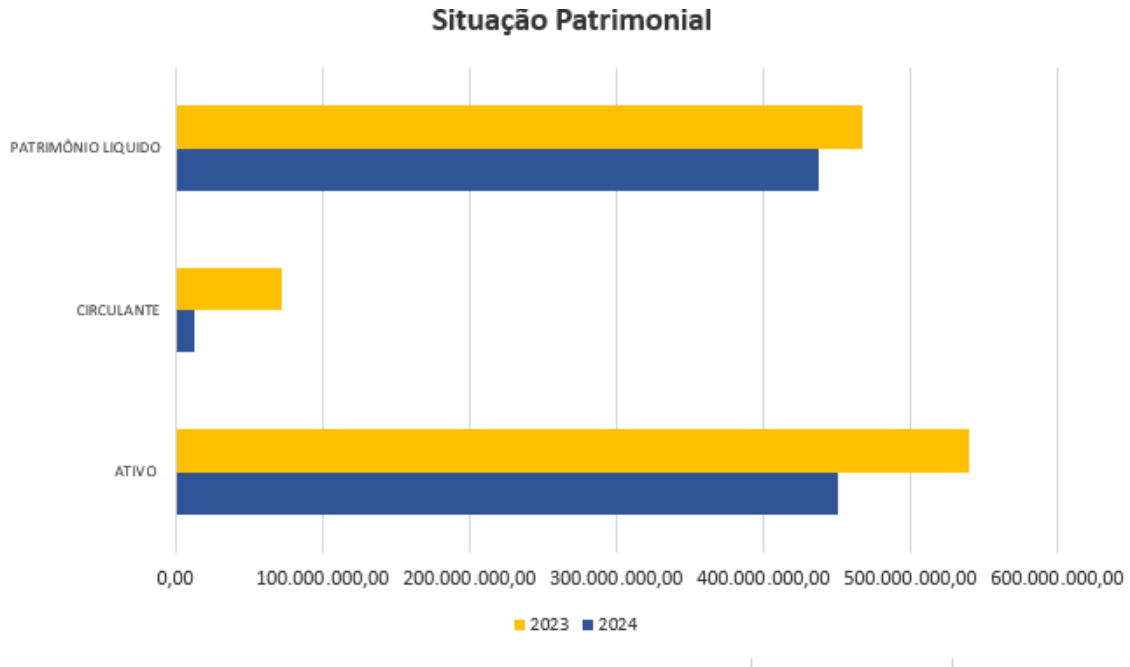
Fonte: Armazém de Informações SIAFI

Diante do exposto é possível mensurar que o ativo total teve uma redução de 16,53% no ano de 2024 em comparação a 2023, incluindo as contas de ativo circulante e não circulante. Observa-se que essa redução se relaciona ao decréscimo de saldo das contas Demais Créditos e Valores a Curto Prazo no Circulante bem como da conta Estoque.

Para a conta do Passivo Circulante também houve uma baixa em torno de 82,18%, especialmente a conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e a conta Demais Obrigações a Curto Prazo que tiveram uma redução considerável.

Consequentemente, o Patrimônio líquido da entidade teve uma redução apresentando um saldo total de 437.548.979,29, considerando as contas de reservas e resultados acumulados.

Desta forma, podemos representar a situação Patrimonial da entidade, conforme o gráfico abaixo:



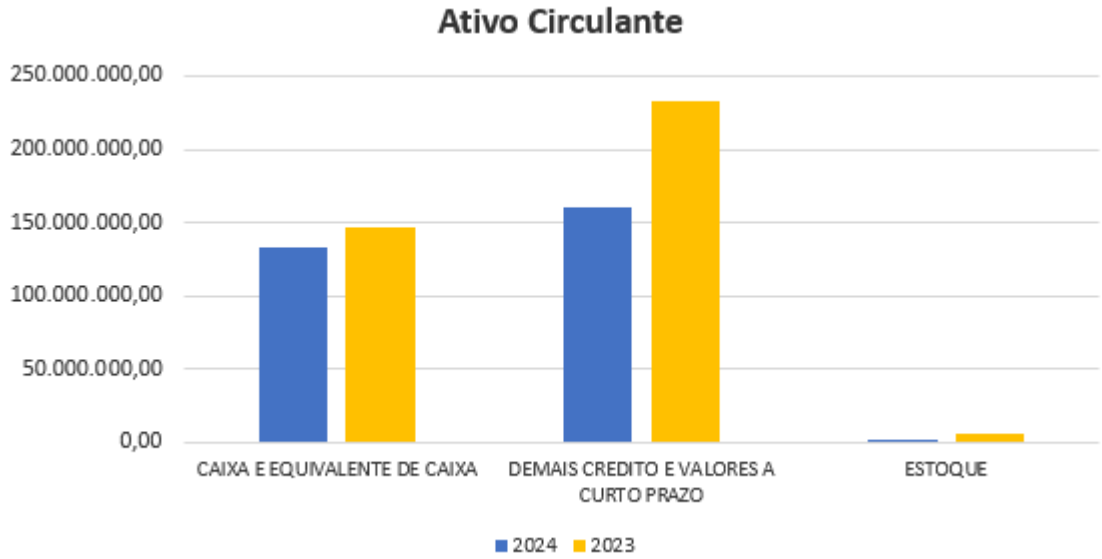
4.1. Ativo

Conforme o MCASP (2022), ativo é um recurso presente controlado pela unidade, entretanto resulta de eventos passados. Segundo os dados contidos no balanço patrimonial da SEDESE, a entidade apresentou uma redução no ativo de 16,53% de 2024 em comparação a 2023.

ATIVO	2024	2023
CIRCULANTE	295.360.039,62	385.976.302,18
NÃO CIRCULANTE	155.119.709,31	153.713.417,33
ATIVO TOTAL	**450.479.748,93**	**539.689.719,51**

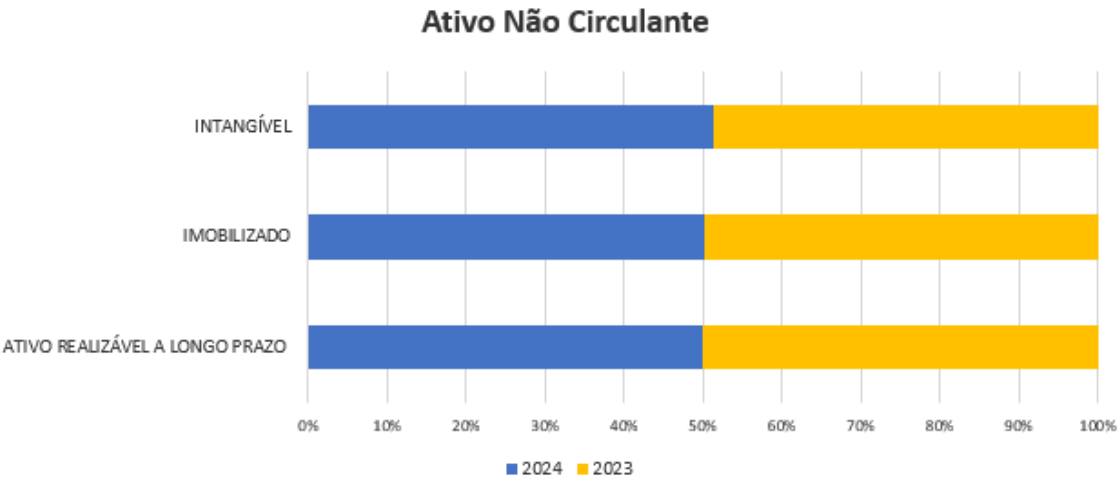
4.1.1. Ativo Circulante

Ao final do exercício de 2024, a SEDESE apresentou um montante de R$ 295.360.039,62 classificados como recursos que estão disponíveis para realização imediata e/ou apresentam expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Segue comparativo entre as contas que compõem esse saldo:



4.1.2 Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representou, em 2024, em torno de 34,43% do Ativo total da entidade com maiores participações do grupo imobilizado, seguido do Intangível e por fim o ativo realizável a longo prazo que não apresentou variações, conforme demonstrados no comparativo anual:



4.2. Passivo

De acordo com o MASCAP (2022), “Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade”. Desta forma, referem-se a todas os encargos e compromissos do órgão junto a terceiros e se dividem nas categorias de circulantes e não circulantes.

A SEDESE, apresenta em sua estrutura somente obrigações de curto prazo (circulante), o que demanda da entidade recursos disponíveis em um pequeno espaço de tempo para honrar com as obrigações adquiridas.

Em 2024, o Passivo teve uma redução em torno de 82,18% se comparado ao exercício anterior, totalizando o montante de R$ 12.930.769,64.

PASSIVO	2024	2023
CIRCULANTE	12.930.769,64	72.555.674,93
NÃO CIRCULANTE	0,00	0,00
PASSIVO TOTAL	**12.930.769,64**	**72.555.674,93**

De forma mais detalhada essa redução abrange as contas demonstradas abaixo:

PASSIVO	31/12/2024
CIRCULANTE	**12.930.769,64**
OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS A PAGAR A CURTO PRAZO	7.863,32
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	9.667.724,33
DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	3.255.181,99

É importante ressaltar que o grupo de contas denominado Demais Obrigações a Curto Prazo possui um saldo R$ 3.255.181,99, tem como ênfase e principal montante de composição o saldo da conta Obrigações Liquidadas a Pagar Investimentos Grupo Despesa 4, no valor de R$ 2.612.339,51.

4.3 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido da SEDESE apresentou o superávit de R$ 437.548.979,29 no exercício de 2024, com uma redução de 6,35% em comparação ao exercício anterior, conforme evidenciado:

PATRIMÔNIO LIQUIDO	2024	2023
	437.548.979,29	**467.134.044,58**
DEMAIS RESERVAS	1.230.233,45	1.230.233,45
RESULTADOS ACUMULADOS	436.318.745,84	465.903.811,13

4.4 Demonstrativo das Variações Patrimoniais Consolidadas

O demonstrativo das variações patrimoniais é constituído por grupos de contas variações ativas e passivas, aumentando ou diminuindo a situação patrimonial líquida, refletindo a dinâmica da gestão do exercício bem como espelhando as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tendo por finalidade revelar o resultado patrimonial do exercício.

Conforme mencionado no MCASP, 2018, pág. 447, “este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de

desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. ”

O resultado patrimonial do exercício de 2024 apresentou um déficit de R$ 29.585.065,29, obtido pelo confronto entre as variações aumentativas de R$ 372.474.035,16 e variações diminutivas de R$ 402.059.100,45, conforme tabela a seguir:

Descrição	2024	2023
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	72.921,69	361.190,98
Transferências e Delegações Recebidas	364.504.460,06	408.563.942,87
Valorização e Ganhos com Ativos e desincorporação de passivos	42.353,96	1.666.040,87
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	7.850.299,45	21.099.691,22
Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)	**372.470.035,16**	**431.690.865,94**

Descrição	2024	2023
Pessoal e Encargos	63.312.142,24	62.620.844,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.364,88	1.317,00
Uso de Bens, serviços e Consumo de Capital Fixo	34.161.875,80	32.788.232,80
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.192,72	2.494,98
Transferências e Delegações Concedidas	276.789.038,12	264.468.218,75
Desvalorização e Perda de ativos e Incorporação de Passivos	1.341.423,99	1.288.643,91
Tributárias	16.360,85	13.274,81
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	26.434.701,85	38.407.365,90
Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)	**402.059.100,45**	**399.590.392,26**
Resultado Patrimonial	**-29.589.065,29**	**32.100.473,68**

Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas, em 2024, representam um montante de R$ 372.470.035,15, com uma redução na conta Transferências e Delegações Recebidas. Outro destaque é o saldo da conta Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos que também teve uma grande diminuição em 2024, com a composição do saldo dividido entre a Incorporação de Estoques no valor de R$ 34.277,84 e Incorporação de Bens Móveis, no valor de R$ 8.076,12.

Variações Patrimoniais Diminutivas

As variações patrimoniais diminutivas, em 2024, representam um montante de R$ 402.059.100,45, com uma diminuição expressiva na conta Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.

A conta de Pessoal e Encargos teve um aumento em torno de 1,09%, em complemento, a conta de Uso e Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo também teve uma diminuição de R$ 1.373.643,00 relacionado a serviços PJ. Ressalta-se que a conta de Transferências e Delegações Concedidas, com saldo de R$ 276.789.038,12 é composto em torno de 58,08% de Transferências Concedidas para a Execução Orçamentaria - Intra OFSS.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 15:23:24 -03'00'

Anexo I

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
04.122.083.2035.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	76.103,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		8.146,50	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		67.542,30	
						414,20
04.122.083.2035.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	8.146,50		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	67.542,30		
	0000113	27.08.2024	DECRETO		10.000,00	
	0000121	05.09.2024	DECRETO		15.000,00	
	0000152	24.10.2024	DECRETO		3.650,00	
	0000199	27.12.2024	DECRETO	8.146,50		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	67.542,30		
						122.727,60
04.122.084.2036.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	327.522,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		2.000,00	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		325.522,00	
						0,00
04.122.084.2036.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	2.000,00		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	10.800,00		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	2.000,00		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	10.800,00		
						25.600,00
04.122.084.2037.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	121.750,00		
						121.750,00
04.122.084.2037.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	20.291,67		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		20.291,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	20.291,67		
						20.292,34
04.122.084.2037.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	16.629,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		16.629,00	
						0,00
04.122.084.2037.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	2.771,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	2.771,50		
	0000207	27.12.2024	DECRETO		2.771,00	
						2.772,00
04.122.084.2037.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	260.581,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		4.073,25	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		238.830,45	
						17.677,30
04.122.084.2037.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
						43.173,00
04.122.084.2037.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	4.073,25		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	238.830,45		
	0000152	24.10.2024	DECRETO	3.650,00		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	4.073,25		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	238.830,45		
	0000150	22.10.2024	DECRETO	17.677,00		
						507.134,40
04.122.084.2037.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	7.195,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	7.195,50		
						14.391,00
04.122.084.2037.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	500.000,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000027	02.04.2024	DECRETO		500.000,00	
						0,00
04.122.148.2076.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.312.670,00		
	0000070	20.06.2024	DECRETO		910.823,00	
						401.847,00
04.122.148.2076.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	218.778,33		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		218.778,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	218.778,33		
						218.778,66
04.122.148.2076.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	197.947,00		
						197.947,00
04.122.148.2076.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	32.991,17		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	32.991,17		
						65.982,34
04.122.148.2076.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.272,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		7.212,00	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		36.060,00	
						0,00
04.122.148.2076.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	524.554,00		
						524.554,00
04.122.148.2076.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	7.212,00		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	36.060,00		
	0000157	05.11.2024	DECRETO		32.285,89	
	0000199	27.12.2024	DECRETO	7.212,00		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	36.060,00		
						54.258,11
04.122.148.2076.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	87.425,67		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		87.425,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	87.425,67		
						87.426,34
04.122.148.2079.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.118.200,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		1.118.200,00	
						0,00
04.122.148.2079.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	186.366,67		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		186.366,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	186.366,67		
						186.367,34
04.122.148.2079.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	168.621,00		
						168.621,00
04.122.148.2079.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	28.103,50		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		28.103,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	28.103,50		
						28.104,00
04.122.148.2079.0001 334000 71 1 0	0000012	29.02.2024	DECRETO	3.843.499,32		
	0000009	01.03.2024	REMANEJAMENTO		3.843.499,32	
	0000020	27.03.2024	REMANEJAMENTO	2.407.664,13		
	0000021	03.04.2024	REMANEJAMENTO		2.407.664,13	
						0,00
04.122.148.2079.0001 335000 71 1 0	0000207	27.12.2024	DECRETO	3.522.365,25		
	0000010	01.03.2024	REMANEJAMENTO	3.843.499,32		
	0000017	27.03.2024	REMANEJAMENTO		2.407.664,13	

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000022	03.04.2024	REMANEJAMENTO	2.407.664,13		
						7.365.864,57
04.122.148.2079.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	446.843,00		
						446.843,00
04.122.148.2079.0001 339000 71 1 0	0000018	27.03.2024	REMANEJAMENTO	2.407.664,13		
	0000019	27.03.2024	REMANEJAMENTO		2.407.664,13	
						0,00
04.122.148.2079.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	74.473,83		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		74.473,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	74.473,83		
						74.474,66
04.122.148.2079.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	8.700.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		8.450.000,00	
	0000114	29.09.2024	DECRETO		250.000,00	
						0,00
04.122.148.2079.0001 444000 10 8 0	0000114	29.09.2024	DECRETO	266.006,00		
	0000050	26.06.2024	REMANEJAMENTO	347.103,50		
	0000111	30.12.2024	REMANEJAMENTO		252.750,37	
						360.359,13
04.122.148.2079.0001 444000 71 1 0	0000012	29.02.2024	DECRETO	445.572,00		
	0000011	01.03.2024	REMANEJAMENTO		445.572,00	
						0,00
04.122.148.2079.0001 445000 10 8 0	0000112	30.12.2024	REMANEJAMENTO	252.750,37		
						252.750,37
04.122.148.2079.0001 445000 71 1 0	0000012	01.03.2024	REMANEJAMENTO	445.572,00		
						445.572,00
04.122.148.2079.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	20.033.179,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		19.686.075,50	
	0000049	26.06.2024	REMANEJAMENTO		347.103,50	
						0,00
04.122.705.2500.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	13.429.325,00		
	0000012	29.02.2024	DECRETO		297.000,00	
	0000014	01.03.2024	DECRETO	1.736.121,52		
	0000021	14.03.2024	DECRETO		6.000.000,00	
	0000028	04.04.2024	DECRETO		82.146,15	
	0000039	07.05.2024	DECRETO		30.000,00	
	0000060	06.06.2024	DECRETO		4.300,50	
	0000063	11.06.2024	DECRETO		576.296,92	
	0000077	27.06.2024	DECRETO	396.195,64		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	10.048.255,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	2.768.498,00		
	0000128	12.09.2024	DECRETO	2.519.328,00		
	0000595	23.12.2024	REMANEJAMENTO		44.187,00	
						23.863.792,59
04.122.705.2500.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	2.238.220,83		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	2.033.640,29		
	0000037	30.04.2024	DECRETO	33.199,57		
	0000051	23.05.2024	DECRETO	13.000,00		
	0000090	11.07.2024	DECRETO	47.268,39		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	2.238.220,83		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	2.033.640,29		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						8.637.190,20
04.122.705.2500.0001 319000 95 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	162.389,00		
						162.389,00
04.122.705.2500.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	3.189.606,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	1.036.212,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	1.243.866,00		
	0000596	23.12.2024	REMANEJAMENTO	44.187,00		
						5.513.871,00
04.122.705.2500.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	531.601,00		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	389.316,17		
	0000051	23.05.2024	DECRETO	1.000,00		
	0000090	11.07.2024	DECRETO	241,58		
	0000139	26.09.2024	DECRETO	16.441,35		
	0000140	01.10.2024	DECRETO	8.532,00		
	0000145	10.10.2024	DECRETO	9.000,00		
	0000146	15.10.2024	DECRETO	7.574,12		
	0000148	22.10.2024	DECRETO	7.624,41		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	29.493,45		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	531.601,00		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	389.316,17		
	0000207	27.12.2024	DECRETO	8.646,00		
						1.930.387,25
04.122.705.2500.0001 319100 95 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.294,00		
						1.294,00
04.122.705.2500.0001 334000 71 1 0	0000016	26.03.2024	REMANEJAMENTO	29.228,83		
	0000034	23.04.2024	REMANEJAMENTO	422,16		
	0000035	23.04.2024	REMANEJAMENTO		29.650,99	
						0,00
04.122.705.2500.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	5.850.605,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		1.971.450,08	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		2.018.735,84	
	0000109	20.08.2024	DECRETO		1.766.245,93	
	0000121	05.09.2024	DECRETO	1.766.245,93		
	0000172	25.11.2024	DECRETO		34.908,37	
						1.825.510,71
04.122.705.2500.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	3.432.272,00		
	0000021	14.03.2024	DECRETO		1.000.000,00	
	0000095	23.07.2024	DECRETO	1.666.701,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	1.847.634,00		
						5.946.607,00
04.122.705.2500.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	1.043.555,95		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	1.357.158,22		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	32.285,89		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	1.043.555,95		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	1.357.158,22		
	0000015	26.03.2024	REMANEJAMENTO		29.228,83	
	0000033	23.04.2024	REMANEJAMENTO		422,16	
	0000036	23.04.2024	REMANEJAMENTO	29.650,99		
						4.833.714,23
04.122.705.2500.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	584.981,33		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	312.597,91		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000037	30.04.2024	DECRETO	740.000,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	345.539,00		
	0000139	26.09.2024	DECRETO		16.441,35	
	0000140	01.10.2024	DECRETO		8.532,00	
	0000146	15.10.2024	DECRETO		7.574,12	
	0000148	22.10.2024	DECRETO		7.624,41	
	0000163	12.11.2024	DECRETO		29.493,45	
	0000190	16.12.2024	DECRETO	69.665,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	584.981,33		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	312.597,91		
						2.880.697,15
04.122.705.2500.0001 339000 95 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	77.616,00		
						77.616,00
04.122.705.2500.0001 449000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.418.250,00		
						2.418.250,00
04.128.084.4204.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	6.704.293,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		6.477.444,00	
						226.849,00
04.128.084.4204.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	1.117.382,17		
	0000037	30.04.2024	DECRETO		500.000,00	
	0000122	10.09.2024	DECRETO	110.748,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	59.908,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	1.117.382,17		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	368.935,00		
	0000106	28.06.2024	REMANEJAMENTO	74.048,00		
						2.348.403,34
04.128.084.4204.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.868.938,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		1.835.808,00	
						33.130,00
04.128.084.4204.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	311.489,67		
	0000037	30.04.2024	DECRETO		150.000,00	
	0000122	10.09.2024	DECRETO	32.374,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	2.203,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	311.489,67		
	0000105	28.06.2024	REMANEJAMENTO		74.048,00	
						433.508,34
04.128.084.4204.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	879.626,00		
	0000015	05.03.2024	DECRETO		654.117,24	
	0000035	25.04.2024	DECRETO		6.233,30	
	0000169	21.11.2024	DECRETO		110.000,00	
	0000172	25.11.2024	DECRETO		4.988,31	
						104.287,15
04.128.084.4204.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.352.942,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		2.334.977,00	
						17.965,00
04.128.084.4204.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	530.630,75		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	1.606.355,62		
	0000113	27.08.2024	DECRETO	10.000,00		
	0000121	05.09.2024	DECRETO	49.000,00		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	2.086,34		
	0000173	26.11.2024	DECRETO		74.560,82	

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000199	27.12.2024	DECRETO	530.630,75		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	1.606.355,62		
	0000167	21.11.2024	DECRETO	110.000,00		
	0000001	02.02.2024	REMANEJAMENTO		750,00	
	0000005	16.02.2024	REMANEJAMENTO		4.221,51	
	0000027	05.04.2024	REMANEJAMENTO		12.734,89	
	0000029	08.04.2024	REMANEJAMENTO		2.250,00	
						4.350.541,86
04.128.084.4204.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	392.157,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		82.782,00	
	0000190	16.12.2024	DECRETO		16.556,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	392.157,00		
						684.976,00
04.128.084.4204.0001 339100 71 1 0	0000002	02.02.2024	REMANEJAMENTO	750,00		
	0000006	16.02.2024	REMANEJAMENTO	4.221,51		
	0000028	05.04.2024	REMANEJAMENTO	12.734,89		
	0000030	08.04.2024	REMANEJAMENTO	2.250,00		
						19.956,40
04.128.084.4204.0001 449000 71 1 0	0000173	26.11.2024	DECRETO	74.560,82		
						74.560,82
08.244.071.2134.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	5.832.760,00		
	0000070	20.06.2024	DECRETO		4.000.000,00	
	0000095	23.07.2024	DECRETO	1.101.200,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	1.221.735,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	157.318,00		
	0000232	01.07.2024	REMANEJAMENTO	350.027,00		
						4.663.040,00
08.244.071.2134.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	972.126,67		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	813.197,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	972.126,67		
						2.757.450,34
08.244.071.2134.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.438.048,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	61.432,00		
	0000231	01.07.2024	REMANEJAMENTO		350.027,00	
						1.149.453,00
08.244.071.2134.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	239.674,67		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	190.617,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		30.399,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	239.674,67		
						639.567,34
08.244.071.2134.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.511.063,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		799.894,00	
	0000122	10.09.2024	DECRETO	337.160,00		
						1.048.329,00
08.244.071.2134.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	251.843,83		
	0000037	30.04.2024	DECRETO	35.000,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	65.094,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	251.843,83		
						603.781,66
08.244.071.2134.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	800.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		800.000,00	

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						0,00
11.334.066.4153.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.532.472,00		
	0000021	14.03.2024	DECRETO		1.000.000,00	
	0000070	20.06.2024	DECRETO		1.000.000,00	
						532.472,00
11.334.066.4153.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	422.078,67		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	422.078,67		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	160.013,49		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	1.752.256,00		
	0000597	23.12.2024	REMANEJAMENTO		14.170,00	
						2.742.256,83
11.334.066.4153.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	915.673,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		781.741,00	
						133.932,00
11.334.066.4153.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	152.612,17		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		71.299,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	152.612,17		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	46.449,53		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	617.306,00		
	0000598	23.12.2024	REMANEJAMENTO	14.170,00		
						911.850,87
11.334.066.4153.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.640.791,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		419.685,36	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		839.065,64	
						382.040,00
11.334.066.4153.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	561.252,00		
						561.252,00
11.334.066.4153.0001 339000 10 8 0	0000102	19.12.2024	REMANEJAMENTO	200.000,00		
						200.000,00
11.334.066.4153.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	419.685,36		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	839.065,64		
	0000142	04.10.2024	DECRETO		778,32	
	0000163	12.11.2024	DECRETO	25.904,91		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	419.685,36		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	839.065,64		
	0000150	22.10.2024	DECRETO	366.298,15		
						2.908.926,74
11.334.066.4153.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	93.542,00		
	0000037	30.04.2024	DECRETO	46.000,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	327.448,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	28.496,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	93.542,00		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	37.947,00		
	0000086	04.07.2024	DECRETO	48.385,50		
						675.360,50
11.334.066.4153.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	200.000,00		
	0000101	19.12.2024	REMANEJAMENTO		200.000,00	
						0,00
11.334.066.4153.0001 449000 71 1 0	0000142	04.10.2024	DECRETO	778,32		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	31,00		
						809,32

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
11.334.066.4154.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.007.384,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		919.069,00	
						88.315,00
11.334.066.4154.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	167.897,33		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	5.474,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	167.897,33		
	0000207	27.12.2024	DECRETO		3.314,00	
	0000071	20.06.2024	DECRETO	307.828,00		
						645.782,66
11.334.066.4154.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	231.644,00		
						231.644,00
11.334.066.4154.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	38.607,33		
	0000190	16.12.2024	DECRETO		5.165,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	38.607,33		
	0000207	27.12.2024	DECRETO		609,00	
	0000064	11.06.2024	DECRETO	1.814,01		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	117.217,00		
						190.471,67
11.334.066.4154.0001 334000 71 1 0	0000074	25.06.2024	DECRETO	1.050.000,00		
	0000077	16.10.2024	REMANEJAMENTO		1.050.000,00	
						0,00
11.334.066.4154.0001 335000 10 8 0	0000027	02.04.2024	DECRETO	240.000,00		
	0000039	10.05.2024	REMANEJAMENTO		240.000,00	
						0,00
11.334.066.4154.0001 335000 71 1 0	0000078	16.10.2024	REMANEJAMENTO	1.050.000,00		
						1.050.000,00
11.334.066.4154.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	280.438,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		68.073,11	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		206.280,52	
						6.084,37
11.334.066.4154.0001 339000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	1.200.000,00		
	0000121	05.09.2024	DECRETO	90.000,00		
						1.290.000,00
11.334.066.4154.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	323.799,00		
						323.799,00
11.334.066.4154.0001 339000 10 8 0	0000040	10.05.2024	REMANEJAMENTO	240.000,00		
						240.000,00
11.334.066.4154.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	68.073,11		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	206.280,52		
	0000143	08.10.2024	DECRETO	84.930,00		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	147.577,89		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	3.518,96		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	68.073,11		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	206.280,52		
						784.734,11
11.334.066.4154.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	53.966,50		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	3.612,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	11.002,00		
	0000190	16.12.2024	DECRETO		16.161,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	53.966,50		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	50.342,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						156.728,00
11.334.066.4154.0001 449000 01 1 0	0000147	17.10.2024	DECRETO	24.659,63		
						24.659,63
11.334.066.4154.0001 449000 24 1 0	0000143	08.10.2024	DECRETO	24.659,63		
						24.659,63
11.334.066.4154.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	350.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		350.000,00	
						0,00
11.334.066.4157.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	333.109,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		61.551,97	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		271.557,03	
						0,00
11.334.066.4157.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	61.551,97		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	290.292,87		
	0000160	07.11.2024	DECRETO	2.723.956,00		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	61.551,97		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	290.292,87		
	0000074	25.06.2024	DECRETO	5.276.044,00		
						8.703.689,68
11.334.066.4157.0001 449000 71 1 0	0000143	08.10.2024	DECRETO		84.930,00	
	0000074	25.06.2024	DECRETO	1.800.000,00		
						1.715.070,00
11.334.083.4412.0001 335000 71 1 1	0000139	26.09.2024	DECRETO	6.979.300,00		
	0000083	07.11.2024	REMANEJAMENTO		6.979.300,00	
	0000110	26.12.2024	REMANEJAMENTO	6.979.290,99		
						6.979.290,99
11.334.083.4412.0001 339000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	5.124.906,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		11.892,00	
	0000153	29.10.2024	DECRETO		3.326.275,50	
	0000169	21.11.2024	DECRETO		506.982,62	
						1.279.755,88
11.334.083.4412.0001 339000 71 1 1	0000001	25.01.2024	DECRETO	11.892,00		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	8.682,71		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	11.892,00		
	0000084	07.11.2024	REMANEJAMENTO	6.979.300,00		
	0000109	26.12.2024	REMANEJAMENTO		6.979.290,99	
						32.475,72
11.363.067.4158.0001 319000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.349.998,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		916.665,00	
						433.333,00
11.363.067.4158.0001 319000 71 1 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	224.999,67		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		799.958,00	
	0000122	10.09.2024	DECRETO	437.840,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	224.999,67		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	653.423,00		
	0000060	22.08.2024	REMANEJAMENTO	160.000,00		
	0000062	22.08.2024	REMANEJAMENTO	0,32		
	0000064	03.09.2024	REMANEJAMENTO	0,57		
	0000066	03.09.2024	REMANEJAMENTO	9.328,31		
	0000599	23.12.2024	REMANEJAMENTO		22.554,00	
						888.079,54

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
11.363.067.4158.0001 319100 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	481.020,00		
						481.020,00
11.363.067.4158.0001 319100 71 1 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	80.170,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	90.872,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	80.170,00		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	187.613,00		
	0000059	22.08.2024	REMANEJAMENTO		160.000,00	
	0000061	22.08.2024	REMANEJAMENTO		0,32	
	0000063	03.09.2024	REMANEJAMENTO		0,57	
	0000065	03.09.2024	REMANEJAMENTO		9.328,31	
	0000600	23.12.2024	REMANEJAMENTO	22.554,00		
						292.049,80
11.363.067.4158.0001 332000 24 1 1	0000026	02.04.2024	DECRETO	5.639,93		
						5.639,93
11.363.067.4158.0001 334000 15 1 1	0000153	29.10.2024	DECRETO		718.000,00	
	0000196	23.12.2024	DECRETO		630.000,00	
	0000044	26.06.2024	REMANEJAMENTO	2.313.562,02		
						965.562,02
11.363.067.4158.0001 335000 71 1 1	0000080	16.10.2024	REMANEJAMENTO	763.587,00		
	0000095	26.11.2024	REMANEJAMENTO		763.587,00	
						0,00
11.363.067.4158.0001 339000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	127.940,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		32.984,09	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		94.363,06	
						592,85
11.363.067.4158.0001 339000 10 7 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	280.626,00		
						280.626,00
11.363.067.4158.0001 339000 15 1 1	0000039	07.05.2024	DECRETO	2.250.000,00		
	0000072	22.06.2024	DECRETO	2.600.000,00		
	0000079	28.06.2024	DECRETO		2.536.437,98	
	0000043	26.06.2024	REMANEJAMENTO		2.313.562,02	
						0,00
11.363.067.4158.0001 339000 71 1 1	0000001	25.01.2024	DECRETO	32.984,09		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	94.363,06		
	0000132	17.09.2024	DECRETO	13.022.900,00		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	107,29		
	0000173	26.11.2024	DECRETO	67.000,00		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	32.984,09		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	94.363,06		
	0000079	16.10.2024	REMANEJAMENTO		763.587,00	
	0000096	26.11.2024	REMANEJAMENTO	763.587,00		
						13.344.701,59
11.363.067.4158.0001 339000 71 7 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	46.771,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	13.913,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	89.530,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	46.771,00		
						196.985,00
11.363.067.4158.0001 339900 10 8 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	8.900.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		8.900.000,00	
						0,00
14.306.074.2033.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	507.925,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000077	27.06.2024	DECRETO		436.202,38	
						71.722,62
14.306.074.2033.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	84.654,17		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		84.654,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	84.654,17		
						84.654,34
14.306.074.2033.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	244.845,00		
						244.845,00
14.306.074.2033.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	40.807,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	40.807,50		
						81.615,00
14.306.074.2033.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	25.426,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		8.475,35	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		16.950,65	
						0,00
14.306.074.2033.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
						43.173,00
14.306.074.2033.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	8.475,35		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	16.950,65		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	8.475,35		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	16.950,65		
						50.852,00
14.306.074.2033.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	7.195,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	7.195,50		
						14.391,00
14.306.074.4196.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	521.331,00		
						521.331,00
14.306.074.4196.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	86.888,50		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		86.888,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	86.888,50		
						86.889,00
14.306.074.4196.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	189.058,00		
						189.058,00
14.306.074.4196.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	31.509,67		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	31.509,67		
						63.019,34
14.306.074.4196.0001 334000 71 1 0	0000148	22.10.2024	DECRETO		94.640,00	
	0000152	24.10.2024	DECRETO		195.323,17	
	0000169	21.11.2024	DECRETO		14.200,00	
	0000048	17.05.2024	DECRETO	600.000,00		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	300.000,00		
						595.836,83
14.306.074.4196.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	273.103,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		20.256,50	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		47.486,30	
						205.360,20
14.306.074.4196.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	86.347,00		
						86.347,00
14.306.074.4196.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	20.256,50		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	47.486,30		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	20.256,50		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000203	27.12.2024	DECRETO	47.486,30		
						135.485,60
14.306.074.4196.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	14.391,17		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		14.391,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	14.391,17		
						14.391,34
14.306.074.4196.0001 444000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	600.000,00		
	0000063	11.06.2024	DECRETO		600.000,00	
						0,00
14.306.074.4196.0001 444000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	2.250.000,00		
						2.250.000,00
14.306.074.4196.0001 444000 71 1 0	0000148	22.10.2024	DECRETO	94.640,00		
	0000152	24.10.2024	DECRETO	195.323,17		
	0000169	21.11.2024	DECRETO	14.200,00		
	0000048	17.05.2024	DECRETO	600.000,00		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	300.000,00		
	0000150	22.10.2024	DECRETO	205.360,00		
						1.409.523,17
14.306.074.4196.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	900.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		900.000,00	
						0,00
14.306.074.4197.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	220.911,00		
						220.911,00
14.306.074.4197.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	36.818,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	36.818,50		
						73.637,00
14.306.074.4197.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.835,00		
						1.835,00
14.306.074.4197.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	305,83		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	305,83		
						611,66
14.306.074.4197.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	339.357,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		109.007,83	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		229.934,97	
						414,20
14.306.074.4197.0001 339000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	300.000,00		
						300.000,00
14.306.074.4197.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	64.760,00		
						64.760,00
14.306.074.4197.0001 339000 10 8 0	0000068	23.09.2024	REMANEJAMENTO	19.535,00		
	0000092	18.11.2024	REMANEJAMENTO	50.465,00		
						70.000,00
14.306.074.4197.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	109.007,83		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	229.934,97		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	109.007,83		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	229.934,97		
						677.885,60
14.306.074.4197.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	10.793,33		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		10.793,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	10.793,33		
						10.793,66

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
14.306.074.4197.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	515.159,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		445.159,00	
	0000067	23.09.2024	REMANEJAMENTO		19.535,00	
	0000091	18.11.2024	REMANEJAMENTO		50.465,00	
						0,00
14.306.074.4197.0001 449000 10 8 0	0000042	13.06.2024	REMANEJAMENTO	20.000,00		
	0000094	21.11.2024	REMANEJAMENTO	10.000,00		
						30.000,00
14.306.074.4197.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	30.000,00		
	0000041	13.06.2024	REMANEJAMENTO		20.000,00	
	0000093	21.11.2024	REMANEJAMENTO		10.000,00	
						0,00
14.306.083.4416.0001 339000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	908.440,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		4.146,66	
						904.293,34
14.306.083.4416.0001 339000 71 1 1	0000001	25.01.2024	DECRETO	4.146,66		
	0000173	26.11.2024	DECRETO		67.000,00	
	0000199	27.12.2024	DECRETO	4.146,66		
	0000074	25.06.2024	DECRETO	1.092.000,00		
						1.033.293,32
14.306.083.4416.0001 449000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.584.000,00		
						2.584.000,00
14.422.070.4171.0001 335000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.000.000,00		
	0000063	11.06.2024	DECRETO		2.000.000,00	
						0,00
14.422.070.4171.0001 335000 71 1 0	0000064	11.06.2024	DECRETO	2.000.000,00		
						2.000.000,00
14.422.070.4173.0001 335000 10 3 0	0000060	06.06.2024	DECRETO	77.799,46		
						77.799,46
14.422.070.4173.0001 335000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.550.000,00		
						1.550.000,00
14.422.070.4174.0001 332000 01 1 0	0000030	11.04.2024	DECRETO	248.642,40		
						248.642,40
14.422.070.4174.0001 339000 01 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	102.000,00		
						102.000,00
14.422.070.4174.0001 339000 10 3 0	0000153	29.10.2024	DECRETO	2.040,82		
						2.040,82
14.422.070.4174.0001 339000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	310.000,00		
						310.000,00
14.422.070.4174.0001 339000 10 8 0	0000088	13.11.2024	REMANEJAMENTO	270.000,00		
						270.000,00
14.422.070.4174.0001 339000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	960.294,00		
	0000181	05.12.2024	DECRETO	1.049.808,60		
						2.010.102,60
14.422.070.4174.0001 339000 71 1 0	0000015	05.03.2024	DECRETO	5.325,40		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	5.325,40		
						10.650,80
14.422.070.4174.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	350.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		80.000,00	
	0000087	13.11.2024	REMANEJAMENTO		270.000,00	
						0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
14.422.070.4174.0001 449000 15 1 0	0000039	07.05.2024	DECRETO	400.000,00		
	0000060	06.06.2024	DECRETO	600.000,00		
	0000079	28.06.2024	DECRETO		500.000,00	
	0000186	12.12.2024	DECRETO		500.000,00	
						0,00
14.422.070.4174.0001 449000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	210.624,00		
	0000181	05.12.2024	DECRETO	1.793.207,19		
						2.003.831,19
14.422.070.4174.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.000.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		911.376,14	
	0000061	06.06.2024	DECRETO		88.623,86	
						0,00
14.422.070.4176.0001 332000 10 3 0	0000026	02.04.2024	DECRETO	6.476,72		
						6.476,72
14.422.070.4176.0001 332000 24 1 0	0000026	02.04.2024	DECRETO	19.254,82		
						19.254,82
14.422.070.4176.0001 335000 10 3 0	0000057	04.06.2024	DECRETO	1,00		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	2.037.188,88		
						2.037.189,88
14.422.070.4176.0001 335000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.000.000,00		
						2.000.000,00
14.422.070.4176.0001 445000 10 3 0	0000157	05.11.2024	DECRETO	262.811,12		
						262.811,12
14.422.070.4177.0001 335000 10 3 0	0000022	20.03.2024	DECRETO	1.256.837,92		
						1.256.837,92
14.422.070.4177.0001 335000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.673.715,00		
						2.673.715,00
14.422.070.4177.0001 335000 71 3 0	0000085	04.07.2024	DECRETO	3.696.962,17		
						3.696.962,17
14.422.070.4177.0001 339000 24 1 0	0000160	07.11.2024	DECRETO	2.052,55		
						2.052,55
14.422.070.4177.0001 445000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	26.285,00		
	0000022	20.03.2024	DECRETO	58.651,37		
						84.936,37
14.422.070.4177.0001 445000 71 3 0	0000085	04.07.2024	DECRETO	139.909,67		
						139.909,67
14.422.070.4178.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.348.880,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		1.142.093,00	
						206.787,00
14.422.070.4178.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	224.813,33		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	128.518,26		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		153.749,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	224.813,33		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	128.518,26		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	184.991,53		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	1.701.948,00		
	0000605	23.12.2024	REMANEJAMENTO		12.617,00	
						2.427.236,71
14.422.070.4178.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	528.310,00		
						528.310,00
14.422.070.4178.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	88.051,67		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000028	04.04.2024	DECRETO	25.643,33		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		85.220,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	88.051,67		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	25.643,33		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	59.289,07		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	545.050,00		
	0000606	23.12.2024	REMANEJAMENTO	12.617,00		
						759.126,07
14.422.070.4178.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	183.600,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		10.000,00	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		54.253,60	
						119.346,40
14.422.070.4178.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	410.146,00		
						410.146,00
14.422.070.4178.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	10.000,00		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	54.253,60		
	0000091	17.07.2024	DECRETO	10.000,00		
	0000164	14.11.2024	DECRETO	19.000,00		
	0000173	26.11.2024	DECRETO	17.000,00		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	10.000,00		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	54.253,60		
						174.507,20
14.422.070.4178.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	68.357,66		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	9.992,84		
	0000037	30.04.2024	DECRETO	70.000,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	3.131,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	68.357,66		
	0000205	27.12.2024	DECRETO	9.992,84		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	32.946,00		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	391.423,00		
						654.201,00
14.422.070.4181.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	440.270,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		36.529,92	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		114.842,88	
	0000121	05.09.2024	DECRETO		288.897,20	
						0,00
14.422.070.4181.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	36.529,92		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	114.842,88		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	36.529,92		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	114.842,88		
						302.745,60
14.422.070.4182.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	9.926.506,00		
	0000021	14.03.2024	DECRETO		3.153.652,53	
	0000029	09.04.2024	DECRETO		220.000,00	
	0000070	20.06.2024	DECRETO		5.000.000,00	
	0000122	10.09.2024	DECRETO		595.573,00	
	0000197	23.12.2024	DECRETO		19.305,00	
						937.975,47
14.422.070.4182.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	1.654.417,67		
	0000037	30.04.2024	DECRETO		274.199,57	
	0000095	23.07.2024	DECRETO		566.991,00	

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000122	10.09.2024	DECRETO	49.657,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	92.374,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	1.654.417,67		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	3.608.650,00		
	0000352	28.08.2024	REMANEJAMENTO	159.875,00		
						6.378.200,77
14.422.070.4182.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	3.091.035,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		2.663.347,00	
						427.688,00
14.422.070.4182.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	515.172,50		
	0000145	10.10.2024	DECRETO		9.000,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	515.172,50		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	985.119,00		
	0000351	28.08.2024	REMANEJAMENTO		159.875,00	
						1.846.589,00
14.422.070.4182.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.100.999,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		440.924,80	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		1.197.918,27	
	0000121	05.09.2024	DECRETO		422.581,54	
						39.574,39
14.422.070.4182.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.331.356,00		
	0000021	14.03.2024	DECRETO		1.175.195,65	
	0000095	23.07.2024	DECRETO		1.009.970,00	
						146.190,35
14.422.070.4182.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	440.924,80		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	1.197.918,27		
	0000091	17.07.2024	DECRETO		10.000,00	
	0000157	05.11.2024	DECRETO	39.515,55		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	49.002,74		
	0000164	14.11.2024	DECRETO		19.000,00	
	0000173	26.11.2024	DECRETO		17.000,00	
	0000199	27.12.2024	DECRETO	440.924,80		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	1.197.918,27		
	0000150	22.10.2024	DECRETO	216.230,19		
	0000003	02.02.2024	REMANEJAMENTO		64.732,72	
	0000023	05.04.2024	REMANEJAMENTO		110.030,00	
	0000025	05.04.2024	REMANEJAMENTO		20.000,00	
	0000031	08.04.2024	REMANEJAMENTO		200.671,43	
						3.141.000,47
14.422.070.4182.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	388.559,33		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	127.296,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	388.559,33		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	52.846,29		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	912.452,00		
						1.869.712,95
14.422.070.4182.0001 339100 71 1 0	0000004	02.02.2024	REMANEJAMENTO	64.732,72		
	0000024	05.04.2024	REMANEJAMENTO	110.030,00		
	0000026	05.04.2024	REMANEJAMENTO	20.000,00		
	0000032	08.04.2024	REMANEJAMENTO	200.671,43		
						395.434,15
14.422.086.4414.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	424.425,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						424.425,00
14.422.086.4414.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	70.737,50		
	0000090	11.07.2024	DECRETO		47.268,39	
	0000197	23.12.2024	DECRETO		23.469,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	70.737,50		
						70.737,61
14.422.086.4414.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	106.277,00		
						106.277,00
14.422.086.4414.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	17.712,83		
	0000090	11.07.2024	DECRETO		241,58	
	0000197	23.12.2024	DECRETO		17.471,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	17.712,83		
						17.713,08
14.422.086.4414.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.152.007,00		
	0000015	05.03.2024	DECRETO		881.579,05	
	0000121	05.09.2024	DECRETO		270.427,95	
						0,00
14.422.086.4414.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	172.693,00		
						172.693,00
14.422.086.4414.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	397.263,38		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	881.579,05		
	0000121	05.09.2024	DECRETO		34.000,00	
	0000199	27.12.2024	DECRETO	397.263,38		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	881.579,05		
						2.523.684,86
14.422.086.4414.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	28.782,17		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		22.712,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	28.782,17		
						34.852,34
14.422.086.4414.0001 444000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	150.000,00		
	0000169	21.11.2024	DECRETO		150.000,00	
						0,00
14.422.086.4415.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	997.101,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		997.101,00	
						0,00
14.422.086.4415.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	166.183,50		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		166.183,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	166.183,50		
						166.184,00
14.422.086.4415.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	209.258,00		
						209.258,00
14.422.086.4415.0001 319100 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	34.876,33		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	34.876,33		
						69.752,66
14.422.086.4415.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.787.112,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		92.087,17	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		910.685,59	
	0000121	05.09.2024	DECRETO		784.339,24	
						0,00
14.422.086.4415.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	280.626,00		
						280.626,00

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
14.422.086.4415.0001 339000 24 1 0	0000005	06.02.2024	DECRETO	71.062,76		
						71.062,76
14.422.086.4415.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	92.087,17		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	910.685,59		
	0000157	05.11.2024	DECRETO	360.144,76		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	92.087,17		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	910.685,59		
	0000135	24.09.2024	DECRETO	318.731,00		
	0000158	05.11.2024	DECRETO	150.000,00		
	0000097	29.11.2024	REMANEJAMENTO		179.688,26	
						2.654.733,02
14.422.086.4415.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	46.771,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	46.771,00		
						93.542,00
14.422.086.4415.0001 339100 71 1 0	0000098	29.11.2024	REMANEJAMENTO	179.688,26		
						179.688,26
14.422.086.4415.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	150.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		150.000,00	
						0,00
14.422.086.4415.0001 449000 10 3 0	0000008	20.02.2024	DECRETO	4.737,52		
						4.737,52
14.422.086.4415.0001 449000 24 1 0	0000005	06.02.2024	DECRETO	161.075,51		
						161.075,51
16.122.073.4184.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	115.585,00		
						115.585,00
16.122.073.4184.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	19.264,17		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	77,00		
	0000190	16.12.2024	DECRETO		20.151,00	
	0000197	23.12.2024	DECRETO	434,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	19.264,17		
	0000071	20.06.2024	DECRETO	65.476,00		
						84.364,34
16.122.073.4184.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	60.804,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		20.738,66	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		20.061,34	
						20.004,00
16.122.073.4184.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		32.563,00	
						10.610,00
16.122.073.4184.0001 339000 71 1 0	0000001	25.01.2024	DECRETO	20.738,66		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	20.061,34		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	20.738,66		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	20.061,34		
						81.600,00
16.122.073.4184.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	7.195,50		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	18.162,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	1.616,00		
	0000190	16.12.2024	DECRETO		11.632,00	
	0000197	23.12.2024	DECRETO	230,00		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	7.195,50		
						22.767,00

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
16.122.073.4184.0001 449000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	60.000,00		
						60.000,00
16.244.073.4185.0001 319000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	423.180,00		
						423.180,00
16.244.073.4185.0001 319000 71 1 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	70.530,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO		70.530,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	70.530,00		
						70.530,00
16.244.073.4185.0001 319100 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	107.515,00		
						107.515,00
16.244.073.4185.0001 319100 71 1 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	17.919,17		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		17.919,00	
	0000200	27.12.2024	DECRETO	17.919,17		
						17.919,34
16.244.073.4185.0001 339000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	352.125,00		
	0000003	30.01.2024	DECRETO		32.096,02	
	0000015	05.03.2024	DECRETO		114.697,59	
						205.331,39
16.244.073.4185.0001 339000 10 7 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
						43.173,00
16.244.073.4185.0001 339000 71 1 1	0000001	25.01.2024	DECRETO	32.096,02		
	0000015	05.03.2024	DECRETO	114.697,59		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	11.862,80		
	0000199	27.12.2024	DECRETO	32.096,02		
	0000203	27.12.2024	DECRETO	114.697,59		
	0000064	11.06.2024	DECRETO	270.000,00		
						575.450,02
16.244.073.4185.0001 339000 71 7 1	0000006	09.02.2024	DECRETO	7.195,50		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	7.195,50		
						14.391,00
16.244.073.4185.0001 444000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	124.980.000,00		
	0000063	11.06.2024	DECRETO		26.270.000,00	
	0000133	19.09.2024	DECRETO		95.001.508,80	
	0000153	29.10.2024	DECRETO		3.708.491,20	
						0,00
16.244.073.4185.0001 444000 71 1 1	0000139	26.09.2024	DECRETO		6.979.300,00	
	0000157	05.11.2024	DECRETO		558.038,25	
	0000160	07.11.2024	DECRETO		2.723.956,00	
	0000163	12.11.2024	DECRETO		90.396,70	
	0000064	11.06.2024	DECRETO	26.000.000,00		
						15.648.309,05
16.244.083.4418.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	40.960,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		40.960,00	
						0,00
16.244.083.4418.0001 319000 71 1 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	6.826,67		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	6.826,67		
						13.653,34
16.244.083.4418.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.000,00		
						1.000,00
16.244.083.4418.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	21.587,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		21.587,00	

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						0,00
16.244.083.4418.0001 339000 71 1 0	0000156	31.10.2024	DECRETO	95.001.508,80		
						95.001.508,80
16.244.083.4418.0001 339000 71 7 0	0000006	09.02.2024	DECRETO	3.597,83		
	0000200	27.12.2024	DECRETO	3.597,83		
	0000207	27.12.2024	DECRETO		1.952,00	
						5.243,66
16.244.083.4418.0001 449000 71 1 0	0000156	31.10.2024	DECRETO		95.001.508,80	
	0000124	10.09.2024	DECRETO	95.001.508,80		
						0,00
16.244.083.4418.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.000.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		1.000.000,00	
						0,00
27.366.069.4168.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	96.843,00		
						96.843,00
27.366.069.4168.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	14.650,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		14.650,00	
						0,00
27.366.069.4168.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
						43.173,00
27.366.069.4168.0001 339000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	9.843.847,00		
	0000012	29.02.2024	DECRETO	1.215.000,00		
	0000098	23.07.2024	DECRETO	467.847,29		
	0000132	17.09.2024	DECRETO	1.067.372,14		
	0000163	12.11.2024	DECRETO	3.594.745,20		
						16.188.811,63
27.366.069.4168.0001 449000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	520.081,00		
						520.081,00
27.811.069.4169.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	431.177,00		
						431.177,00
27.811.069.4169.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	233.521,00		
						233.521,00
27.811.069.4169.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	608.170,00		
						608.170,00
27.811.069.4169.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	21.588,00		
	0000060	06.06.2024	DECRETO	4.300,50		
	0000077	27.06.2024	DECRETO	6.063,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	36.175,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	5.374,00		
						73.500,50
27.811.069.4169.0001 339000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.581.670,00		
						1.581.670,00
27.812.069.4163.0001 319000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	252.415,00		
						252.415,00
27.812.069.4163.0001 319100 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	104.179,00		
						104.179,00
27.812.069.4163.0001 335000 10 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	467.000,00		
	0000013	18.03.2024	REMANEJAMENTO		35.228,60	
	0000075	15.10.2024	REMANEJAMENTO		431.771,40	
						0,00
27.812.069.4163.0001 335000 38 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.068.162,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000157	05.11.2024	DECRETO	5.000,00		
	0000069	11.10.2024	REMANEJAMENTO		3.500,00	
	0000081	29.10.2024	REMANEJAMENTO		500,00	
	0000089	13.11.2024	REMANEJAMENTO		1.000,27	
						1.068.161,73
27.812.069.4163.0001 339000 10 1 1	0000039	07.05.2024	DECRETO		1.290,00	
	0000014	18.03.2024	REMANEJAMENTO	35.228,60		
	0000076	15.10.2024	REMANEJAMENTO	431.771,40		
						465.710,00
27.812.069.4163.0001 339000 10 7 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.172,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		21.664,00	
						21.508,00
27.812.069.4163.0001 339000 38 1 1	0024678	17.01.2024	INICIAL	7.240,00		
	0000070	11.10.2024	REMANEJAMENTO	3.500,00		
	0000082	29.10.2024	REMANEJAMENTO	500,00		
	0000090	13.11.2024	REMANEJAMENTO	1.000,27		
						12.240,27
27.812.069.4166.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	89.975,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	41.496,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	7.616,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	1.638,00		
						140.725,00
27.812.069.4166.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	642,00		
						642,00
27.812.069.4166.0001 334000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	6.500.000,00		
	0000012	29.02.2024	DECRETO		1.215.000,00	
	0000047	16.05.2024	DECRETO	5.504.865,12		
	0000104	06.08.2024	DECRETO		1.640.168,43	
	0000164	14.11.2024	DECRETO		2.750.000,00	
						6.399.696,69
27.812.069.4166.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	15.000,00		
	0000098	23.07.2024	DECRETO		15.000,00	
						0,00
27.812.069.4166.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		25.998,00	
						17.175,00
27.812.069.4166.0001 339000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	595.107,00		
	0000005	06.02.2024	DECRETO		232.138,27	
						362.968,73
27.812.069.4166.0001 339000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	705.376,00		
	0000098	23.07.2024	DECRETO		467.847,29	
						237.528,71
27.812.069.4166.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	700.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		700.000,00	
						0,00
27.812.069.4167.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.511.788,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO		1.025.189,00	
	0000350	28.08.2024	REMANEJAMENTO	43.873,00		
	0000604	23.12.2024	REMANEJAMENTO	28.867,00		
						559.339,00
27.812.069.4167.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	429.233,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
	0000349	28.08.2024	REMANEJAMENTO		43.873,00	
	0000603	23.12.2024	REMANEJAMENTO		28.867,00	
						356.493,00
27.812.069.4167.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	773.134,00		
	0000022	20.03.2024	DECRETO		3.624,90	
						769.509,10
27.812.069.4167.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	259.040,00		
						259.040,00
27.812.069.4167.0001 339000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	749.500,00		
	0000104	06.08.2024	DECRETO		381.500,00	
						368.000,00
27.812.069.4167.0001 449000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	79.968,00		
						79.968,00
27.812.069.4170.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	154.516,00		
	0000012	29.02.2024	DECRETO	205.000,00		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	11.997,75		
	0000029	09.04.2024	DECRETO	200.000,00		
	0000077	27.06.2024	DECRETO	12.350,90		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	238.742,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	130.653,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	10.862,00		
						964.121,65
27.812.069.4170.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	31.582,00		
	0000012	29.02.2024	DECRETO	92.000,00		
	0000028	04.04.2024	DECRETO	70.148,40		
	0000029	09.04.2024	DECRETO	20.000,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	240,00		
						213.970,40
27.812.069.4170.0001 332000 24 1 0	0000029	09.04.2024	DECRETO	30.872,34		
						30.872,34
27.812.069.4170.0001 334000 10 4 0	0000106	23.12.2024	REMANEJAMENTO	247.500,00		
						247.500,00
27.812.069.4170.0001 334000 10 8 0	0000052	26.06.2024	REMANEJAMENTO	350.000,00		
	0000103	20.12.2024	REMANEJAMENTO		100.000,00	
						250.000,00
27.812.069.4170.0001 334000 15 1 0	0000195	20.12.2024	DECRETO		100.000,00	
	0000046	26.06.2024	REMANEJAMENTO	295.801,22		
						195.801,22
27.812.069.4170.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	19.038,00		
	0000098	23.07.2024	DECRETO	39.432,00		
						58.470,00
27.812.069.4170.0001 339000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	370.000,00		
	0000105	23.12.2024	REMANEJAMENTO		247.500,00	
						122.500,00
27.812.069.4170.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	43.173,00		
	0000039	07.05.2024	DECRETO	30.000,00		
	0000077	27.06.2024	DECRETO	6.668,50		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	74.306,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		12.333,00	
						141.814,50
27.812.069.4170.0001 339000 10 8 0	0000104	20.12.2024	REMANEJAMENTO	100.000,00		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						100.000,00
27.812.069.4170.0001 339000 15 1 0	0000060	06.06.2024	DECRETO	377.819,43		
	0000045	26.06.2024	REMANEJAMENTO		295.801,22	
						82.018,21
27.812.069.4170.0001 339000 38 1 0	0000104	06.08.2024	DECRETO	2.100.600,00		
						2.100.600,00
27.812.069.4170.0001 339900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	2.150.000,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		1.500.000,00	
	0000061	06.06.2024	DECRETO		300.000,00	
	0000051	26.06.2024	REMANEJAMENTO		350.000,00	
						0,00
27.812.069.4170.0001 442000 24 1 0	0000072	14.10.2024	REMANEJAMENTO	1.434.731,42		
	0000073	15.10.2024	REMANEJAMENTO		1.434.731,42	
						0,00
27.812.069.4170.0001 444000 10 4 0	0000058	03.07.2024	REMANEJAMENTO	409.856,00		
						409.856,00
27.812.069.4170.0001 444000 10 8 0	0000054	27.06.2024	REMANEJAMENTO	518.042,70		
	0000085	13.11.2024	REMANEJAMENTO		176.420,00	
						341.622,70
27.812.069.4170.0001 444000 15 1 0	0000186	12.12.2024	DECRETO		1.000.000,00	
	0000048	26.06.2024	REMANEJAMENTO	14.302.068,23		
	0000100	17.12.2024	REMANEJAMENTO	419.990,59		
	0000108	26.12.2024	REMANEJAMENTO	100.000,00		
						13.822.058,82
27.812.069.4170.0001 444000 38 1 0	0000164	14.11.2024	DECRETO	2.750.000,00		
						2.750.000,00
27.812.069.4170.0001 449000 01 1 0	0000136	24.09.2024	DECRETO	579.088,13		
	0000153	29.10.2024	DECRETO	855.643,29		
						1.434.731,42
27.812.069.4170.0001 449000 10 4 0	0000041	09.05.2024	DECRETO	409.856,00		
	0000057	03.07.2024	REMANEJAMENTO		409.856,00	
						0,00
27.812.069.4170.0001 449000 10 8 0	0000038	25.04.2024	REMANEJAMENTO	691.622,70		
	0000053	27.06.2024	REMANEJAMENTO		518.042,70	
	0000086	13.11.2024	REMANEJAMENTO	176.420,00		
						350.000,00
27.812.069.4170.0001 449000 15 1 0	0000039	07.05.2024	DECRETO	1.500.000,00		
	0000051	23.05.2024	DECRETO	400.000,00		
	0000060	06.06.2024	DECRETO	10.385.908,46		
	0000072	22.06.2024	DECRETO	3.600.000,00		
	0000186	12.12.2024	DECRETO		2.100.000,00	
	0000195	20.12.2024	DECRETO	100.000,00		
	0000008	29.02.2024	REMANEJAMENTO	2.415.626,82		
	0000047	26.06.2024	REMANEJAMENTO		14.302.068,23	
	0000099	17.12.2024	REMANEJAMENTO		419.990,59	
	0000107	26.12.2024	REMANEJAMENTO		100.000,00	
						1.479.476,46
27.812.069.4170.0001 449000 24 1 0	0000139	26.09.2024	DECRETO	855.643,29		
	0000143	08.10.2024	DECRETO	579.088,13		
	0000071	14.10.2024	REMANEJAMENTO		1.434.731,42	
	0000074	15.10.2024	REMANEJAMENTO	1.434.731,42		

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
						1.434.731,42
27.812.069.4170.0001 449900 10 8 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	6.175.795,00		
	0000027	02.04.2024	DECRETO		5.484.172,30	
	0000037	25.04.2024	REMANEJAMENTO		691.622,70	
						0,00
27.812.069.4170.0001 449900 15 1 0	0000008	20.02.2024	DECRETO	115.626,82		
	0000009	22.02.2024	DECRETO	2.300.000,00		
	0000007	29.02.2024	REMANEJAMENTO		2.415.626,82	
						0,00
27.812.069.4514.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	500.812,00		
						500.812,00
27.812.069.4514.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	105.929,00		
						105.929,00
27.812.069.4514.0001 334000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.800.000,00		
	0000132	17.09.2024	DECRETO		1.067.372,14	
	0000113	30.12.2024	REMANEJAMENTO		300.000,00	
						432.627,86
27.812.069.4514.0001 335000 38 1 0	0000114	30.12.2024	REMANEJAMENTO	300.000,00		
						300.000,00
27.812.069.4514.0001 339000 10 1 0	0000022	20.03.2024	DECRETO	3.624,90		
	0000039	07.05.2024	DECRETO	1.290,00		
						4.914,90
27.812.069.4514.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	151.107,00		
						151.107,00
27.812.069.4514.0001 339000 24 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.289.529,00		
						1.289.529,00
27.812.069.4514.0001 339000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	12.670,00		
						12.670,00
27.813.069.4164.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	605.444,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	125.850,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	290.281,00		
	0000601	23.12.2024	REMANEJAMENTO		4.336,00	
						1.017.239,00
27.813.069.4164.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	181.759,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	102.233,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	64.335,00		
	0000602	23.12.2024	REMANEJAMENTO	4.336,00		
						352.663,00
27.813.069.4164.0001 334000 11 1 0	0000033	18.04.2024	DECRETO	1.170.000,00		
	0000042	14.05.2024	DECRETO		1.170.000,00	
						0,00
27.813.069.4164.0001 334000 38 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	1.655.039,00		
	0000104	06.08.2024	DECRETO		78.931,57	
	0000157	05.11.2024	DECRETO		5.000,00	
						1.571.107,43
27.813.069.4164.0001 334000 59 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	3.900.000,00		
	0000033	18.04.2024	DECRETO		1.170.000,00	
	0000055	27.06.2024	REMANEJAMENTO		646.218,64	
						2.083.781,36
27.813.069.4164.0001 335000 59 1 0	0000056	27.06.2024	REMANEJAMENTO	646.218,64		
						646.218,64

UNIDADE ORCAMENTARIA : 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CLASSIFICACAO	LEI/DECRETO	DATA	NAT.CREDITO	ACRESCIMOS	DEDUCOES	CREDITO AUTORIZADO
27.813.069.4164.0001 339000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	24.432,00		
	0000098	23.07.2024	DECRETO		24.432,00	
						0,00
27.813.069.4164.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	194.280,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO		30.678,00	
						163.602,00
27.813.069.4165.0001 319000 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	142.330,00		
	0000077	27.06.2024	DECRETO	14.924,34		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	124.653,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	60.365,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	3.049,00		
						345.321,34
27.813.069.4165.0001 319100 10 1 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	38.440,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	9.327,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	10.395,00		
	0000197	23.12.2024	DECRETO	1.828,00		
						59.990,00
27.813.069.4165.0001 339000 10 7 0	0024678	17.01.2024	INICIAL	64.760,00		
	0000095	23.07.2024	DECRETO	22.239,00		
	0000122	10.09.2024	DECRETO	1.770,00		
						88.769,00
TOTAL DA UNIDADE ORCAMENTARIA				810.264.331,37	431.234.116,47	379.030.214,90

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 15:22:50 -03'00'

Balancete de Verificação	
Exercício	**2024**
Mês	**BALANCETE CONSOLIDADO ANUAL**
Unidade Orçamentária	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Conta	Descrição	Saldo Inicial	D/C	Débito Anual	Crédito Anual	Saldo Atual	D/C	Tipo Saldo Conta
1	ATIVO	539.689.719,51	D	794.455.351,26	883.665.321,84	450.479.748,93	D	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	385.976.302,18	D	785.995.520,21	876.611.782,77	295.360.039,62	D	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	147.192.695,09	D	679.480.133,31	693.347.905,21	133.324.923,19	D	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	147.192.695,09	D	679.480.133,31	693.347.905,21	133.324.923,19	D	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	13.777.766,47	D	121.987.812,36	128.076.685,43	7.688.893,40	D	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.989.785,63	D	34.778.820,47	40.249.923,51	1.518.682,59	D	DEVEDOR
1.1.1.1.1.07	O.P. BANCARIAS/TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR - DEMAIS RECURSOS - CONTA MOVIMENTO E CONTAS INTERNAS	0,00		86.881.628,47	86.881.628,47	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	6.787.980,84	D	327.363,42	945.133,45	6.170.210,81	D	DEVEDOR
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	133.414.928,62	D	557.492.320,95	565.271.219,78	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOURARIA	133.414.928,62	D	148.894.391,71	156.673.290,54	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	0,00		44.328.015,19	44.328.015,19	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI/CIT	133.414.928,62	D	104.566.376,52	112.345.275,35	125.636.029,79	D	DEVEDOR
1.1.1.1.2.02	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	0,00		408.597.929,24	408.597.929,24	0,00		
1.1.1.1.2.02.01	RECURSOS UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		408.597.929,24	408.597.929,24	0,00		
1.1.1.1.2.02.01.01	COTA FINANCEIRA - RECURSOS TESOURO ESTADUAL	0,00		408.597.929,24	408.597.929,24	0,00		
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	0,00		315.589.555,05	315.589.555,05	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.2.02.01.01.02	O.P. BANCÁRIAS/TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A COMPENSAR - RECURSO DO TESOURO	0,00		93.008.374,19	93.008.374,19	0,00		DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	233.088.668,74	D	106.135.472,50	179.470.678,56	159.753.462,68	D	
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	168.959,12	D	1.985.361,22	1.888.526,79	265.793,55	D	
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO	168.959,12	D	1.985.361,22	1.888.526,79	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	168.959,12	D	1.985.361,22	1.888.526,79	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS/DIARIAS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	168.959,12	D	936.196,52	840.137,59	265.018,05	D	DEVEDOR
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	0,00		1.049.164,70	1.048.389,20	775,50	D	DEVEDOR
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	111.836.202,10	D	9.321.965,44	10.200.896,83	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	111.836.202,10	D	9.321.965,44	10.200.896,83	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	55.022,62	D	0,00	0,00	55.022,62	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORCAMENTÁRIO	79.369,21	D	9.166.417,05	9.166.417,05	79.369,21	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.03	PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS IMPUGNADAS	23.993.164,21	D	0,00	146.331,82	23.846.832,39	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	87.708.646,06	D	155.548,39	888.147,96	86.976.046,49	D	DEVEDOR
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	121.083.507,52	D	94.828.145,84	167.381.254,94	48.530.398,42	D	
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACÃO	66.640.061,96	D	57.349.075,95	113.845.150,61	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08	RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	66.640.061,96	D	57.349.075,95	113.845.150,61	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08.88	RECURSOS A LIBERAR-CONVENIOS DE SAIDA DE RECURSO	66.640.061,96	D	57.349.075,95	113.845.150,61	10.143.987,30	D	DEVEDOR
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	54.443.445,56	D	37.479.069,89	53.536.104,33	38.386.411,12	D	
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	54.443.445,56	D	37.479.069,89	53.536.104,33	38.386.411,12	D	DEVEDOR
1.1.5	ESTOQUES	5.694.938,35	D	379.914,40	3.793.199,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	5.694.938,35	D	379.914,40	3.793.199,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	5.694.938,35	D	379.914,40	3.793.199,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	5.694.029,43	D	274.949,77	3.707.779,37	2.261.199,83	D	DEVEDOR
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORACAO - RECEBIMENTO PROVISOI	908,92	D	104.964,63	85.419,63	20.453,92	D	DEVEDOR
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	153.713.417,33	D	8.459.831,05	7.053.539,07	155.119.709,31	D	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98.03	CONTRIBUICÕES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	DEVEDOR
1.2.3	IMOBILIZADO	152.899.839,25	D	8.422.126,24	7.053.539,07	154.268.426,42	D	
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	12.332.085,15	D	7.237.137,55	6.133.202,16	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	12.332.085,15	D	7.237.137,55	6.133.202,16	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	12.264.811,34	D	2.239.269,13	2.018.262,33	12.485.818,14	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.03	MATERIAL PERMANENTE PENDENTE DE INCORPORACAO -RECEBIMENTO PROVISORIO	43.395,00	D	3.603.881,53	2.744.741,53	902.535,00	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.04	BENS MOVEIS A TRANSFERIR	23.878,81	D	253.318,58	229.529,99	47.667,40	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.88	BENS MOVEIS A INCORPORAR	8.224,04	D	571.459,17	569.209,14	10.474,07	D	
1.2.3.1.1.88.01	BENS MOVEIS A INCORPORAR	8.224,04	D	571.459,17	569.209,14	10.474,07	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MOVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERENCIA	-8.224,04	C	569.209,14	571.459,17	-10.474,07	C	
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERENCIA	-8.224,04	C	569.209,14	571.459,17	-10.474,07	C	CREDOR
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	DEVEDOR
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-3.001.831,36	C	1.184.988,69	920.336,91	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-3.001.831,36	C	1.184.988,69	920.336,91	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-3.001.831,36	C	1.184.988,69	920.336,91	-2.737.179,58	C	CREDOR
1.2.4	INTANGIVEL	705.326,40	D	37.704,81	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1	SOFTWARES	705.326,40	D	37.704,81	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	705.326,40	D	37.704,81	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	705.326,40	D	37.704,81	0,00	743.031,21	D	DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	-539.689.719,51	C	172.824.379,69	113.199.474,40	-480.064.814,22	C	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-72.555.674,93	C	172.824.379,69	113.199.474,40	-12.930.769,64	C	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-9.739,86	C	297.655,91	295.779,37	-7.863,32	C	
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-6.453,94	C	271.733,28	269.923,75	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-6.453,94	C	271.733,28	269.923,75	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	-6.453,94	C	271.733,28	269.923,75	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	0,00		45.841,69	45.841,69	0,00		CREDOR
2.1.1.1.1.01.02	PESSOAL - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA / ESTAGIÁRIO	-6.453,94	C	225.891,59	224.082,06	-4.644,41	C	CREDOR
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-3.285,92	C	25.922,63	25.855,62	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-3.285,92	C	25.922,63	25.855,62	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-3.285,92	C	25.922,63	25.855,62	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01.02	ENCARGOS SOCIAIS - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA	-3.285,92	C	25.922,63	25.855,62	-3.218,91	C	CREDOR
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-39.666.749,99	C	108.321.754,85	78.322.729,19	-9.667.724,33	C	

2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-39.666.749,99	C	108.321.754,85	78.322.729,19	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-39.666.749,99	C	108.321.754,85	78.322.729,19	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-39.666.749,99	C	108.321.754,85	78.322.729,19	-9.667.724,33	C	CREDOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-32.879.185,08	C	64.204.968,93	34.580.965,84	-3.255.181,99	C	
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	-616.228,82	C	2.994.032,73	3.020.646,39	-642.842,48	C	
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-616.228,82	C	2.994.032,73	3.020.646,39	-642.842,48	C	
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	-4.430,45	C	543.756,90	543.756,90	-4.430,45	C	CREDOR
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	-610,87	C	917.369,76	916.975,24	-216,35	C	CREDOR
2.1.8.8.1.04	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL	-51.703,48	C	0,00	0,00	-51.703,48	C	CREDOR
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	-178.687,47	C	814.238,74	945.225,85	-309.674,58	C	CREDOR
2.1.8.8.1.13	RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	-6.682,64	C	200.619,74	200.619,74	-6.682,64	C	CREDOR
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-374.113,91	C	518.047,59	414.068,66	-270.134,98	C	CREDOR
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-32.262.956,26	C	61.210.936,20	31.560.319,45	-2.612.339,51	C	
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-32.262.956,26	C	61.210.936,20	31.560.319,45	-2.612.339,51	C	
2.1.8.9.1.01	OBRIG LIQ A PAGAR INVESTIMENTOS GRUPO DESPESA 4	-32.262.956,26	C	61.210.936,20	31.560.319,45	-2.612.339,51	C	CREDOR
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-467.134.044,58	C	0,00	0,00	-467.134.044,58	C	
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIACAO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	CREDOR
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	0,00	0,00	-465.903.811,13	C	
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	0,00	0,00	-465.903.811,13	C	
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.548.644.530,03	D	0,00	0,00	1.548.644.530,03	D	
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.548.644.530,03	D	0,00	0,00	1.548.644.530,03	D	VARIÁVEL
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-1.906.209.105,87	C	0,00	0,00	-1.906.209.105,87	C	
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.906.209.105,87	C	0,00	0,00	-1.906.209.105,87	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-198.533.423,58	C	0,00	0,00	-198.533.423,58	C	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-198.533.423,58	C	0,00	0,00	-198.533.423,58	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	90.194.188,29	D	0,00	0,00	90.194.188,29	D	
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.194.188,29	D	0,00	0,00	90.194.188,29	D	VARIÁVEL
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00		445.023.018,87	42.963.918,42	402.059.100,45	D	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	0,00		63.553.646,32	241.504,08	63.312.142,24	D	
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00		47.871.717,01	190.154,34	47.681.562,67	D	
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	0,00		47.871.717,01	190.154,34	47.681.562,67	D	
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	0,00		47.871.717,01	190.154,34	47.681.562,67	D	
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	0,00		47.871.717,01	190.154,34	47.681.562,67	D	DEVEDOR
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	0,00		15.611.090,28	51.349,74	15.559.740,54	D	
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00		15.079,38	198,61	14.880,77	D	
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDACAO	0,00		15.079,38	198,61	14.880,77	D	
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	0,00		15.079,38	198,61	14.880,77	D	DEVEDOR
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		15.596.010,90	51.151,13	15.544.859,77	D	
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		2.989.663,17	3.818,22	2.985.844,95	D	
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		2.989.663,17	3.818,22	2.985.844,95	D	DEVEDOR
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	0,00		12.606.347,73	47.332,91	12.559.014,82	D	
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	0,00		12.606.347,73	47.332,91	12.559.014,82	D	DEVEDOR
3.1.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	0,00		70.839,03	0,00	70.839,03	D	
3.1.9.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	0,00		64,21	0,00	64,21	D	
3.1.9.1.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		64,21	0,00	64,21	D	
3.1.9.1.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - TRABALHISTAS	0,00		64,21	0,00	64,21	D	DEVEDOR
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - CONSOLIDACAO	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	DEVEDOR
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	0,00		24.933,13	0,00	24.933,13	D	
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO	0,00		24.933,13	0,00	24.933,13	D	
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGACOES TRABALHISTAS	0,00		24.933,13	0,00	24.933,13	D	DEVEDOR
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		1.488,96	124,08	1.364,88	D	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0,00		1.488,96	124,08	1.364,88	D	
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	0,00		1.488,96	124,08	1.364,88	D	
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	0,00		1.488,96	124,08	1.364,88	D	
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		1.488,96	124,08	1.364,88	D	DEVEDOR
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00		34.589.593,92	427.718,12	34.161.875,80	D	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00		3.707.923,78	160.168,20	3.547.755,58	D	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	0,00		3.707.923,78	160.168,20	3.547.755,58	D	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	0,00		3.707.923,78	160.168,20	3.547.755,58	D	
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	0,00		3.707.923,78	160.168,20	3.547.755,58	D	DEVEDOR
3.3.2	SERVIÇOS	0,00		29.961.333,23	267.549,92	29.693.783,31	D	
3.3.2.1	DIÁRIAS	0,00		1.363.296,77	76.664,69	1.286.632,08	D	
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		1.363.296,77	76.664,69	1.286.632,08	D	
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	0,00		806.642,80	7.268,60	799.374,20	D	DEVEDOR
3.3.2.1.1.03	DIARIAS DE VIAGENS-COLABORADORES EVENTUAIS	0,00		556.653,97	69.396,09	487.257,88	D	DEVEDOR
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00		186.060,64	3.915,26	182.145,38	D	
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	0,00		186.060,64	3.915,26	182.145,38	D	
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	0,00		186.060,64	3.915,26	182.145,38	D	DEVEDOR
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00		28.302.842,04	156.891,90	28.145.950,14	D	
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	0,00		27.921.600,67	155.484,73	27.766.115,94	D	
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	0,00		27.921.600,67	155.484,73	27.766.115,94	D	DEVEDOR
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	0,00		381.241,37	1.407,17	379.834,20	D	
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00		381.241,37	1.407,17	379.834,20	D	DEVEDOR
3.3.2.4	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	0,00		109.133,78	30.078,07	79.055,71	D	
3.3.2.4.1	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00 - CONSOLIDAÇÃO	0,00		109.133,78	30.078,07	79.055,71	D	
3.3.2.4.1.01	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	0,00		109.133,78	30.078,07	79.055,71	D	DEVEDOR
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00		920.336,91	0,00	920.336,91	D	
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	0,00		920.336,91	0,00	920.336,91	D	
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	0,00		920.336,91	0,00	920.336,91	D	
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	0,00		920.336,91	0,00	920.336,91	D	DEVEDOR
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	0,00		2.192,72	0,00	2.192,72	D	

3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	0,00	2.192,72	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	2.192,72	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	2.192,72	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	2.192,72	0,00	2.192,72	D	DEVEDOR
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00	318.485.433,47	41.696.395,35	276.789.038,12	D	
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	206.399.831,26	39.058.946,70	167.340.884,56	D	
3.5.1.1	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	0,00	199.800.306,45	39.048.505,03	160.751.801,42	D	
3.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	0,00	199.800.306,45	39.048.505,03	160.751.801,42	D	
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	0,00	71.833.261,07	2.324.999,65	69.508.261,42	D	
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	71.833.261,07	2.324.999,65	69.508.261,42	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	0,00	120.727.746,69	36.439.623,46	84.288.123,23	D	
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	120.727.224,73	36.353.876,07	84.373.348,66	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS	0,00	521,96	85.747,39	-85.225,43	C	
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00	521,96	85.747,39	-85.225,43	C	CREDOR
3.5.1.1.2.03	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	0,00	0,01	0,01	0,00		
3.5.1.1.2.03.02	TRANSFERENCIA/MOVIMENTACAO FINANCEIRA ESCRITURAL	0,00	0,01	0,01	0,00		DEVEDOR
3.5.1.1.2.88	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	0,00	273.830,79	273.830,79	0,00		
3.5.1.1.2.88.01	ARRECADACOES A CORRESPONDER	0,00	273.830,79	273.830,79	0,00		DEVEDOR
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	0,00	6.965.467,89	10.051,12	6.955.416,77	D	
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	0,00	5.019.693,11	9.514,16	5.010.178,95	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	0,00	1.945.774,78	536,96	1.945.237,82	D	
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMIFP	0,00	85.747,39	521,96	85.225,43	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00	1.860.027,39	15,00	1.860.012,39	D	DEVEDOR
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	0,00	6.599.524,81	10.441,67	6.589.083,14	D	
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	6.599.524,81	10.441,67	6.589.083,14	D	
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	5.393.165,46	10.441,67	5.382.723,79	D	DEVEDOR
3.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO CONCEDIDO/RESTITUIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	0,00	1.206.359,35	0,00	1.206.359,35	D	DEVEDOR
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00	66.417.275,44	1.539.589,74	64.877.685,70	D	
3.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00	66.417.275,44	1.539.589,74	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	0,00	66.417.275,44	1.539.589,74	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5.88	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	66.417.275,44	1.539.589,74	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5.88.02	CONCESSAO DE AUXILIOS/CONTRIBUICOES	0,00	66.417.275,44	1.539.589,74	64.877.685,70	D	DEVEDOR
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	45.668.326,77	1.097.858,91	44.570.467,86	D	
3.5.3.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	0,00	45.668.326,77	1.097.858,91	44.570.467,86	D	
3.5.3.1.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	45.668.326,77	1.097.858,91	44.570.467,86	D	
3.5.3.1.1.01	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS-ONGS,OSCIPS E OS	0,00	45.668.326,77	1.097.858,91	44.570.467,86	D	DEVEDOR
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00	1.399.283,99	57.860,00	1.341.423,99	D	
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00	1.399.283,99	57.860,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	0,00	1.399.283,99	57.860,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	0,00	1.399.283,99	57.860,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	0,00	2.647,50	0,00	2.647,50	D	DEVEDOR
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	0,00	1.396.636,49	57.860,00	1.338.776,49	D	DEVEDOR
3.7	TRIBUTÁRIAS	0,00	17.190,29	829,44	16.360,85	D	
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	16.533,33	829,44	15.703,89	D	
3.7.1.1	IMPOSTOS	0,00	8.787,07	0,00	8.787,07	D	
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	8.787,07	0,00	8.787,07	D	
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	0,00	8.787,07	0,00	8.787,07	D	DEVEDOR
3.7.1.2	TAXAS	0,00	7.746,26	829,44	6.916,82	D	
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	0,00	7.746,26	829,44	6.916,82	D	
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	0,00	7.746,26	829,44	6.916,82	D	DEVEDOR
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	0,00	656,96	0,00	656,96	D	
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	0,00	656,96	0,00	656,96	D	
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	656,96	0,00	656,96	D	
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	0,00	656,96	0,00	656,96	D	DEVEDOR
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	26.974.189,20	539.487,35	26.434.701,85	D	
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	26.974.189,20	539.487,35	26.434.701,85	D	
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	234,78	0,00	234,78	D	
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	0,00	234,78	0,00	234,78	D	
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	0,00	234,78	0,00	234,78	D	DEVEDOR
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	0,00	1.801.188,37	0,00	1.801.188,37	D	
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	0,00	1.801.188,37	0,00	1.801.188,37	D	
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00	1.801.188,37	0,00	1.801.188,37	D	DEVEDOR
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	25.172.766,05	539.487,35	24.633.278,70	D	
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	19.226.328,61	326.397,47	18.899.931,14	D	
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	0,00	1.005.847,99	0,00	1.005.847,99	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.07	DESPESA DE PESSOAL A APROPRIAR	0,00	190.573,55	190.573,55	0,00		DEVEDOR
3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	0,00	209.402,99	0,00	209.402,99	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.10	BENS MOVEIS EM COMODATO	0,00	375.000,00	0,00	375.000,00	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00	17.445.504,08	135.823,92	17.309.680,16	D	
3.9.9.9.1.88.01	RESTITUICOES DE RECURSOS DE CONVENIOS E DE CONTRAPARTIDA	0,00	3.563.484,45	0,00	3.563.484,45	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00	13.882.019,63	135.823,92	13.746.195,71	D	DEVEDOR
3.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	0,00	5.946.437,44	213.089,88	5.733.347,56	D	
3.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	0,00	5.946.437,44	213.089,88	5.733.347,56	D	
3.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00	5.946.437,44	213.089,88	5.733.347,56	D	DEVEDOR
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	203.784.738,51	576.258.773,67	-372.474.035,16	C	
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	0,00	203.160,22	276.081,91	-72.921,69	C	
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	203.160,22	276.081,91	-72.921,69	C	
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	0,00	203.160,22	276.081,91	-72.921,69	C	
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00	203.160,22	276.081,91	-72.921,69	C	
4.4.5.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	0,00	203.160,22	276.081,91	-72.921,69	C	CREDOR
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	0,00	180.719.022,68	545.227.482,74	-364.508.460,06	C	
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00	180.312.433,28	515.310.690,54	-334.998.257,26	C	
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00	180.312.433,28	497.333.367,32	-317.020.934,04	C	
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00	180.312.433,28	497.333.367,32	-317.020.934,04	C	
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	0,00	68.829.371,36	259.664.248,14	-190.834.876,78	C	
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00	66.504.371,71	112.798.458,91	-46.294.087,20	C	CREDOR

4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00		2.324.999,65	71.833.261,07	-69.508.261,42	C	CREDOR
4.5.1.1.2.01.06	EXECUCAO DESPESA DE PESSSOAL CENTRALIZADA ADM DIRETA	0,00		0,00	75.032.528,16	-75.032.528,16	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	0,00		36.439.623,46	120.727.746,69	-84.288.123,23	C	
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00		36.353.876,07	120.727.224,73	-84.373.348,66	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS	0,00		85.747,39	521,96	85.225,43	D	
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	0,00		85.747,39	521,96	85.225,43	D	DEVEDOR
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	0,00		0,00	35.046.474,94	-35.046.474,94	C	
4.5.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		0,00	35.046.474,94	-35.046.474,94	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	0,00		75.043.438,46	81.894.897,55	-6.851.459,09	C	
4.5.1.1.2.99.01	MOVIMENTACAO FINANCEIRA DECORRENTE DE RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA CONTRA PARTIDA RECURSO TESOURO EST	0,00		1.381,14	51.281,51	-49.900,37	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	0,00		75.042.042,32	79.983.588,65	-4.941.546,33	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	0,00		15,00	1.860.027,39	-1.860.012,39	C	
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	0,00		15,00	1.860.027,39	-1.860.012,39	C	CREDOR
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00		0,00	17.977.323,22	-17.977.323,22	C	
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00		0,00	17.977.323,22	-17.977.323,22	C	
4.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		0,00	1.289,38	-1.289,38	C	CREDOR
4.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO RECEBIDO/DEVOLVIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	0,00		0,00	17.976.033,84	-17.976.033,84	C	CREDOR
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	0,00		0,00	26.462.971,55	-26.462.971,55	C	
4.5.2.1	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	0,00		0,00	21.995.833,28	-21.995.833,28	C	
4.5.2.1.3	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIAO	0,00		0,00	21.995.833,28	-21.995.833,28	C	
4.5.2.1.3.01	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	0,00		0,00	21.995.833,28	-21.995.833,28	C	CREDOR
4.5.2.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	0,00		0,00	3.707.138,27	-3.707.138,27	C	
4.5.2.3.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - INTER OFSS - UNIAO	0,00		0,00	3.707.138,27	-3.707.138,27	C	
4.5.2.3.3.01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	0,00		0,00	3.707.138,27	-3.707.138,27	C	CREDOR
4.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	
4.5.2.4.3	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	
4.5.2.4.3.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	CREDOR
4.5.3	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	0,00		406.589,40	3.453.820,65	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00		406.589,40	3.453.820,65	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		406.589,40	3.453.820,65	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2.1.01	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0,00		406.589,40	3.453.820,65	-3.047.231,25	C	CREDOR
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	0,00		0,00	42.353,96	-42.353,96	C	
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00		0,00	42.353,96	-42.353,96	C	
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	0,00		0,00	42.353,96	-42.353,96	C	
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		0,00	42.353,96	-42.353,96	C	
4.6.3.9.1.01	INCORPORACAO DE ESTOQUES	0,00		0,00	34.277,84	-34.277,84	C	CREDOR
4.6.3.9.1.03	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	0,00		0,00	8.076,12	-8.076,12	C	CREDOR
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00		22.862.555,61	30.712.855,06	-7.850.299,45	C	
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00		22.620.673,93	22.620.673,93	0,00		
4.9.1.1	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00		22.620.673,93	22.620.673,93	0,00		
4.9.1.1.1	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDACAO	0,00		22.620.673,93	22.620.673,93	0,00		
4.9.1.1.1.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	0,00		22.620.673,93	22.620.673,93	0,00		CREDOR
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00		241.881,68	8.092.181,13	-7.850.299,45	C	
4.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	0,00		0,00	130.197,21	-130.197,21	C	
4.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	0,00		0,00	130.197,21	-130.197,21	C	
4.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	0,00		0,00	130.197,21	-130.197,21	C	CREDOR
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00		241.881,68	7.961.983,92	-7.720.102,24	C	
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		28.791,80	2.015.546,48	-1.986.754,68	C	
4.9.9.9.1.06	INSCRICAO/ATUALIZACAO DE BENS E DIREITOS	0,00		28.791,80	155.548,39	-126.756,59	C	CREDOR
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	0,00		0,00	1.161.288,93	-1.161.288,93	C	CREDOR
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	0,00		0,00	565.916,72	-565.916,72	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	0,00		0,00	128.312,44	-128.312,44	C	
4.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	0,00		0,00	128.312,44	-128.312,44	C	
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNACOES E RETENCOES B.F	0,00		0,00	110.827,93	-110.827,93	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	0,00		0,00	17.484,51	-17.484,51	C	CREDOR
4.9.9.9.1.99	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00		0,00	4.480,00	-4.480,00	C	CREDOR
4.9.9.9.2	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	0,00		213.089,88	5.946.437,44	-5.733.347,56	C	
4.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	0,00		213.089,88	5.946.437,44	-5.733.347,56	C	
4.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	0,00		213.089,88	5.946.437,44	-5.733.347,56	C	CREDOR
Total Patrimonial		0,00		1.616.087.488,33	1.616.087.488,33	0,00		
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	96.143.679,39	D	1.210.114.178,80	479.207.562,94	827.050.295,25	D	
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	0,00		1.157.018.721,42	479.207.562,94	677.811.158,48	D	
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	0,00		1.157.018.721,42	479.207.562,94	677.811.158,48	D	
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	0,00		812.503.329,67	433.473.114,77	379.030.214,90	D	
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL	0,00		329.717.871,30	2.238.998,30	327.478.873,00	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00		482.785.458,37	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00		482.785.458,37	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01.01	CRÉDITOS SUPLEMENTARES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	0,00		425.121.339,78	0,00	425.121.339,78	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	0,00		57.664.118,59	0,00	57.664.118,59	D	DEVEDOR
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00		0,00	431.234.116,47	-431.234.116,47	C	
5.2.2.1.9.01	(-) CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ANULADOS	0,00		0,00	373.569.997,88	-373.569.997,88	C	CREDOR
5.2.2.1.9.02	(-) ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	0,00		0,00	57.664.118,59	-57.664.118,59	C	CREDOR
5.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	0,00		344.515.391,75	45.734.448,17	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00		344.515.391,75	45.734.448,17	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA	0,00		344.515.391,75	45.734.448,17	298.780.943,58	D	DEVEDOR
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	96.143.679,39	D	53.095.457,38	0,00	149.239.136,77	D	
5.3.1	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	DEVEDOR
5.3.2	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	DEVEDOR
5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	0,00		53.095.457,38	0,00	53.095.457,38	D	
5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		41.746.291,18	0,00	41.746.291,18	D	DEVEDOR
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		11.349.166,20	0,00	11.349.166,20	D	DEVEDOR

6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-96.143.679,39	C	2.624.382.289,25	3.355.288.905,11	-827.050.295,25	C	
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00		2.495.295.102,47	3.173.106.260,95	-677.811.158,48	C	
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00		30.932.820,94	30.932.820,94	0,00		
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00		30.323.071,32	609.749,62	29.713.321,70	D	
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	0,00		30.323.071,32	609.749,62	29.713.321,70	D	VARIÁVEL
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	0,00		609.749,62	30.323.071,32	-29.713.321,70	C	
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	0,00		609.749,62	30.323.071,32	-29.713.321,70	C	CREDOR
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	0,00		2.464.362.281,53	3.142.173.440,01	-677.811.158,48	C	
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	0,00		2.418.627.833,36	2.797.658.048,26	-379.030.214,90	C	
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL	0,00		1.588.390.852,90	1.775.064.875,73	-186.674.022,83	C	CREDOR
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	0,00		568.475.187,87	568.479.488,37	-4.300,50	C	CREDOR
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	0,00		261.761.792,59	454.113.684,16	-192.351.891,57	C	
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	0,00		172.667.171,85	203.179.252,14	-30.512.080,29	C	CREDOR
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO	0,00		1.354.291,07	1.373.836,07	-19.545,00	C	CREDOR
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00		85.184.210,13	95.137.937,14	-9.953.727,01	C	CREDOR
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	0,00		2.556.119,54	154.422.658,81	-151.866.539,27	C	CREDOR
6.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	0,00		45.734.448,17	344.515.391,75	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	0,00		45.734.448,17	344.515.391,75	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS	0,00		45.734.448,17	344.515.391,75	-298.780.943,58	C	CREDOR
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-96.143.679,39	C	129.087.186,78	182.182.644,16	-149.239.136,77	C	
6.3.1	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-24.647.945,29	C	43.076.279,59	43.076.279,59	-24.647.945,29	C	
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-24.204.233,28	C	24.206.312,64	10.297.529,29	-10.295.449,93	C	CREDOR
6.3.1.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	-443.712,01	C	1.513.066,14	1.988.570,09	-919.215,96	C	CREDOR
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	0,00		6.519.722,75	6.598.509,75	-78.787,00	C	CREDOR
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	0,00		1.114.422,06	6.519.227,72	-5.404.805,66	C	CREDOR
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	0,00		9.722.756,00	17.672.442,74	-7.949.686,74	C	CREDOR
6.3.2	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-71.495.734,10	C	85.072.146,23	85.072.146,23	-71.495.734,10	C	
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-71.495.734,10	C	77.094.852,54	7.977.293,69	-2.378.175,25	C	CREDOR
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	0,00		7.977.293,69	77.077.368,03	-69.100.074,34	C	CREDOR
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	0,00		0,00	17.484,51	-17.484,51	C	CREDOR
6.3.8	INSCRICAO RESTOS A PAGAR	0,00		938.760,96	54.034.218,34	-53.095.457,38	C	
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00		938.760,96	41.746.291,18	-40.807.530,22	C	CREDOR
6.3.8.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	0,00		0,00	938.760,96	-938.760,96	C	CREDOR
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	0,00		0,00	11.349.166,20	-11.349.166,20	C	CREDOR
Total Orçamentário		0,00		3.834.496.468,05	3.834.496.468,05	0,00		
7	CONTROLES DEVEDORES	3.195.151.279,88	D	555.506.929,10	466.255.897,86	3.284.402.311,12	D	
7.1	ATOS POTENCIAIS	3.195.151.279,88	D	516.238.242,13	434.516.894,38	3.276.872.627,63	D	
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	135.351.744,27	D	13.846.740,06	22.064.225,59	127.134.258,74	D	
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	
7.1.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	DEVEDOR
7.1.1.2	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	120.041.874,50	D	13.270.363,53	19.832.891,77	113.479.346,26	D	
7.1.1.2.1	DIREITOS CONVENIADOS	120.041.874,50	D	13.270.363,53	19.832.891,77	113.479.346,26	D	DEVEDOR
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.292.479,83	D	576.376,53	2.231.333,82	13.637.522,54	D	
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	15.292.479,83	D	576.376,53	2.231.333,82	13.637.522,54	D	DEVEDOR
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.059.799.535,61	D	502.391.502,07	412.452.668,79	3.149.738.368,89	D	
7.1.2.2	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	2.341.249.086,92	D	456.473.849,43	399.238.452,86	2.398.484.483,49	D	
7.1.2.2.1	OBRIGACOES CONVENIADAS	2.341.249.086,92	D	456.473.849,43	399.238.452,86	2.398.484.483,49	D	DEVEDOR
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS	714.326.854,45	D	45.537.646,39	13.209.209,68	746.655.291,16	D	
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	29.620.844,87	D	756.119,70	145.634,70	30.231.329,87	D	DEVEDOR
7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	666.508.769,67	D	44.145.057,28	12.735.134,35	697.918.692,60	D	DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	8.475.723,37	D	631.144,01	210.000,00	8.896.867,38	D	DEVEDOR
7.1.2.3.4	CONTRATOS DE OBRAS	9.721.516,54	D	5.325,40	118.440,63	9.608.401,31	D	DEVEDOR
7.1.2.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.223.594,24	D	380.006,25	5.006,25	4.598.594,24	D	
7.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.223.594,24	D	380.006,25	5.006,25	4.598.594,24	D	DEVEDOR
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00		30.102.499,92	22.572.816,43	7.529.683,49	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	0,00		30.102.499,92	22.572.816,43	7.529.683,49	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00		30.102.499,92	22.572.816,43	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00		30.102.499,92	22.572.816,43	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	0,00		29.324.889,35	406.589,40	28.918.299,95	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00		607.209,14	0,00	607.209,14	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICACAO	0,00		170.401,43	22.166.227,03	-21.995.825,60	C	DEVEDOR
7.6	CONTROLES FISCAIS	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		
7.6.3	CONTROLES PARA FINS DA LRF	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		
7.6.3.3	CONTROLES DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA LRF	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		DEVEDOR
8	CONTROLES CREDORES	-3.195.151.279,88	C	742.079.734,93	831.330.766,17	-3.284.402.311,12	C	
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-3.195.151.279,88	C	709.202.591,69	790.923.939,44	-3.276.872.627,63	C	
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-135.351.744,27	C	54.901.698,57	46.684.213,04	-127.134.258,74	C	
8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1	EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	CREDOR
8.1.1.2	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-120.041.874,50	C	52.670.364,75	46.107.836,51	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS	-120.041.874,50	C	52.670.364,75	46.107.836,51	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1.01	DIREITOS CONVENIADOS - A RECEBER	-19.509.128,79	C	23.090.896,79	12.992.139,27	-9.410.371,27	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR	-100.532.745,71	C	29.579.467,96	33.115.697,24	-104.068.974,99	C	
8.1.1.2.1.02.01	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A EMPENHAR	-9.770.834,05	C	8.351.710,21	4.745.362,54	-6.164.486,38	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.02	DIREITOS CONVENIADOS - EMPENHADOS A LIQUIDAR	-395.918,74	C	8.509.921,59	8.142.520,25	-28.517,40	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.03	DIREITOS CONVENIADOS - LIQUIDADO/RETENCOES A PAGAR	-1.210.873,81	C	10.717.892,88	9.509.921,58	-2.902,51	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.04	DIREITOS CONVENIADOS-PAGO/RESTITUIDO/TRANSFERIDO EXECUCAO CONTRAPARTIDA CONVENIO/BLOQUEADO	-89.155.119,11	C	1.999.943,28	10.717.892,87	-97.873.068,70	C	CREDOR
8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-15.292.479,83	C	2.231.333,82	576.376,53	-13.637.522,54	C	
8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-15.292.479,83	C	2.231.333,82	576.376,53	-13.637.522,54	C	
8.1.1.9.1.01	BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS	-2.030.500,00	C	2.030.500,00	0,00	0,00		
8.1.1.9.1.01.01	BENEFICIARIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS - A COMPROVAR	-2.030.500,00	C	2.030.500,00	0,00	0,00		CREDOR

8.1.1.9.1.02	RESPONSÁVEIS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS	-43.766,45	C	0,00	0,00	-43.766,45	C	
8.1.1.9.1.02.01	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - DIARIAS DE VIAGEM	-34.710,92	C	0,00	0,00	-34.710,92	C	CREDOR
8.1.1.9.1.02.02	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - ADIANTAMENTOS	-9.055,53	C	0,00	0,00	-9.055,53	C	CREDOR
8.1.1.9.1.05	RESPONSÁVEIS POR RECURSOS ENTREGUES PARA PAGAMENTO DE PESSOAL	-1.064.278,97	C	0,00	107.927,68	-1.172.206,65	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-9.581.879,81	C	200.833,82	397.509,41	-9.778.555,40	C	
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	-452,50	C	0,00	0,00	-452,50	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.03	FALTA OU NAO APROVACAO DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIO	-8.900.301,51	C	49.661,82	0,00	-8.850.639,69	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-681.125,80	C	151.172,00	397.509,41	-927.463,21	C	CREDOR
8.1.1.9.1.10	BENS MOVEIS DO ESTADO ENTREGUES A TERCEIROS P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-2.550.571,38	C	0,00	70.939,44	-2.621.510,82	C	CREDOR
8.1.1.9.1.16	BENS MOVEIS ENTREGUES P/ OUTRA UNIDADE ADMINIST. DO ESTADO	-21.483,22	C	0,00	0,00	-21.483,22	C	CREDOR
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-3.059.799.535,61	C	654.300.893,12	744.239.726,40	-3.149.738.368,89	C	
8.1.2.2	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-2.341.249.086,92	C	619.643.100,73	676.878.497,30	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	-2.341.249.086,92	C	619.643.100,73	676.878.497,30	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS A EMPENHAR	-1.519.532.259,91	C	49.355.632,46	69.021.373,83	-1.539.198.001,28	C	CREDOR
8.1.2.2.1.02	OBRIGACOES CONVENIADAS A LIQUIDAR	-556.374,12	C	55.147.241,14	54.825.819,40	-234.952,38	C	CREDOR
8.1.2.2.1.03	OBRIGACOES CONVENIADAS A PAGAR	-66.640.061,96	C	113.845.150,61	57.349.075,95	-10.143.987,30	C	CREDOR
8.1.2.2.1.04	OBRIGACOES CONVENIADAS A COMPROVAR	-754.520.390,93	C	401.295.076,52	495.682.228,12	-848.907.542,53	C	CREDOR
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	-714.326.854,45	C	34.652.786,14	66.981.222,85	-746.655.291,16	C	
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-29.620.844,87	C	399.562,60	1.010.047,60	-30.231.329,87	C	
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-12.750.653,97	C	254.802,60	756.119,70	-13.251.971,07	C	CREDOR
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-16.870.190,90	C	144.760,00	253.927,90	-16.979.358,80	C	CREDOR
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	-666.508.769,67	C	33.216.114,02	64.626.036,95	-697.918.692,60	C	
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVICO - A EXECUTAR	-188.163.696,56	C	28.872.950,08	44.290.407,24	-203.581.153,72	C	CREDOR
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVICO - EXECUTADOS	-478.345.073,11	C	4.343.163,94	20.335.629,71	-494.337.538,88	C	CREDOR
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-8.475.723,37	C	800.228,26	1.221.372,27	-8.896.867,38	C	
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-4.247.550,20	C	791.821,09	632.551,18	-4.088.280,29	C	CREDOR
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-4.228.173,17	C	8.407,17	588.821,09	-4.808.587,09	C	CREDOR
8.1.2.3.4	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS	-9.721.516,54	C	236.881,26	123.766,03	-9.608.401,31	C	
8.1.2.3.4.01	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS - A EXECUTAR	-9.721.516,54	C	118.440,63	5.325,40	-9.608.401,31	C	CREDOR
8.1.2.3.4.02	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS - EXECUTADOS	0,00		118.440,63	118.440,63	0,00		CREDOR
8.1.2.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.223.594,24	C	5.006,25	380.006,25	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.223.594,24	C	5.006,25	380.006,25	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1.08	BENS MOVEIS DE TERCEIROS ENTREGUES AO ESTADO P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-4.223.594,24	C	5.006,25	380.006,25	-4.598.594,24	C	CREDOR
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	0,00		23.710.956,19	31.240.639,68	-7.529.683,49	C	
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO	0,00		23.710.956,19	31.240.639,68	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	0,00		23.710.956,19	31.240.639,68	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇAO DE RECURSOS A UTILIZAR	0,00		23.180.025,57	30.102.499,92	-6.922.474,35	C	
8.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	0,00		406.589,40	29.324.889,35	-28.918.299,95	C	
8.2.1.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	0,00		406.589,40	29.324.889,35	-28.918.299,95	C	CREDOR
8.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		607.209,14	607.209,14	0,00		
8.2.1.1.1.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00		607.209,14	607.209,14	0,00		CREDOR
8.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	0,00		22.166.227,03	170.401,43	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		22.166.227,03	170.401,43	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		22.166.227,03	170.401,43	21.995.825,60	D	CREDOR
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO E ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00		521.447,66	616.692,10	-95.244,44	C	
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00		521.447,66	9.482,96	511.964,70	D	
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL	0,00		53.649,88	1.848,06	51.801,82	D	
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIV	0,00		53.649,88	1.848,06	51.801,82	D	CREDOR
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	0,00		467.797,78	7.634,90	460.162,88	D	
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - OUTROS RECURSOS	0,00		467.797,78	7.634,90	460.162,88	D	CREDOR
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00		0,00	607.209,14	-607.209,14	C	
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		0,00	607.209,14	-607.209,14	C	CREDOR
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	0,00		9.482,96	521.447,66	-511.964,70	C	
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	0,00		1.848,06	53.649,88	-51.801,82	C	
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	0,00		1.848,06	53.649,88	-51.801,82	C	CREDOR
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	0,00		7.634,90	467.797,78	-460.162,88	C	
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	0,00		7.634,90	467.797,78	-460.162,88	C	CREDOR
8.6	CONTROLES FISCAIS	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		
8.6.3	CONTROLES PARA FINS DA LRF	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		
8.6.3.3	CONTROLES DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA LRF	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		
8.6.3.3.1	DESPESA COM PESSOAL NAO EXECUTADA ORCAMENTARIAMENTE	0,00		9.166.187,05	9.166.187,05	0,00		CREDOR
Total Controle		0,00		1.297.586.664,03	1.297.586.664,03	0,00		
Total Geral		0,00		6.748.170.620,41	6.748.170.620,41	0,00		

Data **28/02/2025 11:30:17:022**

CERTIFICAMOS A EXATIDAO DA MOVIMENTACAO CONTABIL NESTE BALANCETE

_____ _____

CONTADOR

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.02.28 15:45:57 -03'00'

Balancete de Verificação	
Exercício	**2024**
Mês	**Dezembro**
Unidade Orçamentária	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Conta	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C	Tipo Saldo Conta
1	ATIVO	436.473.784,93	D	102.102.344,57	88.096.380,57	450.479.748,93	D	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	282.168.165,16	D	100.474.374,28	87.282.499,82	295.360.039,62	D	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	156.310.265,84	D	54.293.877,64	77.279.220,29	133.324.923,19	D	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	156.310.265,84	D	54.293.877,64	77.279.220,29	133.324.923,19	D	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	11.128.274,62	D	9.345.735,83	12.785.117,05	7.688.893,40	D	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.322.288,23	D	5.576.066,43	8.379.672,07	1.518.682,59	D	DEVEDOR
1.1.1.1.1.07	O.P. BANCARIAS/TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS A COMPENSAR - DEMAIS RECURSOS - CONTA MOVIMENTO E CONTAS INTERNAS	0,00		3.684.034,16	3.684.034,16	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	6.805.986,39	D	85.635,24	721.410,82	6.170.210,81	D	DEVEDOR
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	145.181.991,22	D	44.948.141,81	64.494.103,24	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOURARIA	127.267.667,81	D	10.107.062,89	11.738.700,91	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	22.080,55	D	2.019.942,74	2.042.023,29	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI/CIT	127.245.587,26	D	8.087.120,15	9.696.677,62	125.636.029,79	D	DEVEDOR
1.1.1.1.2.02	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA ESCRITURAL	17.914.323,41	D	34.841.078,92	52.755.402,33	0,00		
1.1.1.1.2.02.01	RECURSOS UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	17.914.323,41	D	34.841.078,92	52.755.402,33	0,00		
1.1.1.1.2.02.01.01	COTA FINANCEIRA - RECURSOS TESOURO ESTADUAL	17.914.323,41	D	34.841.078,92	52.755.402,33	0,00		
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	17.914.323,41	D	30.327.594,02	48.241.917,43	0,00		DEVEDOR
1.1.1.1.2.02.01.01.02	O.P. BANCÁRIAS/TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA A COMPENSAR - RECURSO DO TESOURO	0,00		4.513.484,90	4.513.484,90	0,00		DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	123.588.451,08	D	46.160.951,64	9.995.940,04	159.753.462,68	D	
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	394.505,51	D	31.033,80	159.745,76	265.793,55	D	
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO	394.505,51	D	31.033,80	159.745,76	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	394.505,51	D	31.033,80	159.745,76	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS/DIARIAS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	392.085,61	D	16.560,31	143.627,87	265.018,05	D	DEVEDOR
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	2.419,90	D	14.473,49	16.117,89	775,50	D	DEVEDOR
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	110.973.862,53	D	526.883,80	543.475,62	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	110.973.862,53	D	526.883,80	543.475,62	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	55.022,62	D	0,00	0,00	55.022,62	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORCAMENTÁRIO	79.369,21	D	526.883,80	526.883,80	79.369,21	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.03	PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS IMPUGNADAS	23.863.424,21	D	0,00	16.591,82	23.846.832,39	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	86.976.046,49	D	0,00	0,00	86.976.046,49	D	DEVEDOR
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	12.220.083,04	D	45.603.034,04	9.292.718,66	48.530.398,42	D	
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACÃO	5.940.052,45	D	9.136.290,99	4.932.356,14	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08	RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	5.940.052,45	D	9.136.290,99	4.932.356,14	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08.88	RECURSOS A LIBERAR-CONVENIOS DE SAIDA DE RECURSO	5.940.052,45	D	9.136.290,99	4.932.356,14	10.143.987,30	D	DEVEDOR
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	6.280.030,59	D	36.466.743,05	4.360.362,52	38.386.411,12	D	
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	6.280.030,59	D	36.466.743,05	4.360.362,52	38.386.411,12	D	DEVEDOR
1.1.5	ESTOQUES	2.269.448,24	D	19.545,00	7.339,49	2.281.653,75	D	
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	2.269.448,24	D	19.545,00	7.339,49	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.269.448,24	D	19.545,00	7.339,49	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	2.268.539,32	D	0,00	7.339,49	2.261.199,83	D	DEVEDOR
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORACAO - RECEBIMENTO PROVISOI	908,92	D	19.545,00	0,00	20.453,92	D	DEVEDOR
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	154.305.619,77	D	1.627.970,29	813.880,75	155.119.709,31	D	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98.03	CONTRIBUICÕES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	DEVEDOR
1.2.3	IMOBILIZADO	153.454.336,88	D	1.627.970,29	813.880,75	154.268.426,42	D	
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	12.538.131,64	D	1.614.546,17	716.657,27	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	12.538.131,64	D	1.614.546,17	716.657,27	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	12.485.984,24	D	326.766,37	326.932,47	12.485.818,14	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.03	MATERIAL PERMANENTE PENDENTE DE INCORPORACAO -RECEBIMENTO PROVISORIO	4.480,00	D	1.287.779,80	389.724,80	902.535,00	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.04	BENS MOVEIS A TRANSFERIR	47.667,40	D	0,00	0,00	47.667,40	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.88	BENS MOVEIS A INCORPORAR	10.474,07	D	0,00	0,00	10.474,07	D	
1.2.3.1.1.88.01	BENS MOVEIS A INCORPORAR	10.474,07	D	0,00	0,00	10.474,07	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MOVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERENCIA	-10.474,07	C	0,00	0,00	-10.474,07	C	
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERENCIA	-10.474,07	C	0,00	0,00	-10.474,07	C	CREDOR
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	DEVEDOR
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-2.653.380,22	C	13.424,12	97.223,48	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-2.653.380,22	C	13.424,12	97.223,48	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-2.653.380,22	C	13.424,12	97.223,48	-2.737.179,58	C	CREDOR
1.2.4	INTANGIVEL	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1	SOFTWARES	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	-474.313.137,72	C	11.975.894,23	17.727.570,73	-480.064.814,22	C	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-7.179.093,14	C	11.975.894,23	17.727.570,73	-12.930.769,64	C	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-7.096,42	C	52.560,63	53.327,53	-7.863,32	C	
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-4.335,22	C	51.880,07	52.189,26	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-4.335,22	C	51.880,07	52.189,26	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	-4.335,22	C	51.880,07	52.189,26	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	0,00		45.841,69	45.841,69	0,00		CREDOR
2.1.1.1.1.01.02	PESSOAL - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA / ESTAGIÁRIO	-4.335,22	C	6.038,38	6.347,57	-4.644,41	C	CREDOR
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-2.761,20	C	680,56	1.138,27	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-2.761,20	C	680,56	1.138,27	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-2.761,20	C	680,56	1.138,27	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01.02	ENCARGOS SOCIAIS - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA	-2.761,20	C	680,56	1.138,27	-3.218,91	C	CREDOR

2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-3.836.911,38	C	4.369.441,91	10.200.254,86	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-3.836.911,38	C	4.369.441,91	10.200.254,86	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-3.836.911,38	C	4.369.441,91	10.200.254,86	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-3.836.911,38	C	4.369.441,91	10.200.254,86	-9.667.724,33	C	CREDOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-3.335.085,34	C	7.553.891,69	7.473.988,34	-3.255.181,99	C	
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	-637.403,68	C	740.162,68	745.601,48	-642.842,48	C	
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-637.403,68	C	740.162,68	745.601,48	-642.842,48	C	
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	-4.430,45	C	48.216,09	48.216,09	-4.430,45	C	CREDOR
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	-300,81	C	78.490,81	78.406,35	-216,35	C	CREDOR
2.1.8.8.1.04	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL	-51.703,48	C	0,00	0,00	-51.703,48	C	CREDOR
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	-306.493,04	C	407.882,46	411.064,00	-309.674,58	C	CREDOR
2.1.8.8.1.13	RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	-6.682,64	C	199.764,53	199.764,53	-6.682,64	C	CREDOR
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-267.793,26	C	5.808,79	8.150,51	-270.134,98	C	CREDOR
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-2.697.681,66	C	6.813.729,01	6.728.386,86	-2.612.339,51	C	
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-2.697.681,66	C	6.813.729,01	6.728.386,86	-2.612.339,51	C	
2.1.8.9.1.01	OBRIG LIQ A PAGAR INVESTIMENTOS GRUPO DESPESA 4	-2.697.681,66	C	6.813.729,01	6.728.386,86	-2.612.339,51	C	CREDOR
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-467.134.044,58	C	0,00	0,00	-467.134.044,58	C	
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIACAO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	CREDOR
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	0,00	0,00	-465.903.811,13	C	
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	0,00	0,00	-465.903.811,13	C	
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.548.644.530,03	D	0,00	0,00	1.548.644.530,03	D	
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.548.644.530,03	D	0,00	0,00	1.548.644.530,03	D	VARIÁVEL
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-1.906.209.105,87	C	0,00	0,00	-1.906.209.105,87	C	
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.906.209.105,87	C	0,00	0,00	-1.906.209.105,87	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-198.533.423,58	C	0,00	0,00	-198.533.423,58	C	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-198.533.423,58	C	0,00	0,00	-198.533.423,58	C	VARIÁVEL
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	90.194.188,29	D	0,00	0,00	90.194.188,29	D	
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.194.188,29	D	0,00	0,00	90.194.188,29	D	VARIÁVEL
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	363.042.189,71	D	48.356.548,33	9.339.637,59	402.059.100,45	D	
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	53.642.166,16	D	9.669.976,09	0,01	63.312.142,24	D	
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	40.451.205,51	D	7.230.357,17	0,01	47.681.562,67	D	
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	40.451.205,51	D	7.230.357,17	0,01	47.681.562,67	D	
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	40.451.205,51	D	7.230.357,17	0,01	47.681.562,67	D	
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	40.451.205,51	D	7.230.357,17	0,01	47.681.562,67	D	DEVEDOR
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	13.166.485,05	D	2.393.255,49	0,00	15.559.740,54	D	
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	12.211,43	D	2.669,34	0,00	14.880,77	D	
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDACAO	12.211,43	D	2.669,34	0,00	14.880,77	D	
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	12.211,43	D	2.669,34	0,00	14.880,77	D	DEVEDOR
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	13.154.273,62	D	2.390.586,15	0,00	15.544.859,77	D	
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	2.540.353,97	D	445.490,98	0,00	2.985.844,95	D	
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	2.540.353,97	D	445.490,98	0,00	2.985.844,95	D	DEVEDOR
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	10.613.919,65	D	1.945.095,17	0,00	12.559.014,82	D	
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	10.613.919,65	D	1.945.095,17	0,00	12.559.014,82	D	DEVEDOR
3.1.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	24.475,60	D	46.363,43	0,00	70.839,03	D	
3.1.9.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	64,21	D	0,00	0,00	64,21	D	
3.1.9.1.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	64,21	D	0,00	0,00	64,21	D	
3.1.9.1.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - TRABALHISTAS	64,21	D	0,00	0,00	64,21	D	DEVEDOR
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - CONSOLIDACAO	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	0,00		45.841,69	0,00	45.841,69	D	DEVEDOR
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	24.411,39	D	521,74	0,00	24.933,13	D	
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO	24.411,39	D	521,74	0,00	24.933,13	D	
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGACOES TRABALHISTAS	24.411,39	D	521,74	0,00	24.933,13	D	DEVEDOR
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.240,80	D	124,08	0,00	1.364,88	D	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.240,80	D	124,08	0,00	1.364,88	D	
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.240,80	D	124,08	0,00	1.364,88	D	
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	1.240,80	D	124,08	0,00	1.364,88	D	
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.240,80	D	124,08	0,00	1.364,88	D	DEVEDOR
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	32.501.652,51	D	1.683.798,56	23.575,27	34.161.875,80	D	
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.540.416,09	D	7.339,49	0,00	3.547.755,58	D	
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	3.540.416,09	D	7.339,49	0,00	3.547.755,58	D	
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	3.540.416,09	D	7.339,49	0,00	3.547.755,58	D	
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	3.540.416,09	D	7.339,49	0,00	3.547.755,58	D	DEVEDOR
3.3.2	SERVIÇOS	28.138.122,99	D	1.579.235,59	23.575,27	29.693.783,31	D	
3.3.2.1	DIÁRIAS	1.114.933,95	D	188.823,52	17.125,39	1.286.632,08	D	
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	1.114.933,95	D	188.823,52	17.125,39	1.286.632,08	D	
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	677.426,70	D	123.762,90	1.815,40	799.374,20	D	DEVEDOR
3.3.2.1.1.03	DIARIAS DE VIAGENS-COLABORADORES EVENTUAIS	437.507,25	D	65.060,62	15.309,99	487.257,88	D	DEVEDOR
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	160.517,43	D	21.730,87	102,92	182.145,38	D	
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	160.517,43	D	21.730,87	102,92	182.145,38	D	
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	160.517,43	D	21.730,87	102,92	182.145,38	D	DEVEDOR
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	26.788.454,47	D	1.363.842,63	6.346,96	28.145.950,14	D	
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	26.444.050,09	D	1.328.412,81	6.346,96	27.766.115,94	D	
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	26.444.050,09	D	1.328.412,81	6.346,96	27.766.115,94	D	DEVEDOR
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	344.404,38	D	35.429,82	0,00	379.834,20	D	
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	344.404,38	D	35.429,82	0,00	379.834,20	D	DEVEDOR
3.3.2.4	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	74.217,14	D	4.838,57	0,00	79.055,71	D	
3.3.2.4.1	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00 - CONSOLIDAÇÃO	74.217,14	D	4.838,57	0,00	79.055,71	D	
3.3.2.4.1.01	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	74.217,14	D	4.838,57	0,00	79.055,71	D	DEVEDOR
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	823.113,43	D	97.223,48	0,00	920.336,91	D	
3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	823.113,43	D	97.223,48	0,00	920.336,91	D	
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	823.113,43	D	97.223,48	0,00	920.336,91	D	

3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	823.113,43	D	97.223,48	0,00	920.336,91	D	DEVEDOR
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.192,72	D	0,00	0,00	2.192,72	D	
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.192,72	D	0,00	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.192,72	D	0,00	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	2.192,72	D	0,00	0,00	2.192,72	D	
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.192,72	D	0,00	0,00	2.192,72	D	DEVEDOR
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	256.262.356,62	D	29.763.881,78	9.237.200,28	276.789.038,12	D	
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	151.746.559,20	D	24.831.525,64	9.237.200,28	167.340.884,56	D	
3.5.1.1	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	149.517.838,58	D	20.471.163,12	9.237.200,28	160.751.801,42	D	
3.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	149.517.838,58	D	20.471.163,12	9.237.200,28	160.751.801,42	D	
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	62.537.211,52	D	8.039.211,63	1.068.161,73	69.508.261,42	D	
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	62.537.211,52	D	8.039.211,63	1.068.161,73	69.508.261,42	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	81.329.908,27	D	11.106.597,38	8.148.382,42	84.288.123,23	D	
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	81.400.051,60	D	11.106.520,98	8.133.223,92	84.373.348,66	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS	-70.143,33	C	76,40	15.158,50	-85.225,43	C	
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-70.143,33	C	76,40	15.158,50	-85.225,43	C	CREDOR
3.5.1.1.2.88	ARRECADAÇÕES A CORRESPONDER	3.155,50	D	16.783,13	19.938,63	0,00		
3.5.1.1.2.88.01	ARRECADACOES A CORRESPONDER	3.155,50	D	16.783,13	19.938,63	0,00		DEVEDOR
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	5.647.563,29	D	1.308.570,98	717,50	6.955.416,77	D	
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	4.633.675,06	D	377.144,99	641,10	5.010.178,95	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	1.013.888,23	D	931.425,99	76,40	1.945.237,82	D	
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMIFP	70.143,33	D	15.158,50	76,40	85.225,43	D	DEVEDOR
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	943.744,90	D	916.267,49	0,00	1.860.012,39	D	DEVEDOR
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	2.228.720,62	D	4.360.362,52	0,00	6.589.083,14	D	
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	2.228.720,62	D	4.360.362,52	0,00	6.589.083,14	D	
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	1.022.361,27	D	4.360.362,52	0,00	5.382.723,79	D	DEVEDOR
3.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO CONCEDIDO/RESTITUIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	1.206.359,35	D	0,00	0,00	1.206.359,35	D	DEVEDOR
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	62.009.714,25	D	2.867.971,45	0,00	64.877.685,70	D	
3.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	62.009.714,25	D	2.867.971,45	0,00	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	62.009.714,25	D	2.867.971,45	0,00	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5.88	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	62.009.714,25	D	2.867.971,45	0,00	64.877.685,70	D	
3.5.2.4.5.88.02	CONCESSAO DE AUXILIOS/CONTRIBUICOES	62.009.714,25	D	2.867.971,45	0,00	64.877.685,70	D	DEVEDOR
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	42.506.083,17	D	2.064.384,69	0,00	44.570.467,86	D	
3.5.3.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	42.506.083,17	D	2.064.384,69	0,00	44.570.467,86	D	
3.5.3.1.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	42.506.083,17	D	2.064.384,69	0,00	44.570.467,86	D	
3.5.3.1.1.01	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS-ONGS,OSCIPS E OS	42.506.083,17	D	2.064.384,69	0,00	44.570.467,86	D	DEVEDOR
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.014.491,52	D	326.932,47	0,00	1.341.423,99	D	
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.014.491,52	D	326.932,47	0,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.014.491,52	D	326.932,47	0,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	1.014.491,52	D	326.932,47	0,00	1.341.423,99	D	
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	1.913,64	D	733,86	0,00	2.647,50	D	DEVEDOR
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	1.012.577,88	D	326.198,61	0,00	1.338.776,49	D	DEVEDOR
3.7	TRIBUTÁRIAS	16.360,85	D	0,00	0,00	16.360,85	D	
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.703,89	D	0,00	0,00	15.703,89	D	
3.7.1.1	IMPOSTOS	8.787,07	D	0,00	0,00	8.787,07	D	
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	8.787,07	D	0,00	0,00	8.787,07	D	
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	8.787,07	D	0,00	0,00	8.787,07	D	DEVEDOR
3.7.1.2	TAXAS	6.916,82	D	0,00	0,00	6.916,82	D	
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	6.916,82	D	0,00	0,00	6.916,82	D	
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	6.916,82	D	0,00	0,00	6.916,82	D	DEVEDOR
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	656,96	D	0,00	0,00	656,96	D	
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	656,96	D	0,00	0,00	656,96	D	
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	656,96	D	0,00	0,00	656,96	D	
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	656,96	D	0,00	0,00	656,96	D	DEVEDOR
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.601.728,53	D	6.911.835,35	78.862,03	26.434.701,85	D	
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.601.728,53	D	6.911.835,35	78.862,03	26.434.701,85	D	
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	234,78	D	0,00	0,00	234,78	D	
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	234,78	D	0,00	0,00	234,78	D	
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	234,78	D	0,00	0,00	234,78	D	DEVEDOR
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	751.379,77	D	1.049.808,60	0,00	1.801.188,37	D	
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	751.379,77	D	1.049.808,60	0,00	1.801.188,37	D	
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	751.379,77	D	1.049.808,60	0,00	1.801.188,37	D	DEVEDOR
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	18.850.113,98	D	5.862.026,75	78.862,03	24.633.278,70	D	
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	14.686.763,64	D	4.228.503,34	15.335,84	18.899.931,14	D	
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	989.256,17	D	16.591,82	0,00	1.005.847,99	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.07	DESPESA DE PESSOAL A APROPRIAR	0,00		7.485,84	7.485,84	0,00		DEVEDOR
3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	209.402,99	D	0,00	0,00	209.402,99	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.10	BENS MOVEIS EM COMODATO	375.000,00	D	0,00	0,00	375.000,00	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	13.113.104,48	D	4.204.425,68	7.850,00	17.309.680,16	D	
3.9.9.9.1.88.01	RESTITUICOES DE RECURSOS DE CONVENIOS E DE CONTRAPARTIDA	622.142,08	D	2.941.342,37	0,00	3.563.484,45	D	DEVEDOR
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	12.490.962,40	D	1.263.083,31	7.850,00	13.746.195,71	D	DEVEDOR
3.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.163.350,34	D	1.633.523,41	63.526,19	5.733.347,56	D	
3.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	4.163.350,34	D	1.633.523,41	63.526,19	5.733.347,56	D	
3.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	4.163.350,34	D	1.633.523,41	63.526,19	5.733.347,56	D	DEVEDOR
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-325.202.836,92	C	110.495.455,25	157.766.653,49	-372.474.035,16	C	
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-193.319,88	C	199.764,53	79.366,34	-72.921,69	C	
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-193.319,88	C	199.764,53	79.366,34	-72.921,69	C	
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-193.319,88	C	199.764,53	79.366,34	-72.921,69	C	
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-193.319,88	C	199.764,53	79.366,34	-72.921,69	C	
4.4.5.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	-193.319,88	C	199.764,53	79.366,34	-72.921,69	C	CREDOR
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-318.711.197,23	C	108.369.957,97	154.167.220,80	-364.508.460,06	C	
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-291.559.687,80	C	107.963.368,57	151.401.938,03	-334.998.257,26	C	
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-273.582.364,58	C	107.963.368,57	151.401.938,03	-317.020.934,04	C	
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-273.582.364,58	C	107.963.368,57	151.401.938,03	-317.020.934,04	C	
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	-122.206.356,68	C	24.781.469,72	93.409.989,82	-190.834.876,78	C	

4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-59.669.145,16	C	23.713.307,99	10.338.250,03	-46.294.087,20	C	CREDOR
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-62.537.211,52	C	1.068.161,73	8.039.211,63	-69.508.261,42	C	CREDOR
4.5.1.1.2.01.06	EXECUCAO DESPESA DE PESSSOAL CENTRALIZADA ADM DIRETA	0,00		0,00	75.032.528,16	-75.032.528,16	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-81.329.908,27	C	8.148.382,42	11.106.597,38	-84.288.123,23	C	
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-81.400.051,60	C	8.133.223,92	11.106.520,98	-84.373.348,66	C	CREDOR
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS	70.143,33	D	15.158,50	76,40	85.225,43	D	
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	70.143,33	D	15.158,50	76,40	85.225,43	D	DEVEDOR
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	0,00		0,00	35.046.474,94	-35.046.474,94	C	
4.5.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	0,00		0,00	35.046.474,94	-35.046.474,94	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	-70.046.099,63	C	75.033.516,43	11.838.875,89	-6.851.459,09	C	
4.5.1.1.2.99.01	MOVIMENTACAO FINANCEIRA DECORRENTE DE RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA CONTRA PARTIDA RECURSO TESOURO EST	-43.978,64	C	347,17	6.268,90	-49.900,37	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	-69.058.376,09	C	75.033.169,26	10.916.339,50	-4.941.546,33	C	CREDOR
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	-943.744,90	C	0,00	916.267,49	-1.860.012,39	C	
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-943.744,90	C	0,00	916.267,49	-1.860.012,39	C	CREDOR
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-17.977.323,22	C	0,00	0,00	-17.977.323,22	C	
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-17.977.323,22	C	0,00	0,00	-17.977.323,22	C	
4.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-1.289,38	C	0,00	0,00	-1.289,38	C	CREDOR
4.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO RECEBIDO/DEVOLVIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	-17.976.033,84	C	0,00	0,00	-17.976.033,84	C	CREDOR
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-23.861.293,62	C	0,00	2.601.677,93	-26.462.971,55	C	
4.5.2.1	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	-20.154.155,35	C	0,00	1.841.677,93	-21.995.833,28	C	
4.5.2.1.3	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIAO	-20.154.155,35	C	0,00	1.841.677,93	-21.995.833,28	C	
4.5.2.1.3.01	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	-20.154.155,35	C	0,00	1.841.677,93	-21.995.833,28	C	CREDOR
4.5.2.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	-3.707.138,27	C	0,00	0,00	-3.707.138,27	C	
4.5.2.3.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - INTER OFSS - UNIAO	-3.707.138,27	C	0,00	0,00	-3.707.138,27	C	
4.5.2.3.3.01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	-3.707.138,27	C	0,00	0,00	-3.707.138,27	C	CREDOR
4.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	
4.5.2.4.3	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	
4.5.2.4.3.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS	0,00		0,00	760.000,00	-760.000,00	C	CREDOR
4.5.3	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	-3.290.215,81	C	406.589,40	163.604,84	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-3.290.215,81	C	406.589,40	163.604,84	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-3.290.215,81	C	406.589,40	163.604,84	-3.047.231,25	C	
4.5.3.2.1.01	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-3.290.215,81	C	406.589,40	163.604,84	-3.047.231,25	C	CREDOR
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	-41.786,20	C	0,00	567,76	-42.353,96	C	
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-41.786,20	C	0,00	567,76	-42.353,96	C	
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-41.786,20	C	0,00	567,76	-42.353,96	C	
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-41.786,20	C	0,00	567,76	-42.353,96	C	
4.6.3.9.1.01	INCORPORACAO DE ESTOQUES	-34.277,84	C	0,00	0,00	-34.277,84	C	CREDOR
4.6.3.9.1.03	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	-7.508,36	C	0,00	567,76	-8.076,12	C	CREDOR
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-6.256.533,61	C	1.925.732,75	3.519.498,59	-7.850.299,45	C	
4.9.1	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-3.155,50	C	1.862.206,56	1.859.051,06	0,00		
4.9.1.1	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-3.155,50	C	1.862.206,56	1.859.051,06	0,00		
4.9.1.1.1	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR - CONSOLIDACAO	-3.155,50	C	1.862.206,56	1.859.051,06	0,00		
4.9.1.1.1.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR	-3.155,50	C	1.862.206,56	1.859.051,06	0,00		CREDOR
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-6.253.378,11	C	63.526,19	1.660.447,53	-7.850.299,45	C	
4.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	-130.197,21	C	0,00	0,00	-130.197,21	C	
4.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	-130.197,21	C	0,00	0,00	-130.197,21	C	
4.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	-130.197,21	C	0,00	0,00	-130.197,21	C	CREDOR
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-6.123.180,90	C	63.526,19	1.660.447,53	-7.720.102,24	C	
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	-1.959.830,56	C	0,00	26.924,12	-1.986.754,68	C	
4.9.9.9.1.06	INSCRICAO/ATUALIZACAO DE BENS E DIREITOS	-126.756,59	C	0,00	0,00	-126.756,59	C	CREDOR
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	-1.147.864,81	C	0,00	13.424,12	-1.161.288,93	C	CREDOR
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	-565.916,72	C	0,00	0,00	-565.916,72	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	-114.812,44	C	0,00	13.500,00	-128.312,44	C	
4.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	-114.812,44	C	0,00	13.500,00	-128.312,44	C	
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNACOES E RETENCOES B.F	-110.827,93	C	0,00	0,00	-110.827,93	C	CREDOR
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	-3.984,51	C	0,00	13.500,00	-17.484,51	C	CREDOR
4.9.9.9.1.99	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	-4.480,00	C	0,00	0,00	-4.480,00	C	CREDOR
4.9.9.9.2	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	-4.163.350,34	C	63.526,19	1.633.523,41	-5.733.347,56	C	
4.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	-4.163.350,34	C	63.526,19	1.633.523,41	-5.733.347,56	C	
4.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	-4.163.350,34	C	63.526,19	1.633.523,41	-5.733.347,56	C	CREDOR
Total Patrimonial		0,00		272.930.242,38	272.930.242,38	0,00		
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	732.445.197,16	D	118.837.949,83	24.232.851,74	827.050.295,25	D	
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	636.301.517,77	D	65.742.492,45	24.232.851,74	677.811.158,48	D	
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	636.301.517,77	D	65.742.492,45	24.232.851,74	677.811.158,48	D	
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	349.964.461,29	D	42.591.843,56	13.526.089,95	379.030.214,90	D	
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL	327.478.873,00	D	0,00	0,00	327.478.873,00	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	440.193.614,81	D	42.591.843,56	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	440.193.614,81	D	42.591.843,56	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01.01	CRÉDITOS SUPLEMENTARES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	391.255.759,17	D	33.865.580,61	0,00	425.121.339,78	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	48.937.855,64	D	8.726.262,95	0,00	57.664.118,59	D	DEVEDOR
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	-417.708.026,52	C	0,00	13.526.089,95	-431.234.116,47	C	
5.2.2.1.9.01	(-) CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ANULADOS	-368.770.170,88	C	0,00	4.799.827,00	-373.569.997,88	C	CREDOR
5.2.2.1.9.02	(-) ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	-48.937.855,64	C	0,00	8.726.262,95	-57.664.118,59	C	CREDOR
5.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	286.337.056,48	D	23.150.648,89	10.706.761,79	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	286.337.056,48	D	23.150.648,89	10.706.761,79	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA	286.337.056,48	D	23.150.648,89	10.706.761,79	298.780.943,58	D	DEVEDOR
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	96.143.679,39	D	53.095.457,38	0,00	149.239.136,77	D	
5.3.1	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	DEVEDOR
5.3.2	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	DEVEDOR
5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	0,00		53.095.457,38	0,00	53.095.457,38	D	

5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		41.746.291,18	0,00	41.746.291,18	D	DEVEDOR
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	0,00		11.349.166,20	0,00	11.349.166,20	D	DEVEDOR
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-732.445.197,16	C	191.141.880,68	285.746.978,77	-827.050.295,25	C	
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-636.301.517,77	C	162.424.203,95	203.933.844,66	-677.811.158,48	C	
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00		3.451.003,04	3.451.003,04	0,00		
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	27.475.026,52	D	2.844.649,11	606.353,93	29.713.321,70	D	
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	27.475.026,52	D	2.844.649,11	606.353,93	29.713.321,70	D	VARIÁVEL
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	-27.475.026,52	C	606.353,93	2.844.649,11	-29.713.321,70	C	
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	-27.475.026,52	C	606.353,93	2.844.649,11	-29.713.321,70	C	CREDOR
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	-636.301.517,77	C	158.973.200,91	200.482.841,62	-677.811.158,48	C	
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	-349.964.461,29	C	148.266.439,12	177.332.192,73	-379.030.214,90	C	
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL	-208.573.958,44	C	103.736.328,13	81.836.392,52	-186.674.022,83	C	CREDOR
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	-4.300,50	C	4.799.827,00	4.799.827,00	-4.300,50	C	CREDOR
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	-141.386.202,35	C	39.730.283,99	90.695.973,21	-192.351.891,57	C	
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-5.252.758,47	C	26.395.946,05	51.655.267,87	-30.512.080,29	C	CREDOR
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO	-202.510,00	C	592.234,80	409.269,80	-19.545,00	C	CREDOR
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-3.819.283,87	C	10.986.296,42	17.120.739,56	-9.953.727,01	C	CREDOR
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	-132.111.650,01	C	1.755.806,72	21.510.695,98	-151.866.539,27	C	CREDOR
6.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	-286.337.056,48	C	10.706.761,79	23.150.648,89	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	-286.337.056,48	C	10.706.761,79	23.150.648,89	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS	-286.337.056,48	C	10.706.761,79	23.150.648,89	-298.780.943,58	C	CREDOR
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-96.143.679,39	C	28.717.676,73	81.813.134,11	-149.239.136,77	C	
6.3.1	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-24.647.945,29	C	27.765.415,77	27.765.415,77	-24.647.945,29	C	
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-18.426.368,70	C	17.853.674,77	9.722.756,00	-10.295.449,93	C	CREDOR
6.3.1.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	-21.160,96	C	0,00	898.055,00	-919.215,96	C	CREDOR
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-102.082,00	C	165.690,00	142.395,00	-78.787,00	C	CREDOR
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	-5.262.410,66	C	23.295,00	165.690,00	-5.404.805,66	C	CREDOR
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	-835.922,97	C	9.722.756,00	16.836.519,77	-7.949.686,74	C	CREDOR
6.3.2	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-71.495.734,10	C	13.500,00	13.500,00	-71.495.734,10	C	
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-2.391.675,25	C	13.500,00	0,00	-2.378.175,25	C	CREDOR
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	-69.100.074,34	C	0,00	0,00	-69.100.074,34	C	CREDOR
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	-3.984,51	C	0,00	13.500,00	-17.484,51	C	CREDOR
6.3.8	INSCRICAO RESTOS A PAGAR	0,00		938.760,96	54.034.218,34	-53.095.457,38	C	
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	0,00		938.760,96	41.746.291,18	-40.807.530,22	C	CREDOR
6.3.8.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	0,00		0,00	938.760,96	-938.760,96	C	CREDOR
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	0,00		0,00	11.349.166,20	-11.349.166,20	C	CREDOR
Total Orçamentário		0,00		309.979.830,51	309.979.830,51	0,00		
7	CONTROLES DEVEDORES	3.272.624.476,71	D	36.638.844,99	24.861.010,58	3.284.402.311,12	D	
7.1	ATOS POTENCIAIS	3.265.496.062,53	D	33.462.064,55	22.085.499,45	3.276.872.627,63	D	
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	145.113.941,82	D	844.720,97	18.824.404,05	127.134.258,74	D	
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	
7.1.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	DEVEDOR
7.1.1.2	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	131.463.942,97	D	839.807,34	18.824.404,05	113.479.346,26	D	
7.1.1.2.1	DIREITOS CONVENIADOS	131.463.942,97	D	839.807,34	18.824.404,05	113.479.346,26	D	DEVEDOR
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.632.608,91	D	4.913,63	0,00	13.637.522,54	D	
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.632.608,91	D	4.913,63	0,00	13.637.522,54	D	DEVEDOR
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.120.382.120,71	D	32.617.343,58	3.261.095,40	3.149.738.368,89	D	
7.1.2.2	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	2.389.858.479,62	D	9.371.743,37	745.739,50	2.398.484.483,49	D	
7.1.2.2.1	OBRIGACOES CONVENIADAS	2.389.858.479,62	D	9.371.743,37	745.739,50	2.398.484.483,49	D	DEVEDOR
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS	725.925.046,85	D	23.245.600,21	2.515.355,90	746.655.291,16	D	
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	30.183.014,47	D	193.950,10	145.634,70	30.231.329,87	D	DEVEDOR
7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	677.246.059,69	D	23.035.354,11	2.362.721,20	697.918.692,60	D	DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	8.887.571,38	D	16.296,00	7.000,00	8.896.867,38	D	DEVEDOR
7.1.2.3.4	CONTRATOS DE OBRAS	9.608.401,31	D	0,00	0,00	9.608.401,31	D	DEVEDOR
7.1.2.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.598.594,24	D	0,00	0,00	4.598.594,24	D	
7.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.598.594,24	D	0,00	0,00	4.598.594,24	D	DEVEDOR
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.128.414,18	D	2.650.126,64	2.248.857,33	7.529.683,49	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	7.128.414,18	D	2.650.126,64	2.248.857,33	7.529.683,49	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	7.128.414,18	D	2.650.126,64	2.248.857,33	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	7.128.414,18	D	2.650.126,64	2.248.857,33	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	27.281.706,64	D	2.043.182,71	406.589,40	28.918.299,95	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	855,21	D	606.353,93	0,00	607.209,14	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICACAO	-20.154.147,67	C	590,00	1.842.267,93	-21.995.825,60	C	DEVEDOR
7.6	CONTROLES FISCAIS	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		
7.6.3	CONTROLES PARA FINS DA LRF	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		
7.6.3.3	CONTROLES DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA LRF	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		DEVEDOR
8	CONTROLES CREDORES	-3.272.624.476,71	C	62.947.802,55	74.725.636,96	-3.284.402.311,12	C	
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-3.265.496.062,53	C	59.517.721,40	70.894.286,50	-3.276.872.627,63	C	
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-145.113.941,82	C	31.557.856,96	13.578.173,88	-127.134.258,74	C	
8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1	EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	CREDOR
8.1.1.2	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-131.463.942,97	C	31.557.856,96	13.573.260,25	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS	-131.463.942,97	C	31.557.856,96	13.573.260,25	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1.01	DIREITOS CONVENIADOS - A RECEBER	-28.034.128,79	C	19.383.757,52	760.000,00	-9.410.371,27	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR	-103.429.814,18	C	12.174.099,44	12.813.260,25	-104.068.974,99	C	
8.1.1.2.1.02.01	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A EMPENHAR	-9.516.476,54	C	4.191.797,50	839.807,34	-6.164.486,38	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.02	DIREITOS CONVENIADOS - EMPENHADOS A LIQUIDAR	-28.517,40	C	3.991.150,97	3.991.150,97	-28.517,40	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.03	DIREITOS CONVENIADOS - LIQUIDADO/RETENCOES A PAGAR	-2.902,51	C	3.991.150,97	3.991.150,97	-2.902,51	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.04	DIREITOS CONVENIADOS-PAGO/RESTITUIDO/TRANSFERIDO EXECUCAO CONTRAPARTIDA CONVENIO/BLOQUEADO	-93.881.917,73	C	0,00	3.991.150,97	-97.873.068,70	C	CREDOR
8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-13.632.608,91	C	0,00	4.913,63	-13.637.522,54	C	

8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-13.632.608,91	C	0,00	4.913,63	-13.637.522,54	C	
8.1.1.9.1.02	RESPONSÁVEIS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS	-43.766,45	C	0,00	0,00	-43.766,45	C	
8.1.1.9.1.02.01	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - DIARIAS DE VIAGEM	-34.710,92	C	0,00	0,00	-34.710,92	C	CREDOR
8.1.1.9.1.02.02	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - ADIANTAMENTOS	-9.055,53	C	0,00	0,00	-9.055,53	C	CREDOR
8.1.1.9.1.05	RESPONSÁVEIS POR RECURSOS ENTREGUES PARA PAGAMENTO DE PESSOAL	-1.167.293,02	C	0,00	4.913,63	-1.172.206,65	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-9.778.555,40	C	0,00	0,00	-9.778.555,40	C	
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	-452,50	C	0,00	0,00	-452,50	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.03	FALTA OU NAO APROVACAO DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIO	-8.850.639,69	C	0,00	0,00	-8.850.639,69	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-927.463,21	C	0,00	0,00	-927.463,21	C	CREDOR
8.1.1.9.1.10	BENS MOVEIS DO ESTADO ENTREGUES A TERCEIROS P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-2.621.510,82	C	0,00	0,00	-2.621.510,82	C	CREDOR
8.1.1.9.1.16	BENS MOVEIS ENTREGUES P/ OUTRA UNIDADE ADMINIST. DO ESTADO	-21.483,22	C	0,00	0,00	-21.483,22	C	CREDOR
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-3.120.382.120,71	C	27.959.864,44	57.316.112,62	-3.149.738.368,89	C	
8.1.2.2	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-2.389.858.479,62	C	24.185.630,00	32.811.633,87	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	-2.389.858.479,62	C	24.185.630,00	32.811.633,87	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS A EMPENHAR	-1.539.197.501,28	C	9.371.243,37	9.371.743,37	-1.539.198.001,28	C	CREDOR
8.1.2.2.1.02	OBRIGACOES CONVENIADAS A LIQUIDAR	0,00		9.136.290,99	9.371.243,37	-234.952,38	C	CREDOR
8.1.2.2.1.03	OBRIGACOES CONVENIADAS A PAGAR	-5.940.052,45	C	4.932.356,14	9.136.290,99	-10.143.987,30	C	CREDOR
8.1.2.2.1.04	OBRIGACOES CONVENIADAS A COMPROVAR	-844.720.925,89	C	745.739,50	4.932.356,14	-848.907.542,53	C	CREDOR
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	-725.925.046,85	C	3.774.234,44	24.504.478,75	-746.655.291,16	C	
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-30.183.014,47	C	145.634,70	193.950,10	-30.231.329,87	C	
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-13.058.895,67	C	874,70	193.950,10	-13.251.971,07	C	CREDOR
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-17.124.118,80	C	144.760,00	0,00	-16.979.358,80	C	CREDOR
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	-677.246.059,69	C	3.567.886,50	24.240.519,41	-697.918.692,60	C	
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVICO - A EXECUTAR	-182.000.510,91	C	1.461.018,90	23.041.661,71	-203.581.153,72	C	CREDOR
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVICO - EXECUTADOS	-495.245.548,78	C	2.106.867,60	1.198.857,70	-494.337.538,88	C	CREDOR
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-8.887.571,38	C	60.713,24	70.009,24	-8.896.867,38	C	
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-4.125.697,53	C	53.713,24	16.296,00	-4.088.280,29	C	CREDOR
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-4.761.873,85	C	7.000,00	53.713,24	-4.808.587,09	C	CREDOR
8.1.2.3.4	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS	-9.608.401,31	C	0,00	0,00	-9.608.401,31	C	
8.1.2.3.4.01	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS - A EXECUTAR	-9.608.401,31	C	0,00	0,00	-9.608.401,31	C	CREDOR
8.1.2.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1.08	BENS MOVEIS DE TERCEIROS ENTREGUES AO ESTADO P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	CREDOR
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-7.128.414,18	C	2.903.427,35	3.304.696,66	-7.529.683,49	C	
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO	-7.128.414,18	C	2.903.427,35	3.304.696,66	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-7.128.414,18	C	2.903.427,35	3.304.696,66	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇAO DE RECURSOS A UTILIZAR	-7.127.558,97	C	2.855.211,26	2.650.126,64	-6.922.474,35	C	
8.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-27.281.706,64	C	406.589,40	2.043.182,71	-28.918.299,95	C	
8.2.1.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-27.281.706,64	C	406.589,40	2.043.182,71	-28.918.299,95	C	CREDOR
8.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	0,00		606.353,93	606.353,93	0,00		
8.2.1.1.1.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS A UTILIZAR - ENTRADAS COMPENSATORIAS	0,00		606.353,93	606.353,93	0,00		CREDOR
8.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	20.154.147,67	D	1.842.267,93	590,00	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	20.154.147,67	D	1.842.267,93	590,00	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	20.154.147,67	D	1.842.267,93	590,00	21.995.825,60	D	CREDOR
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO E ENTRADAS COMPENSATORIAS	464.175,60	D	47.574,99	606.995,03	-95.244,44	C	
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	465.030,81	D	47.574,99	641,10	511.964,70	D	
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL	45.801,51	D	6.637,74	637,43	51.801,82	D	
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIV	45.801,51	D	6.637,74	637,43	51.801,82	D	CREDOR
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	419.229,30	D	40.937,25	3,67	460.162,88	D	
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - OUTROS RECURSOS	419.229,30	D	40.937,25	3,67	460.162,88	D	CREDOR
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-855,21	C	0,00	606.353,93	-607.209,14	C	
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-855,21	C	0,00	606.353,93	-607.209,14	C	CREDOR
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	-465.030,81	C	641,10	47.574,99	-511.964,70	C	
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	-45.801,51	C	637,43	6.637,74	-51.801,82	C	
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	-45.801,51	C	637,43	6.637,74	-51.801,82	C	CREDOR
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-419.229,30	C	3,67	40.937,25	-460.162,88	C	
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-419.229,30	C	3,67	40.937,25	-460.162,88	C	CREDOR
8.6	CONTROLES FISCAIS	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		
8.6.3	CONTROLES PARA FINS DA LRF	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		
8.6.3.3	CONTROLES DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DA LRF	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		
8.6.3.3.1	DESPESA COM PESSOAL NAO EXECUTADA ORCAMENTARIAMENTE	0,00		526.653,80	526.653,80	0,00		CREDOR
Total Controle		0,00		99.586.647,54	99.586.647,54	0,00		
Total Geral		0,00		682.496.720,43	682.496.720,43	0,00		

Data **28/02/2025 11:31:19:423**

CERTIFICAMOS A EXATIDAO DA MOVIMENTACAO CONTABIL NESTE BALANCETE

_____ _____

CONTADOR

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.02.28 15:44:39 -03'00'

Balancete de Verificação	
Exercício	**2024**
Mês	**Encerramento**
Unidade Orçamentária	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Conta	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito mês	Crédito mês	Saldo Atual	D/C	Tipo Saldo Conta
1	ATIVO	450.479.748,93	D	0,00	0,00	450.479.748,93	D	
1.1	ATIVO CIRCULANTE	295.360.039,62	D	0,00	0,00	295.360.039,62	D	
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	133.324.923,19	D	0,00	0,00	133.324.923,19	D	
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	133.324.923,19	D	0,00	0,00	133.324.923,19	D	
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	7.688.893,40	D	0,00	0,00	7.688.893,40	D	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.518.682,59	D	0,00	0,00	1.518.682,59	D	DEVEDOR
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	6.170.210,81	D	0,00	0,00	6.170.210,81	D	DEVEDOR
1.1.1.1.2	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - INTRA OFSS	125.636.029,79	D	0,00	0,00	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01	RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE TESOURARIA	125.636.029,79	D	0,00	0,00	125.636.029,79	D	
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI/CIT	125.636.029,79	D	0,00	0,00	125.636.029,79	D	DEVEDOR
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	159.753.462,68	D	0,00	0,00	159.753.462,68	D	
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	265.793,55	D	0,00	0,00	265.793,55	D	
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO	265.793,55	D	0,00	0,00	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	265.793,55	D	0,00	0,00	265.793,55	D	
1.1.3.1.1.01.01	ADIANTAMENTOS/DIARIAS ANTECIPADAS CONCEDIDOS A PESSOAL	265.018,05	D	0,00	0,00	265.018,05	D	DEVEDOR
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	775,50	D	0,00	0,00	775,50	D	DEVEDOR
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	110.957.270,71	D	0,00	0,00	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	110.957.270,71	D	0,00	0,00	110.957.270,71	D	
1.1.3.4.1.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	55.022,62	D	0,00	0,00	55.022,62	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORCAMENTÁRIO	79.369,21	D	0,00	0,00	79.369,21	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.03	PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS IMPUGNADAS	23.846.832,39	D	0,00	0,00	23.846.832,39	D	DEVEDOR
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	86.976.046,49	D	0,00	0,00	86.976.046,49	D	DEVEDOR
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	48.530.398,42	D	0,00	0,00	48.530.398,42	D	
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACÃO	10.143.987,30	D	0,00	0,00	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08	RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	10.143.987,30	D	0,00	0,00	10.143.987,30	D	
1.1.3.8.1.08.88	RECURSOS A LIBERAR-CONVENIOS DE SAIDA DE RECURSO	10.143.987,30	D	0,00	0,00	10.143.987,30	D	DEVEDOR
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	38.386.411,12	D	0,00	0,00	38.386.411,12	D	
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	38.386.411,12	D	0,00	0,00	38.386.411,12	D	DEVEDOR
1.1.5	ESTOQUES	2.281.653,75	D	0,00	0,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	2.281.653,75	D	0,00	0,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	2.281.653,75	D	0,00	0,00	2.281.653,75	D	
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	2.261.199,83	D	0,00	0,00	2.261.199,83	D	DEVEDOR
1.1.5.6.1.04	MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORACAO - RECEBIMENTO PROVISOI	20.453,92	D	0,00	0,00	20.453,92	D	DEVEDOR
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	155.119.709,31	D	0,00	0,00	155.119.709,31	D	
1.2.1	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	
1.2.1.2.1.98.03	CONTRIBUICÕES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	108.251,68	D	0,00	0,00	108.251,68	D	DEVEDOR
1.2.3	IMOBILIZADO	154.268.426,42	D	0,00	0,00	154.268.426,42	D	
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	13.436.020,54	D	0,00	0,00	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	13.436.020,54	D	0,00	0,00	13.436.020,54	D	
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	12.485.818,14	D	0,00	0,00	12.485.818,14	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.03	MATERIAL PERMANENTE PENDENTE DE INCORPORACAO -RECEBIMENTO PROVISORIO	902.535,00	D	0,00	0,00	902.535,00	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.04	BENS MOVEIS A TRANSFERIR	47.667,40	D	0,00	0,00	47.667,40	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.88	BENS MOVEIS A INCORPORAR	10.474,07	D	0,00	0,00	10.474,07	D	
1.2.3.1.1.88.01	BENS MOVEIS A INCORPORAR	10.474,07	D	0,00	0,00	10.474,07	D	DEVEDOR
1.2.3.1.1.99	(-)BENS MOVEIS A INCORPORAR POR TRANSFERENCIA	-10.474,07	C	0,00	0,00	-10.474,07	C	
1.2.3.1.1.99.02	(-)BENS MÓVEIS A INCORPORAR/TRANSFERENCIA	-10.474,07	C	0,00	0,00	-10.474,07	C	CREDOR
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	143.569.585,46	D	0,00	0,00	143.569.585,46	D	DEVEDOR
1.2.3.8	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-2.737.179,58	C	0,00	0,00	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-2.737.179,58	C	0,00	0,00	-2.737.179,58	C	
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-2.737.179,58	C	0,00	0,00	-2.737.179,58	C	CREDOR
1.2.4	INTANGIVEL	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1	SOFTWARES	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	743.031,21	D	0,00	0,00	743.031,21	D	DEVEDOR
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	-480.064.814,22	C	402.229.551,31	372.644.486,02	-450.479.748,93	C	
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	-12.930.769,64	C	0,00	0,00	-12.930.769,64	C	
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-7.863,32	C	0,00	0,00	-7.863,32	C	
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-4.644,41	C	0,00	0,00	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-4.644,41	C	0,00	0,00	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	-4.644,41	C	0,00	0,00	-4.644,41	C	
2.1.1.1.1.01.02	PESSOAL - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA / ESTAGIÁRIO	-4.644,41	C	0,00	0,00	-4.644,41	C	CREDOR
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-3.218,91	C	0,00	0,00	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	-3.218,91	C	0,00	0,00	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-3.218,91	C	0,00	0,00	-3.218,91	C	
2.1.1.4.1.01.02	ENCARGOS SOCIAIS - TERCEIRIZADO / SUBSTITUICAO DE MAO DE OBRA	-3.218,91	C	0,00	0,00	-3.218,91	C	CREDOR
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	-9.667.724,33	C	0,00	0,00	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	-9.667.724,33	C	0,00	0,00	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-9.667.724,33	C	0,00	0,00	-9.667.724,33	C	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	-9.667.724,33	C	0,00	0,00	-9.667.724,33	C	CREDOR
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-3.255.181,99	C	0,00	0,00	-3.255.181,99	C	

2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	-642.842,48	C	0,00	0,00	-642.842,48	C		
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUÍVEIS - CONSOLIDAÇÃO	-642.842,48	C	0,00	0,00	-642.842,48	C		
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	-4.430,45	C	0,00	0,00	-4.430,45	C	CREDOR	
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	-216,35	C	0,00	0,00	-216,35	C	CREDOR	
2.1.8.8.1.04	CAUCOES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUCAO CONTRATUAL	-51.703,48	C	0,00	0,00	-51.703,48	C	CREDOR	
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	-309.674,58	C	0,00	0,00	-309.674,58	C	CREDOR	
2.1.8.8.1.13	RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	-6.682,64	C	0,00	0,00	-6.682,64	C	CREDOR	
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	-270.134,98	C	0,00	0,00	-270.134,98	C	CREDOR	
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	-2.612.339,51	C	0,00	0,00	-2.612.339,51	C		
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	-2.612.339,51	C	0,00	0,00	-2.612.339,51	C		
2.1.8.9.1.01	OBRIG LIQ A PAGAR INVESTIMENTOS GRUPO DESPESA 4	-2.612.339,51	C	0,00	0,00	-2.612.339,51	C	CREDOR	
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-467.134.044,58	C	402.229.551,31	372.644.486,02	-437.548.979,29	C		
2.3.6	DEMAIS RESERVAS	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C		
2.3.6.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C		
2.3.6.1.1	RESERVA DE REAVALIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C		
2.3.6.1.1.01	RESERVA DE REAVALIACAO	-1.230.233,45	C	0,00	0,00	-1.230.233,45	C	CREDOR	
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	402.229.551,31	372.644.486,02	-436.318.745,84	C		
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-465.903.811,13	C	402.229.551,31	372.644.486,02	-436.318.745,84	C		
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	1.548.644.530,03	D	151.167.676,65	5.279.458,79	1.694.532.747,89	D		
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	0,00		151.167.676,65	5.279.458,79	145.888.217,86	D	VARIÁVEL	
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.548.644.530,03	D	0,00	0,00	1.548.644.530,03	D	VARIÁVEL	
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	-1.906.209.105,87	C	186.183.532,00	340.902.055,68	-2.060.927.629,55	C		
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	0,00		186.183.532,00	340.902.055,68	-154.718.523,68	C	VARIÁVEL	
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-1.906.209.105,87	C	0,00	0,00	-1.906.209.105,87	C	VARIÁVEL	
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-198.533.423,58	C	656,96	26.462.971,55	-224.995.738,17	C		
2.3.7.1.3.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	0,00		656,96	26.462.971,55	-26.462.314,59	C	VARIÁVEL	
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-198.533.423,58	C	0,00	0,00	-198.533.423,58	C	VARIÁVEL	
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	90.194.188,29	D	64.877.685,70	0,00	155.071.873,99	D		
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	0,00		64.877.685,70	0,00	64.877.685,70	D	VARIÁVEL	
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	90.194.188,29	D	0,00	0,00	90.194.188,29	D	VARIÁVEL	
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	402.059.100,45	D	85.225,43	402.144.325,88	0,00			
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	63.312.142,24	D	0,00	63.312.142,24	0,00			
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	47.681.562,67	D	0,00	47.681.562,67	0,00			
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	47.681.562,67	D	0,00	47.681.562,67	0,00			
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	47.681.562,67	D	0,00	47.681.562,67	0,00			
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	47.681.562,67	D	0,00	47.681.562,67	0,00		DEVEDOR	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	15.559.740,54	D	0,00	15.559.740,54	0,00			
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	14.880,77	D	0,00	14.880,77	0,00			
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDACAO	14.880,77	D	0,00	14.880,77	0,00			
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	14.880,77	D	0,00	14.880,77	0,00		DEVEDOR	
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	15.544.859,77	D	0,00	15.544.859,77	0,00			
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	2.985.844,95	D	0,00	2.985.844,95	0,00			
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	2.985.844,95	D	0,00	2.985.844,95	0,00		DEVEDOR	
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	12.559.014,82	D	0,00	12.559.014,82	0,00			
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	12.559.014,82	D	0,00	12.559.014,82	0,00		DEVEDOR	
3.1.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	70.839,03	D	0,00	70.839,03	0,00			
3.1.9.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	64,21	D	0,00	64,21	0,00			
3.1.9.1.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	64,21	D	0,00	64,21	0,00			
3.1.9.1.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - TRABALHISTAS	64,21	D	0,00	64,21	0,00		DEVEDOR	
3.1.9.2	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES	45.841,69	D	0,00	45.841,69	0,00			
3.1.9.2.1	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS E ENTES - CONSOLIDACAO	45.841,69	D	0,00	45.841,69	0,00			
3.1.9.2.1.01	PESSOAL REQUISITADO DE OUTROS ORGAOS	45.841,69	D	0,00	45.841,69	0,00		DEVEDOR	
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	24.933,13	D	0,00	24.933,13	0,00			
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO	24.933,13	D	0,00	24.933,13	0,00			
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGACOES TRABALHISTAS	24.933,13	D	0,00	24.933,13	0,00		DEVEDOR	
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.364,88	D	0,00	1.364,88	0,00			
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.364,88	D	0,00	1.364,88	0,00			
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	1.364,88	D	0,00	1.364,88	0,00			
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	1.364,88	D	0,00	1.364,88	0,00			
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	1.364,88	D	0,00	1.364,88	0,00		DEVEDOR	
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	34.161.875,80	D	0,00	34.161.875,80	0,00			
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	3.547.755,58	D	0,00	3.547.755,58	0,00			
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	3.547.755,58	D	0,00	3.547.755,58	0,00			
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	3.547.755,58	D	0,00	3.547.755,58	0,00			
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	3.547.755,58	D	0,00	3.547.755,58	0,00		DEVEDOR	
3.3.2	SERVIÇOS	29.693.783,31	D	0,00	29.693.783,31	0,00			
3.3.2.1	DIÁRIAS	1.286.632,08	D	0,00	1.286.632,08	0,00			
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	1.286.632,08	D	0,00	1.286.632,08	0,00			
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	799.374,20	D	0,00	799.374,20	0,00		DEVEDOR	
3.3.2.1.1.03	DIARIAS DE VIAGENS-COLABORADORES EVENTUAIS	487.257,88	D	0,00	487.257,88	0,00		DEVEDOR	
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	182.145,38	D	0,00	182.145,38	0,00			
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	182.145,38	D	0,00	182.145,38	0,00			
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	182.145,38	D	0,00	182.145,38	0,00		DEVEDOR	
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	28.145.950,14	D	0,00	28.145.950,14	0,00			
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	27.766.115,94	D	0,00	27.766.115,94	0,00			
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	27.766.115,94	D	0,00	27.766.115,94	0,00		DEVEDOR	
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	379.834,20	D	0,00	379.834,20	0,00			
3.3.2.3.2.01	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	379.834,20	D	0,00	379.834,20	0,00		DEVEDOR	
3.3.2.4	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	79.055,71	D	0,00	79.055,71	0,00			
3.3.2.4.1	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00 - CONSOLIDAÇÃO	79.055,71	D	0,00	79.055,71	0,00			
3.3.2.4.1.01	CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO POR SUBSTITUIÇÃO DE MÃO DE OBRA - ART. 18 § 1, LC 101/00	79.055,71	D	0,00	79.055,71	0,00		DEVEDOR	
3.3.3	DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	920.336,91	D	0,00	920.336,91	0,00			

3.3.3.1	DEPRECIAÇÃO	920.336,91	D	0,00	920.336,91	0,00		
3.3.3.1.1	DEPRECIAÇÃO - CONSOLIDAÇÃO	920.336,91	D	0,00	920.336,91	0,00		
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	920.336,91	D	0,00	920.336,91	0,00	DEVEDOR	
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	2.192,72	D	0,00	2.192,72	0,00		
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	2.192,72	D	0,00	2.192,72	0,00		
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.192,72	D	0,00	2.192,72	0,00		
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	2.192,72	D	0,00	2.192,72	0,00		
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	2.192,72	D	0,00	2.192,72	0,00	DEVEDOR	
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	276.789.038,12	D	85.225,43	276.874.263,55	0,00		
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	167.340.884,56	D	85.225,43	167.426.109,99	0,00		
3.5.1.1	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	160.751.801,42	D	85.225,43	160.837.026,85	0,00		
3.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	160.751.801,42	D	85.225,43	160.837.026,85	0,00		
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	69.508.261,42	D	0,00	69.508.261,42	0,00		
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	69.508.261,42	D	0,00	69.508.261,42	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	84.288.123,23	D	85.225,43	84.373.348,66	0,00		
3.5.1.1.2.02.01	REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	84.373.348,66	D	0,00	84.373.348,66	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS	-85.225,43	C	85.225,43	0,00	0,00		
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-85.225,43	C	85.225,43	0,00	0,00	CREDOR	
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	6.955.416,77	D	0,00	6.955.416,77	0,00		
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	5.010.178,95	D	0,00	5.010.178,95	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	1.945.237,82	D	0,00	1.945.237,82	0,00		
3.5.1.1.2.99.99.01	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL-GMIFP	85.225,43	D	0,00	85.225,43	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	1.860.012,39	D	0,00	1.860.012,39	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	6.589.083,14	D	0,00	6.589.083,14	0,00		
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	6.589.083,14	D	0,00	6.589.083,14	0,00		
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	5.382.723,79	D	0,00	5.382.723,79	0,00	DEVEDOR	
3.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO CONCEDIDO/RESTITUIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	1.206.359,35	D	0,00	1.206.359,35	0,00	DEVEDOR	
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	64.877.685,70	D	0,00	64.877.685,70	0,00		
3.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	64.877.685,70	D	0,00	64.877.685,70	0,00		
3.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	64.877.685,70	D	0,00	64.877.685,70	0,00		
3.5.2.4.5.88	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	64.877.685,70	D	0,00	64.877.685,70	0,00		
3.5.2.4.5.88.02	CONCESSAO DE AUXILIOS/CONTRIBUICOES	64.877.685,70	D	0,00	64.877.685,70	0,00	DEVEDOR	
3.5.3	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	44.570.467,86	D	0,00	44.570.467,86	0,00		
3.5.3.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	44.570.467,86	D	0,00	44.570.467,86	0,00		
3.5.3.1.1	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	44.570.467,86	D	0,00	44.570.467,86	0,00		
3.5.3.1.1.01	TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS-ONGS,OSCIPS E OS	44.570.467,86	D	0,00	44.570.467,86	0,00	DEVEDOR	
3.6	DESVALORIZACAO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORACAO DE PASSIVOS	1.341.423,99	D	0,00	1.341.423,99	0,00		
3.6.5	DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.341.423,99	D	0,00	1.341.423,99	0,00		
3.6.5.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS	1.341.423,99	D	0,00	1.341.423,99	0,00		
3.6.5.1.1	DESINCORPORACAO DE ATIVOS - CONSOLIDACAO	1.341.423,99	D	0,00	1.341.423,99	0,00		
3.6.5.1.1.02	OUTRAS DESINCORPORACOES DE ATIVOS-IMOBILIZADO	2.647,50	D	0,00	2.647,50	0,00	DEVEDOR	
3.6.5.1.1.03	DESINCORPORACAO DE IMOBILIZADO - BENS MOVEIS	1.338.776,49	D	0,00	1.338.776,49	0,00	DEVEDOR	
3.7	TRIBUTÁRIAS	16.360,85	D	0,00	16.360,85	0,00		
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.703,89	D	0,00	15.703,89	0,00		
3.7.1.1	IMPOSTOS	8.787,07	D	0,00	8.787,07	0,00		
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDAÇÃO	8.787,07	D	0,00	8.787,07	0,00		
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	8.787,07	D	0,00	8.787,07	0,00	DEVEDOR	
3.7.1.2	TAXAS	6.916,82	D	0,00	6.916,82	0,00		
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	6.916,82	D	0,00	6.916,82	0,00		
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	6.916,82	D	0,00	6.916,82	0,00	DEVEDOR	
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	656,96	D	0,00	656,96	0,00		
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	656,96	D	0,00	656,96	0,00		
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	656,96	D	0,00	656,96	0,00		
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	656,96	D	0,00	656,96	0,00	DEVEDOR	
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.434.701,85	D	0,00	26.434.701,85	0,00		
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	26.434.701,85	D	0,00	26.434.701,85	0,00		
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	234,78	D	0,00	234,78	0,00		
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	234,78	D	0,00	234,78	0,00		
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	234,78	D	0,00	234,78	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	1.801.188,37	D	0,00	1.801.188,37	0,00		
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	1.801.188,37	D	0,00	1.801.188,37	0,00		
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.801.188,37	D	0,00	1.801.188,37	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	24.633.278,70	D	0,00	24.633.278,70	0,00		
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	18.899.931,14	D	0,00	18.899.931,14	0,00		
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	1.005.847,99	D	0,00	1.005.847,99	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9.1.09	BENS MOVEIS DESINCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	209.402,99	D	0,00	209.402,99	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9.1.10	BENS MOVEIS EM COMODATO	375.000,00	D	0,00	375.000,00	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	17.309.680,16	D	0,00	17.309.680,16	0,00		
3.9.9.9.1.88.01	RESTITUICOES DE RECURSOS DE CONVENIOS E DE CONTRAPARTIDA	3.563.484,45	D	0,00	3.563.484,45	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	13.746.195,71	D	0,00	13.746.195,71	0,00	DEVEDOR	
3.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	5.733.347,56	D	0,00	5.733.347,56	0,00		
3.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	5.733.347,56	D	0,00	5.733.347,56	0,00		
3.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	5.733.347,56	D	0,00	5.733.347,56	0,00	DEVEDOR	
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	-372.474.035,16	C	372.559.260,59	85.225,43	0,00		
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	-72.921,69	C	72.921,69	0,00	0,00		
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	-72.921,69	C	72.921,69	0,00	0,00		
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	-72.921,69	C	72.921,69	0,00	0,00		
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	-72.921,69	C	72.921,69	0,00	0,00		
4.4.5.1.1.01	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	-72.921,69	C	72.921,69	0,00	0,00	CREDOR	
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	-364.508.460,06	C	364.593.685,49	85.225,43	0,00		
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	-334.998.257,26	C	335.083.482,69	85.225,43	0,00		
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-317.020.934,04	C	317.106.159,47	85.225,43	0,00		

4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-317.020.934,04	C	317.106.159,47	85.225,43	0,00		
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	-190.834.876,78	C	190.834.876,78	0,00	0,00		
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-46.294.087,20	C	46.294.087,20	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-69.508.261,42	C	69.508.261,42	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.01.06	EXECUCAO DESPESA DE PESSSOAL CENTRALIZADA ADM DIRETA	-75.032.528,16	C	75.032.528,16	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-84.288.123,23	C	84.373.348,66	85.225,43	0,00		
4.5.1.1.2.02.01	REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-84.373.348,66	C	84.373.348,66	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS	85.225,43	D	0,00	85.225,43	0,00		
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUICAO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	85.225,43	D	0,00	85.225,43	0,00	DEVEDOR	
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	-35.046.474,94	C	35.046.474,94	0,00	0,00		
4.5.1.1.2.04.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-35.046.474,94	C	35.046.474,94	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	-6.851.459,09	C	6.851.459,09	0,00	0,00		
4.5.1.1.2.99.01	MOVIMENTACAO FINANCEIRA DECORRENTE DE RECEITA DE APLICACAO FINANCEIRA CONTRA PARTIDA RECURSO TESOURO EST	-49.900,37	C	49.900,37	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	-4.941.546,33	C	4.941.546,33	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	-1.860.012,39	C	1.860.012,39	0,00	0,00		
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	-1.860.012,39	C	1.860.012,39	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	-17.977.323,22	C	17.977.323,22	0,00	0,00		
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	-17.977.323,22	C	17.977.323,22	0,00	0,00		
4.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	-1.289,38	C	1.289,38	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.1.2.2.02	CREDITO FINANCEIRO RECEBIDO/DEVOLVIDO UNIDADE FINANCIADORA GASTO	-17.976.033,84	C	17.976.033,84	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	-26.462.971,55	C	26.462.971,55	0,00	0,00		
4.5.2.1	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	-21.995.833,28	C	21.995.833,28	0,00	0,00		
4.5.2.1.3	TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS - INTER OFSS - UNIAO	-21.995.833,28	C	21.995.833,28	0,00	0,00		
4.5.2.1.3.01	TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DE RECEITAS	-21.995.833,28	C	21.995.833,28	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.2.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	-3.707.138,27	C	3.707.138,27	0,00	0,00		
4.5.2.3.3	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS - INTER OFSS - UNIAO	-3.707.138,27	C	3.707.138,27	0,00	0,00		
4.5.2.3.3.01	TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS	-3.707.138,27	C	3.707.138,27	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	-760.000,00	C	760.000,00	0,00	0,00		
4.5.2.4.3	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - UNIÃO	-760.000,00	C	760.000,00	0,00	0,00		
4.5.2.4.3.01	OUTRAS TRANSFERENCIAS	-760.000,00	C	760.000,00	0,00	0,00	CREDOR	
4.5.3	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS	-3.047.231,25	C	3.047.231,25	0,00	0,00		
4.5.3.2	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-3.047.231,25	C	3.047.231,25	0,00	0,00		
4.5.3.2.1	TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-3.047.231,25	C	3.047.231,25	0,00	0,00		
4.5.3.2.1.01	TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	-3.047.231,25	C	3.047.231,25	0,00	0,00	CREDOR	
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	-42.353,96	C	42.353,96	0,00	0,00		
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-42.353,96	C	42.353,96	0,00	0,00		
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-42.353,96	C	42.353,96	0,00	0,00		
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	-42.353,96	C	42.353,96	0,00	0,00		
4.6.3.9.1.01	INCORPORACAO DE ESTOQUES	-34.277,84	C	34.277,84	0,00	0,00	CREDOR	
4.6.3.9.1.03	INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	-8.076,12	C	8.076,12	0,00	0,00	CREDOR	
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-7.850.299,45	C	7.850.299,45	0,00	0,00		
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-7.850.299,45	C	7.850.299,45	0,00	0,00		
4.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	-130.197,21	C	130.197,21	0,00	0,00		
4.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	-130.197,21	C	130.197,21	0,00	0,00		
4.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	-130.197,21	C	130.197,21	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	-7.720.102,24	C	7.720.102,24	0,00	0,00		
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	-1.986.754,68	C	1.986.754,68	0,00	0,00		
4.9.9.9.1.06	INSCRICAO/ATUALIZACAO DE BENS E DIREITOS	-126.756,59	C	126.756,59	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	-1.161.288,93	C	1.161.288,93	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.1.11	BENS MOVEIS INCORPORADOS POR TRANSFERENCIA	-565.916,72	C	565.916,72	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	-128.312,44	C	128.312,44	0,00	0,00		
4.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	-128.312,44	C	128.312,44	0,00	0,00		
4.9.9.9.1.77.01.02	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA CONSIGNACOES E RETENCOES B.F	-110.827,93	C	110.827,93	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	-17.484,51	C	17.484,51	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.1.99	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	-4.480,00	C	4.480,00	0,00	0,00	CREDOR	
4.9.9.9.2	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	-5.733.347,56	C	5.733.347,56	0,00	0,00		
4.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	-5.733.347,56	C	5.733.347,56	0,00	0,00		
4.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	-5.733.347,56	C	5.733.347,56	0,00	0,00	CREDOR	
Total Patrimonial		0,00		774.874.037,33	774.874.037,33	0,00		
5	CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	827.050.295,25	D	0,00	0,00	827.050.295,25	D	
5.2	ORÇAMENTO APROVADO	677.811.158,48	D	0,00	0,00	677.811.158,48	D	
5.2.2	FIXAÇÃO DA DESPESA	677.811.158,48	D	0,00	0,00	677.811.158,48	D	
5.2.2.1	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	379.030.214,90	D	0,00	0,00	379.030.214,90	D	
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL	327.478.873,00	D	0,00	0,00	327.478.873,00	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2	DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	482.785.458,37	D	0,00	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01	CREDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	482.785.458,37	D	0,00	0,00	482.785.458,37	D	
5.2.2.1.2.01.01	CRÉDITOS SUPLEMENTARES DO ORÇAMENTO DA DESPESA	425.121.339,78	D	0,00	0,00	425.121.339,78	D	DEVEDOR
5.2.2.1.2.01.02	SUPLEMENTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA POR REMANEJAMENTO	57.664.118,59	D	0,00	0,00	57.664.118,59	D	DEVEDOR
5.2.2.1.9	CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	-431.234.116,47	C	0,00	0,00	-431.234.116,47	C	
5.2.2.1.9.01	(-) CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS ANULADOS	-373.569.997,88	C	0,00	0,00	-373.569.997,88	C	CREDOR
5.2.2.1.9.02	(-) ANULAÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA PARA REMANEJAMENTO	-57.664.118,59	C	0,00	0,00	-57.664.118,59	C	CREDOR
5.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS	298.780.943,58	D	0,00	0,00	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	298.780.943,58	D	0,00	0,00	298.780.943,58	D	
5.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS RECEBIDOS DO ORÇAMENTO DA DESPESA	298.780.943,58	D	0,00	0,00	298.780.943,58	D	DEVEDOR
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR	149.239.136,77	D	0,00	0,00	149.239.136,77	D	
5.3.1	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	
5.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	24.647.945,29	D	0,00	0,00	24.647.945,29	D	DEVEDOR
5.3.2	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	
5.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	71.495.734,10	D	0,00	0,00	71.495.734,10	D	DEVEDOR

5.3.8	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	53.095.457,38	D	0,00	0,00	53.095.457,38	D	
5.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS INSCRITOS	41.746.291,18	D	0,00	0,00	41.746.291,18	D	DEVEDOR
5.3.8.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS	11.349.166,20	D	0,00	0,00	11.349.166,20	D	DEVEDOR
6	CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	-827.050.295,25	C	0,00	0,00	-827.050.295,25	C	
6.2	EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	-677.811.158,48	C	0,00	0,00	-677.811.158,48	C	
6.2.1	EXECUÇÃO DA RECEITA	0,00		0,00	0,00	0,00		
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR	29.713.321,70	D	0,00	0,00	29.713.321,70	D	
6.2.1.1.1	RECEITA A REALIZAR	29.713.321,70	D	0,00	0,00	29.713.321,70	D	VARIÁVEL
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA	-29.713.321,70	C	0,00	0,00	-29.713.321,70	C	
6.2.1.2.1	RECEITA REALIZADA	-29.713.321,70	C	0,00	0,00	-29.713.321,70	C	CREDOR
6.2.2	EXECUÇÃO DA DESPESA	-677.811.158,48	C	0,00	0,00	-677.811.158,48	C	
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	-379.030.214,90	C	0,00	0,00	-379.030.214,90	C	
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL	-186.674.022,83	C	0,00	0,00	-186.674.022,83	C	CREDOR
6.2.2.1.2	CRÉDITO INDISPONÍVEL	-4.300,50	C	0,00	0,00	-4.300,50	C	CREDOR
6.2.2.1.3	CRÉDITO UTILIZADO	-192.351.891,57	C	0,00	0,00	-192.351.891,57	C	
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-30.512.080,29	C	0,00	0,00	-30.512.080,29	C	CREDOR
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO	-19.545,00	C	0,00	0,00	-19.545,00	C	CREDOR
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	-9.953.727,01	C	0,00	0,00	-9.953.727,01	C	CREDOR
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	-151.866.539,27	C	0,00	0,00	-151.866.539,27	C	CREDOR
6.2.2.2	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	-298.780.943,58	C	0,00	0,00	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9	OUTRAS DESCENTRALIZAÇÕES DE CRÉDITOS	-298.780.943,58	C	0,00	0,00	-298.780.943,58	C	
6.2.2.2.9.01	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS CONCEDIDOS	-298.780.943,58	C	0,00	0,00	-298.780.943,58	C	CREDOR
6.3	EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR	-149.239.136,77	C	0,00	0,00	-149.239.136,77	C	
6.3.1	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-24.647.945,29	C	0,00	0,00	-24.647.945,29	C	
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	-10.295.449,93	C	0,00	0,00	-10.295.449,93	C	CREDOR
6.3.1.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	-919.215,96	C	0,00	0,00	-919.215,96	C	CREDOR
6.3.1.3	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR	-78.787,00	C	0,00	0,00	-78.787,00	C	CREDOR
6.3.1.4	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS PAGOS	-5.404.805,66	C	0,00	0,00	-5.404.805,66	C	CREDOR
6.3.1.9	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS CANCELADOS	-7.949.686,74	C	0,00	0,00	-7.949.686,74	C	CREDOR
6.3.2	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	-71.495.734,10	C	0,00	0,00	-71.495.734,10	C	
6.3.2.1	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-2.378.175,25	C	0,00	0,00	-2.378.175,25	C	CREDOR
6.3.2.2	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS	-69.100.074,34	C	0,00	0,00	-69.100.074,34	C	CREDOR
6.3.2.9	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS	-17.484,51	C	0,00	0,00	-17.484,51	C	CREDOR
6.3.8	INSCRICAO RESTOS A PAGAR	-53.095.457,38	C	0,00	0,00	-53.095.457,38	C	
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	-40.807.530,22	C	0,00	0,00	-40.807.530,22	C	CREDOR
6.3.8.2	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO	-938.760,96	C	0,00	0,00	-938.760,96	C	CREDOR
6.3.8.3	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR	-11.349.166,20	C	0,00	0,00	-11.349.166,20	C	CREDOR
Total Orçamentário		0,00		0,00	0,00	0,00		
7	CONTROLES DEVEDORES	3.284.402.311,12	D	0,00	0,00	3.284.402.311,12	D	
7.1	ATOS POTENCIAIS	3.276.872.627,63	D	0,00	0,00	3.276.872.627,63	D	
7.1.1	ATOS POTENCIAIS ATIVOS	127.134.258,74	D	0,00	0,00	127.134.258,74	D	
7.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	
7.1.1.1.1	GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	17.389,94	D	0,00	0,00	17.389,94	D	DEVEDOR
7.1.1.2	DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	113.479.346,26	D	0,00	0,00	113.479.346,26	D	
7.1.1.2.1	DIREITOS CONVENIADOS	113.479.346,26	D	0,00	0,00	113.479.346,26	D	DEVEDOR
7.1.1.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.637.522,54	D	0,00	0,00	13.637.522,54	D	
7.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	13.637.522,54	D	0,00	0,00	13.637.522,54	D	DEVEDOR
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	3.149.738.368,89	D	0,00	0,00	3.149.738.368,89	D	
7.1.2.2	OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	2.398.484.483,49	D	0,00	0,00	2.398.484.483,49	D	
7.1.2.2.1	OBRIGACOES CONVENIADAS	2.398.484.483,49	D	0,00	0,00	2.398.484.483,49	D	DEVEDOR
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS	746.655.291,16	D	0,00	0,00	746.655.291,16	D	
7.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	30.231.329,87	D	0,00	0,00	30.231.329,87	D	DEVEDOR
7.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	697.918.692,60	D	0,00	0,00	697.918.692,60	D	DEVEDOR
7.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	8.896.867,38	D	0,00	0,00	8.896.867,38	D	DEVEDOR
7.1.2.3.4	CONTRATOS DE OBRAS	9.608.401,31	D	0,00	0,00	9.608.401,31	D	DEVEDOR
7.1.2.9	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.598.594,24	D	0,00	0,00	4.598.594,24	D	
7.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	4.598.594,24	D	0,00	0,00	4.598.594,24	D	DEVEDOR
7.2	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	7.529.683,49	D	0,00	0,00	7.529.683,49	D	
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	7.529.683,49	D	0,00	0,00	7.529.683,49	D	
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	7.529.683,49	D	0,00	0,00	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	7.529.683,49	D	0,00	0,00	7.529.683,49	D	
7.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - OUTROS RECURSOS	28.918.299,95	D	0,00	0,00	28.918.299,95	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.88	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - ENTRADAS COMPENSATORIAS	607.209,14	D	0,00	0,00	607.209,14	D	DEVEDOR
7.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE DE RECURSOS - PENDENTE DE CLASSIFICACAO	-21.995.825,60	C	0,00	0,00	-21.995.825,60	C	DEVEDOR
8	CONTROLES CREDORES	-3.284.402.311,12	C	0,00	0,00	-3.284.402.311,12	C	
8.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	-3.276.872.627,63	C	0,00	0,00	-3.276.872.627,63	C	
8.1.1	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-127.134.258,74	C	0,00	0,00	-127.134.258,74	C	
8.1.1.1	EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1	EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS - CONSOLIDACAO	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR	-17.389,94	C	0,00	0,00	-17.389,94	C	CREDOR
8.1.1.2	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-113.479.346,26	C	0,00	0,00	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1	EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS	-113.479.346,26	C	0,00	0,00	-113.479.346,26	C	
8.1.1.2.1.01	DIREITOS CONVENIADOS - A RECEBER	-9.410.371,27	C	0,00	0,00	-9.410.371,27	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR	-104.068.974,99	C	0,00	0,00	-104.068.974,99	C	
8.1.1.2.1.02.01	DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A EMPENHAR	-6.164.486,38	C	0,00	0,00	-6.164.486,38	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.02	DIREITOS CONVENIADOS - EMPENHADOS A LIQUIDAR	-28.517,40	C	0,00	0,00	-28.517,40	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.03	DIREITOS CONVENIADOS - LIQUIDADO/RETENCOES A PAGAR	-2.902,51	C	0,00	0,00	-2.902,51	C	CREDOR
8.1.1.2.1.02.04	DIREITOS CONVENIADOS-PAGO/RESTITUIDO/TRANSFERIDO EXECUCAO CONTRAPARTIDA CONVENIO/BLOQUEADO	-97.873.068,70	C	0,00	0,00	-97.873.068,70	C	CREDOR

8.1.1.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-13.637.522,54	C	0,00	0,00	-13.637.522,54	C	
8.1.1.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-13.637.522,54	C	0,00	0,00	-13.637.522,54	C	
8.1.1.9.1.02	RESPONSÁVEIS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS	-43.766,45	C	0,00	0,00	-43.766,45	C	
8.1.1.9.1.02.01	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - DIARIAS DE VIAGEM	-34.710,92	C	0,00	0,00	-34.710,92	C	CREDOR
8.1.1.9.1.02.02	RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - ADIANTAMENTOS	-9.055,53	C	0,00	0,00	-9.055,53	C	CREDOR
8.1.1.9.1.05	RESPONSÁVEIS POR RECURSOS ENTREGUES PARA PAGAMENTO DE PESSOAL	-1.172.206,65	C	0,00	0,00	-1.172.206,65	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06	DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO	-9.778.555,40	C	0,00	0,00	-9.778.555,40	C	
8.1.1.9.1.06.01	SALDOS NÃO RECOLHIDOS	-452,50	C	0,00	0,00	-452,50	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.03	FALTA OU NAO APROVACAO DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIO	-8.850.639,69	C	0,00	0,00	-8.850.639,69	C	CREDOR
8.1.1.9.1.06.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES EM APURAÇÃO	-927.463,21	C	0,00	0,00	-927.463,21	C	CREDOR
8.1.1.9.1.10	BENS MOVEIS DO ESTADO ENTREGUES A TERCEIROS P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-2.621.510,82	C	0,00	0,00	-2.621.510,82	C	CREDOR
8.1.1.9.1.16	BENS MOVEIS ENTREGUES P/ OUTRA UNIDADE ADMINIST. DO ESTADO	-21.483,22	C	0,00	0,00	-21.483,22	C	CREDOR
8.1.2	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-3.149.738.368,89	C	0,00	0,00	-3.149.738.368,89	C	
8.1.2.2	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-2.398.484.483,49	C	0,00	0,00	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS	-2.398.484.483,49	C	0,00	0,00	-2.398.484.483,49	C	
8.1.2.2.1.01	OBRIGACOES CONVENIADAS A EMPENHAR	-1.539.198.001,28	C	0,00	0,00	-1.539.198.001,28	C	CREDOR
8.1.2.2.1.02	OBRIGACOES CONVENIADAS A LIQUIDAR	-234.952,38	C	0,00	0,00	-234.952,38	C	CREDOR
8.1.2.2.1.03	OBRIGACOES CONVENIADAS A PAGAR	-10.143.987,30	C	0,00	0,00	-10.143.987,30	C	CREDOR
8.1.2.2.1.04	OBRIGACOES CONVENIADAS A COMPROVAR	-848.907.542,53	C	0,00	0,00	-848.907.542,53	C	CREDOR
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	-746.655.291,16	C	0,00	0,00	-746.655.291,16	C	
8.1.2.3.1	CONTRATOS DE FORNECIMENTO	-30.231.329,87	C	0,00	0,00	-30.231.329,87	C	
8.1.2.3.1.01	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	-13.251.971,07	C	0,00	0,00	-13.251.971,07	C	CREDOR
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE FORNECIMENTO - EXECUTADOS	-16.979.358,80	C	0,00	0,00	-16.979.358,80	C	CREDOR
8.1.2.3.2	CONTRATOS DE SERVICO	-697.918.692,60	C	0,00	0,00	-697.918.692,60	C	
8.1.2.3.2.01	CONTRATOS DE SERVICO - A EXECUTAR	-203.581.153,72	C	0,00	0,00	-203.581.153,72	C	CREDOR
8.1.2.3.2.02	CONTRATOS DE SERVICO - EXECUTADOS	-494.337.538,88	C	0,00	0,00	-494.337.538,88	C	CREDOR
8.1.2.3.3	CONTRATOS DE ALUGUEL	-8.896.867,38	C	0,00	0,00	-8.896.867,38	C	
8.1.2.3.3.01	CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR	-4.088.280,29	C	0,00	0,00	-4.088.280,29	C	CREDOR
8.1.2.3.3.02	CONTRATOS DE ALUGUEL - EXECUTADOS	-4.808.587,09	C	0,00	0,00	-4.808.587,09	C	CREDOR
8.1.2.3.4	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS	-9.608.401,31	C	0,00	0,00	-9.608.401,31	C	
8.1.2.3.4.01	CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS - A EXECUTAR	-9.608.401,31	C	0,00	0,00	-9.608.401,31	C	CREDOR
8.1.2.9	EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	
8.1.2.9.1.08	BENS MOVEIS DE TERCEIROS ENTREGUES AO ESTADO P/ USO-CESSAO ONEROSA-COMODATO	-4.598.594,24	C	0,00	0,00	-4.598.594,24	C	CREDOR
8.2	EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	-7.529.683,49	C	0,00	0,00	-7.529.683,49	C	
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO	-7.529.683,49	C	0,00	0,00	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	-7.529.683,49	C	0,00	0,00	-7.529.683,49	C	
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇAO DE RECURSOS A UTILIZAR	-6.922.474,35	C	0,00	0,00	-6.922.474,35	C	
8.2.1.1.1.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-28.918.299,95	C	0,00	0,00	-28.918.299,95	C	
8.2.1.1.1.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS A UTILIZAR - OUTROS RECURSOS	-28.918.299,95	C	0,00	0,00	-28.918.299,95	C	CREDOR
8.2.1.1.1.99	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO	21.995.825,60	D	0,00	0,00	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	21.995.825,60	D	0,00	0,00	21.995.825,60	D	
8.2.1.1.1.99.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS A UTILIZAR - PENDENTE DE CLASSIFICAÇÃO - OUTROS RECURSOS	21.995.825,60	D	0,00	0,00	21.995.825,60	D	CREDOR
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO E ENTRADAS COMPENSATORIAS	-95.244,44	C	0,00	0,00	-95.244,44	C	
8.2.1.1.3.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	511.964,70	D	0,00	0,00	511.964,70	D	
8.2.1.1.3.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL	51.801,82	D	0,00	0,00	51.801,82	D	
8.2.1.1.3.01.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIV	51.801,82	D	0,00	0,00	51.801,82	D	CREDOR
8.2.1.1.3.01.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO - OUTROS RECURSOS	460.162,88	D	0,00	0,00	460.162,88	D	
8.2.1.1.3.01.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO - OUTROS RECURSOS	460.162,88	D	0,00	0,00	460.162,88	D	CREDOR
8.2.1.1.3.88	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATORIAS	-607.209,14	C	0,00	0,00	-607.209,14	C	
8.2.1.1.3.88.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR ENTRADAS COMPENSATÓRIAS	-607.209,14	C	0,00	0,00	-607.209,14	C	CREDOR
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	-511.964,70	C	0,00	0,00	-511.964,70	C	
8.2.1.1.4.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL	-51.801,82	C	0,00	0,00	-51.801,82	C	
8.2.1.1.4.01.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - TESOURO ESTADUAL - PODER EXECUTIVO	-51.801,82	C	0,00	0,00	-51.801,82	C	CREDOR
8.2.1.1.4.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-460.162,88	C	0,00	0,00	-460.162,88	C	
8.2.1.1.4.02.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA - OUTROS RECURSOS	-460.162,88	C	0,00	0,00	-460.162,88	C	CREDOR
Total Controle		0,00		0,00	0,00	0,00		
Total Geral		0,00		774.874.037,33	774.874.037,33	0,00		

Data **28/02/2025 11:32:06:510**

CERTIFICAMOS A EXATIDAO DA MOVIMENTACAO CONTABIL NESTE BALANCETE

_____ _____

CONTADOR

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.02.28 15:46:35 -03'00'

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
FUNC. PROGRAMATICA: 041220832035-0001 APOIO E COORDENACAO DE POLITICAS INTERSETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA PE							
3000	000	76.103,00	151.377,60	0,00	104.338,80-	0,00	123.141,80
3300	000	76.103,00	151.377,60	0,00	104.338,80-	0,00	123.141,80
3390	101	76.103,00	0,00	0,00	75.688,80-	0,00	414,20
3390	711	0,00	151.377,60	0,00	28.650,00-	0,00	122.727,60
S O M A		76.103,00	151.377,60	0,00	104.338,80-	0,00	123.141,80
FUNC. PROGRAMATICA: 041220842036-0001 ELABORACAO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIACAO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL,							
3000	000	327.522,00	25.600,00	0,00	327.522,00-	0,00	25.600,00
3300	000	327.522,00	25.600,00	0,00	327.522,00-	0,00	25.600,00
3390	101	327.522,00	0,00	0,00	327.522,00-	0,00	0,00
3390	711	0,00	25.600,00	0,00	0,00	0,00	25.600,00
S O M A		327.522,00	25.600,00	0,00	327.522,00-	0,00	25.600,00
FUNC. PROGRAMATICA: 041220842037-0001 FOMENTO A INOVACAO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL							
3000	000	442.133,00	567.651,74	0,00	282.594,70-	0,00	727.190,04
3100	000	138.379,00	46.126,34	0,00	39.691,00-	0,00	144.814,34
3190	101	121.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121.750,00
3190	711	0,00	40.583,34	0,00	20.291,00-	0,00	20.292,34
3191	101	16.629,00	0,00	0,00	16.629,00-	0,00	0,00
3191	711	0,00	5.543,00	0,00	2.771,00-	0,00	2.772,00
3300	000	303.754,00	521.525,40	0,00	242.903,70-	0,00	582.375,70
3390	101	260.581,00	0,00	0,00	242.903,70-	0,00	17.677,30
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.173,00
3390	711	0,00	507.134,40	0,00	0,00	0,00	507.134,40
3390	717	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00	14.391,00
4000	000	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00-	0,00	0,00
4400	000	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00-	0,00	0,00
4499	108	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00-	0,00	0,00
S O M A		942.133,00	567.651,74	0,00	782.594,70-	0,00	727.190,04
FUNC. PROGRAMATICA: 041221482076-0001 GESTAO E MONITORAMENTO DE CONVENIOS E PARCERIAS							
3000	000	2.078.443,00	764.934,34	0,00	1.292.583,89-	0,00	1.550.793,45
3100	000	1.510.617,00	503.539,00	0,00	1.129.601,00-	0,00	884.555,00
3190	101	1.312.670,00	0,00	0,00	910.823,00-	0,00	401.847,00
3190	711	0,00	437.556,66	0,00	218.778,00-	0,00	218.778,66
3191	101	197.947,00	0,00	0,00	0,00	0,00	197.947,00
3191	711	0,00	65.982,34	0,00	0,00	0,00	65.982,34
3300	000	567.826,00	261.395,34	0,00	162.982,89-	0,00	666.238,45
3390	101	43.272,00	0,00	0,00	43.272,00-	0,00	0,00
3390	107	524.554,00	0,00	0,00	0,00	0,00	524.554,00
3390	711	0,00	86.544,00	0,00	32.285,89-	0,00	54.258,11
3390	717	0,00	174.851,34	0,00	87.425,00-	0,00	87.426,34

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
S O M A		2.078.443,00	764.934,34	0,00	1.292.583,89-	0,00	1.550.793,45
FUNC. PROGRAMATICA: 041221482079-0001 APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AS INSTITUICOES NA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL							
3000	000	10.433.664,00	7.943.752,57	11.066.491,71	10.107.142,00-	11.066.491,71-	8.270.274,57
3100	000	1.286.821,00	428.940,34	0,00	1.332.669,00-	0,00	383.092,34
3190	101	1.118.200,00	0,00	0,00	1.118.200,00-	0,00	0,00
3190	711	0,00	372.733,34	0,00	186.366,00-	0,00	186.367,34
3191	101	168.621,00	0,00	0,00	0,00	0,00	168.621,00
3191	711	0,00	56.207,00	0,00	28.103,00-	0,00	28.104,00
3300	000	9.146.843,00	7.514.812,23	11.066.491,71	8.774.473,00-	11.066.491,71-	7.887.182,23
3340	711	0,00	3.843.499,32	2.407.664,13	0,00	6.251.163,45-	0,00
3350	711	0,00	3.522.365,25	6.251.163,45	0,00	2.407.664,13-	7.365.864,57
3390	107	446.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	446.843,00
3390	711	0,00	0,00	2.407.664,13	0,00	2.407.664,13-	0,00
3390	717	0,00	148.947,66	0,00	74.473,00-	0,00	74.474,66
3399	108	8.700.000,00	0,00	0,00	8.700.000,00-	0,00	0,00
4000	000	20.033.179,00	711.578,00	1.045.425,87	19.686.075,50-	1.045.425,87-	1.058.681,50
4400	000	20.033.179,00	711.578,00	1.045.425,87	19.686.075,50-	1.045.425,87-	1.058.681,50
4440	108	0,00	266.006,00	347.103,50	0,00	252.750,37-	360.359,13
4440	711	0,00	445.572,00	0,00	0,00	445.572,00-	0,00
4450	108	0,00	0,00	252.750,37	0,00	0,00	252.750,37
4450	711	0,00	0,00	445.572,00	0,00	0,00	445.572,00
4499	108	20.033.179,00	0,00	0,00	19.686.075,50-	347.103,50-	0,00
S O M A		30.466.843,00	8.655.330,57	12.111.917,58	29.793.217,50-	12.111.917,58-	9.328.956,07
FUNC. PROGRAMATICA: 041227052500-0001 ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS							
3000	000	26.143.107,00	43.380.711,25	103.488,98	13.850.749,12-	103.488,98-	55.673.069,13
3100	000	16.782.614,00	30.316.053,61	44.187,00	6.989.743,57-	44.187,00-	40.108.924,04
3190	101	13.429.325,00	17.468.398,16	0,00	6.989.743,57-	44.187,00-	23.863.792,59
3190	711	0,00	8.637.190,20	0,00	0,00	0,00	8.637.190,20
3190	951	162.389,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.389,00
3191	101	3.189.606,00	2.280.078,00	44.187,00	0,00	0,00	5.513.871,00
3191	711	0,00	1.930.387,25	0,00	0,00	0,00	1.930.387,25
3191	951	1.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.294,00
3300	000	9.360.493,00	13.064.657,64	59.301,98	6.861.005,55-	59.301,98-	15.564.145,09
3340	711	0,00	0,00	29.650,99	0,00	29.650,99-	0,00
3390	101	5.850.605,00	1.766.245,93	0,00	5.791.340,22-	0,00	1.825.510,71
3390	107	3.432.272,00	3.514.335,00	0,00	1.000.000,00-	0,00	5.946.607,00
3390	711	0,00	4.833.714,23	29.650,99	0,00	29.650,99-	4.833.714,23
3390	717	0,00	2.950.362,48	0,00	69.665,33-	0,00	2.880.697,15
3390	957	77.616,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.616,00
4000	000	2.418.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.418.250,00
4400	000	2.418.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.418.250,00
4490	101	2.418.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.418.250,00

S O M A		28.561.357,00	43.380.711,25	103.488,98	13.850.749,12-	103.488,98-	58.091.319,13

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
FUNC. PROGRAMATICA: 041280844204-0001 APOIO TECNICO AOS MUNICIPIOS PARA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL							
3000	000	11.805.799,00	8.661.284,76	94.004,40	12.247.466,67-	94.004,40-	8.219.617,09
3100	000	8.573.231,00	3.431.911,68	74.048,00	8.963.252,00-	74.048,00-	3.041.890,68
3190	101	6.704.293,00	0,00	0,00	6.477.444,00-	0,00	226.849,00
3190	711	0,00	2.774.355,34	74.048,00	500.000,00-	0,00	2.348.403,34
3191	101	1.868.938,00	0,00	0,00	1.835.808,00-	0,00	33.130,00
3191	711	0,00	657.556,34	0,00	150.000,00-	74.048,00-	433.508,34
3300	000	3.232.568,00	5.229.373,08	19.956,40	3.284.214,67-	19.956,40-	5.177.726,41
3390	101	879.626,00	0,00	0,00	775.338,85-	0,00	104.287,15
3390	107	2.352.942,00	0,00	0,00	2.334.977,00-	0,00	17.965,00
3390	711	0,00	4.445.059,08	0,00	74.560,82-	19.956,40-	4.350.541,86
3390	717	0,00	784.314,00	0,00	99.338,00-	0,00	684.976,00
3391	711	0,00	0,00	19.956,40	0,00	0,00	19.956,40
4000	000	0,00	74.560,82	0,00	0,00	0,00	74.560,82
4400	000	0,00	74.560,82	0,00	0,00	0,00	74.560,82
4490	711	0,00	74.560,82	0,00	0,00	0,00	74.560,82
S O M A		11.805.799,00	8.735.845,58	94.004,40	12.247.466,67-	94.004,40-	8.294.177,91
FUNC. PROGRAMATICA: 082440712134-0001 ASSESSORAMENTO A POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL							
3000	000	9.581.871,00	6.910.043,34	350.027,00	5.630.293,00-	350.027,00-	10.861.621,34
3100	000	7.270.808,00	5.969.101,68	350.027,00	4.030.399,00-	350.027,00-	9.209.510,68
3190	101	5.832.760,00	2.480.253,00	350.027,00	4.000.000,00-	0,00	4.663.040,00
3190	711	0,00	2.757.450,34	0,00	0,00	0,00	2.757.450,34
3191	101	1.438.048,00	61.432,00	0,00	0,00	350.027,00-	1.149.453,00
3191	711	0,00	669.966,34	0,00	30.399,00-	0,00	639.567,34
3300	000	2.311.063,00	940.941,66	0,00	1.599.894,00-	0,00	1.652.110,66
3390	107	1.511.063,00	337.160,00	0,00	799.894,00-	0,00	1.048.329,00
3390	717	0,00	603.781,66	0,00	0,00	0,00	603.781,66
3399	108	800.000,00	0,00	0,00	800.000,00-	0,00	0,00
S O M A		9.581.871,00	6.910.043,34	350.027,00	5.630.293,00-	350.027,00-	10.861.621,34
FUNC. PROGRAMATICA: 113340664153-0001 ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR							
3000	000	5.850.188,00	7.310.472,26	214.170,00	4.112.569,32-	214.170,00-	9.048.090,94
3100	000	3.448.145,00	3.725.406,70	14.170,00	2.853.040,00-	14.170,00-	4.320.511,70
3190	101	2.532.472,00	0,00	0,00	2.000.000,00-	0,00	532.472,00
3190	711	0,00	2.756.426,83	0,00	0,00	14.170,00-	2.742.256,83
3191	101	915.673,00	0,00	0,00	781.741,00-	0,00	133.932,00
3191	711	0,00	968.979,87	14.170,00	71.299,00-	0,00	911.850,87
3300	000	2.402.043,00	3.585.065,56	200.000,00	1.259.529,32-	200.000,00-	4.727.579,24
3390	101	1.640.791,00	0,00	0,00	1.258.751,00-	0,00	382.040,00
3390	107	561.252,00	0,00	0,00	0,00	0,00	561.252,00
3390	108	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
3390	711	0,00	2.909.705,06	0,00	778,32-	0,00	2.908.926,74

3390	717	0,00	675.360,50	0,00	0,00	0,00	675.360,50
3399	108	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00-	0,00
4000	000	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00	809,32

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
4400	000	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00	809,32
4490	711	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00	809,32
S O M A		5.850.188,00	7.311.281,58	214.170,00	4.112.569,32-	214.170,00-	9.048.900,26

FUNC. PROGRAMATICA: 113340664154-0001 FOMENTO PARA ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA E PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA

3000	000	1.843.265,00	4.382.965,44	1.290.000,00	1.218.671,63-	1.290.000,00-	5.007.558,81
3100	000	1.239.028,00	845.342,33	0,00	928.157,00-	0,00	1.156.213,33
3190	101	1.007.384,00	0,00	0,00	919.069,00-	0,00	88.315,00
3190	711	0,00	649.096,66	0,00	3.314,00-	0,00	645.782,66
3191	101	231.644,00	0,00	0,00	0,00	0,00	231.644,00
3191	711	0,00	196.245,67	0,00	5.774,00-	0,00	190.471,67
3300	000	604.237,00	3.537.623,11	1.290.000,00	290.514,63-	1.290.000,00-	3.851.345,48
3340	711	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00-	0,00
3350	108	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00-	0,00
3350	711	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00
3390	101	280.438,00	0,00	0,00	274.353,63-	0,00	6.084,37
3390	104	0,00	1.290.000,00	0,00	0,00	0,00	1.290.000,00
3390	107	323.799,00	0,00	0,00	0,00	0,00	323.799,00
3390	108	0,00	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00
3390	711	0,00	784.734,11	0,00	0,00	0,00	784.734,11
3390	717	0,00	172.889,00	0,00	16.161,00-	0,00	156.728,00
4000	000	350.000,00	49.319,26	0,00	350.000,00-	0,00	49.319,26
4400	000	350.000,00	49.319,26	0,00	350.000,00-	0,00	49.319,26
4490	011	0,00	24.659,63	0,00	0,00	0,00	24.659,63
4490	241	0,00	24.659,63	0,00	0,00	0,00	24.659,63
4499	108	350.000,00	0,00	0,00	350.000,00-	0,00	0,00
S O M A		2.193.265,00	4.432.284,70	1.290.000,00	1.568.671,63-	1.290.000,00-	5.056.878,07

FUNC. PROGRAMATICA: 113340664157-0001 FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA DE MULHERES

3000	000	333.109,00	8.703.689,68	0,00	333.109,00-	0,00	8.703.689,68
3300	000	333.109,00	8.703.689,68	0,00	333.109,00-	0,00	8.703.689,68
3390	101	333.109,00	0,00	0,00	333.109,00-	0,00	0,00
3390	711	0,00	8.703.689,68	0,00	0,00	0,00	8.703.689,68
4000	000	0,00	1.800.000,00	0,00	84.930,00-	0,00	1.715.070,00
4400	000	0,00	1.800.000,00	0,00	84.930,00-	0,00	1.715.070,00
4490	711	0,00	1.800.000,00	0,00	84.930,00-	0,00	1.715.070,00
S O M A		333.109,00	10.503.689,68	0,00	418.039,00-	0,00	10.418.759,68

FUNC. PROGRAMATICA: 113340834412-0001 ACESSO AO TRABALHO E A RENDA

3000	000	5.124.906,00	7.011.766,71	13.958.590,99	3.845.150,12-	13.958.590,99-	8.291.522,59
3300	000	5.124.906,00	7.011.766,71	13.958.590,99	3.845.150,12-	13.958.590,99-	8.291.522,59

3350	711	0,00	6.979.300,00	6.979.290,99	0,00	6.979.300,00-	6.979.290,99
3390	101	5.124.906,00	0,00	0,00	3.845.150,12-	0,00	1.279.755,88
3390	711	0,00	32.466,71	6.979.300,00	0,00	6.979.290,99-	32.475,72

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
S O M A		5.124.906,00	7.011.766,71	13.958.590,99	3.845.150,12-	13.958.590,99-	8.291.522,59

FUNC. PROGRAMATICA: 113630674158-0001 QUALIFICACAO PROFISSIONAL

3000	000	11.139.584,00	20.377.413,86	4.032.619,22	14.628.408,13-	4.032.619,22-	16.888.589,73
3100	000	1.831.018,00	1.980.087,34	191.883,20	1.716.623,00-	191.883,20-	2.094.482,34
3190	101	1.349.998,00	0,00	0,00	916.665,00-	0,00	433.333,00
3190	711	0,00	1.541.262,34	169.329,20	799.958,00-	22.554,00-	888.079,54
3191	101	481.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	481.020,00
3191	711	0,00	438.825,00	22.554,00	0,00	169.329,20-	292.049,80
3300	000	9.308.566,00	18.397.326,52	3.840.736,02	12.911.785,13-	3.840.736,02-	14.794.107,39
3320	241	0,00	5.639,93	0,00	0,00	0,00	5.639,93
3340	151	0,00	0,00	2.313.562,02	1.348.000,00-	0,00	965.562,02
3350	711	0,00	0,00	763.587,00	0,00	763.587,00-	0,00
3390	101	127.940,00	0,00	0,00	127.347,15-	0,00	592,85
3390	107	280.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.626,00
3390	151	0,00	4.850.000,00	0,00	2.536.437,98-	2.313.562,02-	0,00
3390	711	0,00	13.344.701,59	763.587,00	0,00	763.587,00-	13.344.701,59
3390	717	0,00	196.985,00	0,00	0,00	0,00	196.985,00
3399	108	8.900.000,00	0,00	0,00	8.900.000,00-	0,00	0,00
S O M A		11.139.584,00	20.377.413,86	4.032.619,22	14.628.408,13-	4.032.619,22-	16.888.589,73

FUNC. PROGRAMATICA: 143060742033-0001 DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG

3000	000	821.369,00	316.166,34	0,00	546.282,38-	0,00	591.252,96
3100	000	752.770,00	250.923,34	0,00	520.856,38-	0,00	482.836,96
3190	101	507.925,00	0,00	0,00	436.202,38-	0,00	71.722,62
3190	711	0,00	169.308,34	0,00	84.654,00-	0,00	84.654,34
3191	101	244.845,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.845,00
3191	711	0,00	81.615,00	0,00	0,00	0,00	81.615,00
3300	000	68.599,00	65.243,00	0,00	25.426,00-	0,00	108.416,00
3390	101	25.426,00	0,00	0,00	25.426,00-	0,00	0,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.173,00
3390	711	0,00	50.852,00	0,00	0,00	0,00	50.852,00
3390	717	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00	14.391,00
S O M A		821.369,00	316.166,34	0,00	546.282,38-	0,00	591.252,96

FUNC. PROGRAMATICA: 143060744196-0001 APOIO, FOMENTO E ARTICULACAO DE ACOES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS A TEMATICA DE SEGURANCA ALIMEN

3000	000	1.069.839,00	1.301.064,28	0,00	473.184,97-	0,00	1.897.718,31
3100	000	710.389,00	236.796,34	0,00	86.888,00-	0,00	860.297,34
3190	101	521.331,00	0,00	0,00	0,00	0,00	521.331,00
3190	711	0,00	173.777,00	0,00	86.888,00-	0,00	86.889,00

3191	101	189.058,00	0,00	0,00	0,00	0,00	189.058,00
3191	711	0,00	63.019,34	0,00	0,00	0,00	63.019,34
3300	000	359.450,00	1.064.267,94	0,00	386.296,97-	0,00	1.037.420,97
3340	711	0,00	900.000,00	0,00	304.163,17-	0,00	595.836,83
3390	101	273.103,00	0,00	0,00	67.742,80-	0,00	205.360,20

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3390	107	86.347,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.347,00
3390	711	0,00	135.485,60	0,00	0,00	0,00	135.485,60
3390	717	0,00	28.782,34	0,00	14.391,00-	0,00	14.391,34
4000	000	1.500.000,00	3.659.523,17	0,00	1.500.000,00-	0,00	3.659.523,17
4400	000	1.500.000,00	3.659.523,17	0,00	1.500.000,00-	0,00	3.659.523,17
4440	101	600.000,00	0,00	0,00	600.000,00-	0,00	0,00
4440	104	0,00	2.250.000,00	0,00	0,00	0,00	2.250.000,00
4440	711	0,00	1.409.523,17	0,00	0,00	0,00	1.409.523,17
4499	108	900.000,00	0,00	0,00	900.000,00-	0,00	0,00
S O M A		2.569.839,00	4.960.587,45	0,00	1.973.184,97-	0,00	5.557.241,48

FUNC. PROGRAMATICA: 143060744197-0001 APOIO A POLITICA ESTADUAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL VOLTADA AS ACOES DESENVOL

3000	000	1.142.022,00	1.073.720,92	70.000,00	794.894,80-	70.000,00-	1.420.848,12
3100	000	222.746,00	74.248,66	0,00	0,00	0,00	296.994,66
3190	101	220.911,00	0,00	0,00	0,00	0,00	220.911,00
3190	711	0,00	73.637,00	0,00	0,00	0,00	73.637,00
3191	101	1.835,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.835,00
3191	711	0,00	611,66	0,00	0,00	0,00	611,66
3300	000	919.276,00	999.472,26	70.000,00	794.894,80-	70.000,00-	1.123.853,46
3390	101	339.357,00	0,00	0,00	338.942,80-	0,00	414,20
3390	104	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
3390	107	64.760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64.760,00
3390	108	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
3390	711	0,00	677.885,60	0,00	0,00	0,00	677.885,60
3390	717	0,00	21.586,66	0,00	10.793,00-	0,00	10.793,66
3399	108	515.159,00	0,00	0,00	445.159,00-	70.000,00-	0,00
4000	000	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00-	30.000,00
4400	000	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	30.000,00-	30.000,00
4490	108	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
4499	108	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00-	0,00
S O M A		1.172.022,00	1.073.720,92	100.000,00	794.894,80-	100.000,00-	1.450.848,12

FUNC. PROGRAMATICA: 143060834416-0001 RAIZES DE MINAS

3000	000	908.440,00	1.100.293,32	0,00	71.146,66-	0,00	1.937.586,66
3300	000	908.440,00	1.100.293,32	0,00	71.146,66-	0,00	1.937.586,66
3390	101	908.440,00	0,00	0,00	4.146,66-	0,00	904.293,34
3390	711	0,00	1.100.293,32	0,00	67.000,00-	0,00	1.033.293,32
4000	000	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.584.000,00
4400	000	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.584.000,00
4490	101	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.584.000,00

S O M A		3.492.440,00	1.100.293,32	0,00	71.146,66-	0,00	4.521.586,66

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704171-0001 IMPLEMENTACAO E MANUTENCAO DOS CENTROS DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS

3000	000	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-	0,00	2.000.000,00
3300	000	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-	0,00	2.000.000,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3350	101	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00-	0,00	0,00
3350	711	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
S O M A		2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00-	0,00	2.000.000,00

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704173-0001 PROGRAMA DE PROTECAO A VITIMAS E TESTEMUNHAS AMEACADAS - PROVITA

3000	000	1.550.000,00	77.799,46	0,00	0,00	0,00	1.627.799,46
3300	000	1.550.000,00	77.799,46	0,00	0,00	0,00	1.627.799,46
3350	103	0,00	77.799,46	0,00	0,00	0,00	77.799,46
3350	241	1.550.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.550.000,00
S O M A		1.550.000,00	77.799,46	0,00	0,00	0,00	1.627.799,46

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704174-0001 PROMOCAO, PROTECAO E REPARACAO DE DIREITOS HUMANOS

3000	000	1.412.294,00	1.621.142,62	270.000,00	80.000,00-	270.000,00-	2.953.436,62
3300	000	1.412.294,00	1.621.142,62	270.000,00	80.000,00-	270.000,00-	2.953.436,62
3320	011	0,00	248.642,40	0,00	0,00	0,00	248.642,40
3390	011	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
3390	103	0,00	2.040,82	0,00	0,00	0,00	2.040,82
3390	104	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00	310.000,00
3390	108	0,00	0,00	270.000,00	0,00	0,00	270.000,00
3390	241	960.294,00	1.049.808,60	0,00	0,00	0,00	2.010.102,60
3390	711	0,00	10.650,80	0,00	0,00	0,00	10.650,80
3399	108	350.000,00	0,00	0,00	80.000,00-	270.000,00-	0,00
4000	000	1.210.624,00	2.793.207,19	0,00	2.000.000,00-	0,00	2.003.831,19
4400	000	1.210.624,00	2.793.207,19	0,00	2.000.000,00-	0,00	2.003.831,19
4490	151	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00-	0,00	0,00
4490	241	210.624,00	1.793.207,19	0,00	0,00	0,00	2.003.831,19
4499	108	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00-	0,00	0,00
S O M A		2.622.918,00	4.414.349,81	270.000,00	2.080.000,00-	270.000,00-	4.957.267,81

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704176-0001 PROGRAMA DE PROTECAO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - PPDDH

3000	000	2.000.000,00	2.062.921,42	0,00	0,00	0,00	4.062.921,42
3300	000	2.000.000,00	2.062.921,42	0,00	0,00	0,00	4.062.921,42
3320	103	0,00	6.476,72	0,00	0,00	0,00	6.476,72
3320	241	0,00	19.254,82	0,00	0,00	0,00	19.254,82
3350	103	0,00	2.037.189,88	0,00	0,00	0,00	2.037.189,88
3350	241	2.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000.000,00
4000	000	0,00	262.811,12	0,00	0,00	0,00	262.811,12
4400	000	0,00	262.811,12	0,00	0,00	0,00	262.811,12

4450	103	0,00	262.811,12	0,00	0,00	0,00	262.811,12
S O M A		2.000.000,00	2.325.732,54	0,00	0,00	0,00	4.325.732,54

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704177-0001 PROGRAMA DE PROTECAO A CRIANCAS E ADOLESCENTES AMEACADOS DE MORTE - PPCAAM

3000	000	2.673.715,00	4.955.852,64	0,00	0,00	0,00	7.629.567,64

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3300	000	2.673.715,00	4.955.852,64	0,00	0,00	0,00	7.629.567,64
3350	103	0,00	1.256.837,92	0,00	0,00	0,00	1.256.837,92
3350	241	2.673.715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.673.715,00
3350	713	0,00	3.696.962,17	0,00	0,00	0,00	3.696.962,17
3390	241	0,00	2.052,55	0,00	0,00	0,00	2.052,55
4000	000	26.285,00	198.561,04	0,00	0,00	0,00	224.846,04
4400	000	26.285,00	198.561,04	0,00	0,00	0,00	224.846,04
4450	241	26.285,00	58.651,37	0,00	0,00	0,00	84.936,37
4450	713	0,00	139.909,67	0,00	0,00	0,00	139.909,67
S O M A		2.700.000,00	5.154.413,68	0,00	0,00	0,00	7.854.413,68

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704178-0001 MANUTENCAO E APOIO AOS ORGAOS COLEGIADOS DE DIREITOS HUMANOS

3000	000	2.470.936,00	4.254.039,98	12.617,00	1.445.315,60-	12.617,00-	5.279.660,38
3100	000	1.877.190,00	3.425.331,78	12.617,00	1.381.062,00-	12.617,00-	3.921.459,78
3190	101	1.348.880,00	0,00	0,00	1.142.093,00-	0,00	206.787,00
3190	711	0,00	2.593.602,71	0,00	153.749,00-	12.617,00-	2.427.236,71
3191	101	528.310,00	0,00	0,00	0,00	0,00	528.310,00
3191	711	0,00	831.729,07	12.617,00	85.220,00-	0,00	759.126,07
3300	000	593.746,00	828.708,20	0,00	64.253,60-	0,00	1.358.200,60
3390	101	183.600,00	0,00	0,00	64.253,60-	0,00	119.346,40
3390	107	410.146,00	0,00	0,00	0,00	0,00	410.146,00
3390	711	0,00	174.507,20	0,00	0,00	0,00	174.507,20
3390	717	0,00	654.201,00	0,00	0,00	0,00	654.201,00
S O M A		2.470.936,00	4.254.039,98	12.617,00	1.445.315,60-	12.617,00-	5.279.660,38

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704181-0001 OPERACIONALIZACAO DOS SERVICOS DE TRADUCAO E INTERPRETACAO DE LIBRAS

3000	000	440.270,00	302.745,60	0,00	440.270,00-	0,00	302.745,60
3300	000	440.270,00	302.745,60	0,00	440.270,00-	0,00	302.745,60
3390	101	440.270,00	0,00	0,00	440.270,00-	0,00	0,00
3390	711	0,00	302.745,60	0,00	0,00	0,00	302.745,60
S O M A		440.270,00	302.745,60	0,00	440.270,00-	0,00	302.745,60

FUNC. PROGRAMATICA: 144220704182-0001 MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

3000	000	17.449.896,00	14.527.127,91	555.309,15	16.794.658,36-	555.309,15-	15.182.365,55
3100	000	13.017.541,00	9.074.980,34	159.875,00	12.502.068,10-	159.875,00-	9.590.453,24
3190	101	9.926.506,00	0,00	0,00	8.988.530,53-	0,00	937.975,47
3190	711	0,00	7.059.516,34	159.875,00	841.190,57-	0,00	6.378.200,77

3191	101	3.091.035,00	0,00	0,00	2.663.347,00-	0,00	427.688,00
3191	711	0,00	2.015.464,00	0,00	9.000,00-	159.875,00-	1.846.589,00
3300	000	4.432.355,00	5.452.147,57	395.434,15	4.292.590,26-	395.434,15-	5.591.912,31
3390	101	2.100.999,00	0,00	0,00	2.061.424,61-	0,00	39.574,39
3390	107	2.331.356,00	0,00	0,00	2.185.165,65-	0,00	146.190,35
3390	711	0,00	3.582.434,62	0,00	46.000,00-	395.434,15-	3.141.000,47
3390	717	0,00	1.869.712,95	0,00	0,00	0,00	1.869.712,95
3391	711	0,00	0,00	395.434,15	0,00	0,00	395.434,15

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
S O M A		17.449.896,00	14.527.127,91	555.309,15	16.794.658,36-	555.309,15-	15.182.365,55

FUNC. PROGRAMATICA: 144220864414-0001 ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA DOMESTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES

3000	000	1.855.402,00	2.792.149,86	0,00	1.297.168,97-	0,00	3.350.382,89
3100	000	530.702,00	176.900,66	0,00	88.449,97-	0,00	619.152,69
3190	101	424.425,00	0,00	0,00	0,00	0,00	424.425,00
3190	711	0,00	141.475,00	0,00	70.737,39-	0,00	70.737,61
3191	101	106.277,00	0,00	0,00	0,00	0,00	106.277,00
3191	711	0,00	35.425,66	0,00	17.712,58-	0,00	17.713,08
3300	000	1.324.700,00	2.615.249,20	0,00	1.208.719,00-	0,00	2.731.230,20
3390	101	1.152.007,00	0,00	0,00	1.152.007,00-	0,00	0,00
3390	107	172.693,00	0,00	0,00	0,00	0,00	172.693,00
3390	711	0,00	2.557.684,86	0,00	34.000,00-	0,00	2.523.684,86
3390	717	0,00	57.564,34	0,00	22.712,00-	0,00	34.852,34
4000	000	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00-	0,00	0,00
4400	000	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00-	0,00	0,00
4440	101	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00-	0,00	0,00
S O M A		2.005.402,00	2.792.149,86	0,00	1.447.168,97-	0,00	3.350.382,89

FUNC. PROGRAMATICA: 144220864415-0001 PROMOCAO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES

3000	000	3.424.097,00	3.401.145,70	179.688,26	3.100.396,00-	179.688,26-	3.724.846,70
3100	000	1.206.359,00	402.119,66	0,00	1.163.284,00-	0,00	445.194,66
3190	101	997.101,00	0,00	0,00	997.101,00-	0,00	0,00
3190	711	0,00	332.367,00	0,00	166.183,00-	0,00	166.184,00
3191	101	209.258,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.258,00
3191	711	0,00	69.752,66	0,00	0,00	0,00	69.752,66
3300	000	2.217.738,00	2.999.026,04	179.688,26	1.937.112,00-	179.688,26-	3.279.652,04
3390	101	1.787.112,00	0,00	0,00	1.787.112,00-	0,00	0,00
3390	107	280.626,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.626,00
3390	241	0,00	71.062,76	0,00	0,00	0,00	71.062,76
3390	711	0,00	2.834.421,28	0,00	0,00	179.688,26-	2.654.733,02
3390	717	0,00	93.542,00	0,00	0,00	0,00	93.542,00
3391	711	0,00	0,00	179.688,26	0,00	0,00	179.688,26
3399	108	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00-	0,00	0,00
4000	000	0,00	165.813,03	0,00	0,00	0,00	165.813,03
4400	000	0,00	165.813,03	0,00	0,00	0,00	165.813,03
4490	103	0,00	4.737,52	0,00	0,00	0,00	4.737,52
4490	241	0,00	161.075,51	0,00	0,00	0,00	161.075,51

S O M A		3.424.097,00	3.566.958,73	179.688,26	3.100.396,00-	179.688,26-	3.890.659,73

FUNC. PROGRAMATICA: 161220734184-0001 APOIO AOS MUNICIPIOS NA IMPLEMENTACAO DA POLITICA HABITACIONAL E NA ELABORACAO E REVISAO DE PLANOS L

3000	000	219.562,00	220.514,34	0,00	105.146,00-	0,00	334.930,34
3100	000	115.585,00	104.515,34	0,00	20.151,00-	0,00	199.949,34
3190	101	115.585,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.585,00
3190	711	0,00	104.515,34	0,00	20.151,00-	0,00	84.364,34

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3300	000	103.977,00	115.999,00	0,00	84.995,00-	0,00	134.981,00
3390	101	60.804,00	0,00	0,00	40.800,00-	0,00	20.004,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	32.563,00-	0,00	10.610,00
3390	711	0,00	81.600,00	0,00	0,00	0,00	81.600,00
3390	717	0,00	34.399,00	0,00	11.632,00-	0,00	22.767,00
4000	000	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
4400	000	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
4490	101	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
S O M A		279.562,00	220.514,34	0,00	105.146,00-	0,00	394.930,34

FUNC. PROGRAMATICA: 162440734185-0001 APOIO A PRODUCAO E A AQUISICAO DE UNIDADES HABITACIONAIS

3000	000	925.993,00	766.739,36	0,00	235.242,61-	0,00	1.457.489,75
3100	000	530.695,00	176.898,34	0,00	88.449,00-	0,00	619.144,34
3190	101	423.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	423.180,00
3190	711	0,00	141.060,00	0,00	70.530,00-	0,00	70.530,00
3191	101	107.515,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107.515,00
3191	711	0,00	35.838,34	0,00	17.919,00-	0,00	17.919,34
3300	000	395.298,00	589.841,02	0,00	146.793,61-	0,00	838.345,41
3390	101	352.125,00	0,00	0,00	146.793,61-	0,00	205.331,39
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.173,00
3390	711	0,00	575.450,02	0,00	0,00	0,00	575.450,02
3390	717	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00	14.391,00
4000	000	124.980.000,00	26.000.000,00	0,00	135.331.690,95-	0,00	15.648.309,05
4400	000	124.980.000,00	26.000.000,00	0,00	135.331.690,95-	0,00	15.648.309,05
4440	101	124.980.000,00	0,00	0,00	124.980.000,00-	0,00	0,00
4440	711	0,00	26.000.000,00	0,00	10.351.690,95-	0,00	15.648.309,05
S O M A		125.905.993,00	26.766.739,36	0,00	135.566.933,56-	0,00	17.105.798,80

FUNC. PROGRAMATICA: 162440834418-0001 REFORMA E MELHORIAS DE UNIDADES HABITACIONAIS

3000	000	63.547,00	95.022.357,80	0,00	64.499,00-	0,00	95.021.405,80
3100	000	40.960,00	13.653,34	0,00	40.960,00-	0,00	13.653,34
3190	101	40.960,00	0,00	0,00	40.960,00-	0,00	0,00
3190	711	0,00	13.653,34	0,00	0,00	0,00	13.653,34
3300	000	22.587,00	95.008.704,46	0,00	23.539,00-	0,00	95.007.752,46
3390	101	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
3390	107	21.587,00	0,00	0,00	21.587,00-	0,00	0,00
3390	711	0,00	95.001.508,80	0,00	0,00	0,00	95.001.508,80

3390	717	0,00	7.195,66	0,00	1.952,00-	0,00	5.243,66
4000	000	1.000.000,00	95.001.508,80	0,00	96.001.508,80-	0,00	0,00
4400	000	1.000.000,00	95.001.508,80	0,00	96.001.508,80-	0,00	0,00
4490	711	0,00	95.001.508,80	0,00	95.001.508,80-	0,00	0,00
4499	108	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00-	0,00	0,00
S O M A		1.063.547,00	190.023.866,60	0,00	96.066.007,80-	0,00	95.021.405,80

FUNC. PROGRAMATICA: 273660694168-0001 PROMOCAO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3000	000	9.998.513,00	6.344.964,63	0,00	14.650,00-	0,00	16.328.827,63
3100	000	111.493,00	0,00	0,00	14.650,00-	0,00	96.843,00
3190	101	96.843,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.843,00
3191	101	14.650,00	0,00	0,00	14.650,00-	0,00	0,00
3300	000	9.887.020,00	6.344.964,63	0,00	0,00	0,00	16.231.984,63
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	0,00	0,00	43.173,00
3390	381	9.843.847,00	6.344.964,63	0,00	0,00	0,00	16.188.811,63
4000	000	520.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.081,00
4400	000	520.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.081,00
4490	381	520.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.081,00
S O M A		10.518.594,00	6.344.964,63	0,00	14.650,00-	0,00	16.848.908,63

FUNC. PROGRAMATICA: 278110694169-0001 BOLSA ATLETA E BOLSA TECNICO

3000	000	2.876.126,00	51.912,50	0,00	0,00	0,00	2.928.038,50
3100	000	664.698,00	0,00	0,00	0,00	0,00	664.698,00
3190	101	431.177,00	0,00	0,00	0,00	0,00	431.177,00
3191	101	233.521,00	0,00	0,00	0,00	0,00	233.521,00
3300	000	2.211.428,00	51.912,50	0,00	0,00	0,00	2.263.340,50
3390	101	608.170,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608.170,00
3390	107	21.588,00	51.912,50	0,00	0,00	0,00	73.500,50
3390	381	1.581.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.581.670,00
S O M A		2.876.126,00	51.912,50	0,00	0,00	0,00	2.928.038,50

FUNC. PROGRAMATICA: 278120694163-0001 PROMOCAO DOS JOGOS DO INTERIOR DE MINAS

3000	000	1.942.168,00	5.000,00	472.000,27	22.954,00-	472.000,27-	1.924.214,00
3100	000	356.594,00	0,00	0,00	0,00	0,00	356.594,00
3190	101	252.415,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.415,00
3191	101	104.179,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.179,00
3300	000	1.585.574,00	5.000,00	472.000,27	22.954,00-	472.000,27-	1.567.620,00
3350	101	467.000,00	0,00	0,00	0,00	467.000,00-	0,00
3350	381	1.068.162,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,27-	1.068.161,73
3390	101	0,00	0,00	467.000,00	1.290,00-	0,00	465.710,00
3390	107	43.172,00	0,00	0,00	21.664,00-	0,00	21.508,00
3390	381	7.240,00	0,00	5.000,27	0,00	0,00	12.240,27
S O M A		1.942.168,00	5.000,00	472.000,27	22.954,00-	472.000,27-	1.924.214,00

FUNC. PROGRAMATICA: 278120694166-0001 PROMOCAO DO ESPORTE EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3000	000	8.649.273,00	5.555.615,12	0,00	7.046.151,99-	0,00	7.158.736,13
3100	000	90.617,00	50.750,00	0,00	0,00	0,00	141.367,00
3190	101	89.975,00	50.750,00	0,00	0,00	0,00	140.725,00
3191	101	642,00	0,00	0,00	0,00	0,00	642,00
3300	000	8.558.656,00	5.504.865,12	0,00	7.046.151,99-	0,00	7.017.369,13
3340	381	6.500.000,00	5.504.865,12	0,00	5.605.168,43-	0,00	6.399.696,69
3390	101	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00-	0,00	0,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	25.998,00-	0,00	17.175,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3390	241	595.107,00	0,00	0,00	232.138,27-	0,00	362.968,73
3390	381	705.376,00	0,00	0,00	467.847,29-	0,00	237.528,71
3399	108	700.000,00	0,00	0,00	700.000,00-	0,00	0,00
S O M A		8.649.273,00	5.555.615,12	0,00	7.046.151,99-	0,00	7.158.736,13

FUNC. PROGRAMATICA: 278120694167-0001 APOIO A GESTAO ESPORTIVA

3000	000	3.722.695,00	0,00	72.740,00	1.410.313,90-	72.740,00-	2.312.381,10
3100	000	1.941.021,00	0,00	72.740,00	1.025.189,00-	72.740,00-	915.832,00
3190	101	1.511.788,00	0,00	72.740,00	1.025.189,00-	0,00	559.339,00
3191	101	429.233,00	0,00	0,00	0,00	72.740,00-	356.493,00
3300	000	1.781.674,00	0,00	0,00	385.124,90-	0,00	1.396.549,10
3390	101	773.134,00	0,00	0,00	3.624,90-	0,00	769.509,10
3390	107	259.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	259.040,00
3390	381	749.500,00	0,00	0,00	381.500,00-	0,00	368.000,00
4000	000	79.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.968,00
4400	000	79.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.968,00
4490	101	79.968,00	0,00	0,00	0,00	0,00	79.968,00
S O M A		3.802.663,00	0,00	72.740,00	1.410.313,90-	72.740,00-	2.392.349,10

FUNC. PROGRAMATICA: 278120694170-0001 APOIO A REALIZACAO DE ACOES ESPORTIVAS

3000	000	2.398.309,00	4.021.692,32	993.301,22	1.912.333,00-	993.301,22-	4.507.668,32
3100	000	186.098,00	991.994,05	0,00	0,00	0,00	1.178.092,05
3190	101	154.516,00	809.605,65	0,00	0,00	0,00	964.121,65
3191	101	31.582,00	182.388,40	0,00	0,00	0,00	213.970,40
3300	000	2.212.211,00	3.029.698,27	993.301,22	1.912.333,00-	993.301,22-	3.329.576,27
3320	241	0,00	30.872,34	0,00	0,00	0,00	30.872,34
3340	104	0,00	0,00	247.500,00	0,00	0,00	247.500,00
3340	108	0,00	0,00	350.000,00	0,00	100.000,00-	250.000,00
3340	151	0,00	0,00	295.801,22	100.000,00-	0,00	195.801,22
3390	101	19.038,00	39.432,00	0,00	0,00	0,00	58.470,00
3390	104	0,00	370.000,00	0,00	0,00	247.500,00-	122.500,00
3390	107	43.173,00	110.974,50	0,00	12.333,00-	0,00	141.814,50
3390	108	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
3390	151	0,00	377.819,43	0,00	0,00	295.801,22-	82.018,21
3390	381	0,00	2.100.600,00	0,00	0,00	0,00	2.100.600,00

3399	108	2.150.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00-	350.000,00-	0,00
4000	000	6.175.795,00	24.430.854,12	21.903.089,88	8.584.172,30-	21.903.089,88-	22.022.476,82
4400	000	6.175.795,00	24.430.854,12	21.903.089,88	8.584.172,30-	21.903.089,88-	22.022.476,82
4420	241	0,00	0,00	1.434.731,42	0,00	1.434.731,42-	0,00
4440	104	0,00	0,00	409.856,00	0,00	0,00	409.856,00
4440	108	0,00	0,00	518.042,70	0,00	176.420,00-	341.622,70
4440	151	0,00	0,00	14.822.058,82	1.000.000,00-	0,00	13.822.058,82
4440	381	0,00	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00
4490	011	0,00	1.434.731,42	0,00	0,00	0,00	1.434.731,42
4490	104	0,00	409.856,00	0,00	0,00	409.856,00-	0,00
4490	108	0,00	0,00	868.042,70	0,00	518.042,70-	350.000,00
4490	151	0,00	15.985.908,46	2.415.626,82	2.100.000,00-	14.822.058,82-	1.479.476,46

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
4490	241	0,00	1.434.731,42	1.434.731,42	0,00	1.434.731,42-	1.434.731,42
4499	108	6.175.795,00	0,00	0,00	5.484.172,30-	691.622,70-	0,00
4499	151	0,00	2.415.626,82	0,00	0,00	2.415.626,82-	0,00
S O M A		8.574.104,00	28.452.546,44	22.896.391,10	10.496.505,30-	22.896.391,10-	26.530.145,14

FUNC. PROGRAMATICA: 278120694514-0001 PROMOCAO DO ESPORTE DE PARTICIPACAO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3000	000	3.860.047,00	4.914,90	300.000,00	1.067.372,14-	300.000,00-	2.797.589,76
3100	000	606.741,00	0,00	0,00	0,00	0,00	606.741,00
3190	101	500.812,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.812,00
3191	101	105.929,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.929,00
3300	000	3.253.306,00	4.914,90	300.000,00	1.067.372,14-	300.000,00-	2.190.848,76
3340	381	1.800.000,00	0,00	0,00	1.067.372,14-	300.000,00-	432.627,86
3350	381	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
3390	101	0,00	4.914,90	0,00	0,00	0,00	4.914,90
3390	107	151.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	151.107,00
3390	241	1.289.529,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.289.529,00
3390	381	12.670,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.670,00
S O M A		3.860.047,00	4.914,90	300.000,00	1.067.372,14-	300.000,00-	2.797.589,76

FUNC. PROGRAMATICA: 278130694164-0001 PROJETOS VIABILIZADOS PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

3000	000	6.560.954,00	1.752.699,00	650.554,64	2.479.041,57-	650.554,64-	5.834.611,43
3100	000	787.203,00	582.699,00	4.336,00	0,00	4.336,00-	1.369.902,00
3190	101	605.444,00	416.131,00	0,00	0,00	4.336,00-	1.017.239,00
3191	101	181.759,00	166.568,00	4.336,00	0,00	0,00	352.663,00
3300	000	5.773.751,00	1.170.000,00	646.218,64	2.479.041,57-	646.218,64-	4.464.709,43
3340	111	0,00	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00-	0,00	0,00
3340	381	1.655.039,00	0,00	0,00	83.931,57-	0,00	1.571.107,43
3340	591	3.900.000,00	0,00	0,00	1.170.000,00-	646.218,64-	2.083.781,36
3350	591	0,00	0,00	646.218,64	0,00	0,00	646.218,64
3390	101	24.432,00	0,00	0,00	24.432,00-	0,00	0,00
3390	107	194.280,00	0,00	0,00	30.678,00-	0,00	163.602,00
S O M A		6.560.954,00	1.752.699,00	650.554,64	2.479.041,57-	650.554,64-	5.834.611,43

FUNC. PROGRAMATICA: 278130694165-0001 GESTAO DO ICMS ESPORTIVO

3000	000	245.530,00	248.550,34	0,00	0,00	0,00	494.080,34
3100	000	180.770,00	224.541,34	0,00	0,00	0,00	405.311,34
3190	101	142.330,00	202.991,34	0,00	0,00	0,00	345.321,34
3191	101	38.440,00	21.550,00	0,00	0,00	0,00	59.990,00
3300	000	64.760,00	24.009,00	0,00	0,00	0,00	88.769,00
3390	107	64.760,00	24.009,00	0,00	0,00	0,00	88.769,00
S O M A		245.530,00	248.550,34	0,00	0,00	0,00	494.080,34

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
T O T A I S		327.478.873,00	425.121.339,78	57.664.118,59	373.569.997,88-	57.664.118,59-	379.030.214,90

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.06 08:12:57 -03'00'

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
041220832035-0001 - APOIO E COORDENACAO DE POLITICAS INTERSETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA PE								
3000		123.141,80	4.643,08	33.124,47	90.017,33	15.113,36	33.124,47	0,00
3300		123.141,80	4.643,08	33.124,47	90.017,33	15.113,36	33.124,47	0,00
3390	101	414,20	0,00	0,00	414,20	0,00	0,00	0,00
3390	711	122.727,60	4.643,08	33.124,47	89.603,13	15.113,36	33.124,47	0,00
S O M A		123.141,80	4.643,08	33.124,47	90.017,33	15.113,36	33.124,47	0,00
041220842036-0001 - ELABORACAO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIACAO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL,								
3000		25.600,00	5.050,50	7.011,32	18.588,68	1.886,23	7.011,32	0,00
3300		25.600,00	5.050,50	7.011,32	18.588,68	1.886,23	7.011,32	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	25.600,00	5.050,50	7.011,32	18.588,68	1.886,23	7.011,32	0,00
S O M A		25.600,00	5.050,50	7.011,32	18.588,68	1.886,23	7.011,32	0,00
041220842037-0001 - FOMENTO A INOVACAO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
3000		727.190,04	31.356,61	246.566,80	480.623,24	61.795,67	246.566,80	0,00
3100		144.814,34	0,00	0,00	144.814,34	0,00	0,00	0,00
3190	101	121.750,00	0,00	0,00	121.750,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	20.292,34	0,00	0,00	20.292,34	0,00	0,00	0,00
3191	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	2.772,00	0,00	0,00	2.772,00	0,00	0,00	0,00
3300		582.375,70	31.356,61	246.566,80	335.808,90	61.795,67	246.566,80	0,00
3390	101	17.677,30	0,00	0,00	17.677,30	0,00	0,00	0,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	43.173,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	507.134,40	31.356,61	246.566,80	260.567,60	61.795,67	246.566,80	0,00
3390	717	14.391,00	0,00	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00
4000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4400		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		727.190,04	31.356,61	246.566,80	480.623,24	61.795,67	246.566,80	0,00
041221482076-0001 - GESTAO E MONITORAMENTO DE CONVENIOS E PARCERIAS								
3000		1.550.793,45	4.295,00	9.959,75	1.540.833,70	235,30	9.959,75	0,00
3100		884.555,00	0,00	2.273,62	882.281,38	0,00	2.273,62	0,00
3190	101	401.847,00	0,00	2.273,62	399.573,38	0,00	2.273,62	0,00
3190	711	218.778,66	0,00	0,00	218.778,66	0,00	0,00	0,00
3191	101	197.947,00	0,00	0,00	197.947,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	65.982,34	0,00	0,00	65.982,34	0,00	0,00	0,00
3300		666.238,45	4.295,00	7.686,13	658.552,32	235,30	7.686,13	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	524.554,00	0,00	1.050,00	523.504,00	0,00	1.050,00	0,00
3390	711	54.258,11	4.295,00	6.636,13	47.621,98	235,30	6.636,13	0,00
3390	717	87.426,34	0,00	0,00	87.426,34	0,00	0,00	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
S O M A		1.550.793,45	4.295,00	9.959,75	1.540.833,70	235,30	9.959,75	0,00
041221482079-0001 - APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AS INSTITUICOES NA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL								
3000		8.270.274,57	0,00	3.839.911,03	4.430.363,54	5.980,51	3.839.911,03	0,00
3100		383.092,34	0,00	0,00	383.092,34	0,00	0,00	0,00
3190	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	186.367,34	0,00	0,00	186.367,34	0,00	0,00	0,00
3191	101	168.621,00	0,00	0,00	168.621,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	28.104,00	0,00	0,00	28.104,00	0,00	0,00	0,00
3300		7.887.182,23	0,00	3.839.911,03	4.047.271,20	5.980,51	3.839.911,03	0,00
3340	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3350	711	7.365.864,57	0,00	3.839.911,03	3.525.953,54	5.980,51	3.839.911,03	0,00
3390	107	446.843,00	0,00	0,00	446.843,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	717	74.474,66	0,00	0,00	74.474,66	0,00	0,00	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000		1.058.681,50	234.952,38	1.040.883,51	17.797,99	234.952,38	1.040.883,51	0,00
4400		1.058.681,50	234.952,38	1.040.883,51	17.797,99	234.952,38	1.040.883,51	0,00
4440	108	360.359,13	0,00	360.359,13	0,00	0,00	360.359,13	0,00
4440	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4450	108	252.750,37	234.952,38	234.952,38	17.797,99	234.952,38	234.952,38	0,00
4450	711	445.572,00	0,00	445.572,00	0,00	0,00	445.572,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		9.328.956,07	234.952,38	4.880.794,54	4.448.161,53	240.932,89	4.880.794,54	0,00
041227052500-0001 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS								
3000		55.673.069,13	5.879.007,89	45.195.147,00	10.477.922,13	6.622.563,74	45.195.147,00	0,00
3100		40.108.924,04	5.224.152,21	34.489.940,22	5.618.983,82	5.224.152,21	34.489.940,22	0,00
3190	101	23.863.792,59	4.209.095,49	23.602.545,95	261.246,64	4.209.095,49	23.602.545,95	0,00
3190	711	8.637.190,20	0,00	4.364.054,01	4.273.136,19	0,00	4.364.054,01	0,00
3190	951	162.389,00	0,00	0,00	162.389,00	0,00	0,00	0,00
3191	101	5.513.871,00	1.006.410,93	5.513.870,39	0,61	1.006.410,93	5.513.870,39	0,00
3191	711	1.930.387,25	8.645,79	1.009.469,87	920.917,38	8.645,79	1.009.469,87	0,00
3191	951	1.294,00	0,00	0,00	1.294,00	0,00	0,00	0,00
3300		15.564.145,09	654.855,68	10.705.206,78	4.858.938,31	1.398.411,53	10.705.206,78	0,00
3340	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	101	1.825.510,71	124.997,27	1.638.939,38	186.571,33	703.677,80	1.638.939,38	0,00
3390	107	5.946.607,00	524.810,11	5.191.828,62	754.778,38	524.810,11	5.191.828,62	0,00
3390	711	4.833.714,23	5.048,30	2.337.004,93	2.496.709,30	169.923,62	2.337.004,93	0,00
3390	717	2.880.697,15	0,00	1.537.433,85	1.343.263,30	0,00	1.537.433,85	0,00
3390	957	77.616,00	0,00	0,00	77.616,00	0,00	0,00	0,00
4000		2.418.250,00	0,00	397.913,95	2.020.336,05	397.913,95	397.913,95	0,00
4400		2.418.250,00	0,00	397.913,95	2.020.336,05	397.913,95	397.913,95	0,00
4490	101	2.418.250,00	0,00	397.913,95	2.020.336,05	397.913,95	397.913,95	0,00

S O M A	58.091.319,13	5.879.007,89	45.593.060,95	12.498.258,18	7.020.477,69	45.593.060,95	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
041280844204-0001 - APOIO TECNICO AOS MUNICIPIOS PARA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL								
3000		8.219.617,09	310.547,14	4.053.909,05	4.165.708,04	661.036,98	4.053.909,05	0,00
3100		3.041.890,68	251.043,27	1.613.017,56	1.428.873,12	251.043,27	1.613.017,56	0,00
3190	101	226.849,00	0,00	226.848,77	0,23	0,00	226.848,77	0,00
3190	711	2.348.403,34	231.148,39	1.231.020,55	1.117.382,79	231.148,39	1.231.020,55	0,00
3191	101	33.130,00	0,00	33.129,80	0,20	0,00	33.129,80	0,00
3191	711	433.508,34	19.894,88	122.018,44	311.489,90	19.894,88	122.018,44	0,00
3300		5.177.726,41	59.503,87	2.440.891,49	2.736.834,92	409.993,71	2.440.891,49	0,00
3390	101	104.287,15	0,00	0,00	104.287,15	0,00	0,00	0,00
3390	107	17.965,00	0,00	17.964,04	0,96	0,00	17.964,04	0,00
3390	711	4.350.541,86	32.935,45	2.118.353,02	2.232.188,84	381.093,46	2.118.353,02	0,00
3390	717	684.976,00	26.568,42	286.065,56	398.910,44	26.568,42	286.065,56	0,00
3391	711	19.956,40	0,00	18.508,87	1.447,53	2.331,83	18.508,87	0,00
4000		74.560,82	61.464,44	61.464,44	13.096,38	61.464,44	61.464,44	0,00
4400		74.560,82	61.464,44	61.464,44	13.096,38	61.464,44	61.464,44	0,00
4490	711	74.560,82	61.464,44	61.464,44	13.096,38	61.464,44	61.464,44	0,00
S O M A		8.294.177,91	372.011,58	4.115.373,49	4.178.804,42	722.501,42	4.115.373,49	0,00
082440712134-0001 - ASSESSORAMENTO A POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL								
3000		10.861.621,34	1.207.001,41	7.973.494,27	2.888.127,07	1.207.001,41	7.973.494,27	0,00
3100		9.209.510,68	1.110.882,91	6.789.802,29	2.419.708,39	1.110.882,91	6.789.802,29	0,00
3190	101	4.663.040,00	882.236,90	4.663.039,86	0,14	882.236,90	4.663.039,86	0,00
3190	711	2.757.450,34	0,00	784.424,34	1.973.026,00	0,00	784.424,34	0,00
3191	101	1.149.453,00	228.646,01	1.149.452,47	0,53	228.646,01	1.149.452,47	0,00
3191	711	639.567,34	0,00	192.885,62	446.681,72	0,00	192.885,62	0,00
3300		1.652.110,66	96.118,50	1.183.691,98	468.418,68	96.118,50	1.183.691,98	0,00
3390	107	1.048.329,00	96.118,50	912.628,48	135.700,52	96.118,50	912.628,48	0,00
3390	717	603.781,66	0,00	271.063,50	332.718,16	0,00	271.063,50	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		10.861.621,34	1.207.001,41	7.973.494,27	2.888.127,07	1.207.001,41	7.973.494,27	0,00
113340664153-0001 - ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR								
3000		9.048.090,94	834.408,98	6.011.466,98	3.036.623,96	1.181.978,49	6.011.466,98	0,00
3100		4.320.511,70	564.292,05	3.622.189,25	698.322,45	564.292,05	3.622.189,25	0,00
3190	101	532.472,00	0,00	412.809,14	119.662,86	0,00	412.809,14	0,00
3190	711	2.742.256,83	425.349,89	2.316.209,87	426.046,96	425.349,89	2.316.209,87	0,00
3191	101	133.932,00	0,00	133.931,74	0,26	0,00	133.931,74	0,00
3191	711	911.850,87	138.942,16	759.238,50	152.612,37	138.942,16	759.238,50	0,00
3300		4.727.579,24	270.116,93	2.389.277,73	2.338.301,51	617.686,44	2.389.277,73	0,00
3390	101	382.040,00	0,00	0,00	382.040,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	561.252,00	0,00	54.237,00	507.015,00	0,00	54.237,00	0,00
3390	108	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00	200.000,00	200.000,00	0,00
3390	711	2.908.926,74	25.776,93	1.606.577,23	1.302.349,51	373.346,44	1.606.577,23	0,00

3390	717	675.360,50	44.340,00	528.463,50	146.897,00	44.340,00	528.463,50	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000		809,32	0,00	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
4400		809,32	0,00	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00
4490	711	809,32	0,00	0,00	809,32	0,00	0,00	0,00
S O M A		9.048.900,26	834.408,98	6.011.466,98	3.037.433,28	1.181.978,49	6.011.466,98	0,00

113340664154-0001 - FOMENTO PARA ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA E PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA

3000		5.007.558,81	1.220.606,51	2.224.762,60	2.782.796,21	1.287.574,64	2.224.762,60	0,00
3100		1.156.213,33	107.160,57	744.752,73	411.460,60	107.160,57	744.752,73	0,00
3190	101	88.315,00	0,00	88.314,24	0,76	0,00	88.314,24	0,00
3190	711	645.782,66	81.657,79	477.885,21	167.897,45	81.657,79	477.885,21	0,00
3191	101	231.644,00	0,00	26.689,34	204.954,66	0,00	26.689,34	0,00
3191	711	190.471,67	25.502,78	151.863,94	38.607,73	25.502,78	151.863,94	0,00
3300		3.851.345,48	1.113.445,94	1.480.009,87	2.371.335,61	1.180.414,07	1.480.009,87	0,00
3340	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3350	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3350	711	1.050.000,00	0,00	0,00	1.050.000,00	0,00	0,00	0,00
3390	101	6.084,37	0,00	0,00	6.084,37	0,00	0,00	0,00
3390	104	1.290.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	270.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
3390	107	323.799,00	0,00	11.920,50	311.878,50	0,00	11.920,50	0,00
3390	108	240.000,00	100.000,00	100.000,00	140.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
3390	711	784.734,11	13.472,06	252.464,37	532.269,74	53.496,07	252.464,37	0,00
3390	717	156.728,00	6.918,00	95.625,00	61.103,00	6.918,00	95.625,00	0,00
4000		49.319,26	0,00	24.659,63	24.659,63	0,00	24.659,63	0,00
4400		49.319,26	0,00	24.659,63	24.659,63	0,00	24.659,63	0,00
4490	011	24.659,63	0,00	24.659,63	0,00	0,00	24.659,63	0,00
4490	241	24.659,63	0,00	0,00	24.659,63	0,00	0,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		5.056.878,07	1.220.606,51	2.249.422,23	2.807.455,84	1.287.574,64	2.249.422,23	0,00

113340664157-0001 - FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA DE MULHERES

3000		8.703.689,68	7.996.387,20	8.345.460,36	358.229,32	8.081.109,06	8.345.460,36	0,00
3300		8.703.689,68	7.996.387,20	8.345.460,36	358.229,32	8.081.109,06	8.345.460,36	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	8.703.689,68	7.996.387,20	8.345.460,36	358.229,32	8.081.109,06	8.345.460,36	0,00
4000		1.715.070,00	1.354.799,98	1.354.799,98	360.270,02	1.354.799,98	1.354.799,98	0,00
4400		1.715.070,00	1.354.799,98	1.354.799,98	360.270,02	1.354.799,98	1.354.799,98	0,00
4490	711	1.715.070,00	1.354.799,98	1.354.799,98	360.270,02	1.354.799,98	1.354.799,98	0,00
S O M A		10.418.759,68	9.351.187,18	9.700.260,34	718.499,34	9.435.909,04	9.700.260,34	0,00

113340834412-0001 - ACESSO AO TRABALHO E A RENDA

3000		8.291.522,59	6.978.276,59	6.989.873,94	1.301.648,65	6.982.792,17	6.989.873,94	0,00
3300		8.291.522,59	6.978.276,59	6.989.873,94	1.301.648,65	6.982.792,17	6.989.873,94	0,00

3350	711	6.979.290,99	6.979.290,99	6.979.290,99	0,00	6.979.290,99	6.979.290,99	0,00
3390	101	1.279.755,88	0,00	0,00	1.279.755,88	0,00	0,00	0,00
3390	711	32.475,72	1.014,40	10.582,95	21.892,77	3.501,18	10.582,95	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
S O M A		8.291.522,59	6.978.276,59	6.989.873,94	1.301.648,65	6.982.792,17	6.989.873,94	0,00
113630674158-0001 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL								
3000		16.888.589,73	12.344.594,98	14.776.973,31	2.111.616,42	12.367.556,90	14.776.973,31	0,00
3100		2.094.482,34	204.462,40	1.393.435,68	701.046,66	204.462,40	1.393.435,68	0,00
3190	101	433.333,00	0,00	433.332,45	0,55	0,00	433.332,45	0,00
3190	711	888.079,54	150.804,86	644.357,37	243.722,17	150.804,86	644.357,37	0,00
3191	101	481.020,00	0,00	103.866,65	377.153,35	0,00	103.866,65	0,00
3191	711	292.049,80	53.657,54	211.879,21	80.170,59	53.657,54	211.879,21	0,00
3300		14.794.107,39	12.140.132,58	13.383.537,63	1.410.569,76	12.163.094,50	13.383.537,63	0,00
3320	241	5.639,93	0,00	5.639,93	0,00	0,00	5.639,93	0,00
3340	151	965.562,02	0,00	963.562,02	2.000,00	0,00	963.562,02	0,00
3350	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	101	592,85	0,00	0,00	592,85	0,00	0,00	0,00
3390	107	280.626,00	0,00	72.130,50	208.495,50	0,00	72.130,50	0,00
3390	151	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	13.344.701,59	12.128.269,08	12.227.695,18	1.117.006,41	12.151.231,00	12.227.695,18	0,00
3390	717	196.985,00	11.863,50	114.510,00	82.475,00	11.863,50	114.510,00	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		16.888.589,73	12.344.594,98	14.776.973,31	2.111.616,42	12.367.556,90	14.776.973,31	0,00
143060742033-0001 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG								
3000		591.252,96	10.889,40	2.606,51	588.646,45	0,00	2.606,51	0,00
3100		482.836,96	0,00	0,00	482.836,96	0,00	0,00	0,00
3190	101	71.722,62	0,00	0,00	71.722,62	0,00	0,00	0,00
3190	711	84.654,34	0,00	0,00	84.654,34	0,00	0,00	0,00
3191	101	244.845,00	0,00	0,00	244.845,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	81.615,00	0,00	0,00	81.615,00	0,00	0,00	0,00
3300		108.416,00	10.889,40	2.606,51	105.809,49	0,00	2.606,51	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	43.173,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	50.852,00	10.889,40	2.606,51	48.245,49	0,00	2.606,51	0,00
3390	717	14.391,00	0,00	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		591.252,96	10.889,40	2.606,51	588.646,45	0,00	2.606,51	0,00
143060744196-0001 - APOIO, FOMENTO E ARTICULACAO DE ACOES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS A TEMATICA DE SEGURANCA ALIMEN								
3000		1.897.718,31	3.850,50	241.351,40	1.656.366,91	21.117,74	241.351,40	0,00
3100		860.297,34	0,00	0,00	860.297,34	0,00	0,00	0,00
3190	101	521.331,00	0,00	0,00	521.331,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	86.889,00	0,00	0,00	86.889,00	0,00	0,00	0,00

3191	101	189.058,00	0,00	0,00	189.058,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	63.019,34	0,00	0,00	63.019,34	0,00	0,00	0,00
3300		1.037.420,97	3.850,50	241.351,40	796.069,57	21.117,74	241.351,40	0,00
3340	711	595.836,83	0,00	204.226,69	391.610,14	0,00	204.226,69	0,00
3390	101	205.360,20	0,00	0,00	205.360,20	0,00	0,00	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3390	107	86.347,00	0,00	0,00	86.347,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	135.485,60	3.850,50	37.124,71	98.360,89	21.117,74	37.124,71	0,00
3390	717	14.391,34	0,00	0,00	14.391,34	0,00	0,00	0,00
4000		3.659.523,17	60.000,00	3.396.484,20	263.038,97	60.000,00	3.396.484,20	0,00
4400		3.659.523,17	60.000,00	3.396.484,20	263.038,97	60.000,00	3.396.484,20	0,00
4440	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	104	2.250.000,00	0,00	2.175.788,65	74.211,35	0,00	2.175.788,65	0,00
4440	711	1.409.523,17	60.000,00	1.220.695,55	188.827,62	60.000,00	1.220.695,55	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		5.557.241,48	56.149,50	3.637.835,60	1.919.405,88	81.117,74	3.637.835,60	0,00

143060744197-0001 - APOIO A POLITICA ESTADUAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL VOLTADA AS ACOES DESENVOL

3000		1.420.848,12	160.525,26	413.423,04	1.007.425,08	54.270,03	413.423,04	0,00
3100		296.994,66	0,00	0,00	296.994,66	0,00	0,00	0,00
3190	101	220.911,00	0,00	0,00	220.911,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	73.637,00	0,00	0,00	73.637,00	0,00	0,00	0,00
3191	101	1.835,00	0,00	0,00	1.835,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	611,66	0,00	0,00	611,66	0,00	0,00	0,00
3300		1.123.853,46	160.525,26	413.423,04	710.430,42	54.270,03	413.423,04	0,00
3390	101	414,20	0,00	0,00	414,20	0,00	0,00	0,00
3390	104	300.000,00	24.562,12	196.183,68	103.816,32	690,92	196.183,68	0,00
3390	107	64.760,00	0,00	0,00	64.760,00	0,00	0,00	0,00
3390	108	70.000,00	53.894,48	16.105,52	53.894,48	16.105,52	16.105,52	0,00
3390	711	677.885,60	82.068,66	201.133,84	476.751,76	37.473,59	201.133,84	0,00
3390	717	10.793,66	0,00	0,00	10.793,66	0,00	0,00	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000		30.000,00	0,00	29.705,00	295,00	29.705,00	29.705,00	0,00
4400		30.000,00	0,00	29.705,00	295,00	29.705,00	29.705,00	0,00
4490	108	30.000,00	0,00	29.705,00	295,00	29.705,00	29.705,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		1.450.848,12	160.525,26	443.128,04	1.007.720,08	83.975,03	443.128,04	0,00

143060834416-0001 - RAIZES DE MINAS

3000		1.937.586,66	191.875,47	194.537,08	1.743.049,58	193.950,10	194.537,08	0,00
3300		1.937.586,66	191.875,47	194.537,08	1.743.049,58	193.950,10	194.537,08	0,00
3390	101	904.293,34	0,00	0,00	904.293,34	0,00	0,00	0,00
3390	711	1.033.293,32	191.875,47	194.537,08	838.756,24	193.950,10	194.537,08	0,00
4000		2.584.000,00	0,00	0,00	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00
4400		2.584.000,00	0,00	0,00	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00
4490	101	2.584.000,00	0,00	0,00	2.584.000,00	0,00	0,00	0,00

S O M A	4.521.586,66	191.875,47	194.537,08	4.327.049,58	193.950,10	194.537,08	0,00

144220704171-0001 - IMPLEMENTACAO E MANUTENCAO DOS CENTROS DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS

3000	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00
3300	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3350	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3350	711	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00
S O M A		2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00	0,00

144220704173-0001 - PROGRAMA DE PROTECAO A VITIMAS E TESTEMUNHAS AMEACADAS - PROVITA

3000	1.627.799,46	0,00	352.799,46	1.275.000,00	0,00	352.799,46	0,00
3300	1.627.799,46	0,00	352.799,46	1.275.000,00	0,00	352.799,46	0,00
3350 103	77.799,46	0,00	77.799,46	0,00	0,00	77.799,46	0,00
3350 241	1.550.000,00	0,00	275.000,00	1.275.000,00	0,00	275.000,00	0,00
S O M A	1.627.799,46	0,00	352.799,46	1.275.000,00	0,00	352.799,46	0,00

144220704174-0001 - PROMOCAO, PROTECAO E REPARACAO DE DIREITOS HUMANOS

3000	2.953.436,62	1.165.798,60	1.419.766,40	1.533.670,22	1.165.798,60	1.419.766,40	0,00
3300	2.953.436,62	1.165.798,60	1.419.766,40	1.533.670,22	1.165.798,60	1.419.766,40	0,00
3320 011	248.642,40	0,00	248.642,40	0,00	0,00	248.642,40	0,00
3390 011	102.000,00	0,00	0,00	102.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 103	2.040,82	1.900,00	1.900,00	140,82	1.900,00	1.900,00	0,00
3390 104	310.000,00	0,00	0,00	310.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 108	270.000,00	114.090,00	114.090,00	155.910,00	114.090,00	114.090,00	0,00
3390 241	2.010.102,60	1.049.808,60	1.049.808,60	960.294,00	1.049.808,60	1.049.808,60	0,00
3390 711	10.650,80	0,00	5.325,40	5.325,40	0,00	5.325,40	0,00
3399 108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000	2.003.831,19	1.793.207,19	1.793.207,19	210.624,00	1.793.207,19	1.793.207,19	0,00
4400	2.003.831,19	1.793.207,19	1.793.207,19	210.624,00	1.793.207,19	1.793.207,19	0,00
4490 151	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490 241	2.003.831,19	1.793.207,19	1.793.207,19	210.624,00	1.793.207,19	1.793.207,19	0,00
4499 108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	4.957.267,81	2.959.005,79	3.212.973,59	1.744.294,22	2.959.005,79	3.212.973,59	0,00

144220704176-0001 - PROGRAMA DE PROTECAO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - PPDDH

3000	4.062.921,42	0,00	3.262.920,42	800.001,00	0,00	3.262.920,42	0,00
3300	4.062.921,42	0,00	3.262.920,42	800.001,00	0,00	3.262.920,42	0,00
3320 103	6.476,72	0,00	6.476,72	0,00	0,00	6.476,72	0,00
3320 241	19.254,82	0,00	19.254,82	0,00	0,00	19.254,82	0,00
3350 103	2.037.189,88	0,00	2.037.188,88	1,00	0,00	2.037.188,88	0,00
3350 241	2.000.000,00	0,00	1.200.000,00	800.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00
4000	262.811,12	0,00	262.811,12	0,00	0,00	262.811,12	0,00
4400	262.811,12	0,00	262.811,12	0,00	0,00	262.811,12	0,00

4450	103	262.811,12	0,00	262.811,12	0,00	0,00	262.811,12	0,00
S O M A		4.325.732,54	0,00	3.525.731,54	800.001,00	0,00	3.525.731,54	0,00

144220704177-0001 - PROGRAMA DE PROTECAO A CRIANCAS E ADOLESCENTES AMEACADOS DE MORTE - PPCAAM

3000		7.629.567,64	0,00	6.955.852,64	673.715,00	0,00	6.955.852,64	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3300		7.629.567,64	0,00	6.955.852,64	673.715,00	0,00	6.955.852,64	0,00
3350	103	1.256.837,92	0,00	1.256.837,92	0,00	0,00	1.256.837,92	0,00
3350	241	2.673.715,00	0,00	2.000.000,00	673.715,00	0,00	2.000.000,00	0,00
3350	713	3.696.962,17	0,00	3.696.962,17	0,00	0,00	3.696.962,17	0,00
3390	241	2.052,55	0,00	2.052,55	0,00	0,00	2.052,55	0,00
4000		224.846,04	0,00	198.561,04	26.285,00	0,00	198.561,04	0,00
4400		224.846,04	0,00	198.561,04	26.285,00	0,00	198.561,04	0,00
4450	241	84.936,37	0,00	58.651,37	26.285,00	0,00	58.651,37	0,00
4450	713	139.909,67	0,00	139.909,67	0,00	0,00	139.909,67	0,00
S O M A		7.854.413,68	0,00	7.154.413,68	700.000,00	0,00	7.154.413,68	0,00

144220704178-0001 - MANUTENCAO E APOIO AOS ORGAOS COLEGIADOS DE DIREITOS HUMANOS

3000		5.279.660,38	511.384,05	3.588.136,83	1.691.523,55	557.224,97	3.588.136,83	0,00
3100		3.921.459,78	487.000,82	2.980.053,86	941.405,92	487.000,82	2.980.053,86	0,00
3190	101	206.787,00	0,00	206.786,79	0,21	0,00	206.786,79	0,00
3190	711	2.427.236,71	370.053,76	2.068.418,94	358.817,77	370.053,76	2.068.418,94	0,00
3191	101	528.310,00	0,00	59.418,00	468.892,00	0,00	59.418,00	0,00
3191	711	759.126,07	116.947,06	645.430,13	113.695,94	116.947,06	645.430,13	0,00
3300		1.358.200,60	24.383,23	608.082,97	750.117,63	70.224,15	608.082,97	0,00
3390	101	119.346,40	0,00	0,00	119.346,40	0,00	0,00	0,00
3390	107	410.146,00	0,00	3.225,00	406.921,00	0,00	3.225,00	0,00
3390	711	174.507,20	19.444,77	85.578,97	88.928,23	26.396,15	85.578,97	0,00
3390	717	654.201,00	43.828,00	519.279,00	134.922,00	43.828,00	519.279,00	0,00
S O M A		5.279.660,38	511.384,05	3.588.136,83	1.691.523,55	557.224,97	3.588.136,83	0,00

144220704181-0001 - OPERACIONALIZACAO DOS SERVICOS DE TRADUCAO E INTERPRETACAO DE LIBRAS

3000		302.745,60	0,00	145.514,50	157.231,10	24.919,08	145.514,50	0,00
3300		302.745,60	0,00	145.514,50	157.231,10	24.919,08	145.514,50	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	302.745,60	0,00	145.514,50	157.231,10	24.919,08	145.514,50	0,00
S O M A		302.745,60	0,00	145.514,50	157.231,10	24.919,08	145.514,50	0,00

144220704182-0001 - MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS

3000		15.182.365,55	1.188.885,34	10.437.530,82	4.744.834,73	1.616.414,18	10.437.530,82	0,00
3100		9.590.453,24	1.098.511,85	7.237.176,74	2.353.276,50	1.098.511,85	7.237.176,74	0,00
3190	101	937.975,47	0,00	937.974,66	0,81	0,00	937.974,66	0,00
3190	711	6.378.200,77	879.270,38	4.723.782,53	1.654.418,24	879.270,38	4.723.782,53	0,00

3191	101	427.688,00	0,00	268.562,82	159.125,18	0,00	268.562,82	0,00
3191	711	1.846.589,00	219.241,47	1.306.856,73	539.732,27	219.241,47	1.306.856,73	0,00
3300		5.591.912,31	90.373,49	3.200.354,08	2.391.558,23	517.902,33	3.200.354,08	0,00
3390	101	39.574,39	0,00	24.241,77	15.332,62	24.241,77	24.241,77	0,00
3390	107	146.190,35	0,00	145.266,49	923,86	0,00	145.266,49	0,00
3390	711	3.141.000,47	21.224,37	1.322.280,06	1.818.720,41	314.126,00	1.322.280,06	0,00
3390	717	1.869.712,95	111.597,86	1.315.508,97	554.203,98	111.597,86	1.315.508,97	0,00
3391	711	395.434,15	0,00	393.056,79	2.377,36	67.936,70	393.056,79	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
S O M A		15.182.365,55	1.188.885,34	10.437.530,82	4.744.834,73	1.616.414,18	10.437.530,82	0,00
144220864414-0001 - ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA DOMESTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES								
3000		3.350.382,89	24.832,97	1.097.893,24	2.252.489,65	228.423,47	1.097.893,24	0,00
3100		619.152,69	0,00	0,00	619.152,69	0,00	0,00	0,00
3190	101	424.425,00	0,00	0,00	424.425,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	70.737,61	0,00	0,00	70.737,61	0,00	0,00	0,00
3191	101	106.277,00	0,00	0,00	106.277,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	17.713,08	0,00	0,00	17.713,08	0,00	0,00	0,00
3300		2.731.230,20	24.832,97	1.097.893,24	1.633.336,96	228.423,47	1.097.893,24	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	172.693,00	0,00	0,00	172.693,00	0,00	0,00	0,00
3390	711	2.523.684,86	24.832,97	1.097.893,24	1.425.791,62	228.423,47	1.097.893,24	0,00
3390	717	34.852,34	0,00	0,00	34.852,34	0,00	0,00	0,00
4000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4400		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		3.350.382,89	24.832,97	1.097.893,24	2.252.489,65	228.423,47	1.097.893,24	0,00
144220864415-0001 - PROMOCAO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES								
3000		3.724.846,70	37.692,59	709.611,48	3.015.235,22	280.700,52	709.611,48	0,00
3100		445.194,66	0,00	0,00	445.194,66	0,00	0,00	0,00
3190	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3190	711	166.184,00	0,00	0,00	166.184,00	0,00	0,00	0,00
3191	101	209.258,00	0,00	0,00	209.258,00	0,00	0,00	0,00
3191	711	69.752,66	0,00	0,00	69.752,66	0,00	0,00	0,00
3300		3.279.652,04	37.692,59	709.611,48	2.570.040,56	280.700,52	709.611,48	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	280.626,00	0,00	0,00	280.626,00	0,00	0,00	0,00
3390	241	71.062,76	0,00	0,00	71.062,76	0,00	0,00	0,00
3390	711	2.654.733,02	37.692,59	529.923,22	2.124.809,80	101.012,26	529.923,22	0,00
3390	717	93.542,00	0,00	0,00	93.542,00	0,00	0,00	0,00
3391	711	179.688,26	0,00	179.688,26	0,00	179.688,26	179.688,26	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000		165.813,03	0,00	0,00	165.813,03	0,00	0,00	0,00
4400		165.813,03	0,00	0,00	165.813,03	0,00	0,00	0,00
4490	103	4.737,52	0,00	0,00	4.737,52	0,00	0,00	0,00
4490	241	161.075,51	0,00	0,00	161.075,51	0,00	0,00	0,00

S O M A	3.890.659,73	37.692,59	709.611,48	3.181.048,25	280.700,52	709.611,48	0,00

161220734184-0001 - APOIO AOS MUNICIPIOS NA IMPLEMENTACAO DA POLITICA HABITACIONAL E NA ELABORACAO E REVISAO DE PLANOS L

3000	334.930,34	9.295,56	168.866,47	166.063,87	14.214,10	168.866,47	0,00
3100	199.949,34	9.327,06	103.542,14	96.407,20	9.327,06	103.542,14	0,00
3190 101	115.585,00	0,00	38.442,60	77.142,40	0,00	38.442,60	0,00
3190 711	84.364,34	9.327,06	65.099,54	19.264,80	9.327,06	65.099,54	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3300	134.981,00	31,50	65.324,33	69.656,67	4.887,04	65.324,33	0,00
3390 101	20.004,00	0,00	0,00	20.004,00	0,00	0,00	0,00
3390 107	10.610,00	0,00	10.609,50	0,50	0,00	10.609,50	0,00
3390 711	81.600,00	1.530,00	39.143,33	42.456,67	3.388,54	39.143,33	0,00
3390 717	22.767,00	1.498,50	15.571,50	7.195,50	1.498,50	15.571,50	0,00
4000	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
4400	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
4490 101	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00
S O M A	394.930,34	9.295,56	168.866,47	226.063,87	14.214,10	168.866,47	0,00

162440734185-0001 - APOIO A PRODUCAO E A AQUISICAO DE UNIDADES HABITACIONAIS

3000	1.457.489,75	22.573,71	134.294,63	1.323.195,12	40.065,37	134.294,63	0,00
3100	619.144,34	0,00	0,00	619.144,34	0,00	0,00	0,00
3190 101	423.180,00	0,00	0,00	423.180,00	0,00	0,00	0,00
3190 711	70.530,00	0,00	0,00	70.530,00	0,00	0,00	0,00
3191 101	107.515,00	0,00	0,00	107.515,00	0,00	0,00	0,00
3191 711	17.919,34	0,00	0,00	17.919,34	0,00	0,00	0,00
3300	838.345,41	22.573,71	134.294,63	704.050,78	40.065,37	134.294,63	0,00
3390 101	205.331,39	0,00	0,00	205.331,39	0,00	0,00	0,00
3390 107	43.173,00	0,00	0,00	43.173,00	0,00	0,00	0,00
3390 711	575.450,02	22.573,71	134.294,63	441.155,39	40.065,37	134.294,63	0,00
3390 717	14.391,00	0,00	0,00	14.391,00	0,00	0,00	0,00
4000	15.648.309,05	0,00	0,00	15.648.309,05	0,00	0,00	0,00
4400	15.648.309,05	0,00	0,00	15.648.309,05	0,00	0,00	0,00
4440 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440 711	15.648.309,05	0,00	0,00	15.648.309,05	0,00	0,00	0,00
S O M A	17.105.798,80	22.573,71	134.294,63	16.971.504,17	40.065,37	134.294,63	0,00

162440834418-0001 - REFORMA E MELHORIAS DE UNIDADES HABITACIONAIS

3000	95.021.405,80	0,00	0,00	95.021.405,80	0,00	0,00	0,00
3100	13.653,34	0,00	0,00	13.653,34	0,00	0,00	0,00
3190 101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3190 711	13.653,34	0,00	0,00	13.653,34	0,00	0,00	0,00
3300	95.007.752,46	0,00	0,00	95.007.752,46	0,00	0,00	0,00
3390 101	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
3390 107	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390 711	95.001.508,80	0,00	0,00	95.001.508,80	0,00	0,00	0,00

3390	717	5.243,66	0,00	0,00	5.243,66	0,00	0,00	0,00
4000		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4400		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	711	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		95.021.405,80	0,00	0,00	95.021.405,80	0,00	0,00	0,00

273660694168-0001 - PROMOCAO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3000		16.328.827,63	3.562.607,51	16.087.387,21	241.440,42	3.606.112,26	16.087.387,21	0,00
3100		96.843,00	0,00	0,00	96.843,00	0,00	0,00	0,00
3190	101	96.843,00	0,00	0,00	96.843,00	0,00	0,00	0,00
3191	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3300		16.231.984,63	3.562.607,51	16.087.387,21	144.597,42	3.606.112,26	16.087.387,21	0,00
3390	107	43.173,00	0,00	0,00	43.173,00	0,00	0,00	0,00
3390	381	16.188.811,63	3.562.607,51	16.087.387,21	101.424,42	3.606.112,26	16.087.387,21	0,00
4000		520.081,00	0,00	0,00	520.081,00	0,00	0,00	0,00
4400		520.081,00	0,00	0,00	520.081,00	0,00	0,00	0,00
4490	381	520.081,00	0,00	0,00	520.081,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		16.848.908,63	3.562.607,51	16.087.387,21	761.521,42	3.606.112,26	16.087.387,21	0,00

278110694169-0001 - BOLSA ATLETA E BOLSA TECNICO

3000		2.928.038,50	148.884,57	2.352.149,21	575.889,29	406.152,77	2.352.149,21	0,00
3100		664.698,00	60.593,27	297.088,21	367.609,79	60.593,27	297.088,21	0,00
3190	101	431.177,00	49.564,03	270.303,91	160.873,09	49.564,03	270.303,91	0,00
3191	101	233.521,00	11.029,24	26.784,30	206.736,70	11.029,24	26.784,30	0,00
3300		2.263.340,50	88.291,30	2.055.061,00	208.279,50	345.559,50	2.055.061,00	0,00
3390	101	608.170,00	5.301,20	602.296,00	5.874,00	94.067,00	602.296,00	0,00
3390	107	73.500,50	7.492,50	70.515,00	2.985,50	7.492,50	70.515,00	0,00
3390	381	1.581.670,00	86.100,00	1.382.250,00	199.420,00	244.000,00	1.382.250,00	0,00
S O M A		2.928.038,50	148.884,57	2.352.149,21	575.889,29	406.152,77	2.352.149,21	0,00

278120694163-0001 - PROMOCAO DOS JOGOS DO INTERIOR DE MINAS

3000		1.924.214,00	3.099,36	1.089.461,12	834.752,88	0,00	1.089.461,12	0,00
3100		356.594,00	0,00	0,00	356.594,00	0,00	0,00	0,00
3190	101	252.415,00	0,00	0,00	252.415,00	0,00	0,00	0,00
3191	101	104.179,00	0,00	0,00	104.179,00	0,00	0,00	0,00
3300		1.567.620,00	3.099,36	1.089.461,12	478.158,88	0,00	1.089.461,12	0,00
3350	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3350	381	1.068.161,73	0,00	1.068.161,73	0,00	0,00	1.068.161,73	0,00
3390	101	465.710,00	170,56	12.940,57	452.769,43	0,00	12.940,57	0,00
3390	107	21.508,00	0,00	0,00	21.508,00	0,00	0,00	0,00
3390	381	12.240,27	2.928,80	8.358,82	3.881,45	0,00	8.358,82	0,00
S O M A		1.924.214,00	3.099,36	1.089.461,12	834.752,88	0,00	1.089.461,12	0,00

278120694166-0001 - PROMOCAO DO ESPORTE EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3000		7.158.736,13	5.157,70	4.643.050,97	2.515.685,16	149.666,83	4.643.050,97	0,00
3100		141.367,00	21.108,70	140.724,62	642,38	21.108,70	140.724,62	0,00
3190	101	140.725,00	21.108,70	140.724,62	0,38	21.108,70	140.724,62	0,00
3191	101	642,00	0,00	0,00	642,00	0,00	0,00	0,00
3300		7.017.369,13	15.951,00	4.502.326,35	2.515.042,78	128.558,13	4.502.326,35	0,00
3340	381	6.399.696,69	0,00	4.358.018,22	2.041.678,47	0,00	4.358.018,22	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	17.175,00	1.425,00	17.175,00	0,00	1.425,00	17.175,00	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
3390	241	362.968,73	0,00	0,00	362.968,73	0,00	0,00	0,00
3390	381	237.528,71	17.376,00	127.133,13	110.395,58	127.133,13	127.133,13	0,00
3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		7.158.736,13	5.157,70	4.643.050,97	2.515.685,16	149.666,83	4.643.050,97	0,00

278120694167-0001 - APOIO A GESTAO ESPORTIVA

3000		2.312.381,10	191.114,42	1.705.902,42	606.478,68	519.908,45	1.705.902,42	0,00
3100		915.832,00	118.968,80	756.300,55	159.531,45	118.968,80	756.300,55	0,00
3190	101	559.339,00	88.381,43	559.338,40	0,60	88.381,43	559.338,40	0,00
3191	101	356.493,00	30.587,37	196.962,15	159.530,85	30.587,37	196.962,15	0,00
3300		1.396.549,10	72.145,62	949.601,87	446.947,23	400.939,65	949.601,87	0,00
3390	101	769.509,10	65.860,00	694.178,11	75.330,99	265.198,29	694.178,11	0,00
3390	107	259.040,00	8.578,50	102.283,50	156.756,50	8.578,50	102.283,50	0,00
3390	381	368.000,00	2.292,88	153.140,26	214.859,74	127.162,86	153.140,26	0,00
4000		79.968,00	79.968,00	79.968,00	0,00	79.968,00	79.968,00	0,00
4400		79.968,00	79.968,00	79.968,00	0,00	79.968,00	79.968,00	0,00
4490	101	79.968,00	79.968,00	79.968,00	0,00	79.968,00	79.968,00	0,00
S O M A		2.392.349,10	271.082,42	1.785.870,42	606.478,68	599.876,45	1.785.870,42	0,00

278120694170-0001 - APOIO A REALIZACAO DE ACOES ESPORTIVAS

3000		4.507.668,32	462.456,96	4.223.956,65	283.711,67	469.447,09	4.223.956,65	0,00
3100		1.178.092,05	130.861,49	1.178.090,76	1,29	130.861,49	1.178.090,76	0,00
3190	101	964.121,65	115.103,46	964.121,15	0,50	115.103,46	964.121,15	0,00
3191	101	213.970,40	15.758,03	213.969,61	0,79	15.758,03	213.969,61	0,00
3300		3.329.576,27	331.595,47	3.045.865,89	283.710,38	338.585,60	3.045.865,89	0,00
3320	241	30.872,34	0,00	30.872,34	0,00	0,00	30.872,34	0,00
3340	104	247.500,00	247.000,00	247.000,00	500,00	247.000,00	247.000,00	0,00
3340	108	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00	0,00
3340	151	195.801,22	0,00	147.160,29	48.640,93	0,00	147.160,29	0,00
3390	101	58.470,00	625,27	54.247,02	4.222,98	6.364,86	54.247,02	0,00
3390	104	122.500,00	0,00	0,00	122.500,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	141.814,50	11.008,50	141.814,00	0,50	11.008,50	141.814,00	0,00
3390	108	100.000,00	74.212,24	74.212,24	25.787,76	74.212,24	74.212,24	0,00
3390	151	82.018,21	0,00	0,00	82.018,21	0,00	0,00	0,00
3390	381	2.100.600,00	0,00	2.100.560,00	40,00	0,00	2.100.560,00	0,00

3399	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4000		22.022.476,82	2.998.135,18	19.502.122,15	2.520.354,67	4.253.078,96	19.502.122,15	0,00
4400		22.022.476,82	2.998.135,18	19.502.122,15	2.520.354,67	4.253.078,96	19.502.122,15	0,00
4420	241	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4440	104	409.856,00	0,00	409.856,00	0,00	0,00	409.856,00	0,00
4440	108	341.622,70	0,00	341.622,70	0,00	0,00	341.622,70	0,00
4440	151	13.822.058,82	600.000,00	13.761.270,37	60.788,45	600.000,00	13.761.270,37	0,00
4440	381	2.750.000,00	1.250.000,00	1.750.000,00	1.000.000,00	1.250.000,00	1.750.000,00	0,00
4490	011	1.434.731,42	1.148.135,18	1.434.731,42	0,00	1.148.135,18	1.434.731,42	0,00
4490	104	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4490	108	350.000,00	0,00	325.165,20	24.834,80	151.585,20	325.165,20	0,00
4490	151	1.479.476,46	0,00	1.479.476,46	0,00	1.103.358,58	1.479.476,46	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT DESP	FTE/PROC	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
4490	241	1.434.731,42	0,00	0,00	1.434.731,42	0,00	0,00	0,00
4499	108	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4499	151	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
S O M A		26.530.145,14	3.460.592,14	23.726.078,80	2.804.066,34	4.722.526,05	23.726.078,80	0,00

278120694514-0001 - PROMOCAO DO ESPORTE DE PARTICIPACAO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

3000		2.797.589,76	47.105,19	384.283,22	2.413.306,54	52.279,99	384.283,22	0,00
3100		606.741,00	46.453,99	295.787,42	310.953,58	46.453,99	295.787,42	0,00
3190	101	500.812,00	43.341,35	275.704,01	225.107,99	43.341,35	275.704,01	0,00
3191	101	105.929,00	3.112,64	20.083,41	85.845,59	3.112,64	20.083,41	0,00
3300		2.190.848,76	651,20	88.495,80	2.102.352,96	5.826,00	88.495,80	0,00
3340	381	432.627,86	0,00	0,00	432.627,86	0,00	0,00	0,00
3350	381	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
3390	101	4.914,90	1.014,80	3.900,10	1.014,80	0,00	3.900,10	0,00
3390	107	151.107,00	5.826,00	83.034,00	68.073,00	5.826,00	83.034,00	0,00
3390	241	1.289.529,00	0,00	0,00	1.289.529,00	0,00	0,00	0,00
3390	381	12.670,00	4.160,00	1.561,70	11.108,30	0,00	1.561,70	0,00
S O M A		2.797.589,76	47.105,19	384.283,22	2.413.306,54	52.279,99	384.283,22	0,00

278130694164-0001 - PROJETOS VIABILIZADOS PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE

3000		5.834.611,43	214.948,65	2.403.162,21	3.431.449,22	214.948,65	2.403.162,21	0,00
3100		1.369.902,00	204.501,15	1.365.530,87	4.371,13	204.501,15	1.365.530,87	0,00
3190	101	1.017.239,00	147.541,48	1.012.868,74	4.370,26	147.541,48	1.012.868,74	0,00
3191	101	352.663,00	56.959,67	352.662,13	0,87	56.959,67	352.662,13	0,00
3300		4.464.709,43	10.447,50	1.037.631,34	3.427.078,09	10.447,50	1.037.631,34	0,00
3340	111	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3340	381	1.571.107,43	0,00	227.810,70	1.343.296,73	0,00	227.810,70	0,00
3340	591	2.083.781,36	0,00	0,00	2.083.781,36	0,00	0,00	0,00
3350	591	646.218,64	0,00	646.218,64	0,00	0,00	646.218,64	0,00
3390	101	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3390	107	163.602,00	10.447,50	163.602,00	0,00	10.447,50	163.602,00	0,00
S O M A		5.834.611,43	214.948,65	2.403.162,21	3.431.449,22	214.948,65	2.403.162,21	0,00

278130694165-0001 - GESTAO DO ICMS ESPORTIVO								
3000		494.080,34	64.099,73	487.192,55	6.887,79	64.099,73	487.192,55	0,00
3100		405.311,34	59.313,23	405.310,55	0,79	59.313,23	405.310,55	0,00
3190	101	345.321,34	49.553,63	345.320,98	0,36	49.553,63	345.320,98	0,00
3191	101	59.990,00	9.759,60	59.989,57	0,43	9.759,60	59.989,57	0,00
3300		88.769,00	4.786,50	81.882,00	6.887,00	4.786,50	81.882,00	0,00
3390	107	88.769,00	4.786,50	81.882,00	6.887,00	4.786,50	81.882,00	0,00
S O M A		494.080,34	64.099,73	487.192,55	6.887,79	64.099,73	487.192,55	0,00

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT FTE/PROC DESP	CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	SALDO CREDITOS AUTORIZADOS	DESPESA REALIZADA NO MES	DESPESA REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHOS
T O T A I S	379.030.214,90	50.965.689,22	192.351.891,57	186.678.323,33	56.420.957,69	192.351.891,57	0,00

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.06 08:14:04 -03'00'

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
3000	000	165.860.691,00	269.972.793,91	34.685.602,84	109.381.620,33-	34.685.602,84-	326.451.864,58
3100	000	66.010.833,00	63.032.861,21	923.883,20	44.915.183,02-	923.883,20-	84.128.511,19
3190	101	51.720.956,00	21.428.129,15	422.767,00	35.962.020,48-	48.523,00-	37.561.308,67
3190	711	0,00	30.769.567,12	403.252,20	3.222.789,96-	49.341,00-	27.900.688,36
3190	951	162.389,00	0,00	0,00	0,00	0,00	162.389,00
3191	101	14.126.194,00	2.712.016,40	48.523,00	5.312.175,00-	422.767,00-	11.151.791,40
3191	711	0,00	8.123.148,54	49.341,00	418.197,58-	403.252,20-	7.351.039,76
3191	951	1.294,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.294,00
3300	000	99.849.858,00	206.939.932,70	33.761.719,64	64.466.437,31-	33.761.719,64-	242.323.353,39
3320	011	0,00	248.642,40	0,00	0,00	0,00	248.642,40
3320	103	0,00	6.476,72	0,00	0,00	0,00	6.476,72
3320	241	0,00	55.767,09	0,00	0,00	0,00	55.767,09
3340	104	0,00	0,00	247.500,00	0,00	0,00	247.500,00
3340	108	0,00	0,00	350.000,00	0,00	100.000,00-	250.000,00
3340	111	0,00	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00-	0,00	0,00
3340	151	0,00	0,00	2.609.363,24	1.448.000,00-	0,00	1.161.363,24
3340	381	9.955.039,00	5.504.865,12	0,00	6.756.472,14-	300.000,00-	8.403.431,98
3340	591	3.900.000,00	0,00	0,00	1.170.000,00-	646.218,64-	2.083.781,36
3340	711	0,00	5.793.499,32	2.437.315,12	304.163,17-	7.330.814,44-	595.836,83
3350	101	2.467.000,00	0,00	0,00	2.000.000,00-	467.000,00-	0,00
3350	103	0,00	3.371.827,26	0,00	0,00	0,00	3.371.827,26
3350	108	0,00	240.000,00	0,00	0,00	240.000,00-	0,00
3350	241	6.223.715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.223.715,00
3350	381	1.068.162,00	5.000,00	300.000,00	0,00	5.000,27-	1.368.161,73
3350	591	0,00	0,00	646.218,64	0,00	0,00	646.218,64
3350	711	0,00	12.501.665,25	15.044.041,44	0,00	10.150.551,13-	17.395.155,56
3350	713	0,00	3.696.962,17	0,00	0,00	0,00	3.696.962,17
3390	011	102.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	102.000,00
3390	101	24.008.910,00	1.810.592,83	467.000,00	19.268.042,45-	0,00	7.018.460,38
3390	103	0,00	2.040,82	0,00	0,00	0,00	2.040,82
3390	104	0,00	2.270.000,00	0,00	0,00	247.500,00-	2.022.500,00
3390	107	13.837.024,00	4.038.391,00	0,00	6.464.859,65-	0,00	11.410.555,35
3390	108	0,00	0,00	880.000,00	0,00	0,00	880.000,00
3390	151	0,00	5.227.819,43	0,00	2.536.437,98-	2.609.363,24-	82.018,21
3390	241	2.844.930,00	1.122.923,91	0,00	232.138,27-	0,00	3.735.715,64
3390	381	12.900.303,00	8.445.564,63	5.000,27	849.347,29-	0,00	20.501.520,61
3390	711	0,00	142.910.246,16	10.180.202,12	283.275,03-	10.775.271,92-	142.031.901,33
3390	717	0,00	8.517.648,59	0,00	408.542,33-	0,00	8.109.106,26
3390	957	77.616,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77.616,00
3391	711	0,00	0,00	595.078,81	0,00	0,00	595.078,81
3399	108	22.465.159,00	0,00	0,00	21.575.159,00-	890.000,00-	0,00
4000	000	161.618.182,00	155.148.545,87	22.978.515,75	264.188.377,55-	22.978.515,75-	52.578.350,32
4400	000	161.618.182,00	155.148.545,87	22.978.515,75	264.188.377,55-	22.978.515,75-	52.578.350,32
4420	241	0,00	0,00	1.434.731,42	0,00	1.434.731,42-	0,00
4440	101	125.730.000,00	0,00	0,00	125.730.000,00-	0,00	0,00
4440	104	0,00	2.250.000,00	409.856,00	0,00	0,00	2.659.856,00
4440	108	0,00	266.006,00	865.146,20	0,00	429.170,37-	701.981,83
4440	151	0,00	0,00	14.822.058,82	1.000.000,00-	0,00	13.822.058,82
4440	381	0,00	2.750.000,00	0,00	0,00	0,00	2.750.000,00

4440	711	0,00	27.855.095,17	0,00	10.351.690,95-	445.572,00-	17.057.832,22

UNID. ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

NAT. DESP	FTE/PROC	CREDITOS INICIAL	CREDITOS ADICIONAIS	REMANEJAMENTOS ADICIONAIS	ANULACOES	REMANEJAMENTOS ANULACOES	CREDITOS AUTORIZADOS
4450	103	0,00	262.811,12	0,00	0,00	0,00	262.811,12
4450	108	0,00	0,00	252.750,37	0,00	0,00	252.750,37
4450	241	26.285,00	58.651,37	0,00	0,00	0,00	84.936,37
4450	711	0,00	0,00	445.572,00	0,00	0,00	445.572,00
4450	713	0,00	139.909,67	0,00	0,00	0,00	139.909,67
4490	011	0,00	1.459.391,05	0,00	0,00	0,00	1.459.391,05
4490	101	5.142.218,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.142.218,00
4490	103	0,00	4.737,52	0,00	0,00	0,00	4.737,52
4490	104	0,00	409.856,00	0,00	0,00	409.856,00-	0,00
4490	108	0,00	0,00	898.042,70	0,00	518.042,70-	380.000,00
4490	151	0,00	16.985.908,46	2.415.626,82	3.100.000,00-	14.822.058,82-	1.479.476,46
4490	241	210.624,00	3.413.673,75	1.434.731,42	0,00	1.434.731,42-	3.624.297,75
4490	381	520.081,00	0,00	0,00	0,00	0,00	520.081,00
4490	711	0,00	96.876.878,94	0,00	95.086.438,80-	0,00	1.790.440,14
4499	108	29.988.974,00	0,00	0,00	28.920.247,80-	1.068.726,20-	0,00
4499	151	0,00	2.415.626,82	0,00	0,00	2.415.626,82-	0,00
T O T A I S		327.478.873,00	425.121.339,78	57.664.118,59	373.569.997,88-	57.664.118,59-	379.030.214,90

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.06 08:14:41 -03'00'

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.083.2035.0001 - APOIO E COORDENACAO DE POLITICAS INTERSETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA PE					
3.3.90.14 0 71.1	4.643,08-	3.663,80	0,00	3.663,80	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	6.132,37	6.000,00	6.132,37	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	23.328,30	9.113,36	23.328,30	0,00
SUBTOTAL	4.643,08-	33.124,47	15.113,36	33.124,47	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.084.2036.0001 - ELABORACAO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIACAO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL,					
3.3.90.14 0 71.1	1.252,50-	1.349,50	0,00	1.349,50	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	5.261,82	1.486,23	5.261,82	0,00
3.3.90.39 0 71.1	3.798,00-	400,00	400,00	400,00	0,00
SUBTOTAL	5.050,50-	7.011,32	1.886,23	7.011,32	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.084.2037.0001 - FOMENTO A INOVACAO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
3.3.90.14 0 71.1	6.098,37-	3.108,50	0,00	3.108,50	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	8.315,76	2.759,20	8.315,76	0,00
3.3.90.37 0 71.1	37.454,98	216.942,52	50.981,32	216.942,52	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	18.200,02	8.055,15	18.200,02	0,00
SUBTOTAL	31.356,61	246.566,80	61.795,67	246.566,80	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.148.2076.0001 - GESTAO E MONITORAMENTO DE CONVENIOS E PARCERIAS					
3.1.90.11 0 10.1	0,00	2.273,62	0,00	2.273,62	0,00
3.3.90.14 0 71.1	4.295,00-	6.330,70	235,30-	6.330,70	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	305,43	0,00	305,43	0,00
3.3.90.46 0 10.7	0,00	1.050,00	0,00	1.050,00	0,00
SUBTOTAL	4.295,00-	9.959,75	235,30-	9.959,75	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.148.2079.0001 - APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AS INSTITUICOES NA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
3.3.50.85 0 71.1	0,00	3.839.911,03	5.980,51	3.839.911,03	0,00
4.4.40.42 0 10.8	0,00	360.359,13	0,00	360.359,13	0,00
4.4.50.42 0 10.8	234.952,38	234.952,38	234.952,38	234.952,38	0,00
4.4.50.85 0 71.1	0,00	445.572,00	0,00	445.572,00	0,00
SUBTOTAL	234.952,38	4.880.794,54	240.932,89	4.880.794,54	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.705.2500.0001 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS					

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA	IAG	F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.122.705.2500.0001 - ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS							
3.1.90.04	0	10.1	5.938,44	75.319,21	5.938,44	75.319,21	0,00
3.1.90.07	0	10.1	499,34	2.407,26	499,34	2.407,26	0,00
3.1.90.11	0	10.1	3.827.355,97	21.925.335,04	3.827.355,97	21.925.335,04	0,00
3.1.90.11	0	71.1	0,00	3.978.196,75	0,00	3.978.196,75	0,00
3.1.90.13	0	10.1	262.527,02	1.465.426,34	262.527,02	1.465.426,34	0,00
3.1.90.13	0	71.1	0,00	298.211,30	0,00	298.211,30	0,00
3.1.90.16	0	10.1	112.252,98	119.466,90	112.252,98	119.466,90	0,00
3.1.90.16	0	71.1	0,00	87.645,96	0,00	87.645,96	0,00
3.1.90.92	0	10.1	521,74	14.526,99	521,74	14.526,99	0,00
3.1.90.94	0	10.1	0,00	64,21	0,00	64,21	0,00
3.1.91.04	0	10.1	38,40	743,46	38,40	743,46	0,00
3.1.91.13	0	10.1	1.006.372,53	5.513.126,93	1.006.372,53	5.513.126,93	0,00
3.1.91.13	0	71.1	8.645,79	1.009.469,87	8.645,79	1.009.469,87	0,00
3.3.90.08	0	10.1	0,00	124,08	0,00	124,08	0,00
3.3.90.08	0	10.7	124,08	868,56	124,08	868,56	0,00
3.3.90.08	0	71.7	0,00	372,24	0,00	372,24	0,00
3.3.90.13	0	10.1	0,00	1.112,51	0,00	1.112,51	0,00
3.3.90.13	0	71.1	0,00	97,38	0,00	97,38	0,00
3.3.90.14	0	71.1	15.168,51-	92.908,79	747,75	92.908,79	0,00
3.3.90.30	0	10.1	0,00	29.311,72	29.311,72	29.311,72	0,00
3.3.90.30	0	71.1	10.073,75	74.935,55	12.140,85	74.935,55	0,00
3.3.90.33	0	10.1	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
3.3.90.33	0	71.1	62,04-	128.056,90	15.034,28	128.056,90	0,00
3.3.90.36	0	71.1	1.303,10-	2.497,20	0,00	2.497,20	0,00
3.3.90.37	0	10.1	123.997,27	1.556.901,65	660.409,31	1.556.901,65	0,00
3.3.90.37	0	71.1	0,00	1.588.803,17	992,88	1.588.803,17	0,00
3.3.90.39	0	10.1	1.000,00	41.291,84	3.956,77	41.291,84	0,00
3.3.90.39	0	71.1	0,00	307.101,11	95.043,42	307.101,11	0,00
3.3.90.40	0	10.1	0,00	197,58	0,00	197,58	0,00
3.3.90.40	0	71.1	2.573,03	93.158,99	31.970,89	93.158,99	0,00
3.3.90.46	0	10.7	506.101,03	5.001.268,56	506.101,03	5.001.268,56	0,00
3.3.90.46	0	71.7	0,00	1.442.650,11	0,00	1.442.650,11	0,00
3.3.90.47	0	71.1	0,00	3.527,72	58,38	3.527,72	0,00
3.3.90.49	0	10.7	18.585,00	189.691,50	18.585,00	189.691,50	0,00
3.3.90.49	0	71.7	0,00	94.411,50	0,00	94.411,50	0,00
3.3.90.91	0	71.1	0,00	6.000,00	5.000,00	6.000,00	0,00
3.3.90.92	0	71.1	0,00	1.331,96	0,00	1.331,96	0,00
3.3.90.93	0	71.1	8.935,17	38.586,16	8.935,17	38.586,16	0,00
4.4.90.52	0	10.1	0,00	397.913,95	397.913,95	397.913,95	0,00
SUBTOTAL			5.879.007,89	45.593.060,95	7.020.477,69	45.593.060,95	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.128.084.4204.0001 - APOIO TECNICO AOS MUNICIPIOS PARA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL							
3.1.90.07	0	10.1	0,00	1.458,82	0,00	1.458,82	0,00
3.1.90.07	0	71.1	2.170,00	11.014,69	2.170,00	11.014,69	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 04.128.084.4204.0001 - APOIO TECNICO AOS MUNICIPIOS PARA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL					
3.1.90.11 0 10.1	0,00	204.985,61	0,00	204.985,61	0,00
3.1.90.11 0 71.1	202.252,50	1.082.394,14	202.252,50	1.082.394,14	0,00
3.1.90.13 0 10.1	0,00	20.404,34	0,00	20.404,34	0,00
3.1.90.13 0 71.1	26.725,89	137.611,72	26.725,89	137.611,72	0,00
3.1.91.13 0 10.1	0,00	33.129,80	0,00	33.129,80	0,00
3.1.91.13 0 71.1	19.894,88	122.018,44	19.894,88	122.018,44	0,00
3.3.90.14 0 71.1	10.009,38-	472.302,61	2.295,41	472.302,61	0,00
3.3.90.30 0 71.1	16.860,21	17.143,94	16.999,53	17.143,94	0,00
3.3.90.33 0 71.1	2.207,55-	69.406,25	2.965,98	69.406,25	0,00
3.3.90.36 0 71.1	549,26	70.671,30	11.009,10	70.671,30	0,00
3.3.90.37 0 71.1	0,00	561.239,76	118.193,36	561.239,76	0,00
3.3.90.39 0 71.1	19.756,64	781.422,11	195.158,62	781.422,11	0,00
3.3.90.40 0 71.1	7.986,27	134.368,71	33.310,97	134.368,71	0,00
3.3.90.46 0 10.7	0,00	17.040,04	0,00	17.040,04	0,00
3.3.90.46 0 71.7	25.990,92	278.211,56	25.990,92	278.211,56	0,00
3.3.90.47 0 71.1	0,00	10.739,21	962,19	10.739,21	0,00
3.3.90.49 0 10.7	0,00	924,00	0,00	924,00	0,00
3.3.90.49 0 71.7	577,50	7.854,00	577,50	7.854,00	0,00
3.3.90.92 0 71.1	0,00	1.059,13	198,30	1.059,13	0,00
3.3.91.39 0 71.1	0,00	18.508,87	2.331,83	18.508,87	0,00
4.4.90.52 0 71.1	61.464,44	61.464,44	61.464,44	61.464,44	0,00
SUBTOTAL	372.011,58	4.115.373,49	722.501,42	4.115.373,49	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 08.244.071.2134.0001 - ASSESSORAMENTO A POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
3.1.90.11 0 10.1	829.746,70	4.382.872,64	829.746,70	4.382.872,64	0,00
3.1.90.11 0 71.1	0,00	736.184,12	0,00	736.184,12	0,00
3.1.90.13 0 10.1	52.490,20	277.469,59	52.490,20	277.469,59	0,00
3.1.90.13 0 71.1	0,00	48.224,81	0,00	48.224,81	0,00
3.1.90.92 0 10.1	0,00	2.697,63	0,00	2.697,63	0,00
3.1.90.92 0 71.1	0,00	15,41	0,00	15,41	0,00
3.1.91.13 0 10.1	228.646,01	1.149.452,47	228.646,01	1.149.452,47	0,00
3.1.91.13 0 71.1	0,00	192.885,62	0,00	192.885,62	0,00
3.3.90.46 0 10.7	93.525,00	894.599,98	93.525,00	894.599,98	0,00
3.3.90.46 0 71.7	0,00	260.175,00	0,00	260.175,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	2.593,50	18.028,50	2.593,50	18.028,50	0,00
3.3.90.49 0 71.7	0,00	10.888,50	0,00	10.888,50	0,00
SUBTOTAL	1.207.001,41	7.973.494,27	1.207.001,41	7.973.494,27	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.066.4153.0001 - ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR					
3.1.90.11 0 10.1	0,00	396.253,69	0,00	396.253,69	0,00
3.1.90.11 0 71.1	407.511,05	2.219.865,12	407.511,05	2.219.865,12	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA	IAG	F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.066.4153.0001 - ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR							
3.1.90.13	0	10.1	0,00	16.555,45	0,00	16.555,45	0,00
3.1.90.13	0	71.1	17.838,84	96.344,75	17.838,84	96.344,75	0,00
3.1.91.13	0	10.1	0,00	133.931,74	0,00	133.931,74	0,00
3.1.91.13	0	71.1	138.942,16	759.238,50	138.942,16	759.238,50	0,00
3.3.90.14	0	71.1	860,68-	6.086,32	0,00	6.086,32	0,00
3.3.90.33	0	71.1	0,00	4.842,01	0,00	4.842,01	0,00
3.3.90.37	0	71.1	25.351,34	1.517.980,34	321.844,85	1.517.980,34	0,00
3.3.90.39	0	10.8	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
3.3.90.39	0	71.1	0,00	69.366,25	49.015,78	69.366,25	0,00
3.3.90.40	0	71.1	1.286,27	8.302,31	2.485,81	8.302,31	0,00
3.3.90.46	0	10.7	0,00	51.675,00	0,00	51.675,00	0,00
3.3.90.46	0	71.7	41.925,00	501.300,00	41.925,00	501.300,00	0,00
3.3.90.49	0	10.7	0,00	2.562,00	0,00	2.562,00	0,00
3.3.90.49	0	71.7	2.415,00	27.163,50	2.415,00	27.163,50	0,00
SUBTOTAL			834.408,98	6.011.466,98	1.181.978,49	6.011.466,98	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.066.4154.0001 - FOMENTO PARA ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA E PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA							
3.1.90.11	0	10.1	0,00	86.991,73	0,00	86.991,73	0,00
3.1.90.11	0	71.1	80.448,55	470.979,45	80.448,55	470.979,45	0,00
3.1.90.13	0	10.1	0,00	1.155,84	0,00	1.155,84	0,00
3.1.90.13	0	71.1	1.209,24	6.905,76	1.209,24	6.905,76	0,00
3.1.90.92	0	10.1	0,00	166,67	0,00	166,67	0,00
3.1.91.13	0	10.1	0,00	26.689,34	0,00	26.689,34	0,00
3.1.91.13	0	71.1	25.502,78	151.863,94	25.502,78	151.863,94	0,00
3.3.90.14	0	71.1	11.843,60-	5.732,40	0,00	5.732,40	0,00
3.3.90.33	0	71.1	67,18-	1.995,61	67,18-	1.995,61	0,00
3.3.90.36	0	71.1	1.561,28-	1.438,72	0,00	1.438,72	0,00
3.3.90.37	0	71.1	0,00	210.984,38	40.301,55	210.984,38	0,00
3.3.90.39	0	10.4	1.020.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	1.020.000,00	0,00
3.3.90.39	0	10.8	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
3.3.90.39	0	71.1	0,00	32.313,26	13.261,70	32.313,26	0,00
3.3.90.46	0	10.7	0,00	11.175,00	0,00	11.175,00	0,00
3.3.90.46	0	71.7	6.750,00	94.050,00	6.750,00	94.050,00	0,00
3.3.90.49	0	10.7	0,00	745,50	0,00	745,50	0,00
3.3.90.49	0	71.7	168,00	1.575,00	168,00	1.575,00	0,00
4.4.90.93	0	01.1	0,00	24.659,63	0,00	24.659,63	0,00
SUBTOTAL			1.220.606,51	2.249.422,23	1.287.574,64	2.249.422,23	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.066.4157.0001 - FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA DE MULHERES							
3.3.90.14	0	71.1	3.612,80-	11.027,90	1.199,70	11.027,90	0,00
3.3.90.33	0	71.1	0,00	150,00	0,00	150,00	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.066.4157.0001 - FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA DE MULHERES					
3.3.90.36 0 71.1	0,00	1.269,00	0,00	1.269,00	0,00
3.3.90.37 0 71.1	0,00	314.687,31	69.216,06	314.687,31	0,00
3.3.90.39 0 71.1	8.000.000,00	8.018.326,15	8.010.693,30	8.018.326,15	0,00
4.4.90.52 0 71.1	1.354.799,98	1.354.799,98	1.354.799,98	1.354.799,98	0,00
SUBTOTAL	9.351.187,18	9.700.260,34	9.435.909,04	9.700.260,34	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.334.083.4412.0001 - ACESSO AO TRABALHO E A RENDA					
3.3.50.43 1 71.1	6.979.290,99	6.979.290,99	6.979.290,99	6.979.290,99	0,00
3.3.90.14 1 71.1	1.014,40-	4.677,60	0,00	4.677,60	0,00
3.3.90.33 1 71.1	0,00	5.905,35	3.501,18	5.905,35	0,00
SUBTOTAL	6.978.276,59	6.989.873,94	6.982.792,17	6.989.873,94	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 11.363.067.4158.0001 - QUALIFICACAO PROFISSIONAL					
3.1.90.11 1 10.1	0,00	417.013,07	0,00	417.013,07	0,00
3.1.90.11 1 71.1	147.440,78	622.662,14	147.440,78	622.662,14	0,00
3.1.90.13 1 10.1	0,00	14.598,20	0,00	14.598,20	0,00
3.1.90.13 1 71.1	3.364,08	21.695,23	3.364,08	21.695,23	0,00
3.1.90.92 1 10.1	0,00	1.721,18	0,00	1.721,18	0,00
3.1.91.13 1 10.1	0,00	103.866,65	0,00	103.866,65	0,00
3.1.91.13 1 71.1	53.657,54	211.879,21	53.657,54	211.879,21	0,00
3.3.20.93 1 24.1	0,00	5.639,93	0,00	5.639,93	0,00
3.3.40.41 1 15.1	0,00	963.562,02	0,00	963.562,02	0,00
3.3.90.14 1 71.1	2.585,43-	11.003,90	1.811,80	11.003,90	0,00
3.3.90.33 1 71.1	294,67-	2.821,49	500,00	2.821,49	0,00
3.3.90.37 1 71.1	18.914,91	71.150,92	19.417,11	71.150,92	0,00
3.3.90.39 1 71.1	12.112.234,27	12.142.718,87	12.129.502,09	12.142.718,87	0,00
3.3.90.46 1 10.7	0,00	70.125,00	0,00	70.125,00	0,00
3.3.90.46 1 71.7	11.475,00	113.250,00	11.475,00	113.250,00	0,00
3.3.90.49 1 10.7	0,00	2.005,50	0,00	2.005,50	0,00
3.3.90.49 1 71.7	388,50	1.260,00	388,50	1.260,00	0,00
SUBTOTAL	12.344.594,98	14.776.973,31	12.367.556,90	14.776.973,31	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.306.074.2033.0001 - DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG					
3.3.90.14 0 71.1	10.889,40-	2.436,60	0,00	2.436,60	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	169,91	0,00	169,91	0,00
SUBTOTAL	10.889,40-	2.606,51	0,00	2.606,51	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.306.074.4196.0001 - APOIO, FOMENTO E ARTICULACAO DE ACOES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS A TEMATICA DE SEGURANCA ALIMEN					
3.3.40.41 0 71.1	0,00	204.226,69	0,00	204.226,69	0,00
3.3.90.14 0 71.1	3.850,50-	879,50	0,00	879,50	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	3.376,10	690,40	3.376,10	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	32.869,11	20.427,34	32.869,11	0,00
4.4.40.42 0 10.4	0,00	2.175.788,65	0,00	2.175.788,65	0,00
4.4.40.42 0 71.1	60.000,00	1.220.695,55	60.000,00	1.220.695,55	0,00
SUBTOTAL	56.149,50	3.637.835,60	81.117,74	3.637.835,60	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.306.074.4197.0001 - APOIO A POLITICA ESTADUAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL VOLTADA AS ACOES DESENVOL					
3.3.90.14 0 10.4	22.901,00-	7.099,00	0,00	7.099,00	0,00
3.3.90.14 0 71.1	332,02-	2.497,28	0,00	2.497,28	0,00
3.3.90.33 0 71.1	0,00	17.187,13	16.000,00	17.187,13	0,00
3.3.90.36 0 10.4	1.661,12-	189.084,68	690,92	189.084,68	0,00
3.3.90.36 0 10.8	53.894,48-	16.105,52	16.105,52	16.105,52	0,00
3.3.90.36 0 71.1	81.736,64-	149.293,35	2.572,96	149.293,35	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	27.746,50	17.005,39	27.746,50	0,00
3.3.90.92 0 71.1	0,00	4.409,58	1.895,24	4.409,58	0,00
4.4.90.52 0 10.8	0,00	29.705,00	29.705,00	29.705,00	0,00
SUBTOTAL	160.525,26-	443.128,04	83.975,03	443.128,04	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.306.083.4416.0001 - RAIZES DE MINAS					
3.3.90.14 1 71.1	2.074,63-	338,70	0,00	338,70	0,00
3.3.90.30 1 71.1	193.950,10	193.950,10	193.950,10	193.950,10	0,00
3.3.90.33 1 71.1	0,00	248,28	0,00	248,28	0,00
SUBTOTAL	191.875,47	194.537,08	193.950,10	194.537,08	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4171.0001 - IMPLEMENTACAO E MANUTENCAO DOS CENTROS DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS					
3.3.50.43 0 71.1	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4173.0001 - PROGRAMA DE PROTECAO A VITIMAS E TESTEMUNHAS AMEACADAS - PROVITA					
3.3.50.43 0 10.3	0,00	77.799,46	0,00	77.799,46	0,00
3.3.50.43 0 24.1	0,00	275.000,00	0,00	275.000,00	0,00
SUBTOTAL	0,00	352.799,46	0,00	352.799,46	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4174.0001 - PROMOCAO, PROTECAO E REPARACAO DE DIREITOS HUMANOS					
3.3.20.93 0 01.1	0,00	248.642,40	0,00	248.642,40	0,00
3.3.90.39 0 10.3	1.900,00	1.900,00	1.900,00	1.900,00	0,00
3.3.90.39 0 10.8	114.090,00	114.090,00	114.090,00	114.090,00	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	5.325,40	0,00	5.325,40	0,00
3.3.90.93 0 24.1	1.049.808,60	1.049.808,60	1.049.808,60	1.049.808,60	0,00
4.4.90.93 0 24.1	1.793.207,19	1.793.207,19	1.793.207,19	1.793.207,19	0,00
SUBTOTAL	2.959.005,79	3.212.973,59	2.959.005,79	3.212.973,59	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4176.0001 - PROGRAMA DE PROTECAO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - PPDDH					
3.3.20.93 0 10.3	0,00	6.476,72	0,00	6.476,72	0,00
3.3.20.93 0 24.1	0,00	19.254,82	0,00	19.254,82	0,00
3.3.50.43 0 10.3	0,00	2.037.188,88	0,00	2.037.188,88	0,00
3.3.50.43 0 24.1	0,00	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00	0,00
4.4.50.42 0 10.3	0,00	262.811,12	0,00	262.811,12	0,00
SUBTOTAL	0,00	3.525.731,54	0,00	3.525.731,54	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4177.0001 - PROGRAMA DE PROTECAO A CRIANCAS E ADOLESCENTES AMEACADOS DE MORTE - PPCAAM					
3.3.50.43 0 10.3	0,00	1.256.837,92	0,00	1.256.837,92	0,00
3.3.50.43 0 24.1	0,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00
3.3.50.43 0 71.3	0,00	3.696.962,17	0,00	3.696.962,17	0,00
3.3.90.93 0 24.1	0,00	2.052,55	0,00	2.052,55	0,00
4.4.50.42 0 24.1	0,00	58.651,37	0,00	58.651,37	0,00
4.4.50.42 0 71.3	0,00	139.909,67	0,00	139.909,67	0,00
SUBTOTAL	0,00	7.154.413,68	0,00	7.154.413,68	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4178.0001 - MANUTENCAO E APOIO AOS ORGAOS COLEGIADOS DE DIREITOS HUMANOS					
3.1.90.11 0 10.1	0,00	200.655,88	0,00	200.655,88	0,00
3.1.90.11 0 71.1	358.673,43	2.000.347,98	358.673,43	2.000.347,98	0,00
3.1.90.13 0 10.1	0,00	6.130,91	0,00	6.130,91	0,00
3.1.90.13 0 71.1	11.380,33	68.070,96	11.380,33	68.070,96	0,00
3.1.91.13 0 10.1	0,00	59.418,00	0,00	59.418,00	0,00
3.1.91.13 0 71.1	116.947,06	645.430,13	116.947,06	645.430,13	0,00
3.3.90.14 0 71.1	1.314,59-	3.685,41	1.137,11	3.685,41	0,00
3.3.90.33 0 71.1	593,01	14.073,37	2.967,13	14.073,37	0,00
3.3.90.36 0 71.1	18.723,19-	66.254,20	20.725,92	66.254,20	0,00
3.3.90.46 0 10.7	0,00	3.225,00	0,00	3.225,00	0,00
3.3.90.46 0 71.7	42.400,00	498.300,00	42.400,00	498.300,00	0,00
3.3.90.49 0 71.7	1.428,00	20.979,00	1.428,00	20.979,00	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA	IAG	F.P.	DESPESA NO MES	EMPENHADA ATE O MES	DESPESA NO MES	LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4178.0001 - MANUTENCAO E APOIO AOS ORGAOS COLEGIADOS DE DIREITOS HUMANOS							
3.3.90.92	0	71.1	0,00	1.565,99	1.565,99	1.565,99	0,00
SUBTOTAL			511.384,05	3.588.136,83	557.224,97	3.588.136,83	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4181.0001 - OPERACIONALIZACAO DOS SERVICOS DE TRADUCAO E INTERPRETACAO DE LIBRAS							
3.3.90.39	0	71.1	0,00	145.514,50	24.919,08	145.514,50	0,00
SUBTOTAL			0,00	145.514,50	24.919,08	145.514,50	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.070.4182.0001 - MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS							
3.1.90.04	0	10.1	0,00	18.528,79	0,00	18.528,79	0,00
3.1.90.11	0	10.1	0,00	879.556,72	0,00	879.556,72	0,00
3.1.90.11	0	71.1	773.726,09	4.450.883,22	773.726,09	4.450.883,22	0,00
3.1.90.13	0	10.1	0,00	35.480,87	0,00	35.480,87	0,00
3.1.90.13	0	71.1	35.883,48	203.238,50	35.883,48	203.238,50	0,00
3.1.90.92	0	10.1	0,00	4.408,28	0,00	4.408,28	0,00
3.1.90.96	0	71.1	69.660,81	69.660,81	69.660,81	69.660,81	0,00
3.1.91.04	0	10.1	0,00	45,33	0,00	45,33	0,00
3.1.91.13	0	10.1	0,00	268.517,49	0,00	268.517,49	0,00
3.1.91.13	0	71.1	219.241,47	1.306.856,73	219.241,47	1.306.856,73	0,00
3.3.90.14	0	71.1	26.836,61-	102.739,99	992,30	102.739,99	0,00
3.3.90.30	0	71.1	0,00	19.545,00	19.545,00	19.545,00	0,00
3.3.90.33	0	71.1	327,28	66.475,79	16.151,82	66.475,79	0,00
3.3.90.36	0	71.1	4.065,31-	1.433,50	1.104,50	1.433,50	0,00
3.3.90.37	0	71.1	0,00	823.531,50	140.370,15	823.531,50	0,00
3.3.90.39	0	71.1	5.564,00	245.205,94	111.993,06	245.205,94	0,00
3.3.90.40	0	71.1	3.786,27	61.388,34	22.042,17	61.388,34	0,00
3.3.90.46	0	10.7	0,00	138.430,99	0,00	138.430,99	0,00
3.3.90.46	0	71.7	106.547,36	1.263.565,47	106.547,36	1.263.565,47	0,00
3.3.90.49	0	10.7	0,00	6.835,50	0,00	6.835,50	0,00
3.3.90.49	0	71.7	5.050,50	51.943,50	5.050,50	51.943,50	0,00
3.3.90.92	0	71.1	0,00	1.960,00	1.927,00	1.960,00	0,00
3.3.90.93	0	10.1	0,00	24.241,77	24.241,77	24.241,77	0,00
3.3.91.39	0	71.1	0,00	393.056,79	67.936,70	393.056,79	0,00
SUBTOTAL			1.188.885,34	10.437.530,82	1.616.414,18	10.437.530,82	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.086.4414.0001 - ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA DOMESTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES							
3.3.90.14	0	71.1	7.107,51-	677,40	0,00	677,40	0,00
3.3.90.37	0	71.1	31.940,48	1.070.871,94	215.888,03	1.070.871,94	0,00
3.3.90.39	0	71.1	0,00	25.414,46	12.463,53	25.414,46	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.086.4414.0001 - ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA DOMESTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES					
3.3.90.47 0 71.1	0,00	929,44	71,91	929,44	0,00
SUBTOTAL	24.832,97	1.097.893,24	228.423,47	1.097.893,24	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 14.422.086.4415.0001 - PROMOCAO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES					
3.3.90.14 0 71.1	8.943,54-	25.093,01	48,90	25.093,01	0,00
3.3.90.33 0 71.1	810,20-	30.616,47	7.583,61	30.616,47	0,00
3.3.90.36 0 71.1	37.689,86-	48.222,64	3.718,72	48.222,64	0,00
3.3.90.37 0 71.1	8.464,74	418.881,23	88.374,76	418.881,23	0,00
3.3.90.39 0 71.1	0,00	5.823,60	0,00	5.823,60	0,00
3.3.90.40 0 71.1	1.286,27	1.286,27	1.286,27	1.286,27	0,00
3.3.91.39 0 71.1	0,00	179.688,26	179.688,26	179.688,26	0,00
SUBTOTAL	37.692,59-	709.611,48	280.700,52	709.611,48	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 16.122.073.4184.0001 - APOIO AOS MUNICIPIOS NA IMPLEMENTACAO DA POLITICA HABITACIONAL E NA ELABORACAO E REVISAO DE PLANOS L					
3.1.90.11 0 10.1	0,00	31.304,60	0,00	31.304,60	0,00
3.1.90.11 0 71.1	7.599,56	53.042,25	7.599,56	53.042,25	0,00
3.1.90.13 0 10.1	0,00	7.138,00	0,00	7.138,00	0,00
3.1.90.13 0 71.1	1.727,50	12.057,29	1.727,50	12.057,29	0,00
3.3.90.14 0 71.1	57,25-	17.752,65	0,00	17.752,65	0,00
3.3.90.33 0 71.1	1.472,75-	21.390,68	3.388,54	21.390,68	0,00
3.3.90.46 0 10.7	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00	0,00
3.3.90.46 0 71.7	1.425,00	15.225,00	1.425,00	15.225,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	0,00	409,50	0,00	409,50	0,00
3.3.90.49 0 71.7	73,50	346,50	73,50	346,50	0,00
SUBTOTAL	9.295,56	168.866,47	14.214,10	168.866,47	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 16.244.073.4185.0001 - APOIO A PRODUCAO E A AQUISICAO DE UNIDADES HABITACIONAIS					
3.3.90.14 1 71.1	1.584,67-	9.415,33	762,60	9.415,33	0,00
3.3.90.37 1 71.1	22.872,11	109.689,29	24.143,25	109.689,29	0,00
3.3.90.39 1 71.1	0,00	13.903,74	13.873,25	13.903,74	0,00
3.3.90.40 1 71.1	1.286,27	1.286,27	1.286,27	1.286,27	0,00
SUBTOTAL	22.573,71	134.294,63	40.065,37	134.294,63	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.366.069.4168.0001 - PROMOCAO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS					
3.3.90.14 0 38.1	14.534,55-	21.317,45	321,50-	21.317,45	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.366.069.4168.0001 - PROMOCAO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS					
3.3.90.33 0 38.1	333,86	26.091,03	6.624,55	26.091,03	0,00
3.3.90.36 0 38.1	17.937,00-	4.299,00	0,00	4.299,00	0,00
3.3.90.39 0 38.1	3.594.745,20	16.035.679,73	3.599.809,21	16.035.679,73	0,00
SUBTOTAL	3.562.607,51	16.087.387,21	3.606.112,26	16.087.387,21	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.811.069.4169.0001 - BOLSA ATLETA E BOLSA TECNICO					
3.1.90.11 0 10.1	46.162,46	234.677,77	46.162,46	234.677,77	0,00
3.1.90.13 0 10.1	3.401,57	35.626,14	3.401,57	35.626,14	0,00
3.1.91.13 0 10.1	11.029,24	26.784,30	11.029,24	26.784,30	0,00
3.3.90.14 0 10.1	301,20-	2.796,00	183,00-	2.796,00	0,00
3.3.90.46 0 10.7	7.125,00	68.100,00	7.125,00	68.100,00	0,00
3.3.90.48 0 10.1	5.000,00-	599.500,00	94.250,00	599.500,00	0,00
3.3.90.48 0 38.1	86.100,00	1.382.250,00	244.000,00	1.382.250,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	367,50	2.415,00	367,50	2.415,00	0,00
SUBTOTAL	148.884,57	2.352.149,21	406.152,77	2.352.149,21	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4163.0001 - PROMOCAO DOS JOGOS DO INTERIOR DE MINAS					
3.3.50.43 1 38.1	0,00	1.068.161,73	0,00	1.068.161,73	0,00
3.3.90.14 1 10.1	170,56-	12.758,40	0,00	12.758,40	0,00
3.3.90.14 1 38.1	2.928,80-	7.811,20	0,00	7.811,20	0,00
3.3.90.33 1 10.1	0,00	182,17	0,00	182,17	0,00
3.3.90.33 1 38.1	0,00	547,62	0,00	547,62	0,00
SUBTOTAL	3.099,36-	1.089.461,12	0,00	1.089.461,12	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4166.0001 - PROMOCAO DO ESPORTE EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
3.1.90.11 0 10.1	17.199,10	114.660,67	17.199,10	114.660,67	0,00
3.1.90.13 0 10.1	3.909,60	26.063,95	3.909,60	26.063,95	0,00
3.3.40.41 0 38.1	0,00	4.358.018,22	0,00	4.358.018,22	0,00
3.3.90.14 0 38.1	17.376,00-	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.39 0 38.1	0,00	127.133,13	127.133,13	127.133,13	0,00
3.3.90.46 0 10.7	1.425,00	17.175,00	1.425,00	17.175,00	0,00
SUBTOTAL	5.157,70	4.643.050,97	149.666,83	4.643.050,97	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4167.0001 - APOIO A GESTAO ESPORTIVA					
3.1.90.11 0 10.1	85.868,99	547.106,57	85.868,99	547.106,57	0,00

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA	IAG	F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4167.0001 - APOIO A GESTAO ESPORTIVA							
3.1.90.13	0	10.1	2.512,44	12.231,83	2.512,44	12.231,83	0,00
3.1.91.13	0	10.1	30.587,37	196.962,15	30.587,37	196.962,15	0,00
3.3.90.14	0	10.1	0,00	381,30	0,00	381,30	0,00
3.3.90.14	0	38.1	2.292,88-	15.707,12	0,00	15.707,12	0,00
3.3.90.33	0	10.1	0,00	217,26	0,00	217,26	0,00
3.3.90.33	0	38.1	0,00	10.300,00	29,72	10.300,00	0,00
3.3.90.37	0	10.1	0,00	165.427,63	30.575,09	165.427,63	0,00
3.3.90.39	0	10.1	59.000,00	461.427,83	222.321,01	461.427,83	0,00
3.3.90.39	0	38.1	0,00	127.133,14	127.133,14	127.133,14	0,00
3.3.90.40	0	10.1	6.860,00	66.724,09	12.302,19	66.724,09	0,00
3.3.90.46	0	10.7	8.400,00	100.950,00	8.400,00	100.950,00	0,00
3.3.90.49	0	10.7	178,50	1.333,50	178,50	1.333,50	0,00
4.4.90.40	0	10.1	79.968,00	79.968,00	79.968,00	79.968,00	0,00
SUBTOTAL			271.082,42	1.785.870,42	599.876,45	1.785.870,42	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4170.0001 - APOIO A REALIZACAO DE ACOES ESPORTIVAS							
3.1.90.04	0	10.1	0,00	4.111,61	0,00	4.111,61	0,00
3.1.90.11	0	10.1	104.938,58	899.164,02	104.938,58	899.164,02	0,00
3.1.90.13	0	10.1	10.164,88	60.300,13	10.164,88	60.300,13	0,00
3.1.90.92	0	10.1	0,00	545,39	0,00	545,39	0,00
3.1.91.04	0	10.1	0,00	66,04	0,00	66,04	0,00
3.1.91.13	0	10.1	15.758,03	213.903,57	15.758,03	213.903,57	0,00
3.3.20.93	0	24.1	0,00	30.872,34	0,00	30.872,34	0,00
3.3.40.41	0	10.4	247.000,00	247.000,00	247.000,00	247.000,00	0,00
3.3.40.41	0	10.8	0,00	250.000,00	0,00	250.000,00	0,00
3.3.40.41	0	15.1	0,00	147.160,29	0,00	147.160,29	0,00
3.3.90.14	0	10.1	625,27-	37.584,73	0,00	37.584,73	0,00
3.3.90.30	0	10.8	74.212,24	74.212,24	74.212,24	74.212,24	0,00
3.3.90.33	0	10.1	0,00	16.662,29	6.364,86	16.662,29	0,00
3.3.90.39	0	38.1	0,00	2.100.560,00	0,00	2.100.560,00	0,00
3.3.90.46	0	10.7	10.725,00	134.800,00	10.725,00	134.800,00	0,00
3.3.90.49	0	10.7	283,50	7.014,00	283,50	7.014,00	0,00
4.4.40.42	0	10.4	0,00	409.856,00	0,00	409.856,00	0,00
4.4.40.42	0	10.8	0,00	341.622,70	0,00	341.622,70	0,00
4.4.40.42	0	15.1	600.000,00	13.761.270,37	600.000,00	13.761.270,37	0,00
4.4.40.42	0	38.1	1.250.000,00	1.750.000,00	1.250.000,00	1.750.000,00	0,00
4.4.90.52	0	10.8	0,00	325.165,20	151.585,20	325.165,20	0,00
4.4.90.52	0	15.1	0,00	1.479.476,46	1.103.358,58	1.479.476,46	0,00
4.4.90.93	0	01.1	1.148.135,18	1.434.731,42	1.148.135,18	1.434.731,42	0,00
SUBTOTAL			3.460.592,14	23.726.078,80	4.722.526,05	23.726.078,80	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4514.0001 - PROMOCAO DO ESPORTE DE PARTICIPACAO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL							

UNIDADE ORCAMENTARIA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL ORGAO EXECUTOR: 1480

NATUREZA IAG F.P.	DESPESA EMPENHADA NO MES	DESPESA EMPENHADA ATE O MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA NO MES	DESPESA LIQUIDADA/REALIZADA ATE O MES	SALDO DE EMPENHO
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.812.069.4514.0001 - PROMOCAO DO ESPORTE DE PARTICIPACAO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
3.1.90.11 0 10.1	36.940,51	235.456,51	36.940,51	235.456,51	0,00
3.1.90.13 0 10.1	6.400,84	40.247,50	6.400,84	40.247,50	0,00
3.1.91.13 0 10.1	3.112,64	20.083,41	3.112,64	20.083,41	0,00
3.3.90.14 0 10.1	1.014,80-	3.900,10	0,00	3.900,10	0,00
3.3.90.14 0 38.1	4.160,00-	1.561,70	0,00	1.561,70	0,00
3.3.90.46 0 10.7	5.700,00	80.325,00	5.700,00	80.325,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	126,00	2.709,00	126,00	2.709,00	0,00
SUBTOTAL	47.105,19	384.283,22	52.279,99	384.283,22	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.813.069.4164.0001 - PROJETOS VIABILIZADOS PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE					
3.1.90.04 0 10.1	0,00	5.439,93	0,00	5.439,93	0,00
3.1.90.11 0 10.1	147.541,48	992.942,39	147.541,48	992.942,39	0,00
3.1.90.13 0 10.1	0,00	13.634,84	0,00	13.634,84	0,00
3.1.90.92 0 10.1	0,00	851,58	0,00	851,58	0,00
3.1.91.13 0 10.1	56.959,67	352.662,13	56.959,67	352.662,13	0,00
3.3.40.41 0 38.1	0,00	227.810,70	0,00	227.810,70	0,00
3.3.50.43 0 59.1	0,00	646.218,64	0,00	646.218,64	0,00
3.3.90.46 0 10.7	9.975,00	157.575,00	9.975,00	157.575,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	472,50	6.027,00	472,50	6.027,00	0,00
SUBTOTAL	214.948,65	2.403.162,21	214.948,65	2.403.162,21	0,00
FUNCIONAL PROGRAMATICA: 27.813.069.4165.0001 - GESTAO DO ICMS ESPORTIVO					
3.1.90.11 0 10.1	44.698,43	308.644,11	44.698,43	308.644,11	0,00
3.1.90.13 0 10.1	4.855,20	36.676,87	4.855,20	36.676,87	0,00
3.1.91.13 0 10.1	9.759,60	59.989,57	9.759,60	59.989,57	0,00
3.3.90.46 0 10.7	4.650,00	79.425,00	4.650,00	79.425,00	0,00
3.3.90.49 0 10.7	136,50	2.457,00	136,50	2.457,00	0,00
SUBTOTAL	64.099,73	487.192,55	64.099,73	487.192,55	0,00
TOTAL	50.965.689,22	192.351.891,57	56.420.957,69	192.351.891,57	0,00

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.06 08:15:11 -03'00'

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 01 LEI 4320

RECEITAS			DESPESAS		
RECEITAS CORRENTES		28.804.309,22	DESPESAS CORRENTES		151.059.042,62
RECEITA PATRIMONIAL	72.921,69		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	50.856.002,25	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.601.190,32		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	100.203.040,37	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	130.197,21				
			DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		13.150.268,74
			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.559.014,82	
			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	591.253,92	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - CUSTEIO		133.201.796,75			
SOMA		162.006.105,97	SOMA		164.209.311,36
DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		2.203.205,39			
TOTAL		164.209.311,36	TOTAL		164.209.311,36
			DÉFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		2.203.205,39
RECEITAS DE CAPITAL		909.012,48	DESPESAS DE CAPITAL		28.142.580,21
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	909.012,48		INVESTIMENTOS	28.142.580,21	
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - CAPITAL		23.086.068,12			
SOMA DAS RECEITAS DE CAPITAL		23.995.080,60			
SOMA		23.995.080,60	SOMA		28.142.580,21
DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		6.350.705,00			
TOTAL		30.345.785,60	TOTAL		30.345.785,60

R E S U M O

RECEITAS CORRENTES		162.006.105,97	DESPESAS CORRENTES		164.209.311,36
RECEITAS DE CAPITAL		23.995.080,60	DESPESAS DE CAPITAL		28.142.580,21
SOMA		186.001.186,57	SOMA		192.351.891,57
DÉFICIT DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		6.350.705,00			
TOTAL		192.351.891,57	TOTAL		192.351.891,57

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:02:08 -03'00'

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	DETALHES	TIPO DE RECEITA	DESDOBRAMENTOS	ESPÉCIE	CATEGORIA ECONÔMICA ORIGEM
1000.00.0.0.00.000	RECEITAS CORRENTES					28.804.309,22
1300.00.0.0.00.000	RECEITA PATRIMONIAL					72.921,69
1320.00.0.0.00.000	VALORES MOBILIARIOS				72.921,69	
1321.00.0.0.00.000	JUROS E CORRECOES MONETARIAS			72.921,69		
1321.01.0.0.00.000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS			72.921,69		
1321.01.0.1.00.000	REMUNERACAO DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL		72.921,69			
1321.01.0.1.01.000	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS - PRINCIPAL	72.921,69				
1700.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS CORRENTES					28.601.190,32
1710.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES				25.553.959,07	
1717.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			3.558.125,79		
1717.99.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			3.558.125,79		
1717.99.0.1.00.000	OUTRAS TRANSF CONVENIOS UNIAO ENTIDADES - PRINCIPAL		3.558.125,79			
1717.99.0.1.11.000	OUTRAS TRANSF CONV UNIAO ENTIDADES - PRINC - DIR HUMANOS E DE CID	3.558.125,79				
1717.99.0.1.11.001	DIREITOS HUMANOS CIDADANIA - MINISTERIO DA JUSTICA E SEGURANCA PU	775.000,00				
1717.99.0.1.11.003	DIREITOS HUMANOS CIDADANIA - MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS	2.783.125,79				
1719.00.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			21.995.833,28		
1719.99.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			21.995.833,28		
1719.99.0.1.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL		21.995.833,28			
1719.99.0.1.15.000	OUTRAS TRANSF UNIAO ENTIDADES - DESPORTO E LAZER	21.995.833,28				
1719.99.0.1.15.001	DESPORTO LAZER - MINISTERIO DO ESPORTE	21.995.833,28				
1740.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS				3.047.231,25	
1741.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS			3.047.231,25		
1741.99.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS			3.047.231,25		
1741.99.0.1.00.000	OUTRAS TRANSF INSTIT PRIVADAS - PRINCIPAL		3.047.231,25			
1741.99.0.1.40.000	OUTRAS TRANSF INSTIT PRIVADAS - PRINCIPAL - DEMAIS - DESPORTO E L	3.047.231,25				
1741.99.0.1.40.001	DESPORTO LAZER - APOIO FINANCEIRO AO ESPORTE	3.047.231,25				
1900.00.0.0.00.000	OUTRAS RECEITAS CORRENTES					130.197,21
1920.00.0.0.00.000	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS				130.197,21	
1922.00.0.0.00.000	RESTITUICOES			130.197,21		
1922.99.0.0.00.000	OUTRAS RESTITUICOES			130.197,21		
1922.99.0.1.00.000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL		130.197,21			
1922.99.0.1.99.000	OUTRAS RESTITUICOES - PRINCIPAL - DEMAIS	130.197,21				
2000.00.0.0.00.000	RECEITAS DE CAPITAL					909.012,48
2400.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL					909.012,48
2410.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES				909.012,48	
2414.00.0.0.00.000	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			149.012,48		
2414.99.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			149.012,48		
2414.99.0.1.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS UNIAO - PRINCIPAL		149.012,48			
2414.99.0.1.13.000	OUTRAS TRANSF CONV UNIAO - PRINCIPAL - DIREITOS HUMANOS E DE CIDA	149.012,48				
2414.99.0.1.13.003	DIREITOS HUM E DE CIDADANIA - MIN DA MULHER, FAMILIA E DOS DIREIT	149.012,48				
2419.00.0.0.00.000	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES			760.000,00		
2419.51.0.0.00.000	TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO			760.000,00		
2419.51.0.1.00.000	TRANSFERENCIA ESPECIAL DA UNIAO - PRINCIPAL		760.000,00			
2419.51.0.1.01.000	TRANSFERENCIA ESPECIAL UNIAO - PRINC - EMENDAS PARLAMENTARES INDI	760.000,00				
TOTAL						29.713.321,70

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:01:23 -03'00'

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

L E G I S L A Ç Ã O	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	ANULAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL
1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL					
LEI 24678 DE 17.01.2024	327.478.873,00	0,00	0,00	0,00	327.478.873,00
NR SIAFI 1 DE 25.01.2024	0,00	3.361.331,27	0,00	0,00	3.361.331,27
NR SIAFI 3 DE 30.01.2024	0,00	0,00	0,00	3.361.331,27	-3.361.331,27
NR SIAFI 5 DE 06.02.2024	0,00	232.138,27	0,00	232.138,27	0,00
NR SIAFI 6 DE 09.02.2024	0,00	12.328.848,18	0,00	0,00	12.328.848,18
NR SIAFI 8 DE 20.02.2024	0,00	120.364,34	0,00	0,00	120.364,34
NR SIAFI 9 DE 22.02.2024	0,00	2.300.000,00	0,00	0,00	2.300.000,00
NR SIAFI 12 DE 29.02.2024	0,00	5.801.071,32	0,00	1.512.000,00	4.289.071,32
NR SIAFI 14 DE 01.03.2024	0,00	1.736.121,52	0,00	0,00	1.736.121,52
NR SIAFI 15 DE 05.03.2024	0,00	8.340.484,32	0,00	8.340.484,32	0,00
NR SIAFI 21 DE 14.03.2024	0,00	0,00	0,00	12.328.848,18	-12.328.848,18
NR SIAFI 22 DE 20.03.2024	0,00	1.319.114,19	0,00	3.624,90	1.315.489,29
NR SIAFI 26 DE 02.04.2024	0,00	31.371,47	0,00	0,00	31.371,47
NR SIAFI 27 DE 02.04.2024	0,00	240.000,00	0,00	49.856.782,94	-49.616.782,94
NR SIAFI 28 DE 04.04.2024	0,00	2.981.854,95	0,00	82.146,15	2.899.708,80
NR SIAFI 29 DE 09.04.2024	0,00	250.872,34	0,00	220.000,00	30.872,34
NR SIAFI 30 DE 11.04.2024	0,00	248.642,40	0,00	0,00	248.642,40
NR SIAFI 33 DE 18.04.2024	0,00	1.170.000,00	0,00	1.170.000,00	0,00
NR SIAFI 35 DE 25.04.2024	0,00	0,00	0,00	6.233,30	-6.233,30
NR SIAFI 37 DE 30.04.2024	0,00	924.199,57	0,00	924.199,57	0,00
NR SIAFI 39 DE 07.05.2024	0,00	4.181.290,00	0,00	31.290,00	4.150.000,00
NR SIAFI 41 DE 09.05.2024	0,00	4.839.856,00	0,00	0,00	4.839.856,00
NR SIAFI 42 DE 14.05.2024	0,00	0,00	0,00	1.170.000,00	-1.170.000,00
NR SIAFI 47 DE 16.05.2024	0,00	5.504.865,12	0,00	0,00	5.504.865,12
NR SIAFI 48 DE 17.05.2024	0,00	1.200.000,00	0,00	0,00	1.200.000,00
NR SIAFI 51 DE 23.05.2024	0,00	414.000,00	0,00	0,00	414.000,00
NR SIAFI 57 DE 04.06.2024	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00
NR SIAFI 60 DE 06.06.2024	0,00	11.445.827,85	0,00	4.300,50	11.441.527,35
NR SIAFI 61 DE 06.06.2024	0,00	0,00	0,00	388.623,86	-388.623,86
NR SIAFI 63 DE 11.06.2024	0,00	0,00	0,00	29.446.296,92	-29.446.296,92
NR SIAFI 64 DE 11.06.2024	0,00	29.446.296,92	0,00	0,00	29.446.296,92
NR SIAFI 70 DE 20.06.2024	0,00	0,00	0,00	10.910.823,00	-10.910.823,00
NR SIAFI 71 DE 20.06.2024	0,00	12.265.038,00	0,00	0,00	12.265.038,00
NR SIAFI 72 DE 22.06.2024	0,00	6.200.000,00	0,00	0,00	6.200.000,00
NR SIAFI 74 DE 25.06.2024	0,00	9.218.044,00	0,00	0,00	9.218.044,00
NR SIAFI 77 DE 27.06.2024	0,00	436.202,38	0,00	436.202,38	0,00
NR SIAFI 79 DE 28.06.2024	0,00	0,00	0,00	3.036.437,98	-3.036.437,98
NR SIAFI 85 DE 04.07.2024	0,00	3.836.871,84	0,00	0,00	3.836.871,84
NR SIAFI 86 DE 04.07.2024	0,00	48.385,50	0,00	0,00	48.385,50
NR SIAFI 90 DE 11.07.2024	0,00	47.509,97	0,00	47.509,97	0,00
NR SIAFI 91 DE 17.07.2024	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
NR SIAFI 95 DE 23.07.2024	0,00	15.994.338,00	0,00	15.994.338,00	0,00
NR SIAFI 98 DE 23.07.2024	0,00	507.279,29	0,00	507.279,29	0,00
NR SIAFI 104 DE 06.08.2024	0,00	2.100.600,00	0,00	2.100.600,00	0,00
NR SIAFI 109 DE 20.08.2024	0,00	0,00	0,00	1.766.245,93	-1.766.245,93
NR SIAFI 113 DE 27.08.2024	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00
NR SIAFI 114 DE 29.09.2024	0,00	266.006,00	0,00	250.000,00	16.006,00
NR SIAFI 121 DE 05.09.2024	0,00	1.905.245,93	0,00	1.815.245,93	90.000,00
NR SIAFI 122 DE 10.09.2024	0,00	9.388.428,00	0,00	9.388.428,00	0,00
NR SIAFI 124 DE 10.09.2024	0,00	95.001.508,80	0,00	0,00	95.001.508,80

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

L E G I S L A Ç Ã O		CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	CRÉDITOS SUPLEMENTARES	ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS	ANULAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL
NR SIAFI	128 DE 12.09.2024	0,00	2.519.328,00	0,00	0,00	2.519.328,00
NR SIAFI	132 DE 17.09.2024	0,00	14.090.272,14	0,00	1.067.372,14	13.022.900,00
NR SIAFI	133 DE 19.09.2024	0,00	0,00	0,00	95.001.508,80	-95.001.508,80
NR SIAFI	135 DE 24.09.2024	0,00	318.731,00	0,00	0,00	318.731,00
NR SIAFI	136 DE 24.09.2024	0,00	579.088,13	0,00	0,00	579.088,13
NR SIAFI	139 DE 26.09.2024	0,00	7.851.384,64	0,00	6.995.741,35	855.643,29
NR SIAFI	140 DE 01.10.2024	0,00	8.532,00	0,00	8.532,00	0,00
NR SIAFI	142 DE 04.10.2024	0,00	778,32	0,00	778,32	0,00
NR SIAFI	143 DE 08.10.2024	0,00	688.677,76	0,00	84.930,00	603.747,76
NR SIAFI	145 DE 10.10.2024	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00	0,00
NR SIAFI	146 DE 15.10.2024	0,00	7.574,12	0,00	7.574,12	0,00
NR SIAFI	147 DE 17.10.2024	0,00	24.659,63	0,00	0,00	24.659,63
NR SIAFI	148 DE 22.10.2024	0,00	102.264,41	0,00	102.264,41	0,00
NR SIAFI	150 DE 22.10.2024	0,00	805.565,34	0,00	0,00	805.565,34
NR SIAFI	152 DE 24.10.2024	0,00	198.973,17	0,00	198.973,17	0,00
NR SIAFI	153 DE 29.10.2024	0,00	857.684,11	0,00	7.752.766,70	-6.895.082,59
NR SIAFI	156 DE 31.10.2024	0,00	95.001.508,80	0,00	95.001.508,80	0,00
NR SIAFI	157 DE 05.11.2024	0,00	2.895.324,14	0,00	595.324,14	2.300.000,00
NR SIAFI	158 DE 05.11.2024	0,00	150.000,00	0,00	0,00	150.000,00
NR SIAFI	160 DE 07.11.2024	0,00	2.726.008,55	0,00	2.723.956,00	2.052,55
NR SIAFI	163 DE 12.11.2024	0,00	3.714.635,35	0,00	119.890,15	3.594.745,20
NR SIAFI	164 DE 14.11.2024	0,00	2.769.000,00	0,00	2.769.000,00	0,00
NR SIAFI	167 DE 21.11.2024	0,00	110.000,00	0,00	0,00	110.000,00
NR SIAFI	169 DE 21.11.2024	0,00	14.200,00	0,00	781.182,62	-766.982,62
NR SIAFI	172 DE 25.11.2024	0,00	0,00	0,00	39.896,68	-39.896,68
NR SIAFI	173 DE 26.11.2024	0,00	158.560,82	0,00	158.560,82	0,00
NR SIAFI	181 DE 05.12.2024	0,00	2.843.015,79	0,00	0,00	2.843.015,79
NR SIAFI	186 DE 12.12.2024	0,00	0,00	0,00	3.600.000,00	-3.600.000,00
NR SIAFI	190 DE 16.12.2024	0,00	69.665,00	0,00	69.665,00	0,00
NR SIAFI	195 DE 20.12.2024	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
NR SIAFI	196 DE 23.12.2024	0,00	0,00	0,00	630.000,00	-630.000,00
NR SIAFI	197 DE 23.12.2024	0,00	391.516,00	0,00	391.516,00	0,00
NR SIAFI	199 DE 27.12.2024	0,00	3.361.331,27	0,00	0,00	3.361.331,27
NR SIAFI	200 DE 27.12.2024	0,00	12.328.848,18	0,00	0,00	12.328.848,18
NR SIAFI	203 DE 27.12.2024	0,00	8.340.484,32	0,00	0,00	8.340.484,32
NR SIAFI	205 DE 27.12.2024	0,00	2.899.708,80	0,00	0,00	2.899.708,80
NR SIAFI	207 DE 27.12.2024	0,00	3.531.011,25	0,00	8.646,00	3.522.365,25
TOTAL		327.478.873,00	425.121.339,78	0,00	373.569.997,88	379.030.214,90

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:00:55 -03'00'

CÓDIGO		TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
300000		DESPESAS CORRENTES					164.209.311,36
310000		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				63.415.017,07	
319000		APLICACOES DIRETAS			50.856.002,25		
319004		CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		103.399,54			
319004	01	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	79.055,71				
319004	03	OBRIGACAO PATRONAL - CONTRATOS POR TEMPO DETERMINADO - INSS	24.343,83				
319007		CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA		14.880,77			
319007	01	CONTRIBUICAO A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	14.880,77				
319011		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL		47.474.449,81			
319011	01	VENCIMENTOS	30.582.344,15				
319011	02	DESIGNADOS DO MAGISTERIO	2.975,31				
319011	03	ADICIONAL POR TEMPO DE SERVICO	5.739.519,52				
319011	07	GRATIFICACAO DE INCENTIVO A DOCENCIA	770,33				
319011	17	GRATIFICACAO DE CARGO EM COMISSAO	2.220.218,51				
319011	18	GRATIFICACAO POR PLANTAO	3.081,93				
319011	19	VANTAGEM PESSOAL	320.409,32				
319011	21	ABONO DE FERIAS	1.191.110,79				
319011	22	GRATIFICACAO DE NATAL	3.575.651,41				
319011	33	GRATIFICACAO DE INCENTIVO A EFICIENTIZACAO DOS SERVICOS - GIEFS	3.184,38				
319011	44	ABONO DE PERMANENCIA	939,34				
319011	45	VANTAGEM TEMPORARIA INCORPORAVEL	460,83				
319011	46	GRATIFICACAO DE DESEMPENHO DE PRODUTIVIDADE INDIVIDUAL E INSTITUCIONAL	3.784.813,19				
319011	47	GRATIFICACAO DE ESCOLARIDADE DESEMPENHO E PROD INDIVID E INSTITUCIONAL	2.051,11				
319011	50	SUBSIDIO - SERVIDORES DA EDUCACAO EFETIVOS	42.453,94				
319011	52	SUBSIDIO - SERVIDORES DA EDUCACAO DE EXTENSAO CARGA HORARIA	4.465,75				
319013		OBRIGACOES PATRONAIS		2.961.501,12			
319013	04	INSS - FOLHA	2.952.163,56				
319013	05	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	9.337,56				
319016		OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL		207.112,86			
319016	05	FERIAS-PREMIO	207.112,86				
319092		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		24.933,13			
319092	01	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - PESSOAL	24.933,13				
319094		INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS		64,21			
319094	01	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	64,21				
319096		RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO		69.660,81			
319096	01	RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	69.660,81				
319100		APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA			12.559.014,82		
319104		CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO		854,83			
319104	04	OBRIGACAO PATRONAL - CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO - ASSIST. A SAUDE	854,83				
319113		OBRIGACOES PATRONAIS		12.558.159,99			
319113	05	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO	6.420.395,77				
319113	21	OBRIGACAO PATRONAL - PESSOAL ATIVO - DESPESAS COM ASSISTENCIA A SAUDE	549.613,01				
319113	26	OBRIGACAO PATRONAL SUPLEMENTAR - PESSOAL ATIVO	5.588.151,21				
330000		OUTRAS DESPESAS CORRENTES				100.794.294,29	
332000		TRANSFERENCIAS A UNIAO			310.886,21		
332093		INDENIZACOES E RESTITUICOES		310.886,21			
332093	06	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	310.886,21				
334000		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS			6.397.777,92		
334041		CONTRIBUICOES		6.397.777,92			
334041	01	CONTRIBUICOES	6.397.777,92				
335000		TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			25.077.370,82		
335043		SUBVENCOES SOCIAIS		21.237.459,79			

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO		TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
335043	01	SUBVENCOES SOCIAIS	21.237.459,79				
335085		CONTRATOS DE GESTAO		3.839.911,03			
335085	02	CONTRATO DE GESTAO COM SERVICO SOCIAL AUTONOMO - SSA	3.839.911,03				
339000		APLICACOES DIRETAS			68.417.005,42		
339008		OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS		1.364,88			
339008	10	SALARIO FAMILIA	1.364,88				
339013		OBRIGACOES PATRONAIS		1.209,89			
339013	14	OBRIGACAO PATRONAL - ENCARGOS POR PAGAMENTO EM ATRASO	552,93				
339013	17	INSS - DEMAIS DESPESAS	656,96				
339014		DIARIAS - CIVIL		894.624,89			
339014	01	DIARIAS - CIVIL	894.624,89				
339030		MATERIAL DE CONSUMO		409.098,55			
339030	02	ARTIGOS PARA ESPORTE	74.212,24				
339030	03	UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	325,94				
339030	16	MATERIAL DE INFORMATICA	29.190,30				
339030	17	ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	25.982,22				
339030	19	MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE PROPRIEDADE DA ADM. PUBLICA	625,80				
339030	20	MATERIAL ELETRICO	139,32				
339030	22	FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	105.503,87				
339030	24	PECAS E ACESSORIOS P/ EQUIP. E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	19.545,00				
339030	26	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	65.006,21				
339030	29	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	88.567,65				
339033		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO		450.731,09			
339033	01	PASSAGENS - PESSOA FISICA	62.132,71				
339033	02	DESPESAS COM TRANSPORTE URBANO, PEDAGIO E ESTACIONAMETO PESSOA FISICA	48.331,40				
339033	04	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	340.266,98				
339036		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA		550.569,11			
339036	04	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS	480.897,31				
339036	10	EVENTUAL DE GABINETE	105,00				
339036	11	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	69.366,80				
339036	12	DESPESAS MIUDAS DE PRONTO PAGAMENTO	200,00				
339037		LOCACAO DE MAO-DE-OBRA		8.627.091,64			
339037	03	LOCACAO DE SERVICOS DE CONSERVACAO E LIMPEZA REALIZADOS PELA MGS	332.838,23				
339037	04	LOCACAO DE SERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	7.076.122,79				
339037	05	DESPESAS COM O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS A MGS	1.218.130,62				
339039		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		42.224.194,99			
339039	03	FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	12.600,00				
339039	04	CONFECCAO EM GERAL	21.000,00				
339039	12	TARIFA DE ENERGIA ELETRICA	163.685,77				
339039	13	TARIFA DE AGUA E ESGOTO	100.614,26				
339039	15	SERVICO POSTAL-TELEGRAFICO	12.000,00				
339039	17	LOCACAO DE VEICULOS	399.209,35				
339039	18	REPAROS DE VEICULOS	5.945,98				
339039	19	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	8.002,20				
339039	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	147.503,40				
339039	21	REPAROS DE EQUIPAMENTOS, INSTALACOES E MATERIAL PERMANENTE	23.135,00				
339039	22	REPAROS DE BENS IMOVEIS	5.325,40				
339039	24	CURSOS, EXPOSICOES, CONGRESSOS E CONFERENCIAS	2.139,98				
339039	26	ENCARGOS FINANCEIROS	2.284,60				
339039	30	MULTAS DE TRANSITO	234,78				
339039	31	LOCACAO DE SERVICOS GRAFICOS	50.280,00				
339039	37	TAXA DE CONDOMINIO	132.284,77				

CÓDIGO		TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
339039	43	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	69.931,04				
339039	46	TERMO DE PARCERIA COM ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBL	9.976.383,61				
339039	49	CURSOS DE FORMACAO E CAPACITACAO PARA O CIDADAO	18.615.295,45				
339039	52	CONTRATACAO DE ESTAGIARIOS	819.339,75				
339039	55	EVENTOS DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	3.427.612,50				
339039	56	SERVICOS DE PESQUISAS	200.000,00				
339039	78	SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO	35.023,30				
339039	87	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	43.412,14				
339039	99	OUTROS SERVICOS PESSOA JURIDICA	7.950.951,71				
339040		SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA		366.712,56			
339040	02	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	25.189,45				
339040	03	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	232.774,97				
339040	04	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	22.417,58				
339040	05	REDE IP MULTISSERVICOS	86.330,56				
339046		AUXILIO-ALIMENTACAO		11.303.866,71			
339046	01	AUXILIO-ALIMENTACAO - PECUNIA	11.303.866,71				
339047		OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS		15.196,37			
339047	03	IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO - IPTU	8.132,42				
339047	07	TAXA DE LIMPEZA PUBLICA E COLETA DE RESIDUOS	7.063,95				
339048		OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS		1.981.750,00			
339048	01	OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PESSOAS FISICAS	1.981.750,00				
339049		AUXILIO-TRANSPORTE		459.579,00			
339049	01	AUXILIO-TRANSPORTE - PECUNIA	459.579,00				
339091		SENTENCAS JUDICIAIS		6.000,00			
339091	08	OUTRAS DECISOES JUDICIAIS - DEPOSITO EM CONTA CORRENTE OU A DISPOSICAO	6.000,00				
339092		DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES		10.326,66			
339092	02	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES - OUTRAS DESPESAS	10.326,66				
339093		INDENIZACOES E RESTITUICOES		1.114.689,08			
339093	06	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	1.076.102,92				
339093	99	OUTRAS INDENIZACOES E RESTITUICOES	38.586,16				
339100		APLICACAO DIRETA DECORRENTE DE OPERACOES ENTRE ORGAOS, FUNDOS E ENTIDA			591.253,92		
339139		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA		591.253,92			
339139	20	LOCACAO DE BENS IMOVEIS	408.565,66				
339139	37	TAXA DE CONDOMINIO	182.688,26				
400000		DESPESAS DE CAPITAL					28.142.580,21
440000		INVESTIMENTOS				28.142.580,21	
444000		TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS			20.019.592,40		
444042		AUXILIOS		20.019.592,40			
444042	01	AUXILIOS	20.019.592,40				
445000		TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS			1.141.896,54		
445042		AUXILIOS		696.324,54			
445042	01	AUXILIOS	696.324,54				
445085		CONTRATOS DE GESTAO		445.572,00			
445085	02	CONTRATO DE GESTAO COM SERVICO SOCIAL AUTONOMO - SSA	445.572,00				
449000		APLICACOES DIRETAS			6.981.091,27		
449040		SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA		79.968,00			
449040	06	AQUISIÇÃO DE SOFTWARE	79.968,00				
449052		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		3.648.525,03			
449052	04	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	1.354.799,98				
449052	07	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	427.545,95				
449052	10	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	73,00				

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 02 LEI 4320

CÓDIGO		TÍTULO	ITEM	ELEMENTO	MODALIDADE	GRUPO DE DESPESA	CATEGORIA ECONÔMICA
449052	12	MAQUINAS, APARELHOS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS USO ADMINISTRATIVO	223.581,70				
449052	13	MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	1.620.590,60				
449052	25	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	21.933,80				
449093		INDENIZACOES E RESTITUICOES		3.252.598,24			
449093	06	REST DE REC DE CONVENIOS, DE CONTRAPARTIDAS E INSTRUMENTOS CONGENERES	3.252.598,24				
TOTAL							192.351.891,57

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:01:55 -03'00'

CÓDIGO	TÍTULO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
04	ADMINISTRACAO		54.885.891,32	54.885.891,32
04 122	ADMINISTRACAO GERAL		50.770.517,83	50.770.517,83
04 122 083	POLITICAS DE PROMOCAO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL - PERCURSOS GERAIS: TRAJETORIA PARA AUTON		33.124,47	33.124,47
04 122 083 2035	APOIO E COORDENACAO DE POLITICAS INTERSETORIAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA PE		33.124,47	33.124,47
04 122 084	POLITICAS DE INTEGRACAO, REGIONALIZACAO E INOVACAO		253.578,12	253.578,12
04 122 084 2036	ELABORACAO DE ESTUDOS, PESQUISAS E SISTEMAS DE MONITORAMENTO E AVALIACAO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL,		7.011,32	7.011,32
04 122 084 2037	FOMENTO A INOVACAO E APRIMORAMENTO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		246.566,80	246.566,80
04 122 148	APOIO AS POLITICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		4.890.754,29	4.890.754,29
04 122 148 2076	GESTAO E MONITORAMENTO DE CONVENIOS E PARCERIAS		9.959,75	9.959,75
04 122 148 2079	APOIO FINANCEIRO E MATERIAL AS INSTITUICOES NA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		4.880.794,54	4.880.794,54
04 122 705	APOIO AS POLITICAS PUBLICAS		45.593.060,95	45.593.060,95
04 122 705 2500	ASSESSORAMENTO E GERENCIAMENTO DE POLITICAS PUBLICAS		45.593.060,95	45.593.060,95
04 128	FORMACAO DE RECURSOS HUMANOS		4.115.373,49	4.115.373,49
04 128 084	POLITICAS DE INTEGRACAO, REGIONALIZACAO E INOVACAO		4.115.373,49	4.115.373,49
04 128 084 4204	APOIO TECNICO AOS MUNICIPIOS PARA PROMOCAO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL		4.115.373,49	4.115.373,49
08	ASSISTENCIA SOCIAL		7.973.494,27	7.973.494,27
08 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		7.973.494,27	7.973.494,27
08 244 071	FORTALECIMENTO DO SISTEMA UNICO DE ASSISTENCIA SOCIAL - SUAS		7.973.494,27	7.973.494,27
08 244 071 2134	ASSESSORAMENTO A POLITICA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		7.973.494,27	7.973.494,27
11	TRABALHO		39.727.996,80	39.727.996,80
11 334	FOMENTO AO TRABALHO		24.951.023,49	24.951.023,49
11 334 066	POLITICAS DE TRABALHO E EMPREGO		17.961.149,55	17.961.149,55
11 334 066 4153	ASSESSORAMENTO DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR		6.011.466,98	6.011.466,98
11 334 066 4154	FOMENTO PARA ECONOMIA POPULAR SOLIDARIA E PROMOCAO DA INCLUSAO PRODUTIVA		2.249.422,23	2.249.422,23
11 334 066 4157	FOMENTO A INCLUSAO PRODUTIVA DE MULHERES		9.700.260,34	9.700.260,34
11 334 083	POLITICAS DE PROMOCAO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL - PERCURSOS GERAIS: TRAJETORIA PARA AUTON		6.989.873,94	6.989.873,94
11 334 083 4412	ACESSO AO TRABALHO E A RENDA		6.989.873,94	6.989.873,94
11 363	ENSINO PROFISSIONAL		14.776.973,31	14.776.973,31
11 363 067	REDE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO PROFISSIONAL		14.776.973,31	14.776.973,31
11 363 067 4158	QUALIFICACAO PROFISSIONAL		14.776.973,31	14.776.973,31
14	DIREITOS DA CIDADANIA		36.502.712,37	36.502.712,37
14 306	ALIMENTACAO E NUTRICAO		4.278.107,23	4.278.107,23
14 306 074	SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL PARA TODOS OS POVOS DO TERRITORIO MINEIRO		4.083.570,15	4.083.570,15
14 306 074 2033	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MINAS GERAIS - SISAN MG		2.606,51	2.606,51
14 306 074 4196	APOIO, FOMENTO E ARTICULACAO DE ACOES, PROJETOS E PROGRAMAS RELATIVOS A TEMATICA DE SEGURANCA ALIMEN		3.637.835,60	3.637.835,60
14 306 074 4197	APOIO A POLITICA ESTADUAL DE SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTAVEL VOLTADA AS ACOES DESENVOL		443.128,04	443.128,04
14 306 083	POLITICAS DE PROMOCAO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO RURAL - PERCURSOS GERAIS: TRAJETORIA PARA AUTON		194.537,08	194.537,08
14 306 083 4416	RAIZES DE MINAS		194.537,08	194.537,08
14 422	DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS		32.224.605,14	32.224.605,14
14 422 070	POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS		30.417.100,42	30.417.100,42
14 422 070 4171	IMPLEMENTACAO E MANUTENCAO DOS CENTROS DE REFERENCIA EM DIREITOS HUMANOS		2.000.000,00	2.000.000,00
14 422 070 4173	PROGRAMA DE PROTECAO A VITIMAS E TESTEMUNHAS AMEACADAS - PROVITA		352.799,46	352.799,46
14 422 070 4174	PROMOCAO, PROTECAO E REPARACAO DE DIREITOS HUMANOS		3.212.973,59	3.212.973,59
14 422 070 4176	PROGRAMA DE PROTECAO AOS DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS - PPDDH		3.525.731,54	3.525.731,54
14 422 070 4177	PROGRAMA DE PROTECAO A CRIANCAS E ADOLESCENTES AMEACADOS DE MORTE - PPCAAM		7.154.413,68	7.154.413,68
14 422 070 4178	MANUTENCAO E APOIO AOS ORGAOS COLEGIADOS DE DIREITOS HUMANOS		3.588.136,83	3.588.136,83
14 422 070 4181	OPERACIONALIZACAO DOS SERVICOS DE TRADUCAO E INTERPRETACAO DE LIBRAS		145.514,50	145.514,50
14 422 070 4182	MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS E POLITICAS DE DIREITOS HUMANOS		10.437.530,82	10.437.530,82
14 422 086	POLITICA DOS DIREITOS DAS MULHERES		1.807.504,72	1.807.504,72
14 422 086 4414	ENFRENTAMENTO A VIOLENCIA DOMESTICA E INTRAFAMILIAR CONTRA AS MULHERES		1.097.893,24	1.097.893,24
14 422 086 4415	PROMOCAO, DEFESA E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES		709.611,48	709.611,48
16	HABITACAO		303.161,10	303.161,10

CÓDIGO	TÍTULO	PROJETOS	ATIVIDADES	TOTAL
16 122	ADMINISTRACAO GERAL		168.866,47	168.866,47
16 122 073	MORADAS GERAIS		168.866,47	168.866,47
16 122 073 4184	APOIO AOS MUNICIPIOS NA IMPLEMENTACAO DA POLITICA HABITACIONAL E NA ELABORACAO E REVISAO DE PLANOS L		168.866,47	168.866,47
16 244	ASSISTENCIA COMUNITARIA		134.294,63	134.294,63
16 244 073	MORADAS GERAIS		134.294,63	134.294,63
16 244 073 4185	APOIO A PRODUCAO E A AQUISICAO DE UNIDADES HABITACIONAIS		134.294,63	134.294,63
27	DESPORTO E LAZER		52.958.635,71	52.958.635,71
27 366	EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		16.087.387,21	16.087.387,21
27 366 069	FOMENTO AO ESPORTE, A ATIVIDADE FISICA E AO LAZER		16.087.387,21	16.087.387,21
27 366 069 4168	PROMOCAO DOS JOGOS ESCOLARES DE MINAS GERAIS		16.087.387,21	16.087.387,21
27 811	DESPORTO DE RENDIMENTO		2.352.149,21	2.352.149,21
27 811 069	FOMENTO AO ESPORTE, A ATIVIDADE FISICA E AO LAZER		2.352.149,21	2.352.149,21
27 811 069 4169	BOLSA ATLETA E BOLSA TECNICO		2.352.149,21	2.352.149,21
27 812	DESPORTO COMUNITARIO		31.628.744,53	31.628.744,53
27 812 069	FOMENTO AO ESPORTE, A ATIVIDADE FISICA E AO LAZER		31.628.744,53	31.628.744,53
27 812 069 4163	PROMOCAO DOS JOGOS DO INTERIOR DE MINAS		1.089.461,12	1.089.461,12
27 812 069 4166	PROMOCAO DO ESPORTE EDUCACIONAL COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		4.643.050,97	4.643.050,97
27 812 069 4167	APOIO A GESTAO ESPORTIVA		1.785.870,42	1.785.870,42
27 812 069 4170	APOIO A REALIZACAO DE ACOES ESPORTIVAS		23.726.078,80	23.726.078,80
27 812 069 4514	PROMOCAO DO ESPORTE DE PARTICIPACAO E RENDIMENTO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		384.283,22	384.283,22
27 813	LAZER		2.890.354,76	2.890.354,76
27 813 069	FOMENTO AO ESPORTE, A ATIVIDADE FISICA E AO LAZER		2.890.354,76	2.890.354,76
27 813 069 4164	PROJETOS VIABILIZADOS PELA LEI ESTADUAL DE INCENTIVO AO ESPORTE		2.403.162,21	2.403.162,21
27 813 069 4165	GESTAO DO ICMS ESPORTIVO		487.192,55	487.192,55
TOTAL			192.351.891,57	192.351.891,57

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:00:37 -03'00'

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CÓDIGO	TÍTULO	PROCESSADOS	RPNP EM LIQUIDAÇÃO	NÃO PROCESSADOS	SALDO EM 31/12/2024
1481	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	11.349.166,20	938.760,96	40.807.530,22	53.095.457,38
TOTAL		11.349.166,20	938.760,96	40.807.530,22	53.095.457,38

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:01:38 -03'00'

1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 17 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	SALDO ANTERIOR	INSCRIÇÕES	BAIXAS	SALDO ATUAL
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	6.453,94	269.923,75	271.733,28	4.644,41
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	3.285,92	25.855,62	25.922,63	3.218,91
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	39.666.749,99	78.322.729,19	108.321.754,85	9.667.724,33
	DO EXERCÍCIO DE 2024	0,00	68.032.008,70	59.976.004,03	8.056.004,67
	DO EXERCÍCIO DE 2023	38.946.547,71	10.290.720,49	48.341.143,45	896.124,75
	DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2023/OUTRAS	720.202,28	0,00	4.607,37	715.594,91
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	616.228,82	3.020.646,39	2.994.032,73	642.842,48
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.262.956,26	31.560.319,45	61.210.936,20	2.612.339,51
6.3.8.1	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	24.204.233,28	30.512.080,29	13.908.783,35	40.807.530,22
TOTAL		96.759.908,21	143.711.554,69	186.733.163,04	53.738.299,86

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.12 09:01:09 -03'00'

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CERTIFICADO

CNPJ DO ÓRGÃO: 05.465.167/0001-41

ANEXO III

ART. 5º, II, DA DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025

Item 18 - Conciliação bancária

a) Certificação do responsável pela administração das contas bancárias e do dirigente máximo, identificado nos termos do art. 3º desta Decisão Normativa, de que as contas bancárias declaradas representam fiel e integralmente aquelas que estão sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada;

Certifico que as contas bancárias declaradas representam fiel e integralmente aquelas que estão sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada.

Ailana Cristine Rodrigues

Responsável pela Contabilidade

Alessandra Diniz Portela Silveira

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social

Documento assinado eletronicamente por **Ailana Cristine Rodrigues**, **Servidor (a) Público (a)**, em 26/03/2025, às 09:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Diniz Portela Silveira**, **Secretário(a) de Estado**, em 28/03/2025, às 13:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109180681** e o código CRC **129188DC**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001733/2025-24 SEI nº 109180681

CONCILIAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA BANCOS CONTA MOVIMENTO

UNIDADE JURISDICIONADA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA					CONCILIAÇÃO				
Banco	**Agência**	**Nº da conta**	**Tipo de conta[1]**	**Finalidade/ Aplicação[2]**	**Saldo extrato bancário (a)**	**Saldo contábil (b)**	**Conta contábil[3]**	**Diferença (a-b)**	**Justificativa para a dife**
001	1615-2	25818-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do TE 20244390017	797.899,94	760.000,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	37.899,94	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
001	1615-2	6802-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 0007/2006 - SPPE/SEDESE	0,00	43.091,95	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.245,36	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Aplicação financeira / Poupança		44.337,31				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17592-7	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 774342 - MTE/SPPE/CODEFAT 008/2012	0,00	66.910,56	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	-57.577,84	Pendência de registro da quita escritural no SIAFI, pois houvera realizados via plataforma SI refletiram nas contas co
			Aplicação financeira / Poupança		9.332,72				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17615-X	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 776531/2012 - MTE/SPPE/CODEFAT 100/2012	25.662,40	18.226,02	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	7.436,38	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17987-6	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 791880/2013- MTE/SENAES	0,00	78.592,38	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	-15.232,53	1 - Saldo da conta contabil 1 APLICACOES FINANCEIRAS, n 186.813,81; Transferência recebida em 25/0 de R$ 54.825,46 não regularizad 2024; escritural pendente de registro, 256.871,80 (-).
			Aplicação financeira / Poupança		0,00				
			Corrente		63.359,85				
			Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Conta para pagamento de	31.929,91		1.1.1.1.1.02 -		Pendências de pagamentos relati de entrada, especificamente re

001	1615-2	20729-2	Aplicação financeira / Poupança	tributos dos diversos convênios OBTV - SEDESE	34.471,60	22.056,19	BANCOS CONTA MOVIMENTO	44.345,32	tributos para os quais não existi execução na plataforma SICON municipal).
			Corrente		0,00				
001	1615-2	21276-8	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 817319/2015	0,00	66.711,02	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.932,42	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Aplicação financeira / Poupança		68.643,44				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22493-6	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 004/2019 PROVITA	338.476,69	25.702,89	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	312.773,80	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23209-2	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 904604/2020 PPDDH	127.101,18	0,01	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	127.101,17	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23688-8	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 919052/2021	2.429,43	2.040,82	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	388,61	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
001	1615-2	25000-4	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 951590/2023	239.585,85	236.875,79	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.710,06	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1. FINANCEIRAS
			Corrente		0,00				
104	00935-0	71060-4	Conta Fundo de Investimento	Execução de despesas do convênio nº 857218/2017	0,00	198.474,96	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	-198.474,96	Saldo financeiro devolvido em Se Saldo contábil não regularizado 2024. (conta bancária já er
			Conta Corrente		0,00				
001	1615-2	21775-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 844196/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2023. Saldo contábil re exercício de 2024
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22429-4	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 879160/2018	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financ regularizado no exercício

			Corrente		0,00		MOVIMENTO		
001	1615-2	22648-3	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 888957/2019	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financ regularizado no exercício
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23400-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio PPCAAM/2021	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo finance exercício de 2024
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23297-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 904614/2020	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2023. Saldo contábil re exercício de 2024
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22488-X	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 835681/2016	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2023. Saldo contábil re exercício de 2024
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22711-0	Corrente	Execução de despesas do convênio nº 8655316/2019 PPDDH/MG	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo contábil lastro financeiro regularizado n 2024.
001	1615-2	25446-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 013/2024 PPDDH-MG 2024	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo finance exercício de 2024
			Corrente		0,00				
104	935-0	71056-6	Conta Fundo de Investimento	Execução de despesas do convênio nº 861890/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
			Conta Corrente		0,00				
104	935-0	71057-4	Poupança	Execução de despesas do convênio nº 843853/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2023. Saldo contábil re exercício de 2024
104	935-0	71058-2	Conta Fundo de Investimento	Execução de despesas do convênio nº 843959/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
			Conta Corrente		0,00				
104	935-0	71059-0	Conta Fundo de Investimento	Execução de despesas do convênio nº 843807/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
			Conta Corrente		0,00				

104	935-0	71061-2	Conta Corrente	Execução de despesas do convênio nº 857220/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
104	935-0	71062-0	Poupança	Execução de despesas do convênio nº 839627/2016	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
104	935-0	71081-7	Conta Fundo de Investimento	Execução de despesas do convênio nº 839625/2016	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financei ano de 2022. Saldo contábil re exercício de 2024
			Conta Corrente		0,00				
001	1615-2	21151-6	Corrente	SEDESE/REPASSE LEI PELE - FTE 38	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Conta banc arrecadadora. Última moviment em Fevereiro de 20
001	1615-2	22788-9	Corrente	EMG/SEESP/LEI PELE	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Conta banc arrecadadora.
TOTAL					**1.783.230,32**	**1.518.682,59**	**-**	**264.547,73**	

OBSERVAÇÃO

De acordo com o § 1º, art. 10, do Decreto nº 39.874 de 03/09/1998 - Unidade Tesouraria: *"as contas arrecadadoras referidas no "caput" deste artigo receberão exclusivamente depósito Superintendência Central de Administração Financeira pela própria instituição financeira."*

[1] - Informação sobre o tipo de conta: corrente ou aplicação financeira
[2] - Informação sobre a finalidade/aplicação dos recursos da conta. Ex. execução de despesas da unidade, execução de despesas do convênio nº/ano
[3] - Identificação do código da conta contábil na qual os valores estão registrados

CONCILIAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA APLICAÇÕES FINANCEIRA

UNIDADE JURISDICIONADA: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA					CONCILIAÇÃO				
Banco	Agência	Nº da conta	Tipo de conta[1]	Finalidade/ Aplicação[2]	Saldo extrato bancário (a)	Saldo contábil (b)	Conta contábil[3]	Diferença (a-b)	Justificativa para a diferença
001	1615-2	25818-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do TE 20244390017	797.899,94	760.000,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	37.899,94	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
001	1615-2	6802-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 0007/2006 - SPPE/SEDESE	0,00	1.245,36	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	43.091,95	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Aplicação financeira / Poupança		44.337,31				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17592-7	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 774342 - MTE/SPPE/CODEFAT 008/2012	0,00	5.491.909,26	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	-5.482.576,54	Pendência de registro da quitação financeira escritural no SIAFI, pois houveram pagamentos realizados via plataforma SICONV e não refletiram nas contas contábeis.
			Aplicação financeira / Poupança		9.332,72				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17615-X	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 776531/2012 - MTE/SPPE/CODEFAT 100/2012	25.662,40	7.436,38	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	18.226,02	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
001	1615-2	17987-6	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 791880/2013- MTE/SENAES	0,00	186.813,81	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	-123.453,96	1 - Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO, no valor de R$ 78.592,38; 2 - Transferência recebida em 25/08/2023, no valor de R$ 54.825,46 não regularizada no exercício de 2024; 3 - Quitação escritural pendente de registro, no valor de R$ 256.871,80 (-).
			Aplicação financeira / Poupança		0,00				
			Corrente		63.359,85				
			Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Conta para pagamento de	31.929,91		1.1.1.1.1.10 -		Pendências de pagamentos relativos à convênios de entrada, especificamente

001	1615-2	20729-2	Aplicação financeira / Poupança	tributos dos diversos convênios OBTV - SEDESE	34.471,60	22.056,19	APLICACOES FINANCEIRAS	44.345,32	recolhimento de tributos para os quais não existia suporte para execução na plataforma SICONV (ex: ISSQN municipal).
			Corrente		0,00				
001	1615-2	21276-8	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 817319/2015	0,00	1.932,42	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	66.711,02	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Aplicação financeira / Poupança		68.643,44				
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22493-6	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 004/2019 PROVITA	338.476,69	312.773,80	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	25.702,89	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23209-2	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 904604/2020 PPDDH	127.101,18	127.101,17	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,01	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
001	1615-2	23688-8	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 919052/2021	2.429,43	388,61	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	2.040,82	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
001	1615-2	25000-4	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 951590/2023	239.585,85	2.710,06	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	236.875,79	Saldo da conta contabil 1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO
			Corrente		0,00				
104	00935-0	71060-4	Aplicação financeira	Execução de despesas do convênio nº 857218/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há pendência entre o saldo bancário e o saldo da conta 1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS
001	1615-2	21775-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 844196/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro devolvido no ano de 2023. Saldo contábil regularizado no exercício de 2024.
			Corrente		0,00				
001	1615-2	22429-4	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal	Execução de despesas do convênio nº 879160/2018	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro e contábil regularizado no exercício de 2024.
			Corrente		0,00				

001	1615-2	22648-3	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal Corrente	Execução de despesas do convênio nº 888957/2019	0,00 0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro e contábil regularizado no exercício de 2024.
001	1615-2	23400-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal Corrente	Execução de despesas do convênio PPCAAM/2021	0,00 0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro utilizado no exercício de 2024.
001	1615-2	23297-1	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal Corrente	Execução de despesas do convênio nº 904614/2020	0,00 0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro devolvido no ano de 2023. Saldo contábil regularizado no exercício de 2024.
001	1615-2	22488-X	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal Corrente	Execução de despesas do convênio nº 835681/2016	0,00 0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro devolvido no ano de 2023. Saldo contábil regularizado no exercício de 2024.
001	1615-2	22711-0	Aplicação financeira / Investimentos Fundo-Mensal Corrente	Execução de despesas do convênio nº 8655316/2019 PPDDH/MG	0,00 0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Saldo contábil/escritural sem lastro financeiro regularizado no exercício de 2024.
104	935-0	71057-4	Poupança	Execução de despesas do convênio nº 843853/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro devolvido no ano de 2023. Saldo contábil regularizado no exercício de 2024.
104	935-0	71061-2	Conta Corrente	Execução de despesas do convênio nº 857220/2017	0,00	0,00	1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	Não há diferença. Saldo financeiro devolvido no ano de 2022. Saldo contábil regularizado no exercício de 2024.
001	1615-2	21151-6	Corrente	SEDESE/REPASSE LEI PELE - FTE 38 (Conta do tipo arrecadadora)	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Última movimentação financeira em Fevereiro de 2023.
001	1615-2	22788-9	Corrente	EMG/SEESP/LEI PELE (Conta do tipo arrecadadora)	0,00	0,00	1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	Não há diferença. Conta bancária do tipo arrecadadora.
TOTAL					**1.783.230,32**	**6.914.367,06**	**-**	**-5.131.136,74**	

OBSERVAÇÃO

De acordo com o § 1º, art. 10, do Decreto nº 39.874 de 03/09/1998 - Unidade Tesouraria: *"as contas arrecadadoras referidas no "caput" deste artigo receberão exclusivamente depósitos, tendo s*
da Superintendência Central de Administração Financeira pela própria instituição financeira."

[1] - Informação sobre o tipo de conta: corrente ou aplicação financeira
[2] - Informação sobre a finalidade/aplicação dos recursos da conta. Ex. execução de despesas da unidade, execução de despesas do convênio nº/ano
[3] - Identificação do código da conta contábil na qual os valores estão registrados

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA				
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**			
2 - AGÊNCIA	**1615-2**			
3 - CONTA CORRENTE	**25.818-0**			
3 - CONVÊNIO Nº	**TE 20244390017**	**MINISTERIO DA FAZENDA**		
	SIAFI	**9447476**	**2024**	FONTE 98

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**797.899,94**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**797.899,94**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**37.899,94**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal- PCASP 1.1.1.1.1.02	**760.000,00**
1480062 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal	**0,00**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**797.899,94**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
19/12/2024 - Transferencia recebida: 760.000,00 Número Arrecadação SIAFI: 633/2024	0,00
Rendimento de Aplicação - 12/2024: 37.899,94 Número Arrecadação SIAFI: 634/2024	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**797.899,94**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio MASP: 1.481.132-7 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº TE 20244390017
Conta nº 25.818-0
REF.: dez/24

OBJETO:	Transferência Especial para perfuração de poços artesianos em municípios do Norte do estado, através do IDENE.	
CÓDIGO SIGCON	TE 20244390017	
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	760.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	-
VALOR TOTAL:	R$	760.000,00
SIAFI		9447476

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**760.000,00**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	760.000,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**37.899,94**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	37.899,94
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	0,00
TOTAL	**797.899,94**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	797.899,94
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**797.899,94**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**0,00**
NÍVEL 52	**0,00**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato de Conta Corrente

G334061742458043011
06/01/2025 18:03:40

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	25818-0 TRANSF ESPECIAIS-1023
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
26/11/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
19/12/2024		1615	99015	870 Transferência recebida	551.615.000.025.321	760.000,00 C	
				19/12 13:40 TRANSF ESPECIAIS-MG			
19/12/2024		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	760.000,00 D	0,00 C
				BB RF Curto Prazo Automático			
20/12/2024		1615	99015	870 Transferência recebida	551.615.000.025.321	36.071,63 C	
				20/12 14:15 TRANSF ESPECIAIS-MG			
20/12/2024		0000	00000	271 BB-APLIC C.PRZ-APL.AUT	1.972	36.071,63 D	0,00 C
				BB RF Curto Prazo Automático			
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G334061742458043008
06/01/2025 17:57:44

Cliente

Agência	1615-2
Conta	25818-0 TRANSF ESPECIAIS-1023
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IR	Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	0,00						
19/12/2024	APLICAÇÃO	760.000,00				576.747,913532	1,317733419	576.747,913532
20/12/2024	APLICAÇÃO	36.071,63				27.364,945841	1,318169245	604.112,859373
31/12/2024	SALDO ATUAL	797.899,94				604.112,859373		604.112,859373

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	0,00
APLICAÇÕES (+)	796.071,63
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.828,31
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.828,31
SALDO ATUAL =	797.899,94

Valor da Cota

29/11/2024	1,311811714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,6836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE/FEAS/SUBAS** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS	

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**	
3 - CONTA CORRENTE	**6802-0**	
3 - CONVÊNIO Nº	**plurianual**	**2010**
	SIGCON 6328	**Fonte 24**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**44.085,96**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**44.337,31**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**44.337,31**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**1.245,36**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	43.091,95
Saldo Descentralizado **1480061**	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**44.337,31**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento de aplicação - 12/2024	
Número Arrecadação no SIAFI: 626- valor de R$251,35	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**44.337,31**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Conciliar convênio para solicitar ajuste de nivel auxiliar, pois o compensando está com saldo a menor que o disponivel.

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025	
Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473015
02/01/2025 15:02:31

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	6802-0 CONVENIO PLURIANUAL UNICO
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
11/07/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792047
02/01/2025 16:52:10

Cliente

Agência	1615-2
Conta	6802-0 CONVENIO PLURIANUAL UNICO
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

GOVERNO

Consultas - Poupança

G335021635926792020
02/01/2025 16:41:01

51 - POUPANÇA-OURO
DIÁRIA
Saldo: 44.337,31 C

Agência / Conta	1615-2 / 6802-0
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO PLURIANUAL UNICO

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
30/11/2024			Saldo anterior					44.085,96 C
10/12/2024	11/12/2024	11/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			30,77 C	
10/12/2024	11/12/2024	11/11	737 Juros	1615-2			220,58 C	

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	44.337,31 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11 44.337,31	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL — **CÓDIGO U.O 1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**		
2 - AGÊNCIA	**1615-2**		
3 - CONTA CORRENTE	**17.592-7**	TEM/SINE	OBTV
3 - CONVÊNIO Nº	**774342/2012**		
	SIGCON	**9001807**	**FONTE 10**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**9.279,81**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**9.332,72**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	-91.272,65
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**-81.939,93**

CONCILIAÇÃO SIAFI

Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**5.491.909,26**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**66.910,56**
Saldo Descentralizado **1480002 - Autenticação**	**0,00**
Saldo Descentralizado **1480097 - Autenticação**	**0,00**
Saldo Descentralizado **1480097 - conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02**	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**5.558.819,82**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
(-) Quitação financeira Escritural não contabilizada	-165.351,96
(-) Transferências Financeiras Cheque realizadas em 10/2022 para realizar Quitações na conta 10966-5	32.227,83
(-) Devolução a união não realizada a QFE em 03/09/2019	-5.517.416,22
(+) Gru não compensada TFC nº 17 07/10/2019 - não compensada - pois foi feita escrituralmente - ajustar nivel auxiliar	3.296,52
(-) Quitação financeira Escritural não contabilizada - junho/2017 - QFE 207 R$ 50,88 a mais e QFE 206 R$ 52,08 - feitas a mais NF 10985 e 11011 - CNPJ 07708872/0001-58 - SMA	102,96
(-) Ajuste a identificar saldo	-1,01
Rendimento não Contabilizado	
25 / 09 09 000028 ARRECADACAO DA RECEITA (Cancelada)	1.586,67
25 / 09 09 000074 ARRECADACAO DA RECEITA (cancelada)	1.592,56
25 / 09 09 000111 ARRECADACAO DA RECEITA(cancelada)	1.598,48
25 / 09 09 000143 ARRECADACAO DA RECEITA(cancelada)	1.604,42
Rendimento de Aplicação ref mês 12/2024	
Número de Arrecadação no SIAFI: 613 - valor de R$52,91	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**-81.939,93**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

QFE's canceladas em dezembro e registradas em períodos anteriores

Nº 270	12,64
Nº 276	50,85
Total	63,49

QFE's nº 1 e 2 - competência 11/2014 - realizadas em 26/07/2018 - reduzindo o valor anterior de R$ 652.818,57

Conta com bloqueio judicial no valor de R$ 19.646,40 desde 21/11/2018 - apropriada - já recomposta - 14/08/2019

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2024

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

BLOQUEIO JUDICIAL					
PROCESSO	AUTOR(A	RÉU	ALO	ASSUNTO	
0388.16.001595-3	O PEREIR	DE MINA	###	MENTO DE MEDICA	nlc 10/2019
0388.16.001035-0	XAVIER F	DE MINA	###	MENTO DE MEDICA	nlc 08/2019
0388.14.001724-4	DAS DORE	DE MINA	###	MENTO DE MEDICA	nlc 09/2019
0388.18.001550-4	CIDA JAN	DE MINA	###	TUTELA ESPECÍFICA	nlc 07/2019
0388.17.002105-8	RIBEIRO	DE MINA	907	MENTO DE MEDICA	nlc 06/2019
0388.18.002005-8	E PINTO F	DE MINA	###	MENTO DE MEDICA	nlc 05/2019 - R$ 6.168,05 restante na c/c 6802-0
0388.14.001822-6	UGUSTO A	DE MINA	375	MENTO DE MEDICA	nlc 04/2019

1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENT Vr

040010161520000000175927(1E+06 ###
040010161520000000175927(1E+06 ###
040010161520000000207292(1E+06 ###
040010161520000000175927(1E+06 ###
040010161520000000207292(1E+06 ###

1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS

040010161520000000175927(1E+06 ###
040010161520000000175927(1E+06 ###
040010161520000000175927(1E+06 ###

###

NFCAEQ72 Estado de Minas Gerais PRODEMGE
VFCAEQ72 S I A F I - MG 05.08.2019
X0159942 Consulta Extrato Conta Contabil 11:19
UE: 1480002 8N62
Ano Exercicio: 2019 Periodo: 01 / 07 / 2019 a 31 / 07 / 2019 Pag.: 01 / 002
Unid.Executora: 1480097 - SETE/SGE/1580009
Unid.Orcamentaria: 1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESEN Tipo Saldo: DEVEDOR
Conta: 11102040000 - RECURSOS DE CONVENIOS

Nivel Auxiliar: 00101615200000000175927

Saldos: Anterior: 1.770,56 D Ate Periodo: 8.075,10 D

UE Orig	Dia/Mes Regist.	Mes Cont.	Nr.D	Tipo Movimentaca	Valor	D/C
1480002	23/jul	7	18	DESCENTRALIZA	10.769,71	D
1480002	26/jul	7	19	DESCENTRALIZA	57.012,31	D
1480097	26/jul	7	1	QUITACAO FINAN	5.385,34	C
1480097	26/jul	7	2	QUITACAO FINAN	7.447,24	C
1480097	26/jul	7	3	QUITACAO FINAN	10.769,71	C
1480097	26/jul	7	4	QUITACAO FINAN	25.810,11	C
1480097	26/jul	7	5	QUITACAO FINAN	18.369,62	C
1480002	29/jul	7	20	DESCENTRALIZA	57.484,06	D
1480097	29/jul	7	6	QUITACAO FINAN	51.179,52	C
1480002	30/jul	7	21	DESCENTRALIZA	1.641,76	D
1480097	30/jul	7	7	QUITACAO FINAN	1.641,76	C

Valores não contabilizados
0,00

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792043
02/01/2025 16:49:57

Cliente

Agência	1615-2
Conta	17592-7 CONVENIO774342/2012
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

GOVERNO

Consultas - Poupança

G335021457551473030
02/01/2025 15:16:45

51 - POUPANÇA-OURO
DIÁRIA
Saldo: 9.332,72 C

Agência / Conta	1615-2 / 17592-7
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO774342/2012

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
30/11/2024			Saldo anterior					9.279,81 C
12/12/2024	13/12/2024	13/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			6,48 C	
12/12/2024	13/12/2024	13/11	737 Juros	1615-2			46,43 C	

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	9.332,72 C

Saldos por dia base	Valor
Bloqueio Por Tempo Indetermin	7.027,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13 9.332,72	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A	
2 - AGÊNCIA	1615-2	
3 - CONTA CORRENTE	17615-X	
3 - CONVÊNIO Nº	776531/2012	EMG/SEDESE/MDS
	SIGCON	9002459

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**25.440,29**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**25.662,40**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**25.662,40**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**7.436,38**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**18.226,02**
Saldo Descentralizado na U.E **1480098**	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**25.662,40**

Valores não Considerados pela Contabilidade			
(-) Quitação Financeira Pendente	abr/14	emp 329 - 1480098 (RP cancelado) - Iniciativa Global - fte 24	0,00
(-) Quitação Financeira Pendente	abr/14	emp 329 - 1480098 (RP cancelado) - Iniciativa Global - fte 24	0,00
(-) sem quitação financeira no SIAFI	ago/14	Devolução a União referente a erro de execução (iniciativa Global)	0,00
Bloqueio Judicial 13/08/2019 - Solicitar aporte			-1.791,00
Bloqueio Judicial 13/08/2019 - Solicitar aporte			1.791,00
Bloqueio Judicial 30/04/2020			-13.200,00
Desbloqueio Judicial 07/05/2020			13.200,00
Rendimento não Contabilizado			
Rendimento de aplicação 12/2024			
Número de Arrecadação no Siaf: 617 e 618 - valor de R$222,11			

TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**25.662,40**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Transferência financeira cheque nº 02 realizada em 05/06/2018 - valor de R$ 540,00 - ressarcimento à conta para cobrir QFE nº 80 feita em 22/11/2013 - Despesa paga na conta corrente 11081-7 e quitada nesta conta indevidamente.

Rateio Rendimento de Aplicação		
Fte 24	R$	-
Fte 10	R$	-

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Extrato de Conta Contábil	
Exercício:	**2018**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480002 - SEDESE/SPGF/DPOF**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO**

Tipo de Extrato: Mês -	**Julho**
Nível Auxiliar:	**51 - CONTROLE DE CONVENIO POR DOMICILIO BANCARIO E NR CONVENIO**
Conta Auxiliar:	**04001016152000000017615X2013059002459**
Tipo de Saldo:	**DEVEDOR**
Saldo Anterior:	**211.053,21 D**
Saldo Final:	**207.021,29 D**

UO Origem	UE Origem	Mês cont.	Data/Hora do I	Nº Documento	Tipo Movimentação	Valor	D/C
1481	1480002	7	04/07/2018 09::	3	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-36,68	C
1481	1480002	7	04/07/2018 10::	4	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-39,20	C
1481	1480002	7	04/07/2018 10::	5	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-8,96	C
1481	1480002	7	04/07/2018 15::	6	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-2,44	C
1481	1480002	7	04/07/2018 15::	7	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-43,68	C
1481	1480002	7	09/07/2018 13::	8	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-67,20	C
1481	1480002	7	09/07/2018 14::	9	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-50,40	C
1481	1480002	7	09/07/2018 14::	10	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-22,40	C
					Total	-270,96	

U.E	OP	Valor	Prefeitura
1480092	4	R$ 22,40	Urucania
1480098	5	R$ 50,40	Urucania
1480092	3	R$ 67,20	Sete Lagoas
1480098	4	R$ 43,68	Iturama
1480092	2	R$ 11,40	Santo Antônio do Grama
1480092	1	R$ 21,28	São Gonçalo do Rio Preto
1480098	3	R$ 8,96	São Gonçalo do Rio Preto
1480098	2	R$ 8,96	São Gonçalo do Rio Preto
1480098	1	R$ 36,68	São Gonçalo do Rio Preto
Total		R$ 270,96	

Extrato de Conta Contábil	
Exercício:	**2018**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480002 - SEDESE/SPGF/DPOF**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO**
Tipo de Extrato: Mês -	**Setembro**
Nível Auxiliar:	**52 - CONTROLE DE CONVENIO DOMICILIO BANC CONV FTE PROC CONTRAPARTIDA**
Conta Auxiliar:	**04001016152000000017615X2013059002459103**
Tipo de Saldo:	**DEVEDOR**
Saldo Anterior:	**4.921,42 D**
Saldo Final:	**0,00**

UO Origem	UE Origem	Mês cont.	Data/Hora do I	Nº Documento	Tipo Movimentação	Valor
1481	1480002	9	11/09/2018 16:	9	ANULACAO DE DESCENTRALIZACAO RECURSOS CONTA MOVI	53.649,77
9999	1910001	9	11/09/2018 16::	2722	NOTA DE AJUSTE CONTABIL	-56.460,34
9999	1910001	9	25/09/2018 15::	2731	NOTA DE AJUSTE CONTABIL	40.130,67
1481	1480002	9	26/09/2018 15::	25	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	13.261,14
1481	1480002	9	26/09/2018 15::	26	TRANSFERENCIA FINANCEIRA CHEQUE	-55.502,66

Extrato de Conta Contábil	
Exercício:	**2018**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480002 - SEDESE/SPGF/DPOF**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO**
Tipo de Extrato: Mês -	**Setembro**
Nível Auxiliar:	**51 - CONTROLE DE CONVENIO POR DOMICILIO BANCARIO E NR CONVENIO**
Conta Auxiliar:	**04001016152000000017615X2013059002459**
Tipo de Saldo:	**DEVEDOR**
Saldo Anterior:	**207.021,29 D**
Saldo Final:	**419.587,84 D**

UO Origem	UE Origem	Mês cont.	Data/Hora do I	Nº Documento	Tipo Movimentação	Valor
1481	1480002	9	11/09/2018 16:	10	ANULACAO DE DESCENTRALIZACAO RECURSOS CONTA MOVI	196.236,88
9999	1910001	9	11/09/2018 16::	2722	NOTA DE AJUSTE CONTABIL	56.460,34
9999	1910001	9	25/09/2018 15::	2731	NOTA DE AJUSTE CONTABIL	-40.130,67

Extrato de Conta Contábil	
Exercício:	**2018**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480098 - SETE/SFG/1580010**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO**
Tipo de Extrato: Mês -	**Setembro**
Nível Auxiliar:	**51 - CONTROLE DE CONVENIO POR DOMICILIO BANCARIO E NR CONVENIO**
Conta Auxiliar:	**04001016152000000017615X2013059002459**
Tipo de Saldo:	**DEVEDOR**
Saldo Anterior:	**196.236,88 D**
Saldo Final:	**0,00**

UO Origem	UE Origem	Mês cont.	Data/Hora do I	Nº Documento	Tipo Movimentação	Valor
1481	1480002	9	11/09/2018 16:	10	ANULACAO DE DESCENTRALIZACAO RECURSOS CONTA MOVI	-196.236,88

Extrato de Conta Contábil	
Exercício:	**2018**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480098 - SETE/SFG/1580010**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO**
Tipo de Extrato: Mês -	**Setembro**
Nível Auxiliar:	**52 - CONTROLE DE CONVENIO DOMICILIO BANC CONV FTE PROC CONTRAPARTIDA**
Conta Auxiliar:	**04001016152000000017615X2013059002459103**
Tipo de Saldo:	**DEVEDOR**

Saldo Anterior:	**53.649,77 D**
Saldo Final:	**0,00**

UO Origem	UE Origem	Mês cont.	Data/Hora do I	Nº Documento	Tipo Movimentação	Valor
1481	1480002	9	11/09/2018 16:	9	ANULACAO DE DESCENTRALIZACAO RECURSOS CONTA MOVI	-53.649,77

Acertos a serem feitos na c/c 17615-x convênio 9002459

10/04/2014	-240.000,00	OP	Liq.RP 2013/329 emp 329 DL - 2013/31 - 10.586.338/0001-20 - 1480098
23/04/2014	-34.320,00	OP	Liq.RP 2013/329 emp 329 DL - 2013/31 - 10.586.338/0001-20 - 1480098
13/08/2014	-19.732,85	Op	Devolução de recursos (funvale+Iniciativa Global)

Convênio nº 776531/2012
Conta nº 17615-X
REF.: Dezembro/2024

OBJETO:	O Estado de Minas Gerais , por meio das ações de educação profissional do Plano Nacional de Qualificação, busca viabilizar condições pra garantir a formação profissional dos trabalhadores com qualidade, a fim de atender as necessidades reais dos setores da economia local, bem como o aumento das chances de inserção e reinserção no mercado de trabalho, tendo como premissa a integração com a intermediação de mão de obra operacionalizada no âmbito do SINE	
CÓDIGO SIGCON		776531/2012
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	17.460.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	1.950.000,00
VALOR TOTAL:	R$	19.410.000,00
SIAF		9002459

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**26.721,09**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 - C/C 17615-x	18.226,02
NÍVEL AUXILIAR 52 -	0,00
NÍVEL AUXILIAR 51 - C/C 20729-2	8.495,07
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**7.436,38**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	6.326,07
NÍVEL AUXILIAR 52 -	1.110,31
TOTAL	**34.157,47**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	30.144,65
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	2.902,51
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**33.047,16**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**1.110,31**
NÍVEL 52	**1.110,31**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473012
02/01/2025 15:00:58

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	17615-X CONVENIO776531-2012
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
16/04/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792044
02/01/2025 16:50:33

Cliente

Agência	1615-2
Conta	17615-X CONVENIO776531/2012
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP GRIFO FIC - CNPJ: 43.617.404/0001-31

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	25.440,29			18.588,142533		
31/12/2024	SALDO ATUAL	25.662,40			18.588,142533		18.588,142533

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	25.440,29
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	222,11
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	222,11
SALDO ATUAL =	25.662,40

Valor da Cota

29/11/2024	1,368629859
31/12/2024	1,380579030

Rentabilidade

No mês	0,8730
No ano	10,1868
Últimos 12 meses	10,1868

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

GOVERNO DE MINAS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A	convênio	068/2013
2 - AGÊNCIA	1615-2	U.E	1480096
3 - CONTA CORRENTE	17.987-6		
3 - CONVÊNIO Nº	791880/2013	Empreendimento Econômico Solidário	
	SIGCON	9018575	OBTV

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**63.359,85**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**63.359,85**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**63.359,85**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**186.813,81**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**78.592,38**
Saldo Descentralizado na U.E **1480096**	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**265.406,19**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação mês 12/2024	**0,00**
25/08/2022 Transferência recebida - 25/08 1615 8888888-6 E S M GERAIS C	**54.825,46**
08/09/2022 - Emissão Ordem Bancária - Pendente de Quitação Financeira	**-256.871,80**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**63.359,85**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Depósito de contrapartida em 01/04/2014 R$55.575,00
Depósito do concedente em 14/05/2014 R$500.000,00 Minist. Do Trabalho e emprego
Depósito de contrapartida em 09/04/2019 R$ 22.230,00

Realizado ajuste na proporção para arrecadação de rendimentos. Os valores arrecadados foram realizados de acordo com a proporção fornecida pelo SICONV.

	Rateio %	0,00
Recurso Fonte 24	90	0,00
Recurso Fonte 10.3	10	0,00

Belo Horizonte, 06 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 791880/2013
Conta nº 17987-6
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Disseminar, promover e implementar ações que fomentem e fortaleçam os empreendimentos econômicos solidários (ESS) em municipios do Estado de Minas Gerais , além de sensibilizar, divulgar, promover e fortalecer as ações da economia solidária, através da participação em conferencias regionais e o fomento dos empreendimentos solidários com a aquisição de equipamentos e materiais permanentes.	
CÓDIGO SIGCON		791880/2013
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	1.000.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	111.150,00
VALOR TOTAL:	R$	1.111.150,00
SIAF		9018575

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**78.592,38**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51	77.474,38
NÍVEL AUXILIAR 52 -	1.118,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**186.813,81**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	177.863,42
NÍVEL AUXILIAR 52 -	8.950,39
TOTAL	**265.406,19**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	243.785,90
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	11.551,90
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**255.337,80**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**10.068,39**
NÍVEL 52	**10.068,39**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473013
02/01/2025 15:01:37

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	17987-6 CONVENIO791880-2013
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
25/07/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			63.359,85 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			63.359,85 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792045
02/01/2025 16:51:09

Cliente

Agência	1615-2
Conta	17987-6 CONVENIO791880/2013
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Consultas - Poupança

G335021635926792014
02/01/2025 16:39:06

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA
Saldo: 0,00 C

Agência / Conta	1615-2 / 17987-6
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO791880/2013

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	0,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA	
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A
2 - AGÊNCIA	1615-2
3 - CONTA CORRENTE	20729-2
3 - CONVÊNIO Nº	Autenticação
	SIGCON

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**95.956,20**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**66.401,51**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**66.401,51**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**22.056,19**
saldo descentralizado **1480098**	**0,00**
saldo descentralizado convênio 9001807 - **1480097**	**7.236,82**
saldo descentralizado **1480092**	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**29.293,01**
TFC 9001807 nº 06 24/09/2015	627,42
TFC SIAFI Recebidas - convênio 9001807 - 10/2015	20.928,59
TFC SIAFI Recebidas 9001807- 11/2015	3.201,22
TFC SIAFI 9001807 - 12/2015	35.797,65
TFC SIAFI 9001807 - 9001807 01/2016	7.095,47
TFC SIAFI 9002459 08/2016	38,64
TFC SIAFI 9002459 - cancelada em 07/2018	-38,64
TFC SIAFI 9001807 10/2016	2.108,10
TFC SIAFI 9001807 - 10/2016	1.774,74
TFC SIAFI 9002459 10/2016	5,04
TFC SIAFI 9002459 07/2018 - cancelada em 07/2018	-5,04
TFC SIAFI 9001807 10/2016	5.686,28
TFC SIAFI 9001807 06/2017	0,00
TFC SIAFI 9001807 07/2017	1.113,63
TFC SIAFI 9002457 - 10/2017	52.515,76
TFC SIAFI 9002457 - 10/2017	-52.515,76
TFC SIAFI 9053566 - 10/2017 - convênio mulheres emancipar	32.384,88
TFC SIAFI 9053566 - 10/2017 - convênio mulheres emancipar	-32.384,88
TFC SIAFI 9002459 - 07/2018	3.979,56
TFC SIAFI 9002459 - 07/2018	10.823,00
TFC SIAFI 9002459 - 09/2018	55.502,66
TFC SIAFI 9002459 - 09/2018	16.802,13
TFC SIAFI 9002459 - 09/2018	-83.031,75
TFC realizada SIAFI - 9002459 - 10/2018	10.074,98
TFC realizada SIAFI - 9002459 - 10/2018	651,98
TFC registrada em 07/2018 cancelada - 9002459 - 10/2018	-174,92
TFC realizada SIAFI - 9001807 - 12/2018	2.533,72
Arrecadação de receita - nº 350 - convênio 9002459	71,72
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 09/2015	-627,42
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 10/2015	-17.498,10
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 11/2015	-6.203,99

Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 12/2015	-32.386,82
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 01/2016	-13.760,32
Pagamentos realizados - convênio 9002459 - 08/2016 - TFC nº 4 realizada no banco em 03/09/2018 -	-23,52
Pagamentos realizados - convênio 9002459 - 10/2016 - saldo pendente de QFE - TFC realizada no banc	-20,16
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 10/2016	-2.108,10
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 10/2016	-1.774,74
Pagamentos realizados - convênio 9001807 - 11/2016	-5.686,28
Pagamento realizado - convênio 9001807 - registrado em 02/2017 e compensado em 06/2017	-1.113,63
Pagamento realizado - convênio 9001807 -06/2017	0,00
Pagamento realizado incorretamente na U.E 1480097 para convênio 9002459 - TFC não realizada na co	-16,80
Pagamento realizado - convênio 9001807	-652,62
Pagamento realizado - convênio 9002459 - 07/2018	-71,72
Pagamento realizado - convênio 9002459 - 07/2018	-203,76
Pendência de Pagamento - convênio 9001807	-12.798,32
Pendência de Pagamento - convênio 9002459	-16.494,69
Pagamento realizado a fornecedores em 13/08/2020	-662,55
Descentralização não realizada 10/2016 - convênio 9001807	**2.108,10**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Ordens bancárias recebidas 05/08/2014 - convênio 9002459	2.163,26
Ordens bancárias recebidas 09/2014- convênio 9002459	11.490,74
Ordens bancárias recebidas 11/2014- convênio 9002459	7.571,84
Ordens bancárias recebidas 12/2014- convênio 9002459	309,66
Ordens bancárias recebidas 09/2014 - convênio 9001807	38.359,01
Ordens bancárias recebidas 10/2014 - convênio 9001807	2.215,57
Ordens bancárias recebidas 11/2014 - convênio 9001807	12,69
Ordens bancárias recebidas 07/2015 - convênio 9001807	46.250,93
Ordens bancárias recebidas 08/2015 - convênio 9001807	30.392,32
Ordens bancárias recebidas 10/2014 - convênio 9002455	1.936,99
Ordem bancária recebida - convênio 818017/2015 - 09/11/2020	82.538,40
TFCs Não realizadas	
Ordens bancárias recebidas - convênio 9002455 - 11/09/2015 - TFC não realizada no SIAFI	2.161,64
Ordens bancárias recebidas - convênio 9001807 - 29/09/2015	240,42
Ordens bancárias recebidas - convênio 9001807 - 10/2015	18.736,73
Ordens bancárias recebidas - 12/2015 -9001807	1.551,33
TFC realizada - convênio 9001807 12/2015	-35.797,65
TFC realizada - convênio 9001807 01/2016	-7.095,47
TFC realizada - convênio 9001807 10/2016	-2.108,10
TFC realizada - convênio 9002459 08/2016	-38,64
TFC realizada - convênio 9002459 08/2016 - cancelada em 07/2018	38,64
TFC realizada - convênio 9002459 10/2016	-5,04
TFC realizada - convênio 9002459 10/2016 - cancelada em 07/2018	5,04
Ordens bancárias recebidas 17/12/2015 - convênio 9018575	149,43
Ordem bancária recebida - convênio 9002459 - 07/01/2016 - não realizado no SIAFI	83.031,75
Ordem bancária recebida - convênio 9002457 - 07/01/2016 - não realizado no SIAFI	52.515,76
Ordem bancária recebida - convênio 9002455 - 07/01/2016 - não realizado no SIAFI	330,58
TFC realizada 9002459 - 09/2018	-55.502,66
TFC realizada 9002459 - 09/2018	-16.802,13
TFC realizada 9002459 - 09/2018 *não realizada da conta do convênio para conta de autenticação	83.031,75
Ordem bancária recebida - convênio 9001807 10/2016 - 06/201/2016	1.774,74
TFC realizada 10/2016 - convênio 9001807	-1.774,74
Ordem bancária recebida - convênio 9001807 10/2016 - 06/10/2016	2.108,10
TFC realizada 10/2016 - convênio 9001807	-2.108,10
Ordem bancária recebida - convênio 9001807 - 22/11/2016	1.113,63
TFC realizada em 07/2017 - convênio 9001807	-1.113,63
Ordem bancária recebida - convênio 9001807 - 23/11/2016	5.686,28
TFC realizada 11/2016 - convênio 9001807	-5.686,28
Ordens bancárias recebidas - convênio 9001807 - 11/04/2017	2.569,31
TFC realizada incorretamente para o convênio 9001807 em 06/2017	-2.569,31
TED - Crédito em conta convênio - 791185/2013 - Mulheres emancipar - não realizado no SIAFI	32.384,88
Transferência realizada - convênio 791185/2013	-32.384,88
Ordens bancárias recebidas - convênio 9001807 - 07/2017	10.756,92
TFC SIAFI 9001807 - 12/2017	-10.576,92
TFC SIAFI 9001807 - 12/2017	-180,00
TFC realizada SIAFI 9002459 - 07/2018	-3.979,56
TFC realizada SIAFI - 9002459 - 07/2018	-10.823,00
TFC realizada SIAFI - 9002459 - 10/2018	-10.074,98
TFC realizada SIAFI - 9002459 - 10/2018	-651,98
TFC registrada em 07/2018 cancelada - 9002459 - 10/2018	174,92
TFC realizada em 12/2018 - 9001807	-2.533,72
Resgate Poupança	20.103,93
Pagamento realizado - convêio 9002459 008/2014	-2.163,26

Pagamentos realizados - não especificados 09/2014	-2.145,95
Pagamentos realizados - não especificados 11/2014	-19.746,51
Pagamentos realizados -12/2014 - 9002459	-1.322,75
Pagamentos realizados - não especificados 07/2015	-25.583,17
Pagamentos realizados - não especificados 08/2015	-15.652,76
Pagamentos realizados - convênio 9002459 09/2014	-10.767,25
Transferência realizada - não identificada 20/11/2015	-5.917,84
Transferência realizada - não identificada 10/12/2015	-15.019,98
Transferência realizada - não identificada 18/12/2015	-3.019,37
Trasferência realizada convênio 9002459 - não realizada no SIAFI 31/10/2016	-83.031,75
Trasferência realizada convênio 9002457 - não realizada no SIAFI 31/10/2016	-52.515,76
Trasferência realizada convênio 9002455 - não realizada no SIAFI 31/10/2016	-330,58
04/03/2022 - Ordem Bancária 054651670001-41 CONVENIO776055/2012	339.910,65
Saque contra recibo não identificado 30/12/2015	-871,19
Saque contra recibo não identificado 19/01/2016	-192,52
Saque contra recibo não identificado - 08/03/2018	-214,10
Saque contra recibo não identificado - 10/03/2016	-375,56
Saque contra recibo não identificado - 29/09/2016	-157,92
Saque contra recibo não identificado - 29/09/2016	-627,18
Depósitos realizados	
Depósito realizado 09/09/2014	123,53
Depósito realizado 10/09/2014	15,12
Depósito realizado 17/09/2014	26,88
Depósito realizado 20/10/2014	0,01
Depoósitos realizados 19/11/2014	87,64
Depósitos realizados 08/03/2016	214,10
Depósito realizado 29/09/2016	98,56
Estorno de pagamento 03/11/2014	368,48
Poupança	
Transferência para poupança	-38.566,66
Saldo Poupança	37.191,86
Resgate de Poupança - 10/2014	-6.807,82
Resgate de Poupança - 11/2014	-8.225,79
Resgate de Poupança - 12/2014	0,00
Resgate de Poupança - 07/2015	-11.086,06
Resgate de Poupança - 06/2017	-16,80
Aplicação em poupança	574,22
Aplicação em poupança	662,55
Rendimento outubro/2014	217,94
Rendimento novembro/2014	177,52
Rendimento dezembro/2014	124,17
Rendimento janeiro/2015	129,82
Rendimento fevereiro/2015	134,68
Rendimento março/2015	125,86
Rendimento abril/2015	139,50
Rendimento maio/2015	140,59
Rendimento junho/2015	145,19
Rendimento julho/2015	161,13
Rendimento agosto/2015	90,30
Rendimento setembro/2015	81,66
Rendimento outubro/2015	81,93
Rendimento novembro/2015	85,06
Rendimento dezembro/2015	85,70
Rendimento janeiro/2016	82,23
Rendimento fevereiro/2016	78,59
Rendimento março/2016	84,59
Rendimento abril/2016	90,20
Rendimento maio/2016	82,13
Rendimento junho/2016	85,29
Rendimento julho/2016	89,05
Rendimento agosto/2016	91,07
Rendimento setembro/2016	92,65
Rendimento outubro/2016	91,21
Rendimento novembro/2016	68,85
Rendimento dezembro/2016	73,35
Rendimento janeiro/2017	75,30
Rendimento fevereiro/2017	74,00
Rendimento março/2017	56,22
Rendimento abril/2017	66,86

Rendimento maio/2017	57,08
Rendimento junho/2017	85,21
Rendimento julho/2017	62,87
Rendimento agosto/2017	61,02
Rendimento setembro/2017	59,80
Rendimento outubro/2017	54,69
Rendimento novembro/2017	54,73
Rendimento dezembro/2017	50,10
Rendimento janeiro/2018	47,23
Rendimento fevereiro/2018	44,61
Rendimento março/2018	43,32
Rendimento abril/2018	43,40
Rendimento maio/2018	41,99
Rendimento junho/2018	42,14
Rendimento julho/2018	42,30
Rendimento agosto/2018	41,70
Rendimento setembro/2018	41,85
Rendimento outubro/2018	42,01
Rendimento novembro/2018	42,16
Rendimento dezembro/2018	42,32
Rendimento Janeiro/2019	42,48
Rendimento Fevereiro/2019	42,64
Rendimento Março/2019	42,79
Rendimento Abril/2019	42,95
Rendimento Maio/2019	43,11
Rendimento Junho/2019	43,27
Rendimento Julho/2019	43,43
Rendimento Agosto/2019	43,59
Rendimento Setembro/2019	40,45
Rendimento Outubro/2019	40,59
Rendimento Novembro/2019	37,39
Rendimento Dezembro/2019	34,15
Rendimento Janeiro/2020	31,09
Rendimento Fevereiro/2020	30,96
Rendimento Março/2020	29,44
Rendimento Abril/2020	29,41
Rendimento Maio/2020	26,05
Rendimento Junho/2020	22,42
Rendimento Julho/2020	21,83
Rendimento Agosto/2020	16,66
Rendimento Setembro/2020	14,08
Rendimento Outubro/2020	14,09
Rendimento Novembro/2020	14,10
Rendimento Dezembro/2020	109,78
Rendimento Janeiro/2021	109,90
Rendimento Fevereiro/2021	110,04
Rendimento Março/2021	110,16
Rendimento Abril/2021	110,59
Rendimento Maio/2021	151,48
Rendimento Junho/2021	192,61
Rendimento Julho/2021	193,33
Rendimento Agosto/2021	234,34
Rendimento Setembro/2021	289,27
27/09/2021 - Transferência recebida c/c 71053-3 - Crédito em conta 104 0935 5465167000141 SEC ES	0,00
Rendimento Outubro/2021	302,01
Rendimento Novembro/2021	357,33
Rendimento Dezembro/2021	442,56
Rendimento Janeiro/2022	576,41
Rendimento Fevereiro/2022	883,52
Rendimento Março/2022	862,31
Rendimento Abril/2022	2.243,07
Rendimento Maio/2022	2.501,77
Rendimento Junho/2022	4.968,61
Rendimento Julho/2022	236,89
Rendimento Agosto/2022	271,15
Rendimento Setembro/2022	252,61
Rendimento Outubro/2022	625,70
Rendimento Novembro/2022	677,86
Rendimento Dezembro/2022	980,38
Rendimento Janeiro/2023	1.011,75
Rendimento Fevereiro/2023	1.087,29

Rendimento Março/2023	1.035,36
Rendimento Abril/2023	1.570,39
Rendimento Maio/2023	1.904,08
Rendimento Junho/2023	1.185,05
Rendimento Julho/2023	1.008,54
Rendimento Agosto/2023	1.086,76
Rendimento Setembro/2023	990,27
Rendimento Outubro/2023	1.129,16
Rendimento Novembro/2023	3.009,38
Rendimento Dezembro/2023	867,92
Rendimento Janeiro/2024	773,29
Rendimento Fevereiro/2024	774,75
Rendimento Março/2024	706,53
Rendimento Abril/2024	776,82
Rendimento Maio/2024	9.646,05
Rendimento Junho/2024	799,50
Rendimento Julho/2024	842,22
Rendimento Agosto/2024	662,26
Rendimento Setembro/2024	242,17
Aplicação em poupança Setembro/2024	385,92
Rendimento Outubro/2024	271,93
Aplicação em poupança Outubro/2024	1.987,21
Rendimento Novembro/2024	233,62
Aplicacão em poupança Novembro/2024	418,11
Rendimento Dezembro/2024	276,36
Aplicacão em poupança Dezembro/2024	358,89
30/03/2022 - Pagamento a Fornecedores	-82.538,40
10/06/2022 - Pagamento a Fornecedores	-339.910,65
23/06/2022 - Pagamento a Fornecedores	-2.661,58
15/06/2023 - Pagamento a Fornecedores	-14.213,85
16/06/2023 - Pagamento a Fornecedores	-4.361,73
30/06/2023 - Pagamento a Fornecedores	-4.848,44
09/09/2022 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO791880/2013	9.214,67
09/09/2022 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO791880/2014	26.853,98
16/09/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	3.969,50
16/09/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	2.214,93
20/09/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	4.361,73
23/09/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	10.213,73
11/10/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	8.753,26
09/11/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	2.494,52
11/11/2022 - Ordem Banc 12 Sec Tes Nac - DELEGACIA DA RFB EM JU	40.161,46
11/11/2022 - Ordem Banc 12 Sec Tes Nac - DELEGACIA DA RFB EM JU	2.655,42
21/11/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	3.354,37
21/11/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	13.170,78
21/11/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	10.055,23
21/11/2022 - TED-Crédito em Conta - 104 0935 5465167000141 SEC EST DESENV	10.441,67
22/11/2022 - Pagamento a Fornecedores	-42.816,88
25/01/2023 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO897972/2020	10.170,73
01/03/2023 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO857841/2017	4.848,44
08/03/2023 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO888167/2019	4.043,12
01/08/2023 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO904614/2020	2.623,52
13/09/2023 - Ordem Bancária - 054651670001-41 CONVENIO835681/2016	24.864,24
05/12/2023 - Pagamento a Fornecedores	-13.170,78
08/12/2023 - Pagamento a Fornecedores	-26.853,98
11/12/2023 - Pagamento a Fornecedores	-10.441,67
15/03/2024000013134490 Pagamento a Fornecedores	-2.623,52
23/07/2024000013134490 Pagamento a Fornecedores DOC 139	-4.389,00
25/07/2024000013134490 Pagamento a Fornecedores DOC 141	-25.655,84
27/08/2024 Pagamentos Diversos	-4.500,00
27/11/2024 13134490 Pagamento a Fornecedores DOC 227	-2.494,52
28/11/2024 13134490 Pagamento a Fornecedores DOC 228	-3.857,63
17/12/2024 0000 13134 Pagamento a Fornecedores DOC 241	-21.023,42
18/12/2024 0000 13134 490 Pagamento a Fornecedores DOC 242	-10.213,73
20/12/2024 0000 14069 688 Rest. Tributos Rec. Fed.	349,07
20/12/2024 0000 14069 688 Rest. Tributos Rec. Fed.	349,07
20/12/2024 0000 14069 688 Rest. Tributos Rec. Fed.	349,07
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**66.401,51**

DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

TFC nº 04 - 11/08/2016 realizada parcialmente no banco no valor de R$ 23,52 em 03/09/2014 - valor total TFC R$ 38,64
TFC nº 29 - não identificada da conta do convênio 9002459 para conta de autenticação - Verificar
TFC no valor de R$ 2.569, 31 - convênio 9001868 - 11/04/2017 - não realizada no SIAFI

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025	
Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

☐ Visualizar Pix agrupados

GOVERNO

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473016
02/01/2025 15:02:54

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	20729-2 SECRETARIA DE ESTADO DE T
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
28/11/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
17/12/2024		0000	13134	490 Pagamento a Fornecedores	241.000	21.023,42 D	
17/12/2024		0000	00000	825 Resgate Poupança	148	21.023,42 C	0,00 C
				Poupança (var.51)			
18/12/2024		0000	13134	490 Pagamento a Fornecedores	242.000	10.213,73 D	
18/12/2024		0000	00000	825 Resgate Poupança	148	10.213,73 C	0,00 C
				Poupança (var.51)			
20/12/2024		0000	14069	688 Rest. Tributos Rec. Fed.	103.540.900.047.407	349,07 C	
20/12/2024		0000	14069	688 Rest. Tributos Rec. Fed.	103.540.900.047.407	349,07 C	
20/12/2024		0000	14069	688 Rest. Tributos Rec. Fed.	103.540.900.047.407	349,07 C	
20/12/2024		0000	00000	480 Aplicação Poupança	148	1.047,21 D	0,00 C
				Poupança (var.51)			
23/12/2024		0000	14056	632 Ordem Bancária	7.072.556.000.000	62.516,64 C	
				054651670001-41 CONVENIO888957/2019			
23/12/2024		0000	00000	480 Aplicação Poupança	148	62.516,64 D	0,00 C
				Poupança (var.51)			
27/12/2024		0000	13134	490 Pagamento a Fornecedores	248.000	62.516,64 D	
27/12/2024		0000	00000	825 Resgate Poupança	148	62.516,64 C	0,00 C
				Poupança (var.51)			
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792049
02/01/2025 16:53:17

Cliente

Agência	1615-2
Conta	20729-2 SEDESE AUTEN BANC CONVENI
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP GRIFO FIC - CNPJ: 43.617.404/0001-31

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	31.653,55			23.127,909179		
31/12/2024	SALDO ATUAL	31.929,91			23.127,909179		23.127,909179

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	31.653,55
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	276,36
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	276,36
SALDO ATUAL =	31.929,91

Valor da Cota

29/11/2024	1,368629859
31/12/2024	1,380579030

Rentabilidade

No mês	0,8730
No ano	10,1868
Últimos 12 meses	10,1868

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

GOVERNO

Consultas - Poupança

G335021635926792023
02/01/2025 16:41:31

51 - POUPANÇA-OURO
DIÁRIA
Saldo: 34.471,60 C

Agência / Conta	1615-2 / 20729-2
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	SEDESE AUTEN BANC CONVENI

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
30/11/2024			Saldo anterior					64.302,65 C
06/12/2024	09/12/2024	9/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			23,90 C	
06/12/2024	09/12/2024	9/11	737 Juros	1615-2			226,42 C	
10/12/2024	11/12/2024	11/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			13,29 C	
10/12/2024	11/12/2024	11/11	737 Juros	1615-2			95,28 C	
18/12/2024	17/12/2024		248 Resgate Automático	1615-2	9.161.517		21.023,42 D	
19/12/2024	18/12/2024		248 Resgate Automático	1615-2	9.161.518		10.213,73 D	
23/12/2024	20/12/2024	20/12	880 Aplicacao Automatica Poupanca	1615-2	9.161.520		1.047,21 C	
24/12/2024	23/12/2024	23/12	880 Aplicacao Automatica Poupanca	1615-2	9.161.523		62.516,64 C	
30/12/2024	27/12/2024		248 Resgate Automático	1615-2	9.161.527		62.516,64 D	

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	34.471,60 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
8	9 33.424,39	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20 34.471,60	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A	U.E.	1480002
2 - AGÊNCIA	1615-2		
3 - CONTA CORRENTE	21276-8		
3 - CONVÊNIO Nº	817319/2015 - EMG/SEDESE/MDS SIGCON 9073079		

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**68.250,61**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**68.643,44**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**68.643,44**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**1.932,42**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**66.711,02**
Saldo Descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**68.643,44**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento de aplicação 12/2024 Número Arrecadação SIAFI: 619 e 620 - valor de R$392,83	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**68.643,44**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

	100%	**0,00**
Recurso da fonte 01	97,97%	0,00
Recurso da fonte 10.3	2,03%	0,00

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 817319/2015
Conta nº 21276-8
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica - Aquisição de Veículos	
CÓDIGO SIGCON		817319/2015
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	299.775,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	6.200,00
VALOR TOTAL:	R$	305.975,00
SIAF		9073079

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**66.711,02**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51	65.361,04
NÍVEL AUXILIAR 52 -	1.349,98
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**1.932,42**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	1.893,21
NÍVEL AUXILIAR 52 -	39,21
TOTAL	**68.643,44**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	67.254,25
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**67.254,25**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**1.389,19**
NÍVEL 52	**1.389,19**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473017
02/01/2025 15:03:46

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	21276-8 CONVENIO817319-2015
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
14/05/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792050
02/01/2025 16:53:59

Cliente

Agência	1615-2
Conta	21276-8 CONVENIO817319/2015
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Consultas - Poupança

G335021635926792026
02/01/2025 16:42:06

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA
Saldo: 68.643,44 C

Agência / Conta	1615-2 / 21276-8
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO817319/2015

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
30/11/2024			Saldo anterior					68.250,61 C
27/12/2024	30/12/2024	28/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			51,32 C	
27/12/2024	30/12/2024	28/11	737 Juros	1615-2			341,51 C	

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	68.643,44 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28 68.643,44
29	30	31				

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**		
2 - AGÊNCIA	**1615-2**		
3 - CONTA CORRENTE	**22493-6**		
3 - CONVÊNIO Nº	**004/2019**	**PROVITA MG**	
	SIGCON/SIAFI	**9245972**	**2019**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**335.547,12**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**338.476,69**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**338.476,69**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**312.773,80**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	25.702,89
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**338.476,69**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024	
Número Arrecadação SIAFI: 621 e 622 - valor de R$2.929,57	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**338.476,69**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	Proporção	**Ajuste de Proporção Julho/2024**
	100%	**R$ -**
Recurso da fonte 24	20,73%	R$ -
Recurso da fonte 10.3	79,27%	R$ -

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 004/2019
Conta nº 22493-6
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Manutenção do Programa de Proteção de Vítimas e Testemunhas ameaçadas no Estado de Minas Gerais.	
CÓDIGO SIGCON		004/2019
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	2.200.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	8.411.160,26
VALOR TOTAL:	R$	10.611.160,26
SIAF		9245972

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**25.702,89**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51	25.702,89
NÍVEL AUXILIAR 52 -	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**312.773,80**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	44.473,09
NÍVEL AUXILIAR 52 -	268.300,71
TOTAL	**338.476,69**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	70.175,98
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**70.175,98**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**268.300,71**
NÍVEL 52	**268.300,71**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473022
02/01/2025 15:06:01

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	22493-6 SECRETARIA E T D SOCIAL
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
03/07/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792054
02/01/2025 16:55:48

Cliente

Agência	1615-2
Conta	22493-6 PROVITA MG
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP GRIFO FIC - CNPJ: 43.617.404/0001-31

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	335.547,12			245.170,096994		
31/12/2024	SALDO ATUAL	338.476,69			245.170,096994		245.170,096994

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	335.547,12
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	2.929,57
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	2.929,57
SALDO ATUAL =	338.476,69

Valor da Cota

29/11/2024	1,368629859
31/12/2024	1,380579030

Rentabilidade

No mês	0,8730
No ano	10,1868
Últimos 12 meses	10,1868

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A		
2 - AGÊNCIA	1615-2		
3 - CONTA CORRENTE	23.209-2		
3 - CONVÊNIO Nº	904604/2020	PPDDH /SEDESE/MINISTERIO DA MULHER,FAMÍLIA E DH	
	SIGCON/SIAFI	9264944	2020

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**126.238,18**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**127.101,18**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**127.101,18**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**127.101,17**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,01**
1480062 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**127.101,18**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024 Número Arrecadação SIAFI: 623 e 624 - valor de R$863,00	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**127.101,18**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	Proporção	Ajuste de Proporção Julho/2024
	100%	**R$ -**
Recurso da fonte 24	58,62%	R$ -
Recurso da fonte 10.3	41,38%	R$ -

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 904604-2020
Conta nº 23.209-2
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Programa Estadual de Proteção ao defensores dos Direitos Humanos no Estado de Minas Gerais, conforme detalhado no Plano de Trabalho	
CÓDIGO SIGCON		904604/2020
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	3.500.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	2.470.499,00
VALOR TOTAL:	R$	5.970.499,00
SIAF		9264944

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**0,01**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	0,01
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480062	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**127.101,17**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	74.508,72
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	52.592,45
TOTAL	**127.101,18**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	74.508,73
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**74.508,73**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**52.592,45**
NÍVEL 52	**52.592,45**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473024
02/01/2025 15:07:09

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2	
Conta corrente	23209-2	CONVENIO904604-2020
Período do extrato	12 / 2024	

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
04/06/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792057
02/01/2025 17:04:03

Cliente

Agência	1615-2
Conta	23209-2 CONVENIO904604/2020
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	126.238,18			96.231,938661		
31/12/2024	SALDO ATUAL	127.101,18			96.231,938661		96.231,938661

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	126.238,18
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	863,00
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	863,00
SALDO ATUAL =	127.101,18

Valor da Cota

29/11/2024	1,311811714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,6836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Consultas - Poupança

G335021635926792038
02/01/2025 16:44:42

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA
Saldo: 0,00 C

Agência / Conta	1615-2 / 23209-2
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO904604/2020

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	0,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA				
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**			
2 - AGÊNCIA	**1615-2**			
3 - CONTA CORRENTE	**23.688-8**			
3 - CONVÊNIO Nº	**919052/2021**	**MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**		
	SIAFI	**9321263**	**2022**	FONTE 10

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**2.412,94**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**2.429,43**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**2.429,43**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**388,61**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal- PCASP 1.1.1.1.1.02	**2.040,82**
1480062 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal	**0,00**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**2.429,43**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**2.429,43**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio MASP: 1.481.132-7 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 919052/2021
Conta nº 23.688-8
REF.: dez/24

OBJETO:	Fomentar o projeto Moradia Primeiro, fortalecendo a rede de atendimento da população em situação de rua.	
CÓDIGO SIGCON	919052/2021	
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	100.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	2.040,82
VALOR TOTAL:	R$	102.040,82
SIAF		9321263

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**2.040,82**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	2.040,82
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**388,61**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	388,61
TOTAL	**2.429,43**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	0,00
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**0,00**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**2.429,43**
NÍVEL 52	**2.429,43**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G3380314434046651
03/01/2025 14:50:02

Cliente

Agência	1615-2
Conta	23688-8
Período solicitado	12 / 2024

Lançamentos

Sem lançamentos no período

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G338031443404665018
03/01/2025 14:51:54

Cliente

Agência	1615-2
Conta	23688-8 CONVENIO919052/2021
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	2.412,94			1.839,394591		
31/12/2024	SALDO ATUAL	2.429,43			1.839,394591		1.839,394591

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	2.412,94
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	16,49
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	16,49
SALDO ATUAL =	2.429,43

Valor da Cota

29/11/2024	1,311811714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,6836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A		
2 - AGÊNCIA	1615-2		
3 - CONTA CORRENTE	25.000-7		
3 - CONVÊNIO Nº	951590/2023	MINISTERIO DAS MULHERES	
	SIAFI	9408775	2023

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**239.585,85**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**239.585,85**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**2.710,06**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal- PCASP 1.1.1.1.1.02	**236.875,79**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**239.585,85**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação - Março/2024: 25,10 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Abril/2024: 31,46 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Maio/2024: 29,55 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Junho/2024: 28,17 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Julho/2024: 32,45 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Agosto/2024: 31,35 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Setembro/2024: 30,26 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Outubro/2024: 34,16 Número Arrecadação SIAFI: 631 e 632	
Rendimento de aplicação - Novembro/2024: 840,81 Número Arrecadação SIAFI: 627 e 628	
Rendimento de aplicação - Dezembro/2024: 1.626,75 Número Arrecadação SIAFI: 629 e 630	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**239.585,85**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 08 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio MASP: 1.481.132-7 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 951590/2023
Conta nº 25.000-7
REF.: dez/24

OBJETO:	Estruturação e fortalecimento da Política dos Direitos das Mulheres de Minas Gerais	
CÓDIGO SIGCON	951590/2023	
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	232.138,27
VALOR DO PROPONENTE:	R$	4.737,52
VALOR TOTAL:	R$	236.875,79
SIAF		9408775

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**236.875,79**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	232.138,27
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	4.737,52
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**2.710,06**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	2.655,85
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	54,21
TOTAL	**239.585,85**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	234.794,12
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**234.794,12**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**4.791,73**
NÍVEL 52	**4.791,73**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G3380314434046651
03/01/2025 14:55:05

Cliente

Agência	1615-2
Conta	25000-7
Período solicitado	12 / 2024

Lançamentos

Sem lançamentos no período

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G338031443404665023
03/01/2025 14:56:08

Cliente

Agência	1615-2
Conta	25000-7 CONVENIO951590/2023
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP Automático - CNPJ: 42.592.315/0001-15

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	237.959,10			181.397,296635		
31/12/2024	SALDO ATUAL	239.585,85			181.397,296635		181.397,296635

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	237.959,10
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1.626,75
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1.626,75
SALDO ATUAL =	239.585,85

Valor da Cota

29/11/2024	1,311811714
31/12/2024	1,320779604

Rentabilidade

No mês	0,6836
No ano	8,0081
Últimos 12 meses	8,0081

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	104 / Caixa Econômica Federal		
2 - AGÊNCIA	935-0		
3 - CONTA CORRENTE	71.060-4		
3 - CONVÊNIO Nº	857218/2017 Aquisição e Instalação de Academias ao Ar Livre		
	SIGCON	9197341	OBTV SIM

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00
OBSERVAÇÕES:	

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento

Para simples verificação

Nome da Agência	*Código*	*Operação*	*Emissão*
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	5413	19/10/2022

Fundo	*CNPJ do Fundo*	*Início das Atividades do Fundo*
CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	10.740.552/0001-90	15/10/2012

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	**No Ano(%)**	**Nos Últimos 12 Meses(%)**	Cota em: 31/08/2022	Cota em: 30/09/2022
0,8602	6,9028	8,2546	1,708873	1,723573

Administradora

Nome	*Endereço*	*CNPJ da Administradora*
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	*CPF/CNPJ*	*Conta Corrente*	*Mês/Ano*	*Folha*
SEC EST DESENV SOCIAL	05.465.167/0001-41	006.00071060-4	09/2022	01/01
Análise do Perfil do Investidor		*Data da Avaliação*		

Resumo da Movimentação

Histórico	***Valor em R$***	*Qtde de Cotas*
Saldo Anterior	198.071,18C	115.907,463245
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	198.474,96D	115.907,463245
Rendimento Bruto no Mês	403,78C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	0,00	0,000000
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	*Histórico*	***Valor R$***	*Qtde de Cotas*
08 / 09	RESGATE	198.474,96D	115.907,463245
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação	***Rendimento Base***	***IRRF***
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: **0800 726 0101**	***Endereço para Correspondência:*** Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: **0800 725 7474**	***Endereço Eletrônico:*** https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 28/10/2022

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO,INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 0935 - SANTO AGOSTINHO OPER: 006 CONTA: 71.060-4

PERIODO: 01092022 ATE: 30092022 CGC: 05.465.167/0001-41

NOME: SEC EST DESENV SOCIAL LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.TOTAL BLOQUEADO : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A L D O
08/09/2022	542078	RSG FUNDO	198.474,96 C	198.474,96 C
08/09/2022	000000	CRPCV POUP	0,00 C	198.474,96 C
16/09/2022	150330	DBPCV TED	194.505,46 D	3.969,50 C
16/09/2022	150330	DBPCV TED	3.969,50 D	0,00 C

SALDO EM 27/10/2022 R$ 0,00

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2025 16:48
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE); A0935MG05 - Institucional Gov.
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RES: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

Boa tarde,

Segue abaixo contas já encerradas:











Informamos que não localizamos as contas 71056-6, 71061-2 e 71062-0 citadas.

At.,

Letícia Junqueira
CAIXA Assistente de Varejo
Agência Santo Agostinho
☎ 08001041043

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritame
mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 12 de março de 2025 15:27
Para: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (S
<edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Cristiane,

Tudo bem com você? Espero que sim.

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mê***
Estamos sem acesso ao portal da CEF devido a mudança de nosso secretariado.
Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
935-0	71056-6
	71057-4
	71058-2
	71059-0
	71060-4
	71061-2
	71062-0
	71081-7

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ
Empregado Público
DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	SEDESE CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	MÊS REFERÊNCIA Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CÓDIGO U.O 1481

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA				
1 - BANCO:	001 / Banco do Brasil S/A			U.E. 1480002
2 - AGÊNCIA	1615-2			
3 - CONTA CORRENTE	21.775-1			
3 - CONVÊNIO Nº	386	CONVENIO 844196/2017		
	SIAFI	9178946	2003	

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**

CONCILIAÇAO SIAFI	
Saldo contábil de rendimento de aplicação SIAFI 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
Saldo contábil conta corrente 111.02.04.00.00 - Principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
Saldo Descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	100,00%	**0,00**
Recurso da fonte 01	98,00%	0,00
Recurso da fonte 10.3	2,00%	0,00

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 844196/2017
Conta nº 21775-1
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Promover o fortalecimento institucional do trabalho associativo e cooperativo, por meio de apoio e fomento de empreendimentos solidários na perspectiva da Economia Popular Solidária.	
CÓDIGO SIGCON		844196/2017
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	300.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	6.122,45
VALOR TOTAL:	R$	306.122,45
SIAF		9178946

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 -	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 -	0,00
TOTAL	**0,00**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	0,00
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**0,00**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**0,00**
NÍVEL 52	**0,00**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G335021457551473018
02/01/2025 15:04:10

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2	
Conta corrente	21775-1	CONVENIO844196-2017
Período do extrato	12 / 2024	

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
03/04/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792051
02/01/2025 16:54:29

Cliente

Agência	1615-2
Conta	21775-1 CONVENIO844196/2017
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Consultas - Poupança

G335021635926792029
02/01/2025 16:42:45

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA
Saldo: 0,00 C

Agência / Conta	1615-2 / 21775-1
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO844196/2017

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	0,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA				
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**			
2 - AGÊNCIA	**1615-2**			
3 - CONTA CORRENTE	**22.429-4**			
3 - CONVÊNIO Nº	**879160/2018**	**Ministério da Cidadania / Cap. Reinserção Social**		
	SIGCON/SIAFI	**9251929**	**2018**	

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	Proporção	**Ajuste de Proporção Julho 2024**
	100%	**R$ -**
Recurso da fonte 24	97,40%	R$ -
Recurso da fonte 10.3	2,60%	R$ -

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 879160/2018
Conta nº 22.429-4
REF.:Dezembro-2024

OBJETO:	Capacitação para reinserção social e produtiva de adultos usuários e dependentes de substâncias psicoativas.	
CÓDIGO SIGCON		879160/2018
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	150.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	4.000,00
VALOR TOTAL:	R$	154.000,00
SIAF		9251929

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 -	0,00
TOTAL	**0,00**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	0,00
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**0,00**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**0,00**
NÍVEL 52	**0,00**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

G335021457551473021
02/01/2025 15:05:26

Extrato de Conta Corrente

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	22429-4 CONVENIO879160-2018
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
14/05/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792053
02/01/2025 16:55:14

Cliente

Agência	1615-2
Conta	22429-4 CONVENIO879160/2018
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro-2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**		
2 - AGÊNCIA	**1615-2**		
3 - CONTA CORRENTE	**22.648-3**		
3 - CONVÊNIO Nº	**888957/2019**	**EMG/SEDESE/MINISTERIO DA CIDADANIA**	
	SIGCON/SIAFI	**9241509**	**2019**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**3.088.052,72**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**3.105.296,96**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**3.105.296,96**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**703.819,41**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**2.384.233,31**
saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**3.088.052,72**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024 Número Arrecadação SIAFI: 595 e 596	**17.244,24**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**3.105.296,96**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	Proporção	**Ajuste de Proporção Julho/2024**	
	100%	**R$**	**17.244,24**
Recurso da fonte 24	97,99%	R$	16.897,07
Recurso da fonte 10.3	2,01%	R$	347,17

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2024

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

-

Convênio nº 888957/2019
Conta nº 22648-3
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Proporcionar o acesso à água para o consumo humano a familias de baixa renda e residentes nas comunidades quilombolas.	
CÓDIGO SIGCON		888957/2019
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	2.336.233,31
VALOR DO PROPONENTE:	R$	48.000,00
VALOR TOTAL:	R$	2.384.233,31
SIAF		9241509

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**2.384.233,31**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51	2.336.233,31
NÍVEL AUXILIAR 52 -	48.000,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**721.063,65**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51	706.546,99
NÍVEL AUXILIAR 52 -	14.516,66
TOTAL	**3.105.296,96**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	3.042.780,30
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR 2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	0,00
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**3.042.780,30**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**62.516,66**
NÍVEL 52	**62.516,66**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

G3331911149844001
19/12/2024 11:16:57

Extrato de Conta Corrente

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2	
Conta corrente	22648-3	CONVENIO888957-2019
Período do extrato	Mês atual	

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
14/02/2020		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
09/12/2024		1615	99055	875 Transferido da poupança	1.615.510.022.648	3.104.974,15 C	
				09/12 11:27 CONVENIO888957-2019			
09/12/2024		0000	14049	855 BB CP Automatico S P	1.200.070	322,81 C	3.105.296,96 C
19/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			3.105.296,96 C

Saldo	3.105.296,96 C
Juros *	0,00
Data de Debito de Juros	31/12/2024
IOF *	0,00
Data de Debito de IOF	02/01/2025

```
------------------------------------------------
     *** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***
------------------------------------------------
OBSERVAÇÕES:
------------------------------------------------
```

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G332191132083439013
19/12/2024 11:37:14

Cliente

Agência	1615-2
Conta	22648-3 CONVENIO888957/2019
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

S.Público Automático - CNPJ: 4.288.966/0001-27

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	322,15			64,126025		
09/12/2024	RESGATE	322,81			64,126025	5,034063907	
	Aplicação 05/02/2020	322,81			64,126025		
19/12/2024	SALDO ATUAL	0,00					

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	322,15
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	322,81
RENDIMENTO BRUTO (+)	0,66
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	0,66
SALDO ATUAL =	0,00
Disponível p/ Resg =	0,00
Carência p/ Resg =	0,00
IR Estimado =	0,00
IR complementar =	0,00
IOF estimado =	0,00

Valor da Cota

29/11/2024	5,023686689
19/12/2024	5,048804441

Rentabilidade

No mês	0,4999
No ano	8,4817
Últimos 12 meses	8,7550

VALORES LÍQUIDOS PARA RESGATE

Projeção para 19/12/2024 - Cota: 5,048804441

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

GOVERNO

Consultas - Poupança

G332191132083439012
19/12/2024 11:35:37

51 - POUPANÇA-OURO
DIÁRIA
Saldo: 0,00 C

Agência / Conta	1615-2 / 22648-3
Período	01/12/2024 a 19/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	CONVENIO888957/2019

Dt. lançamento	Dt. base	Dia	Histórico	Ag. origem	Documento	Informações	Valor	Saldo
30/11/2024			Saldo anterior					3.087.730,57 C
06/12/2024	09/12/2024	7/11	741 Reajuste Monetário - BACEN	1615-2			2.105,72 C	
06/12/2024	09/12/2024	7/11	737 Juros	1615-2			15.137,86 C	
09/12/2024	09/12/2024		141 Transferencia Para Conta	1615-2	22.648	09/12 11:27 CONVENIO888957-2019	3.104.974,15 D	

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	0,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro 2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil S/A**		
2 - AGÊNCIA	**1615-2**		
3 - CONTA CORRENTE	**23.400-1**		
3 - CONVÊNIO Nº	**001/2021**	**Programa de Proteção a Crianças e Adolecentes ameaçados de Morte em MG - PPCAAM 2021**	
	SIGCON/SIAFI	**9288059**	**2021**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
1480002 - Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
1480002 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
1480062 - saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02 saldo descentralizado	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	
Rendimento de aplicação 12/2024	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

	Proporção	**Ajuste de Proporção Julho/2024**
	100%	**R$ -**
Recurso da fonte 24	26,67%	R$ -
Recurso da fonte 10.3	73,33%	R$ -

Belo Horizonte, 07 de janeiro de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Convênio nº 001/2021
Conta nº 23.400-1
REF.: Dezembro-2024

OBJETO:	Manter a execução do Programa de Protenção a Crianças e Adolecentes Ameaçados de Morte no Estado de Minas Gerais, o intuito de preservar a vida de crianças, adolescentes e jovens de até 21 anos, se egressos de medidas socioeducativas, em situação de ameaça iminente de morte e de seus familiares e/ou responsáveis, na perspectiva de protenção integral e do direito a convivência familiar e comunitária.	
CÓDIGO SIGCON		001/2021
VALOR DE CONCEDENTE:	R$	3.200.000,00
VALOR DO PROPONENTE:	R$	8.797.865,46
VALOR TOTAL:	R$	11.997.865,46
SIAF		9288059

DETALHE	VALOR
DISPONIVEL	
1.1.1.1.1.02 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 02	
NÍVEL AUXILIAR 51 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 UE 1480062	0,00
1.1.1.1.1.10 - APLICACOES FINANCEIRAS	**0,00**
NÍVEL AUXILIAR 2	
NÍVEL AUXILIAR 51 - UE 1480002	0,00
NÍVEL AUXILIAR 52 - UE 1480002	0,00
TOTAL	**0,00**
ATOS POTENCIAIS	
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	0,00
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	0,00
8.1.1.2.1.02.03 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	0,00
2.1.8.8.1.09 - PAGAMENTOS NAO PROCURADOS	
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	0,00
TOTAL	**0,00**

DISPONIVEL (-) ATOS POTENCIAIS	**0,00**
NÍVEL 52	**0,00**

Fonte: ARMAZÉM SALDO

CONTA CONTÁBIL PCASP DE LANÇAMENTO	CONTA CONTÁBIL SIAFI
1111102 - BANCOS CONTA MOVIMENTO	11102040000
1111110 - APLICACOES FINANCEIRAS	11103040000
2.1.8.8.1.13 - RECURSOS DE CONVENIOS A RESTITUIR	21102040600
8.1.1.2.1.02.01 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - A EMPENHAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.02 - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - EMPENHADOS A LIQUIDAR	299.01.03.01
8.1.1.2.1.02.03 - - DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A COMPROVAR - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR	NT

☐ Visualizar Pix agrupados

G335021457551473026
02/01/2025 15:08:06

Extrato de Conta Corrente

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	23400-1 SEDESE-PPCAAM
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
13/11/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G335021635926792058
02/01/2025 17:04:59

Cliente

Agência	1615-2
Conta	23400-1 SEDESE/PPCAAM
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Consultas - Poupança

G335021635926792041
02/01/2025 16:45:37

51 - POUPANÇA-OURO DIÁRIA
Saldo: 0,00 C

Agência / Conta	1615-2 / 23400-1
Período	01/12/2024 a 31/12/2024
Variação	POUPANÇA-OURO DIÁRIA (51)
Titularidade	SEDESE/PPCAAM

Saldo atual	0,00 C
Saldo bloqueado	0,00 D
Saldo total	0,00 C

Rendimentos:
SELIC igual/menor que 8,5% A.A.: TR+70% DA SELIC
SELIC maior que 8,5% A.A.: TR+0,5% A.M.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil**	
2 - AGÊNCIA	**1615-2**	
3 - CONTA CORRENTE	**23.297-1**	
3 - CONVÊNIO Nº	**904614/2020**	**MINISTERIO DA CIDADANIA / PROGRAMA MELHOR GERAÇÃO**
	SIGCON	**9280371**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G333021351440289028
02/08/2023 14:14:28

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	23297-1 CONVENIO904614-2020
Período do extrato	07 / 2023

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
02/07/2021		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
18/07/2023		0000	14049	855 BB CP Automatico S P	1.200.070	2.623,52 C	2.623,52 C
31/07/2023		0000	13056	132 Emissão Ordem Bancária	3.806.175.000.000	2.623,52 D	
31/07/2023		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

GOVERNO

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G333021351440289099
02/08/2023 14:54:23

Cliente

Agência	1615-2
Conta	23297-1 CONVENIO904614/2020
Mês/ano referência	JULHO/2023

S.Público Automático - CNPJ: 4.288.966/0001-27

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
30/06/2023	SALDO ANTERIOR	2.610,05			589,624584		
18/07/2023	RESGATE	2.623,52			589,624584	4,449479207	
	Aplicação 02/07/2021	2.623,52			589,624584		
31/07/2023	SALDO ATUAL	0,00					

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	2.610,05
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	2.623,52
RENDIMENTO BRUTO (+)	13,47
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	13,47
SALDO ATUAL =	0,00

Valor da Cota

30/06/2023	4,426625262
31/07/2023	4,466804807

Rentabilidade

No mês	0,9076
No ano	6,4552
Últimos 12 meses	11,4403

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br> em nome de S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 13 de março de 2025 09:36
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE)
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RE: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG
Anexos: 22788_202412.pdf

#interna

Prezado Leogustavo, bom dia!

As 3 primeiras contas foram encerradas antes de dezembro de 2024 e nenhuma delas tinha caderneta de poupança vinculada. Portanto, não há extrato.

Conta Data de encerramento
23297: 25/09/2023
22711: 09/10/2024
21151: 25/09/2024

A conta 22788 está ativa, mas não tem aplicações. Ela faz parte da rotina de centralização de saldos para a conta única estadual.
Segue anexo o extrato da conta corrente.

Cordialmente,
Gustavo Souza

SETOR PÚBLICO
Escritório Setor Público Minas Gerais
Banco do Brasil S.A
(31) 3205-3308
age1615@bb.com.br

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 12 de março de 2025 17:08
Para: S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br>; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE) <edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Gustavo !

Tudo bem ?

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mês de dezembro de 2024***.
Estamos sem acesso às mesmas no portal BB.

Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
1615-2	23.297-1
	22.711-0
	21.151-6
	22.788-9

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ
Empregado Público
DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil**	
2 - AGÊNCIA	**1615-2**	
3 - CONTA CORRENTE	**22.488-X**	
3 - CONVÊNIO Nº	**835681/2016**	
	SIGCON	**9130338**
SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO		**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês		
(-) Tributos pendentes		
Depósitos de contrapartida		
(-) pagamentos no mês		
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO		**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI		
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10		**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02		**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI		**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade		
Rendimento não Contabilizado		0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS		**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO		0,00
OBSERVAÇÕES:		

Belo Horizonte, 18 de março de 2025	
Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G336121701898373012
12/03/2025 17:11:31

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	22488-X CONVENIO835681-2016
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
12/09/2023		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G336121701898373015
12/03/2025 17:13:26

Cliente

Agência	1615-2
Conta	22488-X CONVENIO835681/2016
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

NÃO HOUVE MOVIMENTO NO PERÍODO SOLICITADO.

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil**	
2 - AGÊNCIA	**1615-2**	
3 - CONTA CORRENTE	**22.711-0**	
3 - CONVÊNIO Nº	**8655316/2019**	
	SIGCON **9043390**	
SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO		**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês		
(-) Tributos pendentes		
Depósitos de contrapartida		
(-) pagamentos no mês		
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO		**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI		
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10		**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02		**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI		**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade		
Rendimento não Contabilizado		0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS		**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO		0,00
OBSERVAÇÕES:		

Belo Horizonte, 18 de março de 2025	
Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br> em nome de S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 13 de março de 2025 09:36
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE)
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RE: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG
Anexos: 22788_202412.pdf

#interna

Prezado Leogustavo, bom dia!

As 3 primeiras contas foram encerradas antes de dezembro de 2024 e nenhuma delas tinha caderneta de poupança vinculada. Portanto, não há extrato.

Conta Data de encerramento
23297: 25/09/2023
22711: 09/10/2024
21151: 25/09/2024

A conta 22788 está ativa, mas não tem aplicações. Ela faz parte da rotina de centralização de saldos para a conta única estadual.
Segue anexo o extrato da conta corrente.

Cordialmente,
Gustavo Souza

SETOR PÚBLICO
Escritório Setor Público Minas Gerais
Banco do Brasil S.A
(31) 3205-3308
age1615@bb.com.br

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 12 de março de 2025 17:08
Para: S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br>; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE) <edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Gustavo !

Tudo bem ?

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mês de dezembro de 2024***.
Estamos sem acesso às mesmas no portal BB.

Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
1615-2	23.297-1
	22.711-0
	21.151-6
	22.788-9

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ
Empregado Público
DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**001 / Banco do Brasil**	
2 - AGÊNCIA	**1615-2**	
3 - CONTA CORRENTE	**25.446-0**	
3 - CONVÊNIO Nº	**004/2024 PPCAAM MG 2024**	
	SIGCON 9430917	
SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO		**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês		
(-) Tributos pendentes		
Depósitos de contrapartida		
(-) pagamentos no mês		
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO		**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI		
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10		**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02		**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI		**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade		
Rendimento não Contabilizado		0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS		**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO		0,00
OBSERVAÇÕES:		

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G336121701898373013
12/03/2025 17:12:05

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2	
Conta corrente	25446-0	CONVENIO 4-2024 SEDESE DE
Período do extrato	12 / 2024	

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
30/10/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
31/12/2024		0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

*** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA ***

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

G336121701898373016
12/03/2025 17:14:00

Cliente

Agência	1615-2
Conta	25446-0 CONVENIO 4-2024 SEDESE DE
Mês/ano referência	DEZEMBRO/2024

BB RF CP GRIFO FIC - CNPJ: 43.617.404/0001-31

Data	Histórico	Valor	Valor IRPrej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2024	SALDO ANTERIOR	59.270,47			43.306,425788		
31/12/2024	SALDO ATUAL	59.787,94			43.306,425788		43.306,425788

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	59.270,47
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	517,47
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	517,47
SALDO ATUAL =	59.787,94

Valor da Cota

29/11/2024	1,368629859
31/12/2024	1,380579030

Rentabilidade

No mês	0,8730
No ano	10,1868
Últimos 12 meses	10,1868

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**	
2 - AGÊNCIA	**935-0**	
3 - CONTA CORRENTE	**71056-6**	
3 - CONVÊNIO Nº	**861890/2017**	
	SIGCON 9197420	
SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO		**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário		**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês		
(-) Tributos pendentes		
Depósitos de contrapartida		
(-) pagamentos no mês		
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO		**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI		
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10		**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02		**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI		**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade		
Rendimento não Contabilizado		0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS		**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO		0,00
OBSERVAÇÕES:		

Belo Horizonte, 18 de março de 2025	
Edlaine R. Pereira Sampaio CRC MG 128089/O -4 Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Ailana Cristine Rodrigues CRC MG 128506/0-3 Contadora

:: Extrato das Contas Individuais

Origem do Extrato: GOVCONTA CAIXA
GovConta CAIXA: 935600024
Conta Referência: 0935/006/00071056-6
Nome: SEC EST DESENV SOCIAL
Período: de: 01/09/2022 até: 30/09/2022

Data Mov	Nr. Doc.	Histórico	Valor (R$)	Saldo (R$)
01/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
02/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
05/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
06/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
08/09/2022	542079	RSG FUNDO	88.597,26C	88.597,26C
08/09/2022	000000	CRPCV POUP	0,00	88.597,26C
08/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
09/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
12/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
13/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
14/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
15/09/2022	-	SALDO DO DIA		88.597,26C
16/09/2022	150330	DBPCV TED	86.382,33D	2.214,93C
16/09/2022	150330	DBPCV TED	2.214,93D	0,00
16/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
19/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
20/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
21/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
22/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
23/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
26/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
27/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
28/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
29/09/2022	-	SALDO DO DIA		0,00
30/09/2022	-	SALDO FINAL		0,00

IMPRIMIR FECHAR

CAIXA

Extrato Fundo de Investimento

Para simples verificação

Nome da Agência	*Código*	*Operação*	*Emissão*
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	5413	19/10/2022

Fundo	*CNPJ do Fundo*	*Início das Atividades do Fundo*
CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS	10.740.552/0001-90	15/10/2012

Rentabilidade do Fundo

No Mês(%)	**No Ano(%)**	**Nos Últimos 12 Meses(%)**	Cota em: 31/08/2022	Cota em: 30/09/2022
0,8602	6,9028	8,2546	1,708873	1,723573

Administradora

Nome	*Endereço*	*CNPJ da Administradora*
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - Brasília/DF	00.360.305/0001-04

Cliente

Nome	*CPF/CNPJ*	*Conta Corrente*	*Mês/Ano*	*Folha*
SEC EST DESENV SOCIAL	05.465.167/0001-41	006.00071056-6	09/2022	01/01
Análise do Perfil do Investidor		*Data da Avaliação*		

Resumo da Movimentação

Histórico	***Valor em R$***	*Qtde de Cotas*
Saldo Anterior	88.417,02C	51.739,947591
Aplicações	0,00	0,000000
Resgates	88.597,26D	51.739,947591
Rendimento Bruto no Mês	180,24C	
IRRF	0,00	
IOF	0,00	
Taxa de Saída	0,00	
Saldo Bruto*	0,00	0,000000
Resgate Bruto em Trânsito*	0,00	

(*) Valor sujeito à tributação, conforme legislação em vigor

Movimentação Detalhada

Data	*Histórico*	***Valor R$***	*Qtde de Cotas*
08 / 09	RESGATE	88.597,26D	51.739,947591
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Dados de Tributação	***Rendimento Base***	***IRRF***
	0,00	0,00

Informações ao Cotista

Consulte seu extrato de fundos exclusivamente pelo Internet Banking CAIXA, de forma prática e segura, e beneficie-se de todas as vantagens que os serviços on-line lhe proporcionam. Fale com seu Gerente para solicitar a inibição do envio mensal do seu extrato pelos Correios. Além de reduzir suas despesas com impressão e postagem dos extratos, você contribui para preservação do meio-ambiente!

Prezado(a) Cotista, compareça à sua agência de relacionamento e cadastre ou atualize seu endereço de e-mail.

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC: **0800 726 0101**	***Endereço para Correspondência:*** Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Ouvidoria: **0800 725 7474**	***Endereço Eletrônico:*** https://www1.caixa.gov.br/atendimento/telefones_da_caixa.asp
Acesse o site da CAIXA: www.caixa.gov.br	

CAIXA

Aviso

Nome da Agência	Código	Operação / Conta	Mês / Ano
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	006 00071056.6	
Nome		**CPF / CGC**	**Emissão**
SEC EST DESENV SOCIAL		651670001-41	

PREZADO(A) CLIENTE

EM CUMPRIMENTO A RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL Nº 2747, DE 29/06/2000, COMUNICAMOS QUE ESTA PREVISTO O ENCERRAMENTO DA SUA CONTA CORRENTE PARA O DIA 15/12/2022

PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, PROCURE SUA AGÊNCIA

CAIXA

O BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS

Devolução Eletrônica Correios

FAC 9912285689/2021-SE/BSB/SPI CAIXA Correios

CTCE BELO HORIZONTE MG PL4 DATA DE POSTAGEM: 02/12/2022

SEC EST DESENV SOCIAL
ROD PREF A GIANETTI SN AND14
31630-900 BELO HORIZONTE MG

29600004

00626441730377443103828930310212222

DEC - E100MALA

PARA USO DOS CORREIOS

☐ 01-Mudou-se	☐ 05-Desconhecido	☐ 10-Objeto Danificado	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
☐ 02-Endereço Insuficiente	☐ 06-Recusado	☐ 11-End. Desconhecido na Localidade	Rubrica do Responsável:
☐ 03-Não Existe Nº Indicado	☐ 07-Ausente	☐ 12-Falta Complemento (Coletiv./GU)	
☐ 04-Falecido	☐ 08-Não Procurado	☐ 13-Caixa Postal Cancelada	Matrícula:

02/12/2022 3
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - CEDO
SANTO AGOSTINHO, MG V.020
DO CONTORNO ,8256
30110-062 BELO HORIZONTE MG

FSC www.fsc.org MISTO Papel | Apoiando o manejo florestal responsável FSC® C002688

SAC CAIXA
0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**	
2 - AGÊNCIA	**935-0**	
3 - CONTA CORRENTE	**71057-4**	
3 - CONVÊNIO Nº	**843853/2017 Aquisição de Equipamentos Permanentes**	
	SIGCON 9197251	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

Extrato por período

Grau de sigilo
#PESSOAL

Cliente: SEC EST DESENV SOCIAL
Conta: 0935/006/00071057-4
Data: 07/06/2023 - 09:18

PERÍODO	SALDO PRÓPRIO DISPONÍVEL
MAI/2023	**0,00 C**

Movimentações de 01/05/2023 à 31/05/2023

DATA	NR. DOC.	HISTÓRICO	VALOR (R$)	SALDO (R$)
04/05/2023	168540	DBPCV TED	791,60 D	30.872,34 C
04/05/2023	168540	DBPCV TED	30.872,34 D	0,00 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2025 16:48
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE); A0935MG05 - Institucional Gov.
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RES: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

Boa tarde,

Segue abaixo contas já encerradas:











Informamos que não localizamos as contas 71056-6, 71061-2 e 71062-0 citadas.

At.,

Letícia Junqueira
CAIXA Assistente de Varejo
Agência Santo Agostinho
☎ 08001041043

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritame
mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 12 de março de 2025 15:27
Para: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (S
<edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Cristiane,

Tudo bem com você? Espero que sim.

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mê***
Estamos sem acesso ao portal da CEF devido a mudança de nosso secretariado.
Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
935-0	71056-6
	71057-4
	71058-2
	71059-0
	71060-4
	71061-2
	71062-0
	71081-7

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ
Empregado Público
DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**	
2 - AGÊNCIA	**935-0**	
3 - CONTA CORRENTE	**71058-2**	
3 - CONVÊNIO Nº	**843959/2017 Aquisição e Instalação de Academias ao Ar Livre**	
	SIGCON 9197412	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 29/12/2022

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO,INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 0935 - SANTO AGOSTINHO OPER: 006 CONTA: 71.058-2

PERIODO: 01112022 ATE: 30112022 CGC: 05.465.167/0001-41

NOME: SEC EST DESENV SOCIAL LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.TOTAL BLOQUEADO : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A L D O
03/11/2022	288006	RSG FUNDO	124.726,47 C	124.726,47 C
03/11/2022	000000	CRPCV POUP	0,00 C	124.726,47 C
09/11/2022	154802	DBPCV TED	2.494,52 D	122.231,95 C
09/11/2022	154802	DBPCV TED	122.231,95 D	0,00 C

SALDO EM 28/12/2022 R$ 0,00

F1 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.A.I. F7 VOLTAR PAG

F3 RETORNAR F4 POS.INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F12 FINALIZAR

CAIXA

Extrato Mensal Consolidado por Conta de Fundos de Investimento
Novembro/2022
Data de emissão: 29/12/2022

Administradora	*Endereço*	*CNPJ da Administradora*
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF	00.360.305/0001-04

Investidor	*CPF/CNPJ*
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	05.465.167/0001-41

Resumo Consolidado da Movimentação

Saldo Bruto Anterior	124.624,97C
Aplicações	0,00
Resgates	124.726,47D
Resgate em Trânsito	0,00
Eventos	0,00
Taxa operacional	0,00
Saldo Bruto Atual	0,00
Rendimento Bruto no Mês	101,50C

Dados Consolidados da Tributação

Tipo de fundo:	Renda Fixa (6800)	Renda Variável (6813)
Rend. Base Trib.	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
IOF	0,00	0,00

Rentabilidade por Fundo

	No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em: 31/10/2022	Cota em: 30/11/2022
FIC Tran Vol CP	0,81	8,65	1,737642	1,751769

Movimentação por Fundo

Conta 0935.0006.000000071058-2	Aplicações	Resgates	Saldo Bruto	Rentab. Mês
FIC Tran Vol CP	0,00	124.726,47D	0,00	101,50C

Movimentação Detalhada

Conta 0935.0006.000000071058-2

Código	***Fundo***	***CNPJ do Fundo***
5413	**CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS RF CP**	**10.740.552/0001-90**

Data	*Histórico*	*Valor R$*	*Qtde de Cotas*
03/11	RESGATE	124.726,47D	71.720,706743
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Informações ao Cotista

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC Caixa:
0800-726-0101
Ouvidoria:
0800-725-7474

Endereço para Correspondência:
Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Endereço Eletrônico:
http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco

CAIXA
A vida pede mais que um banco

AGÊNCIA		CONTA Nº
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	006 00071058.2

Prezado Cliente,

Informamos que sua conta na Agência, SANTO AGOSTINHO, MG número, 006.00071058-2 , foi encerrada no dia 30/12/2022 , conforme prevê legislação em vigor e aviso encaminhado anteriormente.

CAIXA - Aqui seu dia-a-dia acontece

CAIXA

O BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS







CTCE BELO HORIZONTE MG PL4 DATA DE POSTAGEM: 04/01/2023

SEC EST DESENV SOCIAL
ROD PREF A GIANETTI SN AND14
31630-900 BELO HORIZONTE MG





DMF - 124MALA

PARA USO DOS CORREIOS

☐ 01-Mudou-se	☐ 05-Desconhecido	☐ 10-Objeto Danificado	Reintegrado ao Serviço Postal em:
☐ 02-Endereço Insuficiente	☐ 06-Recusado	☐ 11-End. Desconhecido na Localidade	Rubrica do Responsável:
☐ 03-Não Existe Nº Indicado	☐ 07-Ausente	☐ 12-Falta Complemento (Coletiv./GU)	
☐ 04-Falecido	☐ 08-Não Procurado	☐ 13-Caixa Postal Cancelada	Matrícula:

04/01/2023 458
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA – CEDO
SANTO AGOSTINHO, MG V.020
DO CONTORNO ,8256
30110-062 BELO HORIZONTE MG



SAC CAIXA
0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492
(para pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2025 16:48
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE); A0935MG05 - Institucional Gov.
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RES: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

Boa tarde,

Segue abaixo contas já encerradas:











Informamos que não localizamos as contas 71056-6, 71061-2 e 71062-0 citadas.

At.,

Letícia Junqueira
CAIXA Assistente de Varejo
Agência Santo Agostinho
☎ 08001041043

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritame
mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 12 de março de 2025 15:27
Para: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (S
<edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Cristiane,

Tudo bem com você? Espero que sim.

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mê***
Estamos sem acesso ao portal da CEF devido a mudança de nosso secretariado.
Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
935-0	71056-6
	71057-4
	71058-2
	71059-0
	71060-4
	71061-2
	71062-0
	71081-7

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ

Empregado Público

DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**	
2 - AGÊNCIA	**935-0**	
3 - CONTA CORRENTE	**71059-0**	
3 - CONVÊNIO Nº	**843807 Aquisição e Instalação de Academias ao Ar Livre**	
	SIGCON 9197413	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**

CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 28/10/2022

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO,INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 0935 - SANTO AGOSTINHO OPER: 006 CONTA: 71.059-0

PERIODO: 01092022 ATE: 30092022 CGC: 05.465.167/0001-41

NOME: SEC EST DESENV SOCIAL LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.TOTAL BLOQUEADO : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A L D O
01/09/2022	473913	RSG FUNDO	1,20 C	1,20 C
01/09/2022	990001	APL AUTOM	1,20 D	0,00 C
02/09/2022	547031	RSG FUNDO	1,20 C	1,20 C
02/09/2022	990001	APL AUTOM	1,20 D	0,00 C
05/09/2022	487860	RSG FUNDO	1,20 C	1,20 C
05/09/2022	990001	APL AUTOM	1,20 D	0,00 C
06/09/2022	506660	RSG FUNDO	1,20 C	1,20 C
06/09/2022	990001	APL AUTOM	1,20 D	0,00 C
19/09/2022	276439	RSG FUNDO	465.189,02 C	465.189,02 C
19/09/2022	000000	CRPCV POUP	0,00 C	465.189,02 C
23/09/2022	150650	DBPCV TED	10.213,73 D	454.975,29 C
23/09/2022	150650	DBPCV TED	454.975,29 D	0,00 C

SALDO EM 27/10/2022 R$ 0,00

CAIXA

Extrato Mensal de Fundos de Investimento
Setembro/2022
Data de emissão: 28/10/2022

Administradora	*Endereço*	*CNPJ da Administradora*
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF	00.360.305/0001-04

Investidor	*CPF/CNPJ*
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	05.465.167/0001-41

Resumo da Movimentação

Saldo Bruto Anterior	462.918,75C
Aplicações	4,80C
Resgates	465.193,82D
Resgate em Trânsito	0,00
Eventos	0,00
Taxa operacional	0,00
Saldo Bruto Atual	0,00
Rendimento Bruto no Mês	2.270,27C

Dados da Tributação

Tipo de fundo:	Renda Fixa (6800)	Renda Variável (6813)
Rend. Base Trib.	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
IOF	0,00	0,00

Rentabilidade

	No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em: 31/08/2022	Cota em: 30/09/2022
FIC Tran Vol CP	0,86	6,90	1,708873	1,723573

Movimentação por Fundo

Conta 0935.0006.000000071059-0	Aplicações	Resgates	Saldo Bruto	Rentab. Mês
FIC Tran Vol CP	4,80C	465.193,82D	0,00	2.270,27C

Movimentação Detalhada

Conta 0935.0006.000000071059-0

Código	***Fundo***	***CNPJ do Fundo***
5413	**CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS RF CP**	**10.740.552/0001-90**

Data	*Histórico*	*Valor R$*	*Qtde de Cotas*
01/09	RESGATE	1,20D	0,701918
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
01/09	APLICACAO	1,20C	0,701930
02/09	RESGATE	1,20D	0,701618
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
02/09	APLICACAO	1,20C	0,701644
05/09	RESGATE	1,20D	0,701346
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
05/09	APLICACAO	1,20C	0,701358
06/09	RESGATE	1,20D	0,701046
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	
06/09	APLICACAO	1,20C	0,701071
19/09	RESGATE	465.189,02D	270.891,198738
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Informações ao Cotista

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC Caixa:
0800-726-0101
Ouvidoria:
0800-725-7474

Endereço para Correspondência:
Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Endereço Eletrônico:
http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco

Fechar Imprimir

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Enviado em: quarta-feira, 12 de março de 2025 16:48
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE); A0935MG05 - Institucional Gov.
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RES: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

E-mail classificado como #EXTERNO.CONFIDENCIAL

Boa tarde,

Segue abaixo contas já encerradas:











Informamos que não localizamos as contas 71056-6, 71061-2 e 71062-0 citadas.

At.,

Letícia Junqueira
CAIXA Assistente de Varejo
Agência Santo Agostinho
☎ 08001041043

Certificação Profissional ANBIMA CPA-20

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL: Esta mensagem, incluindo anexos, contém informações confidenciais. O uso, divulgação, distribuição e/ou cópia não autorizados são estritame
mensagem tenha sido encaminhada indevidamente para você ou se houver necessidade de esclarecimento adicional, favor contatar o remetente. ##

De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviada em: quarta-feira, 12 de março de 2025 15:27
Para: A0935MG05 - Institucional Gov. <ag0935mg05@caixa.gov.br>
Cc: Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (S
<edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Cristiane,

Tudo bem com você? Espero que sim.

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mê***
Estamos sem acesso ao portal da CEF devido a mudança de nosso secretariado.
Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
935-0	71056-6
	71057-4
	71058-2
	71059-0
	71060-4
	71061-2
	71062-0
	71081-7

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ

Empregado Público

DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA		
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**	
2 - AGÊNCIA	**935-0**	
3 - CONTA CORRENTE	**71061-2**	
3 - CONVÊNIO Nº	**857220/2017 Aquisição de Academias ao Ar Livre**	
	SIGCON 9161369	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 10/11/2022

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO,INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 0935 - SANTO AGOSTINHO OPER: 006 CONTA: 71.061-2

PERIODO: 01102022 ATE: 31102022 CGC: 05.465.167/0001-41

NOME: SEC EST DESENV SOCIAL LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.TOTAL BLOQUEADO : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A L D O
11/10/2022	152221	DBPCV TED	114.071,76 D	8.753,26 C
11/10/2022	152221	DBPCV TED	8.753,26 D	0,00 C

SALDO EM 09/11/2022 R$ 0,00

CAIXA

Aviso

Nome da Agência	Código	Operação / Conta	Mês / Ano
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	006 00071061.2	11/2022

Nome	CPF / CGC	Emissão
SEC EST DESENV SOCIAL	651670001-41	02/12/2022

PREZADO(A) CLIENTE

EM CUMPRIMENTO A RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL Nº 2747, DE 29/06/2000, COMUNICAMOS QUE ESTA PREVISTO O ENCERRAMENTO DA SUA CONTA CORRENTE PARA O DIA 15/12/2022

PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, PROCURE SUA AGÊNCIA

CAIXA

O BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS

Devolução Eletrônica Correios

FAC 9912285689/2021-SE/BSB/SPI CAIXA Correios

CTCE BELO HORIZONTE MG PL4 DATA DE POSTAGEM: 02/12/2022

SEC EST DESENV SOCIAL
ROD PREF A GIANETTI SN AND14
31630-900 BELO HORIZONTE MG

29600003

00626441730377443103628931310212222

DEC - E100MALA

PARA USO DOS CORREIOS

☐ 01-Mudou-se	☐ 05-Desconhecido	☐ 10-Objeto Danificado	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
☐ 02-Endereço Insuficiente	☐ 06-Recusado	☐ 11-End. Desconhecido na Localidade	Rubrica do Responsável:
☐ 03-Não Existe Nº Indicado	☐ 07-Ausente	☐ 12-Falta Complemento (Coletiv./GU)	
☐ 04-Falecido	☐ 08-Não Procurado	☐ 13-Caixa Postal Cancelada	Matrícula:

02/12/2022 4
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA – CEDO
SANTO AGOSTINHO, MG V.020
DO CONTORNO ,8256
30110-062 BELO HORIZONTE MG

FSC www.fsc.org MISTO Papel | Apoiando o manejo florestal responsável FSC® C002688

SAC CAIXA
0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**		
2 - AGÊNCIA	**935-0**		
3 - CONTA CORRENTE	**71062-0**		
3 - CONVÊNIO Nº	**839627/2016 Implantação e Modernização de Infraestrutura Esportiva**		
	SIGCON	**9161369**	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA

SIHEX
Sistema de Histórico de Extratos

Data: 26/12/2022
Página: 1 de 1

Cliente: SEC EST DESENV SOCIAL
CPF/CNPJ: 05.465.167/0001-41
Agência: 935 - SANTO AGOSTINHO, MG
Operação: 006 - Entidades Públicas
Conta: 00071062 - 0
Período de solicitação do Extrato: 11/2022 à 11/2022

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
		SALDO ANTERIOR		167.718,66 C
21/11/2022	155487	DBPCV TED	164.364,29 D	
21/11/2022	155487	DBPCV TED	3.354,37 D	0,00 D

CAIXA

Aviso

Nome da Agência	Código	Operação / Conta	Mês / Ano
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	006 00071062.0	

Nome	CPF / CGC	Emissão
SEC EST DESENV SOCIAL	651670001-41	

PREZADO(A) CLIENTE

EM CUMPRIMENTO A RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL Nº 2747, DE 29/06/2000, COMUNICAMOS QUE ESTA PREVISTO O ENCERRAMENTO DA SUA CONTA CORRENTE PARA O DIA 15/12/2022

PARA MAIORES ESCLARECIMENTOS, PROCURE SUA AGÊNCIA

CAIXA

O BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS

Devolução Eletrônica Correios

FAC 9912285689/2021-SE/BSB/SPI CAIXA Correios

CTCE BELO HORIZONTE MG PL4 DATA DE POSTAGEM: 02/12/2022

SEC EST DESENV SOCIAL
ROD PREF A GIANETTI SN AND14
31630-900 BELO HORIZONTE MG

28600005

00626441730377443103828932310212222

DEC - E100MAIA

PARA USO DOS CORREIOS

☐ 01-Mudou-se	☐ 05-Desconhecido	☐ 10-Objeto Danificado	Reintegrado ao Serviço Postal em: / /
☐ 02-Endereço Insuficiente	☐ 06-Recusado	☐ 11-End. Desconhecido na Localidade	Rubrica do Responsável:
☐ 03-Não Existe Nº Indicado	☐ 07-Ausente	☐ 12-Falta Complemento (Coletiv./GU)	
☐ 04-Falecido	☐ 08-Não Procurado	☐ 13-Caixa Postal Cancelada	Matrícula:

02/12/2022 5
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA – CEDO
SANTO AGOSTINHO, MG V.020
DO CONTORNO ,8256
30110-062 BELO HORIZONTE MG

FSC www.fsc.org MISTO Papel | Apoiando o manejo florestal responsável FSC® C002688

SAC CAIXA
0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br

MINAS GERAIS	**SEDESE** **CONCILIAÇÃO BANCÁRIA**	**MÊS REFERÊNCIA** Dezembro/2024

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	**CÓDIGO U.O** **1481**

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

IDENTIFICAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA			
1 - BANCO:	**104 / Caixa Econômica Federal**		
2 - AGÊNCIA	**935-0**		
3 - CONTA CORRENTE	**71087-7**		
3 - CONVÊNIO Nº	**839625/2016 Implantação e Aquisição de Equipamentos Esportivos - Acaddemia ao Ar Livre**		
	SIGCON	**9161366**	**OBTV SIM**

SALDO BANCÁRIO MÊS ANTERIOR CONFORME EXTRATO	**0,00**
Saldo atual em conta Corrente Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Saldo atual de Aplicação Conforme Extrato Bancário	**0,00**
Valores não considerados pelo Banco no Mês	
(-) Tributos pendentes	
Depósitos de contrapartida	
(-) pagamentos no mês	
TOTAL DO SALDO BANCÁRIO CONFORME EXTRATO	**0,00**
CONCILIAÇÃO SIAFI	
Saldo de rendimento de aplicação no SIAFI - 111.03.04.00.00 - PCASP 1.1.1.1.1.10	**0,00**
saldo da conta 111.02.04.00.00 - principal - PCASP 1.1.1.1.1.02	**0,00**
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI	**0,00**
Valores não Considerados pela Contabilidade	
Rendimento não Contabilizado	0,00
TOTAL SALDO CONTÁBIL SIAFI CONSIDERANDO VALORES NÃO CONTABILIZADOS	**0,00**
DIVERGÊNCIA SIAFI X EXTRATO BANCÁRIO	0,00

OBSERVAÇÕES:

Belo Horizonte, 18 de março de 2025

Edlaine R. Pereira Sampaio	Ailana Cristine Rodrigues
CRC MG 128089/O -4	CRC MG 128506/0-3
Diretora de Planejamento, Orçamento e Finanças	Contadora

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A425 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 29/12/2022

>>P/ EXTRATO ALEM DO PERIODO INFORMADO,INFORME AS DATAS | EXTRATO

PAG: 001

AG: 0935 - SANTO AGOSTINHO OPER: 006 CONTA: 71.081-7

PERIODO: 01112022 ATE: 30112022 CGC: 05.465.167/0001-41

NOME: SEC EST DESENV SOCIAL LIMITE FLUTUANTE GIM: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL: 0,00

VLR.TOTAL BLOQUEADO : 0,00

DATA MOVTO	NR.DOC	HISTORICO	V A L O R	S A L D O
16/11/2022	368520	RSG FUNDO	502.761,03 C	502.761,03 C
16/11/2022	000000	CRPCV POUP	0,00 C	502.761,03 C
21/11/2022	155487	DBPCV TED	10.055,23 D	492.705,80 C
21/11/2022	155487	DBPCV TED	492.705,80 D	0,00 C

SALDO EM 28/12/2022 R$ 0,00

F1 AJUDA F2 EXTRATO ANTERIOR F5 EXTRATO P.A.I. F7 VOLTAR PAG

F3 RETORNAR F4 POS.INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F8 AVANCA PAG F12 FINALIZAR

CAIXA

Extrato Mensal Consolidado por Conta de Fundos de Investimento
Novembro/2022
Data de emissão: 29/12/2022

Administradora	*Endereço*	*CNPJ da Administradora*
Caixa Econômica Federal	SBS - Quadra 4 - Lotes 3/4 Brasília - DF	00.360.305/0001-04

Investidor	*CPF/CNPJ*
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO	05.465.167/0001-41

Resumo Consolidado da Movimentação

Saldo Bruto Anterior	500.722,80C
Aplicações	0,00
Resgates	502.761,03D
Resgate em Trânsito	0,00
Eventos	0,00
Taxa operacional	0,00
Saldo Bruto Atual	0,00
Rendimento Bruto no Mês	2.038,23C

Dados Consolidados da Tributação

Tipo de fundo:	Renda Fixa (6800)	Renda Variável (6813)
Rend. Base Trib.	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
IOF	0,00	0,00

Rentabilidade por Fundo

	No Mês (%)	No Ano (%)	Cota em: 31/10/2022	Cota em: 30/11/2022
FIC Tran Vol CP	0,81	8,65	1,737642	1,751769

Movimentação por Fundo

Conta 0935.0006.000000071081-7	Aplicações	Resgates	Saldo Bruto	Rentab. Mês
FIC Tran Vol CP	0,00	502.761,03D	0,00	2.038,23C

Movimentação Detalhada

Conta 0935.0006.000000071081-7

Código	***Fundo***	***CNPJ do Fundo***
5413	**CAIXA FIC TRANSF VOLUNTÁRIAS POLIS RF CP**	**10.740.552/0001-90**

Data	*Histórico*	*Valor R$*	*Qtde de Cotas*
16/11	RESGATE	502.761,03D	288.162,097489
	IRRF	0,00	
	IOF	0,00	

Informações ao Cotista

Serviço de Atendimento ao Cotista

SAC Caixa:
0800-726-0101
Ouvidoria:
0800-725-7474

Endereço para Correspondência:
Caixa Postal 72624, São Paulo/SP CEP: 01405-001
Endereço Eletrônico:
http://fale-conosco.caixa.gov.br/wps/portal/faleconosco

CAIXA
A vida pede mais que um banco

AGÊNCIA		CONTA Nº
SANTO AGOSTINHO, MG	0935	006 00071081.7

Prezado Cliente,

Informamos que sua conta na Agência, SANTO AGOSTINHO, MG número, 006.00071081-7 , foi encerrada no dia 30/12/2022 , conforme prevê legislação em vigor e aviso encaminhado anteriormente.

CAIXA - Aqui seu dia-a-dia acontece

CAIXA

O BANCO DE TODOS OS BRASILEIROS





CTCE BELO HORIZONTE MG PL4 DATA DE POSTAGEM: 04/01/2023

SEC EST DESENV SOCIAL
ROD ROD PREFEITO AMERICO GIANE
31630-900 BELO HORIZONTE MG

457001561

00626441900570843104321587310401 23

DMF - 124MALA

PARA USO DOS CORREIOS			
☐ 01-Mudou-se	☐ 05-Desconhecido	☐ 10-Objeto Danificado	Reintegrado ao Serviço Postal em:
☐ 02-Endereço Insuficiente	☐ 06-Recusado	☐ 11-End. Desconhecido na Localidade	Rubrica do Responsável
☐ 03-Não Existe Nº Indicado	☐ 07-Ausente	☐ 12-Falta Complemento (Coletiv./GU)	
☐ 04-Falecido	☐ 08-Não Procurado	☐ 13-Caixa Postal Cancelada	Matrícula:

04/01/2023 460
DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA – CEDO
SANTO AGOSTINHO, MG V.020
DO CONTORNO ,8256
30110-062 BELO HORIZONTE MG

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C002688

SAC CAIXA
0800 726 0101
(informações, reclamações, sugestões e elogios)

0800 726 2492
(para pessoas com deficiência auditiva ou de fala)

Ouvidoria CAIXA
0800 725 7474

www.caixa.gov.br

Extrato Conta Corrente

Agencia Conta corrente 000000211516

Data	Data balancete	Agencia Origem	Lote	Numero Documento	Cod. Historico	Historico	Valor R$	Inf.	Detalhan
	08/01/2024	0000	00000	00000000000000000	000	Saldo Anterior	0,00	C	
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001200	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.402,24	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001201	976	TED-Repasse Pgto Loterias	23.195,34	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001202	976	TED-Repasse Pgto Loterias	26.178,09	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001203	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.383,39	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001204	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.584,39	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001205	976	TED-Repasse Pgto Loterias	15.470,72	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001206	976	TED-Repasse Pgto Loterias	16.918,02	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001217	976	TED-Repasse Pgto Loterias	17.564,32	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001218	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.290,27	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001219	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.129,64	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001220	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.789,47	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001221	976	TED-Repasse Pgto Loterias	22.536,79	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001222	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.651,74	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001223	976	TED-Repasse Pgto Loterias	8.397,32	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001224	976	TED-Repasse Pgto Loterias	8.949,99	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001225	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.246,22	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001236	976	TED-Repasse Pgto Loterias	12.795,09	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001237	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.459,02	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001238	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.999,84	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001240	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.935,79	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001241	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.564,97	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001242	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.014,19	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001247	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.275,79	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001248	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.072,74	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001249	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.617,52	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001250	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.293,97	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001251	976	TED-Repasse Pgto Loterias	26.911,74	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001252	976	TED-Repasse Pgto Loterias	32.006,29	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001254	976	TED-Repasse Pgto Loterias	22.335,29	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001271	976	TED-Repasse Pgto Loterias	24.995,94	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001272	976	TED-Repasse Pgto Loterias	36.963,59	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001273	976	TED-Repasse Pgto Loterias	34.277,94	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001274	976	TED-Repasse Pgto Loterias	39.039,79	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001275	976	TED-Repasse Pgto Loterias	47.946,29	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001276	976	TED-Repasse Pgto Loterias	45.452,49	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001277	976	TED-Repasse Pgto Loterias	55.716,89	C	104 0000
	19/02/2024	0000	14175	00000000034001278	976	TED-Repasse Pgto Loterias	66.958,89	C	104 0000

19/02/2024	0000	14175	00000000034001305	976	TED-Repasse Pgto Loterias	67.941,94	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001307	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.167,63	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001309	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.776,99	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001339	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.435,56	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001340	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.605,63	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001341	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.214,90	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001342	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.969,53	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001343	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.395,30	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001344	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.867,86	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001388	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.919,22	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001389	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.984,77	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001390	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.648,16	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001392	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.688,84	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001393	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.645,70	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001394	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.531,84	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001395	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.547,12	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001396	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.587,09	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001397	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.491,62	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001423	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.580,87	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001425	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.521,29	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001426	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.641,57	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001427	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.702,42	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001428	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.743,69	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001429	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.773,07	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001430	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.908,59	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001459	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.859,47	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001460	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.886,59	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001461	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.840,61	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001462	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.396,07	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001463	976	TED-Repasse Pgto Loterias	31.218,65	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001464	976	TED-Repasse Pgto Loterias	24.159,23	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001490	976	TED-Repasse Pgto Loterias	28.381,07	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001491	976	TED-Repasse Pgto Loterias	22.795,37	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001492	976	TED-Repasse Pgto Loterias	32.700,23	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001499	976	TED-Repasse Pgto Loterias	39.157,70	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001500	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.203,99	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001501	976	TED-Repasse Pgto Loterias	23.031,11	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001502	976	TED-Repasse Pgto Loterias	27.029,84	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001503	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.456,83	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001504	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.149,73	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001508	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.556,14	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001509	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.587,35	C	104 0000

19/02/2024	0000	14175	00000000034001510	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.251,69	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001511	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.491,69	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001512	976	TED-Repasse Pgto Loterias	36.166,76	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001513	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.271,27	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001514	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.940,75	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001521	976	TED-Repasse Pgto Loterias	29.206,22	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001522	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.599,00	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001523	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.878,72	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001525	976	TED-Repasse Pgto Loterias	30.763,79	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001526	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.528,31	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001527	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.626,74	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001528	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.373,52	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001529	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.919,87	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001530	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.517,39	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001545	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.488,29	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001546	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.543,82	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001548	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.686,99	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001550	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.366,42	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001551	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.432,99	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001552	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.660,79	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001553	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.867,57	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001560	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.184,34	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001561	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.207,89	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001562	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.391,32	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001563	976	TED-Repasse Pgto Loterias	446,04	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001564	976	TED-Repasse Pgto Loterias	492,64	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001565	976	TED-Repasse Pgto Loterias	502,62	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001581	976	TED-Repasse Pgto Loterias	414,87	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001582	976	TED-Repasse Pgto Loterias	480,82	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001583	976	TED-Repasse Pgto Loterias	296,59	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001584	976	TED-Repasse Pgto Loterias	262,72	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001585	976	TED-Repasse Pgto Loterias	278,42	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001586	976	TED-Repasse Pgto Loterias	286,12	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001587	976	TED-Repasse Pgto Loterias	276,42	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001588	976	TED-Repasse Pgto Loterias	308,94	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001589	976	TED-Repasse Pgto Loterias	312,32	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001590	976	TED-Repasse Pgto Loterias	290,59	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001599	976	TED-Repasse Pgto Loterias	8.619,89	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001601	976	TED-Repasse Pgto Loterias	15.051,29	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001602	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.566,95	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001604	976	TED-Repasse Pgto Loterias	12.048,89	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001606	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.353,71	C	104 0000

19/02/2024	0000	14175	00000000034001607	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.984,67	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001613	976	TED-Repasse Pgto Loterias	11.550,89	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001614	976	TED-Repasse Pgto Loterias	11.921,03	C	104 0000
19/02/2024	0000	14175	00000000034001615	976	TED-Repasse Pgto Loterias	11.216,69	C	104 0000
19/02/2024	1615	11302	00000000008888888	144	Transf.conta centralizad.	1.701.352,45	D	
26/02/2024	0000	00000	00000000000000000	999	S A L D O	0,00	C	

Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE)

De: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br> em nome de S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Enviado em: quinta-feira, 13 de março de 2025 09:36
Para: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE)
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE); Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE)
Assunto: RE: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG
Anexos: 22788_202412.pdf

#interna

Prezado Leogustavo, bom dia!

As 3 primeiras contas foram encerradas antes de dezembro de 2024 e nenhuma delas tinha caderneta de poupança vinculada. Portanto, não há extrato.

Conta Data de encerramento
23297: 25/09/2023
22711: 09/10/2024
21151: 25/09/2024

A conta 22788 está ativa, mas não tem aplicações. Ela faz parte da rotina de centralização de saldos para a conta única estadual.
Segue anexo o extrato da conta corrente.

Cordialmente,
Gustavo Souza



De: Leogustavo Dutra Muniz (SEDESE) <leogustavo.muniz@social.mg.gov.br>
Enviado: quarta-feira, 12 de março de 2025 17:08
Para: S PUBLICO B HORIZONT - MG 9184 <age1615@bb.com.br>
Cc: Gustavo Ferreira Silva Souza <gustavo.fss@bb.com.br>; Ailana Cristine Rodrigues (SEDESE) <ailana.rodrigues@social.mg.gov.br>; Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio (SEDESE) <edlaine.sampaio@social.mg.gov.br>
Assunto: Extratos bancários - Prestação de Contas Anual TCE/MG

Boa tarde Gustavo !

Tudo bem ?

Estamos precisando de extratos bancários (conta corrente, curto prazo e poupança) das contas bancárias abaixo referente ao ***mês de dezembro de 2024***.
Estamos sem acesso às mesmas no portal BB.

Se você tiver a informação do encerramento de alguma delas também pode nos encaminhar por gentileza.

AGÊNCIA	CONTA BANCÁRIA
1615-2	23.297-1
	22.711-0
	21.151-6
	22.788-9

Agradecemos antecipadamente o seu apoio.
Att,

LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ

Empregado Público

DCF - DIRETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDESE

31 3916-7885 / 31 97308-9858
leogustavo.muniz@social.mg.gov.br
Cidade Administrativa, Prédio Minas, 14o andar

Trabalhando para transformar Minas no melhor lugar para viver e investir.

MINAS GERAIS
ONDE TEM GESTÃO, TEM REALIZAÇÃO

Agencia	16152	**Conta corrente**	**22.788-9**						
Data	**Data balancete**	**Agencia Origem**	**Lote**	**Numero Documento**	**Cod. Historico**	**Historico**	**Valor R$**	**Inf.**	**Detalhamen**
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834250	976	TED-Repasse Pgto Loterias	10.270,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834251	976	TED-Repasse Pgto Loterias	10.906,14	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834268	976	TED-Repasse Pgto Loterias	12.254,44	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834269	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.224,29	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834271	976	TED-Repasse Pgto Loterias	8.614,09	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834272	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.693,32	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834274	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.393,52	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834276	976	TED-Repasse Pgto Loterias	10.650,57	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834307	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.103,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834308	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.478,69	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834310	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.433,94	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834317	976	TED-Repasse Pgto Loterias	9.763,57	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834318	976	TED-Repasse Pgto Loterias	11.432,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834319	976	TED-Repasse Pgto Loterias	11.849,52	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834322	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.546,34	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834323	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.767,07	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834324	976	TED-Repasse Pgto Loterias	13.821,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834325	976	TED-Repasse Pgto Loterias	14.950,47	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834328	976	TED-Repasse Pgto Loterias	14.850,97	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834329	976	TED-Repasse Pgto Loterias	15.050,02	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834337	976	TED-Repasse Pgto Loterias	15.179,27	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834340	976	TED-Repasse Pgto Loterias	17.589,14	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834342	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.106,79	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834343	976	TED-Repasse Pgto Loterias	118.941,59	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834344	976	TED-Repasse Pgto Loterias	111.475,09	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834376	976	TED-Repasse Pgto Loterias	123.229,19	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834378	976	TED-Repasse Pgto Loterias	166.670,89	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834384	976	TED-Repasse Pgto Loterias	35.132,39	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834407	976	TED-Repasse Pgto Loterias	39.270,29	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834408	976	TED-Repasse Pgto Loterias	37.270,39	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834410	976	TED-Repasse Pgto Loterias	58.001,09	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834434	976	TED-Repasse Pgto Loterias	52.263,49	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834435	976	TED-Repasse Pgto Loterias	50.559,29	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834436	976	TED-Repasse Pgto Loterias	63.391,14	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834438	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.975,13	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834439	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.475,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834442	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.313,05	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834443	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.933,72	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834445	976	TED-Repasse Pgto Loterias	6.063,80	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834459	976	TED-Repasse Pgto Loterias	7.046,75	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834461	976	TED-Repasse Pgto Loterias	8.653,52	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834462	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.179,02	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834463	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.496,79	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834467	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.482,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834470	976	TED-Repasse Pgto Loterias	3.931,13	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834487	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.490,27	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834488	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.212,74	C	104 0000 00000000000000

06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834493	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.621,14	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834494	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.382,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834495	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.346,84	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834530	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.224,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834531	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.748,74	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834532	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.697,69	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834533	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.182,04	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834540	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.086,47	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834541	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.207,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834542	976	TED-Repasse Pgto Loterias	22.244,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834563	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.243,41	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834565	976	TED-Repasse Pgto Loterias	31.058,00	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834566	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.085,05	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834567	976	TED-Repasse Pgto Loterias	31.773,41	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834569	976	TED-Repasse Pgto Loterias	36.590,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834570	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.054,40	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834600	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.473,85	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834691	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.679,50	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834694	976	TED-Repasse Pgto Loterias	30.701,93	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834696	976	TED-Repasse Pgto Loterias	21.962,90	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834697	976	TED-Repasse Pgto Loterias	30.706,16	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834699	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.807,82	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834703	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.656,37	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834705	976	TED-Repasse Pgto Loterias	20.152,94	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834706	976	TED-Repasse Pgto Loterias	36.429,44	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834709	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.890,00	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834710	976	TED-Repasse Pgto Loterias	19.832,33	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834735	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.646,94	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834740	976	TED-Repasse Pgto Loterias	17.851,37	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834747	976	TED-Repasse Pgto Loterias	27.810,05	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834748	976	TED-Repasse Pgto Loterias	41.519,36	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834763	976	TED-Repasse Pgto Loterias	18.113,21	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834766	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.939,77	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834768	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.728,72	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834770	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.950,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834771	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.525,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834774	976	TED-Repasse Pgto Loterias	2.853,39	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834812	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.197,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834814	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.622,09	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834819	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.367,39	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834825	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.402,49	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834851	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.512,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834859	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.709,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834865	976	TED-Repasse Pgto Loterias	1.368,54	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834875	976	TED-Repasse Pgto Loterias	749,27	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834877	976	TED-Repasse Pgto Loterias	650,44	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834881	976	TED-Repasse Pgto Loterias	647,34	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834891	976	TED-Repasse Pgto Loterias	639,67	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834920	976	TED-Repasse Pgto Loterias	693,74	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034834964	976	TED-Repasse Pgto Loterias	687,24	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835046	976	TED-Repasse Pgto Loterias	822,97	C	104 0000 00000000000000

06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835095	976	TED-Repasse Pgto Loterias	930,29	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835186	976	TED-Repasse Pgto Loterias	735,77	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835246	976	TED-Repasse Pgto Loterias	772,22	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835253	976	TED-Repasse Pgto Loterias	661,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835271	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.099,73	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835283	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.363,45	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835297	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.439,53	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835309	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.331,77	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835339	976	TED-Repasse Pgto Loterias	5.547,65	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835359	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.925,03	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835389	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.348,91	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835393	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.522,01	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	0000	14175	00000000034835420	976	TED-Repasse Pgto Loterias	4.760,87	C	104 0000 00000000000000
06/12/2024	06/12/2024	1615	11302	00000000008888888	144	Transf.conta centralizad.	1.841.677,93	D	

☐ Visualizar Pix agrupados

Extrato de Conta Corrente

G336121701898373014
12/03/2025 17:12:32

Cliente - Conta atual

Agência	1615-2
Conta corrente	22788-9 SECRETARIA E D SOCIAL
Período do extrato	12 / 2024

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
07/11/2024		0000	00000	000 Saldo Anterior			0,00 C
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.250	10.270,87 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.251	10.906,14 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.268	12.254,44 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.269	7.224,29 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.271	8.614,09 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.272	9.693,32 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.274	9.393,52 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.276	10.650,57 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.307	7.103,24 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.308	7.478,69 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.310	9.433,94 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.317	9.763,57 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.318	11.432,54 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.319	11.849,52 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.322	13.546,34 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.323	13.767,07 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.324	13.821,87 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.325	14.950,47 C	
06/12/2024		0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.328	14.850,97 C	

06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.329	15.050,02 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.337	15.179,27 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.340	17.589,14 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.342	18.106,79 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.343	118.941,59 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.344	111.475,09 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.376	123.229,19 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.378	166.670,89 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.384	35.132,39 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.407	39.270,29 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.408	37.270,39 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.410	58.001,09 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.434	52.263,49 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.435	50.559,29 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.436	63.391,14 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.438	4.975,13 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.439	4.475,24 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.442	5.313,05 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.443	5.933,72 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.445	6.063,80 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.459	7.046,75 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.461	8.653,52 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.462	4.179,02 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.463	3.496,79 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.467	3.482,54 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.470	3.931,13 C

			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.487	1.490,27 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.488	1.212,74 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.493	1.621,14 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.494	1.382,54 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.495	1.346,84 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.530	1.224,87 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.531	1.748,74 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.532	1.697,69 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.533	1.182,04 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.540	1.086,47 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.541	1.207,54 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.542	22.244,54 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.563	21.243,41 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.565	31.058,00 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.566	20.085,05 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.567	31.773,41 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.569	36.590,24 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.570	19.054,40 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.600	20.473,85 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.691	20.679,50 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.694	30.701,93 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.696	21.962,90 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.697	30.706,16 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.699	19.807,82 C
			104 0000 00000000000000		
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.703	20.656,37 C
			104 0000 00000000000000		

06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.705	20.152,94 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.706	36.429,44 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.709	18.890,00 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.710	19.832,33 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.735	18.646,94 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.740	17.851,37 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.747	27.810,05 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.748	41.519,36 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.763	18.113,21 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.766	1.939,77 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.768	1.728,72 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.770	1.950,24 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.771	2.525,87 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.774	2.853,39 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.812	1.197,87 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.814	1.622,09 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.819	1.367,39 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.825	1.402,49 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.851	1.512,24 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.859	1.709,24 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.865	1.368,54 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.875	749,27 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.877	650,44 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.881	647,34 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias 104 0000 00000000000000	34.834.891	639,67 C
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.920	693,74 C

			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.834.964	687,24 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.046	822,97 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.095	930,29 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.186	735,77 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.246	772,22 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.253	661,87 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.271	4.099,73 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.283	5.363,45 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.297	5.439,53 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.309	5.331,77 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.339	5.547,65 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.359	4.925,03 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.389	4.348,91 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.393	4.522,01 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	0000	14175	976 TED-Repasse Pgto Loterias	34.835.420	4.760,87 C	
			104 0000 00000000000000			
06/12/2024	1615	11302	144 Transf.conta centralizad.	8.888.888	1.841.677,93 D	0,00 C
			Transf. P/ Ag 1615-2 Cta 8888.888-6			
31/12/2024	0000	00000	999 S A L D O			0,00 C

***** A CONTA NAO FOI MOVIMENTADA *****

OBSERVAÇÕES:

Transação efetuada com sucesso por: J4573998 LEOGUSTAVO DUTRA MUNIZ.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 15:11:38 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Diretoria de Contabilidade e Finanças

Belo Horizonte, 18 de março de 2025.

Termo de Conferência de Tesouraria SEDESE/SUBPG-SGFRH-DCF Nº 109661600/2025

TERMO DE CONFERÊNCIA DE TESOURARIA

Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

Item 19 - Certificação, pelos agentes responsáveis pela movimentação do saldo das contas auxiliares que compõem a conta Recurso de Movimentação da Unidade Tesouraria (código contábil 1.1.1.1.2.01) a fim de demonstrar obediência ao princípio da unidade de tesouraria, complementando, se for o caso, com relatórios específicos emitidos pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Conforme anexo III da Decisão Normativa nº 01/2025 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG, certificamos os saldos contábeis existentes em 31 de dezembro de 2024, na conta contábil 1.1.1.1.2.01 - Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria com saldo de R$ 125.636.029,79, e identificamos que este saldo está composto pela conta contábil 1.1.1.1.2.01.02 Conta de Movimentação Interna - CMI/CIT:

1.1.1.1.2.01.02 - CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA – CMI/CIT

Saldo de Conta Contábil	
Exercício:	**2024**
Unid. Orçamentária:	**1481 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**
Unid. Executora:	**1480002 - SEDESE/FINANCEIRO**
Conta Contábil:	**1.1.1.1.2.01.02 - CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI/CIT**

Conta Auxiliar	Saldo Atual	D/C	Descrição
11901099996000000002004176	49.342.928,58	D	LEI PELE/CAU
11901099996000000002004994	16.675.232,39	D	LEI PELE - CAU SEDESE
12948094821000000010101572005050004909	2.085,69	D	SEDESE/OEME/PM GUANHAES CONV. 93/2005
12948094821000000010101652005050004910	64,11	D	SEDESE/OEME/PM DE MARAVILHAS CONV. 280/2005
12948094821000000010101732005050004911	332,72	D	SEDESE/OEME/PM DE CALDAS CONV. 297/2005
12948094821000000010101812005050004912	709,44	D	SEDESE/OEME/PM CLARO DOS POCOES CONV. 5
15999090019000000009001198	249.953,64	D	RECEBIMENTO DAE - LEI PELE/RESTITUIÇÕES
15999090019000000009005256	2.446,32	D	DIRETAMENTE ARRECADADO
15999090019000000009005272	649,79	D	ADEMG - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS
15999090019000000009005306	8.172,58	D	FEIRA DO MINEIRINHO
16999090019000000009001792	2.003.772,57	D	SEDESE/LEI PELE
16999090019000000009002105	96,08	D	SEDESE/ACERTO DE DAE
16999090019000000009005496	9.805.556,00	D	CONTA REPASSE FONTE 602 LOTERIA
16999090019000000009006510	103,87	D	REPASSE LEMG - SUBDH
16999090019000000009006577	27.307.169,33	D	OPERACIONALIZAÇÃO REPASSES FES
16999090019000000009007369	4.159.783,67	D	LEI INCENTIVO ESPORTE - FTE 59 / EXERCIO 2023 EM DIANTE
20999090019000000009005280	659.754,23	D	RECURSO DA LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE
20999090019000000009005298	15.417.218,78	D	RECURSO DA LEI DE APOIO FINANCEIRO AO ESPORTE (LEI 20.824/13)
SALDO TOTAL	**125.636.029,79**		

Destacamos os seguintes saldos:

A - Os saldos de R$ 3.191,96, são de convênios celebrados com prefeituras para aquisição de mobiliários escolares, com vigência expirada, que precisam ser analisados para devolução de saldo, se houver; porém não foram localizados os documentos para finalização e conclusão da subsistência ou não dos saldos;

Conta Auxiliar	Saldo Atual	D/C	Descrição
12948094821000000010101572005050004909	2.085,69	D	SEDESE/OEME/PM GUANHAES CONV. 93/2005
12948094821000000010101652005050004910	64,11	D	SEDESE/OEME/PM DE MARAVILHAS CONV. 280/2005
12948094821000000010101732005050004911	332,72	D	SEDESE/OEME/PM DE CALDAS CONV. 297/2005
12948094821000000010101812005050004912	709,44	D	SEDESE/OEME/PM CLARO DOS POCOES CONV. 5

B – O saldo de R$ 2.003.772,57 - nível auxiliar 16999090019000000009001792, é saldo da fonte 38, oriundo da transposição de saldo da Secretaria de Esportes, Unidade Orçamentária 1671, para execução das despesas correspondentes, que estão registradas como restos a pagar processados e não processados, conforme tabela abaixo.

Estamos aguardando liberação financeira para finalização da execução e saldo restante de superávit financeiro de anos anteriores.

Unidade Orçamentária - Código	Unidade Executora - Código	Ano Origem Restos a Pagar	Número Empenho	Saldo Restos a Pagar Não Processado	Saldo Restos a Pagar Processado	Fonte Recurso - Código
1481	1480002	2018	198	0,00	7.156,29	38
1481	1480049	2022	184	27.540,00	0,00	38
1481	1480049	2022	362	0,00	1.500,00	38
1481	1480049	2022	451	67.798,72	0,00	38
Total				**95.338,72**	**8.656,29**	

C – O saldo de R$ 103,87, de repasse da Loteria Mineira de Minas Gerais, Fonte 60.2, serão avaliados para suplementação em 2025.

Demais saldos para o próximo exercício de 2025, aguardando suplementação para execução.

Documento assinado eletronicamente por **Ailana Cristine Rodrigues**, **Servidor (a) Público (a)**, em 18/03/2025, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109661600** e o código CRC **0983E80D**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001733/2025-24 SEI nº 109661600

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.19 09:13:08 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Diretoria de Contabilidade e Finanças

Relatório de Conformidade Contábil - RCC SEDESE/SUBPG-SGFRH-DCF nº. DEZEMBRO/2024/2025

RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL - RCC

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CÓDIGO	REF: MÊS/ANO
SEDESE - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1481	12/2024

1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaramos que os registros contábeis processados no SIAFI-MG estão lastreados em documentação legal e atendem à legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 4.320/64, a Lei Complementar Federal nº 101/00, as Normas Brasileira de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP e normativos expedidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, diante do que atestamos sua regularidade e conformidade, ressalvadas as observações relatadas no campo "2" em forma de Notas Explicativas.

2 - INCONFORMIDADE

Seq	Conta Contábil	Saldo(R$)	Inconformidade	Medidas adotadas para regularização
1	1.1.1.1.1.02 - Bancos Conta Movimento	1.518.682,59	Quitação Financeira Escritural Pendente	Nota Explicativa 1
2			Lançamentos pendentes de classificação no SIAFI	Nota Explicativa 2
3			Conciliação de convênio de entrada	Nota Explicativa 3
4	1.1.3.1.1.01.01 - Adiantamentos/diarias antecipadas concedidos a pessoal	265.018,05	Possui saldos em aberto dos anos de 2013 a 2024	Instruído o Processo Sei nº 1480.01.0007175/2023-51 para certificação dos saldos junto às áreas responsáveis.
5	1.1.3.4.1.01 - Saldos não Recolhidos	55.022,62	Saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Nota Explicativa 4
6	1.1.3.4.1.02 - Pagamento Sem Crédito Orçamentário	79.369,21	Pendência de aprovação da prestação de contas	Nota Explicativa 5
7	1.1.3.4.1.03 - Prestação de contas de convênios impugnadas	23.846.832,39	Há saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis
8	1.1.3.4.1.88 - Outras Responsabilidades	86.976.046,49	Há saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis

9	1.1.3.8.1.08.88 - Recursos A Liberar-Convenios De Saida De Recurso	10.143.987,30	Há saldos de 2016, 2017 e 2019, 2023 e 2024	Nota Explicativa 6
10	1.2.1.2.1.98.03 - Contribuições e outros créditos a receber	108.251,68	Há saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Nota Explicativa 7
11	1.2.3.1.1.03 - Material Permanente Pendente de Incorporação - Recebimento Provisório	902.535,00	Possui saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Nota Explicativa 8
12	1.2.3.1.1.04 - Bens Moveis a Transferir	47.667,40	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis
13	1.2.3.1.1.88.01 - Bens moveis a incorporar (1.2.3.1.1.99.02-(-) Bens Móveis a Incorporar/transferência)	10.474,07	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis
14	1.2.3.2.1.03 - Obras e instalações em andamento	143.569.585,46	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis
15	2.1.3.1.1.01 - Fornecedores e Contas a pagar	9.667.724,33	Saldo a regularizar. Há valores oriundo das Unidades Orçamentárias 1650, 1671 e 1691	A regularização dos valores necessita de manifestação das áreas ligadas à contratos e dos credores para efetivação dos registros/cancelamentos
16	2.1.8.8.1.01 - Imposto Sobre A Renda Retido Na Fonte	4.430,45	Não foram identificados pagamentos que subsidiaram as retenções.	Saldo em aberto pertence ao convênio Sine nº 9001807. Processo SEI nº 1480.01.0000471/2019-69 para suplementação dos valores
17	2.1.8.8.1.04 - Cauções e Garantias Diversas - Execução Contratual	51.703,48	Saldo oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - SEESP	Nota Explicativa 9
18	2.1.8.8.1.08 - Depósitos de Terceiros	309.674,58	Possui saldos nos anos de 2015 a 2024	Relação encaminhada para a unidade financeira em 27/02/2025
19	2.1.8.8.1.13 - Recursos de Convênios a Restituir	6.682,64	Saldo em aberto pertence ao convênio Sine nº 9001807	Nota Explicativa 10
20	2.1.8.8.1.88 - Outros Valores Restituíveis	270.134,98	Saldo a ser certificado	Há valores que podem ter vinculação ao convênio Sine nº 9001807
21	2.1.8.9.1.01 - Investimentos	2.612.339,51	Saldo a ser certificado	A regularização dos valores necessita de manifestação das áreas ligadas à contratos e dos credores para efetivação dos registros/cancelamentos

22	6.3.1.1 - Restos a pagar não processado a liquidar	10.295.449,93	Possui saldo em aberto referente aos anos de 2018 a 2023	A regularização dos valores necessita de manifestação das áreas ligadas à contratos e dos credores para efetivação dos registros/cancelamentos
22	6.3.1.2 - Restos a pagar não processados em liquidação	919.215,96	Saldo em aberto referente aos anos de 2013, 2016, 2017, 2019, 2022 e 2023	A regularização dos valores necessita de manifestação das áreas ligadas à contratos e dos credores para efetivação dos registros/cancelamentos
23	6.3.2.1 - Restos a pagar processados a pagar	2.378.175,25	Saldo em aberto referente aos anos de 2011 a 2023	A regularização dos valores necessita de manifestação das áreas ligadas à contratos e dos credores para efetivação dos registros/cancelamentos
24	8.1.1.2.1.01 - Direitos Conveniados - A Receber	9.410.371,27	Saldo certificado	Nota Explicativa 11
25	8.1.1.2.1.02.01 - Direitos Conveniados - Recebidos a Empenhar	6.164.486,38	Saldo a ser certificado	Nota Explicativa 12
26	8.1.1.9.1.02.01 - Responsáveis por Prestação de contas - diarias de viagem	34.710,92	Possui saldo em aberto referente aos anos de 1995 a 2012	Nota Explicativa 13
27	8.1.1.9.1.02.02 - Responsáveis por Prestação de contas - adiantamentos	9.055,53	Possui saldo em aberto referente aos anos de 2008 a 2012	Nota Explicativa 13
28	8.1.1.9.1.06 - Diversos Responsáveis em Apuração	9.778.555,40	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação para subsistência do saldo junto às áreas responsáveis
29	8.1.1.9.1.10 - Bens moveis do Estado entregues a terceiros para uso-cessão onerosa-comodato	2.621.510,82	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação para subsistência do saldo junto às áreas responsáveis
30	8.1.2.2.1.01 - Obrigações Conveniadas a Empenhar	1.539.198.001,28	Possui saldo em aberto referente aos anos de 2008 a 2021	Providenciar certificação para subsistência do saldo junto às áreas responsáveis
31	8.1.2.2.1.03 - Obrigações Conveniadas a Pagar	10.143.987,30	Há saldos de 2016, 2017 e 2019, 2023 e 2024	Nota Explicativa 6
32	8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar	848.907.542,53	Possui saldo em aberto referente as UOs 1651, 1671 e 1691	Providenciar certificação para subsistência do saldo junto às áreas responsáveis
33	8.1.2.3.1.01 - Contratos De Fornecimento - A Executar	13.251.971,07	Saldo a ser certificado	Nota Explicativa 14
34	8.1.2.3.2.01 - Contratos De Serviço - A Executar	203.581.153,72	Saldo a ser certificado	Nota Explicativa 14
35	8.1.2.3.3.01 -Contratos De Aluguel - A Executar	4.088.280,29	Saldo a ser certificado	Nota Explicativa 14

36	8.1.2.3.4.01 - Contrato de Execução de Obras - a Executar	9.608.401,31	Saldo a ser certificado	Nota Explicativa 14
37	8.1.2.9.1.08 - Bens Moveis de Terceiros Entregues ao Estado p/ uso-cessao onerosa-comodato	4.598.594,24	Saldo a ser certificado	Providenciar certificação do saldo junto às áreas responsáveis

Local: Belo Horizonte	**Data de emissão:**	26/02/2025

Contador

Nome	Assinatura	C.R.C.
Ailana Cristine Rodrigues		MG-128560/O

Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças ou Unidade Equivalente

Nome	Assinatura	MASP/MATRICULA
Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio		M1481132-7

NOTA	ANEXO AO RCC - NOTAS EXPLICATIVAS
1	Aguardando regularização de saldos inscritos em restos a pagar para emissão de declaração financeira e liberação de cota orçamentária para registro de quitação financeira escritural. Processo SEI nº 1480.01.0006124/2024-04 instruído para tratativas que envolvem a regularização desses valores.
2	Conta de tributos dos diversos convênios da SEDESE - Ag. 01615-2 / Conta nº 20.729-2: está em processo a conciliação da conta bancária para identificar os pagamentos dos quais estão faltando as quitações das classificações.
3	Conta bancária sem cadastro no SIAFI: Ag. 01615-2 / Conta nº 9068-9: Saldo bancário em Dezembro/2024 é de R$ 709,00 (Unidade Executora 1480062). Conciliar convênios 9001550 e 9001262 para localizar as divergências.
4	Saldo contabilizado na Unidade Executora 1480002, em 22/01/2020, oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - Unidade Executora 167001 - SEC. ESPORTES/SEESP. 201242138671615: R$ 15.027,02 / 201303057270603: R$ 14.999,00 / 201503206586607: R$ 24.996,60 Está sendo providenciada a certificação do saldo.
5	Conforme Contadoria do Estado, despesas de pessoal sem crédito orçamentário com pendência de aprovação da prestação de contas pela ALMG do Governo há época do fato gerador (Demanda Fale com o Tesouro nº 1.495.313 de 01/09/2023). Está sendo providenciada a certificação do saldo.
6	A relação dos instrumentos registrados na conta contábil 1.1.3.8.1.08.88 - Recursos a Liberar - Convênios de Saída de Recurso está sendo elaborada para encaminhamento à Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos, para certificação dos saldos. Observa-se que os instrumentos presentes na conta 1.1.3.8.1.08.88 - Recursos a Liberar - Convênios de Saída de Recurso também estão registrados na conta contábil 8.1.2.2.1.03 - Obrigações Conveniadas a Pagar. Ressaltamos ainda que o saldo contabilizado na Unidade Executora 1480101 - SEDESE/SUPOD foi migrado para a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Publica - SEJUSP, devido a sub-rogação da Subsecretaria de Política de Drogas da SEDESE para a SEJUSP.
7	Saldo de abertura patrimonial oriundo da Unidade Orçamentária 1671 - Unidade Executora 167001 - SEC. ESPORTES/SEESP. Saldo originado da Unidade Orçamentária 1411 - Unidade Executora 1410008 - ADEMG/223001, inscrito em 2020, no credor 03.803.614/0001-08 - Empresa Brasil Consultoria e Eventos Ltda, conforme CNPJ INAPTIDÃO (Lei nº 11.941/2009 - Art. 54), baixado em 31/12/2008. Está sendo providenciada a certificação do saldo.
8	Esta conta possui um saldo insubsistente no valor de R$ 4.480,00, contabilizado na Unidade Executora 1480002, referente ao Empenho nº 150/2013 - NF 408, aberto na Unidade Orçamentária 1631 - Unidade Executora 1630008 (antiga unidade da Secretaria de Esportes). Após a migração dos saldos contábeis da Secretaria de Esportes para a SEDESE, houve o cancelamento do RP na unidade 1481 no ano de 2023, mas o estorno da nota fiscal no portal de compras foi na unidade

	1631 (Esportes), porém, o saldo relativo a essa nota fiscal, permaneceu na conta contábil 1.2.3.1.1.03 - Material Permanente Pendente de Incorporação - Recebimento Provisório. A Contadoria do Estado está avaliando a movimentação da conta para efetuar a baixa e assim regularizar o saldo. (Demanda Fale com o Tesouro nº 1.901.226)
9	Valores que compõem esta conta refere-se a 1% dos valores dos contratos a título de garantia de execução. 20010225881723000178: R$ 26.289,48 - Palmares Samba Show Ltda CNPJ 25.881.723/0001-78 / 20091420482188000169: R$ 1.200,00 - Maria de Fatima Gonzaga ME CNPJ 20.482.188/0001-6 / 20101405725292000143: R$ 14.160,00 - Sandra Maria Fonseca Nogueira ME CNPJ 05.725.292/0001-43 / 20181501030958000198: R$ 10.000,00 - Fundação Oasis CNPJ 01.030.958/0001-98 / 20191526179697000101: R$ 54,00 Unidata Automoção Ltda CNPJ 26.179.697/0001-01 Os cauções em nome de Palmares Samba, Maria de Fatima e Sandra Maria são contratos antigos e os interessados não procuraram a Superintendência e não foram encontrados os contratos. Os demais cauções, deve-se analisar os contratos para possíveis regularizações.
10	Saldo a devolver do convênio nº 9001807 deve ser conciliado para conclusão. Aguardando cancelamento de restos a pagar registrados para finalização da conciliação do convênio e devolução do saldo.
11	Processo Sei nº 1480.01.0009556/2023-75 instruído para certificação das conta contábil 8.1.1.2.1.01 - DIREITOS CONVENIADOS - A RECEBER. Os valores presentes na conta contábil 8.1.1.2.1.01 - DIREITOS CONVENIADOS - A RECEBER referem-se aos seguintes convênios de entrada: - nº 9245972/2020 que possui vigência vencida em 31/12/2024, conforme consulta realizada ao Qlick View: será encaminhada solicitação para a Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos para informar sobre a atual situação do instrumento; - nº. 9321263/2022 que possui vigência vencida em 30/06/2024, conforme consulta realizada ao Qlick View. Este convênio possui saldo atrelado a valores presentes nas contas contábeis de Banco Conta Movimento e Aplicação Financeira e será necessário que os valores permanecem em conta escritural até que seja possível realizar os ajustes referentes a esses convênios; - nºs. 9430917/2024 e 9440905/2024 que estão vigentes.
12	Processo Sei nº 1480.01.0009556/2023-75 instruído para certificação da conta contábil 8.1.1.2.1.02.01 - Direitos Conveniados - Recebidos a Empenhar. Foi encaminhada relação dos convênios contabilizados nesta conta para a Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos solicitando informações sobre a atual situação de cada instrumento vencido.
13	Processo Sei nº 1480.01.0003762/2023-52 instruído para certificação dos saldos contabilizados nas contas 8.1.1.9.1.02.01 - RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS - DIARIAS DE VIAGEM / 8.1.1.9.1.02.02 - RESPONSAVEIS POR PRESTACAO DE CONTAS – ADIANTAMENTOS. A Diretoria de Contabilidade e Finanças está em conjunto com a Assessoria de Projetos no processo de certificação dos saldos presentes nas contas contábeis supracitadas, bem como também está em processo de verificação junto à Assessoria Jurídica sobre uma possível situação de prescrição dos valores.
14	Existem contratos de exercícios anteriores encerrados ou concluídos e que não foram encerrados no Portal de Compras/SIAD. Está sendo providenciada a certificação dos saldos junto à área responsável.

Local: Belo Horizonte	**Data de emissão:** 26/02/2025

Contador

Nome	C.R.C.
Ailana Cristine Rodrigues	MG-128560/O

Diretor da Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças ou Unidade Equivalente

Nome	MASP/MATRICULA
Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio	M1481132-7

Documento assinado eletronicamente por **Edlaine Rodrigues Pereira Sampaio**, **Servidor (a) Público (a)**, em 28/02/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Ailana Cristine Rodrigues**, **Servidor (a) Público (a)**, em 06/03/2025, às 08:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **108447641** e o código CRC **204E0D13**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1190.01.0002503/2024-47 SEI nº 108447641

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.06 08:19:02 -03'00'

RELATÓRIO DE APURAÇÃO DOS VALORES EM TESOURARIA, DA DÍVIDA FLUTUANTE E FUNDADA E DAS CONTAS DE COMPENSADO E CONTROLE DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE

DATA BASE – 30/12/2024

Em cumprimento às determinações do art. 3º do Decreto nº 48.934, de 01 de novembro de 2024, foi instituída, através Resolução SEDESE nº 104, de 21 de novembro de 2024, a Comissão encarregada promover o inventário físico e financeiro dos valores em tesouraria, das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e não Circulante e Restos a Pagar não Processados e das contas de controle representativas dos atos potenciais Ativos e Passivos, para fins de encerramento do exercício de 2024.

O presente Relatório apresenta a apuração dos saldos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE - Unidade Orçamentária - 1481, com data-base de 30/12/2024.

Para inventário no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE / Unidade Orçamentária 1481, a comissão é constituída por:

I - Sara Luiza Lobato Miranda – Masp 1539886-0
II - Carolina Barros de Souza – Masp 753251-8
III - Victoria Emily da S. Oliveira Castro – Masp 1548749-9

2. DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DA COMISSÃO

Este relatório tem por objetivo, nos limites das atribuições da Comissão, realizar a apuração final das dívidas curto e longo prazo com data-base de 30 de dezembro de 2024 (UO 1481) por meio da contabilização dos saldos das contas da dívida flutuante e fundada da SEDESE e indicação de recomendações à Diretoria de Contabilidade e Finanças acerca da subsistência dos saldos (cancelamento de saldos, baixas ou inscrições contábeis, bem como também podem propor ações de regularização).

Para a realização do trabalho, foram analisados os documentos e relatórios disponibilizados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças da Superintendência de Gestão, Finanças e Recursos Humanos – SGFRH.

3. APURAÇÃO DOS SALDOS CONTÁBEIS E RECOMENÇÕES - UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1481

2 PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

2.1 PASSIVO CIRCULANTE

2.1.1.1.1.01.01 - PESSOAL - ATIVO

Composição da Conta: Saldo de R$00,00 (conta zerada). Todo o saldo foi utilizado durante o ano de exercício para fins de pagamento de pessoal.

Recomendações da Comissão: Considerando que todo o saldo foi utilizado não é necessária nenhuma medida ou acompanhamento.

2.1.3.1.1.01 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Composição da conta: Saldo de -R$9.667.724,33 (nove milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e três centavos) refere-se a despesas empenhadas e liquidadas, em empenhos diversos, incluindo Restos a Pagar Processados de origem dos anos 2011 a 2023.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2131101	2011	-16.843,29
2024	1481	SEDESE	2131101	2013	-3.228,07
2024	1481	SEDESE	2131101	2015	-150.547,86
2024	1481	SEDESE	2131101	2016	-50.493,62
2024	1481	SEDESE	2131101	2017	-138.961,38
2024	1481	SEDESE	2131101	2018	-7.156,29
2024	1481	SEDESE	2131101	2019	-199.812,42
2024	1481	SEDESE	2131101	2020	-2.118,35
2024	1481	SEDESE	2131101	2021	-146.433,63
2024	1481	SEDESE	2131101	2023	-896.124,75
2024	1481	SEDESE	2131101	2024	-8.056.004,67

Recomendações da Comissão: Considerando se tratar de despesa já liquidada, reforçamos as orientações à Diretoria de Contabilidade e Finanças que solicite aprovação de cota financeira para quitação dessas despesas, conforme necessário.

Quanto aos saldos de anos anteriores:

- Os saldos referentes a Restos a Pagar devem receber análise de subsistência para avaliar a necessidade de execução ou de cancelamento.
- Os saldos de Restos a Pagar relativos Convênios e Parcerias, devem receber análise da vigência dos instrumentos a fim de verificar a possibilidade ainda de execução ou que se proceda com o cancelamento em caso de instrumento vencido.

2.1.8.8.1 - VALORES RESTITUÍVEIS – CONSOLIDAÇÃO

2.1.8.8.1.01 - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

Composição da conta: Saldo de -R$4.430,45 (quatro mil, quatrocentos e trinta reais e quarenta e cinco centavos). Saldo da Unidade Executora 1480097 - Ano de origem do período de 2013 a 2017 – Relativos à execução de Convênios de Entrada – fonte 24 e 10.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	GMIFP	Fonte Recurso	Procedência Recurso	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2188101	2013	3900241	24	1	-338,26
2024	1481	SEDESE	2188101	2016	3900241	24	1	-2.011,21
2024	1481	SEDESE	2188101	2017	3900103	10	3	-2.080,98
							TOTAL:	-4.430,45

Recomendações da Comissão: Considerando se tratar de valores antigos, que não vem sendo utilizados ao longo dos anos, reforçamos a recomendação que a Diretoria de Contabilidade e Finanças realize a conciliação dos Convênios de Entrada a fim de identificar a subsistência ou não dos valores de IRRF e proceda com a execução ou cancelamento. Trata-se de medida necessária tendo em vista que são valores antigos de convênios com vigência encerrada.

2.1.8.8.1.03 - CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTOS/ ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA

Composição da Conta: Saldo de -R$216,35 (duzentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos) referente a saldo destinado a pagamento ao Instituto Nacional de Seguridade Social e Instituto de Previdência dos Servidores de Minas Gerais decorrente de execução de contratos de locação de mão de obra (MGS) e de serviços terceirizados.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	GMIFP	Fonte Recurso	Procedência Recurso	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2188103	2024	1900101	10	1	-216,35
							Total:	**-216,35**

Recomendações da Comissão: Analisar e certificar a existência ou não dos valores de INSS em 2024 e proceder com a execução ou cancelamento, considerando que os demais valores foram executados.

2.1.8.8.1.04 - CAUÇÕES E GARANTIAS DIVERSAS - EXECUÇÃO CONTRATUAL

Composição da conta: Saldo de -R$51.703,48 (cinquenta e um mil, setecentos e três reais e quarenta e oito centavos) em dívida, refere-se a cauções e garantias oriundas da Secretaria de Estado de Esportes - SEESP decorrentes de contratos celebrados pelo órgão e pela ADEMG:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	Razão Social Credor	Tipo Conta Bancária	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2188104	2001	PALMARES SAMBA SHOW LTDA	2	- 26.289,48
2024	1481	SEDESE	2188104	2009	MARIA DE FATIMA GONZAGA ME	14	- 1.200,00
2024	1481	SEDESE	2188104	2010	SANDRA MARIA FONSECA NOGUEIRA ME	14	- 14.160,00
2024	1481	SEDESE	2188104	2018	FUNDACAO OASIS	15	- 10.000,00
2024	1481	SEDESE	2188104	2019	ABASTEK AUTOMACAO LTDA	15	- 54,00
						TOTAL:	**- 51.703,48**

Recomendações da Comissão: Por se tratar de cauções e garantias oriundos da SEESP e da ADEMG, reforçamos que a Diretoria de Contabilidade e Finanças atue em parceria com a Secretaria de Estado de Infraestrutura para que regularize os registros contábeis no órgão adequado.

2.1.8.8.1.08 - DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Composição da conta: Saldo -R$309.674,58 (trezentos e nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), incluindo saldos de anos anteriores, conforme detalhamento:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	Tipo Conta Bancária	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2188108	2017	1	-1.290,55
2024	1481	SEDESE	2188108	2019	1	-563,92
2024	1481	SEDESE	2188108	2020	1	-5.954,94
2024	1481	SEDESE	2188108	2021	1 e 16	-1.461,11
2024	1481	SEDESE	2188108	2022	1	-130.086,53
2024	1481	SEDESE	2188108	2023	1 e 16	-38.209,23
2024	1481	SEDESE	2188108	2024	1	-132108,3

Recomendações da Comissão: Reforça-se a recomendação de que a Diretoria de Contabilidade e Finanças analise os valores referentes a anos anteriores a fim de identificar a necessidade da permanência dos saldos em conta ou a solicitação dos cancelamentos cabíveis. Nos casos de permanência dos saldos, devem ser apurados para que os ressarcimentos sejam concluídos.

2.1.8.8.1.88 - OUTROS VALORES RESTITUIVEIS

Composição da Conta: Saldo de –R$270.134,98 (duzentos e setenta mil, cento e trinta e quatro reais e noventa e oito centavos) em conta credor destinados a restituição de impostos de ISSQN para diversos municípios, refere-se aos anos a partir de 2011, conforme detalhamento:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	Fonte Recurso	Procedência Recurso	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2188188	2011	10	3	-11.876,12
2024	1481	SEDESE	2188188	2012	10	3	-18.530,11
2024	1481	SEDESE	2188188	2013	10, 24 e 71	1 e 3	-212.608,87
2024	1481	SEDESE	2188188	2014	24 e 71	1 e 3	-2.874,74
2024	1481	SEDESE	2188188	2015	24	1	-15.765,41
2024	1481	SEDESE	2188188	2016	24	1	-93,68
2024	1481	SEDESE	2188188	2019	10	1	-710,15
2024	1481	SEDESE	2188188	2023	60	2	-4140,00
2024	1481	SEDESE	2188188	2024	10 e 71	1	-3.535,90

Recomendações da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e finanças analise os valores referentes a anos anteriores a fim de identificar a necessidade da permanência dos saldos em conta ou a solicitação dos cancelamentos cabíveis. Nos casos de permanência dos saldos, devem ser apurados para que os valores não permaneçam pendentes de registro de pagamento.

2.1.8.9.1.01 - OBRIG LIQ A PAGAR INVESTIMENTOS GRUPO DESPESA 4

Composição da Conta: Saldo de –R$2.612.339,51 (dois milhões, seiscentos e doze mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) que se referem a saldos de empenhos e restos a pagar processados do grupo 4 (investimentos/capital) que ainda não foram liquidados.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Origem Documento	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	2189101	2015	-15.000,00
2024	1481	SEDESE	2189101	2016	-15.000,00
2024	1481	SEDESE	2189101	2017	-672.000,00
2024	1481	SEDESE	2189101	2019	-18.225,50
2024	1481	SEDESE	2189101	2021	-64.163,33
2024	1481	SEDESE	2189101	2023	-977.950,68
2024	1481	SEDESE	2189101	2024	-850.000,00
				TOTAL:	-2.612.339,59

Recomendações da Comissão: Quanto aos saldos referentes à Convênios e Parcerias (Unidade Executora 1480071) recomenda-se que os saldos referentes aos anos de 2015 a 2023 sejam repassados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças à Diretoria de Celebração de Convênios e Parcerias, para que seja realizado um levantamento das vigências dos instrumentos, a fim de se solicitar a aprovação de cota financeira para quitação da despesa daqueles que se encontrarem no status de vigentes e para os instrumentos vencidos proceder com o cancelamento do Restos a Pagar.

Quanto aos saldos de 2024, referentes à Unidade Executora 1480071, recomenda-se que sejam repassados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças junto à Assessoria Jurídica e à Secretaria de Estado de Governo, para verificação de possibilidade de pagamento ou cancelamento em caso de saldos indevidos.

6.2.2.1.3.01 CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR

Composição da conta: Saldo de –R$30.512.285,59 (trinta milhões, quinhentos e doze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos) referente a valores empenhados aguardando liquidação.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Conta Contábil - Descrição	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	6221301	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	-30.512.285,59

Recomendação da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças monitore os saldos detalhadamente e que as áreas responsáveis pelos objetos dos empenhos acompanhem o andamento dos processos, garantindo que a execução física e financeira esteja em conformidade com as obrigações previstas nos instrumentos. Caso sejam identificados empenhos que não possam ser liquidados, sugere-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças realize a análise dos saldos e efetue os cancelamentos necessários.

6.2.2.1.3.02 - CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO

Composição da conta: Saldo de –R$19.545,00 (dezenove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais), referente a crédito empenhado em liquidação, conforme detalhamento:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	GMIFP	Fonte Recurso	Procedência Recurso	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	6221302	3900711	71	1	-19.545,00

Recomendação da comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças acompanhe o andamento da liquidação dos créditos empenhados, assegurando que os registros contábeis reflitam a situação atualizada e regular dos processos. Caso sejam identificados valores que não possam ser liquidados, sugere-se análise e o cancelamento dos empenhos, se necessário.

6.2.2.1.3.03 CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR

Composição da conta: Saldo de –R$8.886.459,67 (oito milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais, e sessenta e sete centavos) referentes a crédito empenhado liquidado a pagar, conforme detalhamento:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	GMIFP	Fonte Recurso	Procedência Recurso	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	6221303	3900101	10	1	-201,01
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-87,39
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-1.734,39
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-115.106,64
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-1.483,77
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-3.872,68
2024	1481	SEDESE	6221303	3501711	71	1	-6.979.290,99
2024	1481	SEDESE	6221303	3901711	71	1	-6.474,45
2024	1481	SEDESE	6221303	3900104	10	4	-307,3
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-2.615,53
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-205.232,57
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-15.911,18
2024	1481	SEDESE	6221303	3900711	71	1	-2.821,47
2024	1481	SEDESE	6221303	3901711	71	1	-8.944,94
2024	1481	SEDESE	6221303	3900101	10	1	-95.750,00
2024	1481	SEDESE	6221303	3900381	38	1	-278.750,00
2024	1481	SEDESE	6221303	3900101	10	1	-70.875,36
2024	1481	SEDESE	6221303	3400104	10	4	-247.000,00
2024	1481	SEDESE	6221303	4400151	15	1	-600.000,00
2024	1481	SEDESE	6221303	4400381	38	1	-250.000,00

Recomendação da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças acompanhe o andamento dos pagamentos, se atentando aos prazos legais para quitação desse montante, e a possíveis entraves no processo. É importante maior atenção com a despesa de modalidade 50, por representar a maior parte do saldo. Caso sejam identificados valores cujo pagamento não seja viável, sugere-se a revisão e o ajuste contábil necessário.

6.3.1.1 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR

Composição da conta: Saldo de –R$10.295.449,93 (dez milhões, duzentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais, e noventa e três centavos) referentes aos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar não processados a liquidar. Destaca-se que um único registro representa 94% desse montante, como mostra o detalhamento:

Empenho	Ano Origem Empenho	CNPJ_CPF Credor	Razão Social Credor	Valor Saldo
6	2018	06.955.770/0001-74	R MORAES AGÊNCIA DE TURISMO LTDA	-11.551,90

19	2018	03.118.191/0001-89	PREMIER EVENTOS LTDA	-25.506,04
102	2020	29.262.052/0002-07	FEDERACAO NACIONAL DE EDUCACAO E INTEGRACAO DOS SURDOS	-2.780,42
173	2021	09.135.430/0001-95	DELVA FABRICACAO DE PECAS EM METAIS LTDA	-68.574,54
174	2021	09.135.430/0001-95	DELVA FABRICACAO DE PECAS EM METAIS LTDA	-7.055,70
184	2022	58.069.360/0001-20	STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.	-27.540,00
214	2022	08.374.053/0001-84	ZIOBER BRASIL LTDA	-23.748,00
215	2022	08.374.053/0001-84	ZIOBER BRASIL LTDA	-2.550,88
300	2022	25.369.684/0001-24	WR DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA TEXTIL LTDA	-175.032,00
451	2022	15.330.687/0001-09	ATOM TECNOLOGIA EM INFORMACAO LTDA	-30.093,91
16	**2023**	**03.447.242/0001-16**	**SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC MINAS**	**-9.722.756,00**
36	2023	34.028.316/0015-09	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT	-18.484,00
66	2023	18.715.383/0001-40	PM BELO HORIZONTE	-42.355,64
67	2023	18.715.383/0001-40	PM BELO HORIZONTE	-2.867,73
84	2023	18.715.383/0001-40	PM BELO HORIZONTE	-105.623,17
229	2023	08.374.053/0001-84	ZIOBER BRASIL LTDA	-26.330,00
230	2023	08.374.053/0001-84	ZIOBER BRASIL LTDA	-2.600,00

Recomendação da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças, em conjunto com as áreas responsáveis, realize uma análise detalhada do registro de maior valor, que corresponde à maior parte do saldo, para verificar a situação contratual e o status de execução física e financeira do compromisso. É importante identificar eventuais impedimentos para a liquidação ou a necessidade de ajustes contábeis. Adicionalmente, sugere-se a revisão dos demais registros para assegurar a conformidade das informações e a regularização dos saldos pendentes.

6.3.1.2 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO

Composição da conta: Saldo de –R$919.215,96 (novecentos e dezenove mil, duzentos e quinze reais e noventa e seis centavos) referente a saldos de empenho inscritos em restos a pagar não processados em liquidação. Ressalta-se que um único registro representa 97% desse montante.

Recomendação da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças, junto à área responsável pelo objeto em questão, priorize a análise detalhada do registro de maior valor, que corresponde à maior parte do saldo, verificando a situação contratual, o status de execução física e financeira e a viabilidade de liquidação do empenho. Caso sejam identificados impedimentos ou irregularidades, sugere-se proceder com os ajustes necessários.

6.3.1.3 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR

Composição da conta: Saldo de –R$78.787,00 (setenta e oito mil, setecentos e oitenta e sete reais), referente a saldos de 2 (dois) empenhos inscritos em restos a pagar não processados e liquidados a pagar, originados no exercício de 2023.

Recomendação da comissão: A Diretoria de Contabilidade e Finanças tem demonstrado eficácia na conciliação dos restos a pagar não processados e liquidados a pagar, uma vez que os valores registrados nos balancetes estão restritos ao exercício de 2023. Recomenda-se que a Diretoria continue mantendo os registros atualizados, consolidando as boas práticas observadas, e que intensifique o acompanhamento dos pagamentos pendentes, priorizando a liquidação de saldos mais antigos, sempre que aplicável, para manter a qualidade e a confiabilidade da execução orçamentária.

6.3.2.1 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS A PAGAR

Composição da Conta: Saldo de –R$2.376.056,21 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) referente a saldo de empenhos inscritos em restos a pagar processados a pagar, distribuídos conforme os exercícios de origem detalhados na tabela. Adicionalmente, destaca-se um saldo de –R$2.119,04 (dois mil, cento e dezenove reais e quatro centavos) referente a documento de origem da DRH (Unidade Executora 1480006), também inscrito em restos a pagar processados a pagar.

Ano Origem Empenho	Unidade Orçamentária - Código	Conta Contábil - Código	Quantidade de empenhos	Valor Saldo
2011	1481	6321	2	- 16.843,29
2013	1481	6321	4	- 2.955,67
2015	1481	6321	21	- 165.547,86
2016	1481	6321	20	- 65.139,11
2017	1481	6321	12	- 808.652,83
2018	1481	6321	1	- 7.156,29
2019	1481	6321	1	- 199.812,42
2020	1481	6321	1	- 2.118,35
2021	1481	6321	4	- 210.596,96
2023	1481	6321	13	- 897.233,43

Recomendações da comissão: Observa-se que os maiores saldos são provenientes dos exercícios de **2017** (–R$808.652,83) e **2023** (–R$897.233,43), que juntos representam **71,7%** do montante total da conta. Além disso, empenhos com origem nos exercícios de **2011 a 2019** ainda registram saldos pendentes, indicando a necessidade de análise detalhada para verificar a regularidade e justificativa de sua permanência. Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças, em conjunto com as áreas responsáveis, realize uma análise aprofundada dos empenhos pendentes, priorizando os saldos

mais antigos, para verificar a necessidade de manutenção ou cancelamento dos registros. Especial atenção deve ser dada aos exercícios de **2017** e **2023**, devido à relevância de seus valores, e aos registros da DRH, visando regularizar possíveis inconsistências e assegurar a conformidade das obrigações contábeis.

8.1.1.1.1.02.01 APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS - A EXECUTAR

Composição da conta: Saldo de -R$17.389,94 (dezessete mil, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), referente a apólice de seguros recebidas a executar, com origem no exercício de 2023.

Recomendação da comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças, em conjunto com a Diretoria de Gestão de Termos e Contratos, analise a vigência da apólice, a regularidade documental e a necessidade de execução dos serviços associados, adotando-se medidas necessárias para liquidar ou ajustar os valores registrados.

8.1.1.2.1.02.01 DIREITOS CONVENIADOS - RECEBIDOS A EMPENHAR

Composição da conta: Saldo em conta reduziu de R$9.516.476,54 (nove milhões, quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) para R$6.164.486,38 (seis milhões cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e oito centavos) em dívidas, referentes a direitos conveniados recebidos a empenhar, conforme detalhamento:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	811210201	2005	- 3.191,96
2024	1481	SEDESE	811210201	2006	- 15.894,54
2024	1481	SEDESE	811210201	2012	- 4.449.296,35
2024	1481	SEDESE	811210201	2013	- 30.144,65
2024	1481	SEDESE	811210201	2014	- 243.785,90
2024	1481	SEDESE	811210201	2016	-67.254,25
2024	1481	SEDESE	811210201	2018	- 177.539,96
2024	1481	SEDESE	811210201	2020	- 144.684,71
2024	1481	SEDESE	811210201	2023	- 234.794,12
2024	1481	SEDESE	811210201	2024	- 797.899,94
Total:					**- 6.164.486,38**

Recomendação da comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças, em conjunto com a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias, realize uma análise detalhada dos saldos, especialmente os de maior valor (ano de 2012 e 2024), para verificar a regularidade e a necessidade de realizar baixa contábil ou a devolução de recursos, conforme já descrito no Relatório de Apuração Prévia.

8.1.1.2.1.02.02 DIREITOS CONVENIADOS - EMPENHADOS A LIQUIDAR

Composição da conta: Saldo de -R$28.517,40 (vinte e oito mil, quinhentos e dezessete reais e quarenta centavos), referentes a direitos conveniados empenhados a liquidar, provenientes de convênios firmados nos exercícios de 2014 e 2018.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	811210202	2014	- 11.551,90
2024	1481	SEDESE	811210202	2018	- 16.965,50
Total:					**- 28.517,40**

Recomendação da Comissão: Já existem tratativas junto a Diretoria de Contabilidade e Finanças, a fim de se dar baixa contábil no saldo. Recomenda-se que a Diretoria continue realizando as conciliações necessárias, garantindo que apenas os valores efetivamente subsistentes sejam mantidos registrados na conta contábil, além de dar continuidade à baixa contábil dos valores que não possuem mais pendências, regularizando as contas.

8.1.1.2.1.02.03 DIREITOS CONVENIADOS - LIQUIDADO/RETENÇÕES A PAGAR

Composição da Conta: Saldo de R-$2.902,51 (dois mil novecentos e dois reais e cinquenta e um centavos) em dívida, referente ao contrato do ano de 2013.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	811210203	2013	- 2.902,51

Recomendações da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças continue realizando as devidas conciliações e proceda com a baixa contábil do valor caso não possua mais pendências, regularizando a conta.

8.1.2.2.1.01 OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A EMPENHAR

Composição da Conta: Saldo de -R$1.539.198.001,28 (um bilhão quinhentos e trinta e nove milhões cento e noventa e oito e um reais e vinte e oito centavos) em dívida, incluindo 508 registros relativo as obrigações ainda não empenhadas do ano de 2008, 2011 a 2024.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8122101	2008	- 20.688,00
2024	1481	SEDESE	8122101	2011	- 1.240.000,00
2024	1481	SEDESE	8122101	2012	- 150.000,00
2024	1481	SEDESE	8122101	2013	- 39.508.087,16
2024	1481	SEDESE	8122101	2014	- 1.107.251.170,15
2024	1481	SEDESE	8122101	2015	- 353.902.479,04
2024	1481	SEDESE	8122101	2016	- 229.996,50
2024	1481	SEDESE	8122101	2017	- 10.479.834,83
2024	1481	SEDESE	8122101	2018	- 853.279,96
2024	1481	SEDESE	8122101	2019	- 1.198.490,50
2024	1481	SEDESE	8122101	2020	- 0,03
2024	1481	SEDESE	8122101	2021	- 931.661,33
2024	1481	SEDESE	8122101	2023	- 440.000,86
2024	1481	SEDESE	8122101	2024	- 22.992.312,92
Total:					-1.539.198.001,28

Recomendações da Comissão: Tendo em vista encerramento do exercício de 2024, sugerimos que a Superintendência de Gestão, Finanças e Recursos Humanos acompanhe os processos com vencimento em 2024 e proceda com os devidos registros de empenho, liquidação e pagamento quando houver autorização e disponibilidade orçamentária e financeira para a quitação dessas despesas e, por fim, proceda com a baixa contábil. Além disso, realizem o planejamento para baixa nos saldos referentes à 2025. Recomenda-se, também, a verificação quanto aos débitos e outras pendências e posterior providências de encerramento e baixa de saldo dos anos anteriores.

8.1.2.2.1.02 OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A LIQUIDAR

Composição da Conta: Saldo de anterior R$0,00 (zero reais), composição de saldo atual, -R$234.952,38 (duzentos e trinta e quatro mil novecentos e cinquenta e dois reais e trinta e oito centavos).

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8122102	2024	- 234.952,38

Recomendações da Comissão: Recomenda-se que a Diretoria de Contabilidade e Finanças continue realizando as devidas conciliações e proceda com a liquidação e posterior baixa contábil do valor caso não possua mais pendências, regularizando a conta.

8.1.2.2.1.03 OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A PAGAR

Composição da Conta: Saldo anterior de -R$5.940.052,45 (cinco milhões novecentos e quarenta mil e cinquenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) aumentou para -R$10.143.987,30 (dez milhões cento e quarenta e três mil novecentos e oitenta e sete reais e trinta centavos) em dívida, foram apurados 28 registros referentes aos anos de 2013, 2016, 2017, 2019, 2023 e 2024:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8122103	2013	- 125.237,33
2024	1481	SEDESE	8122103	2016	- 15.000,00
2024	1481	SEDESE	8122103	2017	- 672.000,00
2024	1481	SEDESE	8122103	2019	- 199.812,42
2024	1481	SEDESE	8122103	2021	- 164.163,33
2024	1481	SEDESE	8122103	2023	- 891.483,23
2024	1481	SEDESE	8122103	2024	- 8.076.290,99
Total:					- 10.143.987,30

Recomendações da Comissão: Tendo em vista encerramento de exercício de 2024, sugerimos que a Superintendência de Gestão, Finanças e Recursos Humanos acompanhe os processos com vencimento em 2024 e proceda com os devidos registros de pagamento quando houver autorização e disponibilidade orçamentária e financeira para a quitação dessas despesas e, por fim, proceda com a baixa contábil. Além disso, realizem o planejamento referente aos saldos de 2025. Para os demais

registros relativos à convênio/parceria vencidos e encerrados, sugerimos verificar a situação da execução dos instrumentos e, assim, analisar subsistência dos saldos inscritos nos convênios para proceder com a baixa contábil.

8.1.2.3.1.01 CONTRATOS DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR

Composição da Conta: Saldo em conta aumentou de R$13.058.895,67 (treze milhões cinquenta e oito mil oitocentos e noventa e cinco reais e sessenta e sete centavos) para R$13.251.971,07 (treze milhões duzentos e cinquenta e um mil novecentos e setenta e um reais e sete centavos) em dívida, relativo a 33 registros, referentes ao ano de 2011 a 2019 e 2023 e 2024:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8123101	2011	- 1,15
2024	1481	SEDESE	8123101	2012	- 413,76
2024	1481	SEDESE	8123101	2013	- 3.436.860,41
2024	1481	SEDESE	8123101	2014	- 4.849.127,54
2024	1481	SEDESE	8123101	2015	- 154.813,50
2024	1481	SEDESE	8123101	2016	- 187.968,51
2024	1481	SEDESE	8123101	2017	- 1.872,09
2024	1481	SEDESE	8123101	2018	- 3,06
2024	1481	SEDESE	8123101	2019	- 2.822.900,15
2024	1481	SEDESE	8123101	2023	- 1.043.533,70
2024	1481	SEDESE	8123101	2024	- 754.477,20
Total:					-13.251.971,07

Recomendações da Comissão: Nesse sentido reforçamos recomendação sinalizada no Relatório de Apuração Prévia (104672457): a verificação quanto à existência de débitos e outras pendências e posterior providências de encerramento e baixa de saldo.

8.1.2.3.2.01 CONTRATOS DE SERVIÇO - A EXECUTAR

Composição da Conta: Saldo em conta aumentou de -R$181.946.619,99 (cento e oitenta e um milhões novecentos e quarenta e seis mil seiscentos e dezenove reais e noventa e nove centavos) para -R$203.581.153,72 (duzentos e três milhões quinhentos e oitenta e um mil cento e cinquenta e três

reais e setenta e dois centavos) em dívidas, relativos a 218 registros, referentes aos anos de 2005, 2006, 2009, 2010 a 2024:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8123201	2005	- 6.959,37
2024	1481	SEDESE	8123201	2006	- 32.466,46
2024	1481	SEDESE	8123201	2009	- 836.071,40
2024	1481	SEDESE	8123201	2010	- 10.652,10
2024	1481	SEDESE	8123201	2011	- 19.406.466,22
2024	1481	SEDESE	8123201	2012	- 8.012.633,28
2024	1481	SEDESE	8123201	2013	- 6.862.865,97
2024	1481	SEDESE	8123201	2014	- 45.897.239,03
2024	1481	SEDESE	8123201	2015	- 7.152.646,82
2024	1481	SEDESE	8123201	2016	- 43.360.650,40
2024	1481	SEDESE	8123201	2017	- 1.225.543,05
2024	1481	SEDESE	8123201	2018	- 3.051.887,60
2024	1481	SEDESE	8123201	2019	- 594.024,83
2024	1481	SEDESE	8123201	2020	- 4.537.061,41
2024	1481	SEDESE	8123201	2021	- 23.740.0001,78
2024	1481	SEDESE	8123201	2022	- 837.760,26
2024	1481	SEDESE	8123201	2023	- 13.321.001,23
2024	1481	SEDESE	8123201	2024	- 24.695.222,51
Total:					- 203.581.153,72

Recomendações da Comissão: Reforçamos recomendação sinalizada no Relatório de Apuração Prévia (104672457): a verificação quanto à existência de débitos e outras pendências e posterior providências de encerramento e baixa de saldo.

8.1.2.3.3.01 CONTRATOS DE ALUGUEL - A EXECUTAR

Composição da Conta: Saldo da conta diminuiu de -R$4.125.697,53 (quatro milhões cento e vinte e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e cinquenta e três centavos) para -R$4.088.280,29 (quatro milhões oitenta e oito mil duzentos e oitenta reais e vinte e nove centavos) em dívidas, relativos a 19 registros, referentes aos anos de 2011 a 2016, 2018, 2019, 2021, 2022, 2023, 2024:

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8123301	2011	- 904.761,04
2024	1481	SEDESE	8123301	2012	- 637.870,47
2024	1481	SEDESE	8123301	2013	- 957.745,19
2024	1481	SEDESE	8123301	2014	- 98.893,54
2024	1481	SEDESE	8123301	2015	- 112.570,74
2024	1481	SEDESE	8123301	2016	- 5.372,41
2024	1481	SEDESE	8123301	2018	- 255.157,72
2024	1481	SEDESE	8123301	2019	- 176.243,25
2024	1481	SEDESE	8123301	2021	-730.042,37
2024	1481	SEDESE	8123301	2022	- 13.186,66
2024	1481	SEDESE	8123301	2023	- 3.936,90
2024	1481	SEDESE	8123301	2024	- 192.500,00
Total:					- 4.088.280,29

Recomendações da Comissão: Nesse sentido reforçamos recomendação sinalizada no Relatório de Apuração Prévia (104672457): a verificação quanto à existência de débitos e outras pendências e posterior providências de encerramento e baixa de saldo.

8.1.2.3.4.01 CONTRATOS DE EXECUCAO DE OBRAS - A EXECUTAR

Composição da Conta: Saldo de -R$9.608.401,31 (nove milhões seiscentos e oito mil quatrocentos e um reais e trinta e um centavos) em dívidas, referentes aos contratos dos anos de 2011 e 2014.

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Conta Contábil - Código	Ano Contrato/ Convênio/ Portaria	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	8123401	2011	- 9.538.018,70
2024	1481	SEDESE	8123401	2014	- 70.382,61
Total:					**- 9.608.41,31**

Recomendações da Comissão: Em consulta à Planilha disponibilizada de contratos foi verificado que os dois contratos estão vencidos:

- 90/2011: vencido em 2013;
- 737/2014: vencido em 2015;

Nesse sentido, tendo em vista instrumentos vencidos, mantém-se a recomendação de a verificação quanto à existência de débitos e outras pendências e posterior providências de encerramento e baixa de saldo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relatório teve por objetivo, nos limites das atribuições da Comissão, realizar a apuração prévia das dívidas curto e longo prazo com data-base de 30 de dezembro de 2024 (UO 1481) por meio da contabilização dos saldos das contas da dívida flutuante e fundada da SEDESE e indicação de recomendações à Diretoria de Contabilidade e Finanças acerca da subsistência dos saldos (cancelamento de saldos, baixas ou inscrições contábeis, bem como também podem propor ações de regularização).

O trabalho dessa comissão não concorre com a certificação e conciliação dos valores inscritos em cada uma das contas, tendo em vista que, para tanto, é necessário estudo focalizado e levantamento minucioso do histórico das informações para ser realizada avaliação criteriosa do andamento dos processos de apuração de cada um dos registros de débito a fim de verificar valores, status, promover ajustes contábeis necessários e até mesmo cancelamentos.

No intuito de aprimorar os trabalhos para desenvolvimento de atividades de certificação e conciliação contábil da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de forma global, recomendamos:

- Acompanhamento detalhado dos saldos de restos a pagar, visto que muitos saldos se repetem em comparação às análises dos anos anteriores, considerando os relatórios de 2022 e 2023, indicando a necessidade de possíveis cancelamentos e/ou quitações.
- Conciliação destinada aos valores referentes aos impostos e retenções para garantir que sejam efetuados ao longo do ano vigente, evitando restos a pagar desse grupo, e nos casos dos anos anteriores, conciliação para identificar a necessidade de cancelamento de saldos.
- Reforçamos a recomendação de estabelecimento de rotina de comunicação de passivos entre as Diretorias responsáveis por compras, contratos, convênios e parcerias e a Diretor de Contabilidade e Finanças para realização, durante o exercício, de baixas contábeis de acordo com o status dos processos (com periodicidade trimestral, por exemplo);

Por fim, reforçamos as recomendações gerais e específicas sinalizadas no Relatório de Apuração Prévia (104672457) e Final. Verificamos que o curto tempo entre o Relatório Parcial e o Relatório Final impossibilitou a Diretoria de Contabilidade e Finanças avaliar os apontamos e dar baixa nas contas indicadas.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Diretoria de Logística e Aquisições

Relatório Final do Inventário de Materiais de Consumo - - SEDESE/SUBPG-SGFRH-DLA

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO INVENTÁRIO DE MATERIAL DE CONSUMO

ÓRGÃO/ENTIDADE:

1. RESUMO ELEMENTO / ITEM DESPESA

CONTA CONTÁBIL	ITENS EM ESTOQUE*	VALOR (EM R$)
30.01 – ARTIGOS PARA CONFECÇÃO, VESTUÁRIO, CAMA, MESA, BANHO E COZINHA	3	696.793,14
30.02 – ARTIGOS PARA ESPORTE	16	909.199,25
30.03 – UTENSÍLIOS PARA REFEITÓRIO E COZINHA	1	12.705,66
30.04 – MATERIAL GRÁFICO E IMPRESSOS	2	615,92
30.05 – MATERIAL PARA ESCRITÓRIO	23	23.281,83
30.06 – MATERIAL DE DESENHO	0	0
30.07 – MATERIAL DE ENSINO0	0	0
30.08 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	0	0
30.09 – FORRAGENS E OUTROS ALIMENTOS PARA ANIMAIS	0	0
30.10 – MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR	1	2.635,80
30.11 – MATERIAL ODONTOLÓGICO	0	0
30.12 – MEDICAMENTOS	0	0
30.13 – MATERIAIS DE LABORATÓRIO E PRODUTOS QUÍMICOS EM GERAL	0	0
30.14 – MATERIAL RADIOLÓGICO	0	0
30.15 – MATERIAL FOTOGRÁFICO, CINEMATOGRÁFICO E DE COMUNICAÇÃO	0	0
30.16 – MATERIAL DE INFORMÁTICA	7	46.805,38
30.17 – ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	1	13.362,07
30.18 – MATÉRIAS-PRIMAS E PRODUTOS PARA MANIPULAÇÃO E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	1	255,20
30.19 – MATERIAL P/ MANUTENÇÃO E REPAROS DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADES DA ADM. PÚBLICA	1	851,77
30.20 – MATERIAL ELÉTRICO	12	5.227,39
30.21 – MATERIAL P/ MANUTENÇÃO E REPAROS DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO OU DE TERCEIROS	0	0
30.22 – FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSÍLIOS	1	247.706,30
30.23 – MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	0	0
30.24 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	0	0
30.25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	1	17.666,50
30.26 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES	3	47.301,67
30.27 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES P/ EQUIPAMENTOS E OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	0	0
30.28 – ANIMAIS DESTINADOS A ESTUDOS, A PREPARAÇÃO DE PRODUTOS E AO ABATE	0	0
30.29 – SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	0	0
30.30 – MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1	1.598,00
30.31 – LIVROS TÉCNICOS	0	0
30.32 – MATERIAL CÍVICO E EDUCATIVO	0	0
30.33 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA AERONAVES	0	0
30.34 – PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AERONAVES	0	0
30.35 – HORTIFRUTIGRANJEIROS	0	0
30.36 – MATERIAL BIBLIOGRÁFICO PARA BIBLIOTECAS PÚBLICAS	0	0
30.37 – MEDICAMENTOS – DECISÃO JUDICIAL	0	0
30.38 – LEITE – PROGRAMA LEITE PELA VIDA	0	0
30.99 – OUTROS MATERIAIS	1	215.403,18
31.01 – PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORAÇÕES E MEDALHAS	2	19.743,01
32.01 – MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1	47,76

TOTAL		***2.261.199,83***

* Informar quantos itens distintos estão estocados, independente da unidade de distribuição. Por exemplo: se houver em estoque 1000 unidades do item de material CANETA e 560 unidades do item de material ENVELOPE, a quantidade a ser informada na conta 30.05 – MATERIAL PARA ESCRITÓRIO deve ser 02 e não 1560.

2. PENDÊNCIAS VERIFICADAS NO INVENTÁRIO, PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

2.1 – PROCEDIMENTO METODOLÓGICO UTILIZADO PARA A REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO;

O inventário foi realizado por meio de contagem manual, presencialmente, nos locais indicados no relatório. A equipe responsável visitou os seguintes locais: **UEMG**, **SEDESE – CAMG (14º andar – sala)**, **Casa de Direitos Humanos e Escola Estadual Professora Amélia de Castro Monteiro**. Durante o processo, todos os integrantes da equipe demonstraram comprometimento, agilidade e eficiência na execução das atividades.
Para otimizar o trabalho, foi estabelecido um cronograma dividido por locais, permitindo uma organização eficaz das etapas de contagem. Em alguns casos, a contagem foi realizada por amostragem, especialmente quando havia mistura de itens (kits) ou dificuldade de identificação. Nos demais casos, foi possível realizar o levantamento completo.

2.2 – RELAÇÃO DE PENDÊNCIAS (SALDO EFETIVO DO ITEM DIFERENTE DO CONTÁBIL, VALIDADE DO ITEM VENCIDA, ITEM NÃO LOCALIZADO, ETC):

Avaliação sobre validade, bens ociosos e demais características seriam melhor analisados pelos servidores do setor da Diretoria de Logísticas e aquisições.

Itens não localizados foram listados em planilha.

Os itens que não estavam relacionados na planilha, foram listados.

Os materiais que estão armazenados nas salas da UEMG se encontravam com bastante poeira.

2.3 – MEDIDAS ADOTADAS PARA SANAR AS PENDÊNCIAS ENCONTRADAS NO INVENTÁRIO DE MATERIAL DE CONSUMO E RESULTADOS EFETIVOS ALCANÇADOS (PARA CADA ITEM PENDENTE NA RELAÇÃO ANTERIOR):

Os itens não localizados: Solicitar para Diretoria de Logística e Aquisições a atualização no SIAD

Itens que não se encontra na planilha e foram encontrados: Solicitar para Diretoria de Logística e Aquisições que

2.4 – INFORMAÇÕES SOBRE A CONCILIAÇÃO ENTRE O SALDO LEVANTADO NO SIAD E O SALDO EXISTENTE NO SIAFI:

Conta Contábil - 1.1.5.6.1.01 MATERIAL DE CONSUMO - 31/12/2024

Saldo SEDESE SIAD = R$ 2.261.199,83

Saldo SEDESE SIAFI = R$ 2.261.199,83

Ano de Exercício	Unidade Orçamentária - Código	Unidade Orçamentária - Sigla	Unidade Executora - Código	Conta Contábil - Código	Conta Contábil - Descrição	Valor Saldo
2024	1481	SEDESE	1480001	1156101	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 1.709.731,12
2024	1481	SEDESE	1480002	1156101	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 551.468,71
TOTAL						**R$ 2.261.199,83**

2.5 – PROBLEMAS E DIFICULDADES ENCONTRADAS NA REALIZAÇÃO DO INVENTÁRIO:

Ao realizar o levantamento na UEMG foi observado o local com muita poeira, houve uma dificuldade de identificação mais precisa e nominal dos materiais por parte da Comissão uma vez que não temos familiaridade com todos os itens, tal como os servidores da Diretoria de Logística e Aquisição de Patrimônio da SEDESE.

Foram encontrados itens com a descrições apagada, dificultando a identificação. Importante ressaltarmos a participação de servidores no apoio da comissão de Inventário, dada a familiaridade com os materiais, os espaços e a forma como estão armazenados os itens analisados.

Ressalto todo suporte técnico dos servidores Gustavo e Pablo, por todo apoio que nos foi dado durante o período de Inventario.

Na realização do inventário não tivemos problemas para acessar os locais, os materiais estavam bem acondicionados, cabe ressaltar que na UEMG seria necessário limpeza das salas com a finalidade do não acúmulo de poeira que posso prejudicar a deterioração dos materiais e a saúde dos servidores que utilizam o local para cumprimento da suas demandas.

2.6 – INFORMAÇÕES ADICIONAIS

CASA DE DIREITOS HUMANOS





UEMG





3. TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Juli Graziele Marques de Souza, MASP: 1484849-3, lotado na unidade administrativa , ocupante do cargo , Presidente da Comissão do Inventário de Material de Consumo, certifico que as informações prestadas neste relatório estão corretas.

_____

Juli Graziele Marques de Souza

Masp: 1484849-3

Presidente da Comissão do Inventário

Documento assinado eletronicamente por **Juli Graziele Marques de Souza**, **Servidora Pública**, em 27/03/2025, às 08:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **110115559** e o código CRC **F49C3968**.

Referência: Processo nº 1480.01.0015935/2024-14 SEI nº 110115559

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INVENTÁRIO DE FECHAMENTO DE EXERCÍCIO

Órgão/Entidade: 1481 - SEDESE

1 - RESUMO ELEMENTO/ITEM DESPESA

CONTA CONTÁBIL	Qtde	Valor
52.04 – MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DE USO INDUSTRIAL	381	605939,24
52.06 – EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E TELEFONIA	113	327808,71
52.07 – EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	3544	3205907,98
52.08 – EQUIPAMENTOS DE SOM, VÍDEO, FOTOGRÁFICO E CINEMATOGRÁFICO	606	459910,45
52.09 – EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E DE LABORATÓRIO	4	1393,56
52.10 – FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS PARA OFICINA, MEDIÇÃO E INSPEÇÃO	66	20781,64
52.12 – MÁQUINAS, APARELHOS, UTENSÍLIOS E EQUIP. DE USO ADMINISTRATIVO	872	473346,33
52.13 – MATERIAL ESPORTIVO E RECREATIVO	220	408419,44
52.14 – MOBILIÁRIO	7676	3170548,19
52.15 – OBJETOS DE ARTE E ANTIGÜIDADES	3	0,03
52.17 – VEÍCULOS	41	1152078,75
52.18 – COLEÇÃO E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	1	100,49
52.19 – INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	1	3472,29
52.20 – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA	40	22492,86
52.25 – APARELHOS E UTENSÍLHOS DOMÉSTICOS	5	4632,32
52.26 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	3	706,35
52.99 – OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	14	7386,78
TOTAL	**13.590**	**9.864.925,41**

2 – PENDÊNCIAS VERIFICADAS NO INVENTÁRIO, PROVIDENCIAS ADOTADAS E INFORMAÇOES COMPLEMENTARES:

2.1 - Procedimento metodológico utilizado para a realização do inventário:

- O contato com os membros da Comissão foi realizado por e-mail, Teams e telefone;

- Conforme indicado na Nota Explicativa (103484074), o aplicativo Inventário Gov MG não foi utilizado;

- A Planilha Itens Patrimônio 30/11/2024 (103481701) serviu como base para a busca e conferência dos bens;

- Foram coletados os números de patrimônio dos bens localizados e registrados na Planilha Inventário_Consolidado_SEDESE_2024_ Localizados-NãoLocalizados-Observações_Final (106755447).

2.2 - Relação de pendências (bens não localizados, bens sem plaqueta, bens sem valor patrimonial, etc):

- As intercorrências foram registradas na Planilha Inventário_Consolidado_SEDESE_2024_ Localizados-NãoLocalizados-Observações_Final (106755447), no campo "OBS", localizado na coluna "Q".

2.3 - Medidas adotadas para sanar as pendências encontradas no inventário e resultados efetivos alcançados (para cada pendência dos itens anteriores):

- Foram apontadas as divergências entre a base do SIAD e o estado atual dos itens, como estado de conservação e unidade responsável. As inconsistências encontradas foram registradas em Planilha Inventário_Consolidado_SEDESE_2024_ Localizados-NãoLocalizados-Observações_Final (106755447) para posterior regularização.

2.4 - Informações sobre a conciliação entre o saldo levantado no SIAD e o saldo existente no SIAFI:

SIAD		SIAFI	
CÓDIGO UNIDADE ALMOXARIFADO	VALOR SIAD	UNIDADE EXECUTORA	VALOR SIAFI
1481169	R$ 9864925,41	1480001	R$9748638,56
TOTAL GERAL SIAD	R$ 9864925,41	TOTAL GERAL SIAFI	R$9748638,56

2.5 - Problemas e dificuldade encontradas na realização do inventário:

- Em 2024, não foi utilizado o coletor de dados, o que, segundo relatos de servidores de inventários anteriores, é uma ferramenta mais eficiente para leitura e conferência;

- Escala presencial reduzida de servidores, dificultando a realização das atividades;

- Almoxarifados externos apresentaram condições inadequadas, com muita poeira, calor, pouca ventilação e ambientes fechados, tornando o trabalho insalubre;

- Trabalho pesado e exaustivo para os braços, pernas, coluna, na movimentação dos bens para inventariar exigindo muito esforço físico;

- O tempo disponível foi curto, enquanto o número de itens a serem inventariados é elevado. Foi identificada a necessidade de maior planejamento, com um plano de ação claro, desde o nível estratégico até o operacional, para garantir eficiência e eficácia;

- O tempo limitado entre a designação dos membros e o início de execução das atividades comprometeu a sensibilização, a capacitação e o planejamento das tarefas previstas no plano de ação;

3 - TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Pedro Fillipe de Almeida Ferreira, MASP: 1586116-4, lotado na unidade administrativa **SEDESE-DGDIT**, ocupante do cargo Arquivista, Presidente da Comissão do Inventário de Bens Móveis, certifico que as informações prestadas neste relatório estão corretas.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Fillipe de Almeida Ferreira**, **Servidor (a) Público (a)**, em 04/02/2025, às 15:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **106755947** e o código CRC **EEE4BEBE**.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Diretoria de Celebração de Convênios e Parcerias

Relatório de Bens - SEDESE/SUBPG-SCPC-DCCP

Belo Horizonte, 20 de março de 2025.

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1481 - DATA BASE 31/12/2024

A Comissão Inventariante efetuou a conciliação entre os valores registrados na Conta Contábil nº 1.2.3.2.1.03 – "Obras e instalações em andamento", conforme balancete (evento SEI Nº 105068154) e identificou que o saldo de R$ 143.569.585,46 inscrito em 31/12/2024 que se refere à saldos de contratos de obras oriundos da extinta unidade da Secretaria de Estado de Esportes - SEESP.

Obs.: Os contratos foram celebrados por diferentes órgãos e entidades e, devido à sucessivas reformas administrativas com fusões e extinções os saldos foram transpostos para a SEDESE, conforme detalhamento a seguir:

U.O	U.E	Saldo	Número Obra	Contrato	Processo de Compra	Órgão	Contratado	Início Vigência	Término Vigência	Convênio de Entrada	Contrato	Objeto
1481	1480002	69.871.818,54	4616	CONTRATO Nº 010/2010 Portal de Compras nº 2189	1531280 000001/2010	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	17.304.221/0001-56 - ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	22/01/2010	30/05/2012	9000461 9000863	Contrato que entre si fazem o DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEOP-MG, e ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, para execução das obras de modernização e readequação do Estádio Raimundo Sampaio "ESTÁDIO INDEPENDÊNCIA", no município de Belo Horizonte/MG.	É objeto do presente Contrat a execução, em regime de Empreitada por PREÇO UNITÁRIO das obras de modernização e readequação do Estádio Raimund Sampaio "ESTÁDI INDEPENDÊNCIA no município de Belo Horizonte/MG, conforme planilh e especificações constantes do Edital de nº CO. 032/2009, que passam a fazer parte integrante deste Instrument
1481	1480002	63.099.090,05	5153	CONTRATO Nº 062/2011 Portal de Compras nº 2762	1531280 000001/2011	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	17.304.221/0001-56 - ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	01/07/2011	30/06/2012	N/A	Contrato que entre si fazem o DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEOP-MG, e ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA para execução da obra de Modernização e Readequação do Estádio Raimundo Sampaio "Estádio Independência" - 2ª Etapa, no município de Belo Horizonte/MG	É objeto do presente Contrat a execução, em regime de Empreitada por PREÇO UNITÁRIO da obra de Modernização e Readequação do Estádio Raimund Sampaio "Estádi Independência" 2ª Etapa, no município de Bel Horizonte/MG, conforme planilh e especificações constantes do Edital de nº CO. 001/2011, que passam a fazer parte integrante deste Instrument
1481	1480002	987.950,51	5284	Portal de Compras nº 91	1631002 000173/2011	1630 - Secretaria Geral	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	30/04/2012	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da	É objeto do presente contrat a execução, sob responsabilidade da CONTRATADA de obras de construção de rec de distribuição d energia elétrica e 1.1.1. Recondutoramen de 5,75 km de rec

											Secretaria Geral da Governadoria do Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	primária para cab de 150 mm² 1.1.2. Recondutoramen de 1,46 km de rec primária para cab de 50 mm² 1.1.3. Instalação d Religadores e Chaves Faca 1.1.4. Outras obra complementare necessárias ao atendimento do fornecimento de energia elétrica d Estádio Raimund Sampaio - Independência
1481	1480002	9.133.644,37	5285	Portal de Compras nº 92	1631002 000174/2011	1630 - Secretaria Geral	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	31/05/2014	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Geral da Governadoria do Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	É objeto do presente contrat a execução, sob responsabilidade da CONTRATADA de obras de construção de rec de distribuição d energia elétrica e:1.1.1. Construçã de alimentador, derivando da subestação Pampulha, de aproximadament 6,48 km de rede d distribuição subterrânea com instalação de chaves telecomandadas 1.1.2. Adequação da subestação Pampulha com instalação de seções de 13,8 k 1.1.3. Construçã de alimentador, derivando da subestação Maracanã, de aproximadament 4,73 km de rede d distribuição subterrânea com instalação de de chaves telecomandadas 1.1.4. Adequação da subestação Maracanã com instalação de seções de 13,8 k 1.1.5. Outras obra complementare necessárias ao atendimento do fornecimento de energia elétrica d Estádio Governador Magalhães Pinto Mineirão.
1481	1480002	403.195,56	8578	Portal de Compras nº 699	1411048 000004/2014	1410 - Secretaria de Estado de Turismo	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	31/05/2014	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Geral da Governadoria do	Obras para fortalecimento d sistema de fornecimento de energia elétrica para o Estádio d Mineirão

											Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	
1481	1480002	30.000,00	4272	Não identificado no Sistema	Não identificado no Sistema	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	Não identificado no Sistema	10/08/2009	30/06/2010	N/A	Não identificado no Sistema	ELABORAÇAO DI PROJ. EXECUTIVC P/ ESTRUTURA ESPORI.P/ MOD.QUADRAS COBERTURAS, VESTISRIOS E ARQUIB
1481	1480002	43.886,43	4574	Não identificado no Sistema	Não identificado no Sistema	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	Não identificado no Sistema	08/02/2010	15/11/2010	N/A	Não identificado no Sistema	CV-075/2009 - ELAB.PROJ.EXECU PADRÕES ESTRUTURA ESPORTIVA EM MINAS GERAIS.

Recomendação: Considerando tratar-se de contratos com vigência expirada, sugerimos verificar se existem pendências, bem como identificar atestados de conclusão das obras a fim de providenciar o encerramento no Portal de Compras e a respectiva baixa dos valores registrados na supracitada conta contábil.

Registra-se que foram elencados 101 (cento e um) imóveis vinculados à esta Secretaria, conforme detalhamento constante no Certificado de realização de inventário 2024 (104193887) e Relatório de Imóveis - Inventário (104265373).

Eu, **Késsia Natália Costa dos Santos**, MASP: **1.553.718-6,** lotada na unidade administrativa da **DIRETORIA DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS**, ocupante do cargo **ANALISTA TÉCNICO**, membro da Comissão do Inventário de Bens Móveis, certifico que as informações prestadas neste relatório estão corretas.

Késsia Natália Costa dos Santos
Membro da Comissão do Inventário
MASP: 1.553.718-6

Documento assinado eletronicamente por **Késsia Natália Costa Dos Santos**, **Servidora Pública**, em 20/03/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109824461** e o código CRC **D8496A33**.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 12:45:57 -03'00'

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CERTIFICADO

CNPJ DO ÓRGÃO: 21.390.387/0001-00

ANEXO III

ART. 5º, II, DA DECISÃO NORMATIVA Nº 01/2025

28. Termo de Conciliação dos saldos das contas contábeis representativas dos bens em almoxarifado, dos bens móveis e imóveis, elaborado na forma definida no Anexo VIII desta Decisão Normativa, aplicável aos fundos que possuem registros em contas de bens patrimoniais.

ANEXO VIII

TERMO DE CONCILIAÇÃO CONTÁBIL

CONTA CONTÁBIL	SALDO SIAFI (A)	SALDO SIAD (B)	DIFERENÇA (A-B)
1.1.5 - Estoques	2.281.653,75	2.261.199,83	20.453,92
1.2.3.1 - Bens Móveis (exceto redutoras)	13.436.020,54	12.510.354,82	925.665,72
1.2.3.2 - Bens Imóveis (exceto redutoras)	143.569.585,46	300.894.294,94	157.324.709,48

Em 25/03/2025 apuramos os valores acima, os quais correspondem ao fechamento do exercício de 2024 (31/12/2024) e, por conseguinte, certificamos que os saldos estão devidamente conciliados, refletindo a realidade da entidade, com ressalva para o(s) valor(es) da(s) conta(s) indicadas abaixo, cuja diferença apurada e sua devida regularização constam justificadas/esclarecidas a seguir:

1.1.5 - Estoques - a diferença entre o Saldo Siafi e o Saldo Siad, no valor de R$ 20.453,92, se refere ao saldo da conta 1.1.5.6.1.04 - MATERIAL DE CONSUMO/MEDICAMENTOS/PRODUTOS LABORATORIAIS PENDENTE DE INCORPORACAO - RECEBIMENTO PROVISORIO. Este valor não aparece no saldo do SIAD porque é provisório e já consta no SIAFI porque já está contabilizado como estoque. Quanto ao valor registrado no Módulo SIAD, no valor de R$ 2.261.199,83, segue detalhamento no doc. Sei 110116861.

1.2.3.1 - Bens Móveis - a diferença apresentada refere-se a transferências entre unidades que foram registradas no SIAFI e movimentaram a conta contábil 1.2.3.1.1.01 - BENS MOVEIS, mas que não refletiram no SIAD, bem como referente aos saldos das contas contábeis 1.2.3.1.1.03 - MATERIAL PERMANENTE PENDENTE DE INCORPORACAO -RECEBIMENTO PROVISORIO e 1.2.3.1.1.04 - BENS MOVEIS A TRANSFERIR que não refletem no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD.

Essa não movimentação no Módulo SIAD está sendo verificada junto à Diretoria de Logística e Aquisições - DLA da SEDESE.

1.2.3.2 - Bens Imóveis - o controle e a gestão dos bens imóveis são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG MG e a gestão é realizada somente no Módulo de Imóveis do SIAD, o módulo do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD; à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais - SEF MG compete a regularização e alienação onerosa dos bens imóveis sob domínio do estado.

Conforme o Decreto nº 46.467, de 28 de março de 2014, que dispõe sobre a gestão de imóveis patrimoniais no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional, em seu inciso IV do art. 2º, diz que *"Módulo de Imóveis do SIAD, o módulo do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços - SIAD - que tem o objetivo de gerenciar o cadastro e os processos relacionados ao patrimônio imobiliário próprio e de terceiros à disposição da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional."* e no art. 3º diz que *"Art. 3º Compete à SEPLAG, por intermédio da Diretoria Central de Gestão de Imóveis – DCGIM, da Superintendência Central de Recursos Logísticos e Patrimônio - SCRLP, a gestão central do patrimônio imobiliário estadual, podendo expedir orientações técnicas e instruções normativas relacionadas ao tema."*.

Desta forma, o saldo da conta de bens imóveis, que consta no balancete de encerramento, não tem reflexo com o saldo do SIAD, visto que a gestão dos imóveis não é realizada dentro do SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais.

Quanto aos valores contabilizados no Módulo Contábil - Saldo SIAFI, no valor de R$ 143.569.585,46 a relação está contida no Relatório de Consolidação do Inventário de Bens Imóveis da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE (doc. Sei 110128101).

Quanto aos valores registrados no Módulo SIAD, no valor de R$ 300.894.294,94, segue detalhamento nos documentos Certificado de Realização do Inventário 2024 e Nota Explicativa (doc. Sei 110128233).

Belo Horizonte, 25 de março de 2025.

Ailana Cristine Rodrigues

Responsável pela Contabilidade

Alessandra Diniz Portela Silveira

Secretária de Estado de Desenvolvimento Social



Documento assinado eletronicamente por **Ailana Cristine Rodrigues**, **Servidor (a) Público (a)**, em 28/03/2025, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Diniz Portela Silveira**, **Secretário(a) de Estado**, em 28/03/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109826181** e o código CRC **6C467591**.

Referência: Processo nº 1480.01.0001733/2025-24 SEI nº 109826181

BALANCO FISICO FINANCEIRO DO ELEMENTO DA DESPESA 30 REF: 12/2024 16:50

**** RESUMO ****

ELEMENTO ITEM DE DESPESA	ENTRADAS		SAIDAS	OUTROS
	DESP.ORCAMENTARIA	DESP. EXTRA-ORCAMENT	REQUISICOES	ESTORNOS
003001-ARTIGOS PARA CONFECCAO E VESTUARIO	0,00	0,00	0,00	0,00
003002-ARTIGOS PARA ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00
003003-UTENSILIOS PARA COPA, REFEITORIO E COZINHA	0,00	0,00	0,00	0,00
003004-MATERIAL GRAFICO E IMPRESSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
003005-MATERIAL PARA ESCRITORIO	0,00	0,00	0,00	0,00
003010-MATERIAL MEDICO E HOSPITALAR	0,00	0,00	0,00	0,00
003016-MATERIAL DE INFORMATICA	0,00	0,00	0,00	0,00
003017-ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	0,00	0,00	0,00	0,00
003018-MATERIA-PRIMA E PROD. P/ MANIPULACAO E IND	0,00	0,00	0,00	0,00
003019-MATERIAL P/ MANUT. E REPAROS DE IMOVEIS DE	0,00	0,00	0,00	0,00
003020-MATERIAL ELETRICO	0,00	0,00	0,00	0,00
003022-FERRAMENTAS, FERRAGENS E UTENSILIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
003025-MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIO	0,00	0,00	0,00	0,00
003026-COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS	0,00	0,00	7.339,49	0,00
003030-MATERIAIS PARA ACONDICIONAMENTO E EMBALAGE	0,00	0,00	0,00	0,00
003101-PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORACOES E MEDALHA	0,00	0,00	0,00	0,00
003201-MATERIAL DE DISTRIBUICAO GRATUITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL.....	0,00	0,00	7.339,49	0,00

SALDO ANTERIOR.....	1.501.667,43
ENTRADAS.....	0,00
SAIDAS (BAIXAS / ATENDIMENTOS)..	7.339,49
SAIDA NAO ESTOCAVEL.....	0,00
ESTORNOS.....	0,00
SALDO ATUAL.....	1.494.327,94

ASS. RESPONSAVEL

ASS. CHEFIA IMEDIATA

NCONSR10 — ALMOXARIFADO PRINCIPAL DE MATERIAL PERMANENTE - SU — EMISSAO: 20/03/2025
UNIDADE CONTABIL : 1480002 U.O : 1481 — PAGINA: 000001

BALANCO FISICO FINANCEIRO DO ELEMENTO DA DESPESA 30 — REF: 12/2024 16:50

**** RESUMO ****

ELEMENTO ITEM DE DESPESA	ENTRADAS		SAIDAS	OUTROS
	DESP.ORCAMENTARIA	DESP. EXTRA-ORCAMENT	REQUISICOES	ESTORNOS
003001-ARTIGOS PARA CONFECCAO E VESTUARIO	0,00	0,00	0,00	0,00
003002-ARTIGOS PARA ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00
003005-MATERIAL PARA ESCRITORIO	0,00	0,00	0,00	0,00
003017-ARTIGOS PARA LIMPEZA E HIGIENE	0,00	0,00	0,00	0,00
003099-OUTROS MATERIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
003101-PREMIOS, DIPLOMAS, CONDECORACOES E MEDALHA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL.....	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO ANTERIOR.....	766.871,89
ENTRADAS.....	0,00
SAIDAS (BAIXAS / ATENDIMENTOS)..	0,00
SAIDA NAO ESTOCAVEL.....	0,00
ESTORNOS.....	0,00
SALDO ATUAL.....	766.871,89

ASS. RESPONSAVEL

ASS. CHEFIA IMEDIATA

Belo Horizonte, 20 de março de 2025.

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DO INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEDESE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 1481 - DATA BASE 31/12/2024

A Comissão Inventariante efetuou a conciliação entre os valores registrados na Conta Contábil nº 1.2.3.2.1.03 – "Obras e instalações em andamento", conforme balancete (evento SEI Nº 105068154) e identificou que o saldo de R$ 143.569.585,46 inscrito em 31/12/2024 que se refere à saldos de contratos de obras oriundos da extinta unidade da Secretaria de Estado de Esportes - SEESP.

Obs.: Os contratos foram celebrados por diferentes órgãos e entidades e, devido à sucessivas reformas administrativas com fusões e extinções os saldos foram transpostos para a SEDESE, conforme detalhamento a seguir:

U.O	U.E	Saldo	Número Obra	Contrato	Processo de Compra	Órgão	Contratado	Início Vigência	Término Vigência	Convênio de Entrada	Contrato	Objeto	Status Portal de Compras
1481	1480002	69.871.818,54	4616	CONTRATO Nº 010/2010 Portal de Compras nº 2189	1531280 000001/2010	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	17.304.221/0001-56 - ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	22/01/2010	30/05/2012	9000461 9000863	Contrato que entre si fazem o DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEOP-MG, e ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, para execução das obras de modernização e readequação do Estádio Raimundo Sampaio "ESTÁDIO INDEPENDÊNCIA", no município de Belo Horizonte/MG.	É objeto do presente Contrato a execução, em regime de Empreitada por PREÇO UNITÁRIO das obras de modernização e readequação do Estádio Raimundo Sampaio "ESTÁDIO INDEPENDÊNCIA", no município de Belo Horizonte/MG, conforme planilha e especificações constantes do Edital de nº CO. 032/2009, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento	Vencido
1481	1480002	63.099.090,05	5153	CONTRATO Nº 062/2011 Portal de Compras nº 2762	1531280 000001/2011	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	17.304.221/0001-56 - ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA	01/07/2011	30/06/2012	N/A	Contrato que entre si fazem o DEPARTAMENTO DE OBRAS PÚLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - DEOP-MG, e ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA para execução da obra de Modernização e Readequação do Estádio Raimundo Sampaio "Estádio Independência" - 2ª Etapa, no município de Belo Horizonte/MG	É objeto do presente Contrato a execução, em regime de Empreitada por PREÇO UNITÁRIO da obra de Modernização e Readequação do Estádio Raimundo Sampaio "Estádio Independência" - 2ª Etapa, no município de Belo Horizonte/MG, conforme planilha e especificações constantes do Edital de nº CO. 001/2011, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.	Vencido
1481	1480002	987.950,51	5284	Portal de Compras nº 91	1631002 000173/2011	1630 - Secretaria Geral	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	30/04/2012	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Geral da Governadoria do Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	É objeto do presente contrato a execução, sob responsabilidade da CONTRATADA, de obras de construção de rede de distribuição de energia elétrica e: 1.1.1. Recondutoramento de 5,75 km de rede primária para cabo de 150 mm² 1.1.2. Recondutoramento de 1,46 km de rede primária para cabo de 50 mm² 1.1.3. Instalação de Religadores e Chaves Faca 1.1.4. Outras obras complementares necessárias ao atendimento do fornecimento de energia elétrica do Estádio Raimundo Sampaio - Independência	Encerrado
1481	1480002	9.133.644,37	5285	Portal de Compras nº 92	1631002 000174/2011	1630 - Secretaria Geral	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	31/05/2014	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Geral da Governadoria do Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	É objeto do presente contrato a execução, sob responsabilidade da CONTRATADA, de obras de construção de rede de distribuição de energia elétrica e:1.1.1. Construção de alimentador, derivando da subestação Pampulha, de aproximadamente 6,48 km de rede de distribuição subterrânea com instalação de chaves telecomandadas; 1.1.2. Adequação da subestação Pampulha com instalação de seções de 13,8 kv; 1.1.3. Construção de alimentador, derivando da subestação Maracanã, de aproximadamente 4,73 km de rede de distribuição subterrânea com instalação de de chaves telecomandadas; 1.1.4. Adequação da subestação Maracanã com instalação de seções de 13,8 kv; 1.1.5. Outras obras complementares necessárias ao atendimento do	Vencido

												fornecimento de energia elétrica do Estádio Governador Magalhães Pinto - Mineirão.	
1481	1480002	403.195,56	8578	Portal de Compras nº 699	1411048 000004/2014	1410 - Secretaria de Estado de Turismo	06.981.180/0001-16 - CEMIG DISTRIBUICAO S.A	17/12/2011	31/05/2014	N/A	Contrato de prestação de serviços para execução de obras de rede de distribuição de energia elétrica que entre si celebram o estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria Geral da Governadoria do Estado/Gabinete de Secretário de Estado Extraordinário da Copa do Mundo e a CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A	Obras para fortalecimento do sistema de fornecimento de energia elétrica para o Estádio do Mineirão	Vencido
1481	1480002	30.000,00	4272	Não identificado no Sistema	Não identificado no Sistema	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	Não identificado no Sistema	10/08/2009	30/06/2010	N/A	Não identificado no Sistema	ELABORAÇAO DE PROJ. EXECUTIVOS P/ ESTRUTURA ESPORI.P/ MOD.QUADRAS, COBERTURAS, VESTISRIOS E ARQUIB	Vencido
1481	1480002	43.886,43	4574	Não identificado no Sistema	Não identificado no Sistema	1530 - Secretaria de Estado de Esportes e Juventude	Não identificado no Sistema	08/02/2010	15/11/2010	N/A	Não identificado no Sistema	CV-075/2009 - ELAB.PROJ.EXECUT. PADRÕES ESTRUTURA ESPORTIVA EM MINAS GERAIS.	Vencido

Recomendação: Considerando tratar-se de contratos com vigência expirada, sugerimos verificar se existem pendências, bem como identificar atestados de conclusão das obras a fim de providenciar o encerramento no Portal de Compras e a respectiva baixa dos valores registrados na supracitada conta contábil.

Registra-se que foram elencados 101 (cento e um) imóveis vinculados à esta Secretaria, conforme detalhamento constante no Certificado de realização de inventário 2024 (104193887) e Relatório de Imóveis - Inventário (104265373).

Eu, **Késsia Natália Costa dos Santos**, MASP: **1.553.718-6,** lotada na unidade administrativa da **DIRETORIA DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS**, ocupante do cargo **ANALISTA TÉCNICO**, membro da Comissão do Inventário de Bens Móveis, certifico que as informações prestadas neste relatório estão corretas.

Késsia Natália Costa dos Santos
Membro da Comissão do Inventário
MASP: 1.553.718-6

Documento assinado eletronicamente por **Késsia Natália Costa Dos Santos**, **Servidora Pública**, em 20/03/2025, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109824461** e o código CRC **D8496A33**.

CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DE 2024 - 2024

Extrato Simplificado

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Imóveis próprios/vinculados ao Órgão/Entidade	
Quantidade total de imóveis próprios	101
Valor total de imóveis próprios	R$ 286.866.711,48

Imóveis próprios/vinculados emprestados a terceiros	
Quantidade total de imóveis próprios emprestados a terceiros	5
Valor total dos imóveis próprios emprestados a terceiros	R$ 14.027.583,46

Imóveis de terceiro emprestados ao Órgão/Entidade	
Quantidade total de imóveis de terceiros emprestados ao Órgão/Entidade	0
Valor total dos imóveis de terceiros emprestados ao Órgão/Entidade	R$ 0,00

Conforme determinação do Decreto Estadual 48.934 de 1° de novembro de 2024, atestamos que foi realizado o inventário de bens imóveis do ano de 2024, por meio do Módulo de Imóveis, e que os dados aqui exibidos são compatíveis com a realidade física dos imóveis próprios do Estado em uso, cedidos, ou de terceiros recebidos em cessão, sob responsabilidade deste órgão / entidade.

_____
Responsável pela Gestão de Imóveis do Órgão / Entidade

_____
Presidente da Comissão de Inventário de Imóveis

Belo Horizonte,_____de_____de____

Certifico que todos os dados emitidos estão corretos e condizentes com a realidade patrimonial imobiliária do órgão / entidade.

Relatório de imóveis sob gestão da SEDESE

ATUALIZADO EM 19/12/2024

Nº	Código do imóvel - Portal imóveis	Denominação atual	Município	ENDEREÇO	O QUE FUNCIONA NO IMÓVEL	PROCESSO SEI (PRINCIPAL)	TERMO DE CESSÃO/PERMISSÃO NO PROCESSO?	VIGÊNCIA INÍCIO	VIGÊNCIA FIM
1	0000489	QUADRA DE ESPORTES DE ALBERTINA	ALBERTINA	RUA JOAO SANCHES, s/n QUADRA 20-, CENTRO, ALBERTINA - MG, CEP 37596-970	Campo de futebol Gramado murado	1480.01.0011989/2020-62	S/Nº	27/10/2016	27/10/2021
2	0036210	CEME - Alfenas Complexo esportivo Municipal	ALFENAS	RUA EXPEDICIONARIO CELSO RACCIOP, 30 , CENTRO, ALFENAS - MG, CEP 37130-097	Complexo esportivo Municipal	1480.01.0011991/2020-08	Não Localizado	N/A	N/A
3	0036277	Assoc de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas	ALFENAS	PRAÇA PADRE AFONSO VAN GRAFF, 1070 , CENTRO, ALFENAS - MG, CEP 00000-000	APAE Alfenas	Não localizado	013/2011	15/02/2011	15/02/2016
4	0036418	DIRETORIA REG. DE ALMENARA - SEDESE - TVRO SEPLAG	ALMENARA	RUA AVILMAR LOPES DOS SANTOS, 36 , CENTRO, ALMENARA - MG, CEP 39900-000	Diretoria Regional Sedese Almenara	1500.01.0180707/2021-57	N/A	N/A	N/A
5	0036590	SOCIEDADE BENEFICENTE ANTÔNIO MARQUES SOBAM	ALMENARA	RUA EXUPÉRIO CANGUSSÚ, 25 , Universitário, ALMENARA - MG, CEP 00000-000	Sociedade Beneficente Antônio Marques	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
6	0037770	DIRETORIA REGIONAL DE ARAÇUAÍ - SEDESE	ARACUAI	RUA JOSÉ PINTO COLARES, 312 , ALTO SANTUÁRIO, ARACUAI - MG, CEP 39600-000	Diretoria Regional Sedese Araçuaí	1480.01.0011869/2020-04	N/A	N/A	N/A
7	0001330	GINÁSIO POLIESPORTIVO	ARAPUA	RUA OITO, S/Nº, ATUALMENTE DENOMINADA RUA LAURA MARIA DA CONCEIÇÃO, S/Nº, BAIRRO, CENTRO, ARAPUÃ/MG	Ouro Verde Sede Campestre	1480.01.0008919/2021-14	Termo Cessão nº 11/2022	02/07/2022	02/07/2027
8	0003504	MEMORIAL DE DIREITOS HUMANOS	BELO HORIZONTE	AVENIDA AFONSO PENA, Nº 2351, CONSTITUÍDO PELO LOTE 01 (UM) DA QUADRA 6 (SEIS) DA 6ª (SEXTA) SEÇÃO URBANA, BAIRRO FUNCIONÁRIOS, NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG	Memorial de Direitos Humanos	1480.01.0000407/2020-48	N/A	N/A	N/A
9	0003548	CRAS SANTA ROSA / UNIDADE DE SAÚDE	BELO HORIZONTE	RUA MAJOR DELFINO RICARDO, 2553 , SÃO FRANCISCO DE ASSIS, BELO HORIZONTE - MG,	CRAS Santa Rosa	1480.01.0006902/2020-59	Não Localizado	N/A	N/A
10	0003659	Conselhos Estaduais	BELO HORIZONTE	AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 233 SALA 815, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30190-000	Conselhos Estaduais	1480.01.0011485/2024-78	N/A	N/A	N/A
11	0003686	Conselhos Estaduais	BELO HORIZONTE	AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 233 SALA 819, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30190-000	Conselhos Estaduais	1480.01.0011485/2024-78	N/A	N/A	N/A
12	0003695	Conselhos Estaduais	BELO HORIZONTE	AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 233 SALA 823, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30190-000	Conselhos Estaduais	1480.01.0011485/2024-78	N/A	N/A	N/A
13	0003766	ALVORADA FUTEBOL CLUBE	BELO HORIZONTE	RUA VICENTE SOLARES DE ANDRADE 146, LOTES 11, 13, 15, 17, 19 A 24 QUADRA 92, NOVA GAMELEIRA, BELO HORIZONTE - MG, CEP 00000-000	Campo de futebol de várzea cercado com grade	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
14	0007245	Abrigo Maria Maria	BELO HORIZONTE	RUA UBÁ, Nº 1, ESQUINA COM RUA ARAXÁ, BAIRRO LAGOINHA, NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG.	Abrigo Maria Maria	1480.01.0006903/2020-32	Não Localizado	N/A	N/A

15	0007252	PCMG /E.E.DR.AMARO N.BARRETO/POEINT BARR -TVRO SEE	BELO HORIZONTE	IMÓVEL SITUADO NA ANTIGA FAZENDA DO BARREIRO, ATUALMENTE NA AVENIDA XIMANGO, BAIRRO FLÁVIO MARQUES LISBOA (BARREIRO DE CIMA), NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG.	POEINT Barreiro	1480.01.0009052/2020-15	Termo Cessão nº 07/2022	08/06/2022	08/06/2027
16	0007744	Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas CONEAD	BELO HORIZONTE	AVENIDA NOSSA SENHORA DO CARMO, Nº 1890, SALA 1401 – EDIFÍCIO PONTE –SUL, BAIRRO SION, NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG.	CONEAD	1500.01.0009005/2021-90	N/A	N/A	N/A
17	0007753	Conselho Estadual de Políticas Sobre Drogas CONEAD	BELO HORIZONTE	AVENIDA NOSSA SENHORA DO CARMO, Nº 1890, SALA 1402 – EDIFÍCIO PONTE –SUL, BAIRRO SION, NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG.	CONEAD	1500.01.0009005/2021-90	N/A	N/A	N/A
18	0040257	FUNCIONAMENTO DAS FEDERAÇÕES ESPORTIVAS	BELO HORIZONTE	RUA SANTO AGOSTINHO, 1381 , SAGRADA FAMILIA, BELO HORIZONTE - MG, CEP 31035-480	Federações Esportivas	1480.01.0005282/2021-49	Não Localizado	N/A	N/A
19	0041947	1ª DRPC - PCMG E CENT REF ESP. POP SITUAÇÃO DE RUA	BELO HORIZONTE	RUA CONSELHEIRO ROCHA, 321/351 LOTES 17 A 23 QUADRA 6A DA 1º SECÇÃO URBANA, FLORESTA, BELO HORIZONTE - MG, CEP 00000-000	Centro de referência especializado para população em situação de rua (Abrigo Tia Branca).	1480.01.0006901/2020-86	Termo de Cessão nº 34/2008	26/05/2008	25/05/2018
20	0042176	PRÉDIO DAS FEDERAÇÕES - MG	BELO HORIZONTE	AVENIDA OLEGARIO MACIEL, 311, LOTE 8, QUADRA 26, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30180-113	Federações Esportivas.	1480.01.0004458/2021-84	Não Localizado	N/A	N/A
21	0042390	PASTORAL DO POVO DE RUA (CARITAS)	BELO HORIZONTE	RUA LUIZ CHAGAS CARVALHO, 40 LOTE 20, QUARTEIRÃO 15, ZONA 412, DONA CLARA, BELO HORIZONTE - MG, CEP 31260-200	Centro de Defesa dos Direitos Humanos da População de Rua e Catadores de Material Reciclável.	1480.01.0000473/2023-03	Termo de Permissão de uso nº 09/2023	20/12/2023	20/12/2028
22	0144493	MOVIMENTO DAS DONAS DE CASA /CASA DIREITOS HUMANOS	BELO HORIZONTE	RUA GUAJAJARAS, 40 (EDIFÍCIO MIRAFIORI), 24° ANDAR, CENTRO, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30180-910	Desocupado	1480.01.0000865/2022-92	N/A	N/A	N/A
23	0160598	DANDARA	BELO HORIZONTE	AVENIDA DANDARA, S/N (LUGAR DENOMINADO OLHOS D'ÁGUA EM JUSTINÓPOLIS- RIBEIRÃO DAS NEVES), TREVO (DANDARA), BELO HORIZONTE - MG, CEP 31370-651	Ocupação habitacional	1080.01.0000839/2018-85	Não Localizado	N/A	N/A
24	0136697	ASSOCIACAO PASTORAL NACIONAL DO POVO DA RUA	BELO HORIZONTE	Rua Gustavo da Silveira nº 1578, bairro Horto, Belo Horizonte - MG,	Projeto Moradia Primeiro	1480.01.0009113/2021-14	Termo de Permissão de uso nº 31/2021	29/12/2021	29/12/2031
25	0009289	Campo de Futebol gramado com arquibancada	BOM REPOUSO	LUGAR DENOMINADO SÍTIO BELA VISTA (Atual Rua Elias José de Andrade) , CENTRO, BOM REPOUSO - MG, CEP 00000-000	Campo de Futebol Gramado	1480.01.0011997/2020-40	S/Nº	16/06/2010	16/06/2015
26	0045308	Praça de esportes aberta ao público	BONFINOPOLIS DE MINAS	AVENIDA Tenente João Bispo, 555 -, -, BONFINOPOLIS DE MINAS - MG, CEP 38650-000	Praça de esportes aberta ao público	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
27	0011270	GINÁSIO POLIESPORTIVO ANTÔNIO JOSÉ DELFRARO - SAMU	CAMPOS GERAIS	RUA JORGE DE PAULA MEIMBERG, S/Nº , CAPITÃO GOMES, CAMPOS GERAIS - MG, CEP 37160-000	Ginásio	1480.01.0008921/2021-57	Não Localizado	N/A	N/A
28	0012237	CARATINGA - 29	CARATINGA	FAZENDA ITAÚNA RUA DOS OPERARIOS, CARATINGA - MG, CEP 00000-000	Provavelmente uma praça de Esportes	1670.01.0000735/2018-11	Não Localizado	N/A	N/A
29	0012641	Estádio Ubiratan// Quadra poliesportiva	CARMO DE MINAS	RUA ANTÔNIO COLI FILHO, S/Nº, MUNICÍPIO DE CARMO DE MINAS/MG.	Campo de Futebol Gramado	1480.01.0011999/2020-83	S/Nº	19/02/2013	19/02/2033

30	0013169	PRAÇA DE ESPORTES , PM; POSTO AVANCADO C.BOMBEIROS	CATAGUASES - 18	AVENIDA ASTOLFO DUTRA, Nº 896, CENTRO, MUNICÍPIO DE CATAGUASES/MG	Praça de esportes aberta ao público com pista de Skate	1480.01.0002682/2021-21	S/Nº	24/03/2012	24/03/2022
31	0013276	Flamengo Futebol Clube	CATAGUASES - 44	AVENIDA ASTOLFO DUTRA , CENTRO, CATAGUASES - MG, CEP 00000-000	FLAMENGO FUTEBOL CLUBE	1500.01.0069543/2022-11	S/Nº	29/12/2017	5 anos
32	0013409	GINÁSIO POLIESPORTIVO JÚLIO GARCIA	CAXAMBU	RUA DOUTOR VIOTTI, S/Nº, MUNICÍPIO DE CAXAMBU/MG.	GINÁSIO POLIESPORTIVO JÚLIO GARCIA.	1480.01.0001388/2024-30	Termo de Cessão nº 09/2018	14/06/2018	14/06/2023
33	0014969	CENTRO SOCIAL URBANO - ELDORADO	CONTAGEM	RUA SENEGAL, 229, BAIRRO ELDORADO	CENTRO SOCIAL URBANO	1480.01.0010133/2020-25	Termo Cessão nº 175/2013	28/11/2023	28/11/2033
34	0015099	Centro Social Urbano - AMAZONAS	CONTAGEM	RUA MARQUES PARANA; Nº 95; INDUSTRIAL	CENTRO SOCIAL URBANO	1480.01.0010174/2020-82	Termo Cessão nº 158/2013	03/10/2013	03/10/2033
35	0015842	COROMANDEL - 17	COROMANDEL	PRAÇA VEREADOR AUREOLINO VIEIRA CRUVINEL , CENTRO, COROMANDEL - MG, CEP 00000-000.	Pracinha com uma quadra esportiva não murada	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
36	0017057	PRAÇA DE ESPORTES	DIAMANTINA	PRAÇA DR. PRADO, S/N BAIRRO: CENTRO	Praça de esportes aberta ao público com pista de Skate	1480.01.0012004/2020-45	Não Localizado	N/A	N/A
37	0017158	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA 3a EQUIPE	DIONISIO	RUA DR. JOSÉ MATEUS VASCONCELOS, S/N , xx, DIONISIO - MG, CEP 35984-000	Programa de Saúde da Família	1480.01.0008923/2021-03	Não Localizado	N/A	N/A
38	0054213	COMPLEXO ESPORTIVO - CEMEI JOSE CRISTOVAM	DIVINOPOLIS	AVENIDA DOLORES DE AGUIAR RABELO, 303 , INTERLAGOS, DIVINOPOLIS - MG, CEP 35500-491	Campo de Futebol Gramado	1480.01.0001678/2024-57	Termo Cessão nº 87/2007	12/06/2007	12/06/2027
39	0054544	DIRETORIA REGIONAL DA SEDESE / UNIDADE SEJUSP	DIVINOPOLIS	AVENIDA PRIMEIRO DE JUNHO, 218 , CENTRO, DIVINOPOLIS - MG, CEP 35500-002	Diretoria Regional Sedese Divinópolis	1450.01.0055655/2021-07	N/A	N/A	N/A
40	0017434	Divinópolis Tênis Clube	DIVINOPOLIS	Registro em cartório RUA LEVI SILVA, 149 , CENTRO, DIVINOPOLIS - MG, CEP 35500-000.	Clube	1480.01.0008693/2021-05	S/Nº	15/05/2012	15/05/2022
41	0018531	ESPERA FELIZ - 8	ESPERA FELIZ	ESTRADA PARA CARANGOLA, S/N , ESPERA FELIZ - MG, CEP 00000- CONFRONTA POR UM DOS LADOS E FUNDOS COM OS DOADORES; PELO OUTRO LADO COM OSMAR PAIXÃO DE SOUZA E FRENTE COM A ESTRADA QUE VAI PARA CARANGOLA.	Informação não localizada	1480.01.0012003/2020-72	Não Localizado	N/A	N/A
42	0019562	Formiga Tênis Clube	FORMIGA	AVENIDA PAULO DE BRITO, S/N , QUINZINHO, FORMIGA - MG, CEP 35570-000	Formiga Tênis Clube	1080.01.0037361/2018-93	Convênio	28/02/1977	Indeterminado
43	0019828	GINASIO POLIESPORTIVO	FRANCISCO SA	AVENIDA Getúlio Vargas, s/n , Alfredo Dias, FRANCISCO SA - MG, CEP 00000-000	Ginásio Poliesportivo	Não localizado	181/2012	29/10/2012	29/10/2017
44	0020974	CAMPO DE FUTEBOL GRAMADO MUNICIPAL	IAPU	RUA NECA PEREIRA, S/N , CENTRO, IAPU - MG, CEP 35190-000	Campo de futebol Municipal	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
45	0070128	Poliesportivo Paulinho Teixeira	IBIA	RUA 60, s/n , DEOLINDA MENDES, IBIA - MG, CEP 00000-000	Poliesportivo Paulinho Teixeira	1480.01.0012024/2020-87	S/Nº	19/11/2012	19/11/2017
46	0021156	Quadra de Futsal	IBIA	RUA 11, ESQUINA COM RUA 46, S/N , ROSA MARIA, IBIA - MG, CEP 00000-000	Quadra de Futsal	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
47	0021568	QUADRA POLIESPORTIVA	IGUATAMA	RUA 27, s/n , CENTRO, IGUATAMA - MG, CEP 00000-000	Quadra poliesportiva	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
48	0070839	Ginásio Poliesportivo De Inhapim	INHAPIM	AVENIDA PALMA CIMINI LUCAS, s/n , SÃO LUCAS, INHAPIM - MG, CEP 00000-000.	Ginásio Poliesportivo De Inhapim	1480.01.0008930/2021-08	Não Localizado	N/A	N/A
49	0071597	CONSELHO MUNICIPAL DO BEM ESTAR DO MENOR - COMBEM	ITABIRA	RUA GALILÉIA, 520 , BETÂNIA, ITABIRA - MG, CEP 35900-471	COMBEM Itabira	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A

50	0059113	PMMG/15ªRPM/19ºBPM/155ªCIA	ITAMBACURI	RUA PROFESSOR MENDONÇA, s/n , CENTRO, ITAMBACURI - MG, CEP 39830-000	Estádio Municipal	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
51	0059303	CAMPO DE FUTEBOL GRAMADO COM ACESSO AO PÚBLICO	ITAPECERICA	RUA ANTÔNIO MANOEL COM RUA ESTAÇÃO , MARILÂNDIA, ITAPECERICA - MG, CEP 00000-000	Campo de futebol	1500.01.0038269/2021-27	Convênio	19/05/1977	Indeterminado
52	0059865	UNIDADE DE TRATAMENTO E COMPOSTAGEM / SEDPAC	JEQUERI	LUGAR DENOMINADO FAZENDINHA PÉROLA CRUZEIRO PROVEDÊNCIA E BOM FIM , PISCAMBA, JEQUERI - MG, CEP 00000-000	Escola Família Agrícola de Jequeri.	1230.01.0003690/2023-54	Termo de Permissão de uso nº 98/2005	07/10/2005	07/10/2015
53	0074955	GINASIO POLIESPORTIVO DATIVO BOTELHO	JEQUITINHONHA	AVENIDA FRANCO DUARTE, 586 , CENTRO, JEQUITINHONHA - MG, CEP 39960-000	Ginásio poliesportivo dativo botelho	1480.01.0008947/2021-34	Não Localizado	N/A	N/A
54	0023796	Clube Operário	JOAIMA	RUA FREI SAMUEL , CENTRO, JOAIMA - MG, CEP 00000-000	Operário Clube	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
55	0024042	ESTÁDIO MUNICIPAL ANTÔNIO MOREIRA DUARTE (Campo do Curumum)	JUATUBA	RUA Manoel Braz Obeleira, 135 , Cidade Nova II, JUATUBA - MG, CEP 35675-000	Estádio Municipal Antônio Moreira Duarte	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
56	0060244	CSU - PROJETO TRAVESSIA - UBS VILA OLAVO COSTA	JUIZ DE FORA	RUA A, 16 , VILA OLAVO COSTA, JUIZ DE FORA - MG, CEP 00000-000	Informação não localizada	1480.01.0000887/2019-89	S/Nº	01/07/1999	01/07/2004
57	0076083	MUSEU / SEDESE / SEF / SCPMSO	JUIZ DE FORA	RUA HALFELD, 504 , CENTRO, JUIZ DE FORA - MG, CEP 36010-001	Diretoria Regional Sedese Juiz de Fora	1410.01.0001817/2021-45	N/A	N/A	N/A
58	0160184	AMAC	JUIZ DE FORA	RUA ESPIRÍTO SANTO, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG	Amac	1480.01.0010995/2023-22	Termo de Permissão de uso nº 11/2023	30/12/2023	30/12/2028
59	016019-2	AMAC	JUIZ DE FORA	RUA ESPIRÍTO SANTO, S/N, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG.	Amac	1480.01.0010995/2023-22	Termo de Permissão de uso nº 11/2023	30/12/2023	30/12/2028
60	0075895	CREAS	JUIZ DE FORA	RUA ESPIRÍTO SANTO, N° 444, CENTRO, NO MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA/MG.	CREAS Municipal	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
61	0076505	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	LAGOA FORMOSA	RUA ANTÔNIO CADETE, 445 , CENTRO, LAGOA FORMOSA - MG, CEP 38720-000	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	1320.01.0051023/2019-74 (restrito - disponível na DLA)	Não Localizado		
62	0060434	CENTRO EDUCACIONAL MÁRIO CASASSANTA - ACOLHER CRAS	LAGOA SANTA	RUA Dr. José de Magalhães Pinto, 270 , Santos Dumond, LAGOA SANTA - MG, CEP 00000-000	Acolher SCFV - CRAS I	1500.01.0231823/2024-32	Não Localizado	N/A	N/A
63	0060467	PREFEITURA / CCAE CETEC / PCMG / FELUMA / INVADIDO	LAGOA SANTA	RUA SANTOS DUMONT, 101 , VÁRZEA/, LAGOA SANTA - MG, CEP 33233-092	Informação não localizada	1500.01.0034112/2021-37	Termo de Cessão nº 181/2004	13/12/2004	13/12/2014
64	0076703	CRAS LARANJAL/SCFV	LARANJAL	RUA JEREMIAS DIAS DE OLIVEIRA, 352 , INDUSTRIAL, LARANJAL - MG, CEP 36760-000	CRAS e SCFV	1480.01.0000851/2019-91	Termo Cessão nº 05/2020	31/07/2020	31/07/2025
65	0077206	GINÁSIO POLIESPORTIVO DR. JOSÉ BASTOS FARIA FREIRE	LEOPOLDINA	AVENIDA DOS EXPEDICIONÁRIOS , BELA VISTA, LEOPOLDINA - MG, CEP 00000-000	Ginásio Poliesportivo Municipal Dr. José Bastos Freire	1500.01.0026182/2022-65	Termo de Cessão nº 07/2023	17/01/2024	16/01/2029
66	0024927	GINÁSIO ESTADUAL FREI JOSÉ WULF	LIBERDADE	1A AVENIDA Av. Chiquinho Barbosa, 216 , Distrito Rita de Cássia, LIBERDADE - MG, CEP 37350-000	Ginásio Municipal	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
67	0025049	QUADRA POLIESPORTIVA CERCADA COBERTA	MACHADO	PRAÇA PADRE INÁCIO, S/Nº , DOURADINHO, MACHADO - MG, CEP 00000-000	Quadra poliesportiva Cercada Coberta	1480.01.0008925/2021-46	Não Localizado	N/A	N/A
68	0061846	Estádio Municipal - João Francisco da Cruz(Chicão)	MONJOLOS	RUA NATALINO FRANCISCO DA SILVA, s/ nº , CENTRO, MONJOLOS - MG, CEP 00000-000 Rua Central	Estádio Municipal - João Francisco da Cruz (Chicão)	1480.01.0012062/2020-31	Termo Cessão nº 05/2022	04/05/2022	04/05/2027

69	0080184	GINASIO POLIESPORTIVO COBERTO	MONTE ALEGRE DE MINAS	RUA DO CONTORNO, 2499 , SANTA MARIA, MONTE ALEGRE DE MINAS - MG, CEP 38475-000	Informação não localizada	1480.01.0012063/2020-04	S/Nº	03/04/2012	03/04/2017
70	0080978	CENTRO DE REF. DANIEL AVELINO - CEMEI AMG ADEOLOR	MONTES CLAROS	RUA GIOVANI SOARES, 621 , LOURDES, MONTES CLAROS - MG, CEP 39401-482	CENTRO DE REF. DANIEL AVELINO // Cemei Amiguinhos da Adeolor	1480.01.0012064/2020-74	008/2018	25/10/2018	25/10/2023
71	0026641	PRAÇA DE ESPORTES	MURIAE	RUA DOUTOR PAULO PACHECO DE MEDEIROS, S/N , CENTRO, MURIAE - MG, CEP 36880-082	Informação não localizada	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
72	0081638	CENTRO EDUCACIONAL DOM DELFIM/CREAS/UPA	MURIAE	RUA ITAGIBA DE OLIVEIRA, 410 , BARRA, MURIAE - MG, CEP 36884-056	Centro de Treinamento Profissional de Muriaé	1480.01.0012065/2020-47	Termo de Cessão nº 89/2005	22/09/2005	22/09/2035
73	0062307	CENTRO SOCIAL URBANO / CRAS	MURIAE	RUA BICAS, 58 , SANTA TEREZINHA, MURIAE - MG, CEP 36889-250	Informação não localizada	Não localizado	Não Localizado		
74	0081950	CPEM - CLUBE DA PRAÇA DE ESPORTES DE MUZAMBINHO	MUZAMBINHO	RUA SETE DE SETEMBRO, 1807 , APARECIDA, MUZAMBINHO - MG, CEP 37890-000	Clube da Praça de Esportes de Muzambinho	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
75	0082453	Projeto Curumin	NEPOMUCENO	RUA ABRAHÃO MASSAHUD, 275 S/Nº , MARCIOLÂNDIA, NEPOMUCENO - MG, CEP 00000-000	Projeto Curumin	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
76	0062729	OLIVEIRA TÊNIS CLUBE	OLIVEIRA	RUA DOS PASSOS, 04 , CENTRO, OLIVEIRA - MG, CEP 35540-000	Oliveira Tenis Clube	1480.01.0012067/2020-90 e	Termo de Permissão de uso nº 244/2007	28/12/2007	28/12/2012
77	0027169	PMMG/4ªRPM/47ºBPM/76ªCiaPM /3ºPelPM/2ºGpPM - CRAS	ORIZANIA	RUA JOÃO HENRIQUE DA ROCHA, 39 - CENTRO (ANTIGA RUA BENTO HENRIQUE , ORIZANIA - MG, CEP 00000-000	PM e CRAS	1320.01.0031950/2021-66	Não Localizado	N/A	N/A
78	0062836	OURO FINO - 13	OURO FINO	RUA JOÃO PINHEIRO, * , CENTRO, OURO FINO - MG, CEP 37570-000	Informação não localizada	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
79	0027268	PMMG/3ªRPM/52ºBPM - Jovens de ouro e Casa Lar	OURO PRETO	RUA DOM HELVÉCIO, S/N° , CABEÇAS, OURO PRETO - MG, CEP 35400-000	Subsecretaria de Direitos Humanos, responsável pela implantação do Programa Jovens de Ouro e Casa Lar e para construção de um CREAS	1490.01.0004552/2020-09	Termo de Cessão nº 07/2012	17/05/2012	17/05/2032
80	0027839	Estádio Municipal E.C. São José	PARAISOPOLIS	AVENIDA GUARDA MÓR CARNEIRO, S/N° , CENTRO, PARAISOPOLIS - MG, CEP 37660-000	Estádio Municipal E.C. São José	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
81	0028043	DIRETORIA REGIONAL DA SEDESE - Passos	PASSOS	PRACA MONSENHOR MESSIAS BRAGANCA, 80 (LOJA A DO ED.ABRAHÃO JABUR), CENTRO, PASSOS - MG, CEP 37900-084	Diretoria Regional Sedese Passos	1480.01.0011866/2020-85	N/A	N/A	N/A
82	0063420	UPA / CENTRO SOCIAL URBANO / UEMG	PASSOS	RUA BARAO PASSOS, 1451/1629 LOTE 1 A 26, CENTRO, PASSOS - MG, CEP 37900-048	Centro comunitário Tancredo de Almeida Neves	1480.01.0012070/2020-09	Não Localizado	N/A	N/A
83	0063479	PATOS TÊNIS CLUBE	PATOS DE MINAS	: Prefeito Camundinho, 355 - Município de Patos de Minas/MG.	Patos Tênis Clube	1480.01.0012071/2020-79	Não Localizado	N/A	N/A
84	0085803	Patrocínio Tênis Clube	PATROCINIO	Av José Maria Alkimim 482 - Centro CEP 38740-000	Patrocínio Tênis Clube	1480.01.0012072/2020-52	Não Localizado	N/A	N/A
85	0087080	Poliesportivo / Estádio Jove de Mello /CRAS	PIRACEMA	RUA ANÍSIO MARQUES, S/Nº , CENTRO, PIRACEMA - MG, CEP 00000-000	GINASIO POLIESPORTIVO MUNICIPAL	1480.01.0001447/2024-86	Termo de Cessão nº 20/2018	12/11/2018	12/11/2023
86	0028860	Campo de Futebol Gramado e Ginásio coberto	PIUMHI	RUA GETÚLIO VARGAS , CENTRO, PIUMHI - MG, CEP 00000-000	Estádio Chico Alves	1500.01.0227149/2022-39	Não Localizado	N/A	N/A
87	0088369	SEDESE/ SEPLAG / IPSEMG / SEF / CBMMG -TVRO SEPLAG	POCOS DE CALDAS	RUA RIO DE JANEIRO, 100 , Centro, POCOS DE CALDAS - MG, CEP 37701-011	Diretoria Regional Sedese Poços de Caldas	1400.01.0006178/2019-27	N/A	N/A	N/A

88	0029074	Centro de Exposições de Pocrane	POCRANE	RUA NILO DE MORAIS PINHEIRO, S/N, CENTRO, MUNICÍPIO DE POCRANE/MG	ATIVIDADES POLIESPORTIVAS MUNICIPAIS. // Centro de exposição	1480.01.0012095/2020-13	Termo de Cessão nº 56/2009	14/07/2009	14/07/2014
89	0065243	Praça de esportes aberta ao público	RESPLENDOR	RUA NICANOR BRASIL, s/n , RESPLENDOR - MG, CEP 00000-000	Praça Esportiva	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
90	0092759	SAMU	SANTA LUZIA	AVENIDA VENANCIO PEREIRA DOS SANTOS, 397 , CONJUNTO CRISTINA (SAO BENEDITO), SANTA LUZIA - MG, CEP 33145-670	CRAS Cristina	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
91	0066555	Escola Municipal Valéria Junqueira Paduan	SANTA RITA DO SAPUCAI	ESTRADA SANTA RITA DO SAPUCAÍ A POUSO ALEGRE, 6 , ALVORADA, SANTA RITA DO SAPUCAI - MG, CEP 00000-000	Escola Municipal Valéria Junqueira Paduan	1500.01.0129592/2021-46	Não Localizado	N/A	N/A
92	0066431	SANTANA DE PIRAPAMA - 7	SANTANA DE PIRAPAMA	AVENIDA SANTANA , SANTANA DE PIRAPAMA - MG, CEP 00000-000	Praça de Esportes	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
93	0031344	PRAÇA DE ESPORTES	SANTO ANTONIO DO AMPARO	RUA VILA NOVA , SEBASTIÃO DA ESTRELA, SANTO ANTONIO DO AMPARO - MG, CEP 00000-000	Amparense Tênis Clube	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
94	0031359	Amparense Tenis Clube	SANTO ANTONIO DO AMPARO	QUINTILIANO JOSÉ DA SILVA, S/N, CHÁCARA SANTO ANTÔNIO, MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO/MG	Amparense Tenis Clube	1480.01.0012085/2020-89	Não Localizado	N/A	N/A
95	0068387	PRAÇA DE ESPORTES BMX SKATE POLIESPORTIVO	TAIOBEIRAS	AVENIDA AMAZONAS, Nº 372, CENTRO, QUADRA 152, NO MUNICÍPIO DE TAIOBEIRAS/MG.	Complexo esportivo com 2 ginásios pista de BMX	1480.01.0012087/2020-35	S/Nº	23/11/2010	23/11/2015
96	0068643	TEÓFILO OTONI - 65	TEOFILO OTONI	RUA SETE LOTES N.º 9 E 10, QUADRA G, BAIRRO MANOEL PIMENTA, TEOFILO OTONI - MG, CEP 00000-000	Ginásio Poliesportivo	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A
97	0069039	GINÁSIO POLIESPORTIVO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA	TRES PONTAS 1	TRAVESSA SÃO LUIZ, Nº 64 , NO BAIRRO CENTRO	GINÁSIO PLIESPORTIVO AURELIANO CHAVES DE MENDONÇA.	1480.01.0001389/2024-03	Termo de Cessão nº 15/2018	05/11/2018	05/11/2023
98	0100456	Escola Municipal Pequeno Principe	UBERABA	AVENIDA NELSON FREIRE, 50 , LEBLON, UBERABA - MG, CEP 38030-000	Terreno Vazio anexado a escola municipal pequeno príncipe	1480.01.0006810/2020-21	Não Localizado	N/A	N/A
99	0100946	ESCOLA ESTADUAL BUENO BRANDÃO / UTRAMIG	UBERLANDIA	PRAÇA TUBAL VILELA DA SILVA, 76 , CENTRO, UBERLANDIA - MG, CEP 38400-186	SINE	1500.01.0076652/2021-34	Termo de Cessão nº 01/2022	13/04/2022	13/04/2027
100	0101883	CENTRO SOCIAL URBANO VARGINHA	VARGINHA	RUA XINGU, 140 , SANTANA, VARGINHA - MG, CEP 37048-630	CENTRO SOCIAL URBANO	Não localizado	Não Localizado	N/A	N/A

Relatório de imóveis sob gestão da SEDESE - Locados e cedidos por outros órgãos

ATUALIZADO EM 19/12/2024

Nº	TIPO DE IMÓVEL	Código do imóvel - Portal imóveis	Denominação atual	Município	ENDEREÇO	O QUE FUNCIONA NO IMÓVEL	PROCESSO SEI (PRINCIPAL)	TERMO DE CESSÃO/PERMISSÃO NO PROCESSO?	VIGÊNCIA INÍCIO	VIGÊNCIA FIM
1	CESSÃO - DEER	N/A	DIRETORIA REGIONAL CURVELO	CURVELO	RUA JOSÉ BONIFÁCIO – N°250, CENTRO	Diretoria Regional Sedese Curvelo	1480.01.0002165/2019-18	N/A	N/A	12/07/2024
2	CESSÃO - IDENE (Imóvel do DER)	N/A	DIRETORIA REGIONAL DIAMANTINA	DIAMANTINA	AV. FRANCISCO SÁ, 401 – B. CENTRO CEP: 39.100-000	Diretoria Regional Sedese Diamantina	1480.01.0004842/2020-98	N/A	N/A	N/A
3	ALUGADO	0146555	DIRETORIA REGIONAL GOVERNADOR VALADARES	GOVERNADOR VALADARES	R. BARÃO DO RIO BRANCO, 480, LOJA 11	Diretoria Regional Sedese Governador Valadares	1480.01.0003703/2019-08	Contrato: 9223987/2019	23/11/2019	22/11/2025
4	CESSÃO - PREFEITURA	N/A	DIRETORIA REGIONAL ITUIUTABA	ITUIUTABA	AV. JOSÉ JOÃO DIB, 975 - B. PROGRESSO - CEP: 38302-000. ITUIUTABA/MG	Diretoria Regional Sedese Ituiutaba	1480.01.0003395/2023-67	N/A	N/A	fev/23
5	ALUGADO	013705-9	DIRETORIA REGIONAL MONTES CLAROS	MONTES CLAROS	RUA IRMÃ BEATA, 334 - CENTRO - CEP: 39400-110	Diretoria Regional Sedese Montes Claros	1480.01.0002533/2020-70	Contrato: 9050428/2015	01/12/2015	30/11/2025
6	CESSÃO - SEPLAG (UAI)	N/A	DIRETORIA REGIONAL MURIAÉ	MURIAE	AVENIDA JK, 1.377 - CENTRO - CEP: 36880-000	Diretoria Regional Sedese Muriaé	Não Localizado	N/A	N/A	N/A
7	ALUGADO	0158295	DIRETORIA REGIONAL PARACATU	PARACATU	AV. OLEGÁRIO MACIEL, Nº 923, CENTRO	Diretoria Regional Sedese Paracatu	1480.01.0004334/2022-34	Contrato: 98108676/2022	29/09/2022	28/09/2025
8	ALUGADO	N/A	DIRETORIA REGIONAL PATOS DE MINAS	PATOS DE MINAS	RUA: TEÓFILO OTONI, 826 - CENTRO - CEP: 38.700.056	Diretoria Regional Sedese Patos de Minas	1480.01.0002624/2024-26	Contrato: 9430412/2024	02/07/2024	01/07/2029
9	CESSÃO - DEER	N/A	DIRETORIA REGIONAL SALINAS	SALINAS	AV. FLORIPES CRISPIM, 565 - PANORAMA CEP: 39560-000	Diretoria Regional Sedese Salinas	1480.01.0002250/2019-51	N/A	N/A	N/A
10	CESSÃO - IPSEMG (ONEROSO)	N/A	DIRETORIA REGIONAL SÃO JOÃO DEL REI	SÃO JOÃO DEL REI	R. DR. CID DE SOUZA RANGEL, 101 SUB SOLO - CENTRO - CEP: 36307-318	Diretoria Regional Sedese São João Del Rei	1480.01.0001034/2018-03	Contrato: 9221330 /2019	05/12/2019	04/12/2024
11	ALUGADO	0160242	DIRETORIA REGIONAL TEÓFILO OTONI	TEOFILO OTONI	RUA JORGE MATTAR, Nº 33 CENTRO, TEÓFILO OTONI/MG	Diretoria Regional Sedese Teófilo Otoni	1480.01.0010826/2022-29	Contrato: 9371897/2022	04/01/2023	03/01/2025
12	CESSÃO - PREFEITURA	N/A	DIRETORIA REGIONAL TIMÓTEO	TIMOTEO	AV. ALMIR DE SOUZA AMENO, 20 A - FUNCIONÁRIOS - CEP- 35180-412	Diretoria Regional Sedese Timóteo	1480.01.0006136/2022-74	Termo de Cooperação Técnica	N/A	21/08/2027
13	CESSÃO - DEER	N/A	DIRETORIA REGIONAL UBERABA	UBERABA	AV. DA SAUDADE, Nº 214 - B. SANTA MARTA - CEP 38.061-000	Diretoria Regional Sedese Uberaba	1480.01.0000587/2019-41	N/A	N/A	N/A
14	CESSÃO - PREFEITURA	N/A	DIRETORIA REGIONAL UBERLÂNDIA	UBERLANDIA	AVENIDA NICOMEDES ALVES DOS SANTOS, N.º 727, BAIRRO MORADA DA COLINA, CEP.: 38.411-106	Diretoria Regional Sedese Uberlândia	1480.01.0009900/2021-08	Termo de Convênio e Cooperação nº 01/2022	N/A	11/07/2027
15	CESSÃO - DEER	N/A	DIRETORIA REGIONAL VARGINHA	VARGINHA	AV. MANOEL DINIZ , N° 145, BAIRRO INDUSTRIAL JK, CEP - 37062-480	Diretoria Regional Sedese Varginha	1370.01.0004409/2019-58 2300.01.0006251/2019-42	N/A	N/A	N/A
16	CESSÃO - IPSEMG (ONEROSO)	0122846	CASA DE DIREITOS HUMANOS E DIRETORIA REGIONAL METROPOLITANA	BELO HORIZONTE	RUA SÃO PAULO, 679 - CENTRO - BELO HORIZONTE - MG	Casa de Direitos Humanos e Diretoria Regional Sedese Metropolitana	2010.01.0008325/2018-68	Termo de Cessão Onerosa 9314546	N/A	22/09/2026
17	ALUGADO	0153445	CREAS REGIONAL ALMENARA	ALMENARA	TRAVESSA TIRADENTES Nº 48, BAIRRO SÃO JUDAS TADEU, CEP 39.900-000, ALMENARA/MG	CREAS Regional Almenara	1480.01.0001466/2021-67	Contrato: 9292319	17/09/2021	16/09/2025
18	ALUGADO	0167601	CREAS REGIONAL PEÇANHA	PECANHA	RUA PROFESSOR JOSÉ CORREIA BRAGA, Nº 3, CENTRO DE PEÇANHA/MG	CREAS Regional Peçanha	1480.01.0004560/2023-40	Contrato: 9391008	18/08/2021	17/08/2025
19	ALUGADO	0137844	CREAS REGIONAL ÁGUAS FORMOSAS	AGUAS FORMOSAS	RUA OLINTO MEDRADO, Nº 54, CENTRO, ÁGUAS FORMOSAS/MG, CEP: 39.880-000	CREAS Regional Águas Formosas	1480.01.0002279/2018-47	N/A	17/05/2016	17/05/2026
20	ALUGADO	0142083	CREAS REGIONAL DIAMANTINA	DIAMANTINA	LARGO DOM JOÃO, Nº 191, DIAMANTINA/MG, CEP. 39.100-000	CREAS Regional Diamantina	1480.01.0000486/2019-52	N/A	29/11/2017	30/11/2025
21	CESSÃO - UEMG	N/A	GALPÃO UEMG	BELO HORIZONTE	AV. ANTÔNIO CARLOS, 7545 - BAIRRO SÃO LUÍS - CEP 31270-010 - BELO HORIZONTE - MG	Galpão UEMG	1480.01.0005344/2022-21	Termo de Cessão de Uso nº 59/2022	N/A	22/09/2024
22	CESSÃO - FUCAM	N/A	ACAIACA	BELO HORIZONTE	AV. AFONSO PENA, 867, NO CENTRO DE BELO HORIZONTE, MG	Almoxarifado Sedese - Ed. ACAIACA	1480.01.0005228/2020-55	Termo de cessão de uso nº 3/2020	02/07/2020	01/07/2025
23	CESSÃO - FAPEMIG	N/A	CASA TINA MARTINS	BELO HORIZONTE	RUA PARAÍBA, Nº 641, BAIRRO FUNCIONÁRIOS, EM BELO HORIZONTE,	Casa Tina Martins	2070.01.0000184/2018-89	Não Localizado	N/A	N/A

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Assessoria de Projetos

Nota 1 - SEDESE/SUBPG-AP

Belo Horizonte, 20 de dezembro de 2024.

NOTA EXPLICATIVA

IMÓVEIS PRÓPRIOS/VINCULADOS AO ÓRGÃO/ENTIDADE

Conforme relatório de Imóveis *(Id.104265373)* a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE gerencia o total de 100 (cem) imóveis próprios vinculados ao órgão.

A divergência com o total apresentado no Certificado de Realização do Inventário 2024 *(Id.104193887)*, que faz referência a 101 (cento e um) imóveis, justifica-se pois apesar de possuir Termo de Desvinculação em favor da SEDESE *(Id. 89191076),* o imóvel 000717-4, que atualmente está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Polícia Militar de Minas Gerais, ainda consta na listagem SEDESE por estar em análise pela SEPLAG. Obs.: O imóvel 000717-4, atualmente denominado PMMG/ CPE/ BOPE / BOLSA DE MATERIAIS no Portal de Imóvel, tem seu endereço registrado na RUA ENGENHEIRO FELIPE CALDAS, 510 QUADRAS 52 e 53, ZONA 244, GAMELEIRA, BELO HORIZONTE - MG, CEP 30510-060.

Recomendação: Que a Diretoria de Logística e Aquisições (DLA) acompanhe a finalização da desvinculação do imóvel 000717-4, junto à SEPLAG.

IMÓVEIS PRÓPRIOS/VINCULADOS EMPRESTADOS A TERCEIROS

De acordo com o Certificado de Realização do Inventário 2024 *(Id.104193887)* constam registro de 5 imóveis identificados como "próprios/vinculados emprestados a terceiros", sendo os de código: 008836-9; 006046-7; 006043-4; 002726-8 e 001496-9. Contudo atualmente, no âmbito da SEDESE, existem 16 (dezesseis) imóveis emprestados à terceiros com Termos Vigentes, conforme possível consultar no relatório de Imóveis *(Id.104265373).*

Recomendação: Que em 2025 seja realizado o cadastramento e atualização dos Termos junto ao Módulo de Imóveis do SIAD, de modo que as cessões, permissões e autorizações de uso de imóveis próprios sejam tramitadas dentro do sistema, juntamente com a anexação da documentação correspondente.

IMÓVEIS DE TERCEIRO EMPRESTADOS AO ÓRGÃO/ENTIDADE

Atualmente não consta nenhum imóvel no Certificado de Realização do Inventário 2024 *(Id.104193887)* identificado como de terceiro emprestados ao Órgão/Entidade, porém foi possível apurar que a SEDESE ocupa espaços de terceiros para execução de suas políticas. Atualmente existem 23 (vinte e três) imóveis, considerando espaços alugados e cedidos ao Órgão, conforme é possível consultar na Planilha anexa *(Id. 104265761).*

Recomendação: Que em 2025 seja realizado o cadastramento e atualização das informações sobre os Termos e Contratos junto ao Módulo de Imóveis do SIAD.

Cláudia Maria Bortot Falabella
Masp 385600-2
Assessoria de Projetos

Vanessa dos Santos Corrêa
Masp 752859-9
Assessora-Chefe de Projetos
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Documento assinado eletronicamente por **Vanessa dos Santos Corrêa**, **Assessora Chefe**, em 30/12/2024, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Cláudia Maria Bortot Falabella**, **Assessora**, em 02/01/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104312958** e o código CRC **BEB900C8**.

Referência: Processo nº 1480.01.0016022/2024-90 SEI nº 104312958

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.28 15:09:26 -03'00'

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Controladoria-Geral do Estado

Controladoria Setorial-SEDESE

Relatório nº 1777631 - SEDESE - CGE/CSET_SEDESE

Belo Horizonte, 19 de março de 2025.

Relatório dos Resultados de Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais nº 1777631 - e-CGU

Processo nº 1771269 - e-CGU

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa nº 14, de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa nº 01, de 05 de fevereiro de 2025, ambas normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG).

POR QUE A CGE REALIZOU ESTE TRABALHO?

O trabalho foi realizado com a finalidade de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2024 do responsável pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, conclui-se pela **adequação parcial** da posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2024 da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**, nos termos das informações prestadas neste Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais.

I. Introdução

Em cumprimento às determinações do art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 14, de 14 de dezembro de 2011, e do art. 6º da Decisão Normativa TCE nº 01, de 05 de fevereiro de 2025, apresenta-se o Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais sobre o exercício financeiro de 2024 da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE**, sediada na Rodovia Papa João Paulo II, 4.143 - Prédio Minas, 14º andar - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 46 da Lei Estadual 24.313, de 28 de abril de 2023, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme roteiro de auditoria específico.

A auditoria abrangeu o período de 01/01/2024 a 31/12/2024 e o trabalho para elaboração deste relatório foi realizado nos meses de fevereiro e março de 2025, por meio de análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e no período de elaboração do processo de contas anual pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em síntese dos itens previstos no art. 10 da IN TCEMG nº 14/2011 e na Decisão Normativa vigente.

II. Resultados das Auditorias realizadas durante o exercício

a) Ações de destaque

A Controladoria Setorial da SEDESE executou, durante o exercício de 2024, ações relativas à avaliação, sob a ótica de riscos, da Ação 4158 - Qualificação Profissional e a avaliação dos controles quanto à instrução processual e aos prazos legais dos procedimentos referentes à cessão de servidores da SEDESE, cujos relatórios finais de auditoria estão previstos para serem emitidos no primeiro semestre de 2025.

Foram concluídos os trabalhos iniciados em 2022 e em 2023 relacionados à avaliação dos convênios de saída de recursos repassados mediante emendas parlamentares no ano de 2021 e dos instrumentos do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) e a avaliação executiva do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA.

A equipe da Controladoria Setorial da SEDESE também foi selecionada pela Auditoria-Geral - AUGE/CGE para participar do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução CGE nº 14, de 1º de outubro de 2024, para realização de levantamento de informações sobre o passivo de prestação de contas de transferências de recursos da Secretaria para proposição de melhorias e aprimoramentos, assim como estabelecer critérios para a priorização das análises. O trabalho terá continuidade no ano de 2025.

Oportuno mencionar que foram realizadas atividades de apoio à Secretaria para a adequação do Plano de Integridade da SEDESE às diretrizes da Política Mineira de Promoção da Integridade, nos termos do Decreto nº 48.419/2022, e atividades alusivas ao fomento da transparência passiva mediante a avaliação quanto ao atendimento dos pedidos de acesso à informação da Secretaria registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), além das ações de correição administrativa.

b) Documentos técnicos de auditoria emitidos em 2024

A Decisão Normativa TCEMG nº 01/2025 determina em seu Anexo III, item 23, ‘e’, observação 2, que a unidade de auditoria deve informar o resultado das auditorias realizadas durante o exercício, os quais devem indicar as ilegalidades ou irregularidades apuradas e as medidas saneadoras recomendadas.

Os documentos técnicos relativos às auditorias realizadas pela CSET/SEDESE, emitidos no ano-exercício sob análise, encontram-se relacionados por tipo de produto e quantificados, conforme a seguir:

Quadro I - Documentos Técnicos de Auditoria emitidos pela CSET/SEDESE

Produto	Quantidade
Relatório de Auditoria (RA) - Avaliação, Consultoria e Apuração	10
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (RATCE)	4
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (CATCE)	4
Nota de Auditoria (NA) - Avaliação, Consultoria e Apuração	8
Quantidade Total	**26**

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos encontra-se reproduzido no Apêndice I (109708715) deste documento, com exceção dos 04 certificados de tomada de contas especial, das 06 notas de auditoria oriundas de consultas técnicas demandadas pela gestão, que se referem a produtos de assessoramento realizado pela Controladoria Setorial, assim como das 02 notas de auditoria decorrentes de análise preliminar de denúncia, por não conterem o resultado definitivo do trabalho, ou mesmo, por não haver indícios suficientes de veracidade para o aprofundamento da análise.

b.1) Resultado do Monitoramento das Recomendações

As recomendações expedidas pela CSET/SEDESE nos documentos de auditoria relacionados no tópico anterior se encontram sintetizadas no quadro II abaixo, no qual são informados o número de produto e os quantitativos das recomendações emitidas e implementadas e daquelas medidas com prazo de implementação expirado, considerado este prazo como a data em que foi realizada a sua avaliação.

Quadro II - Quantitativo das Medidas Propostas pela CSET/SEDESE

Produto / Nº	Status	Qtde.	Observações
Relatório de Auditoria nº 1433755 (84131342), emitido em 15/03/2024	Recomendações emitidas e implementadas	4	Relativa a uma recomendação, foi solicitada a disponibilização do produto resultante da ação, qual seja, o 'Documento com problema, objetivos e atribuições', como forma de evidenciar a efetivação da medida.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	-	
Relatório de Auditoria nº 1474754 (86820822), emitido em 23/04/2024.	Recomendações emitidas e implementadas ou parcialmente implementadas	15	1 medida foi excluída por não se aplicar mais ao caso.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	3	-

Nota: No exercício de 2024 também foi efetuado o monitoramento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 1454616, emitido em 27/11/2023, e no Relatório de Auditoria nº 998097, emitido em 21/09/2021, as quais não serão abordadas neste relatório por se referirem a documentos de outros exercícios.

E diante das proposições apresentadas, tem-se que a gestão da SEDESE adotou as medidas segundo elencadas no Apêndice II (109709000) do presente relatório.

c) Outras ações relevantes desenvolvidas

Apresentam-se os trabalhos de Transparência e Integridade realizados no exercício de 2024, segundo os produtos emitidos e informados no quadro a seguir:

Quadro III - Transparência, Integridade e Controle Social

Ação	Produtos emitidos em 2023	
	Qtde	Tipo
Assessorar e apoiar órgãos e entidades para que realizem sua adesão à PMPI ou a adequação de seus planos de integridade nos termos do Decreto nº 48.419/2022	3	Relatório de Monitoramento, Relatório de Histórico de Alterações e Relatório de Controle Interno, gerados no SISPMPI.
Avaliar o atendimento aos pedidos de acesso à informação registrado no Sistema e-Sic.	1	Relatório nº 1671104.
Total de produtos emitidos	**4**	

d) No ano-exercício de 2024, a Auditoria-Geral da Controladoria-Geral do Estado - AUGE/CGE emitiu o Relatório de Auditoria nº 1490862 (91396283 - SEI 1520.01.0006888/2023-83), na data de 28/06/2024, tendo por objeto a avaliação do processo de concessão do benefício Seguro-Desemprego por unidades de atendimento do cidadão do SINE, sob a coordenação da SEDESE, com foco em riscos de integridade.

III. Resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores

A Decisão Normativa TCEMG nº 01/2025 determina em seu Anexo III, item 23, 'f', observação 2, que a unidade de auditoria informe o resultado de monitoramento das decisões do Tribunal em contas anuais de exercícios anteriores.

E seguindo as diretrizes da Auditoria-Geral/CGE, que estabeleceram como período de corte os últimos 05 (cinco) exercícios, esclarecemos que não foi identificada decisão referente a julgamento de contas anuais da SEDESE nesse prazo.

Nossas conclusões apontam a **adequação parcial** da posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2024 da **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**, nos termos das informações prestadas neste Relatório dos Resultados das Auditorias e do Monitoramento das Contas Anuais.

Soraia Cristina Soares de Oliveira

Masp 1.164.101-6

Auditora Interna / Coordenadora do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - NATI

Rejane Márcia de Carvalho

Masp 1.164.197-4

Auditora Interna / Controladora Setorial - CSET/SEDESE

Documento assinado eletronicamente por **Soraia Cristina Soares de Oliveira**, **Auditor(a)**, em 19/03/2025, às 08:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Rejane Marcia de Carvalho**, **Controlador(a)**, em 19/03/2025, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **109707480** e o código CRC **7877AA6B**.

Apêndice Único

Documentos Técnicos de Auditoria emitidos pela CSET/SEDESE em 2024

Documento nº	Data de Emissão	Objeto do trabalho	Processo SEI nº
Relatório de Resultados e Monitoramento nº 1579842	29/02/2024	Elaboração do relatório de auditoria sobre as contas de gestão da SEDESE e fundos vinculados (FEAS, FEI, FET-MG, FIA, FUNDIF).	1520.01.0001295/2024-62
Relatório de Resultados e Monitoramento n° 1579998			
Relatório de Resultados e Monitoramento nº 1580001			
Relatório de Resultados e Monitoramento n° 1580003			
Relatório de Resultados e Monitoramento n° 1585456	04/03/2024		
Relatório de Resultados e Monitoramento n° 1588450			
Relatório de Auditoria nº 1433755	15/03/2024	Avaliação executiva do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG.	1520.01.0012736/2022-09
Relatório de Auditoria s/ TCE nº 1591298	19/03/2024	Exame de Tomada de Contas Especial - Resolução nº 50/2023 - Convênio nº 162/2013.	1480.01.0007432/2023-96
Relatório de Auditoria nº 1474754	23/04/2024	Avaliação da estrutura e dos controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias celebradas com a SEDESE, com foco nos instrumentos celebrados com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), como também foi dado prosseguimento à avaliação quanto ao acompanhamento da execução das parcerias, que inclui os convênios de recursos repassados mediante emendas parlamentares em 2021.	1520.01.0010727/2023-26
Relatório de Auditoria s/ TCE nº 1711254	26/09/2024	Exame de Tomada de Contas Especial - Resolução nº 02/2020 - Convênio nº 100/2012.	1480.01.0000042/2020-09
Relatório de Auditoria s/ TCE nº 1732101	27/11/2024	Exame de Tomada de Contas Especial - TCE Resolução nº 81/2024 - Convênio nº 2276/2015	1480.01.0007603/2024-35
Relatório de Auditoria s/ TCE nº 1733812	03/12/2024	Exame de Tomada de Contas Especial - Resolução nº 67/2024 - Convênio nº 712/2011	1480.01.0005290/2024-18
Relatório Preliminar de Auditoria nº 1701889	20/12/2024	Avaliação da execução da Ação 4158 - Qualificação Profissional, vinculada ao Programa 067 - Rede de Desenvolvimento da Educação Profissional, sob a ótica de riscos.	1520.01.0010446/2024-44
Relatório Preliminar de Auditoria nº 1420457	26/12/2024	Avaliação da eficácia dos controles empregados na condução dos processos de cessão de servidores efetivos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social	1520.01.0000677/2023-67

Nota: Não estão relacionados acima os 04 certificados de tomada de contas especial, as 06 notas de auditoria oriundas de consultas técnicas demandadas pela gestão, assim como as 02 notas de auditoria decorrentes de análise preliminar de denúncia.

Apêndice II

Providências Adotadas pela Gestão

Dados Gerais	Providências Adotadas pela Gestão
Relatório de Auditoria nº 1433755, emitido em 15/03/2024 - Avaliação Executiva do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG	Das 4 (quatro) proposições contidas no Relatório de Auditoria nº 1433755 (84131342), 3 foram acatadas e se referem a ações a implementar, e 1 (uma) recomendação foi atendida, porém, necessita que o produto resultante da ação, qual seja, o 'Documento com problema, objetivos e atribuições' seja disponibilizado nos autos para evidenciar a efetivação da medida. São elas: 1 Revisar as normas jurídicas relacionadas ao PROVITA-MG, de forma a definir os objetivos e atribuições do programa, e ainda, avaliar quais as disposições estão sendo efetivamente aplicadas; 2 Reavaliar o problema central estabelecido para o programa e respectivas causas e consequências, após a definição específica dos objetivos e atribuições do PROVITA-MG; 3 Adotar ações visando o fortalecimento da transparência relacionada ao PROVITA-MG, relativa a seus atos e/ou decisões; 4 Estabelecer medidas para o fortalecimento da governança relacionada ao programa avaliado, sendo definidas ações para o estabelecimento de um planejamento alinhado com as diretrizes estratégicas da organização, assim como o aperfeiçoamento das ações relacionadas ao controle.

Dados Gerais	Providências Adotadas pela Gestão
Relatório de Auditoria nº 1474754, emitido em 23/04/2024 - Avaliação da estrutura e dos controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias celebradas com a SEDESE, com foco nos instrumentos celebrados com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), como também foi dado prosseguimento à avaliação quanto ao acompanhamento da execução das parcerias, que inclui os convênios de recursos repassados mediante emendas parlamentares em 2021.	Das 19 (dezenove) proposições contidas no Relatório de Auditoria nº 1474754 (86820822), 14 (quatorze) foram atendidas, estando entre essas, ações em execução e a implementar, além de 1 (uma) recomendação parcialmente atendida, quais sejam: 1.Dar prosseguimento às ações do Plano de Integridade da SEDESE com vistas a detectar e reduzir riscos de integridade nos convênios de saída e parcerias, e informar tempestivamente sobre a sua execução no SISPMPI; 2. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão na análise de documentos relativos à remuneração da equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos, no senti do de verificar a sua proporcionalidade ao serviço prestado e em conexão com os valores praticados no mercado, e segundo as convenções trabalhistas; 3. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão quanto à vedação de utilização de recursos estaduais em convênios de saída ou parcerias para contratar ou efetuar pagamento para fornecedores ou prestadores de serviço inscritos no CADIN-MG e/ou no CAFIMP; 4. Instituir instrumentos de avaliação de resultados para produção de informações gerenciais sobre convênios de saída e parcerias, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão pela alta gestão da SEDESE; 5. Que em instrumentos futuros sejam realizados estudos técnicos para subsidiar o planejamento, deforma a avaliar a viabilidade das ações e metas a serem contempladas em plano de trabalho; 6. Solicitar o extrato da conta específica da parceria e verificar se o recurso foi aplicado tempestivamente. Caso contrário, proceda-se à solicitação de restituição do valor ao erário; 7. Elaborar planos de trabalho com prazos factíveis de serem atendidos e guardar observância ao cronograma estabelecido tanto no plano de trabalho, quanto no instrumento celebrado; 8. Efetuar o acompanhamento e verificação da documentação apresentada para manifestação a todas as diligências expedidas mediante o Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI1480.01.0008989/2021-64), ao término do prazo concedido pela gestão. Na ausência de providências pela OSC, adotar as medidas aplicáveis ao caso, de acordo com as disposições do Decreto 47.132/2017; 9. Solicitar à OSC a justificativa para contratação de despesa acima do valor previsto em plano de trabalho, referente aos itens A, B e C, acerca do Termo de Fomento Nº 1481000845/2021; 10. Solicitar à OSC justificativa para pagamento a menor ao da nota fiscal, referente ao item D, acercado Termo de Fomento Nº 1481000845/2021; 11. Que as áreas técnicas e o gestor da parceria acompanhem de perto a execução dos instrumentos, inclusive das prestações de contas, de forma a verificar se há ocorrência em desfavor da entidade que impeça a continuidade do vínculo e em desacordo com o disposto no Decreto nº 47.132/2017; 12. Solicitar à OSC Parceira o ressarcimento do valor atualizado correspondente ao rendimento do recurso repassado, que foi aplicado intempestivamente; 13. Solicitar às entidades a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, que deverão ser corrigidos. 14. Solicitar às OSCs o ressarcimento dos valores, devidamente atualizados, relativos à multa de impostos recolhidos em atraso, assim como dos pagamentos efetuados em valor superior ao devido, conforme consta no Apêndice V (81648886) deste relatório; 15. Realizar o monitoramento dos instrumentos e realizar as diligências cabíveis até a conclusão das análises e ateste da regularidade de sua execução. [A recomendação 16 foi excluída] *<u>Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado</u>:* 17. Monitorar, de forma tempestiva, os depósitos nas contas específicas dos convênios dos recursos relacionados à contrapartida. Na sua ausência, notificar o convenente; 18. Cobrar o depósito da contrapartida do Convenente relacionado no item 5 da amostra - Apêndice III (81648402). 19. Solicitar ao convenente a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, os quais deverão ser corrigidos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA - AVALIAÇÃO

Nº 1490862

Objeto do Relatório

Processo de concessão do benefício Seguro-Desemprego por unidades de atendimento do cidadão do Sine sob coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Sedese, com foco em riscos de integridade.

Órgão

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais – Sedese

21/06/2024

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

MINAS GERAIS GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

Auditoria-Geral

RELATÓRIO DE AUDITORIA – AVALIAÇÃO - Nº 1490862

Órgão: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Estado de Minas Gerais - Sedese

Unidade Auditada: Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador - DGAT

Município: Belo Horizonte/MG

Ordem de Serviço: Ordem de Serviço nº 24/2023

MISSÃO DA CGE

Aprimorar a gestão pública mineira, por meio da auditoria interna, da correição, da prevenção e combate à corrupção, promovendo eficiência, integridade, transparência e participação social.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Avaliação do processo de concessão do benefício do Seguro-Desemprego (SD) nas unidades de atendimento ao cidadão do Sistema Nacional de Emprego (Sine) de Minas Gerais, com foco em riscos de integridade e em fontes de vulnerabilidades relativas à estrutura (segurança, integridade física, de equipamentos) e à operação (fluxo de trabalho, sistema, pessoas, eventos externos).

POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado a partir de demanda apresentada à Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais (CGE/MG) pela unidade de auditoria interna governamental da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (UAIG/Sedese), fundamentada no relato da ocorrência de possíveis eventos fraudulentos na concessão do benefício do SD, por meio do aliciamento de operadores nas unidades de atendimento do Sine. Os eventos relatados indicaram a oportunidade de realização de ação de auditoria para avaliar e detectar eventuais fragilidades e oportunidades de melhoria nos controles internos para prevenir e mitigar riscos de integridade.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como principais conclusões do trabalho: infraestrutura mínima implementada, mas não na quantidade exigida no Manual do Sine e no Acordo de Cooperação Técnica; ausência de normas internas e contratuais voltadas a prevenir situações de corrupção/fraude/suborno no processo de seleção; ausência de abordagem no treinamento direcionada para possíveis atos de corrupção/fraude/suborno; ausência de alçada de aprovação de validação dos acertos de dados que possam representar riscos de fraudes ou inserção de dados incorretos e ou falsos efetuados pelos atendentes do SD; inexistência de protocolos definidos para apurar denúncias alegadas ou confirmadas de corrupção/ fraude/suborno; inexistência de protocolos com o objetivo de mitigar riscos relacionados as vulnerabilidades de equipamentos, sistemas e pessoas; insuficiência de informação das medidas adotadas para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a entidade ou não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego.

QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

Diante dos exames realizados, destacam-se as seguintes recomendações propostas à Sedese:

- Estabelecer orientações e procedimentos para prevenir e mitigar os riscos de corrupção/fraude/suborno no âmbito das unidades de SD e IMO, inclusive o

risco de aliciamento de atendentes;

- Emitir orientação aos entes gestores de unidades Sine e às unidades de atendimento sobre mecanismos para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do Seguro Desemprego, com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesse, nepotismo, entre outras situações de risco, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de atendentes ou agentes com perfil inadequado;
- Estabelecer orientações e procedimentos de controle junto às unidades de atendimento para assegurar o cumprimento das Cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica, e instrumentos similares, quanto à substituição de atendentes do SD e IMO;
- Elaborar orientação prática e treinamento específico sobre pontos de atenção a serem observados pelos atendentes, referentes à autenticidade das documentações necessárias para concessão do SD, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos de corrupção/fraude/suborno;
- Verificar as situações de unidades de atendimento com carência de recursos de vigilância e monitoramento e avaliar, com os Municípios, formas viáveis de provimento desses recursos, considerando as necessidades e as realidades locais, visando maior segurança dos atendentes e beneficiários;
- Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de equipamentos, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento;
- Estabelecer procedimentos apropriados para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a unidades de atendimento ou que não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUGE - MG - Auditoria Geral do Estado de Minas Gerais

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CGE/MG - Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

CGU - Controladoria-Geral da União

CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CETER-MG - Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda

CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social

Dasd - Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Econômico

DGAT - Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador

FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador

FET- MG - Fundo Estadual do Trabalho de Minas Gerais

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

GRTE - Gerências Regionais do Trabalho e Emprego

IMO - Intermediação de Mão de Obra

IN - Instrução Normativa

MGS - Minas Gerais Administração e Serviços S/A

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS - Programa de Integração Social

PPP - Parceria Público Privada

PSD - Programa de Seguro-Desemprego

SDGS - Superintendência Central de Auditoria de Políticas de Desenvolvimento, Governo e Segurança

SD - Seguro Desemprego

Sedese-MG - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

Seplag-MG - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais

SGFTEPS - Superintendência de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária

Sine - Sistema Nacional de Emprego

SRTE - Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego

RI - Risco Inerente

RR - Risco Residual

UMT - Unidade Móvel do Trabalhador

UTRAMIG - Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais

UAI - Unidade de Atendimento Integrado

UAIG - Unidade de Auditoria Interna Governamental

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TI - Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

VISÃO GERAL SOBRE O OBJETO AVALIADO 13

RESULTADOS DOS EXAMES 17

1. Quanto à adequação e à implementação da infraestrutura mínima oferecida ao atendimento dos requerentes do SD .. 17

Boas práticas indicadas 20

1.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 21

1.2 Análise da Equipe de Auditoria 21

2. Quanto ao processo de seleção, contratação e treinamento dos operadores do SD voltado a atender às necessidades do serviço e prevenir situações de corrupção/fraude/suborno 21

Boas práticas indicadas 26

2.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 27

2.2 Análise da Equipe de Auditoria 28

3. Quanto à observância de critérios de aprovação no processamento do SD, controles sobre atividades críticas e pontos de atenção na recepção de documentos 29

Boas práticas indicadas 32

3.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 33

3.2 Análise da Equipe de Auditoria 34

4. Quanto à existência de recursos de vigilância e monitoramento nas unidades de atendimento 34

Boas práticas indicadas 36

4.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 36

4.2 Análise da Equipe de Auditoria 37

5. Quanto à existência de controles para prevenir, detectar e tratar tempestivamente, riscos de corrupção/fraude/suborno 37

Boas práticas indicadas 42

5.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 42

5.2 Análise da Equipe de Auditoria 43

6. Quanto ao tratamento da segurança da informação pelas unidades de atendimento na prestação dos serviços do SD 43

Boas práticas indicadas 49

6.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação ... 50

6.2 Análise da Equipe de Auditoria 51

RECOMENDAÇÕES 52

CONCLUSÃO 54

APÊNDICE I – RISCOS E CONTROLES 56

APÊNDICE II – MATRIZ DE ACHADOS 57

ANEXO I - OFÍCIO SEDESE/DGAT nº. 37/2023 70

ANEXO II - FORMULÁRIO ATENDIMENTO AO SEGURO-DESEMPREGO - SD E INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA - IMO 74

ANEXO III - PERFIL DEFINIDO NO SISTEMA MAIS EMPREGO 88

ANEXO IV - OFÍCIO SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024 89

ANEXO V - PLANO DE AÇÃO DA SEDESE 91

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Auditoria apresenta os resultados da avaliação realizada sobre o processo de concessão do benefício do Seguro-Desemprego (SD) por unidades de atendimento ao cidadão do Sistema Nacional de Emprego (Sine) sob coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese), com foco em riscos de integridade.

Fundamenta-se no relato feito pela Sedese à Controladoria-Geral do Estado (CGE) da ocorrência de possíveis eventos fraudulentos nas atividades de habilitação e postagem do benefício do SD, por meio do aliciamento de atendentes nas unidades de atendimento. Conforme informado pela Sedese, esses possíveis eventos fraudulentos foram objeto de comunicação da Secretaria ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com providências em curso e sendo acompanhadas pela Unidade de Auditoria Interna Governamental (UAIG) da Sedese.

De forma complementar, os eventos relatados indicaram a oportunidade de realização da presente ação de auditoria, para avaliar e detectar eventuais fragilidades e contribuir para o aprimoramento dos controles internos do processo de concessão do SD nas unidades de atendimento, bem como proporcionar subsídios ao gestor público para a minimização dos riscos de integridade do processo a níveis aceitáveis.

O escopo da avaliação abrangeu a análise de procedimentos que subsidiam o requerimento do benefício do SD nas unidades de atendimento ao cidadão sob gestão da Sedese, sobretudo, com foco em eventuais fragilidades no fluxo de concessão de benefícios, na segurança física, nas informações e nos equipamentos, agrupados nos seguintes eixos[1]:

- **Risco de estrutura:** segurança, integridade física, equipamentos;
- **Risco de operação:** fluxo de trabalho, sistema, pessoas, eventos externos.

Para realização do trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Avaliar a implementação e adequação de infraestrutura mínima de atendimento dos requerentes do benefício do SD;
2. Avaliar a existência de processo de seleção, contratação e treinamento do atendente do SD voltado às necessidades do serviço e a prevenir situações de corrupção, fraude e suborno;
3. Avaliar a observância de critérios de aprovação no processamento do SD, controles sobre atividades críticas e pontos de atenção na recepção de documentos de solicitação do benefício;
4. Avaliar a existência de recursos para a vigilância e monitoramento nas unidades de atendimento;

[1] APÊNDICE I - RISCOS E CONTROLES.

5. Avaliar o estabelecimento de controles pela Sedese e pelas unidades de atendimento para prevenir, detectar e tratar tempestivamente riscos de corrupção, fraude e suborno;
6. Avaliar o tratamento da segurança da informação relativa às unidades de atendimento na prestação dos serviços do SD.

Os principais critérios que orientaram a avaliação foram:

1. Normas, circulares, manuais e outros regulamentos relativos ao SD;
2. Contratos e convênios referentes à instalação de unidades de atendimento e à prestação dos serviços do SD;
3. Norma ABNT NBR ISO 37001, que reflete boas práticas internacionais sobre sistemas de gestão antissuborno;
4. Norma ABNT NBR ISO 27001, que reflete boas práticas internacionais sobre sistemas de gestão da segurança da informação;
5. Política de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC da Seplag - Decreto Estadual nº 47.974, de 05/09/2020 e Resolução Seplag nº 84, de 11/11/2022.

Os exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, para resposta às questões de auditoria formuladas, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas. Na realização dos testes de auditoria, foram utilizadas técnicas de auditoria com o intuito de coletar as seguintes evidências:

- **Evidência documental**: obtida dos exames de ofícios, documentos comprobatórios e informações prestadas por pessoas de dentro e de fora da unidade auditada;
- **Evidência analítica:** obtida da conferência de informações, comparações, correlações, conciliações e análises feitas pelo auditor, cruzamento de dados;
- **Evidência testemunhal:** Obtidas das entrevistas; pesquisas, questionários; grupos focais e grupos de referência;
- **Evidência física:** Obtida da observação de pessoas; inspeção de objetos ou processos; experimentos, por exemplo, nível de segurança de dados eletrônicos.

As atividades envolveram a realização de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria quanto aos objetivos específicos do trabalho. A extensão e a profundidade dos procedimentos que foram aplicados resultaram do julgamento da equipe de auditoria, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante entre a situação encontrada, o critério, a causa e o efeito.

As limitações apresentadas na execução do trabalho de auditoria estão relacionadas à relativa confiabilidade nas informações, por se tratar de informação auto declaratória obtida por meio do formulário enviado as unidades de atendimento.

Os resultados da avaliação foram comunicados à Sedese por meio do Relatório Preliminar nº 1490861 e do Ofício CGE/DASD/AUGE nº. 2/2024, de 27/02/2024, e foram discutidos em reunião para busca conjunta de soluções realizada em 21/03/2024.

A Sedese manifestou-se sobre os achados e as propostas de recomendações por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 12/04/2024, e enviou o Plano de Ação com as providências que serão realizadas no âmbito da Secretaria visando à melhoria dos controles internos avaliados. Registra-se que os referidos documentos estão reproduzidos, na íntegra, nos Anexos IV e V deste Relatório.

VISÃO GERAL SOBRE O OBJETO AVALIADO

O SD é um benefício integrante da Seguridade Social, garantido pelo art. 7º da Constituição Federal, e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente, ajudando a mitigar os efeitos do desemprego, por meio da garantia de renda, propiciando o aumento da empregabilidade via ações de qualificação e a busca de emprego, com o auxílio da IMO.

Trata-se de um programa do governo federal, cuja gestão compete ao MTE. O benefício é pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), utilizando as contribuições sociais realizadas pelas empresas através do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP).

O Programa do Seguro-Desemprego (PSD) é responsável pelo tripé básico das políticas de emprego:

1. **Benefício do seguro-desemprego –** promove a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude de dispensa sem justa causa;

2. **Intermediação de mão-de-obra –** busca recolocar o trabalhador no mercado de trabalho, de forma ágil e não onerosa, reduzindo os custos e o tempo de espera de trabalhadores e empregadores;

3. **Qualificação social e profissional, por meio do Qualifica Brasil –** visa à qualificação social e profissional de trabalhadores, certificação e orientação do (a) trabalhador (a) brasileiro (a), com prioridade para as pessoas discriminadas no mercado de trabalho por questões de gênero, raça/etnia, faixa etária e/ou escolaridade.

Via de regra, as ações são executadas de forma descentralizada, por meio do Sine, através de entidades contratadas pelos estados, municípios e consórcios de municípios, além de outras entidades conveniadas diretamente com o MTE, com a participação das Comissões de Emprego locais.

Atualmente, as modalidades de benefício do SD são:

- Seguro-desemprego do trabalhador formal;
- Seguro-desemprego na forma de bolsa qualificação;
- Seguro-desemprego do empregado doméstico;
- Seguro-desemprego do trabalhador resgatado e
- Seguro-desemprego do pescador artesanal, também conhecido como seguro defeso.

A execução do PSD[2] envolve a atuação e a interlocução de várias áreas e órgãos governamentais. Por ser uma política pública do governo federal, a quem compete a gestão e o pagamento do benefício[3], a atuação da Sedese está relacionada e sujeita aos regulamentos e diretrizes nacionais, envolvendo, na operação das atividades, unidades de atendimento sob gestão das Prefeituras e Unidades de Atendimento Integrado (UAI), conforme demonstrado na **Figura 01**:

Figura 01 - Órgãos e entidades envolvidos no Seguro-Desemprego



Fonte: Informações coletadas com a Sedese e do site do MTE. Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

A responsabilidade da Sedese na gestão do SD está estabelecida no Termo de Adesão nº 005/2020[4], sendo executada pela Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador (DGAT), que é subordinada à Superintendência de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária (SGFTEPS), vinculada à Subsecretaria de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda (SUBTE). Conforme estabelecido no art. 53 do Decreto nº 48.660[5], de 28/07/2023, a DGAT tem como competência gerir as ações necessárias para a execução dos serviços de atendimento ao trabalhador nas unidades específicas.

[2] Conforme art. 13, da Lei nº 8.019/1990 - A operacionalização do Programa Seguro Desemprego, no que diz respeito às atividades de pré-triagem e habilitação de requerentes, auxílio aos requerentes e segurados na busca de novo emprego, bem assim às ações voltadas para reciclagem profissional, será executada prioritariamente em articulação com os Estados e Municípios, através do Sistema Nacional de Emprego (Sine), nos termos da lei.
[3] Conforme art. 15, da Lei nº 7.998/1990 - Compete aos Bancos Oficiais Federais o pagamento das despesas relativas ao Programa do Seguro-Desemprego e ao abono salarial conforme normas a serem definidas pelos gestores do FAT.
[4] EXTRATO DE ADESÃO ESPÉCIE: Adesão nº 005/2020, Processo SEI nº 19970.100054/2019-43. Ente Parceiro: Governo do Estado de Minas Gerais; Órgão Gestor Local: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. OBJETO: Formalizar a adesão do Ente Parceiro ao Sistema Nacional de Emprego - SINE para gestão, financiamento e execução de suas ações e serviços, conforme Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 e Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019. Vigência: prazo indeterminado a partir da data da validação da adesão. Data da validação: 06/04/2020. Assina pelo Órgão Gestor Local: ELIZABETH JUCÁ E MELLO JACOMETTI, Secretária Estadual, CPF nº 454.965.956-49. Responsável pela validação: FERNANDO DE HOLANDA BARBOSA FILHO, Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/SEPEC/ME, CPF nº 042.979.017-14.Publicado no Diário Oficial da União em 09/04/2020.
[5] Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

A Lei Federal nº 13.667[6], de 17/05/2017, estabelece que compete tanto à União, como às esferas de governo que aderirem ao Sine, nas quais se incluem o Estado de Minas Gerais (MG) por meio da Sedese[7] e os parceiros envolvidos, prover o pessoal e a infraestrutura necessários à execução das ações e dos serviços do Sine, bem como financiá-lo, por meio de repasses fundo a fundo, acompanhar e controlar a rede de atendimento aos trabalhadores.

Atualmente, a gestão estadual do SD[8] realizada pela Sedese abrange 93 unidades Sine sob gestão das prefeituras e 35[9] unidades sob gestão das Unidades de Atendimento Integrado (UAI), totalizando 128 unidades de atendimento ativas. Das 35 UAIs, onze são executadas por meio de contrato com a Minas Gerais Administração e Serviços S.A (MGS), quatro por meio de convênios com prefeituras e vinte por meio de contrato de Parceria Público Privada (PPP).

Nas unidades Sine sob gestão de prefeitura, a operacionalização se dá por meio do Acordo de Cooperação Técnica entre a Sedese e os municípios. Esse tipo de modelo de gestão representa 73% das unidades de atendimento que operam o SD no estado. A administração da unidade é do município, cabendo à Sedese prover capacitação, credenciamento de atendentes e diretrizes específicas sobre o SD.

Nas unidades UAI, a disponibilização do serviço dá-se em três modalidades:

a) Contrato específico do tipo PPP, modelo de gestão que representa 16% das unidades de atendimento que operam o SD. A administração da unidade é da PPP, cabendo à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplag) o acompanhamento do contrato e, à Sedese, prover a capacitação, o credenciamento de atendentes e as diretrizes específicas sobre o SD.

b) Contrato com a MGS para o fornecimento de mão de obra, modelo que representa 8% das unidades de atendimento que operam o SD. A administração da unidade é da Seplag, cabendo à Sedese prover a

[6] Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego- Sine, criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.

[7] O art. 8º, determina as seguintes atribuições aos Estados, aplicáveis, no caso de Minas Gerais, à SEDESE:
Art. 8º Compete aos Estados que aderirem ao Sine:
I - exercer, por intermédio de órgão específico integrado à sua estrutura administrativa, a coordenação estadual do Sine, com supervisão, monitoramento e avaliação das ações e dos serviços a eles atribuídos;
II - executar as ações e os serviços do Sine na ausência de atuação dos Municípios ou de consórcios públicos municipais;
III - estimular os Municípios e os consórcios que eles venham a constituir, e fornecer-lhes suporte técnico e financeiro, para viabilização das ações e serviços do Sine.
Parágrafo único. Os Estados poderão executar, em caráter suplementar, as ações e os serviços do Sine de competência dos Municípios.

[8] Conforme informação e-mail de 11/08/2023: "atualmente temos 132 postos ativos registrados no sistema do Ministério do Trabalho. A lista enviada foi anteriormente foi atualizada em fevereiro e inclui postos ativos que oferecem atendimento na rede em Minas Gerais. Dentre esses 132 postos, identificamos três que estão inativos e sem prestação de atendimento (Itacarambi, Três Pontas, BH Shopping). No entanto, eles ainda constam como credenciados junto ao Ministério. Importante destacar houve o processo de descredenciamento de um de nossos postos devido ao encerramento de convênio (Sine Ipatinga/Sindipa) ".

[9] Conforme informação da SEPLAG por e-mail em 04/07/2023: Dados (nomes, endereços e modelo de gestão) das Unidades de Atendimento Integrado – UAI distribuídas pelo Estado de Minas Gerais. Com relação à UAI Confins, foi informado, por e-mail em 19/09/2023, que a "UAI Confins não oferta os serviços do SINE. Houve o entendimento que pela localidade da supra unidade (Aeroporto) e pela natureza do serviço não atingiria o público alvo. "

capacitação, o credenciamento de atendentes e as diretrizes específicas sobre o SD.

c) Convênios com as prefeituras, que representam 3% das unidades de atendimento que operam o SD. Nesse modelo, a administração da unidade é compartilhada entre o município e a Seplag, cabendo à Sedese prover a capacitação, o credenciamento de atendentes e as diretrizes específicas sobre o SD.

Figura 02 - Modalidades de Gestão do benefício de Seguro Desemprego



Fonte: Planilha disponibilizada pela Sedese - Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83, documento nº 68278037, e Planilha disponibilizada pela Seplag por e-mail em 04/07/2023 - Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

A operacionalização do SD é feita pelo Sistema Mais Emprego, sob gestão do MTE, que engloba dois sistemas: o Sistema Seguro-Desemprego e o Sistema de Intermediação de Mão-de-Obra. Pontua-se que no credenciamento de um atendente, ele é cadastrado para ter acesso aos dois sistemas.

O fluxo geral entre os dois sistemas funciona da seguinte maneira: quando ocorre a habilitação ao SD no Sistema Seguro-Desemprego, passa-se para o Sistema IMO para o preenchimento, cadastramento ou atualização dos dados do requerente. O objetivo é promover a realocação do trabalhador desempregado em alguma vaga com seu perfil, considerando que o SD é um benefício temporário e o emprego tem a perspectiva de ser duradouro.

RESULTADOS DOS EXAMES

A avaliação do processo de concessão do benefício do SD envolveu a realização dos seguintes procedimentos para obtenção de evidência de auditoria quanto aos objetivos específicos do trabalho:

1. Expedição de Solicitações de Auditoria à Sedese, para obtenção de documentos e informações relativos à prestação de serviços de atendimento ao Seguro Desemprego, com destaque para o Ofício CGE/DASD/AUGE nº. 5/2023, de 21 de agosto de 2023;
2. Realização de pesquisa com as unidades de atendimento ao SD e IMO, por meio de formulário eletrônico com prazo de resposta até 06/10/2023[10];
3. Acesso da equipe de auditoria ao Sistema Mais Emprego, cujo credenciamento foi efetuado pela DGAT para o Perfil Consulta, realizado nos dias 19, 25 e 27/10/2023;
4. Treinamento sobre o Sistema Mais Emprego realizado pela Sedese para a equipe de auditoria, no dia 13/09/2023;
5. Acesso da equipe de auditoria ao ambiente de treinamento dos atendentes/coordenadores realizado pela Sedese: Plataforma de Ensino à Distância – EaD do SINE, realizado nos dias 19/10/23 à 24/10/2023;
6. Entrevistas Semiestruturadas realizadas com servidores da Sedese em 15/06/2023 e da Seplag em 04/07/2023;
7. Visita técnica à unidade de atendimento Sine no município de Vespasiano em 04/08/2023, com o objetivo de observar e compreender a estrutura e a operação do SD no Sistema Mais Emprego em uma unidade de atendimento;
8. Análise da documentação apensa, até a data de 22/09/2023, no Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83.

A partir das evidências coletadas, apresentam-se, a seguir, os achados de auditoria, organizados por objetivo específico da avaliação.

1. Quanto à adequação e à implementação da infraestrutura mínima oferecida ao atendimento dos requerentes do SD

Com relação a este aspecto buscou-se verificar a existência de padronização de infraestrutura mínima e como ela está implementada. Nessa direção, a equipe de auditoria solicitou à Sedese normas ou diretrizes que estabeleçam as condições mínimas necessárias para a instalação e a aprovação da unidade de atendimento (credenciamento e descredenciamento). Por meio do Ofício SEDESE/DGAT nº.

[10] O formulário foi enviado para 128 unidades constantes na planilha "Endereço_Sine_fe2023", documento nº 68278037, disponibilizada no processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83.

37/2023[11] a Sedese manifestou-se apresentando os instrumentos regulatórios em vigência, dos quais se destacam:

a) Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego-Sine, discorrendo no seu Capítulo III[12] sobre a competência simultânea à União e as esferas de Governo que aderiram ao Sine;

b) Portaria MTP nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022[13], que versa sobre a abertura de postos de atendimento;

c) Acordo de Cooperação Técnica[14] com o Município de Resplendor que, além de outros temas, discorre sobre o Padrão de Qualidade da Infraestrutura Física, ressaltando a SUBCLÁUSULA 1ª, na SUBCLÁUSULA 2ª e na SUBCLÁUSULA 3ª que estabelecem que o Município deverá fornecer espaço adequado, e que este espaço deverá ser aprovado pela Secretaria e, também, devem seguir o padrão de infraestrutura mínimo destinado à implantação das Unidades do Sine. De acordo com a Sedese[15], o acordo do Município de Resplendor, enviado como modelo, é padrão adotado para formalização junto a todas as prefeituras.

Da análise da documentação supracitada, verificou-se que existem normativos orientadores com relação ao leiaute e aos requisitos de segurança das unidades, que conformam uma infraestrutura básica de atendimento dos requerentes do SD.

Ademais, foi possível detectar a previsão de aprovação antecipada pela Sedese para que as unidades de atendimento entrem em funcionamento.

Entretanto, em análise complementar, tendo como base o Manual Para os Postos de Atendimento[16], no seu item VII – Estrutura Organizacional e Porte dos Postos[17], e as informações prestadas pelas unidades de atendimento na pesquisa realizada, especialmente sobre espaços/estrutura existentes disponíveis para a prestação de serviços ao SD e à IMO, constatou-se que as unidades não operam atendendo a todos os pré-requisitos de estrutura física indicados no Manual para o respectivo porte,

[11] ANEXO I - OFÍCIO SEDESE DGAT Nº 37/2023 .
[12] Capítulo III – DAS COMPETÊNCIAS, art. 6º, INCISO I discorreu da Competência simultânea à União e às esferas de governo que aderiram ao Sine:
I - prover o pessoal e a infraestrutura necessários à execução das ações e dos serviços do Sine, bem como financiá-lo, por meio de repasses fundo a fundo.
[13] link: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtp-n-4.197-de-19-dedezembro-de-2022-452404198·
[14] Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2022, Município de Resplendor. A Sedese informou, por meio de comunicação eletrônica em 23/08/2023, que o "acordo de Resplendor, enviado como modelo, é o padrão adotado para formalização junto a todas a prefeituras"
[15] Comunicação eletrônica enviada em 23/08/2023.
[16] Elaborado pelo Ministério de Trabalho e Previdência Social e Banco Interamericano de Desenvolvimento, março de 2016, disponível no link: https://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Manual-de-gest%C3%A3o-do-SINE.pdf. Acesso em 31/01/2024.
[17] Esse documento detalha sobre a estrutura dos postos de Pequeno, Médio e Grande Porte:
Os postos de atendimento de pequeno porte são postos que realizam até 30 atendimentos diários. Para disponibilizar um bom atendimento ao público, esses postos devem ter entre quatro e seis funcionários.
Os postos de atendimento de médio porte são aqueles que, em geral, realizam mais de 30 e menos de 70 atendimentos por dia.
Os postos de atendimento de grande porte são aqueles que, em geral, realizam mais de 70 atendimentos por dia. Para disponibilizar um bom atendimento ao público, esses postos devem contar com pelo menos 43 funcionários.

destinados a proporcionar o bom funcionamento do posto e o bom atendimento ao público[18].

A **Tabela 01** descreve as estruturas disponíveis nas unidades de atendimento respondentes da pesquisa, por porte. É possível verificar, por exemplo, que a estrutura "Sala de espera/atendimento" está presente em 89 unidades, e não nas 101 unidades respondentes, mesmo se tratando de um pré-requisito para todas as unidades. Outro exemplo é o "Local de armazenagem de documentos", pré-requisito indicado no Manual para todos os portes e informado como existente em 82 unidades das 101 respondentes.

Tabela 01 - Estruturas disponíveis nas unidades de atendimento respondentes da pesquisa, por porte

Estruturas existentes		Porte da Unidade[19]			Quantidade
		PP	MP	GP	
TOTAL DE UNIDADES RESPONDENTES POR TIPO DE GESTÃO		**57**	**34**	**10**	**101**
1	Sala de espera/atendimento	50	30	09	89
2	Totens de autoatendimento	11	15	03	29
3	Balcão de triagem	22	23	08	53
4	Quadro informativo	34	25	07	66
5	Sala para gestor	11	13	05	29
6	Sala para gestor e coordenador operacional	12	08	04	24
7	Sala para coordenadores	23	14	05	42
8	Sala para supervisores e advogado	03	00	00	03
9	Sala para psicólogo e estagiários	01	00	02	03
10	Sala para realização de atividades (orientação profissional, dinâmicas de grupo, palestras)	16	12	06	34
11	Sala para atendentes de ações de empreendedorismo	05	06	01	12
12	Sala para pré-seleção de candidatos	23	14	04	41
13	Sala para convocadores, captadores e administradores de vagas	08	05	03	16
14	Copa	41	25	10	76
15	Sanitário público – masculino	47	27	09	83
16	Sanitário público – feminino	45	29	09	83
17	Sanitário adaptado (PNE)	27	24	07	58
18	Sanitário funcionários – masculino	28	23	08	59
19	Sanitário funcionários – feminino	35	28	09	72
20	Almoxarifado	30	19	07	56
21	Local de armazenagem de documentos	45	27	10	82

[18] Manual Para os Postos de Atendimento, página 76.
[19] PP – Pequeno porte; MP – Médio porte e GP – Grande porte. As estruturas foram listadas por porte (P, M e G), conforme o documento "Gestão do SINE – Manual para os Postos de Atendimento".

22	Guichês disponíveis – até 4 guichês e até 15 cadeiras de espera	42	26	03	71
23	Guichês disponíveis – de 5 a 9 guichês e até 30 cadeiras de espera	04	03	06	13
24	Guichês disponíveis – acima de 9 guichês e até 40 cadeiras de espera	02	00	01	03
25	Guichê preferencial	05	06	02	13
26	Acesso físico para pessoas com necessidades especiais (PNE), quando necessário	27	22	07	56
27	Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras)	07	04	00	11
Legenda:					
	Estrutura física/pré-requisito indicado àquele porte de unidade no Manual Para os Postos de Atendimento				

Fonte: Respostas ao formulário "Atendimento ao Seguro-Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO) – Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

Essa disparidade pode não apontar, a princípio, uma inconformidade, uma vez que, conforme mencionado, há previsão de validação da estrutura das unidades de atendimento pela Sedese antes do início das operações. Não obstante, pode indicar um descolamento do regramento previsto no Manual Para os Postos de Atendimento e riscos ao padrão de prestação dos serviços, razão pela qual a situação demonstra uma oportunidade de avaliação pela Sedese quanto à melhoria das estruturas, à plena adequação ao Manual e à criação ou readequação de rotinas de verificação da qualidade das estruturas e dos controles.

Por fim, é importante salientar que durante a Visita Técnica realizada na unidade de atendimento de Vespasiano em 04/08/23, foi destacada a necessidade de aprimoramento no desempenho dos equipamentos de informática da unidade. Portanto, é necessário avaliar se a situação mencionada também se verifica nas demais unidades de atendimento, visando coordenar ações conjuntas com as prefeituras e demais entidades para atender a essa demanda, quando pertinente.

Boas práticas indicadas

Na perspectiva de melhoria da estrutura e dos controles, sugerem-se os seguintes pontos de aprimoramento à Sedese:

1. Estabelecer, junto às unidades de atendimento, a readequação dos regramentos que definem a estrutura mínima, tendo como base o tipo de serviço oferecido, o porte da unidade e a estrutura necessária;

2. Avaliar, junto às prefeituras, a possibilidade de melhoria/desempenho nos equipamentos de informática às unidades atendimento do Sine, quando pertinente;

3. Estabelecer rotinas de verificação da quantidade e da qualidade das estruturas implantadas nas unidades de atendimento e de acompanhamento das

melhorias, com vista a assegurar a adequada prestação de serviços.

1.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 12/04/2024, a SEDESE manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.
>
> Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

1.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

2. Quanto ao processo de seleção, contratação e treinamento dos operadores do SD voltado a atender às necessidades do serviço e prevenir situações de corrupção/fraude/suborno

Nesse ponto, avaliou-se a existência de orientações quanto ao perfil para atendentes do SD e sobre procedimentos de verificação de integridade do candidato antes da contratação. Também foram avaliados procedimentos relativos ao treinamento de atendentes, quanto aos seguintes aspectos: i) se são apropriados e regulares, ii) se são frequentes e suficientes para atender às necessidades das unidades; iii) se existe avalição da satisfação dos participantes (feedback), iv) a existência de repositório de informações disponível para consultas - FAQ (*frequently asked questions*), v) a existência de suporte, e vi) se no treinamento do atendente é abordado conteúdo voltado para atender às necessidades do serviço, com enfoque a prevenir situações de corrupção/ fraude/suborno.

A existência de procedimentos de verificação de integridade de candidatos antes da seleção/contratação/designação constitui uma boa prática na estruturação de sistemas de gestão antissuborno pelas organizações, especialmente quanto às posições e atividades que estão expostas a um risco relevante de suborno e outros

ilícitos associados. Dentre os procedimentos preventivos que podem ser adotados, a Norma ABNT NBR ISO 37001 indica a realização de verificações prévias à seleção do pessoal (*due diligence*), a adoção de declarações a serem firmadas pelo pessoal a intervalos razoáveis e proporcionais ao risco de suborno identificado confirmando o seu cumprimento com a política antissuborno, bem como ações de conscientização e treinamento apropriadas e regulares sobre a temática.

Em resposta às solicitações feitas pela equipe de auditoria, a Sedese informou, por meio do Ofício SEDESE/DGAT nº. 37/2023[20], que no âmbito estadual, não existem normas ou instrumentos jurídicos específicos que tratem das diretrizes para a condução de processos seletivos destinados à seleção de novos agentes e coordenadores que irão integrar as unidades de atendimento.

Entretanto, verificou-se que o modelo de Acordo de Cooperação Técnica celebrado com os municípios contém cláusulas que abordam esse tema, oferecendo orientações para procedimentos de contratação e substituição de agentes que atuam no Sine:

SUBCLÁUSULA 8ª: Fica estabelecido que a qualidade do quadro funcional será verificada pela SECRETARIA por meio de Avaliações de Desempenho realizadas anualmente com os coordenadores e atendentes das Unidades visando verificar a correta aptidão e competência para o exercício das atividades previstas;

SUBCLÁUSULA 8ª: Cabe ao MUNICÍPIO a formação do quadro funcional que irá compor a Unidade de Atendimento SINE de acordo com o seu porte.

Cabe ressaltar que a responsabilidade pela contratação dos referidos agentes é da Prefeitura Municipal, segundo o mesmo documento. Quanto à contratação dos agentes do Sine nas unidades UAI, a responsabilidade pela contratação é da MGS, da PPP e na gestão compartilhada são servidores efetivos.

O perfil do Coordenador e do atendente das unidades de atendimento, com gestão das prefeituras é estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2022, Município de Resplendor (documento enviado como modelo), na Subcláusula 3ª e 6ª[21]. Nas unidades com gestão por PPP consta no Termo de Referência[22] os requisitos mínimos para contratação da equipe que executará as atividades relacionadas ao atendimento do cidadão.

[20] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83, documento nº 72264656.

[21] **Subcláusula 3º**: A SECRETARIA recomenda que para o exercício da função de coordenação da Unidade, considerando os requisitos mínimos para o credenciamento nos sistemas do Governo Federal, que o colaborador tenha o seguinte perfil:1. Ensino médio completo;2. Habilidade em informática;3. Habilidade em gestão, dotado de capacidade de iniciativa, dinamismo, proatividade e responsabilidade e **Subclausula 6º**: O coordenador deverá observar se os atendentes da Unidade possuem os seguintes requisitos: 1. Capacidade de atendimento ao público;2. Ensino médio completo; 3. Habilidade em informática; 4. Boa fluência verbal – boa dicção; 5. Facilidade de relacionamento e contato com o público para entender ideias expressas verbalmente e exprimi-las com clareza e exatidão; 6. Flexibilidade e iniciativa para se adaptar as diferentes situações geradas no ato do atendimento.

[22] Termo de Referência - Anexo I, páginas 50 a 65, do Edital de Licitação Modalidade: Concorrência nº. 001/2010 referente UAI Fase I- Contrato nº 9001375/2010, firmado entre a Seplag e a empresa Minas Cidadão Centrais de Atendimento S/A

A partir das respostas prestadas pelas unidades de atendimento no formulário eletrônico de pesquisa[23], verificou-se que somente uma unidade declarou possuir normas internas para realização de processo seletivo de atendentes de SD e IMO, sendo que 99% responderam não as possuírem.

Com relação ao programa de treinamento, e aos aspectos abrangidos pelo escopo desta avaliação, a Sedese disponibilizou o Relatório de treinamento de novos agentes na rede Sine de MG durante os anos 2021 a 2023[24]. Nele consta a informação de que os participantes realizam o curso na modalidade de Ensino à Distância e que, após a conclusão, é disponibilizada, na Plataforma EaD, uma avaliação (prova final) referente ao conteúdo estudado. Os participantes serão considerados aprovados, caso obtenham a pontuação mínima de 60% do total.

Quanto à ferramenta de avaliação do treinamento (*feedback*), a Sedese informou que a Plataforma EaD ainda não possui essa ferramenta.

Ainda com relação ao Relatório Consolidado[25] de treinamento, verificou-se que a frequência de treinamentos distribuída durante os anos e direcionado aos novos agentes na rede Sine foi, aproximadamente, de dois em dois meses, com índice de aprovação acima de 90%, conforme **Tabela 02** abaixo:

Tabela 02 - Relatório Consolidado de Treinamento 2021-2023

ANO	Total aprovados	Total reprovados	Total	Percentual de aprovação (%)
2021	286	16	302	94,70
2022	275	16	291	94,50
2023 até 05/2023	207	8	215	96,28

Fonte: Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

No treinamento sobre o "Sistema Mais Emprego" realizado para a equipe de auditoria, a pedido desta, no dia 13/09/2023, os servidores da Sedese relataram os desafios enfrentados relacionados a aplicação da prova aos atendentes em formação, especialmente a dificuldade de saber quem realmente fez a prova, se ocorre consulta ou, até mesmo, se é feita em conjunto. Conforme relato, em alguns casos, os participantes nas unidades recebem a mesma nota, com os mesmos erros e acertos, indicando, assim, uma possível consulta ou compartilhamento das questões das provas. Com o intuito de mitigar essa situação, a Sedese utiliza o mecanismo de

[23] ANEXO II- Formulário Atendimento ao Seguro-Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO), questões: Pergunta 6: Existem Normas que tratam sobre a realização de processo seletivo de atendentes de SD e IMO nesta unidade de atendimento? Pergunta 7: Se existem normas internas, anexe o arquivo. Pergunta 10: Com qual frequência o atendente utiliza os canais de informação abaixo listados para esclarecer dúvidas que possam surgir durante um atendimento ao SD e IMO? Pergunta 14: Nos treinamentos em que a unidade participou, foi abordado o risco de aliciamento dos atendentes durante o atendimento aos requerentes do SD e como agir no caso de tentativas de aliciamento? Pergunta 21: Como você avalia a frequência em que ocorrem os treinamentos e o conteúdo ministrado para atendimento ao SD e IMO; Pergunta 22: Com relação aos treinamentos você teria alguma sugestão?

[24] Relatório consolidado - Treinamentos Realizados 2021 a 2023- Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83, documento nº 72372526.

[25] Não foi informado a quantidade de inscritos em cada turma, ficando prejudicado a análise do quantitativo do universo inscrito nos treinamentos realizados pela Sedese. Consta no Relatório consolidado treinamentos 2022- Para CGE informações da quantidade de inscritos somente para o ano de 2022. Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83, documento nº 68270958.

misturar as questões que compõem a prova e estuda a possibilidade de, futuramente, ter um banco de questões para evitar esse problema.

Com relação às respostas ao formulário relacionadas à frequência e à suficiência dos treinamentos, 75% das unidades de atendimento informaram que a frequência em que ocorrem os treinamentos está suficientemente adequada e, com relação à suficiência do conteúdo, 82% das unidades informaram que está suficiente.

Em se tratando das sugestões de treinamentos apresentadas pelas unidades, das 101 respostas enviadas, 32 não apresentaram nenhuma sugestão, 15 relataram que estão satisfeitas com os treinamentos, as demais apresentaram alguma sugestão, tais como[26]: 1-"incluir o procedimento de aliciamento no treinamento, 2- "treinamento de acerto de telas fosse com menos de 6 meses", 3-"abordar o que acontece na prática nas unidades, fica muito teórico", 4-"formalizar orientações junto ao município, quanto a responsabilidade e valorização do agente credenciado".

Quanto ao suporte adequado ao treinando e demais atendentes, a Sedese informou dispor de um conjunto de perguntas frequentes (FAQ) referentes aos serviços digitais, incluindo a Carteira de Trabalho e Previdência Social Digital (CTPS), recursos que estão disponibilizados para todas as unidades. A existência desse recurso de FAQ foi verificada por meio do acesso ao site Ponte Digital[27].

No que se refere à questão do formulário[28] de pesquisa voltada para a frequência de utilização de canais de informação pelas unidades de atendimento, verificou-se que o canal mais utilizado é o atendimento via e-mail (Sedese), opção de 63% das unidades, considerando as respostas "Sempre" e "Quase Sempre". Por outro lado, observou-se que aquele com menor utilização informada pelas unidades é o Ponte Digital (https://social.mg.gov.br/pontedigital/), conforme informação de 73% das unidades considerando as opções" Raramente" e "Nunca".

Essa constatação indica a oportunidade de avaliação pela Sedese quanto ao aprimoramento dos canais de informação junto às unidades de atendimento, considerando que, a despeito da disponibilização de orientações em forma de FAQ no Ponte Digital, esse canal foi informado como raramente ou nunca acessado pela maioria das unidades respondentes à pesquisa.

Outro ponto abarcado na avaliação se refere à existência e à abrangência da abordagem sobre procedimentos de prevenção, detecção e comunicação de possíveis atos de corrupção/fraude e suborno nos treinamentos de atendentes do SD.

[26] 1- Recursos; fraude; aliciamento- Unidade Conceição das alagoas;
2- Sim, incluir o procedimento de aliciamento no treinamento- Unidade Curvelo;
3- Treinamento de acerto de telas fossem com menos de 06 meses- Unidade Formiga;
4- Abordar o que realmente acontece na prática nas Unidades, fica muito teórico- Lagoa da Prata;
5- Formalizar orientação junto ao município, quanto a responsabilidade e valorização do agente credenciado – Santa Vitória

[27] https://social.mg.gov.br/pontedigital/index.html , acesso em 29/12/2023.

[28] Para essa questão houve resposta de 66 unidades, aparentemente ocorreu uma falha no questionário porque não consta o registro de resposta de todas as unidades, no caso foi computado o registro de 65,34% das unidades.

A Sedese informou que nas reciclagens anuais, em que todas as unidades são convidadas a participar, são discutidos casos práticos que servem para exemplificar e orientar toda a rede Sine no que diz respeito às situações do cotidiano das unidades. Além disso, informou que no treinamento introdutório dos atendentes há um módulo específico dedicado a segurança de acesso e de senhas, que orienta os atendentes sobre esse tema.

Verificando o treinamento "EAD SINE"[29], constatou-se que existem orientações sobre: o risco de entrar em sites falsos; a possibilidade de roubo de senha e de informações disponibilizadas nas diversas bases de dados; o formato da senha e o cuidado com o uso indevido; a responsabilidade quanto ao uso de dados sigilosos de empresas, pessoas; recursos financeiros destinados ao SD e o uso indevido de equipamentos por terceiros não autorizados.

A pesquisa realizada com as unidades de atendimento também englobou questões sobre a percepção quanto à abordagem, nos treinamentos, dos riscos de aliciamento dos operadores durante o atendimento aos requerentes do SD e como agir no caso de tentativas de aliciamento. A partir das respostas, verificou-se que 47% das unidades responderam que nos treinamentos recebidos "Sempre" ou "Quase Sempre" ocorreu a abordagem sobre tentativas de aliciamento Em contraponto, 42% das unidades não observaram nos treinamentos recebidos a abordagem sobre tentativa de aliciamento, considerando as respostas "Raramente e Nunca".

Ainda, no tocante à questão de treinamento, durante a execução deste trabalho de auditoria, a Sedese realizou nos dias 21 e 22/11/23, o primeiro Seminário da Rede Estadual Sine de Minas Gerais[30]. O seminário foi destinado a secretários municipais de cidades que possuem unidades de atendimento, responsáveis pela pauta do trabalho, além de coordenadores e atendentes das unidades. O objetivo da iniciativa foi debater políticas públicas de inclusão produtiva, trabalho, emprego e geração de renda, junto aos gestores locais. No seminário foi abordado tema referente ao SD, Sistema Mais Emprego e boas práticas adotadas por algumas unidades de atendimento.

Isso posto, a partir das informações e respostas enviadas pela Sedese e pelas unidades de atendimento, foi evidenciado que:

a) Existe perfil delineado para atendente do SD e coordenador nos instrumentos de parceria, entretanto, não foram identificados mecanismos internos de verificação de integridade dos candidatos, os quais constituem boas práticas na mitigação de riscos de corrupção/suborno. Entende-se oportuno estabelecer mecanismos e orientações para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do SD

[29] Com o intuito de conhecer como é o treinamento ofertado pela DGAT, carga horária e conteúdo abordado, possíveis fragilidades e limitações, a equipe de auditoria solicitou acesso a plataforma do treinamento "EAD SINE" e realizou o treinamento nos dias 19/10/23 a 24/10/2023.

[30] Disponível no link: https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/estado-debate-politicas-publicas-de-inclusao-produtiva-em-seminario-inedito.

(checklist, lista de verificação e etc.), com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesse, nepotismo, entre outros, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de atendentes ou agentes com perfil inadequado;

b) Os treinamentos são frequentes e atendem às necessidades das unidades, conforme pode ser verificado nos resultados da pesquisa. O mesmo acontece com a suficiência dos treinamentos, quando se observa a percepção positiva relatada na pesquisa. Treinamentos acessados pela equipe de auditoria abordaram riscos relativos à senha e ao acesso de pessoas não autorizadas, entre outras temáticas. Porém, não foram identificadas orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo cidadão na solicitação do benefício, e o treinamento não aborda, diretamente, a questão de aliciamento dos atendentes e possíveis atos de suborno

c) Inexistência de ferramenta de avaliação da qualidade e percepção dos treinados na plataforma do treinamento “EAD SINE. A inclusão de ferramenta desse tipo poderá permitir a coleta de insumos para a melhoria contínua dos treinamentos.

d) Existência de repositório de informações disponíveis para consulta no site Ponte Digital, assim como existência de canais de suporte da Sedese às unidades. Por meio da pesquisa realizada, foi possível observar que o principal canal utilizado é o e-mail, o que pode exigir um quantitativo importante de força de trabalho alocado no suporte, com relato de pequena utilização do Ponte Digital, onde se concentram as respostas às perguntas frequentes. Esse cenário oportuniza à Sedese avaliar a efetividade e a eficiência dos canais de comunicação com as unidades, considerando os objetivos buscados com cada tipo de canal, os custos operacionais envolvidos no suporte e possíveis aprimoramentos.

Fragilidades reportadas pela Sedese no processo de aplicação da prova nos treinamentos, cujo objetivo é mensurar se houve o entendimento dos conteúdos pelo atendente treinando, e inexistência de ferramenta de avaliação (feedback) das capacitações pelos participantes. Diante dos achados mencionados , propõem-se oportunidades de melhoria agrupadas sob dois prismas: o das Boas Práticas – aquelas que se referem a abordagens, padrões, técnicas ou métodos reconhecidos e sugeridos à Sedese, que poderão ser eficazes e eficientes levando a resultados positivos - e o prisma das Recomendações – cujas abordagens, padrões, técnicas ou métodos são destacados pela equipe de auditoria para implementação pela Sedese, em razão de sua importância e potenciais efeitos conforme descrito abaixo.

Boas práticas indicadas

4. Implementar ferramenta de avaliação do treinamento, com objetivo de buscar

junto aos participantes um feedback sobre a metodologia adotada, se os conhecimentos foram úteis e assimiláveis, incluindo campo de sugestões para novas capacitações e modulação dos cursos e afins;

5. Disponibilizar treinamentos de vários níveis para os atendentes do SD, inclusive, elencando links com cursos realizados e disponibilizados gratuitamente por outros órgãos/entes e cujos temas sejam úteis às funções exercidas, se aplicável;

6. Realizar treinamentos em forma de vídeo aula, de forma a abordar todos os temas, mas, que sejam fragmentados por assuntos e não com todos os temas em um único momento;

7. Elaborar treinamentos voltados para atender as sugestões de conteúdo enviadas pelas unidades em resposta ao formulário de pesquisa, naquilo que for considerado pertinente aos objetivos da política pública em questão;

8. Divulgar a ferramenta Ponte Digital para as unidades de atendimento, dado o potencial de informações disponibilizadas, a exemplo das respostas a perguntas frequentes para as unidades;

9. Desenvolver capacitações que abordem as questões mais comuns que suscitaram situações de fragilidades, indício de fraudes, inserção de dados incorretos no processo de requerimento do SD e acertos de dados do requerente do SD, dentre outros;

10. Realizar ações de capacitação e de aperfeiçoamento de pessoal sobre ética e responsabilização no uso de dados de terceiros;

11. Prover capacitação interna para a DGAT sobre mecanismos de gestão antissuborno aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 37.001 – Sistemas de gestão antissuborno, com intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente a aplicação de boas práticas relacionadas ao tema e a orientação às unidades de atendimento.

2.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 12/04/2024, a Sedese manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.

Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Quanto a esse item de análise, a Sedese informou o seguinte no Plano de Ação:

RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÃO PROPOSTA PELA UNIDADE AUDITADA
1-Emitir orientação aos entes gestores de unidades Sine e às unidades de atendimento sobre mecanismos para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do SD (checklist, lista de verificação e etc.), com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesses, nepotismo, entre outras situações de risco, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de servidores/colaboradores com perfil inadequado;	Orientar a Rede Sine quanto ao método mais seguro para realizar a contratação dos servidores/funcionário, orientando quanto a documentação	Envio de comunicação oficial às unidades
		Elaborar um check list da documentação necessária para contratação/credenciamento do servidor ao SINE
		Incluir na plataforma de EAD, treinamento específico de prevenção de risco e integridades na contratação de agentes.
2- Incluir, nos treinamentos dos atendentes, orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego e sobre procedimentos de prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno;	Capacitar os atendentes para verificar a autenticidade de documentos do Seguro Desemprego e para lidar com situações de corrupção e fraude de forma ética.	Aprimorar treinamento na plataforma EAD reforçando a verificação de autenticidade de documentos para os novos agentes.
		Reforçar as informações nas capacitações extraordinárias ocorridas na rede de atendimento.
3- Elaborar orientações específicas para as unidades de atendimento acerca de procedimentos para prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno, inclusive o risco de aliciamento de atendentes;	Orientar as unidades sobre como lidar com corrupção, fraude, suborno e aliciamento de atendentes nas unidades de atendimento.	Elaborar manual de procedimentos em para tratamento dos casos de identificação de corrupção, suborno e aliciamento.
4- Estabelecer rotinas para captura de informações entre as unidades de atendimento sobre as maiores dificuldades/fragilidades encontradas, para realização de futuras capacitações/treinamentos;	Levantar as principais dúvidas e dificuldades relacionadas ao processo de Seguro-Desemprego enfrentadas pelos agentes do Sine Minas Gerais.	Elaborar um diagnóstico com intuito de levantar dúvidas operacionais existentes na rede Sine.
5- Elaborar plano de ação de melhoria contínua das capacitações, mediante feedback com as unidades de atendimento;	Criar plano de ação de melhorias de capacitações.	Elaborar pesquisa de satisfação do treinamento EAD, capacitações e treinamentos extraordinárias.

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

2.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

3. Quanto à observância de critérios de aprovação no processamento do SD, controles sobre atividades críticas e pontos de atenção na recepção de documentos

Avaliou-se a existência de critérios e alçadas de aprovação apropriados, considerando 2121as atividades críticas (aquelas que interferem diretamente no valor e no tempo de concessão do benefício). A avaliação abarcou, também, conhecer os agentes e suas respectivas funções, verificar a existência de procedimentos de substituição dos atendentes nas ausências temporárias, bem como a existência de pontos de atenção definidos para nortear o trabalho do atendente do SD na recepção dos documentos para solicitação do benefício.

Com este propósito, utilizou-se como parâmetro dos exames o fluxograma do processo de Seguro Desemprego constante no documento Gestão do SINE- Manual Para os Postos de Atendimento[31], fluxograma retratado no documento Solicitação de Seguro Desemprego V1[32] , associado à Resolução Seplag nº 84/2022, que regula a política da segurança da informação no âmbito do poder executivo estadual.

Verificou-se, quanto às linhas de decisão e comando, que não constam ações direcionadas ao supervisor ou ao coordenador da unidade de atendimento, da mesma forma acontece com informações em se tratando de atividades com necessidade de autorização por alçadas. Neste caso, o atendente de guichê tem autorização para atualizar e corrigir campos referentes aos dados do cidadão. Oportunamente, chama-se a atenção para o risco da ocorrência de inclusão, alterações e manipulação na concessão do benefício por erro ou fraude.

No que diz respeito à substituição dos atendentes em situações de ausências temporárias, foram constatadas orientações específicas sobre o tema consubstanciadas no Acordo de Cooperação estabelecido entre a Secretaria e os municípios. A Cláusula 4ª, Subcláusula 8ª desse documento estabelece os seguintes termos: *Substituir, sempre que necessário, o pessoal disponibilizado para a operacionalização da Unidade de Atendimento SINE, em decorrência de férias, faltas constantes, ou que atuarem em descumprimento das normas e padrões de atendimento da Unidade, bem como, em desacordo com o procedimento ético e regulamentos, sejam eles emanados do Município ou da Secretaria.*

Colaborando com este entendimento, no treinamento sobre o "Sistema Mais Emprego" dado à equipe de auditoria, foi apresentada como prática disseminada junto às unidades de atendimento a diretriz de comunicar à Sedese nos casos em que o atendente tenha descontinuidade momentânea ou interrupção definitiva das suas atividades laborais, para que seja realizada, imediatamente, a suspensão nos casos de férias e licenças ou de descredenciamento, no caso de encerramento de suas

[31] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83: documento nº 72264656, Quadro 16 e Quadro 17, páginas 57 a 59.
[32] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83: documento nº 72379197.

atividades. Ainda conforme o relato da Sedese, a responsabilidade do reporte da situação de atendentes ou agentes é do coordenador da unidade de atendimento, agindo em nome do município, porém, a transmissão dessas informações, não raro, é insuficiente ou não acontece. A Sedese informou adotar controle para averiguação de credenciamentos irregulares de 2 em 2 anos, prazo este definido pelo MTE.

Quanto às respostas do formulário de pesquisa enviado para as unidades de atendimento, 64% das unidades responderam que não é feita a substituição dos atendentes, ou seja, a maioria não possui procedimento definido e aplicado para a realização de substituição dos atendentes nos casos de ausência temporária. Sobre o procedimento adotado para suprir as ausências temporárias dos atendentes do SD, a maioria das unidades respondeu que é feita a substituição por um atendente que fez o treinamento e é credenciado no Sistema Mais Emprego.

Em se tratando da existência de pontos de atenção na recepção dos documentos que podem auxiliar a prevenir e evidenciar possíveis tentativas de fraude ou situações de corrupção/fraude/suborno, a Sedese informou que os regulamentos referentes aos pontos de atenção durante o recebimento de requerimentos de SD estão previstos na Resolução Codefat 957[33], pontuando que a explicação sobre eles é realizada durante o treinamento introdutório por Ensino à Distância, bem como previstos na apostila dedicada ao SD, que é disponibilizada a todos os futuros atendentes em treinamento, na Biblioteca Virtual da Plataforma EaD.

Verificou-se que a Resolução Codefat nº 957[34] aborda pontos relacionados à operacionalização do SD, como a concessão, o processamento e o pagamento, não dispondo, de forma específica, sobre ações preventivas e pontos de atenção na recepção dos documentos ou a necessidade de verificação, pelo atendente, da autenticidade da documentação apresentada pelo requerente do SD.

No tocante à abordagem de pontos de atenção na recepção dos documentos nos treinamentos, a Sedese relatou que é realizada explicação no treinamento introdutório, sinalizando que o tema é abordado na apostila. Cumpre registrar que o documento ao qual a Sedese intitula como apostila é o MANUAL DE ATENDIMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO[35].

---

[33] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83: documento nº 68283381.

[34] Consta no art. 4º, §1º e §2º que os critérios serão aferidos de forma automática:
§ 1º Os critérios exigidos para habilitação ao benefício de que trata o caput do artigo serão aferidos de forma automática pelo sistema seguro-desemprego ante as informações prestadas pelos empregadores, acessíveis nos seguintes meios e sistemas:
I - Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS;
II - Guia de Recolhimento do FGTS;
III - Guia de Informações à Previdência Social - GFIP;
IV -Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial; ou
V - Documento judicial que detalhe a data de admissão, demissão, remuneração, vínculo empregatício e ocupação exercida pelo empregado.
§ 2º Na ocorrência de inconsistência de dados que gere impedimento ou notificação no sistema seguro-desemprego e que não permita a habilitação automática ao benefício, fica assegurado ao trabalhador o direito de revisão mediante solicitação por meio de recurso para correção dos dados.

[35] Tópico 5.1.1 Conferência da Documentação apresenta orientações sobre a documentação necessária para a postagem do benefício, sendo observado no ponto da Carteira de Trabalho e Previdência Social orientações quanto à qualidade desse documento: Carteira de Trabalho e Previdência Social – Verificar se a mesma não possui rasuras, emendas e se seus dados de

Quanto às respostas apresentadas no formulário de pesquisa, 61% das unidades afirmaram que existem regras/orientações para avaliar a qualidade e a validade dos documentos apresentados para requerimento do SD quanto à sua autenticidade, ao passo que, para 35%, não existem regras/orientações desse tipo. Isso demonstra a oportunidade de emissão, por parte da Sedese, de orientação e definição de pontos de atenção que podem evidenciar tentativas de fraude ou situações de corrupção/fraude/suborno, a serem observados na recepção de toda documentação necessária para solicitação do benefício do SD.

Destaca-se que, falsidade documental é um tipo de fraude que consiste na alteração de documentos originais. Trata-se de um crime[36] cometido por má-fé, com a finalidade de burlar sistemas e obter vantagens em benefício próprio ou de terceiros. A fraude pode se dar de diferentes formas, desde a adulteração da fotografia, dos dados ou da assinatura à apresentação de documentações totalmente falsas, isso vale tanto para documentos públicos quanto particulares. Atividades realizadas com base em documentos falsos ou adulterados podem não apenas trazer consequências legais, mas também prejudicar à população elegível e causar uma série de danos à imagem do MTE e do Sine e confiabilidade junto à sociedade.

Questionadas sobre qual é o procedimento adotado quando detectada documentação incompleta ou com deficiência, 90,10% das unidades responderam que orientam o trabalhador para providenciar a documentação correta. As unidades informaram que também orientam o trabalhador a fazer a postagem do SD pela CTPS Digital.

Isso posto, de acordo com informações e respostas da Sedese e das unidades de atendimento, constatou-se que não existe, no fluxograma apresentado do processo de postagem do benefício do SD, critérios e alçada de aprovação no fluxo de requerimento do benefício. Verificou-se que não consta no Sistema Mais Emprego, campo para aprovação do superior hierárquico quando ocorrer alterações que impactam em aumento de valores a receber ou aumento da quantidade de parcela para o requerente.

Registra-se que uma política de controle de alçadas apropriada proporciona vantagens que aprimoram os procedimentos internos na administração da unidade de atendimento. Isso se concretiza por meio da determinação de autoridade e da

identificação estão de forma legível. Verificar todas que o requerente possuir. Lembrando que o trabalhador poderá apresentar a CTPS DIGITAL, pois desde fevereiro de 2020 a CTPS física não é mais emitida. E quando for um documento Judicial é orientado para observar a Circular nº 07 de 04/05/2012: Documento Judicial se houver - Caso seja apresentada Ata judicial ou Alvará Judicial para a liberação do Seguro-Desemprego, o mesmo deverá ser consultado no site do Tribunal Regional do Trabalho para verificar a sua autenticidade de acordo com a Circular Nº 7 de 4 de maio de 2012.

[36] Importante notar que a falsidade documental é crime previsto no art. 297 do Código Penal Brasileiro, como um dos crimes contra a fé pública, o documento prevê, ainda, o aumento da pena caso o crime seja cometido por agente público, prevalecendo-se do cargo. Também, detalha uma série de documentos que, se alvos desse tipo de fraude, imputarão ao fraudador as mesmas penas acima. Entre eles estão a carteira de trabalho, documentos contábeis, livros mercantis, testamentos, entre outros: O Código Penal - Decreto Lei 2848/40, estabelece: Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa e no Art. 308 - Usar, como próprio, passaporte, título de eleitor, caderneta de reservista ou qualquer documento de identidade alheia ou ceder a outrem, para que dele se utilize, documento dessa natureza, próprio ou de terceiro: Pena - detenção, de quatro meses a dois anos, e multa, se o fato não constitui elemento de crime mais grave.

respectiva responsabilidade relacionada às tarefas executadas pelos atendentes. Em outras palavras, estabelece claramente o que a eles é permitido e o que não é, com o intuito de orientar, disciplinar e otimizar o fluxo de decisões. A definição da alçada de aprovação atua como um mecanismo de segurança durante o processamento das operações, garantindo que as atividades desempenhadas estejam inseridas em um contexto de controle.

Constatou-se a oportunidade de a Sedese atuar de maneira antecipada ao período de dois anos nas unidades de atendimento com gestão das prefeituras, com o intuito de mitigar o risco de atendentes desligados da atividade que continuam com acesso aos sistemas[37], bem como favorecer informações gerenciais e o controle sobre o quantitativo de pessoal em atividade nas unidades. Também se identifica a oportunidade de atuação da Secretaria na emissão de orientações sobre as substituições nas ausências temporárias dos atendentes de SD e IMO, que constituem umas das obrigações estabelecidas no Acordo de Cooperação.

Verificou-se no Curso de Treinamento, realizado pela equipe de auditoria na plataforma do treinamento “EAD SINE”, que não ocorre orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado, bem como não foram disponibilizadas diretrizes emanadas pelo MTE e orientações transmitidas às instituições conveniadas sobre essa temática.

Diante dos achados mencionados, identificam-se boas práticas e oportunidades de aprimoramento quanto aos seguintes pontos:

Boas práticas indicadas

12. Identificar atividades de acerto e/ou inserção de dados que representam potencial de aumentar número e valores de parcelas do SD pelos atendentes, e estabelecer alçadas de aprovação/validação desses atos, incluindo a avaliação sobre a viabilidade de se adotar procedimento similar ao executado na postagem do SD com origem em Ata de Decisão Judicial: uma pessoa executa a postagem do benefício e outra pessoa confere, para evitar erros e, nos casos de alteração de dados, para evitar fraudes;

13. Avaliar e discutir com o MTE a viabilidade de inserir, no Sistema Mais Emprego, campo para dupla checagem (*Double Check*), com alertas, quando ocorrer alterações que impactam em aumento de valores a receber ou aumento da quantidade de parcela para o beneficiário, como forma de mitigar possíveis atos

[37] A Resolução Seplag nº 84, de 11/11/2022 estabelece que:
Art. 9º - Os acessos dos usuários desligados deverão ser bloqueados ou revogados no momento em que o desligamento for informado pela área de Recursos Humanos ou chefia imediata.
Art. 10 - Deverão ter seus acessos bloqueados os usuários em licença ou afastamento
E determina que compete à direção das unidades administrativas no art.56:
I. orientar os usuários sob sua coordenação sobre o cumprimento desta resolução e zelar pelo acesso aos sistemas e serviços do órgão ou entidade;
II. cumprir e fazer cumprir a Política de Segurança da Informação em relação aos seus subordinados;
III. monitorar as atividades de parceiros e contratados sob sua responsabilidade;

fraudulentos ou inserção de dados falsos;

14. Avaliar possíveis aplicações da Resolução Seplag nº 84/2022 para a elaboração de orientações às unidades de atendimento.

3.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 1204/2024, a Sedese manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.
>
> Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Quanto a esse item de análise, a Sedese informou o seguinte no Plano de Ação:

RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÃO PROPOSTA PELA UNIDADE AUDITADA
6- Realizar a verificação de situação/status do vínculo dos atendentes tempestivamente, em periodicidade inferior a 2 anos, com o objetivo de mitigar o risco a de atendentes desligados que continuam com acesso ao Sistema Mais Emprego, bem como favorece as informações gerenciais e o controle acerca do quantitativo de pessoal em atividade unidades de atendimento. Como exemplo, no caso das unidades sob gestão das prefeituras, visualiza-se a possibilidade de compatibilizar essa verificação com a avaliação a ser realizada anualmente pela Sedese nos termos da Cláusula 3º do Acordo de Cooperação Técnica;	Monitorar regularmente a gestão de recursos humanos das unidades nas unidades do Sine/Uai	Criar mecanismo para controlar o credenciamento e descredenciamento de agentes nas unidades do Sine
		Manter lista atualizada de agentes credenciados nas unidades Sine de Minas Gerais.
		Inativar perfis de agentes que não acessam o sistema acima de 3 (Três) meses
		Descredenciar agentes sem acesso há mais 6 (Seis) meses ao sistema Mais Emprego
		Elaborar comunicado a rede de atendimento esclarecendo sobre a inativação e descredenciamento de perfis sem acesso ao sistema.
7- Estabelecer orientações e procedimentos de controle junto às unidades de atendimento para assegurar o cumprimento das Cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica, e instrumentos similares, quanto à substituição de atendentes do SD e IMO;	Criar procedimento de controle que assegure que o Sine deve informar a substituição de agente conforme previsto em ACT.	Notificar prefeituras e Uais para o envio da informação
		Criar fluxo para que a unidade informe a Coordenação do Sine sobre a eventual saída de agentes credenciados da unidade.

8- Elaborar orientação prática e treinamento específico sobre pontos de atenção a serem observados pelos atendentes, referentes à autenticidade das documentações necessárias para concessão do SD, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos de fraude/corrupção/suborno;	Fortalecer junto as unidades de atendimento, os requisitos documentais para recepção do Seguro-Desemprego.	Enviar orientação contendo a resolução 957/2022- Codefat, para conhecimento de todos agentes do Sine Minas Gerais

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

3.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

4. Quanto à existência de recursos de vigilância e monitoramento nas unidades de atendimento

Neste quesito buscou-se verificar a existência de protocolos que versem sobre recursos de segurança, tendo como referências balizadoras da análise, além das normas de qualidade e segurança descritas nos tópicos anteriores, as obrigações contratuais aplicáveis às PPP decorrentes da Concorrência nº 001/2010 (ANEXO I do TERMO DE REFERÊNCIA, do EDITAL DE LICITAÇÃO, Item 11.5.2 - Vigilância Eletrônica), o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com as prefeituras e os resultados da pesquisa realizada com as unidades de atendimento.

Quanto à vigilância e ao monitoramento nas unidades de atendimento do SD geridas sob modelo de PPP, verificou-se que, consta no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância Eletrônica, a previsão de que cada unidade UAI deverá dispor de sistema digital de vigilância eletrônica, composto por câmeras de vigilância, sensoriamento de presença/intrusão interno e perimetral e central de monitoração.

O Acordo de Cooperação Técnica, por sua vez, não traz disposições referentes à vigilância eletrônica para o Sine Gestão Prefeitura, disposições também não identificadas no caso das unidades de atendimento sob gestão da MGS ou Compartilhada.

Por meio do formulário de pesquisa, notadamente a questão 5, buscou-se verificar se as unidades de atendimento contam com recursos de vigilância ou monitoramento, e quais são esses recursos. A partir das respostas, detectou-se que a maioria das

unidades de atendimento (61,4%) informaram contar com algum tipo de recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico, observada a sua peculiaridade local.

Em 16 unidades de atendimento há porteiros, em 16 unidades há vigilância monitorada em toda área interna e em 5 unidades há vigilância monitorada na área interna e nos guichês de atendimento ao SD e IMO. Detectou-se, também, que 39 unidades responderam não possuir nenhum recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico e em 25 unidades há outros tipos de recursos.

Dentre as 39 unidades que informaram não possuir nenhum tipo de recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico, destacam-se a unidade de atendimento de Paracatu, cujo modelo de gestão é via MGS, e a unidade de Uberaba, sob gestão PPP, enquanto as demais estão sob o modelo Sine de gestão de prefeituras, conforme representado na **Tabela 03**.

Tabela 03 - Unidades que não possuem nenhum tipo de recursos de vigilância ou monitoramento eletrônico

RESPOSTAS	UNIDADES (modelo de gestão)				(%)
	PREFEITURA	PPP	MGS	COMPARTINHADA	
Não possui recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico	37	1	1	0	100,0
TOTAL (%)	**94,8%**	**2,6%**	**2,6%**	**0,0%**	**100,0**

Fonte: Resposta do formulário "Atendimento ao Seguro-Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO) - Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

Cumpre destacar o caso da unidade de Uberaba, regida sob o modelo de PPP, e cuja resposta à pesquisa foi no sentido de não possuir recursos de vigilância ou monitoramento. Tendo em vista a obrigação estabelecida no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância Eletrônica, necessária a verificação da situação, do possível descumprimento contratual e de eventuais providências de correção, a fim de assegurar a adequada prestação dos serviços.

Considerando a parcela significativa de unidades que responderam não dispor de recursos de vigilância e monitoramento, e os riscos e vulnerabilidades que decorrem da ausência de recursos desse tipo, é oportuno aprimorar o tratamento da temática na realidade das unidades de atendimento e no conteúdo do modelo do Acordo de Cooperação Técnica com prefeituras.

Ressalta-se que a falta de verificação da existência e funcionalidade de recursos de vigilância poderá comprometer a segurança de dados sensíveis de beneficiários (principalmente quando se leva em consideração que algumas unidades mantêm arquivos físicos) e de atendentes, com potencial de facilitar, ainda, as condições para atos de aliciamento, concessão de benefícios indevidos, fraudes ou outros ilícitos.

Diante dos achados mencionados, identificam-se boas práticas e oportunidades de aprimoramento quanto aos seguintes pontos:

Boas práticas indicadas

15. Adotar verificação periódica da existência e efetiva disponibilidade/funcionamento dos recursos de vigilância e monitoramento nas unidades de atendimento;

16. Avaliar a inclusão de cláusula específica sobre vigilância e monitoramento no conteúdo do modelo do Acordo de Cooperação Técnica com as prefeituras.

4.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 12/04/2024, a Sedese manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.
>
> Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Quanto a esse item de análise, a Sedese informou o seguinte no Plano de Ação:

RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÃO PROPOSTA PELA UNIDADE AUDITADA
9- Verificar as situações de unidades de atendimento com carência de recursos de vigilância e monitoramento e avaliar, com os Municípios, formas viáveis de provimento desses recursos, considerando as necessidades e as realidades locais, visando à maior segurança dos atendentes e beneficiários;	Garantir a segurança dos atendentes adotando recursos de vigilância e monitoramento com colaboração do município.	Verificar quais unidades não dispõe de equipamentos de vigilância e monitoramento.
		Sugerir as prefeituras a adoção de medidas de segurança eletrônica ou vigilância ostensiva nas unidades.
		Acompanhar o processo de implementação de medidas de segurança eletrônica ou vigilância ostensiva nas unidades.
10- Verificar, em diálogo com a Seplag, a efetiva situação e o risco de descumprimento contratual de Unidades PPPs que não dispõem de sistemas de vigilância e monitoramento nas áreas supracitadas no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância eletrônica, adotando providências corretivas quando aplicável;	Intermediar junto a Seplag para intervir junto as unidades PPP que não dispõe de sistema de vigilância eletrônica	Solicitar informação a Seplag para o envio da informação sobre a vigilância eletrônica na unidade de Uberaba.

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

4.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

Em relação à recomendação de número 10[38], reproduzida acima, a Sedese informou que a situação foi verificada junto à Seplag, por meio de correspondência eletrônica, concluindo que a "*A informação não procede, todas as unidades da Parceria Público-Privada (PPP) possuem sistema de monitoramento eletrônico*"[39]. Diante da verificação realizada pelo gestor e da informação prestada à equipe de auditoria, entende-se que a Sedese implementou a medida recomendada, razão pela qual esta não será reproduzida no item RECOMENDAÇÕES do presente relatório.

5. Quanto à existência de controles para prevenir, detectar e tratar tempestivamente, riscos de corrupção/fraude/suborno

Buscou-se averiguar neste ponto: i) existência de protocolos que auxiliam na prevenção de casos de corrupção, ii) existência de ferramentas para a identificação de riscos, iii) adoção de mecanismo de ateste de conhecimento do código de conduta e de ateste de não recebimento de suborno, iv) protocolos definidos para apuração de denúncia, v) existência de canais de denúncia com garantia de anonimato.

Com o intuito de responder às questões de auditoria e os pontos acima mencionados, foram coletados documentos e informações junto à Sedese, bem como realizada pesquisa com as unidades de atendimento[40].

Com relação à existência de normas (circulares, resoluções, entre outros) e protocolos relativos à prevenção de riscos de corrupção/fraude/suborno, a Sedese informou que o Ministério não detém, nem fornece aos entes, procedimentos, diretrizes, instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do Seguro-Desemprego".

Quanto às respostas das unidades de atendimento à pesquisa, relacionadas à existência de procedimentos para prevenir tentativas de aliciamento (questão 15), das 101 unidades respondentes, 46 informaram que "Sim", 3 informaram que "Sim, porém desatualizados" e 52 unidades responderam "Não".

---

[38] *10- Verificar, em diálogo com a Seplag, a efetiva situação e o risco de descumprimento contratual de Unidades PPPs que não dispõem de sistemas de vigilância e monitoramento nas áreas supracitadas no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância eletrônica, adotando providências corretivas quando aplicável.*

[39] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83: documento nº 88846166.

[40] Esse eixo da pesquisa abrangeu questões relacionadas a processos e procedimentos preventivos contra aliciamento dos atendentes de SD e IMO: 15,16, 17, 18,19,20, 23, 24,25, 26,27,28.

Com relação ao questionamento se já houve casos conhecidos ou relatos de tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO (questão 17), dos 49 respondentes, 7 informaram que “Sim”[41], 39 que “Não” e 3 que “Não sabe”.

Sobre a frequência percebida quanto a tentativas de aliciamento (questão 18), dos 101 respondentes, 2 informaram “Às vezes”, 24 “Raramente” e 75 “Nunca”. Verifica-se que 75% não percebem as situações de tentativas de aliciamento como significativas dentro das unidades de atendimento, considerando as respostas que assinalaram a opção “Nunca”.

A partir das respostas da pesquisa, foi identificada a ausência de procedimento padrão definido quando a unidade detecta ou recebe informações sobre tentativas de aliciamento aos atendentes do SD. Não foi evidenciada uma abordagem uniforme nessas situações, indicando uma diversidade nas formas de atuação diante de tentativas de aliciamento de atendentes. Apenas uma unidade de atendimento assinalou, como resposta, a prática de informar à Sedese, enquanto as outras 92 respondentes optaram pela categoria 'Outra', conforme demonstrado na **Tabela 04**:

Tabela 04 - Procedimento adotado pela unidade de atendimento, caso identifique ou receba tentativa de aliciamento ao atendente de SD

RESPOSTAS	QUANTIDADE	(%)
Adotar providência interna	0	0,0
Informar a Sedese	1	1,1
Informar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	0	0,0
Fazer registro de ocorrência policial (REDS/Boletim de Ocorrência)	0	0,0
Não adotar nenhuma providência ou registro caso a tentativa de aliciamento tenha sido frustrada	0	0,0
Outra	92	98,9
TOTAL	**93**	**100,0**

Fonte: Resposta do formulário “Atendimento ao Seguro-Desemprego - SD e Intermediação de Mão de Obra – IMO. Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

Em relação à existência e à utilização de recursos informacionais pela Sedese, para identificação de riscos de corrupção/ fraude/ suborno (análise de dados), foi informado que a Coordenação Estadual do Sine não possui acesso a ferramentas que disponibilizem informações capazes de identificar esses casos e outras irregularidades. O acesso concedido tem o propósito de permitir a consulta ao sistema de atendimento para as informações registradas pelos agentes, não viabilizando a identificação desses casos individuais.

Quanto à adoção de mecanismo de ateste/declaração de conhecimento do código de conduta e de não recebimento de suborno, foi solicitado à Sedese informação sobre Código de Ética e de Conduta e Política de Gestão de Conflitos de Interesse aplicáveis

[41] Relacionado aos casos positivos relataram, as unidades de atendimento de Caratinga e Divinópolis (MGS), Frutal, Itaúna, Lagoa Santa, Ouro Preto e Viçosa (Sine).

às unidades de atendimento, sendo relatado que, sob a gestão direta da Sedese, não há unidades do Sine. Nas unidades sob gestão das prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos às diretrizes e aos regulamentos internos determinados por ele. E com relação às Parcerias Público-Privadas (PPPs), a Sedese informou não ter conhecimento da existência de um Código de Ética específico adotado pela Seplag junto a elas.

Das 101 unidades de atendimento que responderam à questão 23 da pesquisa, 14 informaram adotar Código de Ética, 4 informaram adotar Código que se encontra desatualizado e 83 unidades informaram que não adotam Código de Conduta Ética. Apenas duas unidades anexaram o Código de Conduta Ética adotado no formulário de resposta[42].

Com relação à aplicação de Política de Gestão de Conflito de Interesses (questão 25 da pesquisa), dos 101 respondentes, 11 informaram que aplicam, 1 informou que aplica, mas que a Política está desatualizada e 89 informaram que não aplicam. Dos respondentes que informaram aplicar a Política, não houve encaminhamento do respectivo documento.

Outra questão suscitada na pesquisa foi a 27, onde solicitou informação se a unidade de atendimento adota, para os níveis de coordenação e gerência, declaração de conhecimento do padrão de conduta ética (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática). Diante das respostas, verificou-se que 57,9% não tem conhecimento desse procedimento, conforme exposto na **Tabela 05**, considerando as opções “Não” e “Não tenho conhecimento desse procedimento”:

Tabela 05 - Periodicidade de utilização de declaração de conhecimento do padrão de conduta ética

RESPOSTAS	QUANTIDADE	(%)
Sim, no momento do início das atividades.	29	30,5
Sim, periodicamente.	11	11,6
Não.	15	15,8
Não tenho conhecimento desse procedimento.	40	42,1
TOTAL	**95**	**100,0**

Fonte: Resposta do formulário “Atendimento ao Seguro-Desemprego - SD e Intermediação de Mão de Obra – IMO. Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

Sobre a existência de protocolos definidos para apuração de denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude ou suborno na concessão do SD, foi solicitado à Sedese informações sobre Regulamento Interno (circular, instruções, resoluções) que tratem de recebimento e apuração de denúncias de atos de corrupção/fraude/suborno

[42] Foram anexados os Códigos de Ética de Bom Despacho e Santa Vitória.

nas unidades de atendimento ao SD; canais de denúncia existentes para cada modelo de gestão do serviço de atendimento ao SD e, informações ou relatórios sobre recebimento de denúncias nos últimos dois anos, internamente ou via Ouvidoria Geral do Estado (OGE), incluindo quantitativo e resultados ou status dos processos .

Em resposta, a Sedese informou que, nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos às diretrizes e aos regulamentos internos determinados pelo mesmo, não tendo conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPPs) junto à Seplag. Informou, também, que os cidadãos possuem acesso aos canais de denúncia governamentais (municipal, estadual e federal), tais como Ouvidorias, Fale Conosco, e-mails e números de telefone.

Na pesquisa realizada pela equipe de auditoria, verificou-se que, das 101 unidades que responderam ao formulário, 16 informaram adotar o Canal de denúncia da Ouvidoria-Geral do Estado – OGE, 30 informaram utilizar o canal Fale Agora da Sedese, 2 informaram fazer uso do canal FALA.BR (fala.br.cgu.gov.br) e 53 dos respondentes informaram contar com outros recursos.

No que diz respeito ao recebimento de denúncias nos últimos dois anos pela Sedese, internamente ou via Ouvidoria Geral do Estado (OGE), incluindo quantitativo e resultados ou status dos processos, a Sedese informou que não houve denúncias via OGE e relatou sobre casos que teve conhecimento[43], destacando os mais recentes, sendo um incidente em Frutal e uma notificação sobre a suspensão de acesso a um agente em Paracatu.

De acordo com as informações da Sedese, a situação em Frutal está em análise pelo MTE e a situação em Paracatu foi encaminhada à Seplag, devido à sua relação com a UAI, com prazos estabelecidos para resposta e relatório da Coordenação do Sine[44].

Por fim, buscou-se verificar a existência de acolhimento para que o denunciante se sinta protegido, sem risco de sofrer represálias, e de canais de denúncia que garantam o anonimato nos casos em que houver abordagem antiética ao atendente (pessoal ou eletrônica). Constatou-se a ausência de um procedimento formal de apuração de denúncias relativas ao SD estabelecido pela Sedese.

Na pesquisa sobre os canais de denúncia conhecidos e disponíveis na unidade de atendimento, 29,7% informaram utilizar inicialmente o canal Fale Agora (Sedese), seguido pela Ouvidoria Geral do Estado com 15,8%, e por último, o Fala BR (https://falabr.cgu.gov.br) com 2%, sendo que 52,5% optam por outros canais para relatar suas denúncias, sejam eles locais, estaduais ou federais. Não foi possível verificar se o fluxo nesses outros canais utilizados para denúncia abrange o anonimato e, quanto ao canal Fale Agora, a Sedese não forneceu evidências sobre a possibilidade de realizar denúncias de forma anônima.

[43] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83, documento nº 68282721.
[44] Processo SEI nº 1520.01.0006888/2023-83: documento 72438003 e 72438173

Isto posto, mediante análise das evidências, concluiu-se que não existem protocolos e ferramentas definidas adequadamente para auxiliar a prevenção de casos de corrupção/ fraude/suborno no atendimento e processamento do SD, apresentando-se como uma oportunidade de melhoria para a Secretaria, em articulação com o MTE, com a implementação de orientações/ diretrizes/instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do Seguro-Desemprego".

Não se visualizou, também, a utilização de recursos informacionais pela Sedese para identificar riscos de corrupção/fraude/suborno (análise de dados), considerando o relato de que a Coordenação Estadual do Sine não possui acesso a esse tipo de ferramenta. Nesse contexto, verificou-se oportunidade de melhoria mediante adoção de ferramentas e recursos informacionais capazes de analisar o volume de dados produzidos pelas unidades e identificar corrupção/fraude/suborno e outras irregularidades, e a orientação de procedimentos para prevenir tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO, considerando que a maioria das unidades (52%) declarou não os possuir.

Verificou-se que a maioria das unidades de atendimento declararam não adotar, para os níveis de coordenação/gerência, declarações quanto ao conhecimento do padrão de conduta ética quando do início das atividades e que não atestam, periodicamente, que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham feito isso. Tais declarações expressam boas práticas reconhecidas na gestão de riscos de integridade e suborno, e sua adoção configura, assim, uma oportunidade de melhoria.

Outra boa prática reconhecida é a implementação de Código de Ética e Conduta aplicável ao servidor/empregado/prestador de serviços, bem como a adoção de Política de Gestão de Conflito de Interesses, consistindo em pontos de aprimoramento na coordenação das unidades de atendimento de SD e IMO realizada pela Sedese.

Quanto ao recebimento e tratamento de denúncias envolvendo o SD, e diante da constatação de que não existem protocolos definidos e padronizados para apurar denúncias, visualiza-se, como oportunidade de melhoria dos controles, tornar o rito a ser seguido pelas unidades padronizado, além da adoção de procedimentos que permitam à Sedese, e, nos casos da gestão das UAI, à Seplag, tomar ciência de todas as ocorrências e adotar providências cabíveis.

No que tange à garantia de anonimato de denúncias envolvendo possível abordagem antiética ao atendente do SD, constatou-se que, quando a denúncia é feita via canal Ouvidoria-Geral do Estado, existe acolhimento para o denunciante por meio do anonimato conforme expresso no artigo 1º da Resolução Conjunta OGE/CGE nº 01, 18 de janeiro de 2022 no seu § 1º: *A OGE deverá assegurar o sigilo da identidade do manifestante, quando solicitado, bem como garantir a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.460, 2017*. Nos outros canais de denúncia informados

pelas unidades de atendimento como utilizados, não se obteve, junto à Sedese, evidências de que garantem o anonimato.

Diante dos achados mencionados, identificam-se boas práticas e oportunidades de aprimoramento quanto aos seguintes pontos:

Boas práticas indicadas

19. Prover capacitação interna para DGAT sobre mecanismos de gestão antissuborno aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 37.001 - Sistemas de gestão antissuborno, com intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente a aplicação de boas práticas relacionadas ao tema e a orientação às unidades de atendimento;
20. Avaliar a discussão com os municípios e a implementação, no Acordo de Cooperação Técnica, de cláusulas que favoreçam a adoção de mecanismos preventivos de riscos de integridade, a exemplo de declaração de conhecimento do padrão de conduta ética pelos níveis de coordenação e gerência (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática e que ainda zelam pela segurança da informação e privacidade, considerando a proteção de dados de terceiros), a exemplo da Cláusula similar existente no Contrato;
21. Avaliar a adoção e a revisão periódica da Declaração de Conhecimento do Padrão de Conduta Ética pelos níveis de coordenação e gerência das unidades de atendimento;
22. Verificar a existência e avaliar a possibilidade de viabilizar o anonimato nos outros canais de denúncia informados pelas unidades de atendimento para reportar possíveis abordagens antiéticas ao atendente do SD e IMO.

5.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024, de 12/04/2024, a Sedese manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.
>
> Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Quanto a esse item de análise, a Sedese informou o seguinte no Plano de Ação:

RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÃO PROPOSTA PELA UNIDADE AUDITADA
11- Estabelecer orientações e procedimentos para prevenir e mitigar os riscos de corrupção/fraude/suborno no âmbito das unidades de SD e IMO;	Reforçar sobre a rotina diárias existente de conferencia dos seguros-desemprego e acertos realizados pelos agentes nas unidade Sine.	Reenvio do comunicado para adoção de rotinas de monitoramento de benefícios incluídos no sistema Mais Emprego diariamente. (Circular Ministério do Trabalho e Orientação DGAT)
12- Implementar recursos tecnológicos para que a DGAT possa identificar, tempestivamente, indícios de corrupção/fraude/suborno, através das análises de dados dos processos nas unidades de atendimento (a exemplo de softwares, equipamentos, mão de obra), com o objetivo de prevenir situações ilícitas, permitir trilhas de verificações periódicas e a orientação e coordenação das unidades de atendimento quanto ao tema.	Adotar recursos tecnológicos para identificar indícios de fraudes e suborno utilizando análise de dados do atendimento.	Realizar consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego se há ferramentas que a Coordenação do Sine Minas Gerais tenha acesso para levantamento destes dados.
13- Elaborar material orientativo sobre conflito de interesses e outros riscos de integridade/suborno/corrupção para as unidades de atendimento;	Criar material informativo sobre conflito de interesse visando orientar as unidades de atendimento.	Elaborar documento informativo para as unidade Sine
		Enviar orientação as unidades do SINE
14- Estabelecer fluxos e procedimentos padronizados para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude ou suborno envolvendo o SD e a IMO;	Criar no âmbito da Coordenação do Sine, fluxo para analises de denúncias relativas às ações de Seguro-Desemprego e Intermediação de Mão de Obra	Criar um fluxo e pop para atendimento das demandas.
		Criar material informativo sobre canal de denúncia.
		Levantar quais ferramentas podem ser utilizadas;
		Criar rotinas de analises das demandas recebidas;

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

5.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

6. Quanto ao tratamento da segurança da informação pelas unidades de atendimento na prestação dos serviços do SD

Partindo da análise buscou-se identificar: i) como é tratada a segurança da informação pela Sedese e pelas unidades de atendimento, ii) a existência de sistemas de bloqueios contra-ataques cibernéticos, a adoção de um plano de contingência para casos de equipamentos infectados ou danificados e o gerenciamento de

vulnerabilidades técnicas, iii) a implementação de controles de acessos adequados ao sistema Mais Emprego.

Os critérios utilizados para avaliação das informações encaminhadas no Ofício SEDESE/DGAT nº. 37/2023 e nas respostas das unidades de atendimentos[45] estão relacionados às instruções contidas na Política de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) expedida pela Seplag: Decreto Estadual nº 47.974, de 05/09/2020 e Resolução Seplag nº 84, de 11/11/2022, que estabelecem diretrizes sobre a utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação em MG e na Norma ABNT NBR ISO/IEC 27.001:Requisitos com orientações que refletem boas práticas internacionais sobre sistemas de gestão da segurança da informação, referentes à proteção contra ameaças externas, à questão de vulnerabilidade técnicas, à conscientização, educação e treinamento em Segurança da Informação, ao gerenciamento de acesso e à responsabilidade dos usuários.

Sobre a regulamentação e a operacionalização da segurança da informação nas unidades de atendimento do SD, a Sedese informou que a responsabilidade pela administração da rede de internet nos postos recai sobre as prefeituras ou as UAI, de forma que não possui controle de rede na área de Tecnologia da Informação para os postos de atendimento do Sine, não disponibiliza licenças de ferramentas para prevenção de ataques cibernéticos, responsabilidade atribuída às equipes de TI das prefeituras e UAI. Ademais, a Sedese relatou não ter controle ou gerenciamento sobre os equipamentos cedidos por ela às unidades de atendimento, uma vez que a última aquisição ocorreu em 2014.

Da mesma forma acontece com relação à manutenção dos equipamentos e dispositivos que são executadas pelas prefeituras ou unidades UAI. Em relação a ataques cibernéticos, a Sedese relatou não adotar a prática de registros e a adoção de plano de contingência para equipamentos danificados.

Conforme verificado no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2022, Município de Resplendor, apresentado pela Sedese como o modelo adotado junto às prefeituras, é estabelecido, na CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES, competir à prefeitura prover toda a infraestrutura necessária e suficiente para que o serviço seja executado[46].

---

[45] Questionário "Atendimento ao Seguro-Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO): eixo de pesquisa relacionada ao tema tecnologia da informação e comunicação - Questões 29 a 38.

[46] 3-Disponibilizar no mínimo, uma linha telefônica exclusiva para a Unidade, possibilitando a comunicação em geral; material de escritório; instalação e manutenção da rede de dados para acesso à internet e banco de dados; infraestrutura tecnológica mínima para a execução dos serviços; suprimento adequado e suficiente de insumos alimentícios de acordo com a disponibilidade da Prefeitura, material de limpeza e higiene para o funcionamento da Unidade; (...)

5- Disponibilizar para a Unidade, equipamentos e materiais permanentes para uso exclusivo do Sine, quando necessário;

6-Zelar pela conservação e boa utilização dos equipamentos e mobiliário da Unidade, incluindo os itens de informática e veículos, eventualmente cedidos pela SECRETARIA; (...)

9- Executar os projetos de infraestrutura civil, elétrica, hidráulica, prevenção contra incêndio, telefonia e rede de dados, necessários à operacionalização da Unidade; (...)

11- Responsabilizar-se pela guarda, segurança, conservação e manutenção dos equipamentos e materiais permanentes disponibilizados pela SECRETARIA, bem como pela sua reparação ou restituição, no caso de eventuais danos causados por

Coaduna com essa informação o que foi relatado no treinamento realizado pela Sedese para a equipe de auditoria, sobre o "Sistema Mais Emprego", no sentido de existir acordo de cooperação com as prefeituras que prevê que os equipamentos pertencem ao ente municipal e a manutenção é executada por ele.

Com relação às unidades de gestão UAI[47], conforme informação da Seplag, na gestão direta é prevista dotação orçamentária na Secretaria voltada à manutenção dos serviços. Assim, nesse modelo, a equipe é da MGS, mas a manutenção, os equipamentos e a infraestrutura são de responsabilidade da Seplag.

No caso da UAI gestão Compartilhada, a Seplag informou que a maior parte do custo é de responsabilidade da prefeitura, incluindo equipe e estrutura, e que a Secretaria é responsável por recursos relativos aos sistemas.

E na gestão mediante PPP, executada por meio de contrato, a Seplag é responsável por acompanhar a gestão contratual e os pagamentos são feitos com base nos atendimentos prestados.

Sobre a existência de orientações de Política de TIC aplicável às unidades de atendimento do SD, bem como emissão de relatórios dos resultados dos testes de esporádicos de integridade e de controle de entrada/saída de equipamentos dos últimos 90 dias, a Sedese informou que, tal regramento não existe.

Na pesquisa realizada com as unidades de atendimento, 77% das unidades informaram não possuir Política de TIC e 78% informaram utilizar controles de licença de uso de software e antivírus nos equipamentos destinados ao atendimento ao SD.

Quanto ao estabelecimento de periodicidade para avaliação e validação das licenças temporárias dos softwares, 54% das unidades responderam que não há, enquanto 35% responderam que utilizam o período de seis meses ou anual. Com relação à existência de Plano de Contingência, 57% declararam que não utilizam plano de substituição de equipamento infectados e/ou danificados, ao passo que 40% informaram ter um plano de substituição.

Com relação à realização de ações preventivas, 47% das unidades respondentes da pesquisa afirmaram ter ação preventiva e a maioria (53%) informou que não possui ações desse tipo. Com relação à existência de controles de entrada e saída dos equipamentos de informática para reparo/manutenções, 88% das unidades responderam que existem.

Em outra análise, com o intuito de verificar o controle de liberação de acessos ao sistema, controle de senhas (validade) e modelos de alterações de senhas (tipo e frequência), foi disponibilizado pela Sedese um documento sobre o GERID – Gerenciamento de Identidades de Acesso[48]. Pontua-se que, no credenciamento da

negligência, imprudência e/ou imperícia, vedados quaisquer tipos de remanejamentos ou alienações, sob pena de seu recolhimento e devidas sanções, nos termos da legislação vigente;

[47] Conforme informação obtida por meio da Entrevista Semiestruturada realizada com a Seplag em 04/07/2023.

[48] O GERID é um aplicativo da DATAPREV, de 2015, no qual Sistema o SD e IMO é gerido. O GERID é dividido em dois Subsistemas, o Sistema de Gerenciamento de Identidade de Usuários – GID e o Sistema de Gerenciamento de Permissões e

equipe de auditoria no Sistema Mais Emprego, no momento do cadastro da senha, foi possível verificar como se opera o cadastro no GERID, a obrigatoriedade de utilização do Google Authenticator a respeito da qualidade da senha, os caracteres necessários, e orientações sobre o cuidado no sigilo e na guarda da mesma.

Quanto às respostas do formulário de pesquisa para esse tema, 92% das unidades responderam que nunca perceberam a possibilidade de acesso indevido e 94% informaram que nunca observaram o compartilhamento de credencial (senha) pelos atendentes nos acessos ao sistema "Mais Emprego". Embora a percepção reportada pelas unidades seja baixa, 8% e 6%, respectivamente, esses riscos existem e, caso venham a se materializar, o impacto pode ser alto, justificando, assim, o seu gerenciamento pela Sedese e pelos parceiros na execução da política pública.

Ao perguntar se o risco de acesso indevido ao sistema "Mais Emprego" é tratado preventivamente na unidade de atendimento, a maioria das unidades respondentes (76%) informou que ocorrem orientações, entretanto 23% responderam argumentando que não tem risco ou apenas “Não” para essa questão. Com relação ao compartilhamento de credencial, foi informado que ocorre algum tipo de orientação na maioria das unidades respondentes (63%), entretanto 36% responderam que não ocorre o compartilhamento de senha na unidade[49].

Por fim, com relação ao risco de utilização do Sistema Mais Emprego fora do horário de atendimento ou de trabalho, por funcionários licenciados, em gozo de férias ou se tratando de feriados, a Sedese informou à equipe de auditoria que o acesso realizado pelo atendente só pode se dar por meio de equipamentos autorizados, não sendo possível, em tese, acessar o Sistema fora do local de trabalho e em equipamento diverso do autorizado.

O fato é que o credenciamento promovido pela Secretaria, como forma de controlar acessos, não restringe o cadastro de notebooks. Esses equipamentos são portáteis, passíveis de serem usados até mesmo na residência do atendente. Observa-se, portanto, que, mesmo com a adoção de controles restritivos informados pela Secretaria, persiste a possibilidade de acessos fora do ambiente da unidade de atendimento.

Quando é feita a solicitação de cadastro do perfil do atendente é necessário o preenchimento da informação sobre perfil, horário e dia de acesso, sendo isso observado quando do credenciamento da equipe de auditoria no Sistema Mais

Acessos – GPA. O GID realizará o cadastro do usuário no Posto de Atendimento e o GPA fará o gerenciamento dos perfis de acessos que o agente terá nas aplicações SD e IMO. Além disso possui a funcionalidade de atribuir vários perfis a um usuário e atribuir vários usuários a um perfil.

[49] Registra-se se a resposta de uma unidade que indicou a ocorrência de compartilhamento de senha indiretamente: Unidade de Atendimento ITAJUBÁ - UAI/MG - “Sim só é compartilhado com a genrência no caso de verificar se há algum erro no sistema ou para explicação junto ao atendente presente”. (sic)

Emprego[50] e conforme campos da tabela disponibilizada pela DGAT, reproduzida na **Figura 03** a seguir.

Figura 03 - Tabela de dados do GERID



Fonte: Tabela disponibilizada pela DGAT em 30/10/2023. por meio do Teams.

O descredenciamento de atendentes, conforme treinamento disponibilizado na plataforma "EAD SINE", deverá ser solicitado à Sedese quando o funcionário for demitido e nos casos de afastamento por mais de dez dias, para que ocorra a suspensão dos acessos.

A Resolução Seplag nº 84 de 2022[51], citada aqui como referencial de boa conduta em âmbito estadual, estabelece que:

> Art. 9º - Os acessos dos usuários desligados deverão ser bloqueados ou revogados no momento em que o desligamento for informado pela área de Recursos Humanos ou chefia imediata.
> Art. 10 - Deverão ter seus acessos bloqueados os usuários em licença ou afastamento.

Isso posto, de acordo com as informações e respostas da Sedese e das unidades de atendimento, constatou-se que a responsabilidade pelo controle referente à área de TI das unidades Sine é das prefeituras e das UAI, com a Sedese sendo responsável pelo gerenciamento da execução da política de SD nas unidades de atendimento Sine de MG, cabendo a ela a elaboração de orientações, controle e coordenação desempenhada pelos partícipes na execução de suas atividades.

Em se tratando do quesito segurança da informação, avalia-se como relevante que a Sedese atue na coordenação das unidades de atendimento, a fim de estabelecer orientações práticas e repassar aquelas já estabelecidas pelo MTE, promover treinamentos e ações de sensibilização, controlar e acompanhar as ações adotadas referentes às medidas de proteção dos equipamentos a ataques cibernéticos

[50] Com intuito de conhecimento do Sistema Mais Emprego a equipe de auditoria procedeu consulta de algumas unidades e alguns temas nos dias 19, 25 e 27/10/2023, sendo consultado o horário de execução de atividades relacionadas a acertos de dados e inserção de requerimento.

[51] Regulamenta a Política de Segurança da Informação no que se refere à utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação pelos usuários dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional. Art.3º - Aplica-se a presente resolução a todos os usuários dos órgãos e entidades do Governo do estado de Minas Gerais, seja ele nomeado, designado, contratado ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública. Parágrafo Único -Aplica-se também a fornecedores no desempenho de alguma atividade internamente ao ambiente lógico do órgão ou entidade do Governo do estado.

(firewall), entre outros procedimentos capazes de mitigar riscos operacionais e de integridade na execução da política pública do SD.

Conforme identificado nas respostas das unidades ao formulário de pesquisa, há carência entre as unidades de adoção de Plano de Contingência para os equipamentos infectados ou danificados e demais vulnerabilidades técnicas que possam ocorrer nas unidades de atendimento.

A Resolução Seplag nº 84, de 11/11/2022 que regulamenta o Decreto Estadual nº 47.974, de 05/09/2020, determina no art. 56 que compete à direção das unidades administrativas:

> [...]
>
> I. orientar os usuários sob sua coordenação sobre o cumprimento desta resolução e zelar pelo acesso aos sistemas e serviços do órgão ou entidade;
>
> II. cumprir e fazer cumprir a Política de Segurança da Informação em relação aos seus subordinados;
>
> III. monitorar as atividades de parceiros e contratados sob sua responsabilidade.

Essa resolução contém informações gerais pertinentes aos tipos de vulnerabilidade que podem ocorrer nos ambientes de TIC, bem como diretrizes que servem como base para a elaboração de normas e procedimentos que possam ser incorporados no cotidiano das entidades estaduais e seus parceiros/contratados, principalmente ao gerenciamento e o acompanhamento das vulnerabilidades técnicas nas unidades de atendimento.

Constatou-se a inexistência de referencial teórico sobre a temática de TIC aplicável às unidades de atendimento do SD. Nesta situação, o delineamento de ações aplicáveis às unidades de atendimento poderia figurar em mudanças na padronização das atividades e na mitigação das fragilidades de segurança, a exemplo da adoção de relatórios de testes de integridade esporádicos.

Com relação ao risco de acesso indevido ao sistema do SD, o controle adotado pela Sedese para dirimir as fragilidades é o GERID, sistema federal que tem como finalidade fazer a gestão de identidades, como o cadastro de usuários e seus respectivos dados de identificação, e a gestão de acessos, incluindo atribuição de perfil[52] e concessão de acessos ao sistema. Não obstante, é oportuno ponderar quanto a vantagem de implementar melhorias no controle sobre a quantidade e o tipo de equipamentos autorizados nas unidades de atendimento que operacionalizam o Seguro Desemprego em Minas Gerais, notadamente diante do uso de notebooks, para evitar o acesso indevido fora do ambiente das unidades, por pessoa que já não tem mais vínculo com a entidade ou que não executa mais atividades relacionadas.

---

[52] **ANEXO III - PERFIL DEFINIDO NO SISTEMA MAIS EMPREGO.**

Diante dos achados mencionados, propõem-se boas práticas e oportunidades de aprimoramento quanto aos seguintes pontos:

Boas práticas indicadas

23. Prover capacitação interna para a DGAT sobre segurança da informação aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 27.001 - Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança e Sistemas de gestão da segurança da informação, com o intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar, continuamente, um sistema de gestão de segurança da informação no âmbito da diretoria e das unidades de atendimento;

24. Orientar as unidades de atendimento com o objetivo de mitigar os riscos relacionados ao uso de informações sigilosas e/ou pessoais, utilizando, como exemplo, os conceitos e os procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação disponibilizada pela Seplag, sem prejuízo de outros referenciais pertinentes;

25. Avaliar a viabilidade de implementar rotina de envio de e-mail, às unidades de atendimento, com alertas sobre eventos de risco típicos e situações que podem configurar e tentativas de acesso indevido e fraudes, boas práticas, entre outros assuntos relacionados à segurança de informação. **Por exemplo** - Alerta Unidade Sine: No intuito de preservar a segurança do atendente, comunicamos que a Sedese nunca pedirá sua senha quando entrar em contato com você por telefone ou mensagens, por isso, em hipótese alguma forneça a sua senha;

26. Avaliar e discutir com o MTE a viabilidade de inserir, no Sistema Mais Emprego, campo para dupla checagem (*Double Check*), com alertas, quando ocorrer postagem de benefício do SD em quantidade e horário incompatíveis com o perfil do atendente e da unidade de atendimento;

27. Orientar os coordenadores das unidades de atendimento sobre medidas de acompanhamento dos dados e relatórios de atividades desempenhadas pelos atendentes, com o intuito de detectar eventual postagem fora do horário de funcionamento da unidade, registrada por atendente ausentes, dentre outras situações atípicas que podem indicar riscos ou inconformidades;

28. Adoção, pela DGAT, de procedimento de monitoramento periódico dos relatórios de atividades desempenhadas pelos atendentes nas unidades de atendimento, a exemplo de verificações amostrais, aleatórias, e outras possibilidades, com o intuito de detectar eventual postagem fora de horário de atendimento, acesso de atendente que não está ativo na unidade e outras situações atípicas que podem indicar riscos ou inconformidades.

6.1 Manifestação da Unidade Auditada e Plano de Ação

Por meio do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024 de 12/04/2024, a Sedese manifestou-se nos seguintes termos:

> Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.
>
> Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Quanto a esse item de análise, a Sedese informou o seguinte no Plano de Ação:

RECOMENDAÇÃO	OBJETIVO GERAL	AÇÃO PROPOSTA PELA UNIDADE AUDITADA
15- Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de máquinas, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento;	Adotar junto as unidades uma política de segurança da informação visando proteger máquinas, sistemas e pessoas contra vulnerabilidade.	Orientar as unidades de atendimento;
		Recomendar a instalação de programas contra ataques cibernéticos;
		Orientar quanto ao recebimento de arquivos maliciosos;
16- Estabelecer procedimentos apropriados para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a unidades de atendimento ou que não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego;	Implementar junto as unidades, rotina para informar a Coordenação do Sine Minas Gerais quanto a retirada de acessos e descredenciamento de agentes que não fazem mais parte do quadro de funcionários.	Criar mecanismo para controlar o credenciamento e descredenciamento de agentes nas unidades do Sine
		Manter lista atualizada de agentes credenciados nas unidades Sine de Minas Gerais.
		Inativar perfis de agentes que não acessam o sistema em 3 (Três) meses sem acesso.
		Descredenciar agentes sem acesso há mais 6 (Seis) meses ao sistema Mais Emprego
		Elaborar comunicado a rede de atendimento esclarecendo sobre a inativação e descredenciamento de perfis sem acesso ao sistema.
		Orientar as unidades que envie a informação imediatamente a Coordenação do Sine
17- Instituir mecanismo de controle das autorizações das máquinas que operacionalizam o Seguro Desemprego em MG, com o intuito de saber quantas e quais estão sendo autorizadas, e avaliar os riscos relacionados à autorização de notebooks e as medidas que permitam o tratamento desses riscos;	Implementar junto as unidades, rotina para autorização de máquinas e adoção de maior rigor na ação.	Emitir comunicado a rede Sine explicando a alteração do procedimento para autorização de máquinas.
		Ajustar fluxo de atendimento de demandas para autorização de máquinas nas unidades Sine.
		Envio de ofício SEI solicitando acesso para autorização de máquinas na unidade Sine.
18- Instituir procedimento/orientação para assegurar a obrigatoriedade de comunicação tempestiva das unidades de atendimento quanto ao descredenciamento de atendentes	Exigir comunicação da unidade quanto ao desligamento de colaboradores e comunicação imediata a Coordenação do Sine.	Envio de comunicação oficial pelas unidades (ofício).

O Plano de Ação da Sedese apresenta-se na íntegra no **Anexo V** deste Relatório de Auditoria.

6.2 Análise da Equipe de Auditoria

A Sedese concordou integralmente com as conclusões da avaliação e as medidas recomendadas pela equipe de auditoria, conforme o teor do Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024. Com o objetivo de solucionar as fragilidades identificadas e melhorar os controles internos do objeto avaliado, a Secretaria comprometeu-se a implementar as ações descritas no Plano de Ação apresentado.

RECOMENDAÇÕES

Consolidam-se, abaixo, as recomendações feitas à Sedese diante dos resultados dos exames do trabalho de auditoria realizado:

1. Emitir orientação aos entes gestores de unidades Sine e às unidades de atendimento sobre mecanismos para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do SD (checklist, lista de verificação e etc.), com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesses, nepotismo, entre outras situações de risco, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de atendentes ou agentes com perfil inadequado;
2. Incluir, nos treinamentos dos atendentes, orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego e sobre procedimentos de prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno;
3. Elaborar orientações específicas para as unidades de atendimento acerca de procedimentos para prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno, inclusive o risco de aliciamento de atendentes;
4. Estabelecer rotinas para captura de informações entre as unidades de atendimento sobre as maiores dificuldades/fragilidades encontradas, para realização de futuras capacitações/treinamentos;
5. Elaborar plano de ação de melhoria contínua das capacitações, mediante feedback com as unidades de atendimento;
6. Realizar a verificação de situação/status do vínculo dos atendentes tempestivamente, em periodicidade inferior a 2 anos, com o objetivo de mitigar o risco a de atendentes desligados que continuam com acesso ao Sistema Mais Emprego, bem como favorece as informações gerenciais e o controle acerca do quantitativo de pessoal em atividade unidades de atendimento. Como exemplo, no caso das unidades sob gestão das prefeituras, visualiza-se a possibilidade de compatibilizar essa verificação com a avaliação a ser realizada anualmente pela Sedese nos termos da Cláusula 3º do Acordo de Cooperação Técnica;
7. Estabelecer orientações e procedimentos de controle junto às unidades de atendimento para assegurar o cumprimento das Cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica, e instrumentos similares, quanto à substituição de atendentes do SD e IMO;
8. Elaborar orientação prática e treinamento específico sobre pontos de atenção a serem observados pelos atendentes, referentes à autenticidade das documentações necessárias para concessão do SD, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos de corrupção/fraude/suborno;

9. Verificar as situações de unidades de atendimento com carência de recursos de vigilância e monitoramento e avaliar, com os Municípios, formas viáveis de provimento desses recursos, considerando as necessidades e as realidades locais, visando à maior segurança dos atendentes e beneficiários;
10. Estabelecer orientações e procedimentos para prevenir e mitigar os riscos de corrupção/fraude/suborno no âmbito das unidades de SD e IMO;
11. Disponibilizar recursos para que a DGAT possa identificar, tempestivamente, indícios de corrupção/fraude/suborno, através das análises de dados dos processos nas unidades de atendimento (a exemplo de softwares, equipamentos, mão de obra), com o objetivo de prevenir situações ilícitas, permitir trilhas de verificações periódicas e a orientação e coordenação das unidades de atendimento quanto ao tema.
12. Elaborar material orientativo sobre conflito de interesses e outros riscos de integridade/suborno/corrupção para as unidades de atendimento;
13. Estabelecer fluxos e procedimentos padronizados para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção/fraude/suborno envolvendo o SD e a IMO;
14. Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de equipamentos, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento;
15. Estabelecer procedimentos apropriados para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a unidades de atendimento ou que não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego;
16. Instituir mecanismo de controle das autorizações dos equipamentos que operacionalizam o SD em MG, com o intuito de saber quantas e quais estão sendo autorizadas, e avaliar os riscos relacionados à autorização de notebooks e as medidas que permitam o tratamento desses riscos;
17. Instituir procedimento/orientação para assegurar a obrigatoriedade de comunicação tempestiva das unidades de atendimento quanto ao descredenciamento de atendentes.

CONCLUSÃO

Por meio da presente auditoria, foi avaliado o processo de concessão do benefício do Seguro Desemprego (SD) por unidades de atendimento ao cidadão do Sine sob coordenação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese), com foco em riscos de integridade, notadamente associados a vulnerabilidades de estrutura – segurança, integridade física, de equipamentos – e de operação – fluxo de trabalho, sistema, pessoas, eventos externos.

Em que pesem as medidas de controle interno adotadas e reportadas pela Sedese e pelas unidades de atendimento, foram detectadas fragilidades que podem prejudicar o objetivo dos trabalhos de operacionalização do benefício do SD e de gestão pela Sedese, das quais se destacam:

1. A estrutura informada não atende ao indicado no Manual do SINE - Postos de Atendimento;
2. Falta de recursos de vigilância e monitoramento em unidades de atendimento;
3. Ausência de normas internas e contratuais voltadas a prevenir situações de corrupção/fraude/suborno no processo de seleção;
4. Oportunidade de melhoria mediante o estabelecimento de mecanismos e orientações para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do SD, com o objetivo de verificar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesse, nepotismo e outras situações, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de atendentes ou agentes com perfil inadequado para a função;
5. Ausência de abordagem específica sobre a questão de aliciamento dos atendentes nos treinamentos ministrados e de inclusão de conteúdo relacionado diretamente à prevenção, detecção e comunicação/tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno;
6. Oportunidade de melhoria mediante inclusão de alçadas de aprovação/validação dos acertos efetuados pelos atendentes do SD no fluxograma adotado e no Sistema Mais Emprego;
7. Oportunidade de melhoria mediante padronização, para os níveis de coordenação e gerência, de declaração de conhecimento do padrão de conduta ética (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática);
8. Oportunidade de melhoria mediante adoção de protocolos padronizados para apurar denúncias de corrupção/fraude/suborno e nos casos em que houver abordagem antiética ao atendente do SD (pessoal ou eletrônica), atentando-se para a garantia do anonimato nos canais de denúncia;

9. Insuficiência de procedimentos preventivos para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com unidades de atendimento ou não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego.

Diante das fragilidades identificadas, foram expedidas recomendações à Sedese, para correção, tratamento dos riscos e aperfeiçoamento do processo de trabalho, assim como indicadas boas práticas que podem ser adotadas pelo órgão na perspectiva de melhoria de estruturas e controles internos. A Secretaria manifestou integral concordância com as conclusões e recomendações da auditoria e elaborou o Plano de Ação reproduzido no Anexo V, com as medidas que implementará para a mitigação das fragilidades/riscos detectados e para o aprimoramento dos controles internos, as quais serão monitoradas pela CGE oportunamente.

Ressalta-se que os achados de auditoria supracitados não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto avaliado, sendo competência primária das unidades e dos gestores das áreas envolvidas adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades do processo, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos.

Auditoria-Geral do Estado, 21 de junho de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
IGOR MARTINS DA COSTA
Data: 27/06/2024 17:58:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Igor Martins da Costa

Auditor Geral

APÊNDICE I – RISCOS E CONTROLES

Para o mapeamento preliminar dos riscos e controles, realizado na etapa de planejamento da avaliação e destinado a subsidiar a definição do escopo da auditoria, foram considerados eventos de riscos envolvidos no processo de concessão do benefício do SD nas unidades sob gestão da Sedese, levantados por meio das interações realizadas com a Sedese e dos estudos feitos pela equipe de auditoria sobre a temática. Tais eventos foram compreendidos como passíveis de detecção mediante análise do compilado de informações disponibilizadas no decorrer do trabalho de auditoria, tendo sido agrupados sob duas classes de objetivos-chave:

a) Riscos de estrutura: procedimentos, integridade física, segurança da informação e de equipamentos; e

b) Riscos de operação: fluxo de trabalho, sistema, pessoas, eventos externos.

Após a identificação dos riscos, foi realizada a avaliação do Risco Inerente (RI), resultante do cálculo da Probabilidade x Impacto. Logo após a classificação do RI, realizou-se a avaliação dos Riscos de Controles (RC).

Assim, foram identificados sete riscos-chave pela equipe de auditoria, como apresentado no **Quadro I** abaixo:

Quadro I - Classificação do Risco Inerente e Controle

Objetivo Chave	Risco Chave	Classificação do RI	Classificação do RC
Risco de Segurança	1-Ausência de sistema de vigilância monitorada do ambiente e dos equipamentos	Extremo	Inexistente
Risco de Operação	2-Autorizações indevidas	Extremo	Fraco
Risco de Operação	3-Compartilhamento ou roubo de senhas de acesso ao sistema	Extremo	Médio
Risco de Segurança	4- Precariedade da estrutura de atendimento	Médio	Inexistente
Risco de Operação	5-Fragilidade nos procedimentos de apuração de atos fraudulentos	Extremo	Fraco
Risco de Segurança	6- Deficiência de canal de denúncias ou apurações	Médio	Fraco
Risco de Operação	7- Omissão de responsabilidade por parte do autor/prejudicado[53]	Médio	Inexistente

Fonte: Instrumento Matriz de Riscos e Controles, conforme modelo adotado na Auditoria Geral. Elaborado pela equipe de auditoria da Dasd.

[53] Deficiências de procedimentos formais e/ou rotina de conscientização e responsabilização dos atos (direitos, deveres e responsabilidades)

APÊNDICE II – MATRIZ DE ACHADOS

Questão de Auditoria	Subquestão de Auditoria	Descrição do Sumária	Informação extraída das evidências	Boas Práticas	Recomendações
Q1 - A infraestrutura mínima oferecida ao atendimento dos requerentes do benefício do SD é adequada e está implementada ?	SQ-1.1 - Existe infraestrutura mínima determinada pela Sedese para o atendimento dos requerentes do SD?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Em relação à infraestrutura mínima determinada pela Sedese, para atendimento dos requerentes do SD, verificou-se que, a infraestrutura mínima existe, como: rampas, localização física, banheiros, salas, armários, mas não na quantidade exigida na Gestão do Sine - Manual para os Postos de Atendimento e no Acordo de Cooperação Técnica onde apresenta a categorização das unidades de atendimento do Sine de Pequeno, Médio e Grande Porte. Constatou-se que a estrutura informada não atende ao recomendado no Manual de	A equipe de auditoria verificou que, existe infraestrutura mínima nas Unidades de atendimento do Sine, uma vez que as Unidades se encontram em funcionamento, mas isso não significa que essa infraestrutura esteja condizente com o que foi recomendado no Manual de Gestão do Sine e no Acordo de Cooperação Técnica. Entende-se que, o que compõe a infraestrutura mínima das Unidades é ela estar funcionando para atendimento ao requerente do SD e IMO. Como infraestrutura mínima, analisou-se que as estruturas necessárias são existentes e foram consideradas satisfatórias ao atendimento, uma vez que foi autorizado pela Sedese (infraestrutura básica). Entretanto, considerando as respostas obtidas no questionário, verificou-se que, em grande parte das unidades não atendem a todos os pré-requisitos apontados (em razão do porte - Manual do Sine - Postos de atendimento). E isso pode se dar por vários motivos (questões econômicas, é uma delas) e dependerá de a Sedese avaliar a necessidade de implementação da estrutura complementar a classificação prescrita no Manual do Sine. VT - Vespasiano – 04/08/23 - Unidade de pequeno porte - ATENDE, ADEQUADA e IMPLEMENTADA (critério utilizado: 4) - Unidade bem localizada, acesso fácil, sete empregados/servidores (porteiro, auxiliar de limpeza, telefonista, motorista, dois atendentes e um coordenador de atendimento).	Na perspectiva de melhoria da estrutura e controles, sugere-se abaixo pontos de aprimoramento, quais sejam: 1.Estabelecer, junto às unidades de atendimento, a readequação dos regramentos que definem a estrutura mínima, tendo como base o tipo de serviço oferecido, o porte da unidade e a estrutura necessária; 2.Avaliar junto à Sedese e prefeitura sobre a possibilidade de melhoria/desempenho nos equipamentos de informática às unidades atendimento do Sine, quando pertinente; 3.Estabelecer rotinas de verificação da quantidade e da qualidade das estruturas implantadas nas unidades de atendimento e de acompanhamento das melhorias, com vista a assegurar a adequada prestação de serviços.	Não se aplica
	SQ-1.2 - A infraestrutura mínima é adequada e está implementada ?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Constatou-se que, nenhuma unidade atende a todos os pré-requisitos apontados para atendimento (em razão do porte - Manual do SINE - Postos de atendimento). Ressalta-se que, a infraestrutura mínima existe, é adequada e está implementada, mas não na quantidade exigida na Gestão do Sine - Manual para os Postos de Atendimento e no Acordo de	Evidencia-se que, conforme a Cláusula 5º do Acordo de Cooperação Técnica, na SUBCLÁUSULA 2ª que o imóvel disponibilizado pelo MUNICÍPIO deverá ser previamente aprovado pela SECRETARIA, e na SUBCLÁUSULA 3ª também ficou estabelecido quanto ao padrão de qualidade da infraestrutura física, que o prédio e as instalações físicas, destinadas à implantação da Unidade de Atendimento SINE, deveriam preencher os requisitos mínimos necessários à localização, segurança, acessibilidade e uso por pessoas com deficiência em conformidade com a NBR 9050 da ABNT, incluindo rampas de acesso e sanitário adaptado. Com relação a existência de aprovação	Na perspectiva de melhoria da estrutura e controles, sugere-se abaixo pontos de aprimoramento, quais sejam: 1.Estabelecer, junto às unidades de atendimento, a readequação dos regramentos que definem a estrutura mínima, tendo como base o tipo de serviço oferecido, o porte da unidade e a estrutura necessária; 2.Avaliar junto à Sedese e prefeitura sobre a possibilidade de	Não se aplica

		Cooperação Técnica onde apresenta a categorização das unidades de atendimento do Sine de Pequeno, Médio e Grande Porte. .	prévia (validação) da estrutura existente pela Sedese, depreende-se que a Secretaria deve exercer, por intermédio de órgão específico integrado à sua estrutura administrativa, a coordenação estadual do Sine, com supervisão, monitoramento e avaliação das ações e dos serviços a eles atribuídos e fazer essa aprovação prévia assim que o Município disponibilizar o imóvel. Quanto ao Manual Para os Postos de Atendimento do Sine no seu item VII – Estrutura Organizacional e Porte dos Postos informou e detalhou sobre a estrutura dos postos de Pequeno, Médio e Grande Porte. Ainda, por meio do formulário encaminhado às unidades de atendimento, observou-se que a infraestrutura mínima existe como: rampas, localização física, banheiros, salas, armários..., mas não na quantidade exigida no Manual do SINE e no Acordo de Cooperação Técnica onde apresenta a categorização das unidades de Atendimento de acordo com porte. Ressalta-se que, a infraestrutura mínima existe, é adequada e está implementada, mas não na quantidade exigida. Visita Técnica - Vespasiano – 04/08/23 - Unidade de pequeno porte - a infraestrutura mínima atende, é adequada e está implementada.	melhoria/desempenho nos equipamentos de informática às unidades atendimento do Sine, quando pertinente; 3.Estabelecer rotinas de verificação da quantidade e da qualidade das estruturas implantadas nas unidades de atendimento e de acompanhamento das melhorias, com vista a assegurar a adequada prestação de serviços.	
Q2-Há processo de seleção, contratação e treinamento do atendente do SD voltado a atender às necessidades do serviço e prevenir situações de corrupção/fraude/suborno?	SQ-2.1 - Existe perfil definido para o atendente do SD?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Mediante análise das respostas enviadas constatou-se oportunidade de melhoria de emissão de orientação com diretrizes e critérios com a descrição de trilha de validação da contratação, com o objetivo de verificar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesse e nepotismo. Verificou-se que a Sedese tem a responsabilidade de avaliar a qualidade do quadro funcional das unidades SINE do estado de MG, sendo responsabilidade da prefeitura a contratação desses funcionários.	Constatou-se que não existe normas internas e contratuais voltado a atender às necessidades do serviço e prevenir situações de corrupção/fraude/ suborno no processo de seleção, não foi identificado que a Sedese atua de maneira preventiva. Com relação ao perfil do atendente constatou-se que está definido nos normativos e instrumentos que norteia as atividades desempenhadas no âmbito das unidades do Sine. Quanto o procedimento de verificação de integridade do candidato não vislumbrou nenhuma prática orientada pela Sedese e ou adotada pelas unidades no âmbito do estado. Embora não exista normas internas e contratuais no âmbito do Estado, constatou-se que no Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2022, Município de Resplendor, estabelece na SubClausula 8º: Cabe ao MUNICÍPIO a formação do quadro funcional que irá compor a Unidade de Atendimento Sine de acordo com o seu porte. Pontua-se que também é estabelecido na SubCláusula 8º: Fica estabelecido que a qualidade do quadro funcional será verificada pela SECRETARIA por meio de Avaliações de Desempenho realizadas anualmente com os coordenadores e atendentes das Unidades visando verificar a correta aptidão e competência para o exercício das atividades previstas.	Não se aplica	1- Emitir orientação aos entes gestores de unidades Sine e às unidades de atendimento sobre mecanismos para verificação e prevenção de riscos de integridade na seleção/contratação/designação de atendentes do SD (checklist, lista de verificação e etc.), com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesse, nepotismo, entre outras situações de risco, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de atendentes ou agentes com perfil inadequado

	SQ-2.2 - Os treinamentos são periódicos e estão apropriados às necessidades dos coordenadores e atendentes na execução do serviço? Há suporte adequado?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** De acordo com informações e resposta da Sedese e das unidades verificou-se oportunidade de melhoria nos seguintes pontos: a- Disponibilização de ferramenta de avaliação final do treinamento (questionário) com feedback dos participantes na Plataforma EAD; b- Procedimento de identificação para verificar a autoria na avaliação final do treinamento , visando prevenir práticas de consulta entre os participantes nas unidades Sine; c- Orientações especifica no treinamento sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego; d - Abordagem de maneira direta a questão de aliciamento dos atendentes nos treinamentos ministrados.	De acordo com informações e resposta da Sedese das unidades verificou-se que são realizados treinamentos incluindo orientações de todo o fluxo/processos relacionado a concessão do Seguro Desemprego. Verificou-se no Relatório Consolidado de treinamento enviado pela Sedese um percentual de aprovação em torno de 95%. Constatou-se que no treinamento que não ocorre orientações especifica sobre a verificação da qualidade do documento apresentado, não aborda diretamente a questão de aliciamento dos atendentes. Constatou-se, com relação a avaliação do treinamento ministrado na plataforma do treinamento "EAD SINE, que a ferramenta ainda não possui funcionalidade de avaliação do participante, o retorno de avaliação do participante é importante para melhorar e fomentar o treinamento. Verificou-se a existência de fragilidade no processo de aplicação da prova que é feita a distância, existência de dificuldade de saber quem realmente fez a prova ou se ocorre consulta ou se é realizada em conjunto. .	1.Implementar ferramenta de avaliação do treinamento, com objetivo de buscar junto aos participantes um feedback sobre a metodologia adotada, se os conhecimentos foram úteis e assimiláveis, incluindo campo de sugestões para novas capacitações e modulação dos cursos e afins; 2.Disponibilizar treinamentos de vários níveis para os atendentes do SD, inclusive, elencando links com cursos realizados e disponibilizados gratuitamente por outros órgãos/entes e cujos temas sejam úteis às funções exercidas, se aplicável; 3.Realizar treinamentos em forma de vídeo aula, de forma a abordar todos os temas, mas, que sejam fragmentados por assuntos e não com todos os temas em um único momento; 4.Elaborar treinamentos voltados para atender as sugestões de conteúdo enviadas pelas unidades em resposta ao formulário de pesquisa, naquilo que for considerado pertinente aos objetivos da política pública em questão; 5.Divulgar a ferramenta Ponte Digital para as unidades de unidades de atendimento, dado o potencial de informações disponibilizadas, a exemplo das respostas a perguntas frequentes para as unidades;	1.Incluir, nos treinamentos dos atendentes, orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego e sobre procedimentos de prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude /suborno; 2.Elaborar orientações específicas para as unidades de atendimento acerca de procedimentos para prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/ suborno, inclusive o risco de aliciamento de atendentes; 3.Estabelecer rotinas para captura de informações entre as unidades de atendimento sobre as maiores dificuldades/ fragilidades encontradas, para realização de futuras capacitações/treinamentos; 4.Elaborar plano de ação de melhoria contínua das capacitações, mediante feedback com as unidades de atendimento.
	SQ-2.3 - Existem treinamentos voltados a capacitar os atendentes do	**CRITÉRIO NÃO ATENDIDO** Constatou-se oportunidade de melhoria nos treinamentos ministrados pela Sedese com inclusão de conteúdo relacionado	Consta nos documentos encaminhados pela DGAT informações sobre os treinamentos realizados, embora a Sedese cite que nas reciclagens anuais que é abordado casos práticos e situações do cotidiano das unidades, não ficou claro e nem foi mencionado se a Sedese abarca em seus treinamentos o tema	1.Desenvolver capacitações que abordem as questões mais comuns que suscitaram situações de fragilidades, indício de fraudes, inserção de dados incorretos no processo de requerimento do SD e	1. Incluir, nos treinamentos dos atendentes, orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do

	SD na prevenção, detecção e comunicação/ tratamento de situações de corrupção/ fraude/ suborno, quando se apresentam (é adequado e obrigatório)?	diretamente à prevenção, detecção e comunicação/tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno	relacionado aos riscos de integridade. Verificou-se que não existe uma abordagem no treinamento "EAD Sine", realizado entre os dias 19/10/23 a 24/10/2023 direcionada diretamente para possíveis atos de suborno, sendo focado mais a questão da senha e risco de acesso de pessoas não autorizadas (golpista/fraudadores), não é abordado a questão de aliciamento dos atendentes, não ocorre uma segmentação por temática relacionado à detecção de fraude/corrupção/suborno. Quanto às respostas do formulário enviado para as unidades Sine para a questão, extraiu-se que, para 47% existe abordagem sobre tentativas de aliciamento, em contraponto. 42% informaram que não observaram abordagem sobre tentativa de aliciamento.	acertos de dados do requerente do SD, dentre outros; 2.Realizar ações de capacitação e de aperfeiçoamento de pessoal sobre ética e responsabilização no uso de dados de terceiros; 3.Prover capacitação interna para a DGAT sobre mecanismos de gestão antissuborno aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 37.001 – Sistemas de gestão antissuborno, com intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente a aplicação de boas práticas relacionadas ao tema e a orientação às unidades de atendimento.	documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego e sobre procedimentos de prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno.
Q3- O processamento do SD observa critérios de aprovação, controles sobre	SQ- 3.1- Existem critérios de aprovação do requerimento do SD? Está adequado ao fluxo e às atividades críticas?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Constatou -se oportunidade de melhoria com a inclusão de alçada de aprovação de validação dos acertos efetuadas pelos atendentes do SD no Fluxograma e no Sistema Mais Emprego	De acordo com informações e resposta da Sedese foi verificado no processo de postagem do benefício que não existe no fluxograma apresentado, considerando-se que o mesmo contempla todos os passos necessários dentro do Sistema Mais Emprego, critérios de aprovação no fluxo de requerimento do SD e alçada de aprovação de acertos executados pelos atendentes. Constatou -se que não existe no sistema mais emprego campo que contemple a necessidade de aprovação de validação dos acertos de dados que possuam representar riscos de fraudes ou inserção de dados incorretos e ou falsos efetuados pelos atendentes do SD. A Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021, determina no item nº 8 que na implementação dos controles internos da gestão, a Alta Administração e os servidores da organização deverão observar os componentes da estrutura de controles internos. A definição da alçada de aprovação atua como um mecanismo de segurança durante o processo de concessão do SD, garantindo que as atividades desempenhadas estejam inseridas em um contexto de controle.	1.Identificar atividades de acerto e/ou inserção de dados que representam potencial de aumentar número e valores de parcelas do SD pelos atendentes, e estabelecer alçadas de aprovação/validação desses atos, incluindo a avaliação sobre a viabilidade de se adotar procedimento similar ao executado na postagem do SD com origem em Ata de Decisão Judicial: uma pessoa executa a postagem do benefício e outra pessoa confere, para evitar erros e, nos casos de alteração de dados, para evitar fraudes; 2. Avaliar e discutir com o MTE a viabilidade de inserir, no Sistema Mais Emprego, campo para dupla checagem (*Double Check*), com alertas, quando ocorrer alterações que impactam em aumento de valores a receber ou aumento da quantidade de parcela para o beneficiário, como forma de mitigar possíveis atos fraudulentos ou inserção de dados falsos;	Não se aplica

atividades críticas e pontos de atenção na recepção de documentos?	SQ- 3.2- Existe rotina/procedimento para a substituição dos atendentes do SD nas ausências temporárias?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Constatou-se intempestividade de acompanhamento do descredenciamento dos funcionários das unidades Sine e a oportunidade de melhoria com emissão de orientações de critérios a serem utilizados nas substituições nas ausências temporárias dos atendentes de SD e IMO.	De acordo com informações e resposta da Sedese verificou-se a necessidade do cumprimento pelas partes das obrigações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica, a Sedese proceder a avaliação anual individual do coordenador e dos funcionários da unidade e aqueles que constam como ativos e na realidade estão desligados nas unidades o imediato cancelamento dos acessos nos sistemas, e os municípios, efetivada a saída do funcionário, cumprir a obrigação de solicitar imediatamente o cancelamento de acessos e registrar o funcionário como inativo no Sistema da Sedese. Verificou-se que 64% das 101 unidades responderam que não é feita a substituição dos atendentes, ou seja, a maioria não possui um procedimento padronizado para a realização de substituição dos atendentes. A Sedese deve atuar de maneira antecipada ao período de 2 anos, com o intuito de mitigar a situação relatada de atendentes desligado que continuam com acesso, bem como o controle de quantitativo de pessoal em atividade nas unidades Sine. A Resolução Seplag nº 84, de 11/11/2022 estabelece no art. 9º sobre o bloqueio de acessos dos usuários desligados e no art. 10º o bloqueio de acessos dos usuários em licença ou afastamento E determina que compete à direção das unidades administrativas no art.56: I. orientar os usuários sob sua coordenação sobre o cumprimento desta resolução e zelar pelo acesso aos sistemas e serviços do órgão ou entidade; II. cumprir e fazer cumprir a Política de Segurança da Informação em relação aos seus subordinados; III. monitorar as atividades de parceiros e contratados sob sua responsabilidade;	Não se aplica	1.Realizar a verificação de situação/status do vínculo dos atendentes tempestivamente, em periodicidade inferior a 2 anos, com o objetivo de mitigar o risco a de atendentes desligados que continuam com acesso no Sistema Mais Emprego, bem como favorece as informações gerenciais e o controle acerca do quantitativo de pessoal em atividade unidades de atendimento. Como exemplo, no caso das unidades sob gestão das prefeituras, visualiza-se a possibilidade de compatibilizar essa verificação com a avaliação a ser realizada anualmente pela Sedese nos termos da Cláusula 3º do Acordo de Cooperação Técnica; 2.Estabelecer orientações e procedimentos de controle junto às unidades de atendimento para assegurar o cumprimento das Cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica, e instrumentos similares, quanto à substituição de atendentes do SD e IMO
	SQ- 3.3- Quais são os atores do atendimento do SD e os respectivos papéis (atendente, coordenador, supervisor,	**CRITÉRIO ATENDIDO** Mediante análise das informações disponíveis foi possível identificar os agentes envolvidos no atendimento do SD e os respectivos papéis e atribuições desempenhados nas unidades de atendimento.	Verificou-se que existe normativos, orientações e outros instrumentos com a definição das atribuições a serem desempenhadas, pontuando-se que no próprio Sistema Mais Emprego é necessário o cadastro de perfil de acesso ao sistema, que estabelece a permissão das atividades que o agente credenciado pode executar no processo de concessão do Seguro Desemprego. Com relação as atribuições e a execução de atividades desempenhadas dentro do Sistema Mais Emprego elas estão diretamente relacionadas ao perfil definido pelo	Não se aplica	Não se aplica

	gestor da unidade)?		administrador do Sistema Coordenador/Gestor da unidade Sine, tem atividades que somente pode ser executada se o atendente tiver acesso definido pelo seu perfil. De acordo com informação da DGAT a unidade Sine tem a responsabilidade de definir o perfil para o atendente, preencher a "Planilha GERID" e enviar para diretoria fazer o cadastro, normalmente a DGAT coloca o padrão básico para atendimento de IMO e SD, para os demais é necessário fazer a solicitação e para alguns casos tem treinamento específico.		
	SQ- 3.4- Existem pontos de atenção definidos para nortear o trabalho do atendente do SD na recepção dos documentos para solicitação do benefício?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Mediante análise das informações disponíveis constatou-se oportunidade de aprimoramento por meio de orientação e definição de pontos de atenção, que podem evidenciar tentativas de fraude, com posterior situações de corrupção ou suborno, a serem observados na recepção de toda documentação necessária para solicitação do benefício do SD.	Mediante análise das informações disponíveis constatou-se que ocorre uma abordagem incipiente sobre a questão da autenticidade e da qualidade da documentação apresentada. Verificou-se no Curso de Treinamento, realizado pela equipe de auditoria na plataforma do treinamento "EAD Sine", que não ocorre orientações específicas sobre a verificação da autenticidade e da qualidade da documentação apresentada, bem como não foi disponibilizado as diretrizes emanadas pelo Ministério do Trabalho e as orientações transmitidas às instituições conveniadas sobre essa temática. A Resolução informada e manual disponibilizado não contém informações voltadas diretamente para a importância de verificação de existência de pontos de atenção específicos e orientados para os riscos na recepção de todos a documentação necessária para a solicitação do benefício do SD, o que podem evidenciar tentativas de fraude, com posterior situações de corrupção ou suborno. A documentação apresentada não contempla informações especificas sobre os riscos envolvendo a questão de documentação falsa, que podem resultar em: 1- utilização de documentos falsos, 2- utilização de dados de terceiro; 2- concessão de benefícios para quem não tem direito; Ainda, observou-se nas respostas do formulário enviado para as unidades para a questão, que 35 % responderam que não existem regras/ orientações para avaliar a qualidade e a validade dos documentos apresentados para requerimento do SD quanto à sua autenticidade nesta unidade de atendimento. Pontua-se que falsidade documental é um tipo de fraude que consiste na alteração de documentos originais. Trata-se de um crime cometido por má-fé com a finalidade de burlar sistemas e obter vantagens em benefício próprio ou de terceiros. A fraude pode se dar de diferentes	1.Avaliar possíveis aplicações da Resolução Seplag nº 84/2022 para a elaboração de orientações às unidades de atendimento.	1.Elaborar orientação prática e treinamento específico sobre pontos de atenção a serem observados pelos atendentes, referentes à autenticidade das documentações necessárias para concessão do SD, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos de suborno/fraude /corrupção.

			formas, desde a adulteração da fotografia, dos dados ou da assinatura à apresentação de documentações totalmente falsas, isso vale tanto para documentos públicos quanto particulares. Atividades realizadas com base em documentos falsos ou adulterados podem não apenas trazer consequências legais, mas também prejudicar à população elegível e causar uma série de danos à sua imagem do MTE e do Sine e confiabilidade junto à sociedade. A Resolução Seplag nº 84, o art. 52, Inciso II, estabelece que compete ao usuário: II. notificar à área responsável pela Segurança da Informação casos de suspeita ou violação das regras ou de falhas de segurança da informação.		
Q-4. Existem recursos para a vigilância e monitoramento dentro da unidade de atendimento do SD?	SQ-4.1 - Existem recursos para a vigilância e monitoramento dentro da unidade de atendimento do SD?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Verificou-se que, existem recursos para a vigilância e monitoramento dentro das unidades de atendimento do SD, contudo, observou-se que houve descumprimento contratual por parte de Unidade PPP, uma vez que deveria atentar para o exigido no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância Eletrônica - aplicável apenas para as PPPs. Este critério apresentado no Termo de Referência atinge apenas as Unidades de PPP. Para as outras Unidades do Sine gestão Prefeitura, MGS e COMPARTILHADA não há critério estabelecido com relação a Vigilância Eletrônica	As unidades de atendimento afirmaram em sua maioria (61,4%) contar com algum tipo de recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico, observado a sua peculiaridade local. Das unidades respondentes, 39 não possuem nenhum recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico e em 25 unidades há outros tipos de recursos. Já, a Unidade de Vespasiano que foi visitada não possuía câmeras internamente e externamente, mas que contavam com a vigilância de apenas um porteiro para administração de entradas e saídas de requerentes. Embora a maioria das Unidades de atendimento do SD tenha apresentado algum tipo de vigilância e monitoramento, ressalta-se que, não foi possível verificar a existência e a funcionalidade de recursos de vigilância conforme Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância Eletrônica onde informa que cada Unidade UAI deverá dispor dos tipos de câmeras e monitoramentos citados.	1.Adotar verificação periódica da existência e efetiva disponibilidade/funcionamento dos recursos de vigilância e monitoramento nas unidades de atendimento; 2.Avaliar a inclusão de cláusula específica sobre vigilância e monitoramento no conteúdo do modelo do Acordo de Cooperação Técnica com as prefeituras.	1.Verificar as situações de unidades de atendimento com carência de recursos de vigilância e monitoramento e avaliar, com os Municípios, formas viáveis de provimento desses recursos, considerando as necessidades e as realidades locais, visando à maior segurança dos atendentes e beneficiários; 2.Verificar, em diálogo com a Seplag, a efetiva situação e o risco de descumprimento contratual de Unidades PPP que não dispõem de sistemas de vigilância e monitoramento nas áreas supracitadas no Termo de Referência - Item 11.5.2 - Vigilância eletrônica, adotando providências corretivas quando aplicável.

Q**-5-Há controles estabelecidos pela Sedese e pelas unidades de atendimento para prevenir, detectar e tratar, tempestivamente, os riscos de corrupção, fraude** e **suborno**?	SQ- 5.1- Existem protocolos/ferramentas que auxiliam preventivamente nos casos de corrupção, fraude e suborno?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Em relação aos protocolos/ferramentas que auxiliam preventivamente nos casos de corrupção, fraude e suborno a Sedese informou por Ofício que, o MTE não detém nem fornece aos entes diretrizes instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do Seguro-Desemprego". Portanto, verificou-se oportunidade de melhorias com relação as diretrizes/instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do SD.	No Formulário encaminhado aos Coordenadores, informou-se que em 52 das unidades de atendimento, não possuem procedimentos estabelecidos para prevenir tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO; a maioria respondeu que não houve casos conhecidos ou relatos de tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO na unidade de atendimento, e; por fim, dos 101 informantes, 75 disse que, quanto à frequência de tentativa de aliciamento aos atendentes de SD e IMO, NUNCA presenciaram isto nas unidades de Atendimento. Embora a Sedese tenha respondido que o MTE não detém, nem fornece aos entes diretrizes instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do Seguro-Desemprego", a maioria dos respondentes, por meio do formulário, respondeu que possuem procedimentos estabelecidos para prevenir aliciamento aos atendentes de SD e IMO.	1.Prover capacitação interna para DGAT sobre mecanismos de gestão antissuborno aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 37.001 - Sistemas de gestão antissuborno, com intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente a aplicação de boas práticas relacionadas ao tema e a orientação às unidades de atendimento.	1- Estabelecer orientações e procedimentos para prevenir e mitigar os riscos de fraude/erro e corrupção no âmbito das unidades de SD e IMO.
	SQ- 5.2- São utilizados recursos informacionais pela Sedese para identificação de riscos de corrupção, fraude ou suborno (análise de dados)?	**CRITÉRIO NÃO ATENDIDO** De acordo com informações e resposta da Sedese e das unidades de atendimento, constatou-se oportunidade de melhoria nos seguintes pontos: 1- Com a disponibilização de ferramentas para a Coordenação Estadual do Sine, com informações capazes de identificar fraudes, subornos e outras irregularidades; 2- Nos recursos informacionais pela Sedese para identificação de riscos de corrupção, fraude ou suborno (análise de dados); 3. Prevenção de tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO – A maioria das Unidades de Atendentes (52%) declarou não possuir.	A Sedese informou que a Coordenação Estadual do Sine não possui acesso a ferramentas que disponibilizem informações capazes de identificar fraudes, subornos e outras irregularidades. O acesso concedido tem o propósito de permitir a consulta ao sistema de atendimento para as informações registradas pelos agentes, não viabilizando a identificação desses casos individuais. Verificou-se que, 45,5% possuem procedimentos estabelecidos para prevenir tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO, 3,0% possuem, mas desatualizados e 52% não possuem.	Não se aplica	1.Disponibilizar recursos para que a DGAT possa identificar, tempestivamente, indícios de corrupção/fraude/ suborno, através das análises de dados dos processos nas unidades de atendimento (a exemplo de softwares, equipamentos, mão de obra), com o objetivo de prevenir situações ilícitas, permitir trilhas de verificações periódicas e a orientação e coordenação das unidades de atendimento quanto ao tema.

	SQ- 5.3- Os níveis de coordenação e gerência declaram conhecimento do padrão de conduta ético quando do início das atividades e atestam, periodicamente, que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham feito isso?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** De acordo com informações e resposta da Sedese e das unidades constatou-se oportunidade de melhoria nos seguintes pontos: 1. Implementação de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPP) junto à Seplag; 2. Implementação de Código de Ética e Conduta aplicável ao servidor/ empregado/ prestador de serviços/agente/ atendente de SD e IMO nas Unidades de atendimento; 3. Padronização, para os níveis de coordenação e gerência, de declaração de conhecimento do padrão de conduta ética (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/ empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática).	A Sedese informou que, o Código de Ética e de Conduta e Política de Gestão de Conflitos de Interesse, são aplicáveis às unidades sob a gestão da Sedese, Seplag e contratadas sob a forma de PPP. Já, por meio do formulário, a questão 23 informa que, das 101 Unidades, 14 adotam o Código de Ética, 4 adotam, mas afirmaram que se encontram desatualizados e 83 dos questionados informaram que não adotam o Código de Conduta Ética. Sob a gestão direta da Sedese, não há unidades do Sine. Nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos as diretrizes e regulamentos internos determinados pela mesma. Não temos conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPP) junto à Seplag.	1.Avaliar a discussão com os municípios e a implementação, no Acordo de Cooperação Técnica, de Cláusulas que favoreçam a adoção de mecanismos preventivos de riscos de integridade, a exemplo de declaração de conhecimento do padrão de conduta ética pelos níveis de coordenação e gerência (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática e que ainda zelam pela segurança da informação e privacidade, considerando a proteção de dados de terceiros), a exemplo da Cláusula similar existente no Contrato; 2.Avaliar a adoção e a revisão periódica da Declaração de Conhecimento do Padrão de Conduta Ética pelos níveis de coordenação e gerência das unidades de atendimento.	1.Elaborar material orientativo sobre conflito de interesses e outros riscos de integridade/suborno/corrupção para as unidades de atendimento.
	SQ- 5.4- Existem protocolos definidos para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude ou suborno?	**CRITÉRIO NÃO ATENDIDO** Sobre esse ponto, identificou-se que, existem canais de denúncias para cada modelo de gestão do serviço de atendimento ao SD e, informações ou relatórios sobre recebimento de denúncias nos últimos dois anos pela Sedese, internamente ou via Ouvidoria Geral do Estado (OGE), incluindo quantitativo e resultados ou status dos processos. Salienta-se que existem os canais para denúncia, mas não ficou evidente pela Secretaria se existem protocolos definidos para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude ou suborno. Constatou-se oportunidade de melhorias com relação aos Protocolos para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude e suborno.	Nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos as diretrizes e regulamentos internos determinados pela mesma. A Sedese não tem conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPP) junto à Seplag e, os cidadãos possuem acesso aos canais de denúncia tradicionais do governo (municipal, estadual e federal), tais como Ouvidorias, Fale Conosco, e-mails e números de telefone. No que diz respeito ao recebimento de denúncias nos últimos dois anos pela Sedese, internamente ou via Ouvidoria Geral do Estado (OGE), incluindo quantitativo e resultados ou status dos processos; mencionaram as comunicações anteriores no processo (68282721) e apresentaram dois novos exemplos: um incidente em Frutal e uma notificação sobre a suspensão de acesso a um agente em Paracatu. Informaram, também que, não houve denúncias via ouvidoria. A situação em Frutal está em análise pelo Ministério do Trabalho (72438003). O caso em Paracatu foi encaminhado à Seplag, devido à sua relação com a Uai, com prazos estabelecidos para	Não se aplica	1.Estabelecer fluxos e procedimentos padronizados para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção/ fraude/ suborno envolvendo o SD e a IMO.

			resposta e relatório da Coordenação do Sine (72438173).		
	SQ- 5.5- Nos casos em que houver abordagem antiética ao atendente (pessoal ou eletrônica) existem canais de denúncia que garantam o anonimato?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Nesse sentido constatou-se que, apenas a OGE traz em sua Resolução o sigilo da identidade do manifestante, quando solicitado. Eis uma oportunidade de melhorias com relação aos casos em que houver abordagem antiética ao atendente (pessoal ou eletrônica) para garantia do anonimato nos canais de denúncia.	Sob a gestão direta da Sedese, não há unidades do Sine. Nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos às diretrizes e regulamentos internos determinados pela mesma. Não temos conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPP) junto à Seplag e, os cidadãos possuem acesso aos canais de denúncia tradicionais do governo (municipal, estadual e federal), tais como Ouvidorias, Fale Conosco, e-mails e números de telefone. Ressalta-se que, quando a denúncia é feita nos canais abordados na questão 28 do Formulário, como na OGE/MG existe acolhimento para o denunciante por meio do anonimato que se dá ao denunciante, de forma que se sinta protegido ao denunciar e buscar aconselhamento (sem risco de sofrer represálias). A Resolução Conjunta OGE/CGE nº 01, 18 de janeiro de 2022 no seu § 1º assegura sigilo da identidade do manifestante, quando solicitado, nos termos do caput do art. 3º do Decreto nº 47.740, de 21 de outubro de 2019, onde explicita que a OGE deverá assegurar o sigilo da identidade do manifestante, quando solicitado, bem como garantir a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 13.460, 2017. Nos outros canais de denúncia não foi possível verificar se o fluxo contempla o anonimato. Não obtivemos junto à Sedese a evidência se a denúncia é anônima.	1- Verificar a existência e avaliar a possibilidade de viabilizar o anonimato nos outros canais de denúncia informados pelas unidades de atendimento para reportar possíveis abordagens antiéticas ao atendente do SD e IMO.	1- Estabelecer fluxos e procedimentos para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção/ fraude/ suborno, envolvendo o SD e a IMO.
Q6 – A segurança da informação é tratada adequadamente pelas unidades de atendimento?	SQ-6.1- Os equipamentos possuem sistemas de bloqueio de ataques cibernéticos (firewall) e há Plano de Contingência para os equipamentos infectados ou danificados?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Constatou-se oportunidade de aprimoramento com a: 1- Adoção de um Plano de Contingência para os equipamentos infectados ou danificados nas unidades Sine de MG; 2- Adoção da Política de Segurança de Informação regulamentada pela Seplag.	A partir das informações enviadas pela Sedese, o estabelecido no Termo de Cooperação Técnica confrontando com determinado na Resolução Seplag nº 84/2022, extraiu-se que a responsabilidade pelo controle referente a área de TI, pelos equipamentos, manutenção, rede de dados, internet e sistema de proteção são da prefeitura. Constatou-se que 77% das unidades de atendimento não possuem Política de Segurança da Informação. Verificou-se que para 54% das unidades não há uma periodicidade estabelecida para avaliar e validar as licenças temporárias dos softwares. Constatou-se que 57% das unidades de atendimentos não utilizam plano de substituição de equipamento infectados e/ou danificados (plano de contingência). A Sedese, como gestora e responsável pela autorização das máquinas que vão operacionalizar o Sistema Mais Emprego nas unidades Sine, tem a competência de controlar e	1.Prover capacitação interna para a DGAT sobre segurança da informação aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 27.001 - Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança e Sistemas de gestão da segurança da informação, com o intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de segurança da informação no âmbito da diretoria e das unidades de atendimento; 2.Orientar as unidades de atendimento com o objetivo de	1.Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de equipamentos, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento

			acompanhar as ações adotadas pelas prefeituras referentes as medidas de proteção dos equipamentos a ataques cibernéticos (firewall), bem como orientar sobre a necessidade de elaboração de Plano de Contingência para os equipamentos infectados ou danificados. Além de implementar ações com o objetivo de mitigar riscos relacionados as vulnerabilidades de máquinas e sistemas. A Resolução Seplag nº 84/2022, determina no art. 56 que compete à direção das unidades administrativas orientar os usuários sob sua coordenação sobre o cumprimento desta resolução e zelar pelo acesso aos sistemas e serviços do órgão ou entidade , cumprir e fazer cumprir a Política de Segurança da Informação em relação aos seus subordinados e monitorar as atividades de parceiros e contratados sob sua responsabilidade; Essa resolução contém informações pertinentes aos tipos de vulnerabilidade que podem ocorrer nos ambientes de TIC, bem como diretrizes que servem como base para que as normas e os procedimentos sejam incorporados no cotidiano das entidades que atuam no âmbito do estado.	mitigar os riscos relacionados ao uso de informações sigilosas e/ou pessoais, utilizando, como exemplo, os conceitos e os procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação disponibilizada pela Seplag, sem prejuízo de outros referenciais pertinentes	
	SQ-6.2- Existe gerenciamento de vulnerabilidades técnicas nas unidades de atendimento?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Considerando o critério estabelecido e as respostas da Sedese e das unidades Sine, constatou-se oportunidade de melhoria com a: 1-Adoção da Política de Segurança de Informação regulamentada pela Seplag; 2- Adoção de gerenciamento e acompanhamento das vulnerabilidades técnicas nas unidades Sine.	Com relação essa subquestão, considerando o critério estabelecido e as respostas das unidades Sine, referente as ações preventivas adotadas contra-ataques cibernéticos aos equipamentos verificou-se que houve uma pequena diferença entre ter ação preventiva., constatou-se que a maioria das unidades Sine 3% não utilizam de ações preventivas. Verificou-se, conforme informação da Sedese, que a secretaria desconhece sobre Política de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aplicável às unidades de atendimento do SD e que não há relatórios de realização de testes de integridade esporádicos. Entretanto a Resolução Seplag nº 84 estabelece no art.2º: XII - Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão. Referente à medida de segurança, que devem ser adotadas quando a manutenção é executada por terceiro a entidade, o art. 53 determinar que a área de TIC tem a responsabilidade de: VII. acompanhar a realização de manutenção, corretiva ou preventiva, dos servidores e subsistemas de armazenamento da rede corporativa do órgão ou entidade quando a manutenção for realizada por terceiros no ambiente do órgão ou entidade. Isso posto, sabendo-se que a Sedese tem a competência da	1.Prover capacitação interna para a DGAT sobre segurança da informação aplicável em suas atividades, a exemplo da NBR ISO/IEC 27.001 - Tecnologia da Informação - Técnicas de segurança e Sistemas de gestão da segurança da informação, com o intuito de agregar conhecimento e prover os requisitos necessários para que a área possa estabelecer, implementar, manter e melhorar continuamente um sistema de gestão de segurança da informação no âmbito da diretoria e das unidades de atendimento; 2.Orientar as unidades de atendimento com o objetivo de mitigar os riscos relacionados ao uso de informações sigilosas e/ou pessoais, utilizando, como exemplo, os conceitos e os procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação disponibilizada pela Seplag, sem prejuízo de outros referenciais pertinentes	1.Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de máquinas, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento

			gestão das unidades Sine de MG, verifica-se conforme resposta da Sedese, que não existe gerenciamento e acompanhamento das vulnerabilidades técnicas nas unidades Sine pela secretaria.	3.Avaliar a viabilidade de implementar rotina de envio de e-mail, às unidades de atendimento, com alertas sobre eventos de risco típicos e situações que podem configurar e tentativas de acesso indevido e fraudes, boas práticas, entre outros assuntos relacionados à segurança de informação. **Por exemplo** - Alerta Unidade Sine: No intuito de preservar a segurança do atendente, comunicamos que a Sedese nunca pedirá sua senha quando entrar em contato com você por telefone ou mensagens, por isso, em hipótese alguma forneça a sua senha	
	SQ-6.3- Estão implementados controles de acesso adequados ao sistema SD?	**CRITÉRIO PARCIALMENTE ATENDIDO** Considerando o critério estabelecido e as respostas da Sedese e das unidades Sine, constatou-se oportunidade de melhoria com a: 1- Adoção da Política de Segurança de Informação da regulamentada pela Seplag 2- Adoção de procedimentos preventivos para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a entidade ou não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego	A Sedese disponibilizou a apresentação realizada pela Coordenação Nacional sobre o Gerid - Gerenciamento de Identidades de Acesso, entretanto não apresentou documentos que forneça informação das medidas adotadas para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a entidade ou não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego. Verificou-se que, 92% das unidades de atendimento nunca perceberam a possibilidade de acesso indevido e 95% informaram que nunca observou o compartilhamento de credencial (senha) pelos atendentes nos acessos ao sistema "Mais Emprego". Embora a percepção seja baixa. 8 % e 5%, respectivamente, verificou- se que existe, considerando uma probabilidade baixa, mas caso vem ocorrer o impacto é alto. A Resolução Seplag determina no art. 52 que compete ao usuário a responsabilidade de: I. obedecer e cumprir a Política de Segurança da Informação do Governo do Estado; II. notificar à área responsável pela Segurança da Informação casos de suspeita ou violação das regras ou de falhas de segurança da informação. Bem como, estabelece no art. 50 diretrizes relacionadas ao comportamento que deverá ser adotado relacionado ao processo de senha, entre outros, sendo vedado: XI. fornecer a senha de acesso a qualquer sistema/serviço do órgão ou entidade para outro usuário; XII. acessar qualquer sistema/serviço do órgão ou entidade por meio da identificação de outro usuário.	1.Avaliar e discutir com o MTE a viabilidade de inserir, no Sistema Mais Emprego, campo para dupla checagem (*Double Check*), com alertas, quando ocorrer postagem de benefício do SD em quantidade e horário incompatíveis com o perfil do atendente e da unidade de atendimento; 2.Orientar os coordenadores das unidades de atendimento sobre medidas de acompanhamento dos dados e relatórios de atividades desempenhadas pelos atendentes, com o intuito de detectar eventual postagem fora de horários, registrada por atendente ausentes, dentre outras situações atípicas que podem indicar riscos ou inconformidades	1.Estabelecer procedimentos apropriados para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a unidades de atendimento ou que não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego

	SQ-6.4- Há utilização fora do horário, faltas ao trabalho, feriados e férias?	Não foi possível executar o exame de auditoria em relação ao teste, sobre o relatório do sistema, com registros de acessos fora do horário de atendimento Entretanto constatou-se possibilidade de melhoria no controle sobre a quantidade de máquinas autorizadas nas unidades de atendimento que operacionaliza o Seguro Desemprego em MG e no processo de comunicação pelas unidades de atendimento para a Sedese do descredenciamento do atendente e no controle da Sedese dos atendentes descredenciados no Sistema Mais Emprego	Avaliação da subquestão prejudicada porque não foi possível a aplicação do teste proposto: 6.4.1 - Relatório do sistema com registros de acessos fora do horário de atendimento 6.4.2 - Relatório do sistema com registros de acessos de funcionários licenciados (faltas ao trabalho, feriados, férias). Entretanto no treinamento da equipe de auditoria da Dasd realizado na Sedese "Sistema Mais Emprego" no dia 13/09/2023, verificou-se a possibilidade de autorização de Notebook, demonstrando com isso vulnerabilidade, tendo em vista que se trata de um equipamento portátil, que pode ser usado até mesmo na casa do atendente, possibilitando com isso a utilização fora do ambiente da unidade de atendimento. Verificou-se a ocorrência do coordenador não fazer a suspensão e o descredenciamento de atendente, bem como não fazer a comunicação para a Sedese. Verificou-se que a Sedese só faz o controle de descredenciamento no Sistema Mais Emprego a cada dois anos, prazo estabelecido pelo MTE. A Resolução Seplag nº 84, estabelece que: Art. 9º - Os acessos dos usuários desligados deverão ser bloqueados ou revogados no momento em que o desligamento for informado pela área de Recursos Humanos ou chefia imediata. Art. 10 - Deverão ter seus acessos bloqueados os usuários em licença ou afastamento	1.Orientar os coordenadores das unidades de atendimento sobre medidas de acompanhamento dos dados e relatórios de atividades desempenhadas pelos atendentes, com o intuito de detectar eventual postagem fora de horários, registrada por atendente ausentes, dentre outras situações atípicas que podem indicar riscos ou inconformidades; 2.Adoção, pela DGAT, de procedimento de monitoramento periódico dos relatórios de atividades desempenhadas pelos atendentes nas unidades de atendimento, a exemplo de verificações amostrais, aleatórias, e outras possibilidades, com o intuito de detectar eventual postagem fora de horários de atendimento, acesso de atendente que não está ativo na unidade e outras situações atípicas que podem indicar riscos ou inconformidades	1.Instituir mecanismo de controle das autorizações dos equipamentos que operacionalizam o Seguro Desemprego em MG, com o intuito de saber quantas e quais estão sendo autorizadas, e avaliar os riscos relacionados à autorização de notebooks e as medidas que permitam o tratamento desses riscos; 2.Instituir procedimento/orientação para assegurar a obrigatoriedade de comunicação tempestiva das unidades de atendimento quanto ao descredenciamento de atendentes.

ANEXO I - OFÍCIO SEDESE/DGAT nº. 37/2023

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador

Oficio SEDESE/DGAT nº. 37/2023

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2023.

Sr.
Júlio César Palheiros
Auditor Interno
Diretoria Central de Fiscalização de Transferência de Recursos
Controladoria Geral do Estado - CGE

Assunto: **Ofício 5 - Solicitação de Auditoria (Envio de Informações)**

Referência: [Caso responda este Oficio, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0006888/2023-83].

Senhor Auditor,

Cumprimentando-o, cordialmente, e em atenção ao Oficio CGE/DASD/AUGE nº. 5/2023 (SEI nº 71882993), que solicita informações e documentos relativos à prestação de serviços de atendimento ao Seguro-Desemprego (SD, no âmbito do Sine Minas Gerais, a Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador, pertencente à Superintendência de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária, da Subsecretaria de Trabalho e Emprego encaminha respostas aos questionamentos.

A. Informações Operacionais

1. Resolução ou norma que estabeleça as condições mínimas necessárias para a instalação e aprovação prévia da unidade de atendimento (credenciamento e descredenciamento); A Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine). No que tange abertura de postos de atendimento, está regulamentado pela Portaria MTP Nº 4.197, de 19 de dezembro de 2022 (72370547), acessível no link: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mtp-n-4.197-de-19-de-dezembro-de-2022-452404198
2. Modelo padrão de convênio com as Prefeituras Municipais, para a instalação das unidades de atendimento SINE e prestação de serviços de atendimento ao SD; A Sedese implementa os acordos de cooperação celebrados com as prefeituras. Dentro desse âmbito, o formato padrão adotado para o documento é uniforme em todos os casos, conforme demonstrado no documento celebrado com o município de Resplendor - MG. (68453924)
3. Resoluções ou normas internas com instruções sobre a realização de processo seletivo para os atendentes do SD; No âmbito estadual, não existem normas ou instrumentos jurídicos específicos que tratem das diretrizes para a condução de processos seletivos destinados à seleção de novos agentes e coordenadores que irão integrar as unidades do Sine. Entretanto, os Acordos de Cooperação Técnica celebrados com os municípios contêm cláusulas que abordam esse tema, oferecendo orientações para procedimentos de contratação e substituição de agentes que atuam no Sine. Cabe ressaltar que a responsabilidade pela contratação dos referidos agentes recai sobre a prefeitura.
4. Informações ou relatórios de avaliação dos treinamentos realizados nos últimos dois anos relativos ao Programa Anual de Treinamento, incluindo avaliação feita pelos participantes; Relatório de treinamento de novos agentes na rede Sine MG durante os anos 2021 a 2023 (72372526). Os

participantes concluem o curso integralmente por Ensino à Distância. Após a conclusão, é disponibilizada, na Plataforma EaD, uma avaliação (prova final) referente ao conteúdo estudado e os participantes serão considerados aprovados, caso obtenham a pontuação mínima de 60% do total. No que se refere a uma avaliação final do treinamento (questionário) com feedback dos participantes, a Plataforma EaD ainda não possui essa ferramenta.

5. Existência de repositório de informações e orientações para consultas (perguntas frequentes/FAQ e similares); Dispomos de um conjunto de perguntas frequentes (FAQ) referentes aos serviços digitais, incluindo o CTPS Digital. Esses recursos estão disponibilizados para todas as unidades, conforme consta em documento 72376598.
6. Existência de abordagem de riscos de integridade nos treinamentos, incluindo exemplos e casos práticos; Nas reciclagens anuais, em que todas as unidades são convidadas a participar, são discutidos casos práticos que servem para exemplificar e orientar toda a rede Sine no que diz respeito às situações do quotidiano das unidades. Além disso, no treinamento introdutório dos agentes, há um módulo específico dedicado à segurança de acesso e senhas, que orienta os agentes sobre esse tema.
7. Fluxograma do processo de atendimento ao Seguro-Desemprego e atividades/alçadas de aprovação; Anexo documento 72379197, fluxograma do processo de atendimento ao Seguro-Desemprego e atividades/alçadas de aprovação.
8. Regulamentos (circular, instruções, resoluções) que tratem sobre a substituição dos atendentes de SD nos casos de ausências temporárias (faltas, afastamentos, férias, etc.); No que diz respeito à substituição dos atendentes em situações de ausências temporárias, o acordo de cooperação estabelecido entre a Secretaria e os municípios aborda esse assunto, como exemplificado a seguir: Cláusula 4ª, Subcláusula 8ª: 2- Substituir, sempre que necessário, o pessoal disponibilizado para a operacionalização da Unidade de Atendimento SINE, em decorrência de férias, faltas constantes, ou que atuarem em descumprimento das normas e padrões de atendimento da Unidade, bem como, em desacordo com o procedimento ético e regulamentos, sejam eles emanados do MUNICÍPIO ou da SECRETARIA;
9. Regulamentos (circular, instruções, resoluções) que tratem de ações preventivas/pontos de atenção na recepção dos documentos para solicitação do benefício do SD; Os regulamentos referentes aos pontos de atenção durante o recebimento de requerimentos de Seguro-Desemprego estão previstos na Resolução Codefat 957, datada de 02 de outubro de 2022. (68283381)
10. Existência de abordagem de pontos de atenção na recepção dos documentos para solicitação do benefício do SD nos treinamentos realizados; A explicação sobre os pontos de atenção na etapa de recepção do Seguro-Desemprego é realizada durante o treinamento introdutório por Ensino à Distância, bem como na apostila dedicada ao Seguro-Desemprego, que é disponibilizada a todos os futuros atendentes em treinamento, na Biblioteca Virtual da Plataforma EaD. Esta abordagem é detalhada na apostila de referência (68270967), no item 5, que trata da Pré-triagem do atendimento. Ademais, as diretrizes emanadas pelo Ministério do Trabalho e as orientações transmitidas às instituições conveniadas também respaldam essa temática.
11. Convênio/instrumento realizado com a SEPLAG relativo a atendimentos de prestação de serviços do SD. O instrumento de acordo estabelecido entre a SEDESE e a SEPLAG para a execução das ações de Intermediação de Mão de Obra e Seguro-Desemprego está formalizado no Acordo de Cooperação entre ambas as secretarias. (68453562)

B. Informações sobre procedimentos diante de riscos de integridade

1. Normas (circulares, resoluções) relativas à prevenção de riscos de corrupção, fraude ou suborno na prestação de serviços de atendimento ao Seguro-Desemprego, bem como outros controles internos implementados sobre o tema; O Ministério do Trabalho não detém nem fornece aos entes diretrizes instrumentos ou normas específicas para abordar o tema "Prevenção de riscos de corrupção ou fraude na prestação do serviço do Seguro-Desemprego".
2. Informar se a SEDESE utiliza recursos informacionais (análise de dados) para identificação de riscos de corrupção, fraude ou suborno, encaminhando as informações e evidências dessa utilização; A Coordenação Estadual do SINE não possui acesso a ferramentas que disponibilizem informações capazes de identificar fraudes, subornos e outras irregularidades. O acesso concedido tem o propósito de permitir a consulta ao sistema de atendimento para as informações registradas pelos agentes, não viabilizando a identificação desses casos individuais.
3. Código de Ética e de Conduta e Política de Gestão de Conflitos de Interesse, aplicáveis às unidades

sob a gestão da SEDESE, SEPLAG e contratadas sob a forma de PPP; Sob a gestão direta da SEDESE, não há unidades do Sine. Nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos as diretrizes e regulamentos internos determinados pela mesma. Não temos conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPPs) junto à SEPLAG.

4. Regulamento Interno (circular, instruções, resoluções) que trate de recebimento e apuração de denúncias de atos de corrupção, fraude ou suborno nas unidades de atendimento ao SD; Sob a gestão direta da SEDESE, não há unidades do Sine. Nas prefeituras, os atendentes são contratados pelo município e estão sujeitos as diretrizes e regulamentos internos determinados pela mesma. Não temos conhecimento da existência de um Código de Ética específico referente às Parcerias Público-Privadas (PPPs) junto à SEPLAG.
5. Canais de denúncia existentes para cada modelo de gestão do serviço de atendimento ao SD; Os cidadãos possuem acesso aos canais de denúncia tradicionais do governo (municipal, estadual e federal), tais como Ouvidorias, Fale Conosco, e-mails e números de telefone.
6. Informações ou relatórios sobre recebimento de denúncias nos últimos dois anos pela SEDESE, internamente ou via Ouvidoria Geral do Estado (OGE), incluindo quantitativo e resultados ou status dos processos; Mencionamos as comunicações anteriores no processo (68282721) e apresentamos dois novos exemplos: um incidente em Frutal e uma notificação sobre a suspensão de acesso a um agente em Paracatu. Não houve denúncias via ouvidoria. A situação em Frutal está em análise pelo Ministério do Trabalho (72438003). O caso em Paracatu foi encaminhado à Seplag, devido à sua relação com a Uai, com prazos estabelecidos para resposta e relatório da Coordenação do Sine (72438173).

C. Informações sobre Segurança da Informação

1. Relação do responsável pelos equipamentos/sistemas de bloqueio de ataques cibernéticos em cada unidade de atendimento ao SD (e-mail para contato); A responsabilidade pela administração da rede de internet nos postos recai sobre as prefeituras ou as UAIs. Não possuímos controle de rede na área de Tecnologia da Informação para os postos de atendimento do Sine sob a gerência da Sedese.
2. Procedimentos/sistemas de bloqueio de ataques cibernéticos adotados pela SEDESE na prestação de serviços de atendimento ao SD e relatórios gerados; A Sedese não disponibiliza licenças de ferramentas para prevenção de ataques cibernéticos nas unidades do Sine, sendo essa responsabilidade atribuída às equipes de TI das prefeituras e UAIs.
3. Relatório atualizado das licenças dos softwares instalados (existência e validade) nos equipamentos localizados nas unidades de atendimento ao SD; Não possuímos controle ou gerenciamento sobre os equipamentos cedidos pela SEDESE, uma vez que a última aquisição ocorreu em 2014, e a manutenção desses dispositivos é executada pelas prefeituras ou unidades da UAI.
4. Relatórios de ataques cibernéticos ocorridos e quais as providências adotadas nas unidades de atendimento ao SD; Não há.
5. Plano de contingência para os equipamentos danificados ou infectados nas unidades de atendimento do SD; Não há
6. Política de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aplicável às unidades de atendimento do SD; Não há
7. Relatórios de realização de testes de integridade esporádicos e de controle de entrada/saída de equipamentos nas unidades de atendimento do SD dos últimos 90 dias; Não há
8. Regulamentos (circular, resolução, instruções) sobre os controles de acesso ao sistema "Mais Emprego" concedidos aos atendentes do SD; Dispomos de apresentção realizada pela Coordenação Nacional sobre o Gerid - Gerenciamento de Identidades de Acesso, que foi realizada pelo Ministerio do Trabalho no ano de 2015. (72953952)
9. Relatórios disponíveis para extração de dados e informações no sistema "Mais Emprego" (poderá ser informado durante a realização do treinamento dos auditores, tratado em documento anterior).

Atenciosamente,

Eder Rodrigo Rodrigues Ferreira
MAT 48307-7
Técnico
Diretoria de Gestão de Atendimento ao Trabalhador

Ângela Márcia Alves de Souza
MASP 1.372.756-5
Diretora de Gestão do Atendimento ao Trabalhador
Superintendência de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária

Marcel Cardoso Ferreira de Souza
MASP: 752713-8
Superintendente de Gestão e Fomento ao Trabalho e à Economia Popular Solidária
Subsecretaria de Trabalho e Emprego

Documento assinado eletronicamente por **Eder Rodrigo Rodrigues Ferreira**, **Empregado Público**, em 06/09/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Ângela Marcia Alves de Souza**, **Diretora**, em 06/09/2023, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Marcel Cardoso Ferreira de Souza**, **Superintendente**, em 22/09/2023, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **72264656** e o código CRC **8D83E7C6**.

ANEXO II - FORMULÁRIO ATENDIMENTO AO SEGURO-DESEMPREGO - SD E INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA - IMO

MINAS GERAIS
GOVERNO DIFERENTE. ESTADO EFICIENTE.

Atendimento ao Seguro Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO) no Estado de MG

Este Questionário foi desenvolvido pela Diretoria Central de Fiscalização de Transferência de Recursos da Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais, para auxiliar na avaliação que está sendo prestada à Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador (DGAT) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE).

O objetivo é coletar informações sobre as atividades de atendimento nas unidades destinadas ao atendimento do Seguro Desemprego e Intermediação de Mão de Obra no Estado.

Se o(a) senhor(a) recebeu este Questionário, sua participação é muito importante para o conhecimento das atividades implementadas e para contribuir com possíveis ações a serem indicadas à DGAT/SEDESE para a melhoria do serviço prestado e dos controles sobre as atividades.

O Questionário foi dividido em seções temáticas e é direcionado ao coordenador de atendimento da unidade. Para responder às perguntas da Seção 3, sugere-se contar com o auxílio do responsável pela área de tecnologia da informação da unidade de atendimento.

Será aceito apenas um Questionário para cada unidade de atendimento.

O tempo previsto para o preenchimento do Questionário é de 10 minutos, sendo necessário responder a todas as perguntas para que as respostas sejam consideradas na pesquisa. Ao final do preenchimento, clique em ENVIAR para que sua resposta seja encaminhada.

As respostas podem ser enviadas até o dia **29/09/2023.**

As respostas recebidas serão tratadas de forma coletiva e será mantida a restrição do uso para os fins da avaliação.

Desde já, antecipamos os nossos agradecimentos.

Em caso de dúvidas, estamos à disposição pelos contatos a seguir:

cristiane.peifer@cge.mg.gov.br

aurea.loures@cge.mg.gov.br

* Obrigatória

Informações gerais e sobre a estrutura operacional da unidade

1. Selecione sua unidade de atendimento ao Seguro Desemprego (SD) e Intermediação de Mão de Obra (IMO)? *

- ALFENAS
- ALMENARA
- ARAÇUAI - UAI/MG
- ARAGUARI
- ARAXÁ - UAI/MG
- ARCOS
- ARINOS
- BARÃO DE COCAIS
- BARBACENA - UAI/MG
- BARROSO
- BETIM
- BETIM - UAI/MG
- BH - ASSEMBLÉIA
- BH - BARREIRO - UAI/MG
- BH - CÂMARA
- BH - CENTRAL DE VAGAS
- BH - CENTRO - UAI/MG
- BH - VENDA NOVA - UAI/MG
- BOA ESPERANÇA
- BOCAIÚVA
- BOM DESPACHO
- BRASÍLIA DE MINAS
- BRUMADINHO
- BURITIZEIRO
- CAETÉ
- CAMPO BELO
- CAMPOS GERAIS
- CAPELINHA
- CARARATINGA - UAI/MG
- CATAGUASES

- ○ CLÁUDIO
- ○ CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS
- ○ CONGONHAS
- ○ CONSELHEIRO LAFAIETE
- ○ CORAÇÃO DE JESUS
- ○ CORONEL FABRICIANO - UAI/MG
- ○ CURVELO - UAI/MG
- ○ DIAMANTINA - UAI/MG
- ○ DIVINÓPOLIS - UAI/MG
- ○ DIVISÓPOLIS
- ○ DORES DO INDAIÁ
- ○ ELOI MENDES
- ○ ESMERALDAS
- ○ ESPINOSA
- ○ ESTADUAL CONTAGEM - UAI/MG
- ○ FORMIGA
- ○ FRUTAL
- ○ GOVERNADOR VALADARES - UAI/MG
- ○ GUAXUPÉ
- ○ IBIRITÉ
- ○ IGARAPÉ
- ○ IPATINGA - UAI/MG
- ○ ITABIRA
- ○ ITABIRITO
- ○ ITAJUBÁ - UAI/MG
- ○ ITAMARANDIBA
- ○ ITATIAIUÇU
- ○ ITAÚNA
- ○ ITUIUTABA
- ○ ITURAMA
- ○ JANAÚBA

- ○ JANUÁRIA
- ○ JOÃO MONLEVADE
- ○ JOÃO PINHEIRO
- ○ JUATUBA
- ○ JUIZ DE FORA - UAI/MG
- ○ JUSTINÓPOLIS RIBEIRÃO DAS NEVES
- ○ LAGOA DA PRATA
- ○ LAGOA SANTA
- ○ LAVRAS - UAI/MG
- ○ LEOPOLDINA - UAI/MG
- ○ LUZ
- ○ MACHADO
- ○ MARIANA
- ○ MATEUS LEME
- ○ MATOZINHOS
- ○ MONTES CLAROS - UAI/MG
- ○ MURIAÉ - UAI/MG
- ○ NANUQUE
- ○ NOVA LIMA
- ○ NOVA SERRANA
- ○ OLIVEIRA
- ○ OURO BRANCO
- ○ OURO PRETO
- ○ PARÁ DE MINAS
- ○ PARACATU - UAI/MG
- ○ PARAOPEBA
- ○ PASSOS - UAI/MG
- ○ PATOS DE MINAS - UAI/MG
- ○ PATROCINIO
- ○ PEDRO LEOPOLDO
- ○ PIRAPORA
- ○ PITANGUI

- ○ PIUMHI
- ○ POÇOS DE CALDAS - UAI/MG
- ○ POMPÉU
- ○ PONTE NOVA - UAI/MG
- ○ PORTEIRINHA
- ○ POUSO ALEGRE - UAI/MG
- ○ PRATA
- ○ RESPLENDOR
- ○ RIBEIRÃO DAS NEVES
- ○ SABARÁ
- ○ SACRAMENTO
- ○ SALINAS
- ○ SANTA VITÓRIA
- ○ SANTO ANTÔNIO DO MONTE
- ○ SÃO FRANCISCO
- ○ SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO
- ○ SÃO JOÃO DEL REI - UAI/MG
- ○ SÃO JOÃO DO PARAÍSO
- ○ SÃO JOÃO NEPOMUCENO
- ○ SÃO LOURENÇO
- ○ SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - UAI/MG
- ○ SETE LAGOAS - UAI/MG
- ○ TAIOBEIRAS
- ○ TEÓFILO OTONI - UAI/MG
- ○ TIMÓTEO
- ○ TRÊS CORAÇÕES - UAI/MG
- ○ TRÊS MARIAS
- ○ UBÁ
- ○ UBERABA - UAI/MG
- ○ UBERLÂNDIA
- ○ UBERLÂNDIA - UAI/MG
- ○ UNAÍ
- ○ VARGINHA - UAI/MG
- ○ VESPASIANO
- ○ VIÇOSA

2. Quais serviços referentes ao SD e à IMO sua unidade realiza? *

- [ ] Intermediação de mão de obra, habilitação ao seguro desemprego e encaminhamento à qualificação.
- [ ] Intermediação de autonômos.
- [ ] Atendimento especializado para jovens.
- [ ] Atendimento especializado para imigrantes e brasileiros retornados do exterior.
- [ ] Intermediação de mão de obra rural.
- [ ] Emissão de CTPS.
- [ ] Disponibilização de informações gerais sobre demais políticas sociais, direitos trabalhistas, registro profissional e homologação.
- [ ] Orientações trabalhistas.
- [ ] Fomento ao empreendedorismo e a economia solidária.
- [ ] Encaminhamento para certificação profissional.

3. Qual é a média diária de atendimentos sobre o Seguro Desemprego e a Intermediação de Mão de Obra realizados na sua unidade? (considerar os últimos 90 dias) *

- ◯ Até 30 atendimentos por dia.
- ◯ De 31 a 70 atendimentos por dia.
- ◯ Acima de 71 atendimentos por dia.

4. Marque abaixo os espaços/estruturas existentes nesta unidade de atendimento ao SD e IMO: *

- [ ] Sala de espera/atendimento.
- [ ] Totens de autoatendimento.
- [ ] Balcão de triagem.
- [ ] Quadro informativo.
- [ ] Sala para gestor.
- [ ] Sala para gestor e coordenador operacional.
- [ ] Sala para coordenadores.
- [ ] Sala para supervisores e advogado.
- [ ] Sala para psicólogo e estagiários.
- [ ] Sala para realização de atividades (orientação profissional, dinâmicas de grupo, palestras).
- [ ] Sala para atendentes de ações de empreendedorismo.
- [ ] Sala para convocadores, captadores e administradores de vagas.
- [ ] Sala para pré-seleção de candidatos.
- [ ] Copa.

- [ ] Sanitário público - masculino.
- [ ] Sanitário público - feminino.
- [ ] Sanitário adaptado (PNE).
- [ ] Sanitário funcionários - masculino.
- [ ] Sanitário funcionários - feminino.
- [ ] Almoxarifado.
- [ ] Local de armazenamento de documentos.
- [ ] Guichês disponíveis - até 04 guichês e até 15 cadeiras de espera.
- [ ] Guichês disponíveis - de 05 a 09 guichês e até 30 cadeiras de espera.
- [ ] Guichês disponíveis - acima de 09 guichês e até 40 cadeiras de espera.
- [ ] Guichê preferencial.
- [ ] Acesso físico para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE).
- [ ] Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

5. Esta unidade de atendimento conta com recursos de vigilância ou monitoramento eletrônico? *

- [ ] Porteiro.
- [ ] Vigilância monitorada em toda a área interna.
- [ ] Vigilância monitorada em toda área interna e nos guichês de atendimento ao SD e IMO.
- [ ] Não possui recurso de vigilância ou monitoramento eletrônico.
- [ ] Outra

Informações sobre processo seletivo, treinamentos, normas internas e controles

6. Existem normas internas que tratam sobre a realização de processo seletivo de atendentes de SD e IMO nesta unidade de atendimento?

- ◯ Sim.
- ◯ Sim, porém desatualizadas.
- ◯ Não.

7. Se existem normas internas, anexe o arquivo.

↑ Carregar arquivo

Limite de número de arquivos: 1. Limite de tamanho de arquivo único: 10MB. Tipos de arquivo permitidos: Word, Excel, PPT, PDF, Imagem, Vídeo, Áudio

8. Existem regras/orientações para avaliar a qualidade e a validade dos documentos apresentados para requerimento do SD quanto a sua autenticidade nesta unidade de atendimento?

- ◯ Sim.
- ◯ Sim, porém desatualizadas.
- ◯ Não.

9. Se existem regras/orientações, explique como são.

10. Com qual frequência o atendente utiliza os canais de informação abaixo listados para esclarecer dúvidas que possam surgir durante um atendimento ao SD e IMO? *

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Manual de Treinamento	○	○	○	○	○
Site Ponte Digital (https://social.mg.gov.br/ponte-digital/)	○	○	○	○	○
Acesso via intranet (SEDESE)	○	○	○	○	○
Acesso via Web (Ministério do Trabalho e Emprego - MTE)	○	○	○	○	○
Atendimento via e-mail (SEDESE)	○	○	○	○	○
Atendimento telefônico (SEDESE)	○	○	○	○	○
Atendimento via aplicativos de mensagem instantânea (SEDESE)	○	○	○	○	○

11. Quando a documentação apresentada para requerer o SD está incompleta ou apresenta deficiências quais são as ações/orientações previstas a serem adotadas pelo atendente ? *

12. É feita a substituição dos atendentes de SD nos casos de ausência temporária (faltas, afastamentos, férias, etc)? *

○ Sim.

○ Não.

13. Qual é o procedimento adotado para suprir as ausências temporárias dos atendentes do SD?

14. Nos treinamentos em que a unidade participou, foi abordado o risco de aliciamento dos atendentes durante o atendimento aos requerentes do SD e como agir no caso de tentativas de aliciamento?
Aliciamento é o ação de atrair a pessoa para a realização de ato contrário a lei. *

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Abordagem sobre tentativas de aliciamento do atendente	○	○	○	○	○

15. A unidade de atendimento possui procedimentos estabelecidos para prevenir tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO? *

- ○ Sim
- ○ Sim, porém desatualizados
- ○ Não

16. Se a unidade possui procedimentos, liste-os.

17. Já houve casos conhecidos ou relatos de tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO na unidade de atendimento? *

- ○ Sim
- ○ Não
- ○ Não sei

18. Qual a frequência percebida quanto a tentativas de aliciamento aos atendentes de SD e IMO nesta unidade de atendimento? *

	Sempre	Quase sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
Tentativas de aliciamento	○	○	○	○	○

19. Caso a unidade identifique ou receba notícia de tentativa de aliciamento ao atendente do SD, qual o procedimento adotado? *

- [ ] Adotar providência interna
- [ ] Informar à SEDESE.
- [ ] Informar ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- [ ] Fazer o registro de ocorrência policial (REDS/Boletim de Ocorrência).
- [ ] Não adotar nenhuma providência ou registro caso a tentativa de aliciamento tenha sido frustrada.
- [ ] Outra

20. Caso tenha marcado a opção "Adotar providência interna" na questão 19, informe as principais providências internas que a unidade costuma adotar. *

21. Como você avalia a frequência em que ocorrem os treinamentos e o conteúdo ministrado para atendimento ao SD e IMO ? *

	Excessivo	Suficiente	Insuficiente
Frequência	○	○	○
Suficiência do conteúdo	○	○	○

22. Com relação aos treinamentos você teria alguma sugestão? *

23. A unidade de atendimento adota Código de Ética e de Conduta aplicável ao servidor/empregado/prestador de serviços de SD e IMO? *

- ○ Sim
- ○ Sim, porém desatualizado
- ○ Não

24. Caso positivo, anexe o arquivo.

↑ Carregar arquivo

Limite de número de arquivos: 1. Limite de tamanho de arquivo único: 10MB. Tipos de arquivo permitidos: Word, Excel, PPT, PDF, Imagem, Vídeo, Áudio

25. A unidade de atendimento aplica Política de Gestão de Conflito de Interesses? *

- ○ Sim.
- ○ Sim, porém desatualizada.
- ○ Não.

26. Caso positivo, anexe o arquivo.

↑ Carregar arquivo

Limite de número de arquivos: 1. Limite de tamanho de arquivo único: 10MB. Tipos de arquivo permitidos: Word, Excel, PPT, PDF, Imagem, Vídeo, Áudio

27. Esta unidade de atendimento adota, para os níveis de coordenação e gerência, declaração de conhecimento do padrão de conduta ética (que não recebem subornos e não tem conhecimento de outros servidores/empregados/prestadores de serviços que tenham se utilizado dessa prática)? *

- ☐ Sim, no momento do início das atividades.
- ☐ Sim, periodicamente.
- ☐ Não.
- ☐ Não tenho conhecimento desse procedimento.

28. Quais os canais de denúncia disponíveis nesta unidade de atendimento? *

- ☐ Ouvidoria Geral do Estado (OGE).
- ☐ Fale agora (SEDESE).
- ☐ Fala.BR (https://falabr.cgu.gov.br)
- ☐ Outra

Política de Segurança da Informação

29. A unidade de atendimento possui Política de Segurança da Informação? *
Política de Segurança da Informação é o conjunto de definições, diretrizes, restrições e requisitos que servem para nortear o uso de boas práticas no trato com os ambientes, recursos e ativos computacionais, em aspectos físicos, lógicos e de pessoal, com a finalidade de proporcionar maior segurança às informações.

- ◯ Sim.
- ◯ Sim, porém desatualizada.
- ◯ Não.

30. Caso afirmativo, anexe o arquivo.

Carregar arquivo

Limite de número de arquivos: 1 · Limite de tamanho de arquivo único: 10MB · Tipos de arquivo permitidos: Word, Excel, PPT, PDF, Imagem, Vídeo, Áudio

31. Existem controles de licença de uso de software e antivírus nos equipamentos destinados ao atendimento ao Seguro Desemprego? *
Software = programa de computador
Antivírus = programa que permite identificar e eliminar vírus em computadores.

- ◯ Sim.
- ◯ Não.

32. Qual é a periodicidade adotada para avaliar e validar as licenças temporárias dos softwares? *

- ◯ A cada seis meses.
- ◯ A cada doze meses.
- ◯ A cada dezoito meses.
- ◯ Não há periodicidade estabelecida.
- ◯ Outra:

33. São realizadas ações preventivas contra ataques cibernéticos aos equipamentos da unidade destinados aos atendimentos do SD e IMO?
Ataques cibernéticos são tentativas de roubar, expor, alterar, desativar ou destruir informações por meio de acesso não autorizado a sistemas de computador. *

- ○ Sim.
- ○ Não.

34. Existem controles de entrada e saída dos equipamentos de informática quando são necessários reparos fora da unidade de atendimento? *

- ○ Sim.
- ○ Não.

35. Existe plano de substituição dos equipamentos infectados e/ou danificados (Plano de Contingência)? *

- ○ Sim.
- ○ Sim, porém desatualizado.
- ○ Não.

36. Como é percebida a possibilidade de acesso indevido e de compartilhamento de credencial (senha) pelos atendentes nos acessos ao sistema "Mais Emprego" na unidade de atendimento? *

	Muitas vezes	Algumas vezes	Raramente	Nunca
Acesso indevido ao sistema	○	○	○	○
Compartilhamento de senha	○	○	○	○

37. O risco de acesso indevido ao sistema "Mais Emprego" é tratado preventivamente na unidade de atendimento? Explique como isso é feito. *

38. O compartilhamento de credencial (senha) para acesso por atendentes ao sistema "Mais Emprego" é tratado preventivamente na unidade de atendimento? Explique como isso é feito. *

ANEXO III - PERFIL DEFINIDO NO SISTEMA MAIS EMPREGO

Quadro de perfis de acesso no sistema Mais Emprego		
Intermediação de Mão de Obra - IMO		
1	**ATENDENTE**	Atender ao trabalhador
2	**ATENDIMENTO_IMO_SD**	Perfil de atendimento integrado imo/sd
3	**CAPTADOR**	Capta vagas para intermediação
4	**CONVOCADOR**	Convoca o trabalhador
5	**PRESELECIONADOR**	Pré-selecionar o trabalhador
6	**REPONS_ATENDIMENTO**	Responsável por atendimento (supervisor de atendimento)
7	**RESPONSAVEL_ADM_VAGA**	Responsável pela administração de vaga.
8	**RESPONSAVEL_POSTO**	Responsável pelo posto de atendimento
9	**RESPONS_CAPITACAO**	Responsável pela captação de vagas
10	**RESPONS_POR_CONV**	Responsável pela convocação
Seguro-desemprego - SD		
11	**ATENDENTE_SD_FD_SINE**	Perfil de atendente para as modalidades Formal e Doméstico SINE
12	**CONSULTA_SD**	Perfil de consulta ao SD
13	**EMPREGADOR_WEB**	Perfil para realizar as ações do Empregador Web no SD.
14	**SUPERVISOR SDFD SINE**	Funcionários que fizeram treinamento de Telas de acerto de SD - Troca PIS, Reemissão, Restituição de parcelas, liberação de restituição, permitir acerto com divergência da RFB e liberar notificação de intermediação.
		Atenção: Só poderá ter este perfil e fazer estes acertos o funcionário com treinamento específico (individual) feito aqui na Secretaria .

Fonte: Tabela disponibilizada pela DGAT em 30/10/2023, por meio do Teams.

ANEXO IV - OFÍCIO SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
Diretoria de Gestão do Atendimento ao Trabalhador

Ofício SEDESE/SUBIPTER-SFTEPS-DGAT nº. 20/2024

Belo Horizonte, 12 de abril de 2024.

Exmo. Sr.
Igor Martins da Costa
Auditor-Geral
Controladoria-Geral do Estado
Belo Horizonte - MG

Assunto: Encaminhamento do Relatório Preliminar de Auditoria - Avaliação nº 149086 e Diagnóstico nº 1558753

Referência: [Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0006888/2023-83].

Senhor Controladoria-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício 2 (82797224), gostaríamos de expressar nosso agradecimento pela comunicação dos resultados preliminares da Auditoria nº 149086.

Após análise dos achados e recomendações apresentadas, informamos nossa concordância integral com as mesmas. Reconhecemos a importância de identificar e endereçar eventuais áreas de melhoria em nossos processos, visando sempre à promoção da integridade e eficácia em nossas operações.

Nesse sentido, gostaríamos de assegurar-lhe que estamos empenhados na elaboração do Plano de Ação correspondente, no qual serão detalhadas as ações a serem implementadas, seus objetivos, responsáveis pela execução, prazos e, elementos de medidas.

Reiteramos nosso compromisso em cooperar plenamente com sua equipe técnica, buscando soluções que contribuam para o aprimoramento contínuo de nossos serviços.

Por fim, permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Atenciosamente,

Ângela Márcia Alves de Souza
Masp. 1372756-5
Diretora de Gestão do Atendimento ao Trabalhador

De acordo,
Arthur Helio Albergaria Campos
Masp.1555859-6

Ofício 20 (86165567) SEI 1520.01.0006888/2023-83 / pg. 1

Subsecretário de Inclusão Produtiva, Trabalho, Emprego e Renda

Documento assinado eletronicamente por **Ângela Marcia Alves de Souza**, **Diretora**, em 30/04/2024, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Arthur Hélio Albergaria Campos**, **Subsecretário(a)**, em 30/04/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86165587** e o código CRC **0CBF107C**.

ANEXO V - PLANO DE AÇÃO DA SEDESE

MODELO DE PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação é o documento elaborado pelo dirigente máximo do órgão/entidade que explicita as medidas que serão tomadas para fins de cumprimento das recomendações e/ou para solucionar os problemas apontados em documentos de auditoria, contendo, no mínimo, as ações

Plano de Ação referente ao Anexo Relatório Preliminar de Auditoria nº 1490863

	Objetivo Geral[2]	Ação[3]	Responsável (is) pela Ação[4]	Prazo de Implementação[5]	Elemento de Medida[6]	Benefício(s)[7]
Emitir orientação aos entes gestores de unidades Sine e de unidades de atendimento sobre mecanismos para verificação e prevenção de riscos de integridade no seleção/contratação/designação de atendentes do SD (checklist, lista de verificação e etc.), com o objetivo de examinar a ocorrência de antecedentes criminais, conflito de interesses, nepotismo, entre outras situações de risco, ampliando, assim, o alcance dos controles antissuborno e evitando a contratação de servidores/colaboradores com perfil inadequado	Orientar a Rede Sine quanto ao método mais seguro para realizar a contratação dos servidores/funcionário, orientando quanto a documentação	Envio de comunicação oficial às unidades	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Bons resultados para evitar erros e fraudes
		Elaborar um check list da documentação necessária para contratação/credenciamento do servidor ao SINE	DGAT	180 dias	Check List	Bons resultados para evitar erros e fraudes
		Incluir na plataforma de EAD, treinamento específico de prevenção de risco e integridades na contratação de agentes.	DGAT	180 dias	Vídeo Aulas Normas ABNT	Bons resultados para evitar erros e fraudes
Incluir, nos treinamentos dos atendentes, orientações específicas sobre a verificação da autenticidade do documento apresentado pelo requerente do Seguro Desemprego e sobre procedimentos de prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno	Capacitar os atendentes para verificar a autenticidade do documentos do Seguro-Desemprego e para lidar com situações de corrupção e fraude de forma ética	Aprimorar treinamento na plataforma EAD reforçando a verificação de autenticidade de documentos para os novos agentes.	DGAT	180 dias	Treinamentos	Prevenir que os agentes aceitem documentos falsos
		Reforçar as informações nas capacitações extraordinárias ocorridas na rede de atendimento.	DGAT	180 dias	Capacitação extraordinária, monitoramento, assessoramento e suporte técnico.	Prevenir que os agentes aceitem documentos falsos
Elaborar orientações específicas para as unidades de atendimento acerca de procedimentos para prevenção, detecção, comunicação e tratamento de situações de corrupção/fraude/suborno, inclusive o risco de aliciamento de atendentes	Orientar as unidades sobre como lidar com corrupção, fraude, suborno e aliciamento de atendentes nas unidades de atendimento.	Elaborar manual de procedimentos um para tratamento dos casos de identificação de corrupção, suborno e aliciamento.	DGAT	180 dias	Elaborar manual de procedimentos	Evitar erros e prejuízos aos trabalhadores e cofres públicos
Estabelecer rotinas para captura de informações entre as unidades de atendimento sobre as maiores dificuldades/fragilidades encontradas, para realização de futuras capacitações/treinamentos	Levantar as principais dúvidas e dificuldades relacionadas ao processo de Seguro-Desemprego enfrentadas pelos agentes do Sine Minas Gerais.	Elaborar um diagnóstico com intuito de levantar dúvidas operacionais existentes na rede Sine.	UNIDADES/ DGAT	180 dias	Pesquisa utilizando forms / Suporte Sine	Conhecer a realidade das unidades relacionado ao processo de postagem de seguro desemprego
Elaborar plano de ação de melhoria contínua das capacitações, mediante feedback com as unidades de atendimento;	Criar plano de ação de melhorias de capacitações.	Elaborar pesquisa de satisfação do treinamento EAD, capacitações e treinamentos extraordinários.	DGAT	180 dias	Pesquisa utilizando forms	Conhecer a realidade das unidades referente as ferramentas utilizadas para treinamento e capacitações, para melhoria dos resultados

Realizar a verificação da situação/status do vínculo dos atendentes semestralmente, em periodicidade inferior a 2 anos, com o objetivo de mitigar o risco a de atendentes desligados que continuam com acesso ao Sistema Mais Emprego, bem como favorecer as informações gerenciais e o controle acerca do quantitativo de pessoal em atividade unidades de atendimento. Como exemplo, no caso das unidades sob gestão das prefeituras, visualiza-se a possibilidade de compatibilizar essa verificação com a avaliação a ser realizada anualmente pela Sedese nos termos da Cláusula 3ª do Acordo de Cooperação Técnica;	Monitorar regularmente a gestão de recursos humanos das unidades nas unidades do Sine/UAI	Criar mecanismo para controlar o credenciamento e descredenciamento de agentes nas unidades do Sine	DGAT	180 dias	Envio de formulário para atualização de agentes credenciados	Evitar o uso indevido do credenciamento dos agentes afastados
		Master lista atualizada de agentes credenciados nas unidades Sine de Minas Gerais.	DGAT	180 dias	Pesquisa utilizando forms	Evitar o uso indevido do credenciamento dos agentes afastados
		Inativar perfis de agentes que não acessam o sistema acima de 3 (Três) meses	DGAT	180 dias	Extrair da Base de Gestão relatório dos agentes que não acessam o sistema a mais de três meses e inativar	Evitar o uso indevido de acessos
		Descredenciar agentes sem acesso há mais 6 (Seis) meses ao sistema Mais Emprego	DGAT	180 dias	Extrair da Base de Gestão relatório dos agentes que não acessam o sistema a mais de três meses e inativar	Evitar o uso indevido de acessos
		Elaborar comunicado a rede de atendimento esclarecendo sobre a inativação e descredenciamento de perfis sem acesso ao sistema.	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Conhecimento dos procedimentos adotados
Estabelecer orientações e procedimentos de controle junto às unidades de atendimento para assegurar o cumprimento das Cláusulas do Acordo de Cooperação Técnica, e instrumentos similares, quanto à substituição de atendentes do SD e IMO;	Criar procedimento de controle que assegure que o Sine deve informar a substituição de agente conforme previsto em ACT.	Notificar prefeituras e Uais para o envio da informação	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Agilidade nos descredenciamentos
		Criar fluxo para que o unidade informe a Coordenação do Sine sobre a eventual saída de agentes credenciados da unidade.	DGAT	180 dias	Enviar comunicado de 3 em 3 meses para as Unidades	Maior controle da saída de agentes
Elaborar orientação prática e treinamento específico sobre pontos de atenção a serem observados pelos atendentes, referentes à autenticidade das documentações necessárias para concessão do SD, com o objetivo de fortalecer os mecanismos de prevenção de riscos de suborno/fraude/corrupção;	Fortalecer junto as unidades de atendimento, os requisitos documentais para recepção do Seguro-Desemprego.	Enviar orientação contendo a resolução 557/2022-Codefat, para conhecimento de todos agentes do Sine Minas Gerais	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Segurança, agilidade e diminuição de erros
Verificar as situações de unidades de atendimento com carência de recursos de vigilância e monitoramento e avaliar, com os Municípios, formas viáveis de provimento desses recursos, considerando as necessidades e as realidades locais, visando à maior segurança dos atendentes e beneficiários;	Garantir a segurança dos atendentes adotando recursos de vigilância e monitoramento com colaboração do município.	Verificar quais unidades não dispõe de equipamentos de vigilância e monitoramento	PREFEITURAS SEPLAG DGAT	180 dias	Pesquisa utilizando forms	Prevenir fraudes
		Sugerir as prefeituras a adoção de medidas de segurança eletrônica ou vigilância ostensiva nas unidades	PREFEITURAS SEPLAG DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar acesso de pessoas não autorizadas
		Acompanhar o processo de implementação de medidas de segurança eletrônica ou vigilância ostensiva nas unidades.	DGAT/	180 dias	Pesquisa utilizando forms	Segurança das Unidades
Verificar, em diálogo com a Seplag, a efetiva situação e o risco de descumprimento contratual de Unidades PPPs que não dispõem de sistemas de vigilância e monitoramento nas áreas capacitadas no Termo de Referência - item 11.6.2 - Vigilância eletrônica, adotando providências corretivas quando aplicável;	Intermediar junto a Seplag para interar junto as unidades PPP que não dispõe de sistema de vigilância eletrônica.	Solicitar informação a Seplag para o envio de informação sobre a vigilância eletrônica na unidade do Uberaba.	DG&T	Concluído! A Unidade já possui sistema de vigilância eletrônica.	Informação confirmada via email (SEPLAG)	

Estabelecer orientações e procedimentos para prevenir e mitigar os riscos de corrupção/fraude/suborno no âmbito das unidades de SD e IMO;	Reforçar sobre a rotina diária existente de conferência dos seguros-desemprego e acertos realizados pelos agentes nas unidade Sine.	Reenvio do comunicado para adoção de rotinas de monitoramento de benefícios incluídos no sistema Mais Emprego diariamente. (Circular Ministério do Trabalho e Orientação DGAT)	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar utilização indevida de senha
Implementar recursos tecnológicos para que a DGAT possa identificar, tempestivamente, indícios de corrupção/fraude/suborno, através das análises de dados dos processos nas unidades de atendimento (a exemplo de softwares, equipamentos, mão de obra), com o objetivo de prevenir situações ilícitas, permitir trilhas de verificações periódicas e a orientação e coordenação das unidades de atendimento quanto ao tema.	Adotar recursos tecnológicos para identificar indícios de fraudes e suborno utilizando análise de dados do atendimento.	Realizar consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego se há ferramentas que a Coordenação do Sine Minas Gerais tenha acesso para levantamento destes dados.	MINISTERIO DO TRABALHO / DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar fraudes e suborno
Elaborar material orientativo sobre conflito de interesses e outros riscos de integridade/suborno/corrupção para as unidades de atendimento;	Criar material informativo sobre conflito de interesse visando orientar as unidades de atendimento.	Elaborar documento informativo para as unidade Sine	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar fraudes e suborno
		Enviar orientação as unidades do SINE	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar fraudes e suborno
Estabelecer fluxos e procedimentos padronizados para apurar denúncias (alegadas ou confirmadas) de corrupção, fraude ou suborno envolvendo o SD e a IMO;	Criar no âmbito da Coordenação do Sine, fluxo para análises de denúncias relativas às ações do Seguro-Desemprego e Intermediação do Mão de Obra	Criar um fluxo e pop para atendimento das demandas.	DGAT	180 dias	Fluxo e pop para atendimentos das demandas	0
		Criar material informativo sobre canal de denúncia.	DGAT/ASSCOM	180 dias	Criação de panfletos	Evitar fraudes e suborno
		Levantar quais ferramentas podem ser utilizadas;	DGAT	180 dias	Enviar email	Evitar fraudes e suborno
		Criar rotinas de análises das demandas recebidas;	DGAT	180 dias	Acompanhamento diário	Ter controle das demandas recebidas
Implementar ações com o objetivo de mitigar riscos de segurança relacionados às vulnerabilidades de máquinas, sistemas e pessoas, a exemplo de treinamentos e informações relevantes e atualizadas sobre Política de Segurança da Informação voltadas a gestores e coordenadores das unidades de atendimento;	Adotar junto as unidades uma política de segurança da informação visando proteger máquinas, sistemas e pessoas contra vulnerabilidade.	Orientar as unidades de atendimento;	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Prevenção de fraudes em sistema e pessoas
		Recomendar a instalação de programas contra ataques cibernéticos;	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Prevenção de fraudes em sistema e pessoas
		Orientar quanto ao recebimento de arquivos maliciosos;	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Prevenção de fraudes em sistema e pessoas

Estabelecer procedimentos apropriados para impedir o acesso indevido ou por pessoa que já não tem mais vínculo com a unidades de atendimento ou que não executa mais atividades relacionadas ao Sistema Mais Emprego.	Implementar junto as unidades, rotina para informar a Coordenação do Sine Minas Gerais quanto a retirada de acessos e descredenciamento de agentes que não fazem mais parte do quadro de funcionários.	Criar mecanismo para controlar o credenciamento e descredenciamento de agentes nas unidades do Sine	DGAT	180 dias	Envio de formulário para atualização de agentes credenciados	Evitar o uso indevido do credenciamento dos agentes afastados
		Manter lista atualizada de agentes credenciados nas unidades Sine de Minas Gerais.	DGAT	180 dias	Pesquisa utilizando forms	Evitar o uso indevido do credenciamento dos agentes afastados
		Inativar perfis de agentes que não acessam o sistema em 3 (Três) meses sem acesso	DGAT	180 dias	Extrair da Base de Gestão relatório dos agentes que não acessam o sistema a mais de três meses e inativar	Evitar o uso indevido de acessos
		Descredenciar agentes sem acesso há mais 6 (Seis) meses ao sistema Mais Emprego	DGAT	180 dias	Extrair da Base de Gestão relatório dos agentes que não acessam o sistema a mais de seis meses e inativar	Evitar o uso indevido de acessos
		Elaborar comunicado a rede de atendimento esclarecendo sobre a inativação e descredenciamento de perfis sem acesso ao sistema.	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Conhecimento dos procedimentos adotados
		Orientar as unidades que envie a informação imediatamente a Coordenação do Sine	UNIDADES DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar o uso indevido de acessos
Instituir mecanismo de controle das autorizações das máquinas que operacionalizam o Seguro Desemprego em MG, com o intuito de saber quantas e quais estão sendo autorizadas, e avaliar os riscos relacionados à autorização de notebooks e as medidas que permitam o tratamento desses riscos.	Implementar junto as unidades, rotina para autorização de maquinas e adoção de maior rigor na ação.	Emitir comunicado a rede Sine explicando a alteração do procedimento para autorização de maquinas.	DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar o descontrole de número de máquinas autorizadas
		Ajustar fluxo de atendimento de demandas para autorização de máquinas nas unidades Sine.	DGAT	180 dias	Cria fluxo de liberação de máquina	Evitar o descontrole do número de máquinas autorizadas
		Envio de ofício SEI solicitando acesso para autorização de máquinas na unidade Sine.	UNIDADES DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar o descontrole de número de máquinas autorizadas
Instituir procedimento/orientação para assegurar a obrigatoriedade da comunicação tempestiva das unidades de atendimento quanto ao descredenciamento de atendentes	Exigir comunicação da unidade quanto ao desligamento de colaboradores: comunicação imediata a Coordenação do Sine.	Envio da comunicação oficial pelas unidades (ofício).	UNIDADES DGAT	180 dias	Resolução SEDESE	Evitar o uso indevido do credenciamento dos agentes afastados

Assinatura do Dirigente

[1] Especificar a recomendação ou o problema que se quer equacionar.
[2] Identificar o objetivo específico que se pretende com a recomendação ou o problema que se quer equacionar.
[3] Identificar as ações que serão empreendidas para eliminar ou mitigar a causa do problema.
[4] Elencar o(s) responsável(is) pela ação (nome completo, cargo, e-mail e telefone de contato).
[5] Especificar o prazo necessário para implementação da ação.
[6] Especificar indicadores e metas pretendidas com a ação ao longo do tempo.
[7] Especificar os benefícios efetivos que irão advir do atendimento das recomendações.

Fonte: documento SEI nº 90372170.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Controladoria Setorial-SEDESE

Relatório de Auditoria CGE/CSET_SEDESE nº. 2/2024

Belo Horizonte, 15 de março de 2024.

Relatório de Auditoria nº 1433755 - Consultoria

Processo nº 1433751 - e-Aud

Avaliação Executiva do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG

1. Introdução

A Avaliação Executiva tem como objetivo contribuir para o aperfeiçoamento de política ou de programa governamental, sendo capaz de oferecer subsídios para que possam ser propostas, se necessário, recomendações com oportunidades efetivas de aprimoramento e correção de rumos.

Apresenta-se como um tipo de avaliação *ex post*, ou seja, atua sobre intervenções já em andamento, e tem por objetivo apresentar um panorama geral acerca de determinada ação, identificando fragilidades relacionadas, em especial, ao seu desenho, gestão e implementação.

Nesse sentido, a prestação de serviços de consultoria tem o objetivo de agregar valor aos programas governamentais e às políticas públicas com a finalidade de apoiar os gestores na implementação e/ou melhoria dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos.

A ação foi programada no Plano de Atividades de Controle Interno - PACI 2022 da Controladoria Setorial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (CSET/SEDESE), oriunda de demanda do Gabinete desta Secretaria, tendo como objetivo avaliar a execução dos projetos que têm como finalidade a proteção de direitos humanos inseridos no Programa 46 - Política de Direitos Humanos, e cuja amostra selecionada foi o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG.

No entanto, durante a fase de planejamento da ação, iniciada em outubro/2022, verificou-se a necessidade de avaliar o programa de forma a auxiliar a gestão e no sentido de que as análises fossem mais abrangentes que a auditoria de conformidade.

Em janeiro/2023, o Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - NATI/CSET da SEDESE efetuou contato com a Superintendência Central de Auditoria em Programas, Gestão de Riscos, de Pessoal e Previdência, da Controladoria-Geral do Estado (CGE), que sugeriu a realização da avaliação executiva (consultoria) do programa em questão.

Nesse sentido, o trabalho foi realizado pela Controladoria Setorial da SEDESE com o apoio técnico da Diretoria Central de Auditoria em Programas e Gestão de Riscos, vinculada àquela Superintendência da CGE, no uso das atribuições conferidas nos termos do § 1º do art. 46 da Lei 24.313/2023, notadamente quanto aos incisos I, III e IX[1].

A partir de fevereiro/2023 foram realizadas reuniões para alinhamentos acerca da ação e levantamento de informações com a gestão. O planejamento do trabalho de consultoria do PROVITA-MG foi realizado em março do ano corrente e a avaliação compreendeu o período de maio a setembro/2023.

Esta ação teve por objetivo contribuir para o fortalecimento dos instrumentos de controle e para o processo de tomada de decisão dos gestores públicos em prol do aprimoramento do programa avaliado, tendo como foco a Descrição Geral do Programa.

Informa-se que, durante a execução do trabalho, a área técnica do PROVITA-MG, sob orientação da equipe de auditoria, elaborou documentos para subsidiar as análises e evidenciar os achados contidos no presente relatório, tais como, análise *swot*, análise normativa, objetivo/diagnóstico de problemas, manifestação a questões avaliativas acerca do programa. No entanto, mesmo após realizadas reuniões em que foi exposto à gestão sobre a relevância de esses documentos integrarem o relatório, como também da solicitação efetuada em 25/10/2023, via Memorando.CGE/CSET_SEDESE.nº 81/2023 (75826658), e do último encontro com a gestão ocorrido em 30/11/2023, a respectiva documentação validada pela Subsecretaria de Direitos Humanos não nos foi disponibilizada. Vale observar, nesse sentido, que o trabalho de consultoria se refere a serviço de auditoria interna que possui natureza de aconselhamento, que se destina à busca de propostas de soluções e, portanto, requer uma atuação mais próxima da gestão.

Ato contínuo, após a emissão do relatório contendo o resultado preliminar do trabalho (79155022), foi expedido pela gestão o Memorando.SEDESE/SUBDH.nº 557/2023 (79675275), de 28/12/2023, por meio do qual foi solicitada a dilação de prazo por mais 30 (trinta) dias para manifestação ao Relatório Preliminar (RP) nº 1433754 (79155022).

Em 06/03/2024, foi realizada reunião com a Subsecretaria de Direitos Humanos (SUBDH) com fins de apresentação do citado relatório (79155022) ao recém-nomeado Subsecretário. E na data de 08/03/2024, foi encaminhado o Memorando.SEDESE/SUBDH-SPPPS-DPPRDH.nº 23/2024 (83531432), por meio do qual a SUBDH se manifestou acerca das medidas propostas no RP nº 1433754 (79155022), cujos apontamentos efetuados pela gestão e respectivas considerações desta unidade de controle se apresentam no tópico específico do presente documento.

Os exames foram realizados de acordo com as normas e os procedimentos de auditoria, sendo realizadas entrevistas, aplicação de questionários e análise documental para a obtenção das evidências e para o estabelecimento das convicções sobre as ocorrências detectadas.

A metodologia adotada se apresenta no Apêndice I (79157421) deste relatório e parte da documentação avaliada está acostada aos autos do processo SEI 1520.01.0012736/2022-09.

2. Resultados da Avaliação Executiva

Apresentam-se, na sequência, os resultados da Avaliação Executiva do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG.

2.1 Descrição Geral do Programa

A etapa da Avaliação Executiva denominada Descrição Geral do Programa permitiu a identificação de informações sobre o programa avaliado, por meio de pesquisas e análises de documentos, assim como a partir de reuniões realizadas com a gestão e do preenchimento de questionário pela equipe da Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos, vinculada à Superintendência de Promoção, Proteção e Participação Social, da Subsecretaria de Direitos Humanos da SEDESE.

1) Identificação do Programa

O PROVITA-MG foi instituído, em âmbito estadual, pela Lei nº 13.495, de 05/04/2000[2], tendo sido regulamentado pelo Decreto nº 41.140, de 27/06/2000[3], em conformidade com as normas dispostas na Lei Federal nº 9.807, de 13/07/1999[4].

2) Objetivos

Segundo o estabelecido no art. 2º da Lei nº 13.495, de 05/04/2020, o programa tem como objetivo garantir proteção para as pessoas que estejam ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas por sua colaboração direta ou indireta em investigação criminal, processo penal ou investigação conduzida por comissão parlamentar de inquérito.

3) Justificativa

A implementação e manutenção do Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas têm como justificativa a necessidade de desenvolver um sistema de proteção integrado, juntamente com os demais programas instituídos por lei estadual, quais sejam, Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), e em consonância com a Diretriz 15 do Programa Nacional de Direitos Humanos 3 - PNDH-3, cuja adesão dos entes federativos, além de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, é orientada pelo Decreto Federal nº 7.037/2009[5].

4) Público-alvo

Pessoas que são vítimas, testemunhas ou réus colaboradores, bem como seus familiares, que estejam coagidos ou expostos a grave ameaça em razão de colaborar com investigação, processo criminal ou investigação conduzida por comissão parlamentar de inquérito.

Adicionalmente, a Lei Estadual nº 13.495/2000, nos §§ 1º e 2º, artigo 2º, elenca o público a ser beneficiado pelo Programa, a saber:

> Art. 2º - O Programa de que trata esta Lei tem como objetivo garantir proteção para as pessoas que estejam sendo ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas por sua colaboração direta ou indireta em investigação criminal, processo penal ou investigação conduzida por

comissão parlamentar de inquérito.

§ 1º - A proteção de que trata esta Lei poderá ser dirigida ou estendida:

I - ao agente público encarregado de serviço especial relacionado a investigação criminal ou processo penal, nos termos do regulamento;

II - ao cônjuge ou companheiro, aos parentes consanguíneos, afins ou por adoção e aos dependentes da vítima, da testemunha ou do agente público envolvido em investigação criminal ou processo penal, conforme a necessidade apurada em cada caso.

III - ao jurado que participe de Tribunal do Júri no Estado, bem como a seus familiares, mediante solicitação do jurado ou determinação do Juiz responsável pelo júri. (Inciso acrescentado pelo art. 1º da Lei nº 15.692, de 20/7/2005.)

§ 2º - Em situações excepcionais, mediante solicitação assinada por, pelo menos, três das autoridades relacionadas no art. 7º desta Lei, poderá o Conselho Deliberativo permitir o ingresso, no Programa, de pessoa não incluída nas hipóteses mencionados neste artigo.

E para solicitar a inclusão no programa, é necessário que sejam avaliados e atendidos os seguintes requisitos:

1) A pessoa precisa estar ameaçada em razão de colaborar com investigação ou processo criminal;

2) Gravidade da coação ou ameaça à integridade física ou psicológica;

3) Dificuldade de prevenir ou reprimir a ameaça por meios convencionais;

4) Relevância do depoimento para a produção da prova;

5) Ausência de restrição legal à liberdade de locomoção da pessoa solicitante, inclusive aquelas impostas por medidas cautelares;

6) Ser capaz de exprimir sua vontade de ingressar no programa, de forma livre e autônoma;

7) Consentir com as normas de segurança do Programa.

Fonte: Memorando.SEDESE/DPRDH.nº 171/2022 (56561956)

5) Estratégias de atuação

O PROVITA-MG atua em diversas frentes de defesa e garantia de direitos da pessoa ameaçada e a atuação dos operadores da proteção (equipe técnica) se dá a partir de duas frentes:

ü pela inserção social de forma segura dos sujeitos em proteção incluídos no programa; e

ü pela garantia da contribuição processual.

Para isso, é necessário que as Organizações da Sociedade Civil (OSC), enquanto entidades executoras do programa, atuem na defesa dos Direitos Humanos, buscando realizar articulações coesas com as redes solidárias, visando a estabilidade e segurança no processo protetivo dos sujeitos em proteção.

Cabe a essas Organizações, portanto, promover a execução cotidiana do programa, mediante a proteção e acompanhamento das pessoas beneficiárias, de forma a adotar as medidas necessárias para o desenvolvimento, na prática, da metodologia nacional com as adaptações necessárias à realidade em âmbito estadual. A OSC deve desenvolver, por conseguinte, a estruturação e organização de equipe mínima, instalação e manutenção da sede do programa e ações

de articulação junto à rede de proteção, o que ocorre mediante o Termo de Colaboração nº 04/2020, celebrado entre a SEDESE e o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde.

6) Área de atuação

Conforme extrai-se da página do Ministério dos Diretos Humanos e da Cidadania, atualizada em março/2023[6], a política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas atende à demanda de toda a Federação, por meio dos programas estaduais, estando presente em 15 (quinze) estados, quais sejam, AC, AM, BA, CE, ES, MA, MG[7], PA, PB, PE, PR, RJ, RS, SC, SP, que firmaram convênios com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania para viabilizar a transferência de recursos aos programas estaduais, e com o apoio das Organizações da Sociedade Civil. As demais unidades da Federação são atendidas pelo Programa Federal.

E por meio dos Programas Estaduais ou do Programa Federal, a política de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas protege, atualmente, cerca de 500 (quinhentas) pessoas, entre testemunhas e seus familiares.

7) Recursos Previstos

Os recursos para a manutenção do PROVITA são da ordem de R$ 10.611.160,26 (dez milhões, seiscentos e onze mil cento, cento e sessenta reais, vinte e seis centavos)[8], relativo ao prazo de 48 (quarenta e oito) meses, e estão amparados pelo Convênio nº 004/2019, firmado em 27/12/2019, entre a então Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (SNPG/MMFDH)[9] e a Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social (SEDESE), com prazo de vigência de 48 (quarenta e oito) meses contados a partir de sua assinatura (60771281, 60810480), e que foi prorrogado até 31/12/2024, mediante o Termo Aditivo nº 01, firmado em 28/02/2024, cujo extrato foi publicado em 29/02/2024, no Diário Oficial da União.

A execução do programa ocorre por meio do Termo de Colaboração nº 04/2020, celebrado em 01/04/2020 entre esta Secretaria e o Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania e Saúde, cujo prazo de vigência foi prorrogado até 31/03/2024, por intermédio do 1º Termo Aditivo firmado em 30/11/2021. Possui o valor estimado originalmente de R$ 2.356.965,76 (dois milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e setenta e seis centavos) e alterado para R$ 8.059.271,10 (oito milhões, cinquenta e nove mil, duzentos e setenta e um reais, dez centavos), também pelo 1º T.A. (60772391, 60773155)

8) Contexto

O Programa Federal de Assistência às Vítimas e às Testemunhas Ameaçadas (PROVITA) se refere ao conjunto de medidas adotadas pela União com o fim de proporcionar proteção e assistência a pessoas ameaçadas ou coagidas, em virtude de colaborarem com a investigação ou o processo criminal.

Dadas as características do programa, a proteção e a promoção dos direitos humanos das testemunhas e familiares vão além da proteção da prova, considerando a busca pela sobrevivência e dignidade de cidadãos que perpassam pelas ações para promover, de forma segura, a reinserção social das pessoas em condição de acolhimento.

Segundo o disposto no art. 7º da Lei Federal nº 9.807/1999, as medidas aplicáveis à pessoa protegida envolvem: a segurança na residência; escolta e segurança em descolamentos; acomodação provisória em local compatível com a proteção; preservação da identidade, imagem e dados pessoais; ajuda

financeira mensal para prover as despesas necessárias à subsistência individual ou familiar (teto a ser fixado pelo conselho deliberativo); suspensão temporária das atividades funcionais, quando servidor público ou militar; apoio e assistência social, médica e psicológica; sigilo em relação aos atos praticados; apoio do órgão executor do programa para o cumprimento de obrigações civis e administrativas que exijam o comparecimento pessoal.

A Política Estadual de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais, reconhecendo a necessidade do desenvolvimento de ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos, passou a integrar o Sistema Nacional de Assistência a Vítimas e a Testemunhas, que é composto pelo Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pela Lei Federal nº 9.807/1999 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 3.518/2000, assim como pelos Programas Estaduais de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas.

Vale mencionar que a operacionalização das ações do Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas se dá pelo Manual Geral de Procedimentos[10], que sistematiza as discussões e deliberações acumuladas entre os atores que o integram, dentre entes públicos e privados, e frente às demandas relacionadas ao atendimento dos casos de proteção, na esfera federal e estadual.

Em âmbito estadual, o programa se encontra estruturado em rede, cujos vários atores públicos e da sociedade civil atuam de forma integrada objetivando garantir a proteção à vida de cidadãos envolvidos em situação delituosa como vítimas, testemunhas ou colaboradores, como também ao seu núcleo familiar ocasionalmente atingido.

A SEDESE, enquanto órgão executor do PROVITA-MG, delega a responsabilidade da gestão do programa à Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos (DPRDH), à qual compete coordenar, planejar, executar, articular e avaliar as políticas de proteção e defesa de direitos humanos, exercendo o acompanhamento metodológico das ações do programa e o monitoramento da execução do plano de trabalho referente ao Termo de Colaboração firmado com a Organização da Sociedade Civil.

O Conselho Deliberativo (CONDEL) é a instância decisória superior do PROVITA-MG e tem como objetivo adotar medidas para a garantia da vida, da integridade física e da segurança pessoal de pessoas que estejam coagidas ou expostas à grave ameaça decorrente de sua colaboração com investigação criminal, processo penal, enquanto testemunha, vítima ou réu colaborador, nos termos do seu Regimento Interno (56597031).

A Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do PROVITA-MG é exercida pela DPRDH, por seu diretor ou por servidor por ele indicado, sendo-lhe atribuído o fornecimento do suporte administrativo e técnico para o desenvolvimento das ações do CONDEL.

Os membros do CONDEL são oriundos de instituições do Poder Público e da Sociedade Civil, tais como: Ministério Público, Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, Polícia Civil, Polícia Militar, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, Advocacia-Geral do Estado, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos, a própria OSC, enquanto entidade executora do programa. A presidência do Conselho é exercida pela atual Secretária-Adjunta de Estado de Desenvolvimento Social. (56597031)

2.1.1 Resultado das Análises

Face o exposto, tem-se que a análise da auditoria pertinente à etapa Descrição Geral do Programa permitiu concluir que o PROVITA-MG se encontra formalmente instituído, nos termos da Lei nº 13.495/2000 e do Decreto nº 41.140/2000.

Observa-se, entretanto, que as referências normativas apresentam divergências entre si, no que se refere à nomenclatura, aos objetivos, à composição do Conselho Deliberativo, além de haver atribuições estabelecidas para o CONDEL que não têm sido aplicadas ou cumpridas, ou mesmo, que necessitam de

adequação quanto a sua redação, segundo exposto pela equipe técnica durante as reuniões realizadas durante a execução do trabalho.

Saliente-se, ademais, que embora o decreto tenha por finalidade regulamentar uma lei existente, o Decreto Estadual nº 41.140 instituiu o programa em questão, tal qual como a Lei Estadual nº 13.495, e teve como referência a Lei Federal nº 9.807, de 13/07/1999. Não há menção à lei estadual no dispositivo.

O comparativo das inconsistências normativas mais relevantes segue demonstrado no Apêndice II (79157515) do presente relatório.

Não identificamos um Plano Estadual de Direitos Humanos atual e que estabeleça diretrizes voltadas para a garantia e expansão de políticas e programas de desenvolvimento sustentável acerca das condições básicas do direito à vida, segurança e justiça, e com vistas à redução das desigualdades regionais.

Tem-se, nesse sentido, que os processos de planejamento são imprescindíveis à implementação, à execução, ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas.

Outro aspecto a considerar é a importância quanto à sinergia de celebração e execução do instrumento jurídico de entrada de recursos do governo federal, em relação ao instrumento de execução do programa pela OSC, com vistas a mitigar possíveis riscos de descontinuidade ou de falhas na aplicação dos recursos ao público-alvo.

2.2 Diagnóstico do Problema

Esta etapa permitiu estabelecer o problema central do Programa, além da identificação de suas causas e consequências.

Elemento fundamental da etapa, foi elaborado o Diagrama da Árvore de Encadeamento Lógico ou Árvore de Problemas, considerando o modelo apresentado no Apêndice I (79157421), e cujo documento elaborado pela equipe técnica do PROVITA-MG foi validado após a apresentação do relatório preliminar (79155021), conforme abordado em tópico específico deste relatório.

A partir do referido Diagrama buscam-se definir as principais causas de problemas nas organizações, sendo essas causas definidas como condições que tornam provável a ocorrência de determinado problema que se deseja solucionar.

2.2.1 Resultado das Análises

A análise da auditoria pertinente a esta etapa permitiu concluir que o problema central, suas causas e consequências deverão ser reavaliados após a definição específica dos objetivos e atribuições do PROVITA-MG. Tem-se que esses aspectos foram definidos internamente pela equipe técnica do PROVITA-MG, de forma a possibilitar que os gestores do programa diferenciem os fatores que são causas e aqueles que são consequências do problema central durante a Avaliação Executiva.

Torna-se necessária, portanto, a reavaliação do Diagnóstico do Problema juntamente com a Subsecretaria de Direitos Humanos, para fins de validação.

Isso posto, tem-se que o Diagnóstico do Problema poderá ser utilizado como ferramenta de orientação para os gestores focarem nas causas do problema central em contraponto à minimização de suas consequências.

Vale destacar que a Avaliação Executiva possibilitou-nos inferir que há um baixo conhecimento da gestão sobre a execução do PROVITA-MG pela OSC, o que deverá ser trabalhado.

3. Recomendações

3.1 Revisar as normas jurídicas relacionadas ao PROVITA-MG, de forma a definir os objetivos e atribuições do programa, e ainda, avaliar quais as disposições estão sendo efetivamente aplicadas;

De acordo com a manifestação apresentada em 08/03/2024, mediante o Memorando.SEDESE/SUBDH-SPPPS-DPPRDH.nº 23/2024 (83531432), a Subsecretaria de Direitos Humanos expôs o seguinte:

> Cumpre informar que desde a Avaliação Executiva e as divergências apontadas, a Subsecretaria de Direitos Humanos iniciou discussões para revisão das legislações referentes ao Programa.
>
> Dito isso, será proposto um Grupo de Trabalho no Plano de Ação para aprofundamento da revisão normativa, de forma a avaliar quais as disposições estão sendo efetivamente aplicadas.
>
> Considera-se que o estabelecimento dos objetivos e das atribuições do PROVITA-MG em instrumento normativo a ser revisado resultará em maior segurança jurídica e possibilitará o estabelecimento de planejamento assertivo para o programa, bem como atenderá à sua finalidade, contribuir para garantia do direito à vida de pessoas que estejam ou possam vir a ser coagidas ou ameaçadas decorrente de sua colaboração em investigação criminal, processo penal ou investigação conduzida por comissão parlamentar de inquérito.

Análise da equipe de auditoria:

Depreende-se que a gestão acatou a medida em referência, cuja efetivação se dará pela instituição de Grupo de Trabalho com vistas à revisão e proposição de melhorias das normas que regem o PROVITA-MG, e que a ação deverá constar em Plano de Ação a ser elaborado pela gestão como resultado à expedição do presente relatório.

3.2 Reavaliar o problema central estabelecido para o programa e respectivas causas e consequências, após a definição específica dos objetivos e atribuições do PROVITA-MG;

Mediante o documento emitido pela SUBDH (83531432), foi-nos apresentado o Diagnóstico do Problema validado pelo então Subsecretário de Direitos Humanos, durante reunião para tratar da Avaliação Executiva do PROVITA-MG, ocorrida em setembro/2023. No mesmo sentido, informou-se que será proposta em Plano de Ação a reavaliação do problema central, causas e consequências, após a definição específica dos objetivos e atribuições do PROVITA-MG, e que deverá envolver o Conselho Deliberativo do Programa e Equipe Técnica.

O documento 'Diagnóstico do Problema' validado pela SUBDH segue demonstrado no Anexo Único (84133193) deste relatório.

Análise da equipe de auditoria:

Consideramos o documento validado pela gestão, porém, aguarda-se a reavaliação do problema central do Programa, cujo procedimento deverá ser contemplado em Plano de Ação, conforme aduzido pela SUBDH (83531432).

3.3 Adotar ações visando o fortalecimento da transparência relacionada ao PROVITA-MG, relativa a seus atos e/ou decisões;

Mediante o documento (83531432), foi-nos exposto o que se segue:

> Visando o fortalecimento da transparência relacionada ao PROVITA/MG, encontra-se no planejamento desta Pasta, a realização de um seminário na Semana de Direitos Humanos (dezembro) sobre o Programa e os outros Programas de Proteção, dando maior visibilidade e transparência (ressalvado o sigilo).
>
> Reforçamos que a Subsecretaria de Direitos Humanos conta com a contribuição desta Avaliação Executiva para o aperfeiçoamento do PROVITA/MG, com subsídios para que possam ser propostas, se necessário, recomendações com oportunidades efetivas de aprimoramento e correção de rumos.
>
> Também será proposto no Plano de Ação análise e produção de documento orientativo, visando garantir a gestão maior clareza sobre os documentos inerentes a execução do programa, bem como nível de sigilo de atividades e documentos.

Análise da equipe de auditoria:

Considera-se que a medida em questão será contemplada em Plano de Ação a ser elaborado pela gestão, inclusive no que se refere à transparência quanto à execução do programa.

Por oportuno, informa-se que esta equipe de auditoria está à disposição para apoiar a gestão com vistas à obtenção de melhorias ao Programa ora avaliado.

3.4 Estabelecer medidas para o fortalecimento da governança relacionada ao programa avaliado, sendo definidas ações para o estabelecimento de um planejamento alinhado com as diretrizes estratégicas da organização, assim como o aperfeiçoamento das ações relacionadas ao controle.

Ao final, o documento SEI 83531432 se manifesta sob o seguinte aspecto:

> Será proposto no Plano de Ação a construção de uma matriz de monitoramento e avaliação de governança, revisão contínua dos fluxos de orientação, monitoramento e avaliação, visando aumentar a eficiência do trabalho.
>
> Cabe informar que não foi verificado no Relatório Preliminar de Auditoria nº 1433754 - e-Aud (79155022) e respectivos apêndices (79157421, 79157515) informações que ferem o disposto no §5º do art. 2º da Lei Federal nº 9.807/99[11].
>
> Esclarece-se que os documentos produzidos pela Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos não foram validados pela Subsecretaria de Direitos Humanos e disponibilizados até a data de emissão do referido relatório, tendo em vista a mudança na gestão e o curto prazo para nova análise dos documentos. No entanto, esta Subsecretaria se compromete a apresentar a versão final e validada durante a execução das recomendações conforme afiançado em reunião realizada no dia 06/03/2024.
>
> Reiteramos o nosso compromisso histórico com a manutenção e o desenvolvimento dessa importante política de proteção.

Análise da equipe de auditoria:

Além de relatar sobre a ausência de eventuais informações sigilosas trazidas pelo Relatório Preliminar nº 1433754 (79157421) para a conseguinte divulgação do teor do presente documento, em sua integralidade, como também acerca da justificativa apresentada pela não validação pela gestão dos documentos elaborados pela equipe técnica do PROVITA-MG, a Subsecretaria de Direitos Humanos ratificou a proposição de Plano de Ação objetivando a adoção das medidas propostas e o aprimoramento do programa.

Em síntese, infere-se que há a pretensão da gestão para que as medidas em referência sejam implementadas, mediante a instituição de Grupo de Trabalho e a elaboração de Plano de Ação, conforme ponderado no Memorando.SEDESE/SUBDH-SPPPS-DPPRDH.nº 23/2024 (83531432). Contudo, considerando que as recomendações originalmente propostas no Relatório Preliminar nº 1433754 (79155022) se referem a ações a implementar, essas permanecem no presente documento.

4. Conclusão

Os resultados obtidos com a Avaliação Executiva indicam a existência de pontos passíveis de melhorias no programa avaliado, que devem ser tratadas, notadamente, aquelas relacionadas às atividades de normatização, planejamento, controle, monitoramento.

O estabelecimento dos objetivos e das atribuições do PROVITA-MG em instrumento normativo a ser revisado resultará em maior segurança jurídica e possibilitará o estabelecimento de planejamento assertivo para o programa, e possibilitando a reavaliação do seu problema central, causas e consequências.

A adoção de procedimentos padronizados e a reprodução, quando cabíveis, das melhorias identificadas durante este trabalho aos demais programas da Política de Direitos Humanos instituídos por lei estadual, mormente, quanto ao Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) e ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), irão beneficiar o alinhamento das atividades exercidas.

Em relação ao gerenciamento de riscos, segundo informações fornecidas pela equipe técnica da DPRDH, é a de que a Matriz de Riscos do PROVITA-MG estaria em fase de finalização, representando, portanto, um benefício do controle obtido durante a Avaliação Executiva.

E voltado para a Política de Direitos Humanos, também, de Segurança Pública, cujo público-alvo, por vezes, sofre com o crime e conseguintes ameaças quando em colaboração com a justiça, o PROVITA-MG, como política de defesa da vida, pretende obter um número cada vez maior de testemunhas que possam contribuir com seus depoimentos e, com isso, reduzir a violência a longo prazo. Há de se solidificar, assim, o caráter eminente de proteção à vida do programa, ponderando sobre a relevância do usuário do programa para a produção de prova e conseguinte elucidação de crimes.

Insta salientar, ante o exposto, que a consultoria em questão não contemplou todas as etapas metodológicas, considerando a inviabilidade em prosseguir com questões mais abrangentes sem que se tenham discutido exaustivamente o(s) objetivo(s) do PROVITA-MG e as inconsistências normativas identificadas; o que não obsta que futuramente a ação tenha continuidade, caso seja a intenção da Alta Administração da Secretaria.

Há de se destacar, por fim, segundo a percepção da equipe de auditoria, os esforços empreendidos pela Diretoria de Políticas de Proteção e Reparação dos Direitos Humanos para executar o programa, de forma a possibilitar a preservação e o exercício de proteção à vida à população assistida pelo PROVITA-MG.

Sendo assim, a fim de explicitar as medidas que serão efetivamente tomadas pela gestão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com vistas a solucionar as inconsistências apontadas neste relatório, e em consonância com o explicitado no Memorando.SEDESE/SUBDH-SPPPS-DPPRDH.nº 23/2024 (83531432), propõe-se o o desenvolvimento de plano de ação, conforme modelo reproduzido no Apêndice III (84133108), cuja documentação deverá ser apresentada em um prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos itens 341 e 342 - Anexo, da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021.

Soraia Cristina Soares de Oliveira

Masp 1.164.101-6

Coordenadora do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - NATI

De acordo.

Rejane Márcia de Carvalho

Masp 1.164.197-4

Controladora Setorial - SEDESE

Apoio Técnico:

Armando Noé Carvalho de Moura Júnior

Masp 1.229.228-0

Superintendente Central de Auditoria em Programas, Gestão de Riscos, de Pessoal e Previdência

---

[1] Lei Estadual nº 24.313, de 28/04/2023: Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado.

Art. 46 - A CGE, órgão permanente diretamente subordinado ao Governador do Estado, tem por finalidade o exercício das funções de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos da Constituição do Estado, e das atividades atinentes à defesa do patrimônio público, ao controle interno, à auditoria pública, à correição, à prevenção e ao combate à corrupção, ao incremento da transparência e do acesso à informação e ao fortalecimento da integridade, do controle social e da democracia participativa.

§ 1º - **A CGE tem como competências**:

I - estabelecer normas e procedimentos de auditoria, correição, transparência, integridade e controle social a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública;

II - realizar atividades de auditoria e fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, patrimonial, de pessoal e de recursos externos e nos demais sistemas administrativos e operacionais;

III - avaliar o cumprimento e a efetividade dos programas de governo;

(...)

IX - orientar tecnicamente, coordenar e supervisionar as ações de auditoria, correição, transparência, integridade e controle social desenvolvidas pelas unidades setoriais e seccionais; (...) (grifos nossos)

[2] Lei Estadual nº 13.495, de 05/04/2000: Institui o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais.

[3] Decreto Estadual nº 41.140, de 27/06/2000: Institui o Programa Estadual de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA-MG.

[4] Lei Federal nº 9.807, de 13/07/1999: Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

[5] Decreto Federal nº 7.037, de 21/12/2009: Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3

Art. 2º O PNDH-3 será implementado de acordo com os seguintes eixos orientadores e suas respectivas diretrizes:

(...)

IV - Eixo Orientador IV: Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência:

a) Diretriz 11: Democratização e modernização do sistema de segurança pública;

b) Diretriz 12: Transparência e participação popular no sistema de segurança pública e justiça criminal;

c) Diretriz 13: Prevenção da violência e da criminalidade e profissionalização da investigação de atos criminosos;

d) Diretriz 14: Combate à violência institucional, com ênfase na erradicação da tortura e na redução da letalidade policial e carcerária;

e) **Diretriz 15: Garantia dos direitos das vítimas de crimes e de proteção das pessoas ameaçadas**; (grifamos)

ANEXO

Objetivo estratégico II:

Consolidação da política de assistência a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

Ações programáticas:

a)Propor projeto de lei para aperfeiçoar o marco legal do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, ampliando a proteção de escolta policial para as equipes técnicas do programa, e criar sistema de apoio à reinserção social dos usuários do programa.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

b)Regulamentar procedimentos e competências para a execução do Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, em especial para a realização de escolta de seus usuários.

Responsáveis: Ministério da Justiça; Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

c)Fomentar a criação de centros de atendimento a vítimas de crimes e a seus familiares, com estrutura adequada e capaz de garantir o acompanhamento psicossocial e jurídico dos usuários, com especial atenção a grupos sociais mais vulneráveis, assegurando o exercício de seus direitos.

Responsáveis: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República

d)Incentivar a criação de unidades especializadas do Serviço de Proteção ao Depoente Especial da Polícia Federal nos Estados e no Distrito Federal.

Responsável: Ministério da Justiça**;** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

e)Garantir recursos orçamentários e de infraestrutura ao Serviço de Proteção ao Depoente Especial da Polícia Federal, necessários ao atendimento pleno, imediato e de qualidade aos depoentes especiais e a seus familiares, bem como o atendimento às demandas de inclusão provisória no programa federal.

Responsável: Ministério da Justiça

[6] Disponível pelo link: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita#:~:text=O%20Programa%20Federal%20de%20Assist%C3%AAncia,investiga%C3%A7%C3%A3o%20ou%20o%20processo%20criminal

[7] Em consulta realizada na data de 09/10/2023 à página do PROVITA do Governo Federal, mediante o link https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita/entenda-o-funcionamento-do-programa, verificou-se que a sigla de Minas Gerais não constava entre os estados em que a política está presente, tendo sido solicitada correção, via ferramenta 'reportar erro'.

[8] Convênio nº 004/2019, que celebram entre si o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, com a interveniência da Secretaria de Estado de Governo de Minas Gerais.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - DA CONCEDENTE (SNPG/MMFDH): R$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) (...);

II- DA CONVENENTE (SEDESE): R$ 8.411.160,26 (oito milhões, quatrocentos e onze mil cento e sessenta reais e vinte e seis centavos) (...).

[9] Atual Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos do Ministério Dos Direitos Humanos e da Cidadania.

[10] Manual Geral de Procedimentos, publicado através da Portaria SDH nº 1.772, de 16 de agosto de 2011, busca privilegiar e fortalecer o modelo de parceria estabelecido, baseado em um processo de diálogo entre poder público e sociedade civil, respeitando a autonomia, a igualdade e a independência dos órgãos envolvidos, essencial para o desenvolvimento qualitativo de um projeto deste porte, que pretende contribuir com a justiça e a segurança pública e assegurar direitos humanos para testemunhas, vítimas ameaçadas e seus familiares. (Fonte: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita/legislacao e Edição 2020, com versão atualizada em 11/11/2022, disponível no link https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoas-ameacadas-de-morte/acoes-e-programas/programa-de-protecao-a-vitimas-e-testemunhas-ameacadas-provita/publicacoes)

[11] Lei Federal nº 9.807, de 13/07/1999: Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal.

Art. 2o A proteção concedida pelos programas e as medidas dela decorrentes levarão em conta a gravidade da coação ou da ameaça à integridade física ou psicológica, a dificuldade de preveni-las ou reprimi-las pelos meios convencionais e a sua importância para a produção da prova.

(...)

§ 5o As medidas e providências relacionadas com os programas serão adotadas, executadas e mantidas em sigilo pelos protegidos e pelos agentes envolvidos em sua execução.

Documento assinado eletronicamente por **Soraia Cristina Soares de Oliveira**, **Auditor(a)**, em 15/03/2024, às 08:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Rejane Marcia de Carvalho**, **Controlador(a)**, em 15/03/2024, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Armando Noe Carvalho de Moura Junior**, **Superintendente**, em 15/03/2024, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **84131342** e o código CRC **780233E7**.

Referência: Processo nº 1520.01.0012736/2022-09 SEI nº 84131342

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Controladoria Setorial-SEDESE

Relatório de Auditoria CGE/CSET_SEDESE nº. 4/2024

Belo Horizonte, 23 de abril de 2024.

Relatório de Auditoria nº 1474754 - e-Aud

Processo nº 1474744 - e-Aud

I - Introdução

Em cumprimento ao Plano de Atividades de Controle Interno - PACI, procedemos à avaliação da estrutura e dos controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias celebradas com a SEDESE, com foco nos instrumentos celebrados com as Organizações da Sociedade Civil (OSC) regidas pelo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), como também foi dado prosseguimento à avaliação quanto ao acompanhamento da execução das parcerias, que inclui os convênios de recursos repassados mediante emendas parlamentares em 2021, em consonância com o disposto no Decreto Estadual nº 47.132/2017 e no Decreto Estadual nº 43.619/2013, e cuja análise foi iniciada no exercício de 2022.

Nesse contexto, tem-se que o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foi instituído pela Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014, que trata do estabelecimento do regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, e teve sua vigência iniciada em janeiro/2016 por intermédio da Lei Federal nº 13.204, de 14/12/2015. Em âmbito estadual, a regulamentação da citada Lei nº 13.019 se deu pelo Decreto nº 47.132, de 20/01/2017.

Segundo o previsto nas normas supramencionadas, essas parcerias são celebradas entre o órgão ou entidade estadual parceiro e a OSC, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto previamente estabelecido em plano de trabalho. Os instrumentos regidos pelo MROSC podem ser classificados como: termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação técnica.

No caso dos convênios de saída - cujos ajustes, objeto de análise neste trabalho, foram regulamentados pelo Decreto Estadual nº 46.319/2013[1] - os termos são celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública do Poder Executivo Estadual com outro órgão ou entidade pública, com consórcios públicos ou entidades privadas sem fins lucrativos, por meio de recursos consignados no orçamento estadual, para a realização de programa, projeto, atividade, reforma ou obra, serviço, evento ou aquisição de bens, cuja finalidade também atende a interesse público e recíproco.

O presente trabalho foi previsto no Plano Tático 2022-2023 da Auditoria-Geral do Estado (AUGE/CGE) e decorreu do fato de que a SEDESE está entre os órgãos que apresentaram maior participação na celebração de convênios e parcerias regidas pelo MROSC nos últimos anos.

Assim, a primeira etapa do trabalho teve como referência a Orientação Técnica AUGE/SCFCTR/DCFTR nº 01/2022 (57689299 - SEI 1520.01.0014250/2022-65), elaborada pela atual Diretoria Central de Auditoria de Políticas de Segurança Pública, Desenvolvimento Social e Econômico, vinculada à Superintendência Central de Auditoria de Políticas de Desenvolvimento, Governo e Segurança[2], da Auditoria-Geral - AUGE/CGE, e que traz as diretrizes e procedimentos - Matriz de Avaliação (57608913) para subsidiar a análise do grau de maturidade da estrutura e dos controles internos da transferência de recursos por meio de convênios e parcerias celebrados entre as Organizações da Sociedade Civil (OSC) e os órgãos e entidades estaduais.

A metodologia desenvolvida se baseou no estudo da legislação aplicável em âmbito estadual e na identificação de modelos de referência e boas práticas sobre a matéria, adotadas no setor público brasileiro, e se refere ao desdobramento da Orientação Técnica AUGE/SCFCTR/DCFTR nº 001/2021 (32387257 - SEI 1520.01.0006562/2021-64), que forneceu às Controladorias Setoriais e Seccionais do Poder Executivo estadual as diretrizes sobre o monitoramento do passivo das prestações de contas dos termos de convênios de saída e parcerias, cujo resultado foi apresentado mediante a emissão em 30/12/2021 da Nota de Auditoria nº 1127296 (45523065 - SEI 1520.01.0004467/2022-75).

Informa-se, ainda, que a metodologia foi estruturada em eixos de avaliação segregados em 05 (cinco) componentes da estrutura e de controles internos da gestão disciplinados na Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021, a saber: ambiente de controle; atividades de controles internos; avaliação de risco; monitoramento; informação e comunicação.

Como resultado dessa avaliação, espera-se contribuir para o aprimoramento e melhoria dos processos internos, aperfeiçoamento dos controles administrativos e a minimização dos riscos dos processos a níveis aceitáveis.

A segunda etapa do trabalho consistiu no prosseguimento das análises quanto ao acompanhamento dos instrumentos de saída de recursos repassados mediante emendas parlamentares no ano de 2021, tendo em vista que os respectivos estágios de execução das despesas e prestação de contas estavam incipientes à época de sua avaliação.

O trabalho relativo às emendas parlamentares foi iniciado em 2022, por demanda do Gabinete da SEDESE, tendo sido emitida em 23/09/2022 a Nota de Auditoria nº 1261091 (53549584 - SEI 1520.01.0007845/2022-49) contendo os resultados preliminares da avaliação concernente ao acompanhamento da execução de 04 (quatro) convênios e parcerias. Foram expedidas recomendações relacionadas a: cobrança de valores correspondentes a rendimento de recurso repassado à OSC Parceira, aplicado intempestivamente, e de tarifas bancárias debitadas na conta específica do Termo de Fomento nº 1481000845/2021; expedição de nova notificação aos convenentes dos Termos de Convênio nº 836/2021, nº 1012/2021 e nº 1850/2021, fixando o prazo máximo para a apresentação dos relatórios de monitoramento de metas; e o acompanhamento pelas unidades responsáveis e gestores dos instrumentos, acerca das ações, metas e prazos determinados para os instrumentos, visando o regular cumprimento do objeto pactuado e da legislação vigente.

Por conseguinte, foram acostados pela gestão documentos datados a partir de 23/09/2022 com vistas a demonstrar as providências adotadas para saneamento das ocorrências, cuja avaliação pela unidade de controle foi realizada em complementação às análises registradas na Nota de Auditoria nº 1261091, conforme apontamentos efetuados em seção específica deste relatório.

O trabalho em questão teve como escopo verificar o grau de maturidade da estrutura e dos controles internos da transferência de recursos por meio de convênios e parcerias celebrados com as Organizações da Sociedade Civil (OSC), segundo as orientações técnicas expedidas pela Auditoria-Geral - AUGE/CGE - e mediante a aplicação de matriz de avaliação, assim como dar continuidade à avaliação quanto ao acompanhamento dos instrumentos de saída de recursos repassados mediante emendas parlamentares no ano de 2021, selecionados em amostra, e cujas análises compreenderam o período de 05/06/2023 a 29/12/2023.

Nossos exames foram realizados consoantes normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

Registre-se que, em 06/02/2024, foi emitido o Relatório Preliminar de Auditoria nº 1474753 (81633881), contendo o resultado prévio acerca da avaliação em questão, por meio do qual foi concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para atendimento às recomendações ou a apresentação de justificativas em documento formalizado, nos termos do item 345 contido no Anexo da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021.

E após solicitação de dilação de prazo pela gestão (83338649), foi emitido em 12/04/2024 o Memorando.SEDESE/SUBPG-AP.nº 27/2024 (85488372) encaminhando a Nota Técnica nº 1/SEDESE/SUBPG-AP/2024 (84839595) e documentação pertinente, cujos apontamentos acerca das ações e justificativas apresentadas serão considerados adiante, nos respectivos achados do presente relatório.

II - Legislação Consultada

· Lei Federal nº 13.019, de 31/07/2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nº 8.429, de 02/06/1992, e 9.790, de 23/03/1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204/2015);

· Decreto Estadual nº 46.319, de 26/09/2013 - Dispõe sobre as normas relativas à transferência de recursos financeiros da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, mediante convênio de saída; (vigente até 30/12/2023)

· Decreto Estadual nº 47.132, de 20/01/2017 - regulamenta a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nos 8.429/1992, e 9.790/1999;

· Decreto Estadual nº 48.138, de 17/02/2021 - Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Convênios, Portarias e Contratos do Estado de Minas Gerais - SIGCON, no âmbito do Poder Executivo;

· Decreto Estadual nº 48.660, de 28/07/2023 - Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;

· Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 04, de 16/09/2015 - Dispõe sobre a regulamentação do Decreto nº 46.319, de 26/09/2013, e alterações; (vigente até 09/02/2024)

· Resolução SEDESE nº 01, de 06/01/2022 - Dispõe sobre amostragem, fluxo e os procedimentos de monitoramento e prestação de contas das parcerias celebradas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, sob a égide da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

Diante dos exames realizados, apresentamos a seguir as proposições de medidas à SEDESE, no que se refere àquelas ações que estão em fase de implementação ou a implementar conforme estabelecidas nos planos de ação 72789878 e 84839595 , assim como as recomendações que deverão ser adotadas pela gestão, a saber:

MEDIDAS EM ANDAMENTO SEGUNDO A DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AOS AUTOS:

- Mapear o processo de trabalho de convênios e parcerias a fim de possibilitar o trabalho de identificação e gerenciamento dos riscos relacionados aos objetivos do processo, para mitigar, sobretudo, os riscos relevantes (altos ou extremos);

- Reavaliar os critérios de priorização da análise de prestações de contas do passivo existente sob os aspectos da efetividade e eficiência, considerando o valor representativo em conta contábil e a permanência de processos pendentes de análise consideravelmente antigos;

- Efetuar o monitoramento acerca do depósito tempestivo da contrapartida e da notificação à entidade parceira, caso o procedimento não tenha sido efetuado.

- Dar prosseguimento às ações contidas no plano, de forma a implementar mecanismos para adoção de seleção amostral sobre o monitoramento e avaliação das parcerias, em consonância com as normas atualmente vigentes.

- Solicitar à OSC que apresente contratos firmados com fornecedores devidamente assinados.

- Solicitar à OSC que providencie junto a seus fornecedores a discriminação correta dos serviços prestados.

- Solicitar à OSC que providencie junto a seus fornecedores notas fiscais contendo o detalhamento dos serviços prestados.

- Que a OSC justifique o valor pago relativo à nota fiscal superior àquele previsto em contrato e com período divergente. Na impossibilidade, proceder à restituição do valor.

- Que a OSC justifique o valor pago acima do valor previsto para item no plano de trabalho. Na impossibilidade, proceder à restituição do valor.

- Que a OSC justifique a inexistência de contrato para o serviço prestado. Na impossibilidade, proceder à restituição dos valores pagos à empresa sem cobertura contratual.

- Solicitar à OSC justificativa para a divergência entre a contratação firmada com pessoa física e a apresentação de nota fiscal em nome da pessoa jurídica.

- Solicitar à OSC justificativa para a mesma data do contrato, da nota fiscal e do respectivo pagamento, tendo em vista que o pagamento das segunda e terceira parcelas deveria ocorrer em 30 e 60 dias após a assinatura do contrato.

- Solicitar à OSC a apresentação do contrato de prestação de serviços de elaboração de anteprojeto para os serviços executados.

- Solicitar à OSC que faça os recolhimentos do ISS com recurso próprio, uma vez que foi pago para a empresa os valores brutos das notas fiscais.

- Solicitar à OSC a apresentação da documentação das despesas executadas.

RECOMENDAÇÕES A SEREM ADOTADAS PELA GESTÃO DA SEDESE:

1. Dar prosseguimento às ações do Plano de Integridade da SEDESE com vistas a detectar e reduzir riscos de integridade nos convênios de saída e parcerias, e informar tempestivamente sobre a sua execução no SISPMPI.

2. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão na análise de documentos relativos à remuneração da equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos, no sentido de verificar a sua proporcionalidade ao serviço prestado e em conexão com os valores praticados no mercado, e segundo as convenções trabalhistas.

3. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão quanto à vedação de utilização de recursos estaduais em convênios de saída ou parcerias para contratar ou efetuar pagamento para fornecedores ou prestadores de serviço inscritos no CADIN-MG e/ou no CAFIMP.

4. Instituir instrumentos de avaliação de resultados para produção de informações gerenciais sobre convênios de saída e parcerias, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão pela alta gestão da SEDESE.

5. Que em instrumentos futuros sejam realizados estudos técnicos para subsidiar o planejamento, de forma a avaliar a viabilidade das ações e metas a serem contempladas em plano de trabalho.

6. Solicitar o extrato da conta específica da parceria e verificar se o recurso foi aplicado tempestivamente. Caso contrário, proceda-se à solicitação de restituição do valor ao erário.

7. Elaborar planos de trabalho com prazos factíveis de serem atendidos e guardar observância ao cronograma estabelecido tanto no plano de trabalho, quanto no instrumento celebrado.

8. Efetuar o acompanhamento e verificação da documentação apresentada para manifestação a todas as diligências expedidas mediante o Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64), ao término do prazo concedido pela gestão. Na ausência de providências pela OSC, adotar as medidas aplicáveis ao caso, de acordo com as disposições do Decreto 47.132/2017.

9. Solicitar à OSC a justificativa para contratação de despesa acima do valor previsto em plano de trabalho, referente aos itens A, B e C, acerca do Termo de Fomento Nº 1481000845/2021.

10. Solicitar à OSC justificativa para pagamento a menor ao da nota fiscal, referente ao item D, acerca do Termo de Fomento Nº 1481000845/2021.

11. Que as áreas técnicas e o gestor da parceria acompanhem de perto a execução dos instrumentos, inclusive das prestações de contas, de forma a verificar se há ocorrência em desfavor da entidade que impeça a continuidade do vínculo e em desacordo com o disposto no Decreto nº 47.132/2017.

12. Solicitar à OSC Parceira o ressarcimento do valor atualizado correspondente ao rendimento do recurso repassado, que foi aplicado intempestivamente.

13. Solicitar às entidades a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, que deverão ser corrigidos.

14. Solicitar às OSCs o ressarcimento dos valores, devidamente atualizados, relativos à multa de impostos recolhidos em atraso, assim como dos pagamentos efetuados em valor superior ao devido, conforme consta no Apêndice V (81648886) deste relatório.

15. Realizar o monitoramento dos instrumentos e realizar as diligências cabíveis até a conclusão das análises e ateste da regularidade de sua execução;

16. Inserir no Sistema SIGCON/MG os documentos atinentes aos convênios e parcerias, conforme determina a legislação vigente.

17. Monitorar, de forma tempestiva, os depósitos nas contas específicas dos convênios dos recursos relacionados à contrapartida. Na sua ausência, notificar o convenente.

18. Cobrar o depósito da contrapartida do Convenente relacionado no item 5 da amostra.

19. Solicitar ao convenente a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, os quais deverão ser corrigidos.

III - RESULTADO DOS EXAMES

A partir dos exames realizados sobre a avaliação dos componentes da estrutura de controle interno e, também, sobre as análises acerca do acompanhamento sobre a regularidade da aplicação dos recursos transferidos por instrumentos de repasse de recursos mediante emendas parlamentares por meio de convênios e parcerias dos processos selecionados em amostragem, a equipe de auditoria apresenta os seguintes resultados:

III.1 - 1ª Etapa: Avaliação da estrutura e dos controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias celebradas com a SEDESE, com foco nos instrumentos celebrados com as OSC regidas pelo MROSC.

De acordo com a Orientação Técnica AUGE/SCFCTR/DCFTR nº 01/2022 (57689299 - SEI 1520.01.0014250/2022-65), que trata da metodologia de avaliação, os objetivos dos cinco componentes[3] da estrutura de controles internos da gestão de convênios de saída e parcerias MROSC, se fundamentam em:

- Ambiente de Controle: Avaliar o ambiente organizacional quanto a condições de desenvolver, incentivar e manter uma cultura de integridade entre os servidores e terceiros com quem se relaciona.

- Atividade de Controle: Avaliar os mecanismos existentes de prevenção a inconformidades nos processos críticos: salvaguardar ativos, verificação e suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional, encorajamento da aderência às políticas com prevenção a fraudes e erros.

- Avaliação de Riscos: Avaliar se os órgãos e entidades possuem e aplicam, em sua rotina, políticas, procedimentos que possibilitam a detecção, avaliação e remediação de atos lesivos.

- Monitoramento: Verificar em que nível os órgãos e entidades estão alinhados, na prática, com as normas e os princípios no desenvolvimento de suas atividades.

- Informações e Comunicação: Avaliar as medidas tomadas pela organização que visam tornar visíveis para seus *stakeholders* as atividades e processos de tomada de decisões.

A avaliação se deu por meio da aplicação da Matriz de Avaliação com a execução de testes, tendo como objetivos:

- verificar a existência de ações, procedimentos e estruturas de controle para mitigar ou eliminar os riscos elencados,
- constatar em que nível de implementação as ações e estruturas se encontram.

Os benefícios esperados ao término do trabalho consistem em:

- Obter o grau de maturidade da gestão de convênios de saída e parcerias com OSC;
- Favorecer o prognóstico e o subsídio para a tomada de decisões relativas ao macroprocesso avaliado;
- Promover o aperfeiçoamento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos relacionados ao processo avaliado.

Nesta etapa, as unidades vinculadas à Subsecretaria de Planejamento e Gestão, em especial, a Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos, foram abordadas para obtenção de informações e documentos, tendo sido submetidas, a partir de 04/09/2023, questões relacionadas à Matriz de Avaliação. Também foram realizadas reuniões entre as referidas áreas e a equipe de auditoria objetivando uma melhor compreensão das ações da gestão, dos procedimentos e processos de trabalho. (72764129, 73564664, 76233221 - SEI 1520.01.0010727/2023-26)

De forma preliminar, insta considerar a reestruturação ocorrida na atual Subsecretaria de Planejamento e Gestão - SUBPG, decorrente da edição em 28/07/2023 do Decreto nº 48.660[4], cujas áreas vinculadas passaram a ter a incumbência de gerenciar a formalização e execução dos convênios e parcerias, do seu monitoramento e de avaliar as respectivas prestações de contas.

Tais mudanças foram ponderadas durante as análises procedidas e influenciaram, segundo a razoabilidade, o resultado obtido pela Matriz de Avaliação.

De acordo com as informações fornecidas no documento 73564664, expedido pela Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos - SCPC, as competências pela gestão e fiscalização dos convênios e parcerias da SEDESE foram centralizadas na Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias - DMGCP, unidade planejada para ter estrutura composta por corpo técnico de 10 (dez) fiscais e gestores, de modo a atuarem na gestão, monitoramento, acompanhamento e avaliação e fiscalização dos convênios e parcerias celebradas no âmbito de sua competência. Na Diretoria, 03 (três) profissionais possuem cargos diferenciados para atuar em processos mais complexos e servir como referência na unidade, sendo o número de servidores dimensionado como suficiente para absorver as referidas competências.

Para a composição das equipes, informou-se terem sido remanejados colaboradores da então Diretoria de Convênios e Parcerias e da Diretoria de Prestação de Contas de Convênios e Parcerias, para absorver experiência e competência técnica, e que a área atual foi estruturada para as demandas planejadas, segundo o histórico de execução, porém, 'sem considerar o passivo de análise de prestação de contas'. Somente no caso de demandas extras, em volume expressivo, deverá ser realizado um novo planejamento das atividades.

Isso posto, passamos às considerações da equipe de auditoria segundo os achados relacionados a seguir, cujo resultado da análise efetuada está sintetizado no Apêndice I (86826651) do presente documento, em que foi considerado o grau de maturidade global e por componente.

Do Componente "Ambiente de Controle"

Tendo sido verificada a existência de definição formal do agente público ou comissão responsável pela gestão e pela fiscalização do convênio/parceria, bem como das respectivas atribuições e responsabilidades, foi-nos relatado que, além das respectivas disposições em normas e em manual do Sistema SIGCON, após a publicação do Decreto nº 48.660/2023, foi criada a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias (DMGCP) com a centralização das competências, e que será alinhado com a Diretoria de Celebração de Convênios e Parcerias (DCCP) o fluxograma para os procedimentos e rotinas de comunicação e instrução dos servidores designados sobre suas atribuições e responsabilidades, considerando a competência à DMGCP acerca da gestão dos instrumentos celebrados, para que, durante a fase de análise e formalização do instrumento pela DCCP, esta provoque a DMGCP para comunicação, indicação e ciência do gestor ou fiscal habilitado para atuar no processo. Atualmente, o nome do gestor é informado na publicação do extrato dos termos.

Informou-se, ainda, que na Secretaria não existe critério estabelecido para escolha do gestor; em alguns casos específicos é indicado profissional habilitado para tal função, como no caso de obras e reformas.

No que tange às diretrizes aos servidores da Secretaria voltadas a prevenir, detectar e mitigar riscos de integridade nos convênios de saída e parcerias, tem-se que o Plano de Integridade (PI) da SEDESE propôs o desenvolvimento de ações relacionadas à matéria, em que se destacam:

- Ação 15 - Aprimoramento dos planos de trabalho
- Ação 16 - Padronização de instrumentos de monitoramento
- Ação 17 - Código de Ética e de Integridade para as entidades parceiras
- Ação 18 - Capacitação para o acompanhamento das parcerias
- Ação 19 - Capacitação para a análise das prestações de contas e para os procedimentos referentes ao ressarcimento ao erário
- Ação 20 - Previsão e controle sobre a execução do objeto do convênio

E em consulta realizada em 15/12/2023 ao Sistema SISPMPI[5], verificamos que, das 06 (seis) ações em referência, 04 (quatro) estavam com status “em andamento”, porém, não continham observações sobre a sua execução e/ou indicação de evidências que a comprovasse, estando as atividades sobrestadas a cerca de 6 (seis) meses. A Ação 15 apresentava o status “não inicializada” e a Ação 18 foi concluída indevidamente em relação aos objetivos previstos no PI.

A SCPC aduziu que as informações sobre o que foi executado foram inseridas no referido sistema, mas que houve atraso no planejamento e execução das ações e que a sua execução e monitoramento serão retomados, bem como o devido lançamento das informações e comprovações no SisPMPI.

Para além disso, foi-nos informado que não ocorreram ações direcionadas exclusivamente aos servidores que atuam com a temática de convênios e que a SUBPG compreende a necessidade de ampliar a atuação visando maior adesão dos servidores, regularidade dos treinamentos e capacitações e diversificação das temáticas abordadas.

Do Componente “Atividades de Controle Interno”

Quanto à existência de orientações e procedimentos definidos pela SEDESE para assegurar a suficiência do acompanhamento e fiscalização realizada pelo servidor ou equipe responsável, foi considerado que o atual corpo técnico da DMGCP ainda não foi plenamente composto, os atuais colaboradores estão em treinamento e a DMGCP vem trabalhando na construção de manuais acerca do monitoramento, acompanhamento, gestão e fiscalização dos convênios e parcerias.

Informou-se sobre a existência de controle interno no monitoramento e acompanhamento de convênios e parcerias no âmbito da competência de gestão da DMGCP e que tais procedimentos permeiam o controle de prazos dos gestores e fiscais dos instrumentos, como também os prazos para as entregas de relatórios de monitoramento dos convenentes e parceiros, para a entrega da prestação de contas, para a emissão de relatórios técnicos e pareceres para o efetivo acompanhamento e avaliação dos resultados. Que a Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável pela análise e homologação dos Relatórios Técnicos de Monitoramento e Avaliação (RTMA) emitidos pelos gestores, foi instituída pela Resolução SEDESE n° 38/2022[6], mas que a norma

deverá ser alterada para se adequar à nova disposição dos servidores da DMGCP. Quanto ao acompanhamento das parcerias, esse será realizado pelos gestores e fiscais daquela Diretoria.

Saliente-se, conforme se verifica no componente específico e na segunda etapa deste trabalho, em que foi procedido o exame dos processos selecionados em amostra, as ações de monitoramento dos instrumentos necessitam de uma supervisão mais efetiva de modo a detectar e efetuar ações corretivas.

No tocante aos critérios de priorização de análise das prestações de contas compatível com a avaliação de riscos, a gestão pontuou que atualmente são considerados primeiramente os processos alusivos ao período de 2019 a 2023, para que esses não se tornem passivos, como também são atendidas de forma prioritária as demandas advindas de órgãos externos, a exemplo do Ministério Público, Poder Judiciário, Tribunal de Contas. Posteriormente, são analisados os processos anteriores a 2019 e que contenham Relatórios de Cumprimento de Objeto.

A informação fornecida para reduzir o passivo existente, isto é, de processos anteriores a 2018, é de que a Secretaria vem utilizando o Plano de Ação criado em 2019, e que está em fase de planejamento e revisão do plano para monitorar e tratar esse passivo, diante das ações já realizadas. Esclareceu que, a partir de maio/2019 foram analisadas prestações de contas de 294 instrumentos; em 2020 foram 2.844 processos; em 2021 foram 1.966 processos; em 2022 foram 3.246; e até agosto/2023 foram analisados 2.030 processos.

De forma a demonstrar a atual situação do passivo existente na SEDESE, que inclui os fundos vinculados, apresentamos no Apêndice II (81648233) os saldos contábeis da rubrica 8.1.2.2.1.0.4 - Obrigações Conveniadas a Comprovar, dos exercícios de 2014 a 2023, conforme dados extraídos do Sistema B.O. SIAFI[Z].

Assim, o valor total na referida rubrica, no ano de 2018, corresponde a R$ 40.712.416,74 (quarenta milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e dezesseis reais, setenta e quatro centavos), tendo sido identificados registros a partir do ano de 1993, o que evidencia um passivo antigo e que requer atenção.

Do Componente "Riscos"

Foi-nos informado que, nos últimos anos, as matrizes de risco vêm sendo construídas a partir de demandas advindas da Controladoria Setorial com vistas ao aprimoramento do ambiente de controle, da execução e monitoramento das atividades, como também da gestão das informações e da comunicação.

Dentre as ações de prevenção destacadas para os riscos relevantes, foi identificada pela gestão a necessidade de capacitação interna e externa, tendo em vista a reestruturação e redimensionamento da força de trabalho da SEDESE, além do desenvolvimento e/ou aplicação de sistemas de controle de informação, de modo a garantir a eficiência e eficácia da gestão.

Esclareceu, ainda, que as ações para mitigar os riscos apontados pela Controladoria Setorial estão sendo realizadas, no entanto, não foi elaborado documento descrevendo-as, nem mesmo foi efetuada a consolidação desse resultado.

Quanto à existência de controles internos para avaliar a adequação da remuneração de equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos, no sentido de verificar a sua proporcionalidade ao serviço prestado e em conexão aos valores praticados no mercado, segundo as convenções trabalhistas, a gestão relatou que, no momento da análise técnica, é efetuada a solicitação de saneamento. Porém, não há documento formalizado estando em fase de elaboração documentos norteadores com o escopo contábil, que serão oportunamente objeto de capacitação da equipe.

No que se refere aos procedimentos e controles para monitorar e avaliar a gestão quanto ao rateio de despesas a fim de impedir pagamentos duplicados, em que pese a gestão ter relatado inexistir documento formalizado para tal e que eventual pagamento duplicado é detectado pelo monitoramento ou pela equipe prestação de contas, através da análise casuística, por meio da análise documental, releva pontuar sobre a existência de documento padronizado e

formalizado pela SEGOV para a apresentação de memórias de cálculo sobre o rateio das despesas no Relatório da Execução Financeira da prestação de contas, disponível pelo link https://sigconsaida.mg.gov.br/padronizacoes-parcerias/ e cuja análise é efetivada para a emissão do parecer financeiro sobre as contas.

Do Componente "Monitoramento"

No que se refere à existência de controle para atuar na prevenção de pagamento vedado pela legislação, foi-nos relatado pela gestão, especificamente, acerca das ocorrências em anos eleitorais, de que os pagamentos durante esse período são realizados somente após a emissão de parecer da Advocacia-Geral do Estado e da Secretaria de Estado de Governo, e caso não seja formalizado parecer, as decisões quanto às restrições legais são realizadas pela SEDESE, após entendimento com aqueles Órgãos. A partir desse alinhamento são estabelecidos procedimentos específicos para o período, mediante declarações adicionais por parte dos parceiros, notas técnicas emitidas pela área técnica responsável pela parceria, notas jurídicas ou outros documentos pertinentes. (76233221)

Cumpre-nos informar, lado outro, que em ação de auditoria resultante na emissão em 30/06/2023 do Relatório de Auditoria nº 1312496 (68781248), cujo objeto consistiu em avaliar os recursos de incentivo financeiro direcionados ao Programa de Aprimoramento da Rede Socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Programa Rede Cuidar, constatamos pagamentos com tarifas bancárias nos extratos das contas específicas atinentes a instrumentos celebrados com entidades socioassistenciais, e cujos documentos relativos à prestação de contas foram apresentados de forma incompleta ou não foram disponibilizados, não tendo sido, ademais, adotadas medidas para o seu saneamento.

Toma-se como exemplo o Termo de Colaboração nº 3106203302169/2019, em que a entidade parceira se encontrava inadimplente quanto à apresentação de documentos relativos à prestação de contas final, e mesmo sem resposta às notificações expedidas pela área técnica há mais de um ano, não se identificou, no respectivo processo, a adoção das medidas cabíveis estabelecidas no Decreto nº 47.132/2017. Outrossim, quanto ao Termo de Colaboração nº 3106203300043/2019, ainda que tenha sido expedida nova notificação em data mais recente (14/06/2023), o primeiro comunicado encaminhado à entidade alertando-a sobre a ausência da prestação de contas data de 07/04/2022, e durante esse lapso de tempo, não foi identificado o envio de documentos pela Entidade, nem mesmo contato por parte da área técnica para solução da pendência; o que denota falhas de controle.

Em manifestação ao citado relatório de auditoria, foi-nos justificado em 27/07/2023 que, no caso de cobranças indevidas, essa verificação é realizada pelo setor de prestação de contas, por não ser competência da área técnica a análise financeira pormenorizada, e que, em 05/09/2023, os procedimentos estariam sob análise e providências pela então Diretoria de Prestação de Contas. (70384323, 72786410)

Quanto ao controle para verificar a participação em licitação ou a contratação de fornecedor/prestador de serviço que conste no Cadastro Informativo de inadimplência ou impedidos de licitar com a Administração Pública, a gestão aduziu sobre procedimento a ser verificado, todavia, as informações não foram suficientes para inferir que tal controle é efetivo, conforme seguem transcritas (76233221:

> Considerando o acompanhamento dos gestores e fiscais sobre os instrumentos de sua responsabilidade, bem como a análise da documentação enviada ou solicitada por estes agentes, será verificada a compatibilidade da documentação, e caso sejam constatadas inconsistências quanto à contratação de fornecedor ou prestador de serviço com penalidades, o gestor ou fiscal será instruído a atuar em diligência, uma vez que o monitoramento constitui-se da coleta e análise de informações regulares, a fim de identificar o bom andamento de um projeto ou atividade, bem como constatar a necessidade de possíveis ajustes ou alterações em prol do alcance dos objetivos previamente estabelecidos.

De forma análoga, considerando a previsão de contrapartida para os convênios celebrados com os municípios selecionados em amostra[8], verifica-se que não foi depositado na conta específica do Convênio nº 1481001012/2021 o respectivo valor pertinente ao município de Santa Luzia, não tendo sido identificada nos autos a cobrança ao convenente pela gestão.

Conforme pontuado no item III.2.7.1, adiante, identificamos para o Termo de Fomento (TF) nº 18200001845/2021, também selecionado em amostra, que o recurso repassado foi aplicado de forma intempestiva, cujos juros auferidos sobre o valor permanecido em conta deverá atualizado e ressarcido ao erário.

Citamos, novamente, o Relatório de Auditoria nº 1312496 (68781248), atinente à instrução processual e aos procedimentos relacionados ao monitoramento e prestação de contas das parcerias celebradas no âmbito do Programa Rede Cuidar, e mediante o qual, foram expedidas 23 (vinte e três) proposições à gestão. Dessas medidas, 13 (treze) se referem a parcerias regidas pelo Decreto nº 47.132/2017, que estão em fase de implementação ou a implementar, e inclui a necessidade de observância e aplicação da Resolução SEDESE nº 01/2022, no que tange à seleção amostral para monitoramento e avaliação das parcerias MROSC, conforme abordado adiante, no item III.2.1.

Do Componente "Informação e Comunicação"

Atinente à existência de ferramentas de avaliação da eficácia das ações e do desempenho do processo de trabalho, objetivando a produção de informações gerenciais sobre convênios de saída e parcerias para subsidiar a tomada de decisão no âmbito da Secretaria, foi-nos informado que a Subsecretaria de Planejamento e Gestão tem atuado para consolidar ferramentas e fluxo de trabalho, juntamente com as áreas envolvidas, para o mapeamento anual das celebrações desses instrumentos.

Em vista do exposto e segundo os parâmetros utilizados, a avaliação da estrutura e dos controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias com OSC celebradas pela SEDESE obteve um grau de maturidade global de 66,2% (sessenta e seis vírgula dois por cento), após reclassificação[9], apresentando nível Satisfatório de maturidade, conforme demonstrado no Apêndice I (86826651) deste relatório.

Percebe-se, pela análise procedida, o alinhamento em relação aos componentes em grau Satisfatório, no que se refere ao "Ambiente de Controle" e "Atividades de Controle Interno" e, em nível Mediano, identificou-se uma similaridade quanto aos índices obtidos para os componentes "Avaliação de Riscos", "Monitoramento" e "Informação e Comunicação".

Vale ressaltar que os achados atinentes às parcerias que foram objeto de análise neste trabalho, conforme seguem relacionadas na etapa subsequente, também serviram para evidenciar o resultado obtido para a Matriz de Avaliação, segundo se apresenta no Apêndice I (86826651) do presente relatório.

Manifestação da gestão mediante a Nota Técnica nº 1/SEDESE/SUBPG-AP/2024 (84839595):

No que se refere à continuidade das ações contidas no Plano de Integridade da SEDESE, notadamente, quanto àquelas de nº 15 a 20, segundo descritas acima, foi-nos informado que:

> (...) registramos que a Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos - SCPC e a Assessoria de Projetos - AP **estão atuando para o desenvolvimento das ações**, no âmbito das competências de cada setor. Destacamos a relevância das temáticas apresentadas em

cada ação que servem de subsídio para revisão e melhoria dos processos e fluxos de trabalho internos.

Informamos que durante o período de 04/03/2024 a 08/03/2024 foi realizada capacitação com o intuito de nivelar o conhecimento dos servidores que compõem as equipes da Diretoria de Celebração de Convênios e Parcerias - DCCP; Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias - DMGCP e Diretoria de Prestação de Contas - DCP; conforme material anexo *(Id.* 85050919*)*.

Importante mencionar que faz parte da vivência da equipe a disponibilidade de uma formação contínua que visa agregar a cada integrante o conhecimento necessário ao desenvolvimento de suas atividades, contemplando as diversas temáticas que envolvem o processo desde a celebração, passando pelo acompanhamento e monitoramento até a prestação de contas e ressarcimento ao erário (PACE-Parcerias) dos convênios e parcerias. Deste modo, informamos que há previsão de realização de outras capacitações dos servidores da SCPC, principalmente no segundo semestre de 2024.

Na intenção de também instruir o parceiro que firma instrumentos com a SEDESE, registramos que está em elaboração pela DMGCP, um Manual de *"Boas práticas à execução das parcerias",* conforme minuta anexa *(Id.* 85068028*).* Após revisão, finalização e validação, o documento será amplamente divulgado, bem como será encaminhado para as OSC's juntamente com o comunicado que hoje a DMGCP realiza no início da parceria para informar sobre o pagamento efetuado pelo Estado no âmbito do instrumento, vide modelo anexo *(Id.* 85072757*)* (grifamos)

Observa-se que o modelo do documento 85072757 comunica ao responsável pela entidade parceira sobre a efetivação do recurso pactuado e a necessidade de que esse seja investido em aplicação financeira. Informa quanto à necessidade de acompanhamento dos extratos bancários para evitar a realização de despesas vedadas pela legislação vigente, como também da apresentação de documento de monitoramento e do cadastramento de representantes, além de serem disponibilizados *links* contendo documentação concernente à execução das parcerias.

Já a minuta 85068028 traz orientações a partir de questionamentos elaborados pela gestão para a procedimentos relacionados à execução de convênios/parcerias com abordagens acerca da utilização e aplicação dos recursos; depósito da contrapartida; modelo, periodicidade e localização de documentação a ser encaminhada e que inclui a fase de prestação de contas; etapa posterior à escolha do fornecedor/prestador de serviços; meios de comprovação do alcance de finalidade; alteração na execução do plano de trabalho por termo de aditamento.

Com este documento será possível atuar de modo preventivo junto às OSC's, uma vez que no material há orientações sobre ressalvas recorrentes identificadas na execução das parcerias, especialmente relativas à correta utilização e aplicação dos recursos. Futuramente será elaborado também um documento de boas práticas à execução de convênios.

Insta pontuar que diante das recomendações da Auditoria **a DMGCP também irá adotar nas rotinas de monitoramento o acompanhamento quanto ao depósito tempestivo de contrapartida pela Entidade, bem como atuará em diligências e notificações nos casos observados em que os devidos depósitos não forem observados**.

Ainda no que tange à execução e monitoramento, a DMGCP tem atuado na elaboração de mecanismos de controle para auxiliar no acompanhamento e análise dos Relatórios de Monitoramento, mediante **criação de Chek-list padronizado a ser adotado pelo gestor da parceria a fim de avaliar critérios taxativos sobre o bom cumprimento da execução do objeto do instrumento**, conforme proposta anexa *(Id.* 85101495*).* (grifos nossos)

Quanto ao mapeamento do processo de trabalho de convênios e parcerias a fim de possibilitar o trabalho de identificação e gerenciamento dos riscos, como também sobre os critérios de priorização da análise de prestações de contas do passivo existente, tem-se o seguinte:

> **Com a intenção de não gerar mais passivos**, está em desenvolvimento a resolução para instituir o processo amostral das parcerias que visa delimitar o universo de análise das prestações de contas sempre **considerando os critérios de risco** possíveis durante a execução das parcerias. Essa atividade encontra-se em andamento e pode ser acompanhada mediante do Processo SEI *1520.01.0010211/2022-90,* assim como as demais ações prevista no Plano de Ação *(Id.* 72789878*).* (grifamos)

Insta esclarecer que o referido plano de ação (72789878 - SEI 1520.01.0010211/2022-90) foi elaborado para atendimento às recomendações expedidas no Relatório de Auditoria nº 1312496 (68781248), cujo documento já foi objeto de menção no presente relatório. As ações programadas no citado plano se referem à adoção do procedimento de seleção amostral das parcerias para monitoramento e avaliação dos instrumentos, ao acompanhamento efetivo dos instrumentos celebrados, à expedição de notificações às entidades para solicitação de informações, documentos e regularização de procedimentos; cujos prazos para implementação dessas ações são de 12 (doze) e 18 (dezoito) meses, a partir de setembro/2023.

Ato contínuo, informou-se ainda:

> (...) No intuito de realizar **continuidade processual**, visando a definição de fluxo de trabalho para consolidação da transição dos processos ainda vigentes relativos a convênios e parcerias vinculados a esta Secretaria e, também no intuito de **dar continuidade à regularização dos passivos**, destacamos novamente que a SCPC por meio da DMGCP instruiu o processo SEI nº *1480.01.0000417/2024-57* através do qual solicitou às unidades da Secretaria que os processos fossem encaminhados individualmente via SEI à DMGCP, no prazo de 60 dias após o recebimento do Memorando-Circular nº 1/2024/SEDESE/SUBPG-SCPC, devidamente instruídos com o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação – RTMA (aplicáveis as parcerias) e Relatório de Cumprimento de Objeto (aplicáveis aos convênios), relativo ao período ao qual estiveram sob posse do setor responsável pela política pública e designados como gestores/fiscais.
>
> Frente ao exposto e, considerando todas as recomendações constantes no Relatório Preliminar de Auditoria nº 1474753 - e-Aud *(Id.* 81633881*),* compreende-se a **necessidade de mapear**, bem como implementar melhorias nos processos de trabalho de convênios e parcerias dando **continuidade ao gerenciamento de riscos**. (grifamos)

Outrossim, foram apresentados cronogramas para produção e revisão dos fluxos e dos materiais de apoio, sendo o Cronograma 1, atinente ao Mapeamento de Processos de Convênios e Parcerias, cujo período de implementação das ações compreende os meses de abril a julho/2024, e o Cronograma 2, que se refere à Padronização do Material de Apoio e estabelece os meses de maio a setembro do ano corrente para implementação das ações que envolvem a padronização de documentos relativos a pareceres, *checklists*, dentre outros. Observa-se que, em ambos instrumentos, há medidas em execução e a iniciar.

A gestão informou, ao final, que após validação o material produzido será anexado ao SEI para fins de acompanhamento.

No que tange aos procedimentos e rotinas de comunicação e instrução dos servidores designados como gestores e fiscais, foi-nos esclarecido que:

> Atualmente **quanto à designação dos gestores e fiscais**, salvo exceções mencionadas no decreto de competências da Sedese, temos o seguinte fluxo: a DMGCP indica o servidor(a) nos autos do processo SEI e dá ciência ao servidor quanto à indicação sobre a gestão/fiscalização do termo de parceria ou convênio e, assinam juntos o memorando o gestor/fiscal indicado e o diretor da DMGCP, vide modelo anexo *(Id.* 85080230*).*
>
> Ademais, nos casos de parcerias, o servidor indicado para assumir a incumbência da função de gestor da parceria MROSC também conhece o plano de trabalho da parceria a ser celebrada através da verificação do plano de trabalho no SIGCON-Saída e assinatura do termo de designação gerado pelo referido sistema conforme exemplo *(Id.* 85080445*).*

> Cabe ainda destacar que essa equipe de servidores da DMGCP é qualificada a atuar como Gestores de Parcerias, tendo conclusos os cursos de *“Qualificação de gestores de Parcerias e Comissões de Avaliação*” (certificados anexos - *Id.85091313*) e de *"Execução e prestação de contas de convênios e parcerias"* (certificados anexos - *Id.* 85091654). (grifamos)

Análise da equipe de auditoria:

Em vista dos documentos e informações disponibilizados pela Subsecretaria de Planejamento e Gestão, considera-se que as medidas propostas no Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881) foram acatadas, em parte, estando em fase de execução ou a implementar aquelas atinentes ao mapeamento do processo de trabalho dos convênios e parcerias para possibilitar a identificação e o gerenciamento dos riscos; à análise de prestações de contas do passivo existente; ao monitoramento acerca do depósito tempestivo da contrapartida e da notificação à entidade parceira.

No tocante à implementação das ações do Plano de Integridade com vistas à detecção e redução dos riscos de integridade nos convênios de saída e parcerias, considera-se que a medida foi atendida parcialmente estando em andamento ou a implementar as ações 16, 18, 19 e 20. Requer-se maior atenção, além dos registros tempestivos da execução das ações no sistema SISPMPI, às medidas alusivas ao aprimoramento dos planos de trabalho (15) e à elaboração de Código de Ética e de Integridade para as entidades parceiras (17), cujas ações permanecem pendentes de execução, conforme consulta realizada em 16/04/2024 ao referido sistema.

Verifica-se no material referente à Capacitação de Convênios e Parcerias (85050919 - pág. 44) ocorrida em março/2024, orientação para o beneficiário inserir formas de execução para alcance das metas pactuadas, cujo texto sugerido contempla a realização de 3 cotações com fornecedores especializados no ramo, adimplentes com o Estado, comprovado por meio da emissão do CADIN, CAFIMP ou CDT, comparar os preços de mercado e o valor apurado entre os três orçamentos, realizar o pagamento por transferência eletrônica. No entanto, entende-se que somente esse procedimento se mostra insuficiente para subsidiar a gestão quanto à vedação de utilização de recursos estaduais em convênios de saída ou parcerias para contratar ou efetuar pagamento para fornecedores ou prestadores de serviço inscritos no CADIN-MG e/ou no CAFIMP, sendo necessário adotar controles mais consistentes acerca da matéria. Assim, a recomendação permanece no presente relatório.

No tocante à representatividade de prestações de contas de convênios pendentes de análise, mormente, no que tange a instrumentos antigos, infere-se que essa é uma preocupação constante da gestão, a qual tem procurado identificar meios para coibir pendências quanto a processos recentes e para mitigar o passivo de processos existente, estando em fase de implementação ações relacionadas à matéria.

Registre-se, nesse sentido, que está em fase de levantamento de dados o trabalho de auditoria a ser desenvolvido pelo Núcleo de Auditoria Contínua e Ações Transversais da Auditoria-Geral - NCAT/AUGE/CGE, com o apoio das Controladoria Setorial da SEDESE, tendo por objetivo a adoção de critérios de priorização na análise e prestação de contas de recursos transferidos pelo Estado de Minas Gerais.

Consideramos como implementada a recomendação originalmente inserida no Relatório Preliminar nº 1474753, atinente às rotinas de comunicação e instrução dos gestores e fiscais de convênios e parcerias quanto as suas atribuições e responsabilidades, tendo em vista a existência dos respectivos procedimentos e documentos na Secretaria. Portanto, a medida foi excluída deste relatório e reavaliado o índice obtido para a questão que refletiu no resultado do grau de maturidade global.

Medidas que mantêm relação com aquelas estabelecidas nos planos de ação 72789878 e 84839595 - item 2.1, que estão em fase de implementação ou a implementar:

- Mapear o processo de trabalho de convênios e parcerias a fim de possibilitar o trabalho de identificação e gerenciamento dos riscos relacionados aos objetivos do processo, para mitigar, sobretudo, os riscos relevantes (altos ou extremos);

- Reavaliar os critérios de priorização da análise de prestações de contas do passivo existente sob os aspectos da efetividade e eficiência, considerando o valor representativo em conta contábil e a permanência de processos pendentes de análise consideravelmente antigos;

- Efetuar o monitoramento acerca do depósito tempestivo da contrapartida e da notificação à entidade parceira, caso o procedimento não tenha sido efetuado.

As demais recomendações contidas no item III.1 do Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881), para as quais não houve manifestação, além daquelas ações tidas como insuficientes para serem consideradas implementadas ou em implementação, permanecem relacionadas no tópico seguinte.

Recomendações:

1. Dar prosseguimento às ações do Plano de Integridade da SEDESE com vistas a detectar e reduzir riscos de integridade nos convênios de saída e parcerias, e informar tempestivamente sobre a sua execução no SISPMPI;

2. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão na análise de documentos relativos à remuneração da equipe de trabalho da entidade privada sem fins lucrativos, no sentido de verificar a sua proporcionalidade ao serviço prestado e em conexão com os valores praticados no mercado, e segundo as convenções trabalhistas;

3. Instituir procedimentos e controles internos para subsidiar a gestão quanto à vedação de utilização de recursos estaduais em convênios de saída ou parcerias para contratar ou efetuar pagamento para fornecedores ou prestadores de serviço inscritos no CADIN-MG e/ou no CAFIMP;

4. Instituir instrumentos de avaliação de resultados para produção de informações gerenciais sobre convênios de saída e parcerias, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão pela alta gestão da SEDESE.

III.2 - 2ª Etapa: Prosseguimento da avaliação quanto ao acompanhamento da execução das parcerias de recursos repassados mediante emendas parlamentares em 2021.

Quanto às parcerias celebradas com OSC:

III.2.1 Ausência de padronização acerca do monitoramento e avaliação das parcerias, cuja resolução vigente não está sendo adotada pela gestão.

Nos termos dos artigos 56 e 74 do Decreto nº 47.132/2017, para possibilitar o monitoramento e avaliação da parceria, a OSC Parceira deverá apresentar ao Órgão ou Entidade Estatal Parceira (OEEP) o relatório de monitoramento (RM) no prazo de até 15 (quinze) dias após o término do período a ser monitorado, no intervalo máximo de 6 (seis) meses e, por meio do Relatório de Execução do Objeto (REO), encaminhar a prestação de contas das parcerias com vigência superior a um ano, que deverá ser disponibilizada em até 90 (noventa) dias após o período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados do primeiro aporte de recursos.

Além disso, a OSC Parceira deverá apresentar a prestação de contas final, também acompanhada pelo REO, em até 90 (noventa) dias após o término da vigência da parceria, nos termos dos artigos 75 e 76 da mesma norma.

Já, o artigo 59 do Decreto nº 47.132/2017[10], dispõe que o OEEP, *in casu*, a SEDESE, deverá promover o monitoramento e a avaliação por meio da análise das parcerias, por amostragem, e tal análise, como também acerca da prestação de contas anual, será regulamentada por ato do seu dirigente máximo.

Nesse sentido, em 06/01/2022 foi editada a Resolução SEDESE nº 01/2022, que trata dos procedimentos relativos à amostragem, fluxo, monitoramento e prestação de contas das parcerias celebradas. Porém, segundo informações registradas no Relatório de Auditoria nº 1312496, de 30/06/2023 (68781248 - item III.1), os procedimentos da citada norma não estão sendo adotados. A orientação aos gestores foi a de emissão do Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) para todas as parcerias e a então Diretoria de Prestação de Contas de Convênios e Parcerias estaria analisando todos os Relatórios de Execução do Objeto (REO) e Relatórios de Execução Financeira (REF).

Mas nas análises efetuadas sobre os instrumentos 1 e 2 relacionados no Apêndice III (81648402) deste documento, verifica-se falta de padronização quanto ao monitoramento realizado pela SEDESE nas parcerias:

- *Termo de Fomento nº 1481000845/2021 (1):*

Foram apresentados pela OSC três relatórios de monitoramento (50193107, 59547351, 69456974) e um relatório de execução do objeto (66131864). No entanto, a SEDESE analisou somente o segundo relatório de monitoramento e emitiu em 27/06/2023, por meio da Diretoria de Serviços e Benefícios Socioassistenciais, o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) nº 18/SEDESE/DSBS/2023 (67454780), homologado pela Comissão de Monitoramento em 16/11/2023 (67454780).

- *Termo de Fomento nº 1481001840/2021 (2):*

Foram entregues pela OSC três RM (50491660, 62805075, 69736955), um REO (63510003) e um relatório de execução financeira (REF) (63559411). No entanto, a SEDESE analisou somente o primeiro relatório de monitoramento e emitiu em 29/12/2022, por meio da Coordenadoria Estadual de Direitos e Políticas para Pessoas em Situação de Rua/Gestor, o RTMA (58616076), que foi homologado pela Comissão de Monitoramento em 11/04/2023 (63978788, 63978913).

Não se identifica, portanto, uma padronização acerca das análises dos relatórios de monitoramento e dos relatórios de execução do objeto encaminhados pelas OSCs, e que estão sendo avaliados todos os relatórios de monitoramento, conforme justificado. Para o Termo de Fomento nº 1481000845/2021 foi elaborado o relatório técnico de monitoramento do segundo RM e quanto ao Termo de Fomento Nº 1481001840/2021 foi elaborado o relatório técnico de monitoramento do primeiro RM.

E considerando o plano de ação apresentado para a questão (72789878), em manifestação ao citado Relatório de Auditoria nº 1312496 (68781248), no qual foi abordada a matéria em referência, aguarda-se o período de 12 (doze) meses para implementação das medidas saneadoras.

Manifestação da gestão mediante a Nota Técnica nº 1/SEDESE/SUBPG-AP/2024 (84839595):

> Em relação aos questionamentos levantados acerca dos termos de fomento 1481000845/2021 e 1481001840/2021 em se tratando de demandas vinculadas a etapa de Monitoramento e Prestação de Contas, esclarecemos que se tratam de processos de parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil cuja gestão dos instrumentos, à época dos questionamentos, estavam sob a

responsabilidade da área técnica finalística ao que concerne o monitoramento e acompanhamento da execução dos respectivos instrumentos.

Nesse sentido, cientes de que compete ao Gestor da parceria MROSC o acompanhamento do instrumento, informamos que foi encaminhado as gestoras de cada parceria a cópia do Relatório da Auditoria, conforme anexo *(Id.* 85380904*) (Id.* 85380913*)*, para conhecimento e providências cabíveis, a fim de atender as diligências e recomendações da Auditoria da SEDESE, visando também garantir a conformidade entre o resultado da parceria e o que foi planejado.

Para além das informações prestadas, ressaltamos que as OSCs responsáveis pela execução dos termos 1481000845/2021 e 1481001840/2021 foram devidamente notificadas após análise parcial do Relatório de Execução do Objeto (REO) nos termos dos apontamentos constantes no Parecer Financeiro Parcial (Id. 85381127) e (Id. 85381097), e que foram observadas as recomendações pontuadas pela Controladoria Setorial de modo a especificá-las nos documentos emitidos.

No que tange à centralização das competências de gestão no âmbito da DMGCP, temos que o Decreto Estadual nº 48.660, de 28/07/2023 estabeleceu o marco dessa centralização, de modo que os novos instrumentos celebrados pela Sedese passaram a ter como indicação de gestores e fiscais e servidores que compõe a mencionada equipe.

Análise da equipe de auditoria:

Em que pese a ausência, nos autos, de manifestação aos e-mails (85380904 e 85380913) pelas Gestoras das parcerias na SEDESE, identifica-se a emissão nas datas de 12/03 e 14/03/2024 dos Pareceres Financeiros atinentes aos Termos de Fomento nº 845/2021 (85381097) e nº 1840/2021 (85381197), considerando ainda a informação fornecida de que a atual Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias - DMGCP - tem atuado na elaboração de mecanismos de controle para auxiliar o acompanhamento e análise dos Relatórios de Monitoramento, mediante criação de *checklist* padronizado (85101495) a ser adotado pelo Gestor da parceria a fim de avaliar os critérios para o cumprimento da execução do objeto do instrumento.

Para além disso, entende-se que a medida proposta no Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881), quanto à elaboração de resolução para instituir o processo amostral das parcerias sobre o monitoramento e avaliação das parcerias, foi acatada e está em execução, segundo consta no plano de ação 72789878.

Em vista disso, a recomendação original foi excluída deste relatório, sendo necessário o acompanhamento da execução da ação em referência.

Medida que mantém relação com aquela estabelecida no plano de ação 72789878 e que está em fase de implementação:

- Dar prosseguimento às ações contidas no plano, de forma a implementar mecanismos para adoção de seleção amostral sobre o monitoramento e avaliação das parcerias, em consonância com as normas atualmente vigentes.

III.2.2 Ausência de planejamento para a celebração do Termo de Fomento nº 1481001840/2021 - Pastoral do Povo de Rua.

Considerando as análises preliminares efetuadas sobre o termo celebrado, em que houve a necessidade de obtenção de esclarecimentos, em 08/11/2023 a Controladoria Setorial submeteu à Gestora do instrumento questionamentos acerca da descrição do objeto pactuado, que contempla a ‘execução de um

projeto para implantação do Centro de Atenção Intersetorial à Pessoa em Situação de Rua (...)', em contraponto com o informado no Cronograma de Execução, nas Etapas 1.1.1, 1.1.2 e 1.1.3, que relacionam três projetos distintos, quais sejam, Elaboração de Projeto de Arquitetura do Canto da Rua e complementares; Elaboração de Projeto de Planejamento de Gestão; Desenvolvimento do Projeto de Arquitetura da área de moradia; conforme se verifica no plano de trabalho (40125688 - itens V.5 e VI). Indagou-se, também, sobre a previsão de despesas com serviços e aquisição de materiais permanentes e de consumo, visto que não foram previstos serviços com obras, não tendo sido informados, ademais, o local para a guarda dos materiais a serem adquiridos, o local para o atendimento ao público alvo (pessoas em situação de rua) e a construção das moradias para os assentados (previsão de construção de 10 moradias). (76487420)

Em manifestação, foi-nos encaminhado em 07/12/2023 o Memorando.SEDESE/SUBDH-SPTT-DEPPSRCMR.nº 31/2023 (77220919), além de documentos atinentes ao Programa Canto da Rua, dentre eles citamos o Ofício nº 23/2023, da Pastoral Nacional do Povo da Rua, que justificou o seguinte (77220856):

> A "execução de um projeto para implantação do Centro de Atenção Intersetorial à Pessoa em Situação de Rua (...)" compreende a execução do projeto básico, documento número 340735, para implantação do Programa Canto da Rua com as seguintes etapas e ações: 1- Elaboração de Projeto de Arquitetura do Canto da Rua e complementares; 2- Elaboração de Projeto de Planejamento de Gestão; 3- Desenvolvimento do Projeto de Arquitetura da área de moradia; 4- Seleção e contratação de Equipe Administrativa e de Acompanhamento Housing First/Moradia Primeiro; 5- Seleção e contratação Equipe Permanente e de Serviços de caráter intersetorial; 6- Aquisição de insumos; 7- Desenvolvimento dos diversos projetos e ações; e 8- Novo Olhar Rua.
>
> Sendo assim, uma vez que estas são etapas necessárias e integrantes do projeto de implantação do Centro de Atenção Intersetorial à Pessoa em Situação de Rua (ou simplesmente Canto da Rua) – e que estas estão sendo executadas –, fica evidenciado que trata-se de "execução" do projeto (ou, como dito, programa), a qual envolve ações/etapas de elaboração, desenvolvimento, seleção e contratação, aquisição e ação em rede, não havendo divergência entre o objeto e as metas/etapas apresentadas no cronograma, vez que são ações necessárias de serem executadas para o alcance dos resultados pretendidos com o objeto do Termo de Fomento em discussão.
>
> Noutras palavras, os termos "elaboração" e "execução", como postos no objeto pactuado, são complementares à execução do programa, e não essencialmente divergentes.

Vale destacar que o instrumento foi pactuado em terreno pendente de regularização, conforme se verifica no 1º Relatório de Monitoramento emitido em 15/07/2022 (50491660). No documento foram citados como dificultadores do alcance da meta 1 (Elaboração de Projeto de Arquitetura do Canto da Rua e complementares) os processos e trâmites burocráticos para a legalização do terreno e liberação de construção da área de moradias e da área do Centro de Atendimento. O terreno em que serão executadas as edificações é uma fração de gleba, vinculado à SEDESE, pertencente ao Estado. Essa gleba não foi objeto de regularização de condição fundiária junto à Prefeitura de Belo Horizonte.

E mediante as informações contidas no Ofício nº 23/2023 (77220856), ratifica-se tal situação, a saber:

> (...) ainda que o projeto não preveja a execução de obras, por conter etapas preparatórias para que estas possam acontecer em um segundo momento, como é o caso da elaboração dos projetos arquitetônicos e acompanhamento das moradias, os quais estão diretamente relacionados com a regularidade do terreno, os relatos das ações e dos andamentos para tanto têm sido apresentados nos relatórios de monitoramento. Entende-se necessária a regularização do terreno, uma vez que estes se referem diretamente ao trabalho dos técnicos para moradia e assessoria jurídica que atuam no projeto. Tais aprovações são foco do trabalho e de interesse para a qualificação do alcance do objeto, pois somente ao término desse processo de regularização, com realização de todos os ajustes

> solicitados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, é que será possível realizar a entrega de versão final dos projetos de arquitetura que não precise ser alterada após o fim da vigência da parceria, otimizando-se, assim, os serviços contratados com os recursos da parceria.
>
> Em verdade, poderia ser não econômico aos objetos da parceria – e ao erário do Estado de Minas Gerais – a previsão de custos, em um primeiro momento, para a realização de obra que sequer teve sua regularidade e/ou viabilidade arquitetônica aprovada pelos órgãos urbanísticos competentes.

No referido documento (77220856), juntamente com os argumentos e ações que estão sendo realizadas, foi fundamentado, ainda, que:

> (...) a execução do TF nº 1481001840/2021 está integrada a outros projetos que estão em execução. Para solucionar a precariedade do terreno recebido, sem qualquer infraestrutura e em estado de abandono, foi realizado projeto em parceria com o Ministério Público do Trabalho - MPT, que possibilitou cercamento, limpeza, reforma de estruturas existentes, iluminação, dentre outras ações. Com essa execução, a partir das ações finalizadas em junho/2023, foi dado um importante passo para iniciar os atendimentos; mas ainda resta o aperfeiçoamento das instalações, o que vem sendo trabalhado pela OSC. (grifos no origem)

Adicionalmente, por meio do Memorando.SEDESE/SUBDH-SPTT-DEPPSRCMR.nº 31/2023 (77220919), foram apresentados esclarecimentos, dos quais destacamos:

> As obras previstas no projeto arquitetônico, as quais são necessárias para a efetiva implantação do objeto do Termo de Fomento n° 14810001840/2021, serão realizadas através de captação de recursos com a rede parceira, que já está mobilizada. Atualmente, queda pendente apenas o parcelamento do solo do terreno cedido à ASSOCIAÇÃO PASTORAL DO POVO DE RUA, o qual vêm sendo tratado junto a SEPLAG e a PBH, Processo SEI 1480.01.0000473/2023-03, para inicio da captação dos recursos necessários para a realização das obras. Nesse ínterim, ressalta-se que a construção das 10 casas previstas no Eixo Moradia já conta com recurso disponibilizado no valor de R$ 500.000,00, oriundo de emenda parlamentar, destinada a Subsecretaria de Habitação da Sedese. **Referente às despesas previstas com serviços e aquisição de materiais permanentes e de consumo, a convenente informou que os insumos só serão adquiridos diante da disponibilização de espaço para guarda dos mesmos**. Nesse sentido, é importante ressaltar que, por meio de outras parcerias realizadas pela convenente com outros parceiros, foi providenciada a reforma de uma estrutura que havia no local, no qual será implementado *Centro de Atenção Intersetorial à Pessoa em Situação de Rua,* objeto do Termo de Fomento n° 14810001840/2021, que pode permitir à ASSOCIAÇÃO PASTORAL DO POVO DE RUA realizar algumas ações. (...) Dessa forma, entende-se que por meio da captação de mais recursos pela convenente, frente a novos atores, para a realização das obras, bem como para aquisição de tendas e outros equipamentos, de forma complementar ao escopo e aos recursos contemplados no Termo de Fomento n° 14810001840/2021, serão atingidas as finalidades do termo de fomento (interesse público). (grifamos)

Percebe-se a relevância da finalidade do objeto avençado, porém, diante das informações fornecidas, torna-se evidente a ausência de planejamento para a pactuação do instrumento, ressaltando que, além da pendência quanto à legalização do terreno, foram previstos itens inviáveis de serem adquiridos pela ausência de local para a sua guarda.

A elaboração de um planejamento bem definido, por meio de estudo técnico preliminar, além de ser um guia para as ações a serem realizadas, irá possibilitar a otimização do alcance das metas propostas.

Um planejamento preciso viabiliza a adequada mensuração dos objetivos a serem atingidos e o fidedigno dimensionamento das etapas e atividades a serem executadas, e portanto, possibilita a correta aferição das metas e o monitoramento da execução pelo órgão estadual parceiro, bem como evita a necessidade de reprogramação do objeto da parceria por uma situação previsível e o risco de desperdício de recursos públicos, particularmente neste caso, que depende de etapas e captação de recursos posteriores.

Análise da equipe de auditoria:

Conquanto tenhamos identificado, nos documentos disponibilizados pela gestão, alterações e melhorias significativas nas fases de celebração, execução e prestação de contas dos convênios e parcerias, não vislumbramos ações acerca do aperfeiçoamento do planejamento dos ajustes, sendo esta uma etapa de grande relevância para a regular execução desses instrumentos.

Sendo assim, reforçamos a medida originalmente proposta no relatório preliminar (81633881).

Recomendação:

5. Que em instrumentos futuros sejam realizados estudos técnicos para subsidiar o planejamento, de forma

a avaliar a viabilidade das ações e metas a serem contempladas em plano de trabalho.

III.2.3 Comunicação intempestiva de depósito efetuado na conta bancária da OSC parceira referente ao Termo de Fomento Nº 1481002025/2021 - Associação do Pequeno Cristo de Belo Horizonte

Em 22/06/2023 foi realizado o repasse referente ao instrumento em questão, no valor de R$ 599.095,42, por meio da conta bancária 5.457-7 - Agência 4478-4 - Banco 001 (68277602) e somente em 24/08/2023, a então Diretoria de Convênios e Parcerias emitiu o ofício ao beneficiário informando sobre o crédito na conta específica (72117265). Isto é, após dois meses foi expedido o aviso à OSC parceira sobre a transferência realizada.

Contudo, não foi possível verificar se o recurso foi devidamente aplicado, uma vez que não foram localizados nos autos os extratos da conta bancária da parceria, considerando o disposto no art. 50, §1º, do Decreto Estadual nº 47.132/2017.

Tem-se que a OSC parceira deverá encaminhar os relatórios de monitoramento em 06/01/2024, 06/07/2024 e em 06/01/2025 e o REO em 21/09/2024.

Análise da equipe de auditoria:

Consideramos a informação abordada anteriormente, que trata do documento 85072757 adotado atualmente pela DMGCP para comunicar ao responsável pela entidade, no início da execução da parceria, sobre a efetivação do recurso pactuado e a necessidade de que esse seja investido em aplicação financeira.

Percebe-se que a citada Diretoria, como área atualmente responsável por gerenciar, monitorar e fiscalizar a execução dos convênios de saída e parcerias, tem atuado para encaminhar o comunicado às entidades parceiras avisando-as sobre o repasse do recurso. Por conseguinte, consideramos a respectiva recomendação como atendida e a excluímos deste relatório, porém, frisando que o documento deverá ser expedido na sequência à realização do repasse.

Quanto à recomendação pertinente ao Termo de Fomento Nº 1481002025/2021, no que tange à solicitação e verificação de extrato bancário e da aplicação tempestiva do recurso, não identificamos as providências adotadas e, portanto, a medida permanece no presente documento.

Recomendação:

6. Solicitar o extrato da conta específica da parceria e verificar se o recurso foi aplicado tempestivamente. Caso contrário, proceda-se à solicitação de restituição do valor ao erário.

III.2.4 Morosidade na tramitação processual da parceria atinente ao Termo de Fomento nº 1481002025/2021 - Associação do Pequeno Cristo de Belo Horizonte.

O trâmite processual do instrumento em referência teve início em 27/08/2021, com o registro da proposta de plano de trabalho no Sistema SIGCON (37320720), e teve andamento regular até a publicação do extrato do termo de fomento (40314079), em 30/12/2021.

A movimentação do processo ocorreu novamente em 10/02/2023, pelo setor de Emendas Parlamentares da SEDESE, que recebeu e-mail da Assembleia Legislativa de Minas Gerais solicitando informações sobre a possibilidade de utilização de convênios vigentes (convênio SIGCON 79133 - Associação Pequeno Cristo e 84099 - Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina) nas emendas impositivas, e cuja motivação segue transcrita:

> Os convênios de SIGCON 79133 - Associação Pequeno Cristo e 84099 - Associação de Resgate da Dignidade Humana Providência Divina, foram celebrados em 2021 e ficaram em restos a pagar por serem de recurso extra-emenda, ano passado por ter sido ano eleitoral a legislação vedou o pagamento.

O e-mail foi repassado à então Diretoria de Convênios e Parcerias, na mesma data, e reiterado em 14/02/2023. Ainda, em 14/02/2023, o Setor de Emendas da SEDESE solicitou apoio na formulação da resposta. (64993940). Na sequência, a movimentação do processo retornou à normalidade.

Portanto, houve um lapso de 407 (quatrocentos e sete) dias na tramitação processual, sendo que o repasse do recurso se deu somente em 22/06/2023, isto é, 539 (quinhentos e trinta e nove) dias do previsto em plano de trabalho. (68277602, documento SIGCON/MG nº 340329)

E ainda que no ano de 2022 tenha sido ano eleitoral, em que ocorreram vedações conforme disposições legais[11], o plano de trabalho foi registrado em outubro/2021, cuja previsão do repasse no cronograma de desembolso era dezembro/2021, o que não aconteceu.

Análise da equipe de auditoria:

Não identificamos, nos autos, manifestação para a medida proposta e, portanto, a recomendação permanece no presente relatório.

Recomendação:

7. Elaborar planos de trabalho com prazos factíveis de serem atendidos e guardar observância ao cronograma estabelecido tanto no plano de trabalho, quanto no instrumento celebrado.

III.2.5 Inconsistências identificadas para os serviços executados e previstos em plano de trabalho referente ao Termo de Fomento nº 1481001840/2021 - Pastoral do Povo de Rua.

Item 76 do Plano de Trabalho - Segurança e vigilância

Para esse item de despesa, 03 (três) empresas encaminharam orçamentos cujo objeto foi a contratação de

04 (quatro) seguranças diurnos e 02 (dois) vigias noturnos, no período de (09) nove meses (documento SIGCON nº 379421), sendo elas:

- Rezende Vigilância e Segurança Ltda, em 22/10/2021, que ofertou o valor de R$ 722.100,00;
- Company Events Logística e Prestação de Serviços, em 17/11/2011, o valor de R$ 680.000,00; e
- Guardseg Vigilância e Segurança Ltda, o valor de R$ 790.250,00, também, em 17/11/2021.

As mesmas empresas encaminharam orçamentos para esse item de despesa para contratação de 03 (três) seguranças diurnos, de 8:00 às 20:00 horas, e 02 (dois) vigias noturnos, de 20:00 às 08:00 horas, para o período de (09) nove meses (documento SIGCON 406697 - fls. 196 a 198), conforme a seguir:

- Rezende Vigilância e Segurança Ltda, em 22/10/2021, que ofertou o valor de R$ 520.250,00;
- Company Events Logística e Prestação de Serviços, em 25/11/2021, o valor de R$ 420.000,00; e
- Guardseg Vigilância e Segurança Ltda, também, em 25/11/2021, o valor de R$ 455.000,00.

No plano de trabalho, alterado pela última vez, em 22/06/2022, constou o valor de 27.929,46, em 24 (vinte e quatro) meses, somando a importância total de R$ 670.307,04. Porém, nesse item do plano de trabalho não constou o número de funcionários a serem contratados. (51026114)

Verifica-se no processo a contratação de 02 (duas) empresas para o item segurança e vigilância, conforme a seguir:

- Contratação da empresa Grupo Company Events Logistica e Prestação de Serviços / CS Eventos Ltda, CNPJ 08.973.203/0001-76, em 07/01/2022, para o período de 07/01/2022 a 31/01/2022, 24 horas por dia (01 segurança uniformizado com uma viatura), no valor de R$ 28.224,00; e para o período de 01/02 a 10/02/2022, 24 horas por dia (também 01 segurança uniformizado com uma viatura), no valor de R$ 11.760,00 (63559411 - fl. 106).

Nota Fiscal nº 2022/20, de 28/01/2022 - Pagamento efetuado em 01/02/2022. Discriminação do serviço segundo a Nota Fiscal: “Prestação de serviço de portaria para o Canto da Rua, no período de 07 a 31/01/2022”, no valor de R$ 28.224,00 (63559411 - fls. 130/131).

Nota Fiscal nº 2022/25 de 10.02.2021 - Pagamento efetuado em 11/02/2022. Discriminação do serviço segundo a Nota Fiscal: “Prestação de serviço de portaria para o Canto da Rua, no período de 01 a 15/02/2022”, no valor de R$ 17.640,00 (63559411 - fls. 140/141).

Verificamos que o termo contratual está sem a assinatura do contratante e há divergência na discriminação do serviço informada no orçamento em relação ao contrato. Os serviços prestados informados nas notas fiscais 2022/20 e 2022/25 estão incompletos, não constou a informação sobre o número de profissionais que prestou o serviço, nem sobre o seu horário de trabalhado. Além disso, o pagamento no valor de R$ 17.640,00 foi para o período de 01/02 a 15/02/2022, e no contrato constou o período de 01/02 a 11/02/2022, no valor de R$ 11.760,00.

- Contratação da empresa Quarter Monitoramento e Segurança Eletrônica Ltda, CNPJ 12.066.818/0001-96, em 10/02/2022, com início em 15/02/2022, por prazo indeterminado. Serviços executados no período de 12 x 36, em escala de 02 períodos, sendo um servidor no período diurno e 02 servidores no período noturno, no valor mensal de R$ 19.450,00 (63559411 - fls. 69 a 71).

Notas Fiscais nº 2022/7, nº 2022/12, nº 2022/16, nº 2022/20, nº 2022/23 (63559411 - fls. 142, 158, 172, 182, 204), no valor de R$ 19.450,00, pagamentos realizados em 16/02/2022, 18/03/2022, 18/04/2022, 17/05/2022 e 13/06/2022, e discriminação dos serviços prestados informada nas notas fiscais: “serviço de monitoramento”, “prestação de serviço”.

Verificou-se a divergência na discriminação do serviço informada no orçamento em relação ao contrato, assim como os serviços informados nas notas fiscais estão incompletos, não constando o período a que se refere a prestação de serviço, o horário de trabalho e o número de funcionários que prestou o serviço.

Para além disso, foram identificados, para esse item de despesa, pagamentos para 03 (três) empresas. Além das empresas supramencionadas, para a empresa Company Events Service Ltda - CNPJ 46.695.716/0001-51.

Na discriminação do serviço nas Notas fiscais nº 2022/8, valor de R$ 14.490,00; nº 2022/9, no valor de R$ 28.980,00; nº 2022/16, valor de R$ 28.980,00; nº 2022/24, no valor de R$ 28.980,00; e nº 2022/47, no valor de R$ 28.980,00; constou: “Prestação de serviço de portaria no período de 16 a 31/07/2022”; “Prestação de serviço de portaria no período de 01 a 31/08/2022”; “Prestação de serviço de portaria no período de 01 a 30/09/2022”; “Prestação de serviço de portaria no período de 01 a 31/10/2022” e “Prestação de serviço de portaria no período de 01 a 30/11/2022", respectivamente. (63559789 - fls. 32, 44, 66; e 63560342 - fls. 15, 48)

Verificamos, portanto, que:

- a discriminação dos serviços prestados nas notas fiscais está incompleta, não constaram o período a que se refere a prestação dos serviços, o horário de trabalho e o número de funcionários que os executaram.
- valores pagos acima do valor previsto no plano de trabalho de R$ 1.050,54. Foi previsto o valor de R$ 27.929,46 mensais, no entanto, foi pago o valor de R$ 28.980,00, e cujo apontamento de provável dano será abordado em tópico específico;
- inexistência do contrato firmado entre a OSC e a empresa Company Events Service Ltda. Para as outras duas empresas que prestaram o serviço foram celebrados os contratos.

E a denominação da empresa em questão aparece juntamente ao nome da CS Eventos, porém, o CNPJ é distinto.

Manifestação da gestão (84839595 e 85381127):

Conforme informado na Nota Técnica nº 01 (84839595), a Organização da Sociedade Civil (OSC) responsável pelo Termo de Fomento nº 1481001840/2021 foi notificada após análise parcial do Relatório de Execução do Objeto (REO), segundo os apontamentos constantes no Parecer Financeiro Parcial (85381127), firmado em 14/03/2024.

Mediante a análise realizada pela gestão, que resultou na emissão do Parecer Financeiro Anual do Relatório de Execução do Objeto (REO) - MROSC (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64), verifica-se na descrição das providências a serem adotadas pela OSC Pastoral do Povo de Rua as recomendações propostas no Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881) para este tópico.

E em consulta realizada em 17/04/2024 ao processo SEI 1480.01.0008989/2021-64, constata-se que a OSC solicitou dilação de prazo por meio do Ofício nº 07/2024, de 09/04/2024 para atendimento às diligências citadas no parecer (83867188), cuja manifestação da gestão da SEDESE (86121684, 86125981), emitida em 12/04/2024, concedeu o prazo de 30 (dias) para apresentação da documentação solicitada.

Necessário, portanto, o acompanhamento do prazo concedido à OSC, para, no caso de ausência de manifestação, adotar as providências cabíveis e necessárias à situação em tela.

Medidas em andamento segundo a documentação acostada aos autos do processo SEI 1480.01.0008989/2021-64:

- Solicitar à OSC que apresente o contrato firmado com a empresa CS Eventos Ltda devidamente assinado;

- Solicitar à OSC que providencie junto às empresas CS Eventos Ltda e Quarter Monitoramento e Segurança Eletrônica Ltda a discriminação correta dos serviços prestados;

- Solicitar à OSC que providencie junto às empresas CS Eventos Ltda, Quarter Monitoramento e Segurança Eletrônica Ltda e Company Events Service Ltda notas fiscais com o detalhamento dos serviços prestados;

- Que a OSC justifique o valor pago relativo à Nota Fiscal nº 2022/25, de 10/02/2021, a maior do que aquele previsto no contrato e com período divergente. Na impossibilidade, proceder à restituição do valor;

- Que a OSC justifique o valor pago acima do valor previsto para o item no plano de trabalho. Na impossibilidade, proceder à restituição do valor;

- Que a OSC justifique a inexistência de contrato para o serviço prestado pela empresa Company Events Service Ltda - CNPJ 46.695.716/0001-51. Na impossibilidade, proceder à restituição dos valores pagos à empresa sem cobertura contratual.

Recomendação:

8. Efetuar o acompanhamento e verificação da documentação apresentada para manifestação a todas as diligências expedidas mediante o Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64), ao término do prazo concedido pela gestão. Na ausência de providências pela OSC, adotar as medidas aplicáveis ao caso, de acordo com as disposições do Decreto 47.132/2017. *(medida acrescida)*

Item 79 do Plano de Trabalho - Projeto Arquitetônico

Verificam-se, no processo, 03 (três) orçamentos de empresas para prestar o serviço de concepção e desenvolvimento técnico do Projeto Arquitetônico para a nova sede do programa Canto da Rua (documento SIGCON nº 415199 - fl. 1 a 12), a saber:

- Arquitetos Associados Ltda - CNPJ: 05.341.138/0001-48, valor de R$ 677.352,24, na data de 29/10/2021.

O orçamento contemplou as seguintes etapas: Levantamento de dados; Estudo Preliminar; Levantamento Planialtimétrico; Sondagem a Percussão; Anteprojeto de Arquitetura e Paisagismo; Projeto Básico de Arquitetura e Paisagismo; Projeto Executivo de Arquitetura e Paisagismo; Projeto de cálculo

Estrutural; Projeto de Instalações prediais e complementares e Planilha orçamentária e Planejamento Físico-Financeiro. Constou também o orçamento com valores unitários dos serviços.

- Patrícia Guerra Arquitetura - não consta o CNPJ ou CPF **-** valor R$ 597.986,00 - documento sem data (documento SIGCON nº 408205).

Na proposta constou somente o orçamento com valores unitários dos serviços, sem o detalhamento das etapas.

- Cinthia de Toledo Soares (Toda Arquitetura Ltda.) CNPJ 23.720.594/0001-00 - valor R$ 532.000,00 - data da proposta 27/10/2021 (documento SIGCON nº 408203).

O orçamento contemplou os valores unitários dos serviços e os seguintes itens: SERVIÇO PRELIMINAR (Levantamento topográfico e cadastral); PROJETO ARQUITETÔNICO (Concepção inicial para captação de recursos (Levantamento de dados; Estudo conceitual)); (Desenvolvimento técnico para construção de projeto arquitetônico (Projeto básico; Projeto Arquitetônico e Compatibilização de Projetos; Detalhamento básico).

Verificamos que a empresa em questão apresentou o orçamento com o menor preço. Porém, o "Contrato de Prestação de Serviço de Arquitetura e Engenharia" foi firmado em 10/10/2022, com Patrícia Guerra Pezzini Assis, no valor de R$ 532.000,00.

Novamente, no contrato não constou o CPF ou CNPJ da contratada, nem mesmo foram apostas as assinaturas das partes. (63559411 - fls. 111 a 119)

Pela documentação, nota-se que o contrato foi firmado com a pessoa física. Entretanto, a NF nº 2022/37 foi emitida em 10/10/2022, no valor de R$ 319.200,00, pela pessoa jurídica - empresa Patrícia Guerra Arquitetura EIRELI. (63559789 - Fls. 76)

Constata-se que, na mesma data de 10/10/2022, foi firmado o contrato (63559411 - pg. 111 a 119), como também foi emitida e paga a nota fiscal (63559789 - fls. 76; 63560342 - fl. 1), ocorrendo, dessa forma, a antecipação do pagamento de 02 parcelas do contrato, em desacordo com o disposto no item 5.2 do Contrato, *in verbis*:

> V. DOS HONORÁRIOS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
>
> 5.2 O pagamento dos honorários deverá ser realizado em 05 (cinco) parcelas, da seguinte forma:
>
> 20% do total, R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais) a ser paga na assinatura do contrato;
>
> 20% do total, R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais) a ser paga a 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;
>
> 20% do total, R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais) a ser paga a 60 (trinta) dias da assinatura do contrato;
>
> 20% do total, R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais) a ser paga a ser paga a 90 (noventa) dias da assinatura do contrato;
>
> 20% do total, R$106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos reais), a ser paga mediante entrega final dos projetos.

Para além disso, não foram discriminadas na nota fiscal quais as etapas do serviço foram concluídas. Constou apenas a seguinte redação: "arquitetura e design de interiores para a construção da nova sede do projeto "Canto da Rua e o Direito de Ter Direitos" (63559789 - fls. 76).

Análise da equipe de auditoria:

Constata-se que o mesmo Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64) abordou os apontamentos deste item, tendo sido contempladas, na descrição das providências a serem adotadas pela OSC, também as respectivas recomendações.

Por conseguinte, ratificamos a recomendação 8.

Medidas em andamento segundo a documentação acostada aos autos do processo SEI 1480.01.0008989/2021-64:

- Solicitar à OSC o contrato devidamente assinado pela contratante e contratada;

- Solicitar à OSC justificativa para a divergência entre a contratação firmada com pessoa física (Patrícia Guerra Pezzini Assis) e a apresentação de nota fiscal em nome da pessoa jurídica;

- Solicitar à OSC justificativa para a mesma data do contrato, da nota fiscal e do respectivo pagamento, tendo em vista que o pagamento das segunda e terceira parcelas deveria ocorrer em 30 e 60 dias após a assinatura do contrato;

- Solicitar à OSC que providencie junto à contratada as notas fiscais com o detalhamento dos serviços executados.

Item 143 do Plano de Trabalho - Estudo de Viabilidade Arquitetônica

Em 14/03/2022, a OSC encaminhou mensagens eletrônicas às empresas solicitando orçamentos para a elaboração de anteprojeto para os ambientes de acolhida, de emprego/trabalho e renda e esportes/cultura e comunidade para os seguintes e-mails: arq.paulohenrique@gmail.com; nataliasantiago.arq@gmail.com; cinthiadetoledo@gmail.com; rafaelcerceau@hotmail.com; e patrícia@pgarquitetura.com (63559411 - fl. 6 e 7).

Em resposta, as empresas encaminharam os orçamentos cujos valores seguem demonstrados na tabela abaixo:

Tabela I - Orçamentos apresentados para o Item 143 - Estudo de Viabilidade Arquitetônica, do Plano de Trabalho

Empresa	Ambiente			Valor Orçado R$	Data do Orçamento	Documento Sei 63559411 Fls.
	Acolhimento R$	Emprego e Renda R$	Esporte e Cultura R$			
Toda Arquitetura Ltda/ Cinthia Toledo	55.000,00	95.000,00	85.000,00	235.000,00	21.03.2022	11 a 14
PHS Arquitetura	72.000,00	68.000,00	65.000,00	205.000,00	16.03.2022	15 e 16
Patrícia Guerra	65.000,00	65.000,00	42.000,00	172.000,00	15.03.2022	16 a 19
Natália Santiago	65.000,00	60.000,00	50.000,00	175.000,00	07.01.2022	26 a 32
Arquitetos Associados Ltda	60.000,00	60.000,00	60.000,00	180.000,00	18.03.2022	39 a 56
Rafael Cerceau Arq. Ltda	75.000,00	95.000,00	85.000,00	255.000,00	21.03.2022	63 a 65

Dos orçamentos encaminhados, somente a proposta da empresa Toda Arquitetura Ltda/Cinthia Toledo - CNPJ 23.720.594/0001-00 constou o número do CNPJ (63559411- fls. 11 a 14).

No Plano de trabalho (51026114) foi previsto o valor de R$ 155.000,00 para o item 143, tendo sido identificado o que se segue:

- Pagamento à empresa Arquitetos Associados Ltda, CNPJ 05.341.138/0001-78, Nota fiscal nº 2022/10, de 08/04/2022, no valor de R$ 60.000,00, com a seguinte discriminação do serviço: “Elaboração do Anteprojeto para sede do Programa Canto da Rua Emergencial”, paga em 08/04/2022, valor líquido de R$ 54.810,00;
- Pagamento à empresa Toda Arquitetura Ltda, CNPJ 23.720.594/0001-00, Nota Fiscal nº 2022/6, de 08/04/2022, no valor de R$ 55.000,00, com a seguinte discriminação do serviço: “Pré Projeto Canto da Rua”, paga em 11/04/2022, valor líquido de R$ 53.806,50;
- Pagamento à empresa Patrícia Guerra Arquitetura EIRELLI, CNPJ 31.430.474/0001-05, Nota Fiscal nº 2022/12, de 11/04/2022, no valor de R$ 40.000,00, com a seguinte discriminação do serviço: “Prestação de serviço de concepção e desenvolvimento técnico do estudo preliminar da nova sede canto da rua emergencial, situado no bairro Santa Inês, Belo Horizonte – MG”, paga em 14/04/2022, valor líquido de R$ 39.132,00.

Cabe salientar que não foram localizados nos autos os contratos de prestação de serviços das empresas supracitadas, assim como não houve o detalhamento dos serviços prestados na discriminação das notas fiscais.

Análise da equipe de auditoria:

A exemplo do item anterior, verifica-se que o mesmo Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64) abordou os apontamentos deste tópico, tendo sido contempladas, na descrição das providências a serem adotadas pela OSC, também as respectivas recomendações.

Por conseguinte, ratificamos a recomendação 8.

Medidas em andamento segundo a documentação acostada aos autos do processo SEI 1480.01.0008989/2021-64:

- Solicitar à OSC a apresentação do contrato de prestação de serviços de elaboração de anteprojeto para os serviços executados para o item 143 - Estudo de Viabilidade Arquitetônica;

- Justificar a ausência de detalhamento nas notas fiscais para os serviços prestados;

- Solicitar à OSC que providencie junto às contratadas notas fiscais com o detalhamento dos serviços prestados.

III.2.6 Ocorrências de pagamentos de valor de documento fiscal sem descontar impostos; de valor previsto para a realização da despesa em plano de trabalho divergente do valor efetivo da compra/contratação; de pendência de retenções do ISS informado em notas fiscais; de ausência de documentação referente às despesas executadas.

- Termo de Fomento Nº 1481000845/2021 - Associação dos Espaços Cênicos da Cultura Meio Ambiente Desporto Desenvolvimento Social e Cidadania.

A. No Plano de Trabalho, item 16, houve a previsão de aquisição de "Kit com 6 placas de tatame e E.V.A 1x1 40MM Bicolor", no valor total de R$ 1.750,00 (70615326). Todavia, o valor pago foi de R$ 3.759,00, em 13/04/2022, relativo à NF-e nº 000.027.098 (67199653 - fls. 22 e 23), perfazendo a diferença no valor de R$ 2.009,00, infringindo o art. 52, § 1º, do Decreto nº 47.132/2017[12];

B. No Plano de Trabalho, item 1, houve a previsão do "serviço de escritório e administrativo", no valor de R$ 7.345,00 (70615326). No entanto, o valor pago foi de R$ 7.400,00, em 26/05/2022, para Aldria Aparecida Rodrigues, nota fiscal nº 2022/2 (67199658 - fls. 30 e 31), cuja diferença corresponde a R$ 55,00. Ademais, houve pagamento em 13/05/2022, no valor de R$ 3.645,00, para Rosy Costa Contas & Pontos Culturais Ltda NF nº 2022/8 (67199658 - fls. 20 e 21), somando uma diferença de R$ 3.700,00, em desacordo com art. 52, § 1º, do Decreto nº 47.132/2017;

C. Foi previsto no Plano de Trabalho, item 38, o valor mensal de R$ 1.452,00 (70615326), no entanto, no mês 08/2022, o valor do serviço foi de R$ 1.935,90 (67200007 - fls. 11 e 12), perfazendo a diferença de R$ 483,90;

D. Foi realizado o pagamento à empresa Top Cesta de Alimento Ltda, referente à NF-e Nº 489327, em 12/12/2022, no valor de R$ 30.000,00. Entretanto, o documento possui o valor de R$ 41.406,05, cuja diferença corresponde a R$ R$ 11.406,05 (67200015 - fls. 21, 22 e 23);

- *Termo de Fomento nº 1481001840/2021 - Pastoral do Povo de Rua*

E. Pagamentos realizados à empresa Quarter Monitoramento e Segurança Eletrônica Ltda, no valor bruto de R$ 19.450,00, nas datas de 16/02/2022, 18/03/2022, 18/04/2022, 17/05/2022 e 13/06/2022, sem efetuar as retenções do ISS informado nas notas fiscais no valor de R$ 972,50 (63559411 - fls. 142 e 143; 158 e 159; 172 e 173; 183 e 184; 204 e 205);

F. Em 15/07/2023, a OSC apresentou o Relatório de Monitoramento do período de 01/01/2023 a 30/06/2023 (69736955), juntamente com os extratos de conta corrente e de aplicação financeira do mesmo período. Porém, a documentação para comprovar a despesa executada não foi apresentada.

Manifestação da gestão (84839595 e 85381097):

- Quanto ao Termo de Fomento nº 1481000845/2021, segundo informado na Nota Técnica nº 01 (84839595), a OSC responsável pelo instrumento foi notificada após a análise parcial do Relatório de Execução do Objeto (REO), conforme os apontamentos constantes no Parecer Financeiro Parcial (85381097), firmado em 12/03/2024.

Mediante a análise realizada pela Diretoria de Prestação de Contas, que resultou na emissão do Parecer Financeiro Anual do Relatório de Execução do Objeto (REO) - MROSC (85381097 e 82514753 - SEI 1480.01.0003619/2021-39), verifica-se a descrição das providências a serem adotadas pela Associação dos Espaços Cênicos da Cultura Meio Ambiente Desporto Desenvolvimento Social e Cidadania em consonância com as recomendações propostas no Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881), para este tópico.

E em consulta realizada ao processo SEI 1480.01.0003619/2021-39[13], constatamos que, em 11/03/2024, a OSC solicitou prorrogação de prazo do instrumento por 180 (cento e oitenta) dias (84047912), tendo sido informado em 14/03/2024 pela gestão da SEDESE (84114872) que, para isso, a entidade deveria providenciar a documentação segundo relacionada em *checklist*[14].

Em 12/03/2024, a Gestora da parceria emitiu o Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação (RTMA) relativo ao TF nº 1481000845/2021, período 01/06/2023 a 30/11/2023, cujos trechos da conclusão seguem transcritos:

> Tendo em vista a análise do relatório de monitoramento (82135315) apresentada no presente documento, em se tratando da execução física do objeto da parceria, observou-se que a OSC parceira vem cumprindo as metas estabelecidas no Plano de Serviços.
>
> No que se refere à execução financeira da parceria, a respeito das informações acerca da boa e regular aplicação de recursos apresentadas no relatório de monitoramento, verificou-se que a OSC realizou contratações e aquisição de itens pactuados no Plano de Aplicação de Recursos, anteriormente apresentados, assim como a realização de pagamentos dos Serviços.
>
> (...)
>
> Desse modo, com fundamento nas informações apresentadas neste documento, CONCLUI-SE que **a OSC parceira vem cumprindo o objeto da parceria em conformidade com a respectiva finalidade.** (grifos na origem)

Em 13/03/2024 foi expedida a Certidão de Intimação Cumprida 83938704, referente à Notificação expedida em data anterior e que faz menção à entrega do Ofício 1216 (83910113), acerca da solicitação para que a entidade parceira apresentasse justificativa ou saneamento das irregularidades apontadas no Parecer Financeiro (82514753).

A ciência ao citado parecer (82514753) à gestora da parceria ocorreu em 18/03/2024 (83910201), embora o documento estivesse acessível nos autos desde 12/03/2024. E em 20/03/2024 a servidora enviou e-mail à OSC (84468449) informando sobre o Documento de Arrecadação Estadual (83911493) encaminhado para efetivação do pagamento em 27/03/2024, referente a indícios de inconformidades na aplicação de recursos financeiros da parceria a serem regularizados pela OSC.

Em 21/03/2024, a DCCP enviou e-mail à OSC relacionando documentos a serem encaminhados para a celebração do 2º termo aditivo (84587490), e tendo como base o Check List SEDESE/SUBPG-SCPC-DCCP nº 84582107.

O Parecer Técnico da Área Finalística (84871659), emitido em 27/03/2024, pela Diretoria de Serviços e Benefícios Socioassistenciais considerou a análise da documentação apresentada, a relevância social do objeto a ser executado e a legislação vigente, e se manifestou favoravelmente à reprogramação e prorrogação de vigência do Termo de Fomento nº 1481000845/2021, por mais 365 dias. Informou que a análise de viabilidade do Termo Aditivo ficaria a cargo da Diretoria de Convênios e Parcerias (DCP).

Outrossim, o Parecer Técnico SEDESE/SUBAS-SPSB-DGCPS nº. 1/2024 (84964258), emitido na mesma data, pela Gestora da Parceria, se manifestou de forma favorável à celebração do aditamento e nos mesmos termos do parecer 84871659.

Em 01/04/2024, a DCP expediu a Justificativa para Aditamento de Termo de Fomento (85067588), se manifestando favoravelmente, considerando 'que o solicitado não causará dano às partes, e sim, melhor qualidade à execução do objeto pactuado no Plano de trabalho, parte integrante do instrumento'.

Corroborando com os posicionamentos a Subsecretaria de Assistência Social emitiu o Parecer Técnico SEDESE/SUBAS nº. 3/2024, e considerou que a parceria se enquadra na exceção à vedação eleitoral disposta no §10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/1997, por tratar-se de execução de programa social autorizado em lei e em execução orçamentária no exercício anterior.

A Nota Jurídica nº 146 (85363061), expedida em 03/04/2024, acerca da celebração do 2º termo aditivo, não identificou óbice jurídico para o prosseguimento do aditamento de prorrogação de vigência e reprogramação (sem novo aporte de recursos por parte do ente público), desde que fossem observadas as ressalvas e recomendações contidas na nota, das quais se destacam:

88. Ainda nesse sentido RESSALVAMOS que deve ser comprovada a compatibilidade dos custos praticados com os preços de mercado e sua adequação ao valor total da parceria, conforme exige o caput do art. 31 do Decreto nº 47.132, de 2017.

111. ORIENTAMOS que a área técnica acompanhe de perto a execução do termo, sem prejuízo das prestações de contas, em caso de inadimplemento do convenente ou qualquer irregularidade prevista no Decreto Estadual nº 47.132/2017, verificando se há fato desabonador em desfavor da entidade que impeça a continuidade do vínculo.

113. Frisa-se que é condição imprescindível que a parceria seja devidamente acompanhada e fiscalizada não somente pelo gestor da parceria designado, como pelas áreas afetas. A Administração Pública tem o dever de atuar de forma eficiente, o que perpassa pelo zelo com a coisa pública e a obrigação de bem administrar seus recursos.

115. Necessário também orientar que os documentos referentes à prestação de contas parcial, na forma do art. 49 da Lei Federal nº 13.019/2014 e do art. 74 do Decreto Estadual nº 47.132/2017, devem ser devidamente apresentados pela OSC no prazo legal.

Conquanto tenham sido anexados documentos posteriores à emissão da Nota Jurídica nº 146 se manifestando acerca das respectivas ressalvas e recomendações, tendo sido constatado, ainda, o registro em 22/03/2024, no SIGCON/MG - 1147680, do Relatório de Monitoramento referente ao período dezembro/2022 a março/2024, não foi possível verificar as medidas adotadas para sanear as inconformidades pontuadas pela Diretoria de Prestação de Contas no Parecer Financeiro Parcial (85381097 e 82514753 - SEI 1480.01.0003619/2021-39), emitido em 12/03/2024.

E em 06/04/2024 foi publicado o extrato do 2º Termo Aditivo ao termo de fomento em questão. (85713165)

Em vista do exposto, permanecem as recomendações originalmente propostas.

- Quanto ao Termo de Fomento nº 1481001840/2021, o Parecer Financeiro (85381127 e 83867188 - SEI 1480.01.0008989/2021-64) também abordou os apontamentos deste tópico, tendo sido contempladas, na descrição das providências a serem adotadas pela OSC, as respectivas recomendações.

Por conseguinte, ratificamos a recomendação 8.

Medidas em andamento segundo a documentação acostada aos autos do processo SEI 1480.01.0008989/2021-64 - Termo de Fomento nº 1481001840/2021:

- Solicitar à OSC que faça os recolhimentos do ISS com recurso próprio, uma vez que foi pago para a empresa os valores brutos das notas fiscais, referente ao item E;

- Solicitar à OSC a apresentação da documentação das despesas executadas no período 01/01/2023 a 30/06/2023, quanto o item F.

Recomendações:

9. Solicitar à OSC a justificativa para contratação de despesa acima do valor previsto em plano de trabalho, referente aos itens A, B e C, acerca do Termo de Fomento Nº 1481000845/2021;

10. Solicitar à OSC justificativa para pagamento a menor ao da nota fiscal, referente ao item D, acerca do Termo de Fomento Nº 1481000845/2021;

11. Que as áreas técnicas e o gestor da parceria acompanhem de perto a execução dos instrumentos, inclusive das prestações de contas, de forma a verificar se há ocorrência em desfavor da entidade que impeça a continuidade do vínculo e em desacordo com o disposto no Decreto nº 47.132/2017. *(medida acrescida)*

III.2.7 Ocorrências passíveis de configurar dano ao erário:

III.2.7.1 Aplicação financeira intempestiva acerca do recurso repassado à Entidade Parceira.

Termo de Fomento Nº 1481000845/2021 - Associação dos Espaços Cênicos da Cultura Meio Ambiente Desporto Desenvolvimento Social e Cidadania

Conforme pontuado na Nota de Auditoria nº 1261091 (53549584), emitida em 23/09/2022, o recurso no valor de R$ 600.000,00 foi repassado em 05/11/2021, no entanto, a aplicação financeira ocorreu em 19/11/2021, isto é, após 12 (doze) dias da transferência realizada[15] (50187740), em desacordo, portanto, com o disposto no § 1º, do artigo 50, Decreto nº 47.132/2017[16].

Análise da equipe de auditoria:

Considerando os apontamentos efetuados no item anterior para o termo de fomento em questão, mantemos a recomendação original.

Recomendação:

12. Solicitar à OSC Parceira o ressarcimento do valor atualizado correspondente ao rendimento do recurso repassado, que foi aplicado intempestivamente.

III.2.7.2 Despesas realizadas com tarifas bancárias.

- *Termo de Fomento Nº 1481000845/2021 - Associação dos Espaços Cênicos da Cultura Meio Ambiente Desporto Desenvolvimento Social e Cidadania*

Tema também abordado no documento de auditoria (53549584), os extratos bancários da conta corrente nº 63075-8, Agência 1631-4 - Banco 001, apresentaram despesas efetuadas com tarifas bancárias no período de 25/11/2021 a 04/05/2023, no valor de R$ 732,90. Desse valor, houve ressarcimento de R$ 122,70, em 20/12/2021. Portanto, resta ressarcir a importância de R$ 610,20, conforme demonstrado no Apêndice IV (81648625) deste relatório.

Ressalte-se, sob esse aspecto, que mediante o Despacho nº 454/2022/SEDESE/SPGF (53586315), em manifestação à Nota de Auditoria nº 1261091 (53549584), a então Superintendência de Planejamento, Gestão e Finanças encaminhou em 23/09/2022 orientação à diretoria responsável, à época (DPCCP), para que fosse cobrado em momento oportuno o ressarcimento ao erário dos valores referentes às tarifas bancárias debitadas indevidamente na conta específica do Termo de Fomento nº 1481000845/2021, devidamente atualizado.

- *Termo de Fomento Nº 1481001840/2021 - Pastoral do Povo de Rua*

Verificamos nos extratos da conta bancária nº 185.108-X, Agência 033-7, Banco 001, débitos relativos a tarifas bancárias no período de 20/01/2022 a 20/12/2022, no valor de R$ 1.224,00. Os débitos no valor de R$ 153,00 ocorreram nas seguintes datas: 20/01/2022, 21/02/2022, 20/07/2022, 22/08/2022,

20/09/2022, 20/10/2022, 21/11/2022 e 20/12/2022 (50491660 - fls. 18 a 20; 62805075 - fls. 23 a 43).

Análise da equipe de auditoria:

Considerando os apontamentos efetuados para os termos de fomento em questão, ratificamos a recomendação 8 para o TF nº 1840/2021, no sentido de efetuar o acompanhamento e verificação da documentação apresentada para manifestação a todas as diligências expedidas mediante o Parecer Financeiro (85381127), e mantemos a recomendação original para ambos os termos de fomento.

Recomendação:

13. Solicitar às entidades a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, que deverão ser corrigidos.

III.2.7.3 Ocorrências de despesas com multas utilizando recursos da parceria e de pagamentos efetuados a maior

- *Termo de Fomento Nº 1481000845/2021 - Associação dos Espaços Cênicos da Cultura Meio Ambiente Desporto Desenvolvimento Social e Cidadania*

Identificamos pagamentos de multas atinentes a recolhimento de impostos em atraso relativos a prestadores de serviço, utilizando recurso da conta específica do instrumento, como também pagamento realizado em valor superior ao devido, cujo valor total corresponde a R$ 458,82, conforme demonstrado no Apêndice V (81648886), item V.1, deste relatório.

- *Termo de Fomento nº 1481001840/2021 - Pastoral do Povo de Rua*

No mesmo sentido, houve pagamentos de multas atinentes a recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS) em atraso relativos a prestadores de serviço, utilizando recurso da conta específica do instrumento, como também acerca do recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) relativo a prestador de serviço, em valor superior ao devido, e cujo montante perfaz R$ 345,69, conforme se apresenta no Apêndice V (81648886), item V.2, do presente documento.

Análise da equipe de auditoria:

Considerando os apontamentos efetuados para os termos de fomento em questão, ratificamos a recomendação 8 para o TF nº 1840/2021, no sentido de efetuar o acompanhamento e verificação da documentação apresentada para manifestação a todas as diligências expedidas mediante o Parecer Financeiro (85381127), e mantemos a recomendação original para ambos os termos de fomento.

Recomendação:

14. Solicitar às OSCs o ressarcimento dos valores, devidamente atualizados, relativos à multa de impostos recolhidos em atraso, assim como dos pagamentos efetuados em valor superior ao devido, conforme consta no Apêndice V (81648886) deste relatório.

Quanto aos Convênios celebrados com Municípios:

III.2.8 Não atendimento pelos municípios a notificações expedidas para entrega do Relatório de Monitoramento, e ausência de providências pela SEDESE.

Em complementação aos apontamentos registrados na Nota de Auditoria nº 1261091 (53549584), avaliamos se as medidas expedidas em 23/09/2022 foram implementadas pela gestão, notadamente, quanto à emissão de notificações aos convenentes visando a apresentação de relatórios de monitoramento e quanto ao acompanhamento das ações, metas e prazos determinados para os convênios, no que tange aos instrumentos relacionados nos itens 4, 5 e 6 do Apêndice III (81648402).

Assim, identificamos que foram juntados aos autos processuais do SEI 1520.01.0007845/2022-49 os ofícios expedidos aos convenentes acerca dos Convênios nº 836/2021, nº 1012/2021 e nº 1850/202, a saber:

· Ofício SEDESE/DCP nº 477/2022 (53809637), em 28/09/2022 - Solicitação do Relatório de Monitoramento no prazo de 45 dias, e envio pelo e-mail (53810043) na mesma data;

· Ofício SEDESE/DCP nº 476 (53810750), em 28/09/2022, enviado via e-mail na mesma data - Solicitação do Relatório de Monitoramento no prazo de 45 dias (53811010, 53810043);

· Ofício SEDESE/DCP 474 (53812362), em 28/09/2022 - Solicitação do Relatório de Monitoramento, enviado via e-mail na mesma data (53812758).

E apesar da comprovação do envio das notificações, não identificamos a entrega pelos convenentes dos relatórios de monitoramento nos prazos estabelecidos nos documentos, em inobservância ao art. 36 e seguintes da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 04/2015 e à Cláusula 6ª dos instrumentos em referência[17], assim como as demais providências pela gestão, no sentido de registrar a inadimplência no SIAFI/MG, em inobservância ao disposto no art. 42 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 04/2015[18], notadamente, quanto aos Convênios nº 1481000836/2021 e nº 1481001850/2021.

Ante o exposto, tem-se a seguinte situação para os convênios em referência:

· Convênio nº 1481000836/2021 - Município de São Félix de Minas, ausência de entrega dos Relatórios de Monitoramento semestrais dos anos 2022/2023 e atender às exigências emitidas nas notificações enviadas pela SEDESE, inclusive para apresentar a prestação de contas, conforme e-mail de 20/10/2023 (75518362), que comunica a data final da vigência em 13/10/2023 e que o prazo legal para envio da prestação de contas é de até 90 dias após o encerramento da vigência, assim sendo, a ser encaminhada até 13/01/2024.

. Convênio nº 1481001012/2021 - Município de Santa Luzia, firmou o 1º Termo Aditivo de prorrogação para o período de 09/11/2023 a 09/11/2024 (79356536 - fl. 02). Deixou de apresentar tempestivamente os Relatórios de Monitoramento semestrais do ano de 2022 e 2023, bem como de atender às exigências emitidas nas notificações enviadas, o que veio ocorrer quando da formalização do T.A, com a apresentação dos relatórios de monitoramento em 26/10/2023, referente ao período de 01/07/2022 a 01/01/2023 (76460729), e de 01/10/2023 a 01/07/2023 (76460730).

. Convênio nº 1481001850/2021 - Município de Itabirinha. Deixou de entregar os Relatórios de Monitoramento semestrais do ano de 2022 e 2023 e de atender às exigências emitidas nas notificações enviadas pela SEDESE.

Por oportuno, cabe mencionar que, embora os documentos pertinentes à formalização dos convênios e parcerias sejam instruídos no Sistema SIGCON/MG, conforme prevê a norma vigente[19], tem-se que os documentos relativos ao acompanhamento das avenças relativos ao monitoramento, fiscalização da

execução e a prestação de contas de convênio não têm sido registrados no sistema na sua integralidade.

Análise da equipe de auditoria:

Em análise aos autos processuais com fins de verificar a atual situação dos instrumentos *sub examine*, foi identificado o que se segue:

- Convênio nº 1481000836/2021: em 18/03/2024 foi emitido o Parecer Financeiro 82510865 - SEI 1480.01.0002526/2021-62, acerca da omissão no dever de prestar as contas. Em 22/03/2024 foi protocolada a prestação de contas pelo município (84702818) e, em 05/04/2024, a Superintendência de Proteção Social Básica atestou a veracidade das informações contidas no Relatório de Cumprimento do Objeto - RCO (85189419), cujo documento apresentou posicionamento favorável, conforme a seguir:

> Tendo em vista a análise do relatório de monitoramento de metas apresentada no presente documento, **em se tratando da execução física do convênio, observou-se que o município concluiu todas as metas pactuadas**. **No que diz respeito a execução financeira, identificou-se que o município realizou licitação para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, sendo que os comprovantes da execução e pagamento encontram-se anexados no processo SEI**. Além disso, as fotos enviadas no referido relatório comprovam a execução da obra realizada. **Ressaltamos que o CRAS será extremamente relevante quando aberto ao público, pois tem como objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania**. (grifamos)

Depreende-se, mediante os dados contidos no RCO (85189419), que o objeto pactuado atingiu a sua finalidade, tendo sido atestada a regularidade das contas prestadas pelo convenente.

- Convênio nº 1481001012/2021: em consonância com a informação fornecida na Nota Técnica nº 1/SEDESE/SUBPG-AP/2024 (84839595 - SEI 1520.01.0010727/2023-26), quanto à emissão do Memorando-Circular nº 1/2024/SEDESE/SUBPG-SCPC (80654723; 82560425 e 82560396 - SEI 1480.01.0002925/2021-56), observa-se a solicitação pela gestão, em 22/02/2024, visando a instrução dos autos por meio do Relatório de Cumprimento de Objeto a ser emitido pelo fiscal do convênio. Porém, após análise processual, a Subsecretaria de Esportes entendeu pela necessidade de emissão pelo Convenente do Relatório de Monitoramento de Metas/RMM, como condição para elaborar o Relatório de Cumprimento do Objeto do convênio com maior assertividade, o que foi solicitado em 16/04/2024 ao Município de Santa Luzia (84981577, 86404831), Portanto, aguarda-se o atendimento à demanda pelo município.

- Convênio nº 1481001850/2021: em consulta aos autos processuais SEI 1480.01.0008956/2021-82, constata-se que, em 28/02/2024, a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias solicitou ao Município de Itabirinha o Relatório de Monitoramento de Metas com a respectiva documentação complementar (82902264), tendo sido acostados, na sequência, boletins de medição, comprovantes de despesas realizadas e de impostos recolhidos e o RMM (82918468). Neste documento, informou-se sobre o alcance de 100% das metas e que a obra foi concluída, consonante com o Relatório de Cumprimento do Objeto (84087563). Em 21/03/2024, os autos foram encaminhados à DPC para análise da prestação de contas e demais providências necessárias (84629775). Aguarda-se, por conseguinte, as respectivas providências pela gestão da SEDESE.

Observa-se que os convênios em questão estão sendo acompanhados a contento, aguardando-se manifestação das partes para continuidade dos procedimentos. No caso dos Convênios nº 836/2021 e nº 1850/2021, mencionados na recomendação expedida, entendemos que, por ora, a medida pertinente ao registro da inadimplência no SIAFI/MG para os instrumentos 4 e 6 perderam a motivação.

Reforçamos, contudo, quanto à relevância de que o monitoramento dos instrumentos seja realizado até a conclusão das análises e ateste de sua regularidade.

Deixa-se de recomendar, assim, a referida ação, permanecendo a medida relativa à necessidade de inserção de documentos no SIGCON/MG, cuja proposição não identificamos resposta.

Recomendações:

15. Realizar o monitoramento dos instrumentos e realizar as diligências cabíveis até a conclusão das análises e ateste da regularidade de sua execução; *(medida acrescida)*

16. Inserir no Sistema SIGCON/MG os documentos atinentes aos convênios e parcerias, conforme determina a legislação vigente.

III.2.9 Não efetivação do valor da contrapartida financeira.

Para os municípios 4, 5 e 6 relacionados no Apêndice III (81648402 foi pactuada contrapartida financeira cujos valores deveriam ter sido depositados na conta específica dos respectivos convênios nas datas de 30/11/2021[20], 31/01/2022 e 31/01/2022[21].

Contudo, em consulta aos extratos bancários do Convênio nº 1481001012/2021 - item 5 do Apêndice III, não se identificou o depósito do respectivo valor na conta específica do instrumento, nem mesmo notificação ao convenente pela gestão.

Quanto aos instrumentos referentes aos itens 4 e 6 não foi possível identificar o referido depósito pela ausência do envio de documentos pelos municípios.

Análise da equipe de auditoria:

Observa-se, pelos extratos bancários da conta específica do Convênio nº 836/2021 (84702815 - fl. 40), apresentados em 22/03/2024, que o recurso correspondente ao valor da contrapartida de R$ 93.883,68 foi creditado em 20/04/2023, isto é, após 506 (quinhentos e seis) dias do previsto em cronograma do Plano de Trabalho nº 256/2021 (75523486).

No que se refere ao Convênio nº 1012/2021, tem-se que, nos extratos da conta corrente referentes aos período de dezembro/2021 a setembro/2023 (SEI 1480.01.0007925/2023-74), como também no de outubro/2023 (75913322- SEI 1480.01.0002925/2021-56), não foi identificado o crédito atinente à contrapartida no valor de R$ 244.363,71.

Quanto ao Convênio nº 1850/2021, observa-se que o valor estabelecido como contrapartida financeira do Convenente é de R$ 26.411,77, sendo que, em consulta realizada em 19/04/2024 aos extratos da conta corrente específica do convênio em questão (83454083 - SEI 1480.01.0002005/2024-55), identificamos o crédito do valor correspondente na data de 14/11/2022, ou seja, após 287 (duzentos e oitenta e sete) dias do programado no Plano de Trabalho nº 1944/2021 (SIGCON/MG 363268).

E ainda que tenha sido efetivado o depósito das contrapartidas relativas aos instrumentos relativos aos itens 4 e 6 da amostra (81648402), e considerando o exposto na Nota Técnica nº 1/SEDESE/SUBPG-AP/2024 (84839595), quanto ao acompanhamento que será realizado pela DMGCP do depósito tempestivo da contrapartida, conforme trecho transcrito abaixo:

> Insta pontuar que diante das recomendações da Auditoria **a DMGCP também irá adotar nas rotinas de monitoramento o acompanhamento quanto ao depósito tempestivo de contrapartida** pela Entidade, **bem como atuará em diligências e notificações nos casos observados em que os devidos depósitos não forem observados**. (grifos nossos)

Entende-se, em vista do exposto, que a respectiva medida necessita de atenção, visto que, mesmo após a expedição em 06/02/2024 do Relatório Preliminar de Auditoria nº 1474753 (81633881), não localizamos nos autos as providências no sentido de cobrar o respectivo depósito referente ao Convênio nº 1012/2021.

Mantêm-se, assim, as recomendações originais.

Recomendações:

17. Monitorar, de forma tempestiva, os depósitos nas contas específicas dos convênios dos recursos relacionados à contrapartida. Na sua ausência, notificar o convenente;

18. Cobrar o depósito da contrapartida do Convenente relacionado no item 5 da amostra - Apêndice III (81648402).

III.2.10 Despesas realizadas com tarifas bancárias.

Convênio nº 1481001012/2021 - Município de Santa Luzia

Constatamos a juntada de documentos ao processo SEI nº 1480.01.0002925/2021-56, a partir do Memorando.SEDESE/SUBPG-SCPC-DMGCP.nº 121/2023 (75597770), expedido em 23/10/2023, no qual a Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias informou o recebimento e cadastro de pedido do termo aditivo de prorrogação de vigência, tendo em vista que o prazo de vigência do convênio expirava no dia 09/11/2023.

Mediante o *checklist* 75631219 foi verificada pendência de documentos e informado ao município, via e-mail 75685009, de 24/10/2023, relacionando-os para entrega em até 02 (dois) dias.

Após o saneamento parcial das entregas, foram registrados no processo SEI nº 1480.01.0007925/2023-74 os extratos bancários de dezembro/2021 a setembro/2023, e demais documentos.

Nas análises dos demonstrativos disponibilizados, os registros efetuados na conta corrente 71054 -9, Agência 1066-9, demonstraram a realização de cobrança indevida de tarifas bancárias no valor total de R$ 343,00, relativos ao período de janeiro a julho/2022, que deverá ser ressarcido. O Apêndice VI (81649049) apresenta os lançamentos efetuados.

Análise da equipe de auditoria:

Não identificamos providências ou manifestação da gestão acerca da medida e, portanto, mantém-se a recomendação no presente relatório.

Recomendação:

19. Solicitar ao convenente a restituição dos valores debitados indevidamente em conta, a título de tarifa bancária, os quais deverão ser corrigidos.

4. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste relatório permitem inferir pela existência de fragilidades em relação à estrutura e controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias celebradas com a SEDESE, notadamente, quanto aos componentes “Avaliação de Riscos”, “Monitoramento” e “Informação e Comunicação”, no entanto, sem deixar de observar os componentes “Ambiente de Controle” e “Atividades de Controle Interno”, que obtiveram índices superiores entre aqueles avaliados, conforme apurado no trabalho de auditoria.

Conclui-se, por meio deste relatório, que a estrutura e controles internos relativos à gestão de convênios de saída e parcerias com OSC celebradas pela SEDESE se encontra em nível Satisfatório de maturidade, cujo índice global corresponde a 66,2% (sessenta e seis vírgula dois por cento), após reclassificação de item presente no Componente ‘Ambiente de Controle’.

No que tange aos índices de maturidade por componentes, tem-se o seguinte:

- Ambiente de Controle: 80,0%[22] de índice de maturidade - nível satisfatório;
- Atividades de Controle: 77,8% de índice de maturidade - nível satisfatório;
- Avaliação de Riscos: 57,1% de índice de maturidade - nível mediano;
- Monitoramento: 59,1% de índice de maturidade - nível mediano;
- Informação e Comunicação: 50,0% de índice de maturidade - nível mediano.

Importante ressaltar que a gestão vem desenvolvendo ações que visam aperfeiçoar a sua estrutura de governança, o que é influenciado pela reestruturação da atual Subsecretaria de Planejamento e Gestão - SUBPG, por força do Decreto nº 48.660/2023.

Contudo, apresentam-se como pontos de atenção o passivo de prestação de contas, que ainda é representativo e necessita de medidas prementes para que possa ser reduzido, como também a continuidade dos procedimentos de revisão periódica das atividades de controle, em que sejam instituídos mecanismos para mensurar a melhoria dos controles (normativos, fluxos, rotinas, parâmetros) e aperfeiçoados aqueles já existentes, além de desenvolver uma política de gestão de riscos.

Identifica-se, sob este aspecto, que o gerenciamento de riscos, como instrumento de apoio à gestão, ainda é subutilizado pelas áreas e, nesse sentido, vale mencionar sobre a importância dada a esse recurso pelo Tribunal de Contas da União[23], que atribui à gestão de riscos o papel de preparar a organização para se antecipar na escolha das alternativas mais viáveis a fim de que determinada ocorrência negativa seja minimizada ou até mesmo evitada. Ao identificar e avaliar tais situações com antecedência a organização estará em melhor posição para tomar decisões de forma mais assertiva.

Torna-se recomendável, em vista disso, adotar o gerenciamento de riscos para os convênios e parcerias no âmbito da SEDESE com vistas a identificar, gerenciar, controlar potenciais eventos ou situações, e para fornecer razoável certeza ao alcance dos objetivos e auxiliar a tomada de decisão com base em informações gerenciais preventivas em busca da melhoria da governança.

Acerca da avaliação quanto ao acompanhamento da execução dos instrumentos selecionados em amostragem, verificam-se inconsistências atinentes à instrução processual, aos procedimentos relacionados ao monitoramento e prestação de contas, cujas fragilidades nos controles empregados para a sua execução foram objeto das recomendações no presente documento, devendo ser tratadas pela gestão.

Ressalta-se, por oportuno, que os achados de auditoria supracitados não esgotam a possibilidade de identificação de outros problemas e inconsistências significativas relativas aos procedimentos analisados, sendo competência primária das unidades e dos gestores das áreas envolvidas adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades do processo, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e objetivos.

Isso posto, a fim de explicitar as medidas que serão tomadas objetivando solucionar as inconsistências apontadas neste relatório, propõe-se à gestão o atendimento às recomendações ou o encaminhamento de justificativas mediante documento formalizado, ou ainda, o desenvolvimento de plano de ação, a ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos dos itens 341 e 342 contidos no Anexo da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021.

Fábio Martins de Oliveira
Masp 357.117-1
Auditor

Arlene Vieira da Silva
Masp: 1.491.394-1
Assistente de Auditoria

Soraia Cristina Soares de Oliveira
Masp: 1.164.101-6
Coordenadora do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade - NATI

De acordo.

Rejane Márcia de Carvalho
Masp: 1.164.197-4
Controladora Setorial - SEDESE

[1] O Decreto nº 46.319, de 26/9/2013, foi revogado pelo art. 124 do Decreto nº 48.745, de 29/12/2023, em vigor a partir de 31/12/2023.

[2] Alteração de nomenclatura das unidades ocorrida por força do Decreto Estadual nº 48.687, de 13/09/2023, no que tange à Diretoria Central de Fiscalização de Transferências de Recursos e à Superintendência Central de Fiscalização de Contratações e Transferência de Recursos, até então, vinculadas à AUGE/CGE.

[3] Cada componente é composto por itens de verificação, obtidos entre os regramentos que disciplinam a operacionalização dos convênios de saída e parcerias no Estado, associados a instrumentos de orientação complementar como: manuais e listas de verificação (checklist) disponibilizados pelo órgão central na temática (SEGOV), além de jurisprudências.

[4] A criação da Diretoria de Monitoramento e Gestão de Convênios e Parcerias e da Diretoria de Prestação de Contas passou a ser prevista a partir da reforma administrativa deste ano, por meio da Lei nº 24.313, de 28 de abril de 2023, e entrou em vigência com a publicação do Decreto nº 48.660, de 28/07/2023, que dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.
(...)
Até a publicação do Decreto nº 48.660/2023, as competências pela gestão e fiscalização dos convênios e parcerias da Sedese eram realizadas de forma descentralizada, tanto nas áreas finalísticas quanto nas diretorias regionais, de acordo com diretrizes dispostas em resoluções internas.
Fonte: documento 73564664, emitido pela Superintendência de Convênios, Parcerias e Contratos.

[5] SISPMPI - Sistema Eletrônico de Gestão da Política Mineira de Promoção da Integridade.

[6] Resolução SEDESE nº 38, 13/07/2022: Dispõe sobre a designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação de parcerias com Organizações da Sociedade Civil no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

[7] B.O - *Business Object*
SIAFI/MG - Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais

[8] Convênio nº 1481000836/2021 - Prefeitura Municipal de São Félix de Minas - a contrapartida deveria ter sido depositada até 30/12/2021);
Convênio nº 1481001012/2021 - Prefeitura Municipal de Santa Luzia - a contrapartida deveria ter sido depositada até 30/01/2022);
Convênio nº 1481001850/2021 - Prefeitura Municipal de Itabirinha - a contrapartida deveria ter sido depositada até 31.03.2022.

[9] Consideramos como implementada a recomendação originalmente inserida no Relatório Preliminar nº 1474753 (81633881), atinente às rotinas de comunicação e instrução dos gestores e fiscais de convênios e parcerias quanto as suas atribuições e responsabilidades, tendo em vista a existência dos respectivos procedimentos e documentos na Secretaria. Portanto, a medida foi excluída deste relatório e reavaliado o índice obtido para a questão que refletiu e alterou o resultado do grau de maturidade global.

[10] Decreto Estadual nº 47.132, de 20/01/2017:
Art. 59 - O órgão ou entidade estadual parceiro promoverá o monitoramento e a avaliação por meio da análise de parcerias, por amostragem, observado o disposto no art. 59-B.
(*Caput* com redação dada pelo art. 36 do Decreto nº 48.177, de 16/4/2021, em vigor a partir de 1º/8/2021.)
(...);
Art. 59-B - A análise amostral de relatório de monitoramento e de prestação de contas anual, de que trata o inciso I do § 3º e § 4º do art. 56, será regulamentada por ato do dirigente máximo do órgão ou entidade estadual parceiro, que definirá:

[11] Resolução Conjunta SEGOV/SEC-GERAL/AGE nº 1, de 5/1/2022: Divulga normas eleitorais aplicáveis aos agentes públicos da Administração Pública direta e indireta do Poder Executivo Estadual e recomenda as cautelas administrativas e funcionais para a observância das vedações e o integral cumprimento das disposições legais em face das eleições do ano de 2022.
Art. 9º - É vedada à Administração Pública estadual direta e indireta, nos termos do § 10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 1997, a partir de 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2022, conforme Resolução TSE nº 23.674, de 2021, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios diretamente à população em geral, ou através de

entidades privadas sem fins lucrativos, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

§ 1º - Nos casos legalmente previstos de continuidade do programa social em ano eleitoral, poderá o Ministério Público promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa.

§ 2º - Não será permitido, em qualquer hipótese, no ano eleitoral, o início ou a continuidade de programa social executado por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por este mantida, nos termos do § 11 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 1997.

[12] Art. 52 – As compras e contratações de bens e serviços pela OSC com recursos envolvidos na parceria adotarão métodos usualmente utilizados pelo setor privado, observado os princípios da impessoalidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia de que trata o art. 5º da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

(*Caput* om redação dada pelo art. 32 do Decreto nº 48.177, de 16/4/2021, em vigor a partir de 1º/8/2021.)

(...)

§ 1º – A OSC deverá observar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa no plano de trabalho e o valor efetivo da compra ou contratação.

(Parágrafo com redação dada pelo art. 32 do Decreto nº 48.177, de 16/4/2021, em vigor a partir de 1º/8/2021.)

(...).

[13] Consulta realizada em 17/04/2024

[14] Não foi possível consultar o teor do checklist 84091781, informado no anexo do e-mail (84114872), visto que a consulta não direciona a documento algum (apenas reabre o mesmo e-mail).

[15] Considerando o primeiro dia útil subsequente, qual seja, 08/11/2021.

[16] Decreto nº 47.132, de 20/01/2017:

Art. 50 – Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica da parceria, em nome da OSC, em instituição financeira oficial, isenta de tarifas bancárias.

(*Caput* com redação dada pelo art. 30 do Decreto nº 48.177, de 16/4/2021, em vigor a partir de 1º/8/2021.)

§ 1º – Os recursos, enquanto não utilizados na sua finalidade, deverão ser aplicados:

I – em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a um mês.

[17] Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 04, de 16/09/2015:

Art. 36. Com fins de demonstrar o cumprimento do cronograma e das metas estabelecidas no plano de trabalho, o convenente deverá apresentar semestralmente o relatório de monitoramento de metas, de que trata o art. 44 do Decreto nº 46.319, de 2013, observado o modelo a ser definido pela SEGOV.

Termos de Convênio nº 836/2021, nº 1012/2021 e nº 1850/2021:

Cláusula 6ª - Do Monitoramento, do Acompanhamento e da Fiscalização

A CONVENENTE apresentará à CONCEDENTE, até o décimo dia do mês subsequente ao primeiro semestre de vigência, relatório de monitoramento do CONVÊNIO DE SAÍDA para demonstrar o cumprimento do cronograma e das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, conforme regras definidas no art. 36 da Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 004/2015.(...)

[18] Resolução Conjunta SEGOV/AGE nº 04, de 16/09/2015:

Art. 42. Se verificadas, a qualquer tempo, omissão no dever de prestar contas parcial ou impropriedades na execução do convênio de saída vigente, o concedente suspenderá a liberação dos recursos e notificará o convenente, fixando o prazo máximo de quarenta e cinco dias, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do concedente, para apresentação de justificativa ou saneamento das irregularidades.

§ 1º Se o convenente, ao término do prazo estabelecido no caput, não atender à notificação, o concedente registrará a inadimplência no SIAFI-MG.

§ 2º Se em quinze dias após o registro da inadimplência as irregularidades não forem sanadas, o concedente rescindirá o convênio de saída nos termos dos arts. 66 e 67 do Decreto n° 46.319, de 2013, e iniciará o Processo de Constituição de Crédito Não Tributário decorrente de dano ao erário, de que trata o inciso II do § 9º do art. 61 do Decreto n° 46.319, de 2013.

[19] Decreto Estadual nº 48.138 de 17/02/2021:

Art. 12 - **Nos processos administrativos eletrônicos de convênios de saída, termos de fomento, termos de colaboração ou contratos de gestão com serviços sociais autônomos, os atos processuais deverão ser realizados no Sigcon-MG – Módulo Saída**, exceto nas situações em que este procedimento for inviável ou em caso de indisponibilidade do sistema cujo prolongamento cause dano relevante à celeridade do processo.

Parágrafo único – No caso das exceções previstas no caput, os atos processuais poderão ser praticados no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em meio físico, segundo as regras aplicáveis aos processos em papel, **desde que posteriormente o documento correspondente seja anexado ao Sigcon-MG – Módulo Saída**, observado, quando necessário, o procedimento de digitalização previsto no art. 12 do Decreto nº 47.222, de 2017.

Art. 16 - A gestão e a tramitação dos processos administrativos eletrônicos de convênios de saída, termos de fomento, termos de colaboração e contratos de gestão com serviços sociais autônomos de que trata o inciso I do art. 5º será:

(...)

III - **obrigatória para os instrumentos celebrados a partir de 1º de janeiro de 2021**. (grifamos).

[20] Data corrigida conforme Plano de Trabalho nº 256/2021 (75523486), em relação àquela informada no Relatório Preliminar nº 1474753.

[21] Data corrigida conforme Plano de Trabalho nº 1944/2021 (SIGCON/MG 363268), em relação àquela informada no Relatório Preliminar nº 1474753.

[22] Após reclassificação do item pertinente à gestão e fiscalização dos convênios e parcerias.

[23] Fonte: https://portal.tcu.gov.br/planejamento-governanca-e-gestao/gestao-de-riscos/gestao-de-riscos/

Documento assinado eletronicamente por **Arlene Vieira da Silva**, **Servidor(a) Público(a)**, em 23/04/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Martins de Oliveira**, **Auditor(a)**, em 23/04/2024, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Soraia Cristina Soares de Oliveira**, **Auditor(a)**, em 23/04/2024, às 12:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Documento assinado eletronicamente por **Rejane Marcia de Carvalho**, **Controlador(a)**, em 23/04/2024, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **86820822** e o código CRC **3E6C45DA**.

Referência: Processo nº 1520.01.0010727/2023-26 SEI nº 86820822

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141

Assinado de forma digital por SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:05465167000141
Dados: 2025.03.20 13:00:44 -03'00'

Recibo

e.TCE PROCESSO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RECIBO DE REMESSA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REGISTROU O RECEBIMENTO DA SEGUINTE REMESSA

Protocolo: 638787724650000000

Órgão: SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Data de Envio: 28/03/2025 15:27:45